



**António Manuel
Lopes Andrade**

**O *Cato Minor* de Diogo Pires e a poesia didáctica do
século XVI**



**António Manuel
Lopes Andrade**

**O *Cato Minor* de Diogo Pires e a poesia didáctica do
século XVI**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e co-orientação do Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

À MARIA DO ROSÁRIO

ao Daniel, ao João e ao Rui

o júri

Presidente

Doutora Maria Celeste da Silva do Carmo, Professora Catedrática da Universidade de Aveiro

Vogais

Doutor Arnaldo Monteiro do Espírito Santo, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Co-orientador)

Doutor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Orientador)

Doutora Virgínia da Conceição Soares Pereira, Professora Associada da Universidade do Minho

Doutor Carlos de Miguel Mora, Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Doutora Maria Fernanda Amaro Matos Brasete, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Esta dissertação muito fica a dever ao contributo inestimável prestado por várias pessoas e instituições, a quem desejo manifestar publicamente o meu reconhecimento.

A mais expressiva palavra de gratidão cumpre-me dirigi-la ao Prof. Doutor Carlos Ascenso André, profundo conhecedor da obra de Diogo Pires, que em boa hora me sugeriu o tema deste trabalho. Ao orientador, devo, antes de mais, a sua condução experiente e avisada pelos meandros do Humanismo português de Quinhentos, de que possui um vasto saber e experiência, e também a confiança que em mim depositou desde a primeira hora.

Ao Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho, que deixou de ser orientador desta tese por motivos de saúde, quero também dar testemunho da minha imensa gratidão pelo privilégio de ouvir, há muito tempo, as suas lições.

Ao Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão, meu co-orientador, estou particularmente grato pelo acompanhamento, atenção e estímulo permanentes, que se revelaram decisivos na construção deste projecto.

Pela amizade e pela frutuosa discussão, cabe-me dirigir também uma palavra de agradecimento ao Dr. Aron di Leone Leoni, com quem aprendi a acompanhar de perto os tortuosos caminhos do desterro, trilhados pelos membros da Nação Portuguesa ao longo do séc. XVI.

Aos Prof. Doutores Saul António Gomes e Maria do Rosário Morujão, a quem devo a minha iniciação nos segredos da paleografia, quero agradecer a ajuda desinteressada e o tempo dispendido no entusiasmante, mas exigente processo de leitura de documentos.

Fico particularmente devedor aos Prof. Doutores Telmo Verdelho, linguista e bibliófilo de renome, e Vinicije B. Lupis, investigador em história de arte e arquivista principal do Arquivo Histórico de Dubrovnik, pela generosa cedência de valiosa e rara bibliografia e documentação.

Uma palavra de reconhecimento é devida às várias instituições, cujo contributo se revelou determinante, em múltiplos aspectos, para o avanço da investigação, de entre as quais menciono, em primeiro lugar, o Conselho Directivo do Departamento de Línguas e Culturas e o Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, bem como o Archivio di Stato di Venezia, o Archivio di Stato di Ancona, o Arquivo Histórico de Dubrovnik, o Instituto dos Arquivos Nacionais–Torre do Tombo, o Instituto de Estudos Clássicos e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e também os diligentes Serviços de Empréstimo Interbibliotecário da Biblioteca da Universidade de Aveiro, que não pouparam esforços na obtenção de bibliografia.

Aos colegas do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, sobretudo aos que mais de perto me acompanharam, quero agradecer o apoio manifestado ao longo deste trabalho. À Otilia, à Eugénia, ao Kiril e aos colegas da área de Estudos Clássicos (Carlos, Fernanda, Morais, Gonçalves e Emília) quero deixar uma palavra de particular apreço pelo interesse e pela amizade com que sempre me souberam distinguir e motivar.

Por fim, quero exprimir o meu reconhecimento à minha família: aos meus pais e ao meu irmão pela solidariedade; ao Daniel, ao João e ao Rui, que estão à minha espera e a quem peço desculpa pelo atraso; e, acima de tudo, à Maria do Rosário (e à mãe dela), para quem todas as palavras são poucas para exprimir o quanto me sinto grato pelo seu incondicional apoio e compreensão.

palavras-chave

poesia didáctica, poesia novilatina, literatura de sentenças, humanismo renascentista, Diogo Pires / família Pires-Cohen, história dos judeus portugueses.

resumo

Diogo Pires publicou na última década de Quinhentos, em Veneza, aquela que pode ser justamente considerada a sua obra-prima: uma extensa colectânea poética, em língua latina, intitulada *Cato Minor siue Disticha Moralia*. O poeta, já nos últimos anos de vida, dedicou o seu livro aos mestres-escola de Lisboa, a capital da sua querida pátria que há muitos anos o vira partir para sempre. Na primeira parte do trabalho, procura traçar-se um renovado esboço da biografia deste ilustre humanista português, que pretende ser um contributo válido para uma melhor compreensão do importante papel dos judeus portugueses, em geral, e da família eborense Pires-Cohen, em particular, nos meandros do complexo xadrez político-económico e religioso da Europa do século XVI. Aí se estabelecem novos dados para o conhecimento da biografia do poeta eborense e para a compreensão do que era a complexa teia da comunidade judaica em diáspora. No tocante a Diogo Pires, esclarecem-se muitos aspectos que estavam, até agora, obscuros.

O *Cato Minor* representa um exemplo bastante significativo e peculiar, no âmbito da literatura de sentenças do humanismo português e europeu, de uma colectânea poética de tipo proverbial-sentencioso, com uma intenção marcadamente pedagógico-didáctica. Procede-se, por isso, nesta segunda parte, à análise das relações privilegiadas que se estabelecem entre poesia e didáctica, desde a Antiguidade Greco-latina até ao Renascimento, com particular ênfase para a natureza e utilização do texto poético como instrumento de ensino. Nesse sentido, presta-se uma particular atenção ao estudo de duas célebres colectâneas latinas, os *Disticha Catonis* e as *Sententiae* de Publílio Siro, que constituem exemplos paradigmáticos do género. Aborda-se ainda a questão da recepção, da criação e da utilização de colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos no quadro da prática e da teoria da pedagogia humanista, a que acresce o estudo das colectâneas mais significativas de textos proverbiais-sentenciosos, em língua latina, no Portugal de Quinhentos.

A última parte da dissertação está dedicada, por completo, ao estudo específico do *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Trata-se, de início, da questão da génese e da análise comparativa das edições do livro, a que se segue uma descrição sucinta do conteúdo das suas várias e distintas partes. A análise dos temas dominantes da colectânea de dísticos morais ocupa uma posição central neste capítulo. Apresentam-se ainda as características próprias do didactismo do *Cato Minor*, que permitem inscrever esta obra no quadro da antiga tradição da poesia didáctica. Por último, não obstante a filiação da colectânea no género em que obviamente se insere, não pode deixar de se assinalar também as marcas próprias e distintivas que revelam, em determinados aspectos, a ruptura com a tradição da poesia didáctica e que fazem da obra do poeta eborense um exemplo verdadeiramente significativo, no âmbito da literatura de sentenças do humanismo português e europeu.

keywords

didactic poetry, Renaissance latin poetry, sententious literature, Renaissance Humanism, Diogo Pires / Pires-Cohen family, history of the Portuguese Jews

abstract

In the last decade of the 16th century Diogo Pires has published what can be rightly considered to be his masterpiece: a comprehensive poetic compilation in Latin known as *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Approaching the late years of his life, the poet has dedicated his work to all Lisbon schoolmasters, the capital of the beloved motherland he had long left behind.

In the first section of this dissertation, we have attempted to draw a renewed biographical sketch of this outstanding Portuguese humanist that intends to provide a valid contribution in order to deepen the understanding of the key role Portuguese Jews, in general, and the Évora Pires-Cohen family in particular, have played within the complex political and economic 16th century European context. We have therefore assembled new data pertaining to the poet's biography and to the intricate web of the Diaspora Jewish community. As far as Diogo Pires is concerned, several aspects of his life that have remained under the shadow of uncertainty up to now have successfully been unveiled.

The *Cato Minor* provides a rather significant and peculiar example, within the Portuguese humanist tradition of sententious literature, of a poetic compilation of the proverbial-sententious type displaying a strong mark of its pedagogical and didactic intention. We have therefore carried out an analysis of the close relationship between poetry and didactics, since Classical Antiquity up to the Renaissance, with a particular emphasis on the nature and use of poetry as a teaching device. We have particularly heeded two renowned Latin compilations, Pubilius Sirius's *Disticha Catonis* and *Sententiae* that constitute paradigmatic illustrations of the genre. We have also addressed the issues of reception, production and use of proverb and sentence compilations within the practice and theory of humanist pedagogy, accompanied by the study of the most significant fifteenth-century Portuguese compilations in Latin.

The last section of the dissertation is fully devoted to the specific study of the *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Firstly, we have dealt with questions pertaining to the book's genesis and sought to provide a comparative analysis of its editions together with a brief description of the content of each part. The analysis of the prevailing themes in this collection of moral distiches occupies the bulk of this chapter. We have also pointed out the specific features of the *Cato Minor* didacticism by relating the work to the ancient tradition of didactic poetry. Lastly, notwithstanding the relationship between this collection and the genre it descends from, we have tried to highlight the distinctive features which, to a certain extent, reveal a break-away from the tradition of didactic poetry, thereby turning the poet's compilation into a truly significant example in the context of the Portuguese and European humanist sententious literature.

mots-clefs

poésie didactique, poésie latine de la Renaissance, littérature de sentences, Humanisme de la Renaissance, Diogo Pires / famille Pires-Cohen, histoire des juifs portugais

résumé

Diogo Pires a publié, au cours de la dernière décennie du XVI^e siècle, ce qui est, à juste titre, perçu comme son chef-d'œuvre: un long recueil poétique, en langue latine, intitulé *Cato Minor siue Disticha Moralia*. A la fin de sa vie, le poète dédie son livre aux maîtres d'école de Lisbonne, la capitale de sa patrie bien-aimée qu'il avait longtemps auparavant, définitivement quittée.

Dans la première partie de ce travail, nous proposons une ébauche renouvelée de la biographie de cet illustre humaniste portugais, dans l'intention de contribuer à mieux cerner l'importance du rôle des juifs portugais en général, et de la famille Pires-Cohen, en particulier, dans les méandres du complexe échiquier politique et économique de l'Europe du XVI^e siècle. Nous avons, ainsi, tenté d'établir de nouvelles données pour la connaissance de la biographie du poète et pour la compréhension de l'univers de la communauté judaïque dans la diaspora. En ce qui concerne, plus spécifiquement, Diogo Pires, nous avons essayé d'éclaircir quelques points demeurés obscurs jusqu'à ce jour.

Cato Minor occupe, au sein de la littérature de sentences de l'humanisme portugais et européen, une place de relief et pleine de sens, prenant la forme d'un recueil poétique, du type proverbial-sentencieux, à l'intention clairement pédagogique et didactique. Voilà pourquoi, dans la deuxième partie de ce travail, nous avons analysé les rapports privilégiés entre poésie et didactique depuis l'Antiquité gréco-latine jusqu'à la Renaissance, en mettant l'accent sur la nature et l'utilisation du texte poétique comme instrument d'enseignement.

Aussi avons-nous accordé une attention particulière à l'étude de deux compilations latines célèbres, les *Disticha Catonis* et les *Sententiae* de Publilio Siro, deux exemples paradigmatiques du genre. Nous avons aussi traité la réception, la création et l'utilisation de compilations de textes proverbiaux et sentencieux, dans le cadre de la pratique et de la théorie de la pédagogie humaniste; nous avons, par ailleurs, étudié les compilations les plus significatives de textes proverbiaux et sentencieux en langue latine dans le Portugal du XVI^e siècle.

La dernière partie de notre travail est entièrement consacrée à l'étude spécifique de *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Il s'est agi, pour nous, dans un premier temps, de traiter la question de la genèse et de faire l'analyse comparée des éditions du livre, proposant ensuite une description succincte du contenu de ses diverses parties. L'analyse des thèmes dominants de la compilation de distiques moraux occupe une place centrale dans ce chapitre.

En outre, nous avons tenu à souligner les caractéristiques spécifiques du didactisme de *Cato Minor*, qui permettent de situer cette œuvre dans le cadre de l'ancienne tradition de la poésie didactique. En dernier lieu, et bien que ce recueil appartienne à un genre dans lequel il s'inscrit aisément, il nous faut aussi signaler les marques propres et distinctives qui révèlent, sous différents aspects, la rupture d'avec la tradition de la poésie didactique et qui font de l'œuvre du poète d'Évora, un exemple parmi les plus remarquables, au cœur de la littérature de sentences de l'humanisme portugais et européen.

Índice geral

Resumo e palavras-chave.....	11
Índice geral.....	17
Siglas e abreviaturas.....	20
INTRODUÇÃO.....	21
I PARTE —Uma vida plena e peregrina.....	29
Cap. 1 – Preâmbulo.....	31
Cap. 2 – Do nascimento à partida de Portugal (1517-1535).....	35
Cap. 3 – De Antuérpia até Ferrara (1535-1540).....	51
Cap. 4 – De Ferrara até Ragusa (1540-1556).....	83
Cap. 5 – Em Ragusa (1556-1599).....	119
Apêndice documental.....	126
Árvore genealógica da família Pires–Cohen.....	134
II PARTE — A poesia e a didáctica: uma relação simbiótica.....	135
Cap.1 – Da concepção de poeta e poesia na Antiguidade Clássica às origens da poesia didáctica.....	137
Cap. 2 – A poesia como instrumento pedagógico-didáctico.....	149
Cap. 3 – <i>Sententia</i> (γνώμη) versus <i>prouerbiūm</i> (παροιμία): definição e virtualidades..	163
Cap. 4 – Colectâneas de textos sentenciosos.....	171
1. Em língua grega.....	171
2. Em língua latina.....	184
Cap. 5 – As <i>Sententiae</i> de Publílio Siro e os <i>Disticha Catonis</i> : dois exemplos paradigmáticos.....	193
1. As <i>Sententiae</i> de Publílio Siro.....	193
2. Os <i>Disticha Catonis</i>	202
Cap. 6 – Colectâneas de textos sentenciosos: um breve olhar de Roma até ao Renascimento.....	219

Cap. 7 – Colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos no Renascimento.....	225
1. A fortuna do modelo sentencioso.....	225
2. A abelha e o mel: da recolha à criação.....	234
3. O enunciado proverbial-sentencioso: teoria e prática da pedagogia humanista	246
4. Breve olhar sobre a edição de colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em português e castelhano.....	261
Cap. 8 – As colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em língua latina no Portugal de Quinhentos.....	271
1. Observação prévia.....	271
2. Os <i>Prouerbia</i> de Cataldo Parísio Sículo.....	272
3. André Rodrigues Eborense.....	274
4. As <i>Sententiae</i> de Diogo de Teive.....	287
5. Jerónimo Cardoso e os <i>Adágios</i> de Erasmo.....	290
6. As colectâneas de Frei Luís de Granada.....	292
7. O <i>Cato Minor siue Disticha Moralia</i> de Diogo Pires.....	294
III PARTE — O <i>Cato Minor siue Disticha Moralia</i> de Diogo Pires.....	297
Cap. 1 – A génese da obra.....	299
Cap. 2 – As edições do <i>Cato Minor</i>	315
Cap. 3 – Descrição do conteúdo da obra.....	327
1. Em jeito de nota prévia.....	327
2. <i>Moralium distichorum libri III</i>	328
3. <i>Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum</i>	339
4. <i>Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium</i>	345
5. <i>Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam</i>	347
6. <i>Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum</i>	348
7. <i>Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium</i>	349
8. <i>Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII</i>	351

9. <i>Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss</i>	356
10. <i>Lyrice ad Aldum Mannuccium</i>	357
11. <i>Tumuli ad Reuerendum Maurum Abbatem Melitensem</i>	360
12. <i>Illustres familie Rhacusanae</i>	362
Cap. 4 – Temas dominantes dos <i>Disticha Catonis</i>	365
1. Critérios de uma inventariação.....	365
2. Educação.....	367
3. Costumes e moral.....	378
a) Virtudes e vícios.....	378
b) <i>Est modus in rebus</i>	386
c) Verdade e aparência.....	391
4. A felicidade.....	395
a) A fortuna.....	395
b) A morte.....	404
5. A mulher e o amor.....	411
6. Religião.....	420
7. <i>Res publica</i>	428
a) A dimensão política: governantes e cidadãos.....	428
b) Justiça.....	435
c) Guerra e paz.....	444
Cap. 5 – O <i>Cato Minor</i> e a poesia didáctica.....	457
1. O didactismo do <i>Cato Minor</i>	457
2. Ruptura com a matriz da poesia didáctica.....	473
CONCLUSÕES	491
Bibliografia.....	499
A. Fontes.....	499
1. Manuscritas.....	499
2. Impressas.....	501
B. Estudos.....	510
Índice onomástico.....	533

Siglas e abreviaturas

AGR	Archives Générales du Royaume, Bruxelas.....
AHD	Arquivo Histórico de Dubrovnik.....
ASA	Archivio di Stato di Ancona.....
ASCDF	Archivio della Sacra Congregazione per la Dottrina della Fede, Roma.....
ASF	Archivio di Stato di Ferrara.....
ASM	Archivio di Stato di Modena.....
ASV	Archivio di Stato di Venezia.....
AUS	Archivo Histórico de la Universidad de Salamanca.....
BGUC	Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.....
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa.....
BPE	Biblioteca Pública de Évora.....
IANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.....

Para os autores gregos, adoptaram-se as abreviaturas que constam do H. G. LIDDELL–R. SCOTT, *Greek-English Lexicon*. Oxford, Clarendon Press, ⁹1996; para os autores latinos, as de P. G. W. GLARE, *Oxford Latin Dictionary*. Oxford, Clarendon Press, 1992. Nas citações dos livros bíblicos utilizaram-se as abreviaturas estabelecidas por A.COLUNGA – L. TURRADO (eds.), *Biblia sacra iuxta vulgatam Clementinam*. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, ⁷1985.

INTRODUÇÃO

Diogo Pires publicou na última década de Quinhentos, em Veneza, aquela que pode ser justamente considerada a sua obra-prima: uma extensa colectânea poética, em língua latina, intitulada *Cato Minor siue Disticha Moralia*. O poeta eborense, já nos últimos anos de vida, dedicou o seu livro aos mestres-escola de Lisboa, a capital da sua querida pátria que há muitos anos o vira partir para sempre.

O trabalho que nos propomos apresentar, como fica claramente expresso no próprio título da dissertação, assenta no estudo específico desta obra poética, à luz das relações privilegiadas que ela mantém, quer com a pedagogia humanista, quer com a antiga tradição do uso da poesia como instrumento pedagógico-didáctico, mormente na formação ética e linguística da juventude.

A poesia e a didáctica estabeleceram desde tempos recuados uma relação simbiótica que fez do texto poético um dos instrumentos mais adequados ao processo educativo e nele utilizados. A associação íntima entre poesia e educação corresponde a uma realidade bem palpável no mundo greco-latino, que perdurou ao longo dos tempos e foi recuperada, em toda a sua plenitude, pelos humanistas.

Tornou-se necessário, por isso, reflectir sobre a natureza desta relação privilegiada e sobre as formas principais, como ela se vinha manifestando desde a Antiguidade até ao Renascimento. O valor moral e educativo comumente reconhecido à poesia, a que não será estranha a antiga concepção do poeta como alguém possuidor de inspiração divina e acesso privilegiado ao conhecimento, subjaz ao estabelecimento de um género literário, em que criação poética e intenção didáctica dão corpo a um tipo muito particular de composição: o poema didáctico.

Deve notar-se, porém, que a utilização da poesia enquanto instrumento educativo tem um âmbito muito mais alargado do que o género específico da poesia didáctica, abarcando inclusivamente, a um nível mais lato, o uso abrangente que sempre se fez da obra dos poetas na educação.

Não obstante o privilégio concedido desde tempos recuados ao texto poético, em geral, como instrumento de ensino, afigura-se-nos por demais evidente que esta prática recorrente e prolongada se consubstancia, muito particularmente, na utilização de um tipo peculiar de texto no processo educativo: o enunciado proverbial-sentencioso.

Por conseguinte, não podia deixar de merecer a nossa atenção o estudo aprofundado da chamada literatura de sentenças, pela enorme importância que sempre adquiriu no processo educativo. É, pois, este um dos objectos principais do nosso trabalho, sobretudo nos casos assaz frequentes em que estes textos apresentam forma poética.

A literatura de sentenças integra-se, em certa medida, no quadro da poesia didáctica de carácter filosófico-moral, compartilhando com ela algumas características, das quais a mais saliente é, sem dúvida, a marcada intenção didáctica de ambos os textos. Os enunciados de tipo proverbial-sentencioso, que assumem, não raras vezes, a forma versificada, são colhidos, com frequência, de múltiplas fontes e organizados em colectâneas, que constituem, decerto, algumas das obras com maior divulgação desde o mundo greco-latino até ao século XVI.

À luz destes pressupostos, estruturámos o trabalho em três partes distintas, das quais a primeira terá um cariz marcadamente biográfico. De facto, não obstante toda a investigação que tem sido dedicada, até à presente data, ao estudo de Diogo Pires, a verdade é que inúmeros aspectos da sua vida e obra continuam a ter contornos pouco claros. Os poucos elementos conhecidos sobre a família, as actividades, as relações, as deambulações, em suma, sobre o próprio Diogo Pires fundavam-se, em grande medida, em testemunhos que o poeta faculta na sua obra.

Por conseguinte, entendemos ser bastante proveitoso e oportuno traçar um renovado esboço da biografia de Diogo Pires, naquele que pretende ser um contributo válido para uma melhor compreensão do importante papel dos judeus portugueses, em geral, e da família eborense Pires-Cohen, em particular, nos meandros do complexo xadrez político-económico e religioso da Europa do século XVI. Aí se estabelecem novos dados para o conhecimento da biografia deste ilustre humanista português e para a compreensão do que era a intrincada teia da comunidade judaica em diáspora. Porque esse foi um trabalho não realizado, até agora, pelos vários biógrafos e estudiosos de Diogo Pires, ele mereceu, da nossa parte, uma atenção muito especial e prolongada, como se verá.

No tocante ao poeta eborense, é nossa intenção proceder, em concreto, ao esclarecimento de muitos aspectos que estavam, até agora, obscuros. Na verdade, o papel desempenhado pelos judeus portugueses e pelo próprio Diogo Pires adquire, em nosso entender, uma importância inegável para a compreensão do Humanismo português e

sobretudo das relações únicas que este estabeleceu com o vasto espaço cultural da Europa de Quinhentos.

O *Cato Minor siue Disticha Moralia* representa um exemplo bastante significativo e original, no âmbito da literatura de sentenças do Humanismo português, de uma colectânea poética de tipo proverbial-sentencioso, com uma intenção marcadamente educativa. Procederemos, por isso, na segunda parte do trabalho, à análise das relações privilegiadas que se estabelecem entre poesia e didáctica, desde a Antiguidade Clássica até ao Renascimento. Dada a importância incontornável que o enunciado proverbial-sentencioso assume nesta relação, concede-se uma ênfase particular ao estudo das colectâneas deste tipo de textos do mundo greco-latino, que constituem, naturalmente, o lastro no qual se funda a obra do humanista português. Em razão disso, merecerão da nossa parte um tratamento mais aprofundado os *Disticha Catonis* e as *Sententiae* de Publílio Siro, que são dois exemplos paradigmáticos deste género.

Os textos dos humanistas são, como se sabe, profundamente devedores aos autores clássicos; por isso, muitos dos estudos que lhes são consagrados dedicam particular atenção à crítica de fontes. Muito embora se reconheça a pertinência desse tipo de análise, não foi essa a nossa opção, na medida em que uma tal via nos afastaria consideravelmente do objectivo que nos propusemos.

Muito importante se revela também, por outro lado, a questão da recepção, da criação e da utilização de colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos, no quadro da prática e da teoria da pedagogia humanista. Assim, impõe-se como necessária a análise das colectâneas mais significativas no Renascimento, ainda que se procure privilegiar, por motivos compreensíveis, as recolhas em língua latina, no Portugal de Quinhentos.

A última parte da nossa dissertação será inteiramente dedicada ao estudo específico do *Cato Minor siue Disticha Moralia* de Diogo Pires. Não deixará de se abordar a questão das circunstâncias que estiveram na génese desta obra e de se proceder ao estudo comparativo das duas edições venezianas, com a necessária descrição sucinta do conteúdo das várias e distintas partes do livro.

Convém, desde já, deixar bem claro que, não obstante ser nosso propósito abarcar, no trabalho ora apresentado, todas as partes da extensa colectânea poética, serão apenas dois

os conjuntos que merecerão da nossa parte um estudo mais exaustivo. Deste modo, será dada, evidentemente, uma atenção muito especial à colectânea poética dos *Disticha Moralia*, bem como aos *Carmina Moralia*, que lhe deram seguimento.

Referimo-nos, de forma objectiva, tanto ao conjunto inaugural dos *Moralium distichorum libri III*, que se encontram na origem do livro, como fica bem patente, desde logo, no próprio título – *Cato Minor siue Disticha Moralia*, como também à parte mais extensa e diversificada da obra, a colectânea dos *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III*. Este capítulo parece ter sido, no plano inicial do autor, um conjunto coerente e organizado de *carmina moralia*, que dava continuidade ao capítulo inicial dos dísticos morais.

A análise dos temas dominantes dos *Moralium distichorum libri III* e dos *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III* (neste último caso, atendemos sobretudo às composições de natureza eminentemente moral e didáctica) ocupa uma posição central nesta parte do trabalho, em que se procede ao estudo dos temas por nós considerados mais representativos: educação, costumes e moral, felicidade, a mulher e o amor, religião e *Res publica*.

Procura reflectir-se, por último, sobre as características individualizadoras do didactismo do *Cato Minor siue Disticha Moralia*, que permitem inscrever esta obra no quadro da antiga tradição da poesia didáctica, em particular da utilização específica do enunciado proverbial-sentencioso como instrumento de ensino por excelência.

A despeito da filiação da colectânea poética no género em que obviamente se insere, não é possível deixar de assinalar, de outro modo, as marcas próprias e distintivas que revelam, em determinados aspectos, a ruptura com a tradição e que fazem desta obra do poeta eborense um exemplo verdadeiramente significativo, no âmbito da poesia novilatina e da literatura de sentenças do Humanismo português e europeu.

Convirá ainda esclarecer alguns aspectos de pormenor sobre a metodologia utilizada na selecção e apresentação dos textos. Ao longo do trabalho faremos uso de inúmeros textos que se encontram, na maior parte das vezes, em latim. Por regra, proceder-se-á à transcrição do texto original, seguido da respectiva tradução, que é da nossa autoria, com a excepção dos casos, devidamente assinalados, em que já estava publicada uma versão que nos pareceu de qualidade indiscutível. Tomamos a opção, meramente formal, de apresentar

em verso a nossa tradução dos poemas latinos, por forma a facilitar o cotejo entre ela e a versão original.

Na transcrição dos textos latinos, adoptamos, no respeitante à grafia e à pontuação, os critérios mais em uso na moderna edição de textos clássicos, nomeadamente na colecção das *Belles Lettres* de que, aliás, nos serviremos, em geral, sempre que for necessário citar fontes greco-latinas¹.

Importa também fazer um esclarecimento adicional sobre as opções tomadas na edição e citação dos textos pertencentes ao *Cato Minor siue Disticha Moralia*, a obra que se constitui como objecto principal do nosso trabalho. Assim, transcrevem-se os textos utilizados, a não ser em situações muito pontuais e devidamente ressalvadas, a partir da segunda edição veneziana, publicada em 1596, por ser mais completa e cuidada.

O *Cato Minor* subdivide-se em 11 partes distintas, das quais a primeira – *Moralium distichorum libri III* – será objecto de uma análise mais pormenorizado da nossa parte. É conveniente assinalar, por conseguinte, a forma diferenciada como serão citados os dísticos morais dos três livros e do apêndice final. Em relação aos dísticos de cada um dos três livros independentes, indicar-se-á apenas o livro e os versos respectivos (*e. g. Disticha Moralia* 1.1-2); sempre que se referir um dístico pertencente ao apêndice final que foi publicado entre as páginas 38 e 41, nesse caso, menciona-se o número da página e dos versos (*e. g. Disticha Moralia*, p. 38, 15-16). No que toca às restantes composições de qualquer das outras partes do *Cato Minor*, procede-se sempre à simples indicação da página em que se encontra – *e. g. Cato Minor* (1596), 56.

¹ Veja-se a pormenorização dos critérios em S. T. PINHO (1987), 255-262.

FLAVII IACOBI
EBORENSIS
CATO MINOR,

SIVE DYSTICHA MORALIA
ad Ludimagistros Olyssipponenses:

ACCESSERE NOVA EPIGRAMMATA;
& alia nonnulla eodem Auctore.

*Opus pium, & erudiendis pueris ad
prime necessarium.*



VENETIIS,
Sub signum Leonis. M D XCII.

FRONTISPÍCIO DA *EDITIO PRINCEPS* DO *CATO MINOR* DE DIOGO PIRES



**JOANA DE ÁUSTRIA NA COMPANHIA DE SEU FILHO FILIPPO COSIMO, O DESTINATÁRIO
INICIAL DO *CATO MINOR SIVE DISTICHA MORALIA*¹**

¹ Retrato de autor desconhecido, pertencente à colecção da *Galleria degli Uffizi*, em Florença. Aproveitamos o ensejo para agradecer a ajuda inestimável prestada por Maïke Vogt-Lüerssen, investigadora dedicada ao estudo da história da arte, da cultura e da mulher, em particular na Idade Média e Renascimento, na selecção e identificação deste e de outros retratos dos Medici (veja-se o excelente sítio desta historiadora – <http://www.asn-ibk.ac.at/bildung/faecher/geschichte/maike/geschichte.html>).

I PARTE

Uma vida plena e peregrina

Capítulo 1

Preâmbulo

Nas últimas décadas, a vida e a obra do poeta Diogo Pires têm suscitado vivo interesse de um número cada vez maior de investigadores de várias nacionalidades e de diferentes áreas científicas. Em Portugal, Américo da Costa Ramalho¹ foi um dos primeiros a dedicar a sua atenção ao estudo do poeta eborense, com a publicação de vários artigos sobre o assunto. O ano de 1992 ficou marcado pela publicação de nada menos do que duas monografias de Carlos Ascenso André² e um artigo de George Hugo Tucker³ dedicados quase inteiramente ao humanista português. Não pretendemos fazer aqui uma enumeração pormenorizada dos inúmeros estudos, muitos deles da autoria de investigadores sérvios e croatas, publicados antes de 1992, uma vez que esse trabalho já foi apresentado de uma forma bastante exaustiva por C. A. André⁴. Posteriormente, G. Tucker⁵ e sobretudo C. A. André⁶ voltaram a publicar vários artigos dedicados a Diogo Pires. Vieram ainda à luz recentemente cinco novos trabalhos da autoria de Darko Novaković⁷, Pier Paolo Pedriali⁸, Eustaquio Sánchez Salor⁹ e Airtó Ceolin Montagner¹⁰.

Não obstante toda a investigação que tem sido dedicada até à presente data, sobretudo nos dois últimos séculos, ao estudo de Diogo Pires, a verdade é que inúmeros aspectos da sua vida e, por consequência, da sua obra continuam com contornos pouco claros. Os poucos elementos que havia sobre a família, as actividades, as relações, as deambulações, em suma, sobre a vida de Diogo Pires estavam fundamentados, em grande medida, em testemunhos que o próprio poeta faculta na sua obra, em particular na célebre carta, em parte autobiográfica, dirigida a Paulo Jóvio, no ano de 1547.

¹ A. C. RAMALHO (1979-1980), 235-239, 239-241; (1988), 121-137, 139-153.

² C. A. ANDRÉ (1992a) e (1992b).

³ G. H. TUCKER (1992).

⁴ C. A. ANDRÉ (1992a), 391-403; (1992b), 11-25.

⁵ G. H. TUCKER (1997) e (1998).

⁶ C. A. ANDRÉ (1994-1995), (1997a), (1997b), (1999), (2003) e (2004).

⁷ D. NOVAKOVIĆ (1998).

⁸ P. P. PEDRIALI (1998).

⁹ E. SÁNCHEZ SALOR (2002), (2003).

¹⁰ A. C. MONTAGNER (2003).

Até há bem pouco tempo, o longo período em que o humanista português viveu em Dubrovnik era quase o único do qual havia provas documentais da sua existência, externas à sua obra. De facto, após a notável monografia de D. Körbler¹¹, importantes estudos foram realizados no Arquivo Histórico de Dubrovnik por Jorjo Tadić¹² de que se socorreram Jorge P. S. Carvalho¹³ e C. A. André, a quem devemos a apresentação dos documentos e a análise aprofundada deste período da vida de Diogo Pires. No nosso esboço biográfico, não deixámos de nos servir dos estudos já realizados por estes quatro investigadores e de efectuar a consulta de cópia dos documentos referenciados, cedida amavelmente por C. A. André, cujos originais tivemos oportunidade de ler mais tarde no próprio Arquivo Histórico de Dubrovnik.

Entretanto, novas e recentes descobertas documentais vieram permitir que se fizesse luz sobre inúmeros aspectos da vida do poeta totalmente desconhecidos até então. Estudos efectuados desde meados dos anos 80 por dois investigadores da História dos Judeus Portugueses, Aron di Leone Leoni¹⁴ e Renata Segre¹⁵, e por uma investigadora de História da Economia, Viviana Bonazzoli¹⁶, nos Archivio di Stato di Ancona, Archivio di Stato di Ferrara, Archivio di Stato di Modena, Archivio di Stato di Pesaro, Archivio di Stato di Roma, Archivio di Stato di Venezia, e também no Stadsarchief de Antuérpia e nos Archives Générales du Royaume, em Bruxelas, permitiram a descoberta de importante documentação sobre Diogo Pires e a sua família.

Uma análise cuidada dos estudos entretanto publicados por estes três investigadores e dos próprios documentos por eles referenciados possibilitou-nos um fecundo cruzamento de informações com os dados biográficos de Diogo Pires que já eram conhecidos ou que eram tidos como prováveis. Na sequência da nossa investigação, procedemos também à consulta de inúmeros documentos, sobretudo do Archivio di Stato di Ferrara, que nos foram generosamente cedidos por Aron di Leone Leoni, e de documentação tanto do

¹¹ Cf. D. KÖRBLER (1917).

¹² Cf. J. TADIĆ (1971).

¹³ Cf. J. P. S. CARVALHO (1980/1981).

¹⁴ Cf. A. L. LEONI (1987), (1992), (1993), (1994), (1998), (2000 a/b), (2001a/b), (2004) e (2005).

¹⁵ Cf. R. SEGRE (1985), (1992), (1996).

¹⁶ Cf. V. BONAZZOLI (1987) e (2001-2002).

núcleo da Inquisição de Lisboa do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo como de alguns *Processi del S. Uffizio di Venezia*¹⁷.

Com o auxílio de todas estas novas fontes, não deixando evidentemente de manejar os dados que já eram conhecidos sobre a vida de Diogo Pires, cuja última síntese foi elaborada por Carlos Ascenso André¹⁸, procurou traçar-se um novo esboço da biografia do ilustre humanista português, que permitirá – assim o esperamos – uma melhor compreensão do papel dos judeus portugueses, em geral, e dos Pires, em particular, nos meandros do complexo xadrez político-económico e religioso da Europa do século XVI. Este trabalho permitiu-nos também explorar, sobretudo em determinados casos, que não deixaremos de assinalar, interessantes pistas de leitura da vasta obra poética de Diogo Pires.

¹⁷ Os *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti* bem como alguns processos da Inquisição Portuguesa com eles correlacionados encontram-se publicados, *in extenso*, em 14 volumes, graças ao incansável labor de Pier Cesare IOLY ZORATTINI.

¹⁸ C. A. ANDRÉ (1992a), 391-403; (1992b), 11-25.

Capítulo 2

Do nascimento à partida de Portugal

(1517-1535)

Ao romper da aurora do dia 5 de Abril de 1517, domingo de Ramos, na alentejana cidade de Évora, nasceu Diogo Pires. Nesse mesmo ano, Selim, o sultão dos Turcos otomanos submeteu o Egipto. Ao próprio poeta se devem estas indicações precisas sobre a data e a hora do seu próprio nascimento, testemunhado de forma poética pelas muralhas do famoso aqueduto de Évora:

*Videre illa meos Nonis Aprilibus ortus,
iam tenebris pulsus et ueniente die,
cum uirides oleas palmasque Oriente petitas
spargit humi uulgi candida religio.
Annus et hic magno fertur uictore Selino
nobilis imperii clade Paraetonii.¹*

Elas viram o meu nascimento nas Nonas de Abril,
expulsas já as trevas e ao despontar da luz,
quando verdes ramos de oliveira e palmas trazidas do Oriente,
no chão os espalha a crença sincera do povo.
E este ano é famoso graças à grande vitória de Selim
na ruína do nobre império paretónio.

Apesar de Diogo Pires em parte alguma da sua obra nos indicar o nome de seus pais, é sabido que nasceu no seio de uma família de cristãos-novos. A este título, são particularmente esclarecedores os seguintes versos dirigidos ao escritor Cipião Luccari, onde o próprio poeta eborense afirma as suas origens judaicas, de forma modesta mas convicta, assumindo-se como um descendente de Aarão:

*Lucar, luce magis Pyrrho dilecte poetae,
o qui praesidium es, qui decus omne meum:
qui genus? unde domo? uestra cur lentus in urbe
hospes agam? — de me quaerere saepe soles.*

¹ *Eleg.* 1.7.67-70. Reproduz-se a tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 12. No manuscrito das elegias, estes versos têm dois escólios que reiteram as indicações dadas na elegia *Ad Nicolaum Gottium* sobre o nascimento do poeta. Cf. C. A. ANDRÉ (1992b), 13.

*Non me paeniteat generis, dum nomen Aronis
nobile, dum maior gloria fratris erit.*²

Ó Luccari, tu, que mais do que a luz és caro ao poeta Pires,
tu, que és meu baluarte, tu, que és toda a minha glória:
qual a minha origem? de que casa eu venho? porque me acolho despreocupado
[à vossa cidade,
como um forasteiro? São perguntas que muitas vezes costumás fazer-me.
Não me pesa a origem, enquanto o nome de Aarão
for nobre, enquanto maior for ainda a glória de seu irmão.

Com efeito, os Pires pertencem à grande família dos Cohanim³, que se consideram descendentes do sumo sacerdote Aarão. Como já se conhece, Diogo Pires adoptou, em Dubrovnik, o nome hebraico da sua família, utilizando em vários documentos⁴, onde se inclui o seu próprio testamento, o nome de Ysaia Cohen.

Não há razão para duvidar das palavras que Diogo Pires dirige ao mesmo Cipião Luccari, das quais se infere que a sua família era natural da cidade de Évora, onde estava estabelecida havia muitas gerações:

*At qua militiae princeps Viriatus Iberae
non semel effusus hostibus emicuit,
est Eborae; o sanctum nomen mihi! Vidit auorum
tempora, natalem uidit et illa meum.*⁵

Mas por onde Viriato, comandante das tropas ibéricas,
mais do que uma vez se lançou contra os inimigos dispersos,
aí fica Évora; oh, nome para mim sagrado! Ela viu o tempo
de meus avós, ela viu também meu nascimento.

Esta indicação de que a família de Diogo Pires estava há já muitas gerações estabelecida em Évora comprova que os seus antepassados eram judeus portugueses, ao contrário de muitos outros que entraram em Portugal, sobretudo ao longo do século XV, na sequência das perseguições de que eram objecto por terras de Castela e Aragão⁶.

Das muitas famílias originárias de Espanha que se foram estabelecendo em Portugal, sobretudo nos finais do século XV, descendem Francisco e Diogo Mendes e Beatriz de

² *Cato Minor* (1596), 159-160. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 35.

³ Cf. *ENCICLOPEDIA Judaica Castellana*, s. u. 'Cohen'.

⁴ Sobre a documentação existente no Arquivo Histórico de Dubrovnik, cf. J. TADIĆ (1971), 239-245, J. P. S. CARVALHO, 88-93, A. C. RAMALHO (1988), 133-136, e C. A. ANDRÉ (1992b), 22-25.

⁵ *Cato Minor* (1596), 159-160. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 35.

⁶ Sobre a entrada em Portugal de judeus provenientes dos restantes reinos ibéricos ao longo do século XV, cf. I.-S. RÉVAH (1975), 188-189 e M. J. F. TAVARES (1987b), 341-368.

Luna, mais tarde conhecida como D. Grácia Nasci, para não falar de Samuel Usque⁷ ou do não menos célebre Garcia de Orta⁸, se bem que estes três últimos tenham nascido já em Portugal. O famoso autor dos *Colóquios dos simples e das drogas*, também ele alentejano à semelhança de Diogo Pires, natural de Castelo de Vide, partiu para Oriente. Os restantes, com excepção de Francisco Mendes, que permaneceu em Lisboa até à data da sua morte, viajaram rumo a Antuérpia. Estes últimos cruzar-se-ão várias vezes, como veremos, com o poeta eborense nos caminhos do desterro.

Diogo Pires nasce no ano de 1517, sob o reinado de D. Manuel, mas tanto o seu destino como o da sua família ficarão marcados decisivamente pelos acontecimentos que ocorreram no conturbado período que se seguiu à expulsão dos judeus de Espanha, no ano de 1492. Julgamos, por isso, imprescindível traçar um quadro, necessariamente sumário, dos principais acontecimentos históricos atinentes à questão dos judeus/cristãos-novos⁹, nesse período.

A chegada de judeus originários do reino vizinho atingiu proporções impressionantes com a promulgação pelos Reis Católicos do édito de expulsão, no final de Abril de 1492¹⁰. Muitas famílias judaicas de extractos sociais variados transpuseram apressadamente a fronteira portuguesa, alterando de forma significativa o já precário equilíbrio existente entre a comunidade cristã e judaica¹¹. A situação dos judeus em Portugal degrada-se

⁷ Convém recordar que a própria obra *Consolação às tribulações de Israel* do cristão-novo Samuel Usque constitui uma das fontes privilegiadas para o estudo dos acontecimentos ocorridos no período a que nos vamos reportar, isto é, desde a expulsão dos judeus de Castela, em 1492, até ao estabelecimento da Inquisição em Portugal. Cf. S. USQUE (1989), fls. Bbiiiir-Ddir, na edição fac-similada da *editio princeps*, publicada em Ferrara, em 1553, nos prelos de Abraão Usque. *Vide*, igualmente, os importantes estudos introdutórios que acompanham esta edição fac-similada, da autoria de Y. H. YERUSHALMI (1989), 15-123, e de J. V. P. MARTINS (1989), 125-404.

⁸ Garcia de Orta foi integrado na história do cripto-judaísmo peninsular apenas na primeira metade do século XX, pois até à publicação do inovador estudo biográfico de A. S. CARVALHO (1934), dedicado ao autor dos *Colóquios dos Simples e das Drogas*, desconheciam-se por completo as origens hebraicas de Garcia de Orta. Cf. a revisão da biografia do famoso médico e botanista português levada a cabo por I.-S. RÉVAH (1960), 407-420.

⁹ Sobre os conturbados acontecimentos ocorridos desde a chegada da vaga de refugiados judeus, em 1492, até ao estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal, no reinado de D. João III, cf. A. HERCULANO, livs. II-VI; J. M. REMÉDIOS (1895), cap. V-VII; J. L. AZEVEDO (1975), 17-111; I.-S. RÉVAH (1975), 185-229.

¹⁰ O édito de expulsão foi assinado por D. Fernando e D. Isabel, em Granada, no dia 31 de Março de 1492, mas só foi promulgado no final de Abril. Os números apresentados pelas diversas fontes divergem bastante, mas o número de judeus entrados em Portugal, no ano de 1492, contar-se-á sempre na casa das várias dezenas de milhar. Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 41-55; I.-S. RÉVAH (1975), 188-189; M. J. F. TAVARES (1987b), 350-356.

¹¹ M. J. F. TAVARES (1994-1995), 247-248, com base na documentação existente, calcula que o contingente de judeus entrado unicamente na cidade de Évora, terra natal de Diogo Pires, deveria ter rondado

rapidamente após a chegada desta enorme vaga de refugiados. D. João II autorizou a permanência dos judeus expulsos de Espanha por um prazo de oito meses, cobrando-lhes à entrada um pesado tributo¹². Findo esse prazo, os judeus teriam de abandonar o país, com excepção de 600 famílias privilegiadas que tinham obtido o direito de permanência a troco do pagamento de uma soma avultada. Muitos destes judeus não conseguem sair do país antes do limite estabelecido, pois não lhes são colocados à disposição, de forma deliberada, os navios necessários. São acusados, por isso, de incumprimento do estipulado e remetidos à condição de escravos a menos que aceitem o baptismo.

A subida de D. Manuel ao trono, sobretudo nos primeiros anos, deu azo a que os judeus acalentassem esperanças de que a sua difícil situação podia alterar-se. O monarca, porém, ambicionava uma futura unificação ibérica através do casamento com a jovem princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos. Esse casamento, no entanto, dependia do cumprimento de uma condição prévia: a expulsão dos judeus de Portugal. A 5 de Dezembro de 1496, as ambições dinásticas de D. Manuel levam-no a decretar a expulsão do reino das comunidades judaica e moura, salvaguardando, no entanto, que os judeus que não pretendessem converter-se ao catolicismo veriam assegurada a sua saída de Portugal até finais de Outubro de 1497¹³.

Por esta altura, há milhares de judeus reunidos em Lisboa, nos Estaus, a aguardar a chegada de embarcações, para sair de Portugal. D. Manuel, não obstante o estipulado no decreto de expulsão, nega-lhes a partida e decide mandar baptizar à força estes milhares de judeus que, mais tarde, com especial incidência na literatura inquisitorial, receberão o nome de ‘os baptizados em pé’¹⁴.

D. Manuel tinha, por certo, consciência da importância capital que a comunidade judaica assumia em várias áreas, nomeadamente na finança e no comércio, áreas cruciais para dar músculo à dispendiosa expansão ultramarina¹⁵. O soberano almejava alcançar a

os 8.000 indivíduos, número deveras significativo mesmo para aquela que era já a segunda cidade portuguesa em número de habitantes judeus.

¹² Sobre as várias condições impostas por D. João II aos judeus de Espanha e ao seu destino depois de terem entrado no reino de Portugal, cf. J. L. AZEVEDO (1975), 20-23 e I.-S. RÉVAH (1975), 188-189.

¹³ Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 57; I.-S. RÉVAH (1975), 190.

¹⁴ Esta foi seguramente a ocasião em que se procedeu, em Portugal, ao baptismo compulsório de um maior número de judeus. Para uma análise comparativa das fontes cristãs e hebraicas sobre os vários baptizados à força tanto no reinado de D. João II como no de D. Manuel, cf. E. LIPINER (1998), 13-52.

¹⁵ O historiador D. S. LANDES (2001), 185-205, argumenta que um dos motivos principais pelos quais Portugal e Espanha «perderam o comboio da chamada revolução científica» foi precisamente

unidade religiosa do reino por meio da integração da minoria judaica e não propriamente da sua expulsão¹⁶.

Evidentemente, o fluxo de judeus que conseguiam fugir do país intensificou-se bastante a partir de 1497, a tal ponto que D. Manuel se vê forçado, no ano de 1499, a proibir os cristãos-novos de saírem de Portugal com as suas mulheres e filhos, carecendo para o efeito de autorização prévia¹⁷. Não obstante os esforços envidados, uma vez mais, pelo monarca para manter no país os judeus recém-baptizados¹⁸, isto é, os cristãos-novos, estes continuam a ser vistos como judeus por grandes franjas da população. A mentalidade anti-semita não esmorece. Uma tensão crescente e imparável entre cristãos-velhos e cristãos-novos percorre o país de lés a lés. Este autêntico barril de pólvora explode, na sua intensidade máxima, com os terríveis acontecimentos de Abril de 1506, na cidade de Lisboa.

Na ausência da corte de D. Manuel, que saíra da capital devido à epidemia de peste, mais de 2.000 cristãos-novos, entre homens, mulheres e crianças, são chacinados sem apelo nem agravo no meio de um gigantesco levantamento popular. Uma onda avassaladora de destruição e de morte varre a capital do reino durante vários dias¹⁹. A ordem, por fim, é restabelecida a mando do próprio rei e os incitadores à desordem pública são severamente justicados. No seguimento de insistentes pedidos dos conversos, no dia 1 de Março de 1507, D. Manuel decide anular a proibição de saída do país, que vigorava até então para os cristãos-novos²⁰.

É lícito presumir que, nos anos seguintes, houve, por certo, um recrudescimento da emigração de cristãos-novos, que se foram dispersando e formando comunidades em variadíssimas partes²¹, onde podiam viver livremente, assumindo a sua condição de judeus,

a intolerância religiosa e a expulsão dos judeus. Acerca desta questão, cf. igualmente J. G. SILVA (1987), *maxime*, 123-129.

¹⁶ Sobre os objectivos e os resultados práticos desta política, cf. M. J. F. TAVARES (1987a), 15-66.

¹⁷ Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 58; I.-S. RÉVAH (1975), 192.

¹⁸ Em proclamação de 30 de Maio de 1497, em data anterior à conversão forçada, D. Manuel assegura que, durante um período de 20 anos, os cristãos-novos não seriam sujeitos a inquirições sobre a sua fé e que, além disso, não haveria lugar a discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Este privilégio viria a ser renovado pelo monarca nos anos de 1507 e de 1512. Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 57-61; I.-S. RÉVAH (1975), 193.

¹⁹ Sobre os trágicos acontecimentos de Abril de 1506 e conseqüente punição de D. Manuel, cf. J. L. AZEVEDO (1975), 59-61; I.-S. RÉVAH (1975), 193-194; Y. H. YERUSHALMI (1976), 1-91.

²⁰ J. L. AZEVEDO (1975), 61; I.-S. RÉVAH (1975), 193; Y. H. YERUSHALMI (1976), 30-31.

²¹ Cf. S. USQUE (1989), fls. Ddi-Eeii, que nos relata as tribulações «Dos que saírom e saem de Portugal» desde o ano de 1506. Sobre as conseqüências do decreto de 1 de Março de 1507 de D. Manuel, *vide* também Y. H. YERUSHALMI (1976), 31-32.

ou onde a sua presença era, pelo menos, bem tolerada. Deve assinalar-se, porém, que o número daqueles que ficaram será sempre, em qualquer circunstância, superior ao dos que partiram.

Entretanto, a política de integração dos cristãos-novos dava sinais de estar a fracassar, a tal ponto que, por volta de 1515, D. Manuel começa a considerar seriamente a hipótese de estabelecer a Inquisição em Portugal²².

Com a chegada de D. João III ao trono, em 1521, a situação dos cristãos-novos, já de si difícil, torna-se ainda mais precária. Este monarca adopta uma política dúbia no que toca aos cristãos-novos. Se, por um lado, nos primeiros anos, renova as garantias dadas por D. Manuel, por outro, manda espiar os cristãos-novos com o objectivo de obter provas do seu comportamento herético²³. Nos começos da década de 30, entra em vigor legislação proibindo, de novo, a saída do país dos cristãos-novos e a venda dos seus bens sem prévia autorização régia (1532 e 1535)²⁴.

As gravíssimas dificuldades económicas que o reino atravessava eram cada vez mais notórias e acentuavam-se de forma irreversível. D. João III toma a decisão de instituir a Inquisição em Portugal segundo o modelo espanhol. Inicia-se, então, um longo e intrincado processo de negociações com vista à instituição do Tribunal Inquisitorial. Envolvem-se neste difícil processo representantes das três partes envolvidas: D. João III, a Cúria papal e os Cristãos-novos.

Estes últimos constituíam um grupo com alguma dimensão, bem organizado e com poder político-económico real, tanto em Portugal como nas comunidades no exterior do país. A Nação²⁵ Portuguesa de Antuérpia, liderada incontestavelmente pelo famoso mercador Diogo Mendes, constituiu durante a primeira metade de Quinhentos uma das maiores e, quiçá, a mais importante comunidade de cristãos-novos portugueses fora de Portugal, da qual fez parte integrante, durante vários anos, a família de Diogo Pires.

Num complexo jogo de interesses, a Cúria papal tanto concede apoio às pretensões dos cristãos-novos²⁶, como não deixa também de contemplar, ao mesmo tempo, as de

²² Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 62; I.-S. RÉVAH (1975), 194; Y. H. YERUSHALMI (1976), 33-34.

²³ Cf. I.-S. RÉVAH (1975), 197-198.

²⁴ Cf. J. L. AZEVEDO (1975), 76, 86; I.-S. RÉVAH (1975), 203-204.

²⁵ Sobre as acepções da palavra 'Nação', cf. H. P. SALOMON (1991), 30.

²⁶ A bula de perdão expedida pelo Papa Clemente VII, no dia 7 de Abril de 1533, anula os processos anteriormente instaurados aos cristãos-novos. Um breve papal, de 12 de Outubro de 1535, reafirma o perdão antes concedido, adiando por alguns meses a instituição da Inquisição. Cf. I.-S. RÉVAH (1975), 201-202.

D. João III, acabando mais tarde por cumprir integralmente o desejo do monarca português. As negociações, com múltiplos avanços e recuos, têm início no começo da década de 30 e só terminam verdadeiramente com a expedição pelo papa Paulo III da bula *Meditatio cordis*, de 16 de Julho de 1547, com a supressão de todas as limitações anteriormente impostas à actuação do Tribunal do Santo Ofício²⁷. Não obstante todos os esforços e diligências dos cristãos-novos, já alguns anos antes, com a bula de 23 de Maio de 1536²⁸, a Inquisição tinha acabado por se estabelecer em Portugal, ainda de forma incipiente, mas irreversível.

Diogo Pires foi testemunha de boa parte destes acontecimentos. Ainda assim, relembra a sua infância como um período particularmente feliz. A julgar por um breve poema, onde o humanista sublinha a importância do bom nome, deduz-se que terá vivido os seus primeiros anos na cidade de Évora ao cuidado dos pais e, decerto, do avô:

BONI NOMINIS MAXIMA IACTURA

*Cum Lusitanis agerem puer otia terris,
saepe pater (memini) saepe monebat auus:
'Ferre decet quaecumque uenit iactura peculi;
at iactura boni nominis, illa premit'.²⁹*

A MAIS ALTA PERDA É A DO BOM NOME

No tempo em que, ainda criança, ocupava eu os meus ócios por terras lusitanas,
muitas vezes o meu pai, bem me lembro, muitas vezes o meu avô me advertiam:
'Forçoso é suportar toda a perda que nos advém, se de riqueza;
mas a perda do bom nome, essa arrasa'.

Apesar das notórias e crescentes dificuldades sentidas pelos cristãos-novos, Diogo Pires seguiu o exemplo do seu parente João Rodrigues de Castelo Branco, mais conhecido por Amato Lusitano³⁰, matriculando-se como aluno da Universidade de Salamanca. Desde muito cedo, estes dois homens, irmanados pelo sangue e por um destino comum, seguem

²⁷ Cf. I.-S. RÉVAH (1975), 213.

²⁸ Sobre o complexo processo que esteve na base do estabelecimento definitivo da Inquisição em Portugal, cf. A. HERCULANO, livs. III-V; J. L. AZEVEDO (1975), 67-111; I.-S. RÉVAH (1975), 185-229; M. J. F. TAVARES (1987a), 105-173.

²⁹ *Cato Minor* (1596), 106. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 60.

³⁰ A biografia de Amato Lusitano foi traçada por M. LEMOS (1907) numa obra que ainda hoje, apesar de quase centenar, continua a ser uma leitura obrigatória. Note-se que este investigador, alguns anos após a publicação desta excelente biografia, corrigiu e acrescentou substancialmente muito do que tinha escrito antes, publicando o resultado do seu trabalho em duas revistas distintas, nos *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* (1915), e na *Revista da Universidade de Coimbra* (1927). R. JORGE, não muito tempo depois, apresentou a sua também notável biografia de Amato Lusitano.

trilhos muito semelhantes pelos penosos caminhos da diáspora³¹. Cultivam uma sólida amizade, de parte a parte, que só será quebrada pela morte de Amato, em Salonica, no ano de 1568.

Amato Lusitano, nascido em 1511, frequentou o Estudo de Salamanca, precedendo seguramente Diogo Pires na sua ida até à cidade do Tormes. Alguns anos depois, Amato, entre o final de 1533 e o princípio de 1534, volta a ser o primeiro a tomar a iniciativa de viajar, desta vez, rumo a Antuérpia³², que nesses anos podia justamente ser considerada a capital do sefardismo.

Para a Universidade de Salamanca afluíram numerosos estudantes portugueses³³, entre eles alguns cristãos-novos, como o já referido Garcia de Orta ou o não menos famoso Luís Nunes³⁴, condiscípulo de Amato. A fama dos estudos salmanticenses e a proximidade de Salamanca, sobretudo para aqueles que viviam perto da fronteira espanhola, já que Lisboa distava tanto ou mais, constituíam um forte motivo de atracção. A única prova indiscutível que possuímos dos estudos de Diogo Pires na Universidade de Salamanca deve-se, uma vez mais, a indicações fornecidas pelo poeta que afirma ter sido aluno, na Retórica, do famoso Pinciano, ou seja, Hernán Núñez de Toledo y Gusmán (1475-1553)³⁵, e, na Dialéctica, do dominicano Domingos Soto (1495-1560)³⁶. Em elegia publicada no *Carminum liber unus*, a sua primeira obra poética saída a lume, em Ferrara, no ano de 1545, o poeta aconselha o seu sobrinho Diogo Vaz a seguir os seus passos nos estudos salmanticenses e evoca os seus tempos de estudante com bastante saudade³⁷.

³¹ Cf. C. A. ANDRÉ (1992b), 104-106. G. H. TUCKER, nos seus três artigos de (1992), (1997) e (1998), desenvolve a sua investigação no sentido de evidenciar as relações privilegiadas entre Diogo Pires e Amato Lusitano, em particular durante permanência de ambos na Flandres.

³² Sobre a determinação da data de partida de Amato para Antuérpia, cf. M. LEMOS (1915), 4-5. J. V. SERRÃO (1962), 243, propõe, embora com alguma reserva, que a chegada de Amato a Antuérpia deve ser colocada entre Fevereiro de 1537 e Julho de 1540. Julgamos, porém, que esta indicação não é exacta, pois a partida de Amato tem de ser forçosamente anterior. Basta dizer que Amato publicara, no ano de 1536, a sua primeira obra em Antuérpia.

³³ No que respeita à frequência do Estudo de Salamanca por estudantes portugueses na primeira metade de Quinhentos, cf. J. V. SERRÃO (1962), 89-150.

³⁴ A identificação de Luís Nunes, condiscípulo de Amato, entre os vários homónimos que ao tempo estudaram em Salamanca, tem sido objecto de inúmeras conjecturas, cf. J. V. SERRÃO (1962), 243-247; V. ARRUDA (1982), 446-450; A. C. RAMALHO, *ENCICLOPÉDIA VERBO*, s. u. 'NUNES, Luís'. A questão, porém, foi resolvida recentemente pela antiga directora do Arquivo da Universidade de Salamanca, que dá notícia de que Luís Nunes de Santarém aprovou, em 13/4/1532, quatro cursos de Medicina dos anos 1528-31 e dez lições. Cf. T. SANTANDER (1984), 274, registo n.º 2210.

³⁵ Cf. *Cato Minor* (1596), 117. C. A. ANDRÉ (1992b), 13-14.

³⁶ Cf. *Cato Minor* (1596), 78. C. A. ANDRÉ (1992b), 14.

³⁷ Cf. *Carm.*, fls. Ciiiiiv-Diii, *maxime*, vv. 56-73. *Vide* texto e tradução da elegia em C. A. ANDRÉ (1992b), 96-104.

A definição exacta dos anos em que Diogo Pires estudou em Salamanca não se revela uma questão fácil de solucionar, pois a documentação existente não é conclusiva. Teresa Santander, no seu estudo sobre os estudantes de medicina de Salamanca no século XVI, menciona três alunos de medicina, na década de trinta, com o nome de Diego Pérez³⁸. Talvez o primeiro registo, sob o número 2422, possa corresponder à inscrição do poeta eborense, pois respeita a um estudante que aprovou em «31-VII-[1534] tres cursos de 1531-33 (Lib. 547 f. 140v); 29-X-1535 un curso de Medicina de 1534 y diez lecciones (Lib. 549 f. 100v)». Em relação aos dois registos seguintes, não podem referir-se a Diogo Pires, a não ser que se equacione um muito improvável regresso a Salamanca posterior à sua chegada a Antuérpia, em 1535, pois o primeiro aluno (registo n.º 2423) obtém o bacharelato, em 26/2/1536, e o segundo (registo n.º 2424) a licenciatura, em 6/2/1539.

Igualmente controversa tem sido também a definição exacta dos anos em que Amato Lusitano estudou em Salamanca³⁹. A questão, porém, foi definitivamente resolvida por Teresa Santander, antiga directora do Arquivo da Universidade de Salamanca, ao comprovar que o famoso médico de Castelo Branco, em 18/3/1532, concluiu com sucesso quatro cursos de Medicina dos anos 1528-1531, obtendo o grau de bacharel em Medicina, no dia 19 de Março de 1532, com o Dr. Agostinho Lopes⁴⁰. Os estudos de Amato coincidem com os do seu compatriota Luís Nunes, que figura, aliás, como sua testemunha de aprovação dos cursos e do bacharelato.

Como se pode constatar, são escassas as informações sobre a infância e juventude de Diogo Pires até ao momento da sua partida definitiva de Portugal, ocorrida pouco depois de ter celebrado o seu décimo oitavo aniversário, em 17 de Abril de 1535⁴¹. O jovem abandona o país, por ordem do pai, numa altura em que a situação dos cristãos-novos em Portugal se tornava cada vez mais precária. Além disso, as negociações na Cúria romana não corriam de feição para os cristãos-novos, e antevia-se, a breve trecho, o estabelecimento da Inquisição em Portugal, como de facto veio a ocorrer no ano seguinte.

³⁸ Cf. T. SANTANDER (1984), 294, registos n.º 2422, 2423 e 2424.

³⁹ Sobre as diferentes conjecturas que se fizeram sobre a questão, cf. M. LEMOS (1915), 1-5; J. V. SERRÃO (1962), 238-243. Para uma análise pormenorizada dos estudos e da prática cirúrgica de Amato, em Salamanca, cf. M. LEMOS (1907), 17-38, IDEM (1915), 89-106; R. JORGE, 37-134.

⁴⁰ AUS, lib. 542, fls. 88-89. Cf. T. SANTANDER (1984), 64-65 e 322-324, registo n.º 2714.

⁴¹ Assinale-se que, desde 14 de Junho de 1532, os cristãos-novos estavam impedidos de abandonar o país ou de vender as suas propriedades. Esta interdição de saída foi renovada por mais três anos a partir do dia 4 de Julho de 1535, cf. I.-S. RÉVAH (1975), 203-204.

O pai de Diogo Pires tinha seguramente conhecimento do evoluir destas negociações e do enorme perigo que se avizinhava. Compreendem-se, pois, as razões que estão subjacentes à ordem indiscutível dada ao filho. A indicação do triste momento da partida de Portugal está dada pelo próprio poeta num escólio a um dístico dedicado a D. João III:

*Sub hoc rege, iussu patris, adulescens uixdum XIII annum, egressus, id quod non sine lacrimis scribo, et patriae fines et dulcia rura reliqui, anno 1535.*⁴²

Neste reinado, a mando de meu pai e adolescente de apenas dezoito anos, eu parti: facto que não é sem lágrimas que escrevo; e os confins e os doces campos da pátria eu deixei, no ano de 1535.

Quando escreveu este escólio, o poeta tinha decerto no seu espírito o célebre texto virgiliano, em que o pastor Melibeu lamenta também a partida dos doces campos da pátria. As palavras com que dá conta da partida não deixam dúvidas de que o exílio é uma realidade marcante na sua vida e, por isso mesmo, bastante sentida. A relação entre os dois textos é evidente:

*nos patriae finis et dulcia linquimus arua;
nos patriam fugimus; [...].*⁴³

Nós deixámos os territórios da pátria e os doces campos;
nós fugimos da pátria; [...].

Os dados relativos às circunstâncias da saída de Diogo Pires na viagem que o levou de Portugal até Antuérpia merecem, em alguns aspectos, uma revisão da nossa parte. Pelo que o poeta eborense afirma, é lícito admitir que os seus estudos em Salamanca, no cumprimento da ordem do pai, tenham sido interrompidos antes da partida⁴⁴. De facto, pode afirmar-se, com relativa segurança, que Diogo Pires, por meados de 1535, embarcou na cidade de Lisboa rumo a Antuérpia⁴⁵. O navio em que viajava pode ter feito, provavelmente, escala em algum porto de Inglaterra, como aliás era frequente, mas esse não era o seu destino.

Cerca de dois anos depois, em 1537, também embarcou em Lisboa com destino a Antuérpia a famosa D. Beatriz de Luna, viúva do célebre mercador cristão-novo Francisco

⁴² *Cato Minor* (1596), 76. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 14.

⁴³ *Ecl.* 1.3-4. Tradução de J. P. MENDES (1997), 168-170.

⁴⁴ Cf. C. A. ANDRÉ (1992a), 395-396; (1992b), 15.

⁴⁵ Segundo V. M. GODINHO (1984), 356, a viagem de Lisboa até Antuérpia demorava entre 12 e 15 dias. J. A. GORIS (1925), 155, estima que a viagem de Antuérpia até Lisboa, desde que fosse feita em condições favoráveis, durava pelo menos 15 dias. No caso de a viagem ser feita sem vento de feição ou por embarcações mais pequenas e lentas, o número de dias de viagem podia aumentar de forma significativa.

Mendes. Para o efeito, o seu cunhado, Diogo Mendes, que tinha tomado, por morte do irmão, as rédeas dos negócios da família, fretou um navio inglês que fez uma paragem em Londres na sua viagem rumo a Antuérpia⁴⁶.

Alguns investigadores têm referido a passagem do poeta e da sua família por Inglaterra, em 1535, baseando-se na famosa carta de Diogo Pires a Paulo Jóvio⁴⁷, de 1547. De facto, o próprio Diogo Pires afirma, em dois passos distintos da mesma carta, ter estado em Londres. Diz, por um lado, ter assistido pessoalmente, na cidade de Londres, a uma demanda de um seu irmão de raça que se apresentara ao próprio Henrique VIII; por outro, um pouco mais adiante, afirma ter-se encontrado, na mesma cidade, com um misterioso Luís Neamias⁴⁸.

Nada prova, porém, que Diogo Pires, nos dois passos citados, esteja a referir-se a factos ocorridos na cidade de Londres, em 1535. É nossa convicção, pelo contrário, que em nenhuma das duas situações o poeta está a relatar factos ocorridos durante essa hipotética curta escala de 1535. Isso mesmo se pode inferir directamente da leitura da carta a Paulo Jóvio:

Sed nec dubito quin de bello transmarino quod continenter alterna fortuna cum Mauris gerimus mentionem sic factururus.

*Amisimus nos abhinc septennio tres pulcherrimas in eo tractu urbes, quarum una, ui atque armis expugnata, magna sanguinis effusione in hostium potestatem uenit, olim Hesperion Ceras uocabant. Ceteras consulto incensas hostibus reliquimus. Ludovicus quidam Neamias, qui ea urbe expugnata uulneratus in manus hostium uenerat, commentarios a se confectos de eo bello mihi Londini praelegebat, quorum lectione mirifice delectabar. Erant enim in his multa de xarifiorum fratrum, apud quos ille biennium captiuus egit, imperio et fortuna uere et eleganter conscripta. Eos ego commentarios, si aliquando nanciscerer, magni equidem muneris loco ducerem, ut quoquomodo a me Latine loquentes ad te subito transmitterem.*⁴⁹

E não tenho dúvidas de que da guerra de além-mar que, por entre o vai-vem da Fortuna travamos com os Mouros, deverias ter feito menção.

⁴⁶ Sobre os contornos da viagem de Beatriz de Luna, cf. C. ROTH (1990), 33; P. GRUNEBAUM-BALLIN (1968), 30-32; H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 148-151.

⁴⁷ A carta manuscrita, datada de Fevereiro de 1547, encontra-se na Biblioteca Nazionale ed Universitaria Estense – Modena: *Fondo Estense*, Ms. Alfa 06,15, fls. 161-162v. Cf. a transcrição de P. KOLENDIĆ (1961), 14-17, bem como a edição da carta e respectiva tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 159-174.

⁴⁸ *Vide* os dois passos em questão (texto latino e tradução) em C. A. ANDRÉ (1992b), 162 e 164, 170 e 174. Sobre a interpretação dada às passagens referidas, cf. C. A. ANDRÉ (1992a), 396-397; IDEM (1992b), 15; G. H. TUCKER (1998), 94.

⁴⁹ Cf. texto e tradução em C. A. ANDRÉ (1992b), 164 e 174.

Perdemos desde há sete anos, nesse arrastar do tempo, três das mais formosas cidades, uma das quais, expugnada pela força das armas com grande efusão de sangue,olveu-se em fortaleza dos inimigos – chamavam-lhe outrora Hesperion Ceras. As restantes, deliberadamente as deixámos cair incendiadas nas mãos do adversário. Um tal Luís Neamias que no saque daquela cidade caíra ferido em poder do inimigo, lia-me em Londres comentários a essa guerra, por ele redigidos, em cuja leitura eu me comprazia. De facto, havia neles muitas informações sobre o poder e a fortuna dos irmãos xerifes, entre os quais viveu cativo durante dois anos, escritas com verdade e com elegância. Esses comentários, se alguma vez eu os reencontrar, decerto os hei-de promover a lugar de destaque para que, vertidos por mim de qualquer forma em língua latina, de imediato tos possa transmitir.

As três praças referidas foram abandonadas no reinado de D. João III, no início da década de 40. Diogo Pires alude à queda das praças africanas⁵⁰, em particular, à trágica perda de Santa Cruz do Cabo de Gué, designada por ‘Hesperion Ceras’, e ao abandono posterior de Azamor e Safim. A praça de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir) foi sujeita a um duro cerco a partir de 16/2/1541 e, não muito tempo depois, em 12/3/1541, em circunstâncias dramáticas, acabou por soçobrar ao forte ataque desferido pelas forças inimigas. Esta derrota abalou por completo os estabelecimentos portugueses no Marrocos Meridional e levou à evacuação, no mês de Outubro do mesmo ano de 1541, das praças de Azamor e Safim.

Luís Neamias, com quem Diogo Pires diz ter-se encontrado em Londres, caiu ferido em poder do inimigo no saque da praça de Santa Cruz do Cabo de Gué, que ocorreu em 12/3/1541. Segundo também é dito, esteve dois anos cativo, pelo que a sua presença em Londres só é possível, na melhor das hipóteses, a partir de meados do ano de 1543. Sendo assim, podemos afirmar que os factos relatados na carta a Paulo Jóvio não podem ter ocorrido, em caso algum, antes de meados do ano de 1543. Concluimos, portanto, que Diogo Pires, depois dessa data, viajou desde Ferrara, onde já se encontrava com o pai há algum tempo, até à cidade de Londres⁵¹.

Se bem que não possamos, apesar do que foi dito, arredar por completo uma eventual passagem por Inglaterra na viagem rumo a Antuérpia, em 1535, ao invés, é lícito inferir das palavras de Diogo Pires que, se eventualmente por lá aportou, não deve ter tardado

⁵⁰ Cf. R. RICARD, *DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL*, s. u. ‘Santa Cruz do Cabo de Gué’, ‘Azamor’ e ‘Safim’.

⁵¹ Cf., *infra*, pp. 103 *sqq.*, onde se trata com mais pormenor, não só das viagens de Diogo Pires a Londres, como das actividades dos judeus portugueses, em geral, e da família Pires, em particular, em Inglaterra.

muito em chegar às margens do Escalda. É, aliás, ele próprio quem também nos fornece essa preciosa informação.

Num longo escólio a um dístico publicado no *Cato Minor*, o poeta faz-nos um relato de uma refinada ironia sobre um indivíduo que lhe chamou a atenção, quando se encontrava em Lisboa. Começa por descrever minuciosamente uma raça de homens muito pequenos, *seminus*, originários de África, por certo os berberes. Narra com bastante pormenor a extraordinária habilidade destes indivíduos para a caça aos leões. A certa altura, acrescenta que viu um destes homens na capital do Reino.

Mas, quando já estamos convencidos de que Diogo Pires viu mesmo um destes homens, eis que surge a revelação da verdade: o indivíduo em questão afinal era um jovem branco, de estatura normal, que se vangloriava, num castelhano fluente, de ter matado nada menos que dez leões. Provinha de Marrocos e os que o acompanhavam afiançavam as suas façanhas. A situação causa alguma estranheza ao leitor que pouco antes pudera ver o dístico, intitulado *Leo*, que o referido escólio acompanha:

LEO

*Qui leo Marmarica fremit et dominatur arena,
o quoties curuo stratus ab ense, iacet.*⁵²

O LEÃO

O leão da marmárica que ruge e domina a arena,
oh, quantas vezes, abatido pela espada recurva, jaz por terra.

Diogo Pires, na parte final do escólio, desmonta o seu brilhante jogo, deixando perceber o que realmente se passou. Afirma ter contado, não muito tempo depois, estes factos a uns amigos, já na cidade de Antuérpia. Um desses amigos, que não estão nomeados, ao ouvir o relato, garantiu conhecer este jovem e, além do mais, até saber que ele tinha nascido em Granada, o que vem justificar o seu excelente domínio do castelhano. Tal como o terrível leão de África, é agora a vez de cair por terra o jovem fanfarrão.

Diogo Pires assistiu a este interessante episódio em Lisboa, seguramente, pouco tempo antes de embarcar. Como o poeta afirma que, *non multo post*, já estava em Antuérpia, relatando aos amigos o sucedido, que ainda devia estar fresco na sua memória,

⁵² *Cato Minor* (1596), 67.

isso leva-nos a concluir que a sua viagem desde Lisboa até às margens do Escalda não foi demorada. Veja-se o longo escólio que acompanha o dístico atrás apresentado:

Alit Africa homunculos fusco colore, et capillo Aethiopum in morem crispo, et intorto, qui continenter sub pellibus agunt, et praeter attritam laenam, et oblongam interulam nudi incedunt.

Iis leonem interficere pene ludus, iocusque est. Irritatae enim, et irruenti belluae mira corporis agilitate laenam in oculos iniiciunt, et eodem animi robore exasperato cultro cor transfigunt. Exanimae pellem diripiunt, quam circumferentes, et a pueris patriis carminibus celebrati stipem uulgo corradunt.

Vidi ego unum ex istis Olyssipponi non ita deformi aspectu, ut credebatur, immo colore candido, et recta statura adolescentem, qui Hispanica lingua, cuius peritissimus erat, decem a se leones interfectos gloriabatur, et qui cum eo e Marrochiis uenerant, ita rem habere affirmabant. Hoc cum Antuerpiae non multo post amicis narrarem, quidam ex his cognitum sibi adolescentem et Granatae natum aiebat.⁵³

A África dá alimento a uns homenzinhos de cor escura e de cabelo crespo, à maneira dos Etíopes, e enrolado, que se vestem sobriamente de peles e que, à exceção de um manto coçado e de uma túnica comprida, andam nus.

Para eles, matar um leão é quase um jogo e um divertimento. É que à fera atçada que investe, com surpreendente agilidade do corpo, lançam-lhe o manto para os olhos e, com a mesma força de ânimo, trespassam-lhe o coração com uma adaga aguçada. Ao animal já sem vida, tiram-lhe a pele. Põem-se à volta dela e, festejados pelos rapazinhos com cânticos nativos, recebem do público uma esmola.

Eu próprio vi um desses em Lisboa não tão disforme, como se julgava, pelo contrário, um jovem de cor branca e de estatura normal, que em língua castelhana, na qual era muito versado, se gabava de ter matado às suas próprias mãos dez leões; e os que com ele tinham vindo de Marrocos, afirmavam que assim era. Ao contar isto a uns amigos, não muito tempo depois, em Antuérpia, um de entre eles dizia que o jovem era seu conhecido e que tinha nascido em Granada.

Uma outra questão a propósito da viagem merece ser equacionada: a de saber com quem terá viajado Diogo Pires até às margens do Escalda. Vários investigadores têm afirmado, com base na carta a Paulo Jóvio, que o poeta terá viajado com os seus pais⁵⁴. Consideramos, porém, que a carta, a principal fonte existente sobre os acontecimentos, não é de todo explícita a este respeito, podendo até ser passível de uma interpretação distinta. Diogo Pires escreve o seguinte na sua missiva a Jóvio:

⁵³ *Cato Minor* (1596), 67-68.

⁵⁴ Cf. C. A. ANDRÉ (1992a), 396; G. H. TUCKER (1992), 182; P. P. PEDRIALI (1998), 110.

O *Cato Minor* de Diogo Pires e a poesia didáctica do século XVI

*Etsi enim animus iam tum ab omni litterarum cultu alienus sit, ex quo, Lusitania relictâ, exsulantem patrem duodecim iam annum per omnes Europae tractus sequor deducoque [...].*⁵⁵

Embora, de facto, o meu espírito viva já alheio a todo o culto das letras desde o tempo em que, após ter abandonado a Lusitânia, sigo e conduzo o meu pai no exílio, ao longo de doze anos, por todos os caminhos da Europa [...].

Como se pode observar, o poeta não é totalmente explícito em relação à ida do pai com ele na viagem de Lisboa até Antuérpia. A verdade é que, como se verá em breve, muito antes de 1535, já vários membros da família Pires estavam solidamente estabelecidos tanto em Antuérpia como no estado pontifício de Ancona.

Diogo Pires tanto pode ter feito a viagem com os pais como com outros familiares, provavelmente com alguns dos irmãos. É o que é possível inferir, com razoável segurança, dos novos dados entretanto conhecidos, a que adiante se fará pormenorizada referência.

De facto, não é possível assegurar que Henrique Pires, o pai do poeta, tenha feito esta viagem na companhia do filho, até porque é muito provável que ele já se encontrasse antes de 1535, em Antuérpia. Nesse caso, compreende-se perfeitamente que não desejasse voltar a Portugal para fazer a viagem com os seus familiares, na medida em que o seu regresso à pátria o podia fazer correr riscos perfeitamente desnecessários.

⁵⁵ Cf. texto e tradução em C. A. ANDRÉ (1992), 159 e 165.

Capítulo 3

De Antuérpia até Ferrara

(1535-1540)

As relações comerciais de Portugal com a Flandres remontam aos finais do século XII. A corporação portuguesa, ao longo dos séculos XIV e XV, obtém privilégios importantes e mantém uma presença activa, em particular na cidade de Bruges¹. O crescente aumento de volume das trocas comerciais entre Portugal e os Países-Baixos², motivado sobretudo pelas descobertas africanas, leva a Coroa portuguesa a nomear um feitor, ou seja, um agente comercial permanente na Flandres³. No seguimento das rebeliões flamengas de 1484 e 1488, cujo epicentro se localizou em Bruges, a colónia portuguesa, anteriormente aí estabelecida, foi a primeira a mudar-se de forma gradual para Antuérpia, onde já estava instalada por volta de 1496. A Feitoria de Flandres transfere-se também para Antuérpia, onde passa a residir e a actuar o feitor régio português⁴.

Na passagem do século, Antuérpia vai começar a servir de plataforma privilegiada de recepção e de distribuição das especiarias da rota do Cabo pelos grandes mercados europeus⁵. Por volta de 24 de Agosto de 1501, dá-se um acontecimento que constitui um marco de viragem para a cidade de Antuérpia enquanto grande empório comercial europeu e, simultaneamente, serve de esteio ao período áureo do capitalismo monárquico português: a chegada às margens do Escalda de dois navios portugueses carregados com a primeira pimenta e canela provenientes da rota do Cabo⁶. O porto do Escalda fervilhava de actividade no início do século XVI. A partir dessa data, por regra, ancoravam no porto

¹ Sobre as fases da presença comercial portuguesa nos Países-Baixos, cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 217-318; R. ANSWAARDEN (1991), 31-52; I. M. R. M. D. BRAGA (2002), 57-62.

² No que respeita ao significado geográfico da expressão Países-Baixos e ao significado abrangente que os Portugueses lhe atribuíam, cf. R. ANSWAARDEN (1991), 7; J. B. MACEDO, *DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, s. u.* 'Países Baixos, relações com os'.

³ Sobre os privilégios obtidos pela corporação portuguesa, o papel dos feitores, em geral, e do feitor régio português, em particular, cf. R. Van ANSWAARDEN (1991), 53-70. Sobre a orgânica, o funcionamento e as actividades da Feitoria portuguesa, cf. igualmente A. B. FREIRE (1920), *passim*; M. N. DIAS (1964), vol. II, 217-318; V. M. GODINHO (1982), vol. III, 183 *sqq.*.

⁴ Cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 259-261.

⁵ Sobre o comércio, proveniência, produção, propriedades e preços das especiarias e drogas asiáticas, cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 43-66; V. M. GODINHO (1982), vol. II, 183-220.

⁶ Cf. V. M. GODINHO (1982), vol. III, 184.

duas frotas portuguesas, uma entre Maio-Junho, outra entre Outubro-Dezembro. De facto, a grandeza de Antuérpia muito ficou a dever ao estabelecimento pioneiro da *Natie van Portugal* e, sobretudo, aos fluxos e refluxos da intensa actividade comercial da Coroa portuguesa. Antuérpia torna-se rapidamente a sede do capitalismo europeu, local de confluência de inúmeros mercadores e banqueiros das mais variadas proveniências. Na prestigiosa Bolsa da cidade, desenrolavam-se as grandes transacções e as grandes operações financeiras efectuadas por mercadores, financeiros e agentes das mais importantes casas comerciais da Europa. Antuérpia contituía, de facto, o eixo vital das principais rotas comerciais marítimas e terrestres⁷.

Muitos mercadores estrangeiros estabeleceram-se em Lisboa, ao longo do século XV, seduzidos pelo florescente comércio externo de Portugal, que começava a dar os seus frutos, fazendo chegar à capital do Reino variadíssimos produtos da costa africana, entre os quais sobressaem o ouro, o marfim, os escravos, a pimenta-de-rabo e a malagueta⁸. O estabelecimento da rota do Cabo veio reforçar ainda mais o interesse das principais casas comerciais europeias na actividade comercial de Portugal, que ganhava uma dimensão mundial e uma visibilidade nunca antes alcançada⁹.

Não se pense, porém, que o trato das especiarias estava apenas nas mãos de estrangeiros. Os mercadores judeus, mais tarde cristãos-novos, estão envolvidos, desde a primeira hora, nas operações comerciais propiciadas pela expansão do comércio atlântico. Não só detêm uma significativa quota-parte do pequeno comércio interno como estão presentes, ao mais alto nível, no comércio internacional praticado nas grandes feiras internacionais, onde pontuavam, para lá de Antuérpia, Francoforte, Lião e Medina del Campo¹⁰.

Um dos exemplos clássicos geralmente apresentado pela tradição historiográfica para ilustrar a participação de mercadores cristãos-novos, nas primeiras décadas de Quinhentos,

⁷ Cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 257-267.

⁸ No que concerne ao comércio das especiarias africanas, cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 7-42; V. M. GODINHO (1982), vol. II, 145-157. Sobre o mercado do ouro da Guiné e da Mina, cf. V. M. GODINHO (1982), vol. I, 139-182.

⁹ Sobre a actividade e a presença de mercadores estrangeiros em Portugal, nos séculos XV e XVI, cf. V. M. GODINHO (1982), vol. III, *maxime* 173-214; V. RAU (1984), 67-82 e 201-225; A. A. M. ALMEIDA (1993), 48-65.

¹⁰ Sobre o envolvimento dos judeus no comércio interno e externo português na centúria de Quatrocentos, cf. M. J. F. TAVARES (1982), 273-349. Na página 285, a investigadora apresenta uma listagem com os nomes de 32 dos mercadores judeus de grosso trato, envolvidos já no século XV no comércio internacional. Entre esses mercadores encontramos dois Cohanim, sediados em Lisboa, Isaac Cohen (17/3 de 1469) e Moisés Cohen (17/6 de 1472). Não sabemos, porém, se terão alguma relação com a família de Diogo Pires, até porque o apelido Cohen é bastante comum, mas não deixa de ser significativa a existência de dois grandes mercadores com o mesmo apelido.

no comércio internacional, é o da família Mendes–Benveniste¹¹, que se instala em Portugal após a expulsão dos judeus de Espanha, em 1492.

Francisco Mendes estabelece a sua sede em Lisboa, onde exerce uma intensa actividade relacionada com o comércio de metais preciosos e da amoedação¹². Por certo, não deixava de acompanhar também de perto o cada vez mais rendoso trato das especiarias. Casou-se com Beatriz de Luna que, mais tarde, viria a celebrar-se com o nome de Grácia Nasci¹³.

Por volta de 1512, Diogo Mendes, irmão mais novo de Francisco¹⁴, estende o negócio dos Mendes até ao empório de Antuérpia, onde passa a residir em permanência. Opera, com bastante sucesso, a par das maiores casas comerciais europeias, no disputado mercado das especiarias portuguesas, fazendo com que os Mendes, a breve trecho, se tornem uma referência europeia tanto a nível comercial como financeiro. Pensa-se, inclusivamente, que a sucursal de Antuérpia liderada por Diogo Mendes chegou a ultrapassar em importância a casa-mãe de Lisboa¹⁵.

Francisco Mendes morre de forma prematura, em Janeiro de 1535, pouco depois do nascimento da sua única filha. A viúva, D. Beatriz de Luna, é obrigada a proceder rapidamente ao inventário de bens e às partilhas entre ela e a filha. D. João III teria intenção de aceder à imensa fortuna de Francisco Mendes através de um eventual casamento da filha deste com alguém da sua confiança.

¹¹ Cf. C. ROTH (1990), 21-61; P. GRUNEBaum–BALLIN (1968), 27-43; S. W. BARON (1969), vol. XIII, 122-125; V. M. GODINHO (1982), vol. III, *maxime* 211-213; A. A. M. ALMEIDA (1993), 45-47. H. P. SALOMON–A. L. LEONI (1998), 135-211, baseados em novos documentos, fazem o ponto da situação sobre a famosa saga dos Mendes–Benveniste desde Portugal até ao Império otomano.

¹² Segundo V. M. GODINHO (1982), vol. III, 198, Francisco Mendes ocupa o lugar cimeiro na listagem das «Entregas de Prata de Partes na Casa da Moeda de Lisboa de 1517 a 1556». No período compreendido entre 1517 e 1534, entregou mais de duas toneladas e meia de prata. É de assinalar que estas entregas serviam de caução à abertura de verdadeiras contas através das quais se operavam transferências ou se procedia a pagamentos. Cf. também V. RAU (1984), 79-82, sobre as entregas de prata de Francisco Mendes na Casa da Moeda de Lisboa e sobre a importância dos mercadores-banqueiros portugueses, por comparação com os estrangeiros, quer em Portugal, quer nos grandes centros financeiros e comerciais da Europa.

¹³ Recordar-se aqui a interessante evocação da vida de D. Grácia Nasci, do sobrinho Joseph Nasci e, no fundo, da diáspora dos cristãos-novos hispânicos, feita por Cathérine Clément no seu célebre romance histórico intitulado, na sua primeira edição francesa, *La Señora*. Paris, Firmin-Didot, 1992 [tradução portuguesa de Maria do Rosário Mendes, *A Senhora*. Porto, Asa, ¹⁰1999]. Antes da publicação do romance, Catherine Clément, sob o título «Cecil Roth face à sa Dame», prefaciou a recente tradução francesa da biografia de Grácia Nasci da autoria do historiador judaico C. ROTH (1990), 9-15. Refira-se também que há bem pouco tempo saíram a lume dois novos trabalhos sobre a célebre Senhora: A. A. BROOKS, *The woman who defied kings: the life and times of Doña Gracia Nasi – a Jewish leader during the Renaissance*. St. Paul, Paragon House, 2003; M. BIRNBAUM, *A longa viagem de Gracia Mendes*. Lisboa, Edições 70, 2005.

¹⁴ Vide H. KELLENBENZ, *DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL*, s. u. ‘MENDES, Diogo’ e ‘MENDES, Francisco’.

¹⁵ Cf. S. W. BARON (1969), 122.

D. Beatriz de Luna parte para Antuérpia, em 1537, escapando às pressões de que estava a ser vítima e também, decerto, à ameaça do Tribunal do Santo Ofício que acabava de estabelecer-se em Portugal pouco antes da sua partida. Viajou num navio inglês especialmente fretado pelo seu cunhado Diogo Mendes que fez uma paragem prolongada em Inglaterra antes de alcançar as margens do Escalda. Acompanhavam-na a filha Ana, a irmã Brianda de Luna, e os seus dois sobrinhos, Bernardo Micas e João Micas, conhecidos mais tarde pelos nomes de Samuel Nasci e Joseph Nasci, o célebre Duque de Naxos¹⁶. Este último, secundado por Beatriz de Luna, sua tia, tomará mais tarde nas suas mãos os negócios da família quer em Antuérpia quer, alguns anos mais tarde, em Constantinopla, onde chega em 1554¹⁷.

Regressemos, porém, ao estabelecimento de Diogo Mendes em Antuérpia e às suas actividades nos primeiros anos após a sua chegada, em 1512. Durante o primeiro quartel de Quinhentos a Coroa portuguesa procurou realizar a venda da especiaria a uma pluralidade de compradores. Do mesmo modo, tentou evitar a dependência de um só fornecedor em produtos essenciais como o cobre ou a prata. Nestes primeiros anos, Diogo Mendes deve ter realizado negócios com a especiaria por conta própria ou associado, conforme as circunstâncias, a outros mercadores marranos ou a grupos como os Fugger ou os Hoeschtetter¹⁸.

As dificuldades financeiras que assolavam a Coroa portuguesa forçaram-na, no entanto, a fazer contratos de estanco, atribuindo o direito exclusivo de comprar a especiaria, por regra, a um consórcio de mercadores. É assim que, a partir de 1525, Diogo Mendes consegue ultrapassar os seus adversários mais directos, formando uma aliança vencedora com os Affaitadi¹⁹, originários de Cremona, e com vários mercadores cristãos-novos também estabelecidos em Antuérpia. Torna-se assim líder do famoso Consórcio da Pimenta que durante muitos anos comprou por atacado não só a pimenta mas também

¹⁶ Para uma análise pormenorizada e crítica destes acontecimentos, cf. H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 148-151. *Vide*, nas páginas 210-211 deste trabalho, a complexa árvore genealógica das famílias Mendes-Benveniste, Luna e Micas.

¹⁷ Além do artigo referenciado na nota anterior, onde se apresenta bibliografia actualizada e específica sobre os Mendes-Benveniste, Luna, Micas e Nasci, dois investigadores, C. ROTH (1971) e P. GRUNEBaum-BALLIN (1968), escreveram a biografia de João Micas, *alias* Joseph Nasci, duque de Naxos. C. ROTH (1990), A. A. BROOKS (2003) e M. BIRNBAUM (2005) publicaram também estudos biográficos sobre D. Grácia Nasci.

¹⁸ Cf. A. A. M. ALMEIDA (1997), 33.

¹⁹ Sobre as actividades comerciais dos Affaitadi, cf. A. B. FREIRE (1920), 86; V. M. GODINHO (1982), vol. III, 208-213; A. A. M. ALMEIDA (1993), 50-52.

outras especiarias e drogas que os navios da Coroa portuguesa colocavam no porto do Escalda. A mercadoria era depois redistribuída, com enormes margens de lucro, pelas mais importantes praças europeias.

Ainda que se não saiba qual a posição relativa em termos de importância dos vários elementos do consórcio²⁰, é certo que Diogo Mendes se evidencia como o seu líder incontestado, a tal ponto que, muitas vezes, o papel dos seus sócios, em particular, dos vários mercadores cristãos-novos, não é tido na devida conta, pois estes são relegados, injustamente, para um plano secundário e quase esquecidos pela moderna historiografia portuguesa.

Nas primeiras décadas de Quinhentos, a comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia é constituída, na sua maioria, por homens de negócios e respectivas famílias que desde início do século foram atraídos pelas novas oportunidades e pela relativa liberdade de que aí podiam desfrutar, longe das incertezas e dos riscos que corriam em Portugal. À medida que as condições se vão agravando para os cristãos-novos, ao longo dos reinados de D. Manuel e, em particular, de D. João III, assim cresce o fluxo migratório para a Flandres, ainda que de forma ilegal à luz da legislação que proibia os cristãos-novos de saírem do reino com as suas famílias e bens.

O processo para o estabelecimento da Inquisição em Portugal, que teve início no começo da década de trinta, estimulou a emigração de muitos cristãos-novos que se dirigiam, sobretudo por via marítima, para Antuérpia. Escusado será dizer que uma grande parte não podia viajar nas luxuosas condições em que o fez Beatriz de Luna e os seus ilustres familiares, pois este fluxo migratório abrangeu cristãos-novos de todas as classes sociais.

É natural, porém, que os primeiros cristãos-novos que rumaram até Antuérpia e aí estabeleceram a sua sede devam contar-se entre o número dos mercadores de grosso trato, onde se inclui, naturalmente, a figura incontornável de Diogo Mendes. Estes primeiros mercadores marranos a estabelecer-se em Antuérpia criaram fortes laços entre si e constituíram uma espécie de núcleo duro da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia

²⁰ Os vários documentos relativos ao processo judicial do mercador cristão-novo António Fernandes constituem uma das melhores fontes de informação sobre a constituição e o funcionamento do Consórcio, que anualmente adquiria à Coroa portuguesa as especiarias e as drogas afro-asiáticas. Cf. R. ANSWAARDEN (1991), 259-268. *Vide*, igualmente, V. M. GODINHO (1982), vol. III, 210-213.

que, pelo menos a partir da década de vinte, procedeu ao auxílio à emigração dos seus correligionários menos favorecidos.

As actividades de auxílio à emigração ilegal de cristãos-novos parece ter sido bastante lucrativa. Muitos cristãos-velhos recebiam dinheiro para conduzir, quase sempre a coberto da escuridão nocturna, os cristãos-novos em pequenas barcas até às urcas ancoradas no Tejo, prestes a partir para a Flandres ou para outros destinos. A prova da prática desta actividade ilícita, à luz da legislação vigente, encontra-se nos fundos arquivísticos da Inquisição portuguesa, onde existem inúmeros processos movidos a cristãos-velhos por terem prestado auxílio à emigração ilegal, entre os anos de 1533 e 1550²¹.

Os cristãos-novos, na ânsia de alcançarem o destino pretendido, sujeitavam-se, por vezes, a viajar em condições sub-humanas e pagavam somas avultadas que eram divididas entre os angariadores e os próprios capitães dos navios, sem garantia de espécie alguma de cumprimento do frete. Alguns eram presos pela Inquisição, já perto da tão aguardada hora da partida, ou no próprio porto ou até mesmo no interior dos próprios navios, quantas vezes devido a denúncias de elementos envolvidos neste lucrativo negócio.

O processo da Inquisição de Évora relativo a Manuel Dias, cristão-novo natural de Fronteira, retrata muito bem os perigos e dificuldades por que passavam os cristãos-novos em fuga. Manuel procurou dar o salto para a Flandres, juntamente com os seus familiares, em 1542²². Já se encontrava a bordo da nau Mondragão, que estava de partida para Antuérpia, carregada de azeite, quando viu a sua família ser presa, em terra. Apesar de ter conseguido escapar, nunca mais pôde ver cumprido o seu desejo de alcançar as margens do Escalda.

Não se pense, todavia, que os cristãos-novos que conseguiam zarpar de Lisboa rumo a Antuérpia podiam sentir-se a salvo. Aqueles que conseguiam embarcar e fazer a viagem corriam também o risco de serem presos à chegada. Em Dezembro de 1540, a polícia imperial prendeu inúmeros cristãos-novos portugueses, que chegaram ao porto de Middelburg, na Zelândia, em navios da frota real portuguesa, carregados de especiarias. Estas pessoas, à face da lei, não podiam sair de Portugal sem autorização e encontravam-se, portanto, em situação ilegal. A maior parte aparentava uma condição bastante modesta, incapaz de suportar os elevados custos de tão dispendiosa empresa, o que faz supor que

²¹ Cf. I. R. PEREIRA (1981), 117-118; I. M. R. M. D. BRAGA-P. D. BRAGA (1994), 26-32; F. V. FRADE (2002), 111-134.

²² Cf. M. J. F. TAVARES (1989), 48; M. C. T. PINTO (1991), 267-288.

teriam tido ajuda, tanto em Portugal como em Antuérpia, da comunidade judaica. Após alguns meses de cativo, quase todos foram libertados por intervenção de João Rebelo, representante máximo de D. João III na Feitoria de Flandres²³.

Já não são apenas as famílias mais ricas que procuram fugir de Portugal. Neste grande movimento migratório, encontram-se, em cada vez maior número, pessoas sem grandes recursos. Buscam, em desespero, melhores condições de vida e uma liberdade religiosa que lhes estava vedada no país que as viu nascer. Antuérpia não passa de uma etapa na viagem que levará a maior parte destes cristãos-novos até ao Império otomano. Na segunda etapa, não menos perigosa que a primeira, percorriam os difíceis caminhos dos Alpes até à chegada às cidades italianas, como Veneza, Ancona ou Ferrara, de onde podiam alcançar, com facilidade, os vastos domínios da Sublime Porta.

Não é possível fazer o estudo da composição e das actividades da Nação Judaico-portuguesa de Antuérpia sem compulsar a obra de três investigadores, que muito contribuíram para revelar os contornos nem sempre claros das actividades e dos caminhos trilhados por esta comunidade. Referimo-nos, em primeiro, aos estudos de P. Génard²⁴, um arquivista de Antuérpia, que nos seus trabalhos analisou e publicou *in extenso* muitos documentos dos Arquivos Municipais de Antuérpia sobre indivíduos que aí foram perseguidos, no século XVI, por motivos religiosos. Fazemos menção, igualmente, ao trabalho de J. A. Goris²⁵, dedicado ao estudo das actividades dos mercadores meridionais (portugueses, espanhóis e italianos), estabelecidos em Antuérpia. Por último, mais recentemente, não é por demais destacar o importante contributo para o conhecimento do tema trazido pelas investigações de Aron di Leone Leoni²⁶, alicerçadas na apresentação e análise de novos documentos, em particular, dos Archives Générales du Royaume, em Bruxelas, mas também de outros arquivos belgas, italianos e ingleses.

²³ Sobre a organização hebraica de auxílio à emigração de cristãos-novos Lisboa-Antuérpia-Ferrara, cf. A. L. LEONI (2000a), 78-84.

²⁴ Cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD, «Die nieuwe Christenen te Antwerpen in de XVIe eeuw»: *Antwerpsch Archievenblad/Bulletin des Archives d'Anvers* 2 (s. d.) 224-237, e especialmente «Personen te Antwerpen in de XVIe eeuw voor het feit van religie gerechtelijk vervolgd, lijst en ambtelijke bij-hoorige stukken»: *Antwerpsch Archievenblad/Bulletin des Archives d'Anvers* 7 (s. d., circa 1870), 114-472. Aproveitamos o ensejo para agradecer ao Prof. Herman Prins Salomon por nos ter facultado uma cópia do trabalho de P. Génard e das obras de Diogo Pires existentes na Biblioteca Nazionale Marciana de Veneza.

²⁵ Cf. J. A. GORIS, *Étude des Colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, italiens) à Anvers de 1488 à 1567. Contribution à l'histoire du capitalisme moderne*. Louvain, Librairie Universitaire, 1925.

²⁶ Destacam-se apenas dois trabalhos: H. P. SALOMON–A. L. LEONI (1998), 135-211, e muito especialmente A. L. LEONI (2005).

As comunidades de cristãos-novos prestavam auxílio aos seus correligionários que desejavam partir tanto em Portugal²⁷ como em Antuérpia. A comunidade judaico-portuguesa que se estabeleceu em Antuérpia desde os primeiros anos de Quinhentos envolveu-se, como se disse anteriormente, no auxílio à emigração de cristãos-novos. De facto, quatro dos elementos principais desta comunidade são denunciados, em 1532, pela prática dessa actividade. Os acusados são Diogo Mendes, Gabriel de Negro, Manuel Serrano e Luís Pires, todos eles mercadores de grosso trato, envolvidos em múltiplas actividades comerciais, das quais a maior teria lugar, porventura, no âmbito do Consórcio da Pimenta, chefiado por Diogo Mendes.

Por volta de 1532, chega à Flandres, proveniente de Salonica, um jovem anónimo, que tinha vivido com a mãe e os irmãos em Salonica. Tinha estado em Roma, onde fora aconselhado pelos Inquisidores a deslocar-se à Flandres antes de viajar para Portugal. Na sua deposição, em Bruges, perante Frei Diego de San Pedro, confessor do imperador Carlos V, declara que a sua mãe tinha passado por Antuérpia, na companhia dos filhos, alguns anos antes. Acrescenta ainda que, nessa cidade, a própria mãe havia sido ajudada por Diogo Mendes, Gabriel de Negro, Manuel Serrano e Luís Pires, que então lhe forneceram fundos e lhe indicaram o melhor itinerário a seguir para Salonica²⁸.

Muito recentemente, Aron di Leone Leoni²⁹ descobriu e apresentou um importante documento, em castelhano, proveniente dos Archives Générales du Royaume, datado de 1540, em que um outro jovem, desta feita chamado Luís Garcês, presta um testemunho muito semelhante ao que tinha sido feito em 1532. Os factos relatados nos dois documentos são bastante coincidentes e é bastante plausível que o denunciante tenha sido sempre a mesma pessoa. Há, porém, uma diferença que é forçoso assinalar, pois neste último documento surge entre os acusados pelo jovem delator o nome do pai de Diogo Pires, ou seja, Henrique Pires.

Não se revelam de fácil compreensão as motivações e os contornos destas denúncias muito semelhantes no conteúdo, mas separadas por um intervalo de tempo de cerca de oito

²⁷ Sobre o auxílio prestado a Manuel Dias pela comunidade de cristãos-novos de Lisboa, cf. M. C. T. PINTO (1991), 277.

²⁸ Cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 201-205; J. A. GORIS (1925), 562; A. L. LEONI (2005), 18-19.

²⁹ Cf. A. L. LEONI (2005), 143-146, documento 11: «Relatório oficial das acusações de Luís Garcês contra Manuel Serrano, Gabriel de Negro, Manuel Manriques, Diogo Mendes e Henrique Pires – 5 e 6 de Julho de 1540».

anos. No entanto, seja como for, deve sublinhar-se que Henrique Pires aparece nomeado ao lado dos principais mercadores judaico-portugueses de Antuérpia e como um membro destacado do grupo que prestava auxílio à emigração dos seus conterrâneos menos favorecidos. Dada a sua importância, apresenta-se um excerto deste importante documento:

[...] y estuvjeron la dicha su madre y hijos obra de vn mes en flandres. y que vn Diego Mendez mercader de envers les dio a este declarante y madre y hijos casa en que estoviesen y les visitava cada dia y finalmente les persuadio que se fuesen a turquia y les dio la memoria del camjno y les dio mucha presa pera que se partiesen luego y segun piensa este declarante era porque como su padre era favorito del rey de Portugal temya oviese cartas pera bolvellos alla, y asy se fueron tan breue. y esta la dicha su madre con los dichos sus hijos en vna çivdad que se llama Saloniquez que es en la provincia de tesalia. y que es vna çivdad muy principal donde ay moros y turcos y Judios y que la major parte es de Judios [...] y que el dicho Diego Mendez y vn Gabriel de Nebro y vn Enryquez /f. 1v/ Perez todos tress le ynduzian que se volviese a Saloniquez [...] y que el Enrriquez le hablo muchas vezes mas que los otros dandole a entender que fuese a vivjr con sus padres pera vivjr como ellos viven. y que praticando este declarante con el dicho Enrriquez Perez de como el avya venydo por Roma y demandado absolucion a nuestro muy Santo padre de sus culpas pues venya a vivjr a ca a estos Reynos. y que entonçes le dixo el dicho Enrriquez Perez anda que byen sabe <os> aca los que aveys hecho en Roma diziendose lo por menos presion. y que aquello no era conforme a lo que del se esperaua y de donde venya. [...].³⁰

O primeiro depoimento de 1532 marcou o início de um período particularmente conturbado para os mercadores cristãos-novos estabelecidos em Antuérpia. De facto, até ao famoso processo de Diogo Mendes, cujas acusações se fundamentam, em grande medida, na delação do referido jovem, a comunidade judaico-portuguesa não teve dificuldades de maior em desenvolver as suas actividades comerciais, por meio das quais foi adquirindo uma pujança e uma importância que não podiam escapar aos olhos de ninguém e, muito menos, à atenção da rainha Maria de Hungria e do seu irmão, o imperador Carlos V.

Durante esse período, constituiu-se um importante núcleo de cristãos-novos, do qual são elementos destacados, pelo menos, os quatro indivíduos directamente denunciados. Estes procuraram prestar auxílio aos seus correligionários que afluíam a Antuérpia, provenientes de Portugal, em cada vez maior número. Por certo, estes mercadores preservavam e cultivavam, com alguma discrição, as práticas judaicas dos seus antepassados e estavam bastante empenhados, ao mais alto nível, na defesa dos interesses dos cristãos-novos, fosse em Portugal, em Antuérpia ou em Roma.

³⁰ Cf. A. L. LEONI (2005), 143-144.

Esta comunidade judaico-portuguesa contribuiu generosamente para apoiar o embaixador dos cristãos-novos que, na Cúria romana, procurava impedir o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal. Deveram-se, em particular, a Diogo Mendes e à sua cunhada D. Grácia Mendes, que se saiba, várias contribuições importantes para apoiar, na Santa Sé, a causa dos cristãos-novos. Entre elas, conta-se um adiantamento de fundos a Duarte da Paz, em 1536³¹.

As denúncias desencadearam, pois, um processo que abalou por completo toda a estrutura político-comercial de Antuérpia e teve repercussões, ao mais alto nível, cujas consequências forçaram inclusive à intervenção pessoal de alguns monarcas europeus.

Diogo Mendes, o mais rico dos quatro mercadores denunciados³², no dia 19 de Julho de 1532, com a idade de 47 anos³³, foi preso e indiciado de várias acusações das quais as mais gravosas eram a de judaizar em segredo, a de promover o regresso dos cristãos-novos à sua fé original, apoiando a sua emigração ilegal para a Turquia, e a de monopolizar o comércio das especiarias portuguesas³⁴.

Os restantes mercadores denunciados pelo jovem conseguiram, de uma ou de outra forma, escapar às acusações de que foram objecto. Gabriel de Negro, com a conivência do magistrado de Antuérpia, conseguiu pôr-se em fuga com uma parte substancial dos seus bens. Erasmo Schetz³⁵ foi encarregado de fazer o inventário e a liquidação dos bens deixados por Gabriel de Negro, apurando no balanço um défice assinalável. Manuel Serrano ainda chegou a ser preso, mas pouco depois acabou por ser posto em liberdade. Não há registo do que terá acontecido a Luís Pires, pelo que é provável que tenha permanecido em liberdade.

Parece ter havido uma clara opção por parte do poder instituído em centrar o libelo acusatório sobre o chefe da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia. Mais do que

³¹ Cf. A. HERCULANO (1976), tomo II, 142-143; J. L. AZEVEDO (1975), 86-87 e 122. Sobre a família dos Paz, em particular, cf. C. M. VALENTIM (2004), 289-299.

³² Amato Lusitano, na sua obra *In Dioscor*. 1.120, afirma que Diogo Mendes é «omnium mercatorum suae aetatis ditissimo».

³³ Cf. documento dos Archives Générales du Royaume apresentado por H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 144 e 184-185, onde consta a idade de Diogo Mendes por alturas de Julho/Agosto de 1532.

³⁴ Para uma análise dos acontecimentos que levaram à prisão de Diogo Mendes e à sua libertação, cerca de dois meses depois, cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 204; J. A. GORIS (1925), 563; A. L. LEONI (2005), 19-22.

³⁵ Sobre o mercador flamengo Erasmo Schetz e as suas relações privilegiadas, quer com Erasmo de Roterdão, quer com Rui Fernandes de Almada, feitor do rei de Portugal, cf. M. R. S. T. BARATA (1971), 18-19.

uma aparente questão religiosa, estava em causa um problema de ordem económica, de âmbito comercial e financeiro. A prisão de Diogo Mendes põe em causa toda a estrutura comercial da praça de Antuérpia e, à distância, faz estremecer as débeis estruturas financeiras da Coroa portuguesa, que ainda não tinha recebido o pagamento do último carregamento de especiarias. Para lá da sua actividade comercial, a casa Mendes organizou e participou em operações financeiras de grande envergadura³⁶, algumas delas no interesse do próprio Carlos V³⁷.

Limitemo-nos a traçar o fio condutor dos principais acontecimentos nos dois meses subsequentes à prisão de Diogo Mendes. M. Boisot, procurador-geral do Brabante, toma várias atitudes que põem em estado de sítio os mercadores de Antuérpia. Não respeitando os privilégios e as liberdades concedidas à cidade de Antuérpia, pretende conduzir Diogo Mendes a Bruxelas. Não aceita a sua libertação sob caução e proíbe as visitas ao detido. Não menos grave, manda apreender os registos comerciais da Casa Mendes. No dia 20 de Julho de 1532, os mercadores de Antuérpia, sob a égide da Feitoria portuguesa, apresentam o seu veemente protesto contra as medidas ilegais tomadas por Boisot.

Nos dias seguintes, Rui Fernandes de Almada, feitor do Rei de Portugal, consciente do insucesso do protesto dos mercadores e dos problemas gravíssimos que a prisão de Diogo Mendes causava à economia da Coroa portuguesa, toma a iniciativa e envida todos os seus esforços no sentido de alterar o rumo dos acontecimentos. Envia uma carta a Adrien Herbouts, o magistrado da cidade, dando-lhe conta das graves consequências financeiras que a prisão de Diogo acarretaria inclusive para os próprios interesses de Carlos V. Pouco tempo depois, uma delegação composta por Jorge de Barros e por Damião de Góis³⁸ dirige-se a Bruxelas onde expõe, sem grande sucesso, os interesses de D. João III junto de Maria de Hungria. O magistrado da cidade, por sua vez, no dia 2 de Agosto, escreve à governante dando-lhe conta da importância dos negócios de Diogo Mendes, das

³⁶ Sobre os contornos das múltiplas actividades financeiras da Casa Mendes, cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), *maxime* 201-252; J. A. GORIS (1925), 562-568; R. EHRENBERG (1955), 227; M. R. S. T. BARATA (1971), 119-122; H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 136-148 e 182-189, documentos 3, 4, 5 e 6; A. L. LEONI (2005), 21-22.

³⁷ Diogo Mendes tinha prometido ao feitor do rei português a concessão de um empréstimo de 200.000 florins à Coroa portuguesa, para apoiar Carlos V no esforço de guerra contra os Turcos. Cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 207; J. A. GORIS (1925), 563-564.

³⁸ Damião de Góis encontrava-se em Antuérpia desde 1523 como agente comercial e diplomático de D. João III. Por volta de 1525, Diogo Mendes e os seus sócios formam o Consórcio da Pimenta. As relações dos mercadores cristãos-novos com os representantes da Feitoria portuguesa são por demais evidentes.

irregularidades processuais e do seu temor que os mercadores das restantes nações abandonassem Antuérpia³⁹.

D. João III, que entretanto é informado dos acontecimentos por intermédio do feitor de Gian Carlo Affaitadi, em Lisboa, encarrega Rui Fernandes de Almada da defesa dos seus créditos, e este expõe a situação ao próprio Carlos V⁴⁰. No dia 12 de Agosto, Diogo Mendes é presente a julgamento, quando já tinham sido retiradas as acusações de judaísmo e de monopólio. Faltava ainda a justificação das suas relações com os marranos e de algumas transacções internacionais. Em breve, todas as acusações a Diogo Mendes são retiradas e, decorridos cerca de dois meses desde a data da sua prisão, é posto em liberdade contra a entrega de uma vultuosa caução⁴¹.

Carlos V não terá medido com exactidão as reais consequências da prisão de Diogo Mendes. De facto, no dia 27 de Novembro de 1532, em carta a Maria de Hungria, Carlos V, a pedido de D. João III, retrocede claramente na sua política contra o monopólio que os cristãos-novos detinham⁴². A isso tinha sido forçado pelo inesperado desenrolar dos acontecimentos e, acima de tudo, pelas cartas que lhe foram enviadas pessoalmente pelos reis de Portugal e de Inglaterra, respectivamente, D. João III e Henrique VIII, para não falar também de uma carta que lhe dirigiu D. Catarina, mulher de D. João III e irmã do próprio Imperador⁴³. Todos intercedem em favor de Diogo Mendes, não deixando de apontar os graves e inoportáveis prejuízos que a sua prisão e conseqüente confisco dos seus bens decerto a todos causaria.

Estes factos constituem a prova incontornável e indesmentível do imenso poder económico e também político conquistado pela comunidade judaico-portuguesa em Antuérpia. Diogo Mendes é o expoente máximo desta comunidade. A seu lado tem homens não menos empreendedores da envergadura de Gabriel de Negro, Manuel Serrano ou do já referido Henrique Pires. Todos devem ter sido aliados tanto em termos comerciais,

³⁹ Cf. a transcrição da carta em P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 214; J. A. GORIS (1925), 565.

⁴⁰ Cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 211-212; J. A. GORIS (1925), 565; M. R. S. T. BARATA (1971), 120.

⁴¹ Cf. o sumário oficial das condições de libertação de Diogo Mendes, documento datado de 1532/09/17, em H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 185-189.

⁴² Cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 251-252; J. A. GORIS (1925), 568; H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 145-146.

⁴³ Sobre a transcrição e análise das cartas de D. João III e de D. Catarina ao imperador Carlos V, cf. H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 135-148 e 182-184, documentos 3 e 4.

sobretudo no Consórcio da Pimenta, como na defesa dos cristãos-novos, enquanto comunidade perseguida.

Apesar de a libertação de Diogo Mendes parecer prenunciar a resolução dos problemas dos mercadores cristãos-novos, a verdade é que a política de Carlos V e da sua irmã, Maria de Hungria, não sofreu alterações significativas. Ainda o processo Mendes estava na memória de todos, quando, em Dezembro de 1533, António Fernandes⁴⁴, um outro rico mercador cristão-novo, também membro do Consórcio da Pimenta, é preso por ordem do Imperador, quando se dirigia a cavalo para Lião.

Assistimos a uma reedição do processo Mendes com idênticas acusações de participação no monopólio das especiarias mas igualmente de residência ilegal nos Países-Baixos. Mais uma vez, torna-se patente um antagonismo entre a comuna de Antuérpia e o poder central, nas mãos de Maria de Hungria e de Carlos V. Maria de Hungria nomeia Christiaen Baers para investigar o caso. A governante consulta o Grand Conseil e o Conseil du Brabant sobre a questão da acusação de monopólio, mas em breve compreende a importância crucial desse negócio para a economia dos Países-Baixos.

Conheciam-se as intenções do rei de França que pretendia dominar o importante mercado das especiarias e que receberia, de muito bom grado, os mercadores que quisessem trocar a praça de Antuérpia pelos seus domínios. Na sequência do sensato parecer do Grand Conseil e do Conseil du Brabant, acaba por cair a acusação de monopólio. António Fernandes é libertado e ilibado, em conjunto com os seus vários associados, de todas as acusações que lhe haviam sido dirigidas. Este processo é talvez a melhor fonte para a identificação dos mercadores que integram o Consórcio da Pimenta.

No texto da *Mémoire du Conseil Privé à la Gouvernante*⁴⁵ relativo ao processo de António Fernandes, há um parágrafo onde são referidos, nominalmente, alguns dos mais importantes elementos do consórcio liderado por Diogo Mendes:

Appara aussi clerement que ledit Anthoine avec ses consorts, nouveaux christiens, assavoir Diego Mendis, Louis Fernandis, Ruy Perus, Diego de camergo, Steven Perus, Fernande d’Espagne, Emanuel Sarrano, le fils de Gonsalo Fernandis,

⁴⁴ Sobre o processo de António Fernandes, cf. P.-M.-N.-J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 265-273, 282-289, 330-345, 393-425; J. A. GORIS (1925), 199-201, 562-570. Mais recentemente, R. ANSWAARDEN (1991), 259-268, traça os acontecimentos principais do processo de António Fernandes e apresenta a transcrição de vários documentos fundamentais para a sua compreensão.

⁴⁵ Cf. o documento intitulado «*Mémoire du Conseil Privé à la Gouvernante, à la suite de la mission de M.^c Baers à Anvers (copie, s. d., non signée, 9 pp.)*», transcrito *in extenso* por R. ANSWAARDEN (1991), 261-266. O autor apresenta também mais documentação relativa ao mesmo processo nas páginas 266-268.

Rodrigo de Peris, Diego Dies, Louys de Cyvilia, Gabriel de Negro, ont secret entendement avec les juyfs, nouveaux christiens ou autres marchands, eulx tenans de par deça ou au royaume de Portugal, assavoir avec Jehan Charles, Lucas Giraldo, christiens, eulx tenans par deça, Francisque Mendis, frere du Diego Mendis, Anthoine Martines, Diego Martines, son fils, Noene Henricus, Henrico Eanes, son frere, Alonche de Torris, Diego de Torris, son frere, George Vixorda, Thomas Sarrano et autres.⁴⁶

Entre os membros do Consórcio da Pimenta referidos encontramos vários mercadores cristãos-novos com o apelido Pires: Ruy Perus, Steven Perus, Rodrigo de Peris. No que toca a Ruy Perus e a Rodrigo de Peris, foram infrutíferos, até ao momento, os nossos esforços para estabelecer uma relação com a família de Diogo Pires. Já no que concerne a Steven Perus, isto é, Estêvão Pires, trata-se de um dos mais importantes mercadores de Antuérpia, primo e cunhado de Diogo Pires, pois casou-se com uma filha de Henrique Pires. Mais tarde, no início da década de quarenta, estabelece-se em Ferrara com o pai de Diogo, a partir de onde, tio e sobrinho, dirigem uma grande empresa de base familiar com agentes nas mais importantes praças europeias.

Aparentemente, nos anos que se seguiram ao processo de António Fernandes, a comunidade judaica de Antuérpia viveu um período de acalmia. O poder instituído, porém, tinha dado, por duas vezes, um sério aviso aos cristãos-novos, que já deixava antever o que se iria passar. A confiança estava definitivamente quebrada. Por outro lado, em Roma, a batalha também parecia estar perdida no difícil tabuleiro das negociações sobre o estabelecimento da Inquisição em Portugal. As nuvens teimavam em adensar-se no horizonte dos cristãos-novos.

Diogo Pires chega a Antuérpia, em meados de 1535, já nesta fase mais conturbada. À chegada, reencontra parte da família e o parente Amato Lusitano, o seu amigo de sempre, que não muito antes, no início de 1534, também aportara às margens do Escalda. Corria ainda o processo de António Fernandes⁴⁷. O primo Estêvão Pires era dado como associado de António Fernandes no Consórcio da Pimenta e, de alguma forma, estava envolvido, pois foi o monopólio, no fundo, que sempre esteve em causa.

As famílias cristãs-novas mais abastadas tinham alcançado uma situação económica de excepção no empório de Antuérpia. Procuravam, assim, que os seus filhos recebessem

⁴⁶ Cf. R. ANSWAARDEN (1991), 262.

⁴⁷ Em Junho de 1534, António Fernandes foi transferido para a prisão de Vilvorde, onde ainda se encontrava no dia 2 de Setembro de 1535. Só em Maio do ano seguinte a acusação contra o mercador português é considerada improcedente. Cf. R. ANSWAARDEN (1991), 260.

uma formação de nível superior que lhes abrisse, antes de mais, as portas do exigente mundo do comércio internacional e da alta finança.

Salamanca foi a Universidade que deu formação, nas primeiras décadas de Quinhentos, a muitos jovens cristãos-novos, como sucedeu com Amato Lusitano e Diogo Pires. O centro de atracção, porém, passou depois a ser, pela proximidade com Antuérpia, a reputada Universidade de Lovaina. Aí se matriculou Diogo Pires, sob o nome *Jacobus Pyrrus*, em 28 de Janeiro de 1536, no mesmo dia em que há registo de inscrição de outros dois portugueses: Pedro Fernandes e Henrique Fernandes⁴⁸.

No entanto, o humanista português não seria o único membro da família Pires-Cohen a inscrever-se nesta instituição. No dia 18 de Julho de 1539, matricula-se também Duarte Anriques, um dos irmãos de Diogo Pires, sob o nome *Eduardus Henricus*⁴⁹. Duarte ficará à frente dos negócios da família, em Antuérpia, após a partida de Henrique Pires e de Estêvão Pires. Em 19 de Janeiro de 1540, matricula-se, provavelmente, um outro membro da família Pires sob o nome *Henricus Pirrus*⁵⁰.

Bernardino Micas e João Micas, os dois sobrinhos de D. Grácia Nasci, também estudaram na Universidade de Lovaina⁵¹. Bernardino Micas matriculou-se em 7 de Abril de 1540. Andreas Balenus, professor de hebraico do Colégio Trilingue, ao prestar depoimento «*super vita, moribus, consuetudine, ritu, cerimoniis quorundam mercatorum Antwerpiae residentium qui dicuntur esse novi cristiani*», em 5 de Outubro de 1540, declara que Bernardino Micas era seu discípulo na aprendizagem dos rudimentos da língua hebraica⁵². João Micas, mais tarde conhecido como Joseph Nasci, Duque de Naxos, inscreveu-se em 1 de Setembro de 1542, mas não deve ter prolongado por muito tempo os seus estudos, pois a morte de Diogo Mendes, em meados de 1543, trouxe-lhe obrigações acrescidas na condução dos negócios da família.

⁴⁸ Cf. A. SCHILLINGS (1961), vol. IV, 132; L. MATOS (1964a), 450-452.

⁴⁹ Cf. A. SCHILLINGS (1961), vol. IV, 193.

⁵⁰ Cf. A. SCHILLINGS (1961), vol. IV, 201. Não estamos totalmente seguros, neste caso, de se tratar de um membro da família Pires. Se assim for, colocam-se duas hipóteses: ou se trata do próprio pai de Diogo Pires ou talvez estejamos na presença de um outro membro da família não identificado por nós, senão neste registo.

⁵¹ Cf. A. SCHILLINGS (1961), vol. IV, respectivamente, 206 e 253; H. P. SALOMON–A. L. LEONI (1998), 152.

⁵² Cf. H. P. SALOMON–A. L. LEONI (1998), 152 e 189-190, documento 7.

Curiosamente, cerca de um mês e meio antes da matrícula de Duarte Anriques, irmão de Diogo Pires, o já então célebre Damião de Góis⁵³ faz a inscrição, em 4 de Junho de 1539, na mesma Universidade de Lovaina. Uma vez mais, o destino de Damião de Góis cruza-se com o dos Pires, seus velhos conhecidos dos tempos em que trabalhara na Feitoria.

Damião de Góis assistiu de perto, desde 1523, data da sua chegada a Antuérpia, à intensa actividade comercial da Feitoria portuguesa, onde desempenhou a função de escrivão. Conheceu pessoalmente os mercadores cristãos-novos que integravam o Consórcio, parceiros comerciais privilegiados da Coroa portuguesa. Em 1532, como se viu, é chamado a intervir no delicado caso do mercador cristão-novo Diogo Mendes, encarregando-se pessoalmente de expor os interesses de D. João III perante a Rainha Maria de Hungria. De facto, Damião de Góis obtém na Feitoria uma excelente formação e torna-se rapidamente um agente comercial da mais elevada categoria ao serviço de D. João III⁵⁴.

Pouco antes da sua inscrição na Universidade de Lovaina, durante o período em que permaneceu em Pádua, Damião de Góis publica em Veneza uma tradução para português do *Livro do Ecclesiastes*⁵⁵, uma das raras traduções de um livro do *Antigo Testamento* para português durante o Renascimento. T. F. Earle considera que Góis «parece ter pensado que os comentadores rabínicos do *Ecclesiastes* sabiam mais acerca dele do que os seus homólogos cristãos, porque os cita muito mais frequentemente.»⁵⁶. Com efeito, a tradução e o comentário do humanista português denotam um conhecimento e uma utilização sensata da exegese bíblica judaica. Góis dedicou a sua versão ao antigo Feitor de D. João III, em Antuérpia, Rui Fernandes de Almada, com quem havia trabalhado na Feitoria de Antuérpia, porque «era a pessoa mais apropriada para receber uma obra de erudição em que se reconhecia calorosamente a contribuição de exegetas judeus; na verdade, era um dos

⁵³ Cf. A. SCHILLINGS (1961), vol. IV, 192; L. MATOS (1991), 442.

⁵⁴ Sobre a preparação excepcional de Damião de Góis no domínio da economia, evidente em muitas das suas obras, e que é fruto principalmente da sua prolongada actividade como escrivão da feitoria portuguesa, em Antuérpia, onde conheceu os meandros do grande comércio internacional, cf. A. H. O. MARQUES (1958), 133-163; L. MATOS (1991), 436-440.

⁵⁵ Um exemplar desta preciosa obra, desconhecida até há pouco, acaba de ser descoberta por T. F. EARLE na Biblioteca do Colégio All Souls da Universidade de Oxford. Cf. Damião de GÓIS, *O Livro de Ecclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

⁵⁶ Cf. T. F. EARLE (2002), 20.

poucos portugueses capazes de apreciar a mensagem ecuménica implícita na tradução de Góis. Tinha também a vantagem de viver a salvo, longe de Portugal.»⁵⁷.

Earle coloca a hipótese de Góis ter acedido aos comentários rabínicos através das florescentes comunidades judaicas de Pádua, onde permaneceu entre 1534 e 1538. Considera, porém, também ser possível que Góis tenha iniciado a sua tradução durante o seu convívio com Erasmo, antes da sua partida para Itália⁵⁸.

Pretendemos equacionar uma nova hipótese que julgamos bastante plausível. Talvez Damião de Góis tivesse sido auxiliado por elementos da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia. Entre os membros dessa comunidade, bem conhecidos do antigo secretário da feitoria portuguesa, haveria, decerto, indivíduos com a preparação linguística e religiosa necessária para prestar apoio a Góis no seu trabalho. Os membros da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia, nestas primeiras décadas de Quinhentos, contam-se entre os principais herdeiros da antiga e rica tradição cultural judaica que durante séculos frutificou por terras de *Sefarad*, antes da expulsão ou conversão forçada dos judeus.

Convém recordar o papel destacado que alguns membros desta comunidade, mais tarde, tanto em Ferrara como no Império otomano, vão desempenhar na publicação, tradução e divulgação de textos bíblicos. A obra-prima saída dos prelos do cristão-novo Abraão Usque foi precisamente a monumental edição, no ano de 1553, da magnífica Bíblia de Ferrara, vertida em língua castelhana. Diogo Pires, como se verá, desempenha também um papel de destaque na edição desta obra. Não parece, portanto, descabido considerar que Damião de Góis, nos anos que precederam a sua partida para Pádua, possa ter encontrado algum auxílio para a sua tradução junto dos membros da Nação Portuguesa de Antuérpia, que ele tão bem conhecia.

Diogo Pires afirma na carta a Jóvio ter estudado nos seus tempos de juventude não apenas em Lovaina mas também em Paris, ainda que, até à presente data, não tenha sido feita prova documental dos estudos realizados em França⁵⁹:

Etsi enim animus iam tum ab omni litterarum cultu alienus sit, ex quo, Lusitania relicta, exulantem patrem duodecim iam annum per omnes Europae tractus sequor deducoque, iuuat tamen interdum ea animo studia repetere quae, dum puer essem,

⁵⁷ Cf. T. F. EARLE (2002), 8.

⁵⁸ Cf. T. F. EARLE (2002), 8-9.

⁵⁹ A única prova apresentada por Luís de Matos para atestar os estudos de Diogo Pires na Universidade de Paris, em data posterior a 1535, é precisamente o citado passo da carta a Paulo Jóvio. Cf. L. MATOS (1950), 88-89.

*ardentissime excoluerim, iuuenis uero atque etiam dum imberbis, Louanii, Lutetiae clarissimis terrarum gymnasiis, non omnino sine laude sim professus.*⁶⁰

Embora, de facto, o meu espírito viva já alheio a todo o culto das letras desde o tempo em que, após ter abandonado a Lusitânia, sigo e conduzo o meu pai no exílio, ao longo de doze anos, por todos os caminhos da Europa, é-me grato, entretanto, voltar de novo o coração para aqueles estudos que, nos dias da adolescência, cultivei com o maior fervor e aos quais me dediquei, apesar de jovem e então ainda um imberbe, em ilustres escolas por terras de Lutécia e de Lovaina, não de todo sem glória.

Não tinham decorrido ainda três meses desde a data da matrícula de Diogo Pires na Universidade de Lovaina, quando este envia uma carta a António Soares Lusitano, na ocasião em Antuérpia, com a elegia *Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem habitus*. Esta missiva é uma prova indesmentível da presença de Diogo em Liège, à data de 25 de Abril de 1536. No dia seguinte, era sua intenção prosseguir viagem para Lovaina, se os rigores do clima assim o permitissem⁶¹.

As relações familiares privilegiadas de Diogo Pires permitiram-lhe uma rápida integração no cosmopolitismo do grande empório de Antuérpia. Travou contacto, por certo, com elementos destacados dos circuitos financeiros, comerciais e culturais, tanto no âmbito da comunidade judaico-portuguesa e da Casa de Portugal, como das outras comunidades estrangeiras há muito estabelecidas na cidade.

Além disso, a frequência da Universidade de Lovaina possibilitou a Diogo Pires um rápido acesso e integração nos meios culturais dos Países-Baixos. A julgar por um epitáfio que o poeta eborense dedica a Ioannes Varennius (J. van der Varen), professor de línguas clássicas em Lovaina, falecido em finais de 1536, deve ter sido muito provavelmente seu discípulo nesse mesmo ano⁶². Parece ter também estabelecido relações amistosas com o influente humanista e impressor Rogério Réscio⁶³, em cujas edições são publicados vários poemas do jovem estudante português.

Ao círculo de amigos de Réscio pertenciam vários humanistas do famoso Colégio Busleiden de Lovaina como o célebre Gema Frísio, professor em Lovaina (1532-55),

⁶⁰ Cf. texto e tradução em C. A. ANDRÉ (1992b), 159 e 165.

⁶¹ A carta é datada de «Leodii, apud Eburones, XXV. April. qui dies D. Marco festus est. 1536», ou seja, «Liège, entre os Eburões, 25 de Abril, dia da festa de S. Marcos, 1536». Cf. *Cato Minor* (1596), 66-67. Veja-se a edição e tradução da referida epístola, bem como a provável identificação do jovem António Soares, em C. A. ANDRÉ (1992b), 73-75.

⁶² O epitáfio de Ioannes Varennius foi publicado, pela primeira vez, na edição de 1537 dos *Erasmii epítaphia* de Rogério Réscio, fl. a4. Cf. G. H. TUCKER (1992), 189; IDEM (1998), 100.

⁶³ Sobre a figura de Réscio, cf. A. ROERSCH (1910), 37-55; H. VOGHT (1951), vol. I, 277-279 e 471-478.

cosmógrafo, geógrafo e matemático de reputação europeia, ou Conrad Goclénio. Damião de Góis frequentou os círculos erasmianos, em 1532, tornando-se um grande amigo de Réscio. Basta dizer que, em Abril do ano seguinte, quando Góis se dirige a Friburgo, a fim de se encontrar com Erasmo, leva consigo uma carta de apresentação de Réscio⁶⁴.

Há também notícia de que Damião de Góis acompanhou, no ano de 1532, as lições do próprio Réscio, que foi professor de língua grega do também designado Colégio Trilingue de Lovaina, desde a sua fundação⁶⁵, sendo igualmente um impressor consagrado dos humanistas. Dos seus prelos saíram nada menos que quatro obras de Damião de Góis, a saber, *Comentarii rerum gestarum in India citra Gangem* (1539), *Fides, religio, moresque Aethiopum* (1540), *Hispania* (1542) e *Aliquot opuscula* (1544).

Em breve, no mês de Março de 1537, muito perto de celebrar o seu vigésimo aniversário, Diogo Pires assistia ao reconhecimento dos seus dotes poéticos, ao ver publicados vários poemas, em língua grega e latina, numa obra em que Réscio reuniu epitáfios «per eruditiss. aliquot viros Academiae Lovanien. edita»⁶⁶, dedicados a evocar a memória do seu saudoso e querido amigo Erasmo. Esta obra foi reeditada no mesmo ano em Antuérpia, «apud uiduam Martini Caesaris», de cujos prelos saíra, um ano antes, o *Index Dioscoridis* de Amato⁶⁷.

Os epitáfios que o humanista português dedicou a Erasmo figurarão mais tarde, em posição de relevo, nos *Opera omnia* do humanista de Roterdão⁶⁸. Não se sabe se Diogo Pires alguma vez terá estado na presença de Erasmo, que morreu em Basileia, em Junho de 1536. Já em relação ao seu amigo e parente Amato Lusitano, não restam dúvidas de que se encontrou com Erasmo no decorrer do ano de 1535 ou, com mais probabilidade, nos primeiros meses de 1536, data em que publicou o *Index Dioscoridis*, em Antuérpia,

⁶⁴ Cf. J.-C. MARGOLIN (1982), 25.

⁶⁵ Cf. L. MATOS (1992), 442.

⁶⁶ *D. Erasmi Roterodami epitaphia, per eruditiss. aliquot viros Academiae Lovanien. edita*. Lovanii, ex officina Rutgeri Rescii, Men. Mart. 1537. Estes poemas evocativos de Erasmo, traduzidos por Miguel Pinto de Meneses (poemas em latim) e por Walter de Sousa Medeiros (poemas em grego), podem encontrar-se em A. M. SÁ (1977), 337-343. Mais tarde, C. A. ANDRÉ (1989-1990), 82-98, num trabalho, sugestivamente intitulado «Diogo Pires e a lembrança de Erasmo», analisa detidamente estas composições, apresentando uma nova tradução dos poemas em latim.

⁶⁷ *Catalogi duo operum D. Erasmi Roterodami ab ipso conscripti, et digesti*. [...]. Antuerpiae, apud uiduam Martini Caesaris, expensis Ioannis Cocci, circiter Calē. Maias. Anno M.D.XXXVII.

⁶⁸ Cf. *Desiderii Erasmi Roterodami Opera Omnia*. Lugduni Bataurum, curis & impensis Petri Vander Aa, MDCCIII. Há uma edição fac-similada, de Hildesheim, 1961.

a primeira e única obra que leva gravado no frontispício o seu nome de baptismo, ou seja, João Rodrigues de Castelo Branco⁶⁹.

Uma personalidade com quem Amato e Diogo se cruzaram durante a sua permanência nos Países-Baixos foi o valenciano Juan Luis Vives (Valencia, 1492/3 – Bruges, 1540), também ele de ascendência judaica. Foi um assíduo correspondente de Erasmo e um seguidor da doutrina erasmiana. O famoso humanista espanhol, cuja família andou sempre entre o cárcere e a fogueira, passou os últimos anos da sua vida nos Países-Baixos, onde acabou por morrer, em 1540.

Amato, no seu *Index Dioscoridis*, refere-se-lhe como «uiro ut in summa dicam inter graecos latinissimo, inter latinos graecissimo, inter utrosque optimo»⁷⁰; no *In Dioscoridis*, dá notícia de o ter tratado com sucesso, já que padecia de gota⁷¹. Por seu turno, Diogo Pires dedica a uma edição dos *Colloquia* de Vives um longo poema de 24 dísticos elegíacos, publicado no *Carminum liber unus*⁷², no qual evoca com grande emoção o humanista há pouco desaparecido.

As composições do jovem poeta eborense continuam a acompanhar obras publicadas tanto em Lovaina como em Antuérpia, entre os anos de 1537 e de 1540⁷³. Assim, ainda durante o ano de 1537, dois poemas seus abrem mais uma edição de Réscio, desta feita, a da *Andrómaca* de Eurípides⁷⁴. No ano seguinte, uma versão latina de Iodocus Velaraeus, personalidade bem conhecida de Amato⁷⁵, das *Orationes Olynthiacae* de Demóstenes⁷⁶, inclui também um poema do humanista português. Em 1539, figuram várias composições suas na *Cosmographia* de Pedro Apiano e Gema Frísio⁷⁷, e um poema de 30 dísticos ele-

⁶⁹ Sobre as circunstâncias do encontro entre Amato Lusitano e Erasmo, cf. M. LEMOS (1927), 9; L. MATOS (1964b), 483.

⁷⁰ Cf. M. LEMOS (1927), 7.

⁷¹ *In Dioscor.* 1.101.

⁷² *Carm.*, fls. Gi-Gii (*In Ludouici Viuis colloquia*). Cf. C. A. ANDRÉ (1989), 83; G. H. TUCKER (1998), 101-102. Sobre as circunstâncias do exílio de J. L. Vives na Flandres, cf. E. GONZÁLEZ GONZÁLEZ (1998), 35-81.

⁷³ G. H. TUCKER (1992), 189-192; IDEM (1998), 99-101, apresenta uma relação exaustiva das obras publicadas entre 1537-1540, que incluem composições poéticas de Diogo Pires.

⁷⁴ *Euripidis Andromache*. Lovanii, ex off. Rutgeri Rescii, Men. Aug. 1537. Reproduz-se a descrição de G. H. TUCKER (1992), 190.

⁷⁵ Cf. M. LEMOS (1907), 76.

⁷⁶ *Demosthenis Orationes Olynthiacae tres, latinae factae. Interprete Petro Clobardo Scoondyquio*. Antuerpiae, apud Gregorium Bontium, 1538. G. H. TUCKER (1992), 190, descreve esta obra e indica a existência das composições do humanista português.

⁷⁷ *Petri Apiani Cosmographia, per Gemmam Phrysium...restituta*. Antuerpiae, in pingui gallina Arnoldo Berckmãno, 1539.

giacos é publicado com os *Quinti Calabri derelictorum ab Homero libri quatuordecim*⁷⁸. Por fim, em 1540, uma outra obra de Gema Frísio, *Arithmeticae practicae methodus facilis*⁷⁹, publicada de novo em Antuérpia, incorpora outros dois poemas.

Diogo Pires conviveu durante a sua permanência nos Países-Baixos com Amato Lusitano, seu grande amigo e companheiro de desterro. Quando estava de partida para uma das suas frequentes deslocações a Lovaina, Diogo dedica-lhe uma elegia em que revela uma grande nostalgia dos dias ditosos vividos no Estudo de Salamanca e na saudosa pátria. Os tempos felizes vividos tanto em Portugal como em Salamanca já faziam parte do passado:

AD IOANNEM RODERICVM MEDICVM,

LOVANIVM PETITVRVS

Quos patimur cassus et quos, Roderice, labores

quaeue pericla uides,

dum sequimur toto fugientes orbe puellas

a Ioue progenitas.

En ego uidi qui dudum uotis petii omnibus undas

Tormidis aureolas.

Rursus in ire fretum, rursus candentia cogor

pandere uela Noto:

uela Noto et totiens iactatam credere uitam

fluctibus Hesperiiis.

Heu patrias unquam dabiturne reuisere sedes

dulciaque ora meae

Pyrmillae? uiuente mihi qua uiuere dulce est,

dulce cadente mori!

An mea (dii uestram) peregrinis ossa sepulcris

condet acerba dies?

Antiquis procul a laribus? procul ore meorum?

Quae mea culpa nefas

commeruit tantum? Sed quae dea cetera caeco

temperat arbitrio,

uiderit ista! Mihi certum est prius omnis forti

pectore dura pati,

quam dulce Aonidum studium, quam clara sororum

carmina deserere.

⁷⁸ *Quinti Calabri derelictorum ab Homero libri quatuordecim*, Iodoco Velaraeo interprete. [...]. Antuerpiae, apud Ioannem Steelsium, 1539.

⁷⁹ *Arithmeticae practicae methodus facilis, per Gemmam Frisium* [...]. Vaeneunt G. Bontio Antuerpiae [typis Aegidii Copenii], 1540. Veja-se a descrição de G. H. TUCKER (1992), 191.

Hic amor est, haec cura meam premit unica mentem.

Cetera nulla puto.

Interea longum ueteris, Roderice, sodalis

uiue ualeque memor!

Otia grata teras: nam quae fert commoda secum

improbis iste labor?

Cum tamen in terris nimium paulumue moratos

*nos breuis urna manet.*⁸⁰

AO MÉDICO JOÃO RODRIGUES, ESTANDO O AUTOR DE PARTIDA PARA
LOVAINA

Que infelicidade e que trabalhos ou que perigos sofreremos, ó Rodrigues, bem vês, enquanto seguimos fugitivas pelo orbe inteiro as moças, filhas de Júpiter. Sim, eu vi, eu que outrora busquei com todos os meus anseios as águas alouradas do Tormes.

De novo sou forçado a ir para o mar, de novo a dar ao Noto as velas branquejantes. As velas a Noto, e a confiar às ondas hespérias uma vida tantas vezes açoitada pelas tempestades.

Oh, algum dia me seja concedido rever os lugares pátrios e as doces feições da minha Pyrmila? vivendo onde me é doce viver, e, ao extinguir-me, doce morrer!

Acaso um céu cruel (deuses, por piedade!) guardará meus ossos em sepulcro estrangeiro? longe dos antigos lares? longe da face dos meus? Que culpa minha mereceu impiedade tamanha? Mas a deusa que tudo governa com cego arbítrio, lá veja! Por mim, decidi antes sofrer com peito forte todas as contrariedades, que abandonar o doce estudo das Aónides, os claros cantos das irmãs.

Este é o meu amor, este é o cuidado que só ocupa o meu espírito. O mais considero-o nada.

Entretanto, vivas tu por muitos anos com saúde, ó Rodrigues, lembrado de teu velho companheiro! Goza agradáveis ócios! Que vantagens traz consigo esse trabalho insano? Demoremo-nos na terra muito ou pouco, uma urna breve nos aguarda.

Amato sabe muito bem, por certo, o que vai na alma do seu compatriota. Também ele foi obrigado a partir da pátria que o viu nascer. Um destino comum, para não mencionar as relações de sangue, irmanou-os na longa jornada das suas vidas, marcada a todo o momento pela instabilidade e pela omnipresente necessidade de partir para paragens mais hospitaleiras. Antuérpia foi a primeira paragem na difícil caminhada destes dois homens, que, na voz do poeta, seguem «...toto fugientes orbe puellas / a Ioue progenitas.»

É provável que Amato Lusitano tenha estado também em Lovaina, talvez na companhia do seu amigo de sempre. Numa passagem do tratado *In Dioscoridis*, afirma ter visto a *colutea arbor* «quam ego, primo Mechliniae [cidade de Malines], celebri ciuitate

⁸⁰ *Carm.*, fls. Giiiv-Giiii. Reproduz-se a tradução de A. C. RAMALHO (1985), 207.

Brabantiae, ac media inter Anthuerpium et Lovanium bonarum literarum nobilem academiam, uidi»⁸¹. M. Lemos julga que esta deslocação terá tido lugar durante o ano de 1536, data da publicação do *Index Dioscoridis*⁸². Ora foi neste ano, precisamente, que Diogo Pires iniciou os seus estudos em Lovaina.

Amato tem um contacto próximo e permanente com a comunidade judaico-portuguesa e com os membros da própria Casa de Portugal. Recorda-se apenas que tratou, por volta dos anos 1537-1538, Manuel Cirne, o representante máximo do monarca português na Feitoria de Flandres, de quem, aliás, se tornou bastante amigo⁸³.

Quando chegou a esta cidade, não tinha um conhecimento muito profundo de botânica e de história natural das drogas, como ele próprio confessa no início do seu *Index Dioscoridis*⁸⁴. Dispunha, porém, de todos os recursos necessários para ampliar os seus conhecimentos. Ao porto chegavam os navios portugueses carregados de especiarias e de drogas vindas dos confins do império.

Entre os membros do Consórcio que as adquiria por grosso, encontravam-se os seus parentes Henrique e Estêvão Pires. Pode perguntar-se, pois, quem melhor que os próprios mercadores envolvidos neste negócio, com quem, para além disso, tinha relações familiares, podia satisfazer a curiosidade científica de Amato. Eles tinham um saber apurado sobre os produtos em que negociavam. Às suas mãos chegavam não só as especiarias mais vulgares mas também as drogas mais raras, por vezes, desconhecidas. Amato tinha todas as condições para desenvolver a sua investigação, pois se tinha boas relações com os vendedores (representantes da Feitoria de Antuérpia), melhores teria com os compradores (mercadores do Consórcio), não lhe sendo, por isso, difícil recolher informações ou amostras das substâncias que pretendia.

Diogo Pires não desconhecia as mercadorias transaccionadas pela sua própria família. A sua obra permite-nos confirmar esse saber de experiência feito, em particular através de inúmeros dísticos inspirados nesses mesmos produtos quer sejam especiarias, drogas ou pedras preciosas⁸⁵. Aí se encontram, apenas a título de exemplo, pequenas composições dedicadas à pimenta, ao gengibre, à noz-moscada, ao açafrão, à canela, ao

⁸¹ *In Dioscor.* 3.82.

⁸² M. LEMOS (1927), 7-8.

⁸³ M. LEMOS (1907), 70.

⁸⁴ M. LEMOS (1927), 6.

⁸⁵ Sobre o comércio de pedras preciosas através da Rota do Cabo, cf. M. N. DIAS (1964), vol. II, 57.

cravo, à raiz da China, ao ruibarbo, ao âmbar, ao marfim, ao incenso, à esmeralda, à safira, ao diamante, entre muitos outros⁸⁶.

De facto, Diogo Pires revela conhecer bem os produtos, entre os quais se contavam inúmeras substâncias medicinais, que eram objecto de comércio no empório comercial do Escalda. Consagra igualmente bastantes dísticos a plantas ou substâncias medicinais europeias⁸⁷.

G. H. Tucker, baseado em afirmações do médico e antiquário inglês Sir Thomas Browne, colocou a hipótese de ter havido uma colaboração activa do ponto de vista filológico entre Amato e Diogo⁸⁸. Sugere este investigador que Amato tenha recorrido nas suas obras ao excelente conhecimento linguístico do seu amigo, sobretudo no que concerne à língua grega.

Consideramos, do mesmo modo, que esta colaboração teve lugar, primeiro em Antuérpia, mais tarde em Ferrara/Ancona e, inclusive, durante a permanência de ambos em Ragusa. Parece-nos, no entanto, que esta parceria teve um âmbito mais alargado, que ultrapassou o domínio filológico. Diogo Pires, para lá de um surpreendente domínio das línguas grega e latina, tem também estudos na área da medicina.

Acresce, como foi referido, o contacto *de visu* que teve com as especiarias e drogas afro-asiáticas, afinal o objecto principal do negócio do seu pai e do seu primo, respectivamente, Henrique e Estêvão Pires. Era, portanto, uma voz autorizada a quem Amato podia recorrer, não haja dúvida, para discutir os seus problemas, fossem da área linguística, fossem da área estritamente médica, em particular no que se relaciona com a botânica e a história natural das drogas. Estamos mesmo em crer que alguns dos dísticos do *Cato Minor* há pouco referidos podem ter sido inspirados nesta relação privilegiada que os dois amigos mantiveram também no plano filológico e científico.

A formação em medicina de Diogo Pires tem sido, desde sempre, um ponto controverso da sua biografia. Vários investigadores têm afirmado que deve ter tido formação médica, baseados nos conhecimentos que o poeta, na sua obra, parece evidenciar e, sobretudo, nas referências que Amato faz ao seu compatriota⁸⁹. Tem sido aceite, porém,

⁸⁶ Cf. *Cato Minor* (1596), *maxime*, 44-50.

⁸⁷ Cf. *Cato Minor* (1596), *maxime*, 51-57.

⁸⁸ Cf. G. H. TUCKER (1992), 178-179; IDEM (1998), 98-99.

⁸⁹ Cf. M. LEMOS (1915), 39-40; A. C. RAMALHO (1988), 149; C. A. ANDRÉ (1992a), 401; IDEM (1992b), 23; P. P. PEDRIALI (1998), 112-113.

que não exerceu a medicina. Por duas vezes, o médico de Castelo Branco deixa transparecer que o seu parente é um entendido na ciência que o celebrizou.

Assim, faz intervir o próprio Diogo num diálogo sobre as propriedades dos pêssegos, tendo como interlocutores, para lá da sua pessoa, o amigo predilecto e médico conceituado António Musa Brasavola⁹⁰. Em outro lugar, de novo em forma dialogada, Diogo Pires comenta um caso clínico de Amato, revelando um conhecimento bastante apurado tanto da terminologia médica como da obra de Galeno. Com efeito, não deixa de se dirigir ao amigo, corrigindo o seu diagnóstico e tecendo comentários de natureza técnico-científica sobre a tipologia da doença em causa. Considere-se um excerto deste diálogo, a partir do qual pode inferir-se que Diogo Pires cursou medicina mas que não exercia essa arte tão do agrado da raça hebraica:

*PYRRHVS: Non ab re sane, quia etsi medicum non agam, Galenum tamen sua lingua conscriptum, hoc est, graeca, perlegi, apud quem si modo reminiscor, libro Aphoris. legi, uno meo in codice linea quadam notavi, nodari morbum acutum absque feбри continua.*⁹¹

PIRES: Não será certamente assim, porque, ainda que eu não exerça como médico, li bastante Galeno na sua língua, isto é, em grego, onde li, se bem me lembro, no livro dos Aforismos (e até o anotei com um traço no meu códice) que não se produz uma doença aguda sem febre contínua.

Em Antuérpia, com o aproximar do final da década de quarenta, um número cada vez maior de mercadores cristãos-novos começa a deslocar as suas actividades para sul, estabelecendo-se paulatinamente em cidades italianas como Ancona, Ferrara ou Veneza. As perseguições de que foram novamente objecto, no final dos anos quarenta, aumentam ainda mais a instabilidade já existente e levam muitos a abandonar de vez o empório comercial de Antuérpia.

De facto, em 1540, as autoridades do Brabante serviram-se dos depoimentos de Luís Garcês para voltar a perseguir alguns dos mercadores denunciados, entre os quais se contam Manuel Serrano, Gabriel de Negro e Manuel Manriques⁹². Em relação a Henrique

⁹⁰ *In Dioscor.* 1.148.

⁹¹ *Curat. Medicin.* 3.38.

⁹² Sobre as perseguições no final de 1540, cf. J. A. GORIS (1925), 574-575, e sobretudo A. L. LEONI (2005), 28-35.

Pires, que é um dos principais denunciados no documento já referido⁹³, não há notícia de que tenha sido alvo de alguma acusação.

Talvez já nem sequer estivesse em Antuérpia à data destes acontecimentos, porque por esta altura já devia ter posto o seu plano em acção. Henrique Pires tinha traçado um novo destino, decidindo estabelecer-se na cidade de Ferrara, onde deve ter chegado por volta de 1539/1540. Diogo Pires, na carta a Paulo Jóvio, dá conta da decisão tomada pelo pai e da perda da mãe nessa difícil viagem para terras do sul:

*Pater itaque meus, cum nihil de conscientia sua dissideret, sed iudiciorum aleam consulto abhorrens, Antuerpia relictā ultro in Italiam cum familiam uenit, amplissimis apud Lusitanos opibus relictis. Huic ego dum ut par est comes indiuiduus adhaereo, necessario humanitatis studia deserere coactus sum, maxime cum in ea peregrinatione matrem amiserim, feminam lectissimam et supra omnes matres mei amantem, cuius ego decessum eo molestius tuli, quo integra adhuc Fortuna in patrio solo apud suos ei exspirare non contigerit.*⁹⁴

Foi assim que o meu pai, sem em nada se desviar da sua consciência, mas deliberadamente avesso à sorte dos tribunais, partiu de Antuérpia em busca de outras paragens e para Itália se dirigiu com a família, depois de entre os Lusitanos ter deixado avultadas riquezas. E eu, como é justo, enquanto me mantenho na sua inseparável companhia, fui necessariamente forçado a abandonar o estudo das humanidades, sobretudo quando vim a perder a minha mãe nesse peregrinar, mulher de extraordinária eleição e que tinha por mim amor superior ao de qualquer mãe; o seu falecimento foi com grande dor que o suportei, tanto mais que a Fortuna, até então implacável, lhe não consentiu expirar em solo pátrio, entre os seus.

Henrique Pires temia claramente um agravamento da situação em Antuérpia. O seu nome já tinha sido envolvido em acções, cujo alvo visava a comunidade judaico-portuguesa, sem que daí tivessem resultado consequências graves para a sua pessoa, pelo menos que disso haja conhecimento. O filho define bem a grande prudência, aliás, justificada, com que o seu progenitor encara os procedimentos judiciais que tinham minado a confiança dos mercadores marranos de Antuérpia («iudiciorum aleam consulto abhorrens»). A instabilidade crescente, por um lado, e as insistentes e aliciantes ofertas de acolhimento vindas da parte de Ercole II, duque de Ferrara, por outro, convergiram para que tomasse, de novo, a decisão de partir. Diogo Pires deve ter acompanhado os passos do pai, interrompendo os seus estudos. Tudo leva a crer que tenha acompanhado o pai e parte da

⁹³ Cf., *supra*, p. 58, nota 25.

⁹⁴ Cf. texto e tradução em C. A. ANDRÉ (1992b), 162 e 170.

família em mais esta longa viagem, desta feita, por terra. Neste percurso, perdeu, como ele próprio refere, a sua querida mãe.

Carlos Ascenso André, baseando-se num poema de Diogo Pires ao seu sobrinho Diogo Vaz, veio propor que o poeta teria chegado a Itália em finais de 1537 ou começos de 1538, onde se teria alistado nas forças venezianas que integraram a Santa Liga, firmada em 1538, na guerra contra os Turcos⁹⁵. Apesar dos nossos esforços, até ao momento não nos foi possível documentar de outra forma a participação do humanista português nesta guerra nem apurar que motivações o teriam levado a envolver-se no conflito.

Os investigadores que têm dedicado a sua atenção ao estudo de Diogo Pires deixam quase sempre entender que a sua ida para Ferrara se deveu, muito em particular, à política de tolerância do Duque Ercole II e da sua esposa Renata de França⁹⁶. É importante definir, ainda que de forma breve, os traços distintivos desta política, mais do plano económico do que propriamente de tolerância, definida pelo Estado estense. Actualmente, pode afirmar-se, graças a um importante estudo de Aron di Leone Leoni⁹⁷, que as circunstâncias que levaram os cristãos-novos a estabelecer-se em Ferrara são bastante mais complexas do que até aqui poderia parecer.

De facto, Ercole II idealizou um plano estratégico de desenvolvimento económico para a cidade de Ferrara, desejando fazer dela uma praça comercial de primeira grandeza. Tinha, porém, a perfeita noção de que esse plano só podia ser levado à prática com a ajuda dos capitais, da iniciativa, das relações privilegiadas e da comprovada experiência no comércio internacional dos mercadores cristãos-novos sediados nas praças do norte da Europa, em particular, em Antuérpia.

Nesse sentido, decide envidar todos os esforços para atrair para Ferrara esses mesmos homens de negócios. Com esse intuito, contrata os serviços de Gerolamo Maretta, um experiente mercador de Siena, que estivera dois anos em Ancona, como *Cônsul da Nação Levantina*⁹⁸. Ercole II envia Maretta a Antuérpia numa primeira missão em

⁹⁵ Cf. C. A. ANDRÉ (1992b), 18-19 e 96-104 (texto latino e tradução do poema a Diogo Vaz).

⁹⁶ Cf. J. P. S. CARVALHO (1980/1981), 85; A. C. RAMALHO (1988), 143; C. A. ANDRÉ (1992b), 19; G. H. TUCKER (1992), 177; P. P. PEDRIALI (1998), 115.

⁹⁷ O estudo de A. L. LEONI (1994), 293-326, revela-se fundamental para se perceber a relação directa existente entre a política de Ercole II e a emigração dos cristãos-novos para Ferrara. Sobre o mesmo tema, cf. R. SEGRE (1996), 786-796.

⁹⁸ Sobre as actividades de G. Maretta, em Ancona, como *Cônsul da Nação Levantina*, antes de estar ao serviço de Ercole II, cf. R. SEGRE (1996), 786-787; A. L. LEONI (2000a), 35-36.

Fevereiro/Março de 1538⁹⁹. Este entra rapidamente no círculo dos Affaitadi, membros do Consórcio das Especiarias, e dos Guicciardini, através de quem não teve dificuldade em contactar com os membros mais importantes da comunidade judaico-portuguesa, dando-lhes conta de que o Duque estava disposto a acolhê-los de bom grado na cidade de Ferrara¹⁰⁰.

Os esforços diplomáticos de Maretta, a quem o Duque tinha concedido amplos poderes, depressa suscitaram um vivo interesse de muitos mercadores cristãos-novos, ainda para mais quando este lhes prometia, entre muitas e relevantes facilidades comerciais, a tão almejada liberdade religiosa. Convém não esquecer que a confiança da comunidade judaico-portuguesa no poder instituído, isto é, na Governante Maria de Hungria, e superiormente, no próprio Imperador, tinha sofrido um rude abalo com os delicados processos, poucos anos antes, de Diogo Mendes e de António Fernandes.

Durante os anos de 1538-1540, Gerolamo Maretta procura cumprir zelosamente a sua missão e sucedem-se as suas inúmeras viagens para Antuérpia, Bruxelas, Paris, Londres ou Milão. Um problema, porém, impedia os mercadores de passarem directamente das intenções aos actos, aceitando a oferta do Duque. A viagem era longa e difícil. Os riscos eram elevados sobretudo na travessia dos domínios territoriais de Carlos V. Além disso, as diligências de Ercole II e do seu agente junto do rei de França para obter salvo-condutos para os cristãos-novos atravessarem a França não foram coroadas de muito sucesso.

O Duque, porém, não se poupou a esforços no sentido de apoiar a emigração dos mercadores, diligenciando igualmente junto do Marquês de Vasto a obtenção de um salvo-conduto para que os cristãos-novos provenientes de Antuérpia pudessem, em segurança, atravessar a Lombardia com destino a Ferrara.

No decorrer de 1539, Carlos V enviou Jean de la Foix para a cidade de Milão com o objectivo de travar o passo aos portugueses em trânsito para Veneza, Ancona e Ferrara. Este sub-comissário imperial prosseguiu, cruel e implacavelmente, a sua missão, durante

⁹⁹ Sobre a primeira missão de G. Maretta a Antuérpia, cf. A. L. LEONI (1994), 296-302.

¹⁰⁰ Cf. A. L. LEONI (1994), 302-304, onde encontramos a transcrição parcial dos salvo-condutos de Ercole II a favor dos portugueses de Antuérpia (emitidos em 30 de Março e 13 de Agosto de 1538).

os anos de 1539 e 1540, prendendo e torturando os emigrantes e apresando os seus bens e mercadorias¹⁰¹.

Tanto o Duque de Ferrara como o seu experiente agente Gerolamo Maretta intercedem várias vezes junto do Marquês de Vasto, tentando impedir ou anular a acção de Jean de la Foix. Por fim, em finais de 1540, o Marquês de Vasto dá resposta aos pedidos insistentes de Ercole II, concedendo um salvo-conduto aos portugueses que se encontravam em viagem de Antuérpia para Ferrara, desde que estivessem munidos de um salvo-conduto do Duque de Ferrara¹⁰².

Henrique e Estêvão Pires, os dois homens fortes da família, aceitaram o generoso, mas não totalmente desinteressado, convite que Ercole II lhes estendeu por intermédio do seu já velho conhecido Gerolamo Maretta. No final de 1540, fizeram-se à dura viagem que os iria levar até Ferrara, a cidade que, nas célebres palavras de Samuel Usque, constituía para os cristãos-novos o «mais seguro porto da Itália». Diogo Pires ter-lhes-á seguido no encalço.

Não se pense, porém, que se tratou de uma fuga apressada. A família teve seguramente tempo para organizar as suas actividades futuras. Henrique Pires deixa para trás dois dos seus filhos, Duarte e Simão Anriques, que permanecem à frente dos interesses da família. Passou-se, *mutatis mutandis*, uma situação com alguns traços semelhantes à que aconteceria, anos mais tarde, com a casa dos Mendes-Benveniste. Beatriz de Luna abandona Antuérpia durante o ano de 1545, mas deixa o seu sobrinho João Micas, em Antuérpia, ainda que temporariamente, à frente dos negócios da família¹⁰³.

O poder económico da família Pires, à data da partida de Antuérpia, era muito significativo, ainda que Diogo Pires se refira às enormes riquezas perdidas que o pai terá deixado para trás, em Portugal. Não restam dúvidas de que Henrique e Estêvão Pires se encontravam entre os mais ricos e influentes mercadores de entre a comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia.

Foi apresentado recentemente um documento que contém uma relação de nomes de cristãos-novos portugueses, residentes em Antuérpia, *circa* 1540, que são alvo de investigação por parte da Polícia Imperial. Carlos V mantinha os membros da comunidade sob

¹⁰¹ Sobre a actuação cruel e implacável do flamengo Jean de la Foix, isto é, Johannes Vuysthink, cf. S. USQUE (1989), fls. Ddi-Ddii; A. L. LEONI (1994), 309-313.

¹⁰² No que concerne às negociações entre Ercole II e o Marquês de Vasto, por intermédio de Gerolamo Maretta, com vista à obtenção de salvo-conduto para os portugueses, cf. A. L. LEONI (1994), 313-314.

¹⁰³ Cf. H. P. SALOMON-A. L. LEONI (1998), 154-155.

vigilância e não hesitava em mandar prender os mais ricos para daí obter proveitos consideráveis. Esta lista de cristãos-novos portugueses, que são genericamente designados como «Todos estos son christianos nuevos de nacion portogueses, habita'en Anveres, Son mercadores los mas, y muchos dellos muy ricos», está encabeçada pelo nome de Diogo Mendes e, entre os indivíduos arrolados, contam-se os nomes de Henrique Pires e de Estêvão Pires¹⁰⁴.

A este respeito, é forçoso assinalar também a importante deposição de Gaspar Lopes, prisioneiro em Pavia, que denuncia, perante as autoridades imperiais, inúmeros cristãos-novos destacados de Lisboa, Londres e Antuérpia. Acusa-os, em geral, de judaizar e de apoiar a emigração dos seus compatriotas desde a Península Ibérica até Itália e ao Levante, via Antuérpia. No dia 24 de Dezembro de 1540, Gaspar Lopes declarou conhecer, na praça de Antuérpia, os mercadores Estêvão Pires e Henrique Pires, indicando a idade aproximada de cada um deles:

Item cognovit et cognoscit Enricum Pirris /f. 30v/ in Anversia, mercatorem diversarum rerum, annorum 45 vel 50.

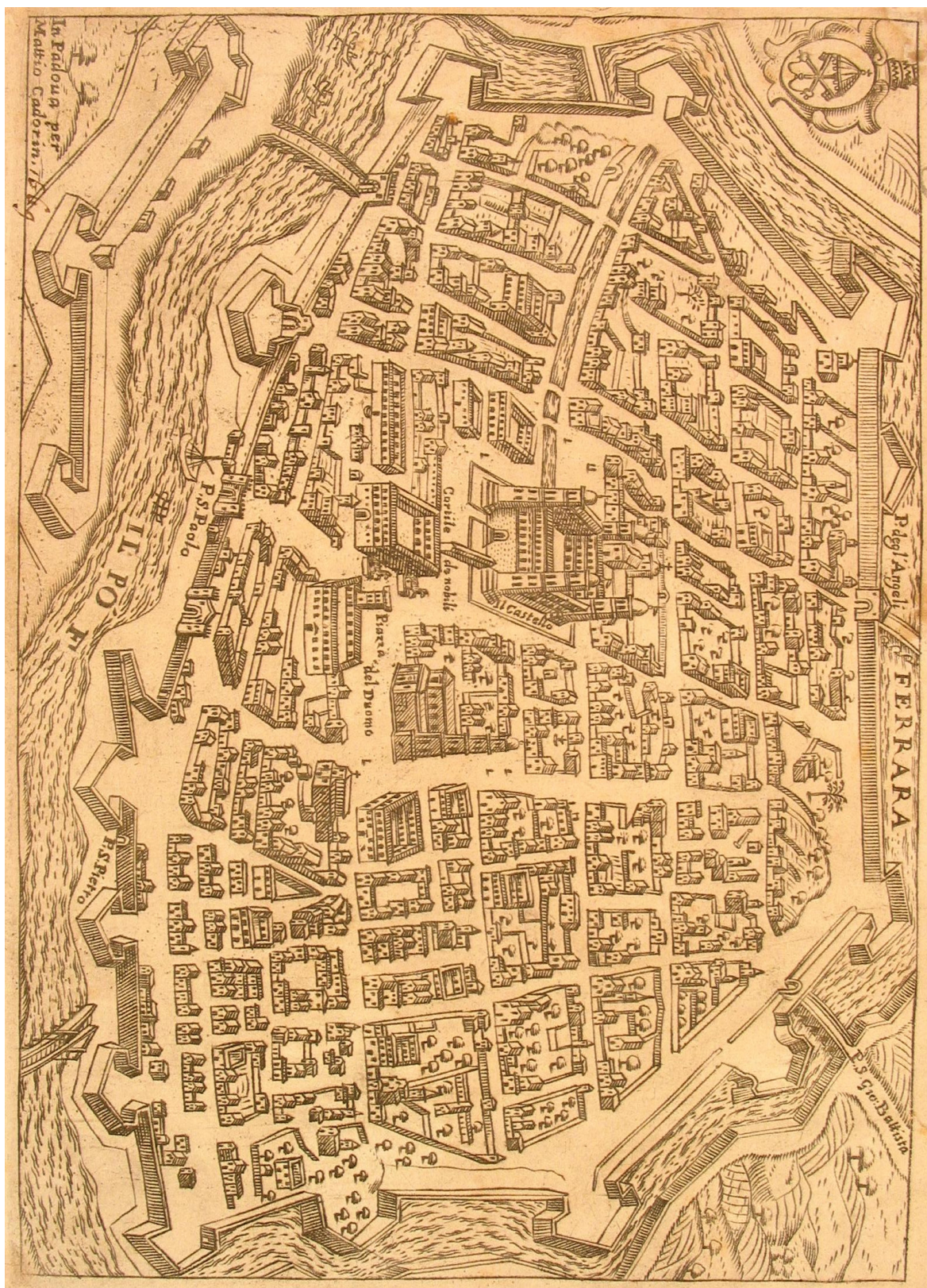
*Item cognovit et cognoscit Stefanum Pirris in Anversia, mercatorem diversarum rerum, annorum 55 vel circa.*¹⁰⁵

Os Pires, tal como muitos outros compatriotas, tinham uma excelente situação financeira. No entanto, a arbitrariedade do poder instituído, em quem já ninguém tinha confiança, não deixava antever melhores dias na Flandres. Aceitaram, por isso, de bom grado, o convite que Ercole II lhes estendia, partindo em busca de mais segurança e de liberdade religiosa.

Abria-se, assim, um novo capítulo na vida de Diogo Pires.

¹⁰⁴ Cf. A. L. LEONI (1999), 82; IDEM (2005), 146-147, documento 12.

¹⁰⁵ Cf. A. L. LEONI (2005), 161, documento 18 [Deposição de Gaspar Lopes, prisioneiro em Pavia – 24 de Dezembro de 1540].



Ferrara nos começos do século XVII
Cortesia da Biblioteca Comunale Ariostea de Ferrara

Capítulo 4

De Ferrara até Ragusa

(1540-1556)

A viagem de Antuérpia até às cidades italianas era extremamente penosa e não estava isenta de inúmeros perigos. Este caminho foi trilhado tanto pelos mais ricos mercadores como pelos mais pobres emigrantes que chegavam a Antuérpia, vindos de Portugal, com pouco mais do que a sua firme vontade de alcançar as terras do Império otomano. Tudo indica que alguns mercadores cristãos-novos, tanto em Lisboa como em Antuérpia, tenham constituído um fundo para fazer face às enormes despesas com o transporte dos refugiados. Henrique Pires, como vimos, esteve envolvido nesta organização de ajuda à emigração dos seus correligionários.

O trajecto da longa viagem para sul, que devia durar, em circunstâncias normais, entre três a quatro semanas, iniciava-se em Antuérpia e fazia-se por estradas secundárias até Colónia¹. De seguida, os cristãos-novos continuavam a viagem, em barcaças, através do Reno, até Basileia ou Constança. Afrontavam, então, em carroças, a penosa travessia dos Alpes, «naquelles frios e destemperados caminhos»². Prosseguiam a viagem tanto por terra, pelos caminhos da Lombardia, como de barco, ao longo do Ticino e do Pó, até Ferrara. Julgamos que o percurso da família Pires até Itália não terá diferido, *grosso modo*, do itinerário que se acaba de traçar.

Para muitos terá sido, com certeza, uma viagem até terras e gentes quase desconhecidas. Para a família Pires, porém, não foi assim. Já se constatou que Estêvão e Henrique Pires estão entre os membros mais proeminentes da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia, em cujas actividades tiveram, seguramente, uma participação bastante activa. Deve, no entanto, acrescentar-se que os Pires foram dos primeiros mercadores portugueses a estabelecer-se e a ter relações comerciais privilegiadas com a praça de Ancona, ponto

¹ Sobre o trajecto e as dificuldades desta viagem, cf. A. L. LEONI (2005), 72-75. Este investigador apresenta a transcrição, *in extenso*, de um extraordinário documento (pp. 185-187 – doc. 36), redigido em português, que servia de guia de viagem aos cristãos-novos que afrontavam o difícil caminho. Tem por título «Regimento para o caminho que aveys de llevar com ajuda de Dio desta villa de Jmvers para fferrara».

² Cf. a descrição da difícil passagem pelos Alpes feita por S. USQUE (1989), fl. Ddiv.

nevrálgico onde se cruzavam as rotas do Ocidente e do Oriente³. De facto, a família Pires foi pioneira neste movimento de deslocação de norte para sul, que viria, com o passar do tempo, a assumir uma dinâmica e uma dimensão extraordinárias.

Os judeus portugueses são os primeiros mercadores de tecidos produzidos na Europa setentrional a estabelecer-se em Ancona, um negócio que antes passava por Veneza. Há registo destas actividades comerciais a partir do início da década de 30, mas é lícito presumir que terão inclusivamente tido início na década anterior⁴, ou seja, alguns anos antes da constituição da importante comunidade judaico-portuguesa de Ferrara. Segundo Vivianna Bonazzoli, os primeiros mercadores que fundaram a Nação Portuguesa na cidade dórica pertencem a «una ristretta aristocrazia mercantile i cui componenti sono personalmente noti gli uni agli altri, in costante contatto e informati; sono bem inseriti nei circuiti primari del commercio Europa/Levante e nelle principali piazze mercantili ed empori fra i quali si spostano frequentemente⁵.

A ameaça do longo braço de Carlos V não deixava, no entanto, de se fazer sentir sobre aqueles que partiam para sul, tendo como destino último os vastos domínios do Sultão. Um decreto de Carlos V, de 1530, prova-nos que este movimento de pessoas e de bens preexistia, necessariamente, à data de promulgação do documento. Desde esta data, o Imperador tinha constituído um corpo especial de polícia que tinha por missão não só interceptar os «falsos et ementitos Christianos», que viajavam para o Império otomano, mas também apresar os seus bens e mercadorias⁶.

Numa primeira fase, pelo menos, o estabelecimento dos primeiros mercadores portugueses em Ancona, no início da década de 30, deveu-se à necessidade premente de transferir capitais para o Levante otomano⁷. À falta de outro meio mais eficaz, os mercadores cristãos-novos serviram-se do comércio de tecidos ocidentais para

³ Sobre os primeiros mercadores portugueses a estabelecer-se em Ancona, cf. A. L. LEONI (2000b), 29-35; V. BONAZZOLI (2001-2002), 9-20.

⁴ Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 11. É provável, no entanto, que um estudo exaustivo da documentação notarial do Archivio di Stato di Ancona, relativa às décadas de 20/30, possa trazer nova luz sobre o início das actividades dos judeus portugueses nesta cidade.

⁵ Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 14.

⁶ Cf. A. L. LEONI (2000a), 79. O decreto de Carlos V encontra-se publicado *in extenso* em P.-M.-N. J. GÉNARD (s. d., *circa* 1870), 191-194; foi apresentado de novo por A. L. LEONI (2005), 130-133, documento 3. Os cristãos-novos são qualificados várias vezes, ao longo do documento, com os adjectivos ‘falsus’ e ‘ementitus’.

⁷ Deve-se a Aron di Leone Leoni a formulação desta teoria fundamental, em nossa opinião, para entender as razões profundas que levaram os cristãos-novos a estabelecer-se em Ancona, no início dos anos 30. Cf. A. L. LEONI (2000b), 82.

efectuarem, com alguma discricção, a transferência dos seus avultados capitais da Flandres para Itália e para o Império otomano⁸. Os tecidos de produção ocidental, entre os quais preponderam a *carisee* de produção inglesa e os *panni ultrafini* dos Países-Baixos, constituíam a mercadoria ideal para levar à prática esta estratégia⁹. As matérias-primas provinham, sobretudo, de Inglaterra e da Flandres, onde os cristãos-novos tinham estabelecido importantes comunidades.

A razão por que não podiam servir-se do comércio de especiarias, no qual detinham uma parcela muito importante na placa giratória de Antuérpia, parece compreensível. Após o estabelecimento da rota do Cabo, os Portugueses tomaram a dianteira no comércio das especiarias asiáticas, que antes era monopolizado por Veneza. É inegável que o trato das especiarias pelas Escalas do Levante passou por uma depressão profunda, mas não é verdade que tenha cessado de todo. As antigas rotas do Levante continuaram, em maior ou menor quantidade, a fazer chegar ao mediterrâneo especiarias asiáticas, pelo que não era esta a mercadoria indicada para os cristãos-novos portugueses deslocarem os seus capitais para sul¹⁰.

Esta actividade pioneira e experimental dos cristãos-novos na praça de Ancona, no início da década de 30, está na origem do extraordinário empório comercial que os portugueses constituíram no estado papal, nos anos seguintes, sobretudo nas décadas de 40/50. A Nação Portuguesa de Ancona apenas veria terminados os seus dias de desenvolvimento e prosperidade com os dramáticos acontecimentos dos tristemente célebres autos-de-fé de 1556, sob o pontificado de Paulo IV.

Como já referimos, entre os cristãos-novos portugueses que iniciaram o comércio dos tecidos ocidentais, em Ancona, encontram-se alguns membros da família Pires. D. Guimar, mãe do mercador Estêvão Pires, já então viúva, é um dos primeiros grandes mercadores portugueses de origem hebraica a estabelecer-se no estado papal de Ancona, havendo registo de transacções, em seu nome, a partir de finais de 1533.

⁸ Sobre a especialização dos mercadores portugueses no comércio de tecidos de produção ocidental, em particular, ingleses e flamengos, cf. V. BONAZZOLI (1987), 733; IDEM (2001-2002), 20-21; A. L. LEONI (2000b), 36-37.

⁹ Sobre o comércio de exportação de Antuérpia para Itália, no período compreendido entre 1543/02/01 e 1544/02/01, cf. J. A. GORIS (1925), 270-306. Para uma análise da evolução do comércio internacional de têxteis entre Antuérpia e o sul da Europa, entre 1538-1544, em particular, dos tecidos *Oltrafini* de Armentières e, em geral, dos tecidos de produção inglesa, flamenga e brabantina, cf. H. V. WEE (1993), 115-125.

¹⁰ Sobre a retracção veneziana no trato das especiarias durante o primeiro terço do século XVI, cf. V. M. GODINHO (1982), vol. III, 81-134.

Assim, no dia 13 de Novembro de 1533, Gerolamo Maretta compromete-se a pagar, de forma faseada, a D. Guimar e a Pier Giovanni Pieri, importante mercador de Siena, estabelecido em Ancona, 32 peças de «pani armentini» e 32 de «pani ultrafini»¹¹. Verifica-se que as relações dos Pires com Gerolamo Maretta remontam, de acordo com este documento, aos finais de 1533. Não seria, portanto, uma figura desconhecida de Henrique e de Estêvão Pires, quando, mais tarde, já ao serviço de Ercole II, se desloca a Antuérpia para tentar atrair os mercadores judeus-portugueses para Ferrara. Maretta conhecia de perto os grandes mercadores portugueses que se instalaram em Ancona, provenientes sobretudo das comunidades sefarditas de Antuérpia e de Londres. É provável que este facto tenha contribuído para que fosse ele o homem escolhido por Ercole II para atrair os membros dessas mesmas comunidades para Ferrara.

Alguns dias depois, a 10 de Dezembro de 1533, a mesma D. Guimar, residindo em Ancona, constitui como seu procurador Sebastião Vaz¹² «eius proximi consaguinei ex latere matris», delegando-lhe amplos poderes de actuação, equivalentes a uma representação comercial¹³. O documento assume uma importância capital no estabelecimento da genealogia dos Pires, pois dá-nos a indicação da filiação de D. Guimar e do seu falecido marido. Infelizmente, no estágio actual da investigação, não possuímos mais informações sobre o seu marido, irmão de Henrique Pires. Sabe-se, apenas, por esta fonte documental, que se chamava Diogo Pires, tal como o poeta eborense, e que, por sua vez, era filho de Estêvão Pires. Fica assim a conhecer-se o nome do avô do poeta eborense. Como já tivemos ocasião de verificar, Diogo Pires, num pequeno poema, recorda saudosamente os ensinamentos que o avô lhe deu, ainda em terras lusas, nos dias felizes da sua infância¹⁴.

O sucesso comercial alcançado nestas primeiras iniciativas comerciais rapidamente levou a que se constituísse na cidade dórica uma cada vez maior comunidade judaico-

¹¹ ASA, not. A. Pilestri, reg. 990, fl. 154 r-v. Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 12.

¹² Sebastião Vaz é um dos primeiros mercadores portugueses a estabelecer-se em Ancona. Encontra-se entre os maiores importadores de tecidos. Trabalha de perto com D. Guimar Pires com quem tem, aliás, relações de parentesco. Colocamos a hipótese de haver alguma relação de parentesco entre Sebastião Vaz e o jovem Diogo Vaz, estudante na Universidade de Salamanca, a quem Diogo Pires dedica um poema intitulado «Didaco Vasaeo, nepoti suo, qui Salamancae litteris dat operam». Cf. *Carm.*, fls. Ciiiv-Diii. *Vide* texto e tradução da elegia em C. A. ANDRÉ (1992b), 96-104. G. H. TUCKER (1998), 93, coloca a hipótese, quanto a nós, destituída de fundamento, de que este familiar de Diogo Pires poderia ser originário de Viseu, devido ao apelido 'Vasaeus'.

¹³ ASA, not. A. Pilestri, reg. 990, fls. 194v-195. Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 15. D. Guimar é referida no documento como «Egria Mulier Domina Guimar filia quondam Diugi portugensis et olim uxor quondam Diogii peris quondam Estevem peris».

¹⁴ Cf. *Cato Minor* (1596), 106. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 60. *Vide, supra*, p. 41.

-portuguesa. A partir de 1537 e, com particular incidência, de 1539, deu-se um incremento notório do número de mercadores cristãos-novos presentes em Ancona, o que originou um assinalável aumento do volume de transacções efectuadas¹⁵. O comércio de tecidos de produção ocidental constitui a actividade principal dos mercadores cristãos-novos, que têm, como segunda actividade mais relevante, a importação de peles e couros provenientes dos Balcãs.

O decorrer dos anos veio provar que os Pires tinham feito uma aposta acertada, quando decidiram estabelecer-se em Ancona. D. Guimar Pires e o seu agente Sebastião Vaz conseguiram desenvolver, com êxito, as suas actividades comerciais, cumprindo, por certo, os objectivos iniciais a que se tinham proposto. A rápida consolidação e florescimento das actividades iniciais dos Pires devem ter exigido, num curto espaço de tempo, o envio de mais um agente familiar para o estado papal. A partir de 1537, surgem as primeiras provas documentais de que Manuel Anriques, um dos filhos de Henrique Pires, começou a operar na praça de Ancona, estabelecendo uma sociedade comercial com Leone Abrae di Camerano¹⁶.

As actividades de Manuel Anriques, *alias* David Cohen, intensificam-se bastante durante a década de 40, passando a ser o agente principal dos Pires na praça de Ancona. Este irmão de Diogo Pires, provavelmente o mais velho, pratica, à semelhança da sua tia, o comércio de tecidos importados do norte da Europa, dedicando-se igualmente ao comércio de peles e couros, havendo um número bastante significativo de registos das suas intensas actividades comerciais de importação-exportação.

Existe uma complementaridade evidente entre o comércio de tecidos e o de peles e couros. Manuel Anriques exportava uma parte dos tecidos ocidentais provenientes do norte da Europa para Ragusa, que constituía a porta de entrada do Império otomano, procedendo, simultaneamente, à importação de peles e couros da mesma cidade, num constante e complementar fluxo e refluxo de mercadorias, onde vendedores e compradores trocavam de posição consoante a mercadoria de que se tratasse. Viviana Bonazzoli descreve com extrema precisão esta complementaridade:

A livello dei circuiti di importazione-esportazione, l'inserimento dei portoghesi nel commercio di cuoi e pellami indica che si è ormai saldato quel nesso fra loro e gli

¹⁵ Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 20.

¹⁶ ASA, not. B. Pavesi, reg. 967, fl. 664. Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 37.

ebrei levantini che negli anni successivi diventerà ancora più stretto e che dà luogo ad un canale diretto di commercializzazione fra tessuti in uscita, verso il Levante, e cuoi e pellami in entrata, dal Levante. Gli esempi di transazioni riportati in precedenza, nelle quali i portoghesi figurano come parte venditrice di tessuti e il levantini nel ruolo di acquirenti sono speculari a quelle in cui questi ultimo figurano come parte venditrice di cuoi e pellami e i portoghesi come acquirenti.¹⁷

Estamos em crer que os Pires, a partir da ida de Manuel Anriques para Ancona, em 1537, começaram a preparar a sua saída de Antuérpia. Henrique e Estêvão Pires, os dois homens fortes da família, começavam a dispor as peças, como se de um jogo de xadrez se tratasse, nos pontos fulcrais de um eixo comercial que, em breve, iriam dominar de ponta a ponta: Londres-Antuérpia-Ferrara-Ancona-Levante otomano¹⁸. O negócio das especiarias seria substituído, quase por completo, pelo dos tecidos provenientes de Inglaterra e dos Países-Baixos.

Henrique e Estêvão Pires aceitam, como já se referiu, o convite que Ercole II, por intermédio de Gerolamo Maretta, lhes faz para se fixarem em Ferrara. Já há muito, porém, que os Pires estavam estabelecidos em Ancona, onde se encontravam D. Guimar e Sebastião Vaz, desde finais de 1533, e Manuel Anriques, desde 1537. Há muito que estava fechado o último elo de uma longa cadeia que possibilitava o envio de mercadorias, em particular de tecidos ingleses e flamengos e, conseqüentemente, de capitais, desde o norte da Europa até Ancona, última paragem antes da passagem aos vastos domínios da Sublime Porta, geralmente através da República de Ragusa, que constitui a correspondência directa de Ancona no outro lado do Adriático.

Henrique e Estêvão Pires, provavelmente antes de terem partido para Ferrara, decidiram qual a disposição a dar aos elementos da família que serviriam de elos de ligação ao longo desta importante rede comercial. Se o último elo da cadeia estava ocupado por Manuel Anriques, desde 1537, como comprovam os documentos, faltava alguém que tomasse conta dos negócios na outra extremidade, isto é, em Inglaterra.

Simão Anriques, *alias* Caim Cohen, irmão de Diogo Pires, provavelmente o mais novo, é o homem que vai ocupar esta posição, estabelecendo-se no seio da comunidade judaico-portuguesa de Londres-Bristol. O lugar deixado vago em Antuérpia, devido

¹⁷ Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 30.

¹⁸ Sobre o papel de Ancona-Ragusa como ponto de convergência das rotas comerciais mais importantes do Ocidente e do Oriente, cf. J. DELUMEAU (1970), 26-47; V. BONAZZOLI (1987), 733.

à partida para Ferrara de Henrique e Estêvão Pires, é preenchido por Duarte Anriques, *alias* Abraham Cohen, que passa a dirigir os negócios da família no porto do Escalda.

Diogo Pires, ao contrário dos seus três irmãos, não parece ocupar uma posição fixa e específica na empresa familiar. Ainda que a sua participação na actividade comercial possa ser documentada, parece notar-se, desde cedo, uma evidente propensão da sua parte para o estabelecimento de relações privilegiadas com os meios culturais da época. Não teve dificuldades em inserir-se rapidamente nos círculos literários de Ferrara, valendo-lhe, para o efeito, tanto o facto de ser membro de uma família poderosa, com relações ao mais alto nível, como a sua formação primorosa nas melhores universidades europeias e o seu já reconhecido engenho, enquanto poeta, em língua grega e latina.

Nos finais de 1540, Amato Lusitano viaja igualmente de Antuérpia para Ferrara, onde desempenhou as funções de professor de medicina a partir do ano seguinte¹⁹. Amato acompanha o seu parente Diogo Pires em mais uma viagem, desta feita, para Ferrara. O contacto entre os dois amigos não deixou, por certo, de se manter também nos domínios da Casa de Este. Como se verá, Amato Lusitano é um dos membros mais ilustres da Nação Portuguesa de Ferrara e, por meados da década de 40, vai prestar pessoalmente a sua ajuda aos Pires nos momentos difíceis que os aguardavam.

A presença de Estêvão Pires em Ancona pode ser documentada a partir de um acto datado de 17 de Dezembro de 1539, em que este constitui como seu verdadeiro e legítimo procurador «Dieghum filium endriche piris portughensem»²⁰, ou seja, o próprio Diogo Pires, filho de Henrique Pires. Tudo leva a crer que Estêvão Pires, «mercator degens anconae», tivesse feito nesta ocasião uma espécie de viagem de negócios que teria servido, por certo, para avaliar a situação em Ferrara e em Ancona e estabelecer os contactos necessários para a futura deslocação das actividades dos Pires de Antuérpia para Ferrara.

Não é possível comprovar que contactos estabeleceu Estêvão Pires nesta sua viagem de prospecção, já depois de ter recebido, em Antuérpia, o convite de Ercole II para se estabelecer em Ferrara. Parece, no entanto, bastante provável que, no decorrer da sua

¹⁹ Para a determinação da chegada de Amato Lusitano à cidade de Ferrara, cf. M. LEMOS (1915), 5-7. Sobre as actividades e relações de Amato em Ferrara, cf. M. LEMOS (1907), 81-96; IDEM (1927), 12-26.

²⁰ ASA, not. A. Pilestri, reg. 991, fl. 459. Cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 35. Permitimo-nos discordar, com o devido respeito, da leitura que Viviana Bonazzoli fez deste documento, uma vez que apresenta Diogo como filho de Estêvão Pires. De facto, Estêvão Pires constituiu como seu procurador o seu primo Diogo Pires, filho de Henrique Pires «ad petendum exigendum omnes et singulas pecuniarum et rerum et summas quantitates».

viagem, tenha estabelecido contactos directos com o próprio Ercole II, no sentido de negociar as condições da vinda para Ferrara quer da sua família quer mesmo da própria Nação Portuguesa de Antuérpia. Não é descabido pensar que tenha havido também outras viagens anteriores desde Antuérpia até Ancona ou Ferrara por parte de membros da família Pires.

Nesta fase de instalação dos Pires na cidade ducal de Ferrara, as deslocações entre Ferrara e Ancona, onde já estavam Manuel Anriques e Sebastião Vaz, devem ter sido frequentes nos primeiros meses de permanência por terras italianas. Havia necessariamente que redefinir estratégias de actuação e coordenar as operações comerciais através da longa cadeia que tinha início na longínqua cidade de Londres, já que a chegada de Estêvão e Henrique Pires implicou uma redistribuição das posições ocupadas pelos membros da família e a instituição de um novo e importante elo na cadeia, cujo centro vital passava a ser agora a cidade de Ferrara.

A família Pires dispunha assim de agentes familiares nos pontos mais importantes desta complexa rede comercial via Londres-Antuérpia-Ferrara-Ancona. Simão Anriques, Duarte Anriques e Manuel Anriques, os três irmãos de Diogo Pires, ocupam, respectivamente, as praças de Londres, Antuérpia e Ancona, cabendo a liderança da empresa a Henrique e Estêvão Pires, que passam a estar sediados na cidade ducal de Ferrara, à semelhança de Diogo Pires.

Henrique e Estêvão Pires são os elementos mais destacados de cada um dos ramos da família, cuja união fica, aliás, selada pelo casamento do próprio Estêvão Pires com uma filha de Henrique Pires, Ana Anriques. Desse casamento viria a nascer um filho, a cujo parto, em Ferrara, assistiu o próprio Amato Lusitano²¹:

*Anna consanguinea, Stephani Pyrrhi uxor, cum exactae conceptionis tempus
obseruaret, post decem menses et undecimi tres exactos dies, puerum optime peperit.*²²

²¹ M. LEMOS (1907), 13, colocou a hipótese de Estêvão Pires ser irmão de Diogo Pires, induzido pelo apelido comum. R. JORGE, 27, tal como o seu mestre, tem muitas dúvidas sobre as relações de parentesco entre Ana, Estêvão Pires e Amato. Actualmente, estamos em condições de resolver o problema, pois sabe-se que Estêvão Pires é primo direito de Diogo Pires. Ana Pires, por seu lado, é irmã do humanista português. Amato tem, como é evidente, uma relação de parentesco com os Pires, ainda que, até ao momento, não nos tenha sido possível esclarecer que espécie de relação se trata. O médico de Castelo Branco apelida, tanto Diogo Pires como a sua irmã Ana, de ‘consanguinei’.

Do casamento entre Estêvão Pires com Ana Pires havia de nascer um outro filho, para lá do que foi mencionado por Amato, tendo sido chamados Diogo Pires e Henrique Pires, à semelhança dos seus avós, segundo a tradição. Cf. A. L. LEONI (2005), 103, nota 103.

²² *Curat. Medicin.* 1.27.

A minha parente Ana, esposa de Estêvão Pires, tendo cumprido em rigor o período de gestação, decorridos exactamente dez meses e três dias, deu à luz, em perfeitas condições, um menino.

Nos últimos anos da década de 40, a deslocação de cristãos-novos portugueses de Antuérpia para Ferrara adquiriu uma expressão que não podia passar despercebida aos olhos de Carlos V e de Maria de Hungria. Não desconheciam, por certo, a existência do fundo de apoio que suportava financeiramente este cada vez maior fluxo de cristãos-novos portugueses de Antuérpia para Ferrara. Johannes Vuysthinck é o agente imperial incumbido da missão de interceptar e prender os cristãos-novos portugueses que atravessavam a Lombardia. A sua acção implacável e desumana levou à prisão e à tortura de dezenas de portugueses, mas não deixava de incidir igualmente no confisco de mercadorias e de bens pertencentes a cristãos-novos.

Há notícia de que a acção dos agentes imperiais, dirigidos por João de la Foia, como era conhecido, entre os portugueses, o sub-comissário imperial, prejudicou sobremaneira os interesses da família Pires. No dia 17 de Agosto de 1540, o próprio Ercole II enviou a Milão um emissário para solicitar a restituição de quatro peças de tecidos de Estêvão Pires, que tinham sido apresadas pela polícia imperial. Pouco tempo depois, foram efectuadas novas e significativas apreensões de mercadorias pertencentes a cristãos-novos portugueses de Ancona e de Ferrara, entre os quais se encontrava o mesmo Estêvão Pires.

Gerolamo Maretta, que se encontrava nessa ocasião na Lombardia, intercedeu junto do Governador no sentido de que os bens fossem restituídos aos seus legítimos proprietários. Esta sua acção não foi, como é óbvio, do agrado do comissário imperial, que muito beneficiava, inclusive em termos pessoais, com as apreensões. Este conflito de interesses quase levou os dois homens ao confronto físico, tendo Johannes Vuysthinck chegado a desembainhar a espada²³.

A família Pires, através dos seus elementos mais representativos, assume, uma vez mais, desta feita a partir de Ferrara, uma postura de defesa activa não só da sua própria casa comercial como, mesmo a um nível superior, do interesse geral da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia com a qual mantinha relações estreitas. Assim, durante os meses de Janeiro e de Fevereiro de 1541, «ad instantiam nobilium virorum D.ⁿⁱ Stephani

²³ Sobre as apreensões de mercadorias dos cristãos-novos portugueses e o conflito aberto entre G. Maretta e J. Vuysthinck, cf. A. L. LEONI (1994), 309-313.

Piris uti coniunctae personae D.ⁿⁱ Joannis Edoardi et D.ⁿⁱ Emanuelis Henrichi uti filij et coniuncta persona D.ⁿⁱ Enrici Piris», vários emigrantes portugueses que tinham estado prisioneiros no ano anterior, em Pavia, prestaram declarações, em Ferrara, afirmando que tinham sido obrigados, sob tortura, a denunciar como judaizantes heréticos muitos portugueses residentes em Antuérpia que não passavam de bons cristãos²⁴.

Não pode passar despercebido que estas declarações são feitas perante o notário Nicola Lavezzoli da Comuna de Ferrara por solicitação expressa de Estêvão Pires e de Manuel Anriques, este último na qualidade de filho e de «coniuncta persona» de Henrique Pires. Procurava, assim, anular-se futuras acusações ou prisões de membros da comunidade de Antuérpia que poderiam ser feitas com base nas declarações que estes refugiados tinham sido obrigados a prestar aos agentes da polícia imperial às ordens de Johannes Vuysthink. As declarações provavelmente foram enviadas para Bruxelas com esse objectivo, ainda que não haja notícia de que tenham sido usadas em quaisquer processos contra os judeus portugueses de Antuérpia.

É lícito presumir que as mercadorias dos Pires terão sido alvo de mais apreensões por parte da polícia imperial, do que aquelas de que existe notícia. De facto, a família procedia a expedições regulares de mercadorias para Ferrara e Ancona. A deslocação de Henrique e Estêvão Pires para Ferrara, onde passaram a desenvolver uma actividade comercial intensa, originou um aumento de volume das expedições de mercadorias, precisamente nos anos em que a polícia imperial esteve mais activa.

Convém, porém, ter presente que, na maioria dos casos, as mercadorias não viajavam juntamente com os seus proprietários, pois eram expedidas por meio de transportadores especializados. Além disso, os mercadores portugueses serviram-se de duas estratégias fundamentais para procurar evitar o apresamento das suas mercadorias pelos agentes da polícia imperial, quer enviando as suas mercadorias em nome de mercadores cristãos seus amigos, como os irmãos Guicciardini ou Gian Carlo degli Affaitadi, membro do Consórcio da Pimenta, quer fazendo passar pela praça de Lião parte das suas mercadorias e capitais,

²⁴ Cf. *Ficheiro Lavezzoli*, AGR, OFB 160/1233/3. Pudemos consultar uma cópia deste extenso documento cedida graças à gentileza de Aron di Leone Leoni, que se prepara para apresentar a sua análise e transcrição no seu futuro trabalho intitulado *La Nazione Portoghese e Spagnola di Ferrara (1492-1598) – Primo Volume: 1492-1559*.

adquirindo aí, em particular, tecidos franceses que depois eram enviados para Ferrara e Ancona²⁵.

Os mercadores cristãos-novos procuravam, a todo o custo, evitar o apresamento das suas mercadorias pela polícia imperial. A sua actuação por interposta pessoa está na origem de importantes distorções estatísticas no que toca à contabilização da quota-parte que cabe aos cristãos-novos nas exportações dos Países-Baixos para Itália.

Reportando-se ao período de 1543-1545, Hermann Kellenbenz afirma que o papel dos mercadores cristãos-novos nas exportações dos Países-Baixos para Itália é bastante modesto, o que não deve corresponder, de forma alguma, à verdade²⁶. Entre as trezentas casas comerciais que participavam na exportação, por ordem de grandeza, para as cidades de Ancona, Veneza, Génova, Milão e Ferrara, um mercador da categoria de Diogo Mendes ocupa apenas a 47.^a posição, com 2468 *ponden*, numa lista que está encabeçada pelos seus amigos e sócios Giovanni e Carlo degli Affaitadi.

Apesar da notória precaridade destes números, pelas razões já enunciadas, não é possível deixar de destacar que, neste mesmo período, Duarte Anriques, o filho de Henrique Pires que havia ficado em Antuérpia à frente dos negócios da família, aparece na 43.^a posição desta listagem²⁷, com 3523 *ponden*, alguns lugares acima do próprio Diogo Mendes. Também J. A. Goris menciona Duarte Anriques entre os principais exportadores para Itália de origem meridional, no ano de 1543, incluindo-o, aliás, duas vezes na mesma lista, sob os nomes de ‘Edouard Anricho’ e ‘Edward Henriques’²⁸.

Pode, pois, concluir-se que a actividade comercial da Casa Pires no âmbito das exportações dos Países-Baixos para Itália é bastante intensa. Ainda que não haja condições objectivas que permitam precisar qual a quota-parte das exportações que cabe aos Pires, não será descabido presumir que esta família estaria entre as mais importantes casas exportadoras, bem acima da modesta posição que, aparentemente, ocupa.

Os convites repetidos que Ercole II endereçou aos mercadores cristãos-novos das comunidades de Londres e de Antuérpia para se estabelecerem em Ferrara demonstram bem o desejo evidente do Duque de transformar Ferrara numa cidade mercantil,

²⁵ Sobre os procedimentos tomados pelos mercadores cristãos-novos no sentido de evitar o apresamento das suas mercadorias e as implicações desta actuação ao nível das distorções estatísticas, cf. A. L. LEONI (2000b), 82-89.

²⁶ Cf. H. KELLENBENZ (1987), 146-147, que refaz a análise de W. BRULEZ (1959), 464 *sqq.*.

²⁷ Cf. H. KELLENBENZ (1987), 146.

²⁸ Cf. J. A. GORIS (1925), 272.

colocando-a no eixo do comércio internacional entre Ocidente e Oriente. Ercole II, porém, não se limitou a incentivar o estabelecimento dos mercadores cristãos-novos, concedendo-lhes vários privilégios e até garantia de liberdade religiosa.

O próprio Duque não era avesso à actividade comercial, promovendo e dedicando-se a inúmeras iniciativas de âmbito mercantil. No ano de 1539 e 1540, Ercole II estabelece, através do seu agente G. Maretta, relações comerciais de relevo com o próprio Gian Carlo degli Affaitati, constituindo também uma sociedade comercial com os Guicciardini²⁹. Os seus esforços diplomáticos no sentido de atrair os mercadores cristãos-novos, que vieram a ser coroados de sucesso, demonstram bem a sua apurada visão estratégica.

Ercole II prossegue esta política de estabelecimento de parcerias comerciais com os mercadores cristãos-novos que entretanto se fixaram em Ferrara. Assim, em 1541, o Duque de Ferrara constitui uma *compagnia commerciale* com Estêvão e Henrique Pires, cujo capital era 30.000 ducados, cabendo ao Duque a participação com dois terços deste montante e a parte remanescente aos Pires³⁰. O capital avultado desta sociedade, cuja administração estava a cargo dos Pires, devia ser investido «in ponente et in levante o in altra parte in robe e mercantie di quale si voglia sorte»³¹.

Ercole II constituiu mais uma sociedade do mesmo género, ainda que com um capital bastante inferior, com Sebastião Rodrigues Pinto³², um outro grande mercador, membro de uma importante família de cristãos-novos portugueses³³, proveniente da comunidade de Londres. Esta sociedade, porém, ao contrário da que foi estabelecida com os Pires, tinha um objecto comercial bastante mais específico: a importação de açúcar das Ilhas de São Tomé e da Madeira.

Diogo Pires publica, na sua obra *Carminum liber unus*, uma carta³⁴, datada dos idos de Janeiro de 1542, dirigida a Sebastião Rodrigues Pinto, em casa de quem diz ter recitado o seu longo poema, dedicado à infeliz campanha do Imperador Carlos V, na Argélia,

²⁹ Cf. A. L. LEONI (1994), 318-319.

³⁰ Sobre a companhia comercial estabelecida entre o Duque Ercole II e os Pires, cf. A. L. LEONI (1994), 319; A. L. LEONI (2001a), 217-219; R. SEGRE (1996), 806-808.

³¹ Cf. A. L. LEONI (2001), 217.

³² Sobre a companhia estabelecida entre Ercole II e Sebastião Rodrigues Pinto, cf. A. L. LEONI (1994), 319; IDEM (2001a), 217; R. SEGRE (1996), 806-808.

³³ Sobre a constituição e actividades comerciais da poderosa família Pinto por toda a Europa, cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 13-14.

³⁴ *Carm.*, fls. Aiiiv-Aiiiv.

ao qual deu o título de *Caroli V Imperatoris ex Algeria urbe redivit*³⁵. Segundo se infere de uma outra carta, publicada na mesma obra, mas dirigida ao humanista veneziano Giovanni Battista Egnazio, o poeta eborense estava a caminho de Veneza, em meados de 1541, pois este afirma «Cum abhinc fere sesquiennium Venetias me contulissent [...]», precisamente no início da missiva, que está datada, de Ferrara, nas Calendas de Fevereiro de 1543³⁶.

A sociedade comercial entre o Duque e os Pires, ao contrário do que aconteceu com a estabelecida com Sebastião Pinto, não obteve o sucesso que dela esperariam, por certo, as partes envolvidas³⁷. De facto, ainda que não seja possível determinar, com precisão, que tipo de dificuldades fizeram perigar esta sociedade, a verdade é que existem várias provas documentais que demonstram quão grandes dificuldades e prejuízos esta sociedade acarretou, sobretudo para a família Pires.

Na sequência do insucesso da iniciativa comercial, os Pires viram-se claramente prejudicados pela actuação do Duque, que não só não respeitou uma das cláusulas da constituição da sociedade que previa que tanto os lucros como as perdas fossem divididas em partes iguais pelos dois sócios, como exigiu que os Pires o reembolsassem, na íntegra, quer do capital inicialmente por ele investido, quer do lucro que eventualmente teria tido, se os negócios tivessem corrido de feição.

Assim, num acto de 20 de Abril de 1545, cerca de quatro anos após o estabelecimento da sociedade, Estêvão e Henrique Pires assumem uma dívida perante a Câmara Ducal de cerca de 23.500 escudos de ouro. Aceitaram efectuar de imediato o pagamento de 3.500 escudos, dos quais 3.000 em dinheiro e 500 em mercadoria. Propuseram à Câmara Ducal um plano de pagamento faseado da quantia remanescente até Março de 1546.

A aceitação deste plano, porém, estava na dependência de várias garantias de pagamento que foram prestadas ao Duque pelos membros mais destacados da Nação Portuguesa de Ferrara. De facto, no mesmo dia 20 de Abril de 1545, vários membros da comunidade judaico-portuguesa de Ferrara «garantirono personalmente che i Pires non avrebbero lasciato Ferrara senza aver prima rimborsato completamente il duca»³⁸. Entre os

³⁵ *Carm.*, fls. Biv-Ciiii.

³⁶ *Carm.*, fls. Aii-Aiiiv.

³⁷ Sobre a constituição da sociedade comercial entre o Duque e os Pires e subsequentes acontecimentos, cf. A. L. LEONI (2001a), 216-219; IDEM, (1994), 319; R. SEGRE (1996), 806-808.

³⁸ Cf. A. L. LEONI (2001a), 218. Agradecemos a Aron di Leone Leoni a indicação de que a leitura correcta do nome transcrito como ‘Pincus’ deve ser ‘Pinerij’.

vários subscritores desta garantia contam-se nomes tão proeminentes como Sebastião Pinto, Eduardo Pinto, Esdra Vizinho, Pero Pinheiro, aos quais se acrescenta o não menos importante Doutor João Rodrigues de Castelo Branco, isto é, Amato Lusitano. Esta garantia prestada pelos membros da Nação Portuguesa à Câmara Ducal não terá sido suficiente, pois Samuel Abravanel apresenta igualmente uma ‘fideiussione’ de 5.000 ducados.

Em 1546, vários membros da Nação Portuguesa de Ferrara renovam as garantias dadas ao Duque de que os Pires pagariam a dívida. Entre os nomes que são referidos no acto, surgem novamente João Rodrigues de Castelo Branco, Sebastião Pinto e Pero Pinheiro, mas surge também o próprio Diogo Pires, dando a sua garantia pessoal ao Duque de que o seu pai e primo saldariam a dívida.

Há notícia de que os Pires não efectuaram o pagamento total da dívida, pois, em finais de 1548, Henrique e Estêvão Pires ainda se encontravam devedores de cerca de 2.000 escudos à Câmara Ducal, havendo dois mercadores portugueses, Lazar di Yoseph Pincus e Daniel di Vita Coen, que «garantirono com i propi beni che Enrico Pires com i figli Diogo e David e (il nipote) Stefano Pires com la moglie ed i figli non avrebbero lasciato Ferrara prima di aver saldato il loro debito e comunque non prima delle Calende del Marzo 1549.»³⁹

É surpreendente o empenhamento da Nação Portuguesa, no seu conjunto, para tentar ajudar os Pires nestes difíceis momentos. Aron di Leone Leoni argumenta que, por detrás desta actuação, não deve estar um simples acto de solidariedade, pois todos tinham consciência de que, do pagamento desta dívida, poderia depender a manutenção dos privilégios concedidos à Nação Portuguesa⁴⁰.

Sem querer retirar, evidentemente, razão a este argumento, também nos parece que a Nação Portuguesa garantiu o seu apoio aos Pires, porque estes mereceriam o seu respeito por tudo o que tinham feito em seu favor, tanto em Antuérpia, como em Ferrara e Ancona.

De facto, convém sublinhar como Henrique Pires se destacou ao lado dos maiores nomes da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia na defesa dos interesses dos seus correligionários, tendo participado na organização secreta de apoio à emigração dos cristãos-novos que partiam de Portugal com destino ao Levante. Mais tarde, em Ferrara,

³⁹ Cf. A. L. LEONI (2001a), 219.

⁴⁰ Sobre as motivações que terão levado a Nação Portuguesa a apoiar os Pires, cf. A. L. LEONI (2001a), 218; R. SEGRE (1996), 808.

foram os Pires que desencadearam um gigantesco processo de recolha de declarações dos cristãos-novos que, no decorrer da sua viagem até Ferrara, tinham sido submetidos a interrogatórios pela polícia imperial, prestando aí declarações eventualmente comprometedoras para os membros da comunidade judaico-portuguesa de Antuérpia.

A Nação Portuguesa de Ferrara não podia, de forma alguma, voltar as costas a homens que tanto tinham contribuído, desde sempre, para a causa comum da comunidade. Talvez tenha sido a reputação e o respeito que os Pires granjearam tanto em Antuérpia como em Ferrara que desencadeou, inclusivamente, a intervenção, quer de Samuel Abravanel, quer do seu filho mais velho, Yacob Abravanel, neste momento adverso⁴¹.

A falência da sociedade comercial com o Duque deve ter constituído um duro revés para os Pires, bastante agravado pela interpretação muito particular com que Ercole II estipulou o avultado montante de que pretendia ser ressarcido.

No mesmo ano em que há notícia das graves dificuldades que a empresa atravessava, Diogo Pires publica, em Ferrara, a sua primeira obra poética com o título *Carminum liber unus*⁴², cuja apresentação coube a Giambattista Giraldi Cinzio, secretário do Duque Ercole II⁴³.

Mais uma vez, Diogo Pires inseriu-se com facilidade no meio cultural de Ferrara, integrando-se rapidamente no círculo do humanista Lilio Gregorio Giraldi e de Alberto Lollio. Trava relações com importantes personalidades como Bartolomeo Ricci, Gasparo Sardi, Giambattista Giraldi Cinzio, Giovan Battista Pigna, Giovanni da Porto, Girolammo Faletti ou Marcantonio Antimaco⁴⁴.

Diogo Pires torna-se um grande amigo de Girolammo Faletti, em cuja obra *Poematum libri septem*⁴⁵ publica vários epigramas em sua honra. Pouco depois, outra obra do futuro cronista oficial de Alfonso II, de Este, *De bello Sicambrico libri IIII*⁴⁶, volta a ver publicados os mesmos epigramas, acrescidos de mais um dedicado ao próprio Faletti.

⁴¹ Sobre a família Abravanel, cf. A. L. LEONI (1997a), 153-206.

⁴² *Didaci Pyrrhi Lusitani Carminum liber unus*. Ferrariae, apud Franciscum Rubrium, 1545.

⁴³ Cf. *Carm.*, fl. Aiv. Esta obra de Diogo Pires foi publicada integralmente por P. KOLENDIĆ (1961), 19-45.

⁴⁴ Sobre as relações de Diogo Pires com o meio cultural de Ferrara, cf. J. P. S. CARVALHO (1980/1981), 80-81; C. A. ANDRÉ (1992a), 398-399; D. SACRÉ (1992), 214-218; G. H. TUCKER (1998), 108-109; P. P. PEDRIALI (1998), 112-118. P. KOLENDIĆ (1961), 1-13, transcreve vários poemas trocados entre Diogo Pires e alguns membros do círculo literário de Lilio Gregorio Giraldi.

⁴⁵ *Hieronymi Phaleti Savonensis Poematum libri septem*. Apud Ferrariam, per Franciscum Rubeum, 1546.

⁴⁶ *Hieronymi Phaleti De Bello Sicambrico libri IIII. Et eiusdem alia poemata*. Venetiis, Aldus, 1557.

É provável que os dois humanistas já se tivessem conhecido em Antuérpia ou Lovaina, acabando por se reencontrar, em Ferrara, por volta de meados da década de quarenta. A melhor prova da amizade que os uniu são os inúmeros poemas que trocam entre si, surgindo entre ambos uma espécie de amistosa rivalidade poética⁴⁷.

Um poema de Diogo Pires abre a obra *Epistolarum liber*⁴⁸ de Gasparo Sardi, a quem o humanista português também dedicou um outro intitulado *Didaci Pyrrhi Lusitani ad Gaspara Sardum et Hieronymum Phaletum amicos*⁴⁹.

Lilio Gregorio Giraldi, por seu turno, escolheu Diogo Pires para seu interlocutor na obra *Dialogi duo de poetis nostrorum temporum*⁵⁰, onde é publicado igualmente um poema dirigido a Lilio Giraldi da autoria do poeta eborense⁵¹. Nesta obra, Diogo Pires faz a apresentação não só dos poetas portugueses e espanhóis como dos ingleses. De facto, ele próprio era um poeta bastante respeitado e muito viajado. Havia já percorrido quase toda a Europa desde a sua saída de Portugal e, como vimos, tinha estado já em Inglaterra em data posterior a meados de 1543, o que vem justificar plenamente o facto de ter sido escolhido por Lilio Gregorio Giraldi como seu interlocutor na apresentação dos poetas ingleses⁵². Além disso, o próprio humanista italiano dedica também alguns poemas ao português⁵³.

O envolvimento de Diogo Pires na vida académica de Ferrara, se bem que não tenha sido encontrado registo algum da sua actividade como docente, atesta-se através da sua contribuição com uma elegia para um raríssimo livrinho⁵⁴, publicado em homenagem de um aluno de Lilio Gregorio Giraldi, falecido prematuramente com pouco mais de vinte anos, em Novembro de 1551. A edição da *Oratio* e dos poemas em memória de Alfonso

⁴⁷ Sobre as relações privilegiadas entre Diogo Pires e Girolamo Faletti, cf. D. SACRÉ (1992), 199-220.

⁴⁸ *Gasparis Sardi Epistolarum liber*. Florentiae, excudebat Laurentius Torrentinus, 1549. O poema foi publicado por P. KOLENDIĆ (1961), 13.

⁴⁹ Poema transcrito por P. KOLENDIĆ (1961), 7-8.

⁵⁰ *Lilii Gregorii Gyraldi Ferrariensis Dialogi duo de Poëtis nostrorum temporum*. Florentiae, 1551.

⁵¹ G. H. TUCKER (1992), 192-195, apresenta uma relação quase exaustiva das obras publicadas entre 1540-1557, que incluem composições poéticas de Diogo Pires.

⁵² Sobre a participação de Diogo Pires como interlocutor do diálogo *De poetis nostrorum temporum*, cf. A. C. RAMALHO (1988), 130-131; C. A. ANDRÉ (1992a), 396-397; IDEM (1992b), 20; G. H. TUCKER (1998), 94.

⁵³ Sobre os poemas trocados entre L. G. Giraldi e Diogo Pires, cf. P. KOLENDIĆ (1961), 3-4.

⁵⁴ *Eruditissimi adolescentis Alphonsi Maianthi, Ferrariensis ad Vniversitatem Studentium. Pro Almo Legum, Artiumque Gymnasio Ferrariensi Oratio*. Ferrariae, apud Franciscum Rubeum, 1553. Cf. R. SEGRE (1992), 214. Desta obra conhece-se apenas a existência de um exemplar à guarda da British Library (cota: 8355.b.25), de que consultámos uma reprodução.

Maianti teve lugar em 1553, uma vez mais, nos prelos de Francesco de Rossi. O jovem Alfonso Maianti revelara já os seus dotes poéticos ao publicar, pouco antes da sua morte, um pequeno livro de poemas⁵⁵.

O infausto jovem pretendia, por certo, seguir as pisadas do poeta já consagrado que era o Didacus Pyrrhus Lusitanus. No seu *Carminum libellus*, Alfonso Maianti publica um *carmen figuratum* em forma de asa de Cupido⁵⁶, uma forma poética várias vezes cultivada pelo exímio poeta português, sobretudo nas composições que trocou com Girolamo Faletti⁵⁷.

Eis o poema que Diogo Pires dedica ao malgrado Alfonso Maianti:

DIDACI PYRRHI LVSITANI

Flere libet! Iacet hic uiridi Maianthus in aeuo.

Ah dolor, ille mei uatis alumnus erat!

*Nulli rara magis pulchrisque aequanda puellis
forma fuit, nulli castius ingenium.*

*Creuerat insignis pietas cum moribus, et quae
grandis erat puero sanctaque cura senis.*

*Inuidere Dei pariter pueroque senique
uno eodemque (nephas) arsit uterque rogo.*

*Quem non tot clades pueri rogos abstulit unus
i, nunc fata neges quemque manere sua.*⁵⁸

DE DIOGO PIRES, PORTUGUÊS

Dá vontade de chorar! Aqui jaz, nos seus verdes anos, Maianto.

Oh, que pesar! Ele era discípulo do meu poeta⁵⁹.

Ninguém teve uma beleza mais rara e comparável às formosas
donzelas, ninguém teve um espírito mais puro.

Havia crescido, em seus costumes, uma notável piedade, e como
era enorme e virtuoso o afecto do jovem para com o ancião.

Invejaram os Deuses, por igual, o jovem e o ancião.

Em uma só pira (que sacrilégio!) foram ambos consumidos pelas chamas.

Tu, a quem tantas desgraças de um rapazinho, uma única fogueira as não consumiu,

Vai, agora! E hás-de negar que a cada um seu destino o aguarda.

⁵⁵ *Alphonsi Maianthi Ferrariensis Carminum libellus*. Placentiae, 1549.

⁵⁶ Cf. fl. 4.

⁵⁷ Sobre o uso deste tipo particular de composição poética, cf. D. SACRÉ (1992), 218. Para a análise dos poemas de Diogo Pires a que nos estamos a referir, cf. P. KOLENDIĆ (1961), 10-11.

⁵⁸ Cf. fl. Diiiv.

⁵⁹ O jovem Alfonso Maianti foi discípulo do poeta Lilio Gregorio Giraldi, que faleceu pouco tempo depois do seu infausto aluno, no ano de 1552. Pela alusão à morte de ambos, depreende-se que Diogo Pires terá escrito este poema já depois da morte do velho Lilio Gregorio Giraldi.

Nos primeiros meses de 1549, a família de Diogo Pires ter-se-á mudado para Ancona, onde passou a estabelecer a sua sede⁶⁰. A permanência do humanista português na cidade dórica é atestada pelo diálogo em que intervém juntamente com Amato Lusitano sobre a interpretação de Galeno, que terá ocorrido, provavelmente, no Verão de 1551⁶¹. O próprio Amato já se tinha retirado de Ferrara para Ancona por volta do mês de Maio de 1547⁶².

No dia 22 de Maio de 1550, Paolo Manuzio escreve, de Veneza, uma carta⁶³ a Diogo Pires, agradecendo uma ode que lhe havia enviado. Infelizmente, não sabemos qual foi o poema que o humanista português enviou ao filho do célebre impressor veneziano, Aldo Manuzio. As relações de Diogo Pires com esta famosa família de humanistas e impressores foram sempre bastante cordiais, tendo sido colocada a hipótese de o raríssimo poema *Ad Paulum*⁶⁴ ser dirigido ao mesmo Paolo Manuzio. Este poema saído dos prelos do impressor mantuano Valente Panniza apresenta-se sob a forma de uma epístola versificada em hexâmetros dactílicos em louvor da cidade de Ragusa⁶⁵. Diogo Pires manteve igualmente uma estreita amizade e correspondência⁶⁶ com Aldo Manuzio, filho do já referido Paolo Manuzio, que se encarregou da edição de 1582 da obra *De illustribus familiis quae hodie Rhacusae exstant*⁶⁷, onde se encontra publicada uma interessante carta ao leitor da sua própria autoria.

Passados pouco mais de três meses desde a data da missiva de Paolo Manuzio, no dia 12 de Setembro de 1550, há notícia de que Diogo Pires se encontrava precisamente em Veneza, onde teve problemas com a justiça da Sereníssima. Nesta data, procurou refúgio na Igreja de São Cassiano, nas proximidades do mercado de Rialto, depois de ter desembainhado a sua espada numa rixa. O Conselho dos Dez, habitualmente implacável em situações semelhantes, talvez por perceber tratar-se de um indivíduo importante, em vez de

⁶⁰ Sobre a presença de Estêvão Pires em Ancona, no ano de 1549, cf. A. L. LEONI (2000b), 56.

⁶¹ Cf. M LEMOS (1915), 37.

⁶² *In Dioscor.* 2.23. Cf. M. LEMOS (1915), 6.

⁶³ Cf. transcrição integral da carta de Paolo Manuzio por P. KOLENDIĆ (1961), 17-18.

⁶⁴ *Ad Paulum*. Ferrariae, apud Valentem Panizzam, 1563. Os investigadores J. P. S. CARVALHO, 93, e G. H. TUCKER (1992), 196, colocam a hipótese de este poema ser dirigido a Paolo Manuzio.

⁶⁵ Sobre o trabalho dos dois impressores que publicaram obras de Diogo Pires, em Ferrara, ou seja, Francesco de Rossi e Valente Panniza, cf. D. CAVALLINA (1977), 341-360.

⁶⁶ Recordar-se que um livro de odes que integra o *Cato Minor* (1596), 187-207, tem como título *Lyrica ad Aldum Mannuccium*, estando dedicado ao filho de Paolo Manuzio.

⁶⁷ Note-se que, além desta edição aldina, houve uma outra, no mesmo ano, em Cracóvia. Para uma descrição completa das várias edições desta obra, cf. G. H. TUCKER (1992), 196-197.

o levar a juízo, limitou-se a proceder à sua expulsão, enviando-o numa embarcação até à fronteira com o ducado de Ferrara⁶⁸.

Algum tempo depois, nos primeiros dias de Novembro de 1551, Diogo Pires encontra-se de novo em Ferrara, onde se dirige ao Duque Ercole II, na companhia de Jerónimo Vargas⁶⁹, um outro cristão-novo português, no sentido de lhe fazer lembrar o privilégio que lhes havia sido concedido de publicar *libri massime spagnoli*. Revelam ao Duque a sua intenção de publicar aquela que viria a ser a obra-prima saída dos prelos do famoso impressor Abraão Usque, isto é, a famosa Bíblia de Ferrara, de 1553, da qual Diogo Pires pode ser considerado, justamente, co-editor⁷⁰. A publicação da Bíblia teve, no entanto, alguns contratempos, pois houve problemas judiciais entre os dois promotores da edição e os tipógrafos, que são acusados de não cumprirem os prazos acordados para a execução do trabalho.

Recorde-se que D. Beatriz de Luna se encontrava em Ferrara desde os primeiros meses de 1549, na companhia da filha e de inúmeros colaboradores, tendo a seu cargo a direcção dos negócios da família⁷¹. No momento em que a Bíblia de Ferrara vê, por fim, concluída a sua edição, em Março de 1553, já a célebre Senhora, protectora da Nação Portuguesa, estava estabelecida em Constantinopla, onde chegara no Verão de 1552⁷².

A Bíblia de Ferrara foi dedicada precisamente à «muy magnífica Señora Doña Gracia Naci» e ao Duque Ercole II⁷³. Acrescente-se, ainda, que dos prelos de Abraão Usque saíram igualmente duas obras de referência da literatura portuguesa: a *Consolaçam ou as tribulaçoens de Israel* (1553), obra igualmente dedicada «A illustrissima Senhora Dona Gracia Nasci»⁷⁴, de Samuel Usque e a *História de Menina e Moça* (1554) de Bernardim Ribeiro⁷⁵.

⁶⁸ ASV, *Consiglio dei Dieci, parti criminali*, reg. 7, fls. 178v-179, entrada 11. Cf. R. SEGRE (1994), 215.

⁶⁹ Sobre a errónea identificação de Jerónimo Vargas com o seu pai Yomtob Attias, cf. A. L. LEONI (1997b), 271-276; IDEM (2000a), 57.

⁷⁰ Sobre o interessante episódio da participação de Diogo Pires e de Jerónimo Vargas como protagonistas no início do longo processo de publicação da famosa *Bíblia de Ferrara*, cf. R. SEGRE (1994), 205-226.

⁷¹ Cf. A. L. LEONI (2001a), 227.

⁷² Cf. H. P. SALOMON–A. L. LEONI (1998), 159.

⁷³ Sobre os prólogos introdutórios da *Bíblia de Ferrara*, cf. I. M. HASSÁN (1992), 35-43.

⁷⁴ Cf. S. USQUE (1989), fl. iir-v.

⁷⁵ A edição *princeps* da *Menina e Moça* saiu dos prelos de Abraão Usque, em Ferrara, no ano de 1554. Na sequência de J. T. REGO (1990), 165-170, H. MACEDO (1999), *maxime* 121-155, à luz de uma interessante análise da novela e dos escassos dados biográficos que se conhecem sobre o seu autor, coloca a hipótese de Bernardim Ribeiro ser um cristão-novo, obrigado como tantos outros a seguir os penosos

Entretanto, Diogo Pires regressa a Ancona, já que se conhece um acto notarial, com a data de 22 de Março de 1552, que comprova a sua presença no Estado Papal, onde detinha um crédito de 50 ducados junto de Yoseph Oeff levantino. Pouco depois, no dia 19 de Maio de 1552, temos registo da quitação da dívida⁷⁶. Precisamente no dia seguinte à anulação do crédito, ou seja, no dia 20 de Maio de 1552, o futuro cardeal Roberto de' Nobili escreve uma carta de Ancona, solicitando um salvo-conduto, para que Diogo Pires, «per essere circonciso», pudesse viajar até Roma sem correr o risco de vir a ter problemas com a Inquisição⁷⁷.

Julgamos, por isso, que Diogo Pires, nos dias seguintes, viajou de Ancona até Roma, onde se relacionou com o cardeal Miguel da Silva⁷⁸, com Pier Vettori e com o historiador Uberto Foglietta⁷⁹. Não pode haver dúvidas sobre a sua presença na Cidade Eterna, no ano de 1552, pois o próprio Diogo Pires, em escólio a um dístico, afirma ter estado em Roma, fornecendo indicação inequívoca do ano:

MALA CYDONIA

*In Capitolinas aedes cum ueneris hospes,
quae gerat Alcides aurea mala, uide.*

SCHOLIVM

*Romae in Capitolio colossea statua Herculis ex aere uisitur mala Cydonia
deaurata manu gestantis. Quod mihi indicio est, ea mala ab antiquis aurea dicta fuisse.
Vidi an. 1552.⁸⁰*

caminhos do exílio. Esta hipótese interpretativa não obteve o consenso dos investigadores, em particular de E. ASENSIO e de J. V. P. MARTINS, continuando na actualidade a dividir os estudiosos de Bernardim Ribeiro. J. V. P. MARTINS acaba, aliás, de publicar uma reprodução facsimilada da edição *princeps*, de Ferrara, da *História de Menina e Moça* de B. RIBEIRO (2002), em cuja introdução faz uma análise crítica e exaustiva dos estudos bernardinianos até à actualidade, apresentando os seus argumentos em detrimento do criptojudaísmo de Bernardim. Já depois disso, H. P. SALOMON (2004), 185-223, rebate com novos dados alguns dos argumentos principais aduzidos por J. V. Pina Martins.

É bastante provável que Diogo Pires conhecesse a novela tanto mais que, como se observou, interveio pessoalmente, pouco tempo antes, na edição e na divulgação de outras obras saídas dos prelos do cristão-novo Abraão Usque. Se teve ou não alguma intervenção no processo de publicação da novela de Bernardim, não obstante os nossos esforços, não o pudemos apurar.

⁷⁶ ASA, not. Agli, vol. 724, fls. 208v-209, 22.3.1552: *Promissio de stando Juri Didaci Pirri hebrei cum Joseph Hoeff Levantino*. Cf. A. L. LEONI (2001a), 219.

⁷⁷ Para uma análise da transcrição integral da carta do jovem Roberto de' Nobili, cf. P. KOLENDIĆ (1961), 46.

⁷⁸ Sobre os contactos entre Diogo Pires e D. Miguel da Silva, vide o *Gastonis Foxaei elogium*, publicado no *Cato Minor* (1596), 114-117, onde o poeta declara ter-se relacionado com o cardeal português, em Roma. Cf. texto latino e tradução em português do *elogium* em C. A. ANDRÉ (1992b), 92-95.

⁷⁹ Sobre as relações de amizade entre Diogo Pires e Uberto Foglietta durante a permanência daquele em Roma, cf. o poema intitulado *In elogia Huberti Folietae, de Claris Heroibus Genuensibus*, publicado em *Cato Minor* (1596), 132.

⁸⁰ *Cato Minor* (1596), 57.

OS POMOS DE CÍDON

Quando vieres como viajante aos templos do Capitólio,
observa os pomos de ouro que o Alcides tem na mão.

ESCÓLIO

Em Roma, no Capitólio, vê-se uma colossal estátua de bronze de Hércules a segurar na mão pomos doirados de Cídon. Segundo me foi dado saber, tais pomos, diziam os antigos que eram de ouro. Vi-[os] no ano de 1552.

Nos primeiros dias de Dezembro de 1552, Diogo Pires e Jerónimo Vargas voltam de novo a encontrar-se com o Duque de Ferrara. Dão-lhe conta das vicissitudes que tiveram lugar nos meses anteriores, isto é, dos vários problemas judiciais tidos com os tipógrafos a quem incumbiram da publicação da Bíblia. Cerca de quatro meses mais tarde, em Março de 1553, é ultimada a publicação dos primeiros exemplares. Diogo Pires, no entanto, a partir dos primeiros meses de 1553, desaparece misteriosamente de cena, não voltando o seu nome a aparecer relacionado com a edição da Bíblia.

De facto, os biógrafos de Diogo Pires não conseguiram documentar o percurso seguido pelo humanista português no período que vai, *grosso modo*, desde finais de 1552 até finais de 1556⁸¹, ou seja, desde a sua última permanência em Ferrara, relacionada com o processo de edição da Bíblia, datada de finais de 1552, até à data da sua chegada a Dubrovnik.

Ainda que não haja da nossa parte a pretensão de preencher completamente, como desejaríamos, este vazio biográfico, julgamos, no entanto, estar em condições de adiantar novos dados sobre o caminho seguido pelo humanista português durante este período.

De facto, há notícia de que Diogo Pires se encontrava em Londres na companhia de dois dos seus irmãos, no ano de 1554, mais precisamente por ocasião do casamento da rainha Maria Tudor, filha de Henrique VIII, com Filipe, filho de Carlos V, que viria a ser coroado, em 1556, como o futuro rei de Espanha, Filipe II. O casamento régio teve lugar no dia 25 de Julho de 1554.

Perante a Inquisição de Lisboa, compareceu, no dia 28 de Abril de 1575, o cristão velho Gaspar Fernandes Sanches, um viajado mercador de Vila do Conde com contactos

⁸¹ Diga-se, aliás, que o percurso de Diogo Pires por terras italianas tem sido até ao momento objecto de parcas e discordantes opiniões por parte dos biógrafos, como não deixaram de referir J. P. S. CARVALHO (1980/1981), 84-86, e C. A. ANDRÉ (1992a), 398-399; IDEM (1992b), 19. O período mais obscuro da passagem de Diogo Pires pela península itálica ocupa precisamente os últimos quatro anos que precederam a sua chegada a Ragusa, cf. R. SEGRE (1992), 220.

comerciais frequentes com Inglaterra, no sentido de efectuar a sua *Reconciliação* no Tribunal do Santo Officio. Aí declarou que, «avera dezoito ou vinte annos pouco mais ou menos que fora no tempo que el-Rei D. Filipe passou a casar-se em Inglaterra», tinha estado, em viagem de negócios, no reino de Inglaterra, onde tivera contactos frequentes com vários cristãos-novos portugueses tanto em Bristol como em Londres⁸².

Após ter referenciado vários cristãos-novos portugueses pertencentes à comunidade de Bristol, Gaspar Fernandes Sanches afirma ter encontrado, pela mesma época, em Londres, vários cristãos-novos, entre os quais se contam três membros da família Pires: Simão Anriques, Duarte Anriques e Diogo Pires. Veja-se um pequeno excerto da *Reconciliação* de Gaspar Fernandes Sanches, em que estes factos são descritos:

[...] e disse mais que no mesmo tempo estando em Londres em hũa pousada de hum ingles estando na dita pousada hum christão novo digo Simão Anriquez o qual dizem que estava em Ancona e assi mais estava presente Simão Gomes natural desta cidade christão novo ao qual nom sabe onde reside e assi Diogo Pires, natural desta cidade, christão novo e assi Duarte Pires christão novo que nom sabe donde he todos mercadores e estando elle confessante com elles em pratica na dita casa [...].⁸³

A identidade de três dos cristãos-novos identificados nominalmente pelo denunciante não oferece dúvidas. Trata-se de Simão Anriques, Duarte Pires e Diogo Pires, todos eles filhos de Henrique Pires, que decerto se encontrava, em 1554, na cidade de Ancona⁸⁴. Como já foi referido, Duarte Anriques, a quem Gaspar Fernandes Sanches chama Duarte Pires, influenciado certamente pelo nome de família, é o filho de Henrique Pires que ficou à frente dos negócios da família em Antuérpia, após a partida para Ferrara de Henrique e Estêvão Pires. O seu irmão Simão Anriques, por seu lado, mais ou menos na mesma época, deve ter-se estabelecido em Londres como agente comercial da família Pires. Nas mãos destes dois homens, encontra-se a gestão do negócio familiar nas duas praças respectivas, em particular a compra e a expedição dos tecidos originários do norte da Europa através da

⁸² IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 704, fls. 53-56. Veja-se a transcrição completa do documento, que foi extractado por A. BAIÃO (1909), 230, no apêndice documental da I Parte deste trabalho, pp.130-133.

⁸³ Cf. fl. 54v.

⁸⁴ M. LEMOS (1915), 38, teve o mérito indiscutível de colocar a hipótese da identificação do Diogo Pires referido neste documento da Inquisição de Lisboa com o poeta eborense. Colocou, no entanto, grandes reservas a essa eventual identificação, pois os poucos elementos de que dispunha sobre a família Pires não lhe permitiam ir mais além do que a sua brilhante intuição. As suas palavras exactas são: «Devemos dizer, todavia, que esta identificação é um pouco aventureira.»

Actualmente, não pode haver dúvidas de que Gaspar Fernandes Sanches se refere ao poeta Diogo Pires e aos outros membros da família, como julgamos provar na nossa exposição. Estamos, portanto, convencidos, quase um século volvido desde a publicação do trabalho de M. LEMOS, de que a sua «identificação aventureira» estava bem mais perto da verdade do que ele então supunha.

longa cadeia que tinha início em Londres e prosseguia através de Antuérpia-Ferrara-Ancona-Levante.

Diogo Pires não ocupa um lugar fixo neste eixo comercial, ao contrário dos seus irmãos, tendo acompanhado, quase sempre, o seu pai. O poeta eborense, porém, contrariamente ao que se supunha até aqui, já depois da sua chegada a Ferrara, retornou, pelo menos por duas vezes, ao norte da Europa, onde reencontrou os seus irmãos Duarte Anriques, em Antuérpia, e Simão Anriques, em Londres. À primeira dessas viagens a Londres, que teve lugar depois de meados de 1543, já nos referimos anteriormente⁸⁵. Diogo Pires deixa entender ter realizado uma visita à capital do reino de Inglaterra na sua famosa carta, em parte autobiográfica, escrita ao famoso humanista Paulo Jóvio, em 1547. A segunda viagem a Londres está documentada pelo testemunho inequívoco do mercador Gaspar Fernandes Sanches perante a Inquisição de Lisboa.

Não é possível determinar, ao certo, qual o percurso que Diogo Pires seguiu em cada uma destas duas idas a Londres, mas é bastante provável que, no seu itinerário, tenha passado pela cidade de Antuérpia, onde estava estabelecido o seu irmão Duarte Anriques⁸⁶. É provável que tenha iniciado a sua última viagem a Londres talvez ainda durante o ano de 1553, necessariamente em data posterior à sua participação no processo de edição da Bíblia de Ferrara.

No entanto, Diogo Pires não deve ter feito esta viagem sozinho, tendo sido acompanhado, na viagem de ida, por António Brandão, sobrinho de Amato Lusitano, que tinha estado com o seu tio, em Ancona, não muito tempo antes⁸⁷. Do que se pode depreender das várias referências elogiosas que Amato faz ao seu sobrinho, António Brandão era médico, natural de Santarém, tendo ido estudar, com a idade de 20 anos, medicina e filosofia para Itália, sob a direcção do tio⁸⁸. Amato, por mais que uma vez, afirma que o sobrinho tem a preparação necessária para ir exercer medicina em Inglaterra, referindo-se explicitamente às cidades de Bristol e de Londres⁸⁹.

⁸⁵ Cf., *supra*, pp. 45-47.

⁸⁶ O itinerário das viagens a Londres foi provavelmente muito semelhante ao caminho que os cristãos-novos, entre os quais estão vários membros da família Pires, percorreram desde Antuérpia até Ferrara-Ancona, mas em sentido inverso. Uma alternativa também possível seria o chamado caminho francês, via Lião.

⁸⁷ Sobre o sobrinho de Amato Lusitano, cf. M. LEMOS (1907), 10 e 124.

⁸⁸ *Curat. Medicin.* 5.16.

⁸⁹ *Curat. Medicin.* 5.4 e 5.6.

De facto, as declarações prestadas perante a Inquisição de Lisboa por Gaspar Fernandes Sanches vêm comprovar as palavras de Amato. O mercador de Vila do Conde, «estando laa na cidade de Bristol, soo, fazendo negocios de sua fazenda», afirma ter-se relacionado com «Antonio Brandão, physico, natural de Santarem, que reside em Inglaterra»⁹⁰, tendo este contacto tido lugar pouco tempo antes do encontro com os Pires em Londres.

Diogo Pires manteve, por certo, contactos estreitos com os membros da comunidade judaico-portuguesa de Londres e de Bristol, onde estavam integrados o irmão Simão Anriques e o parente António Brandão⁹¹. Já não era a sua primeira visita a Inglaterra, pelo que muitos dos portugueses aí residentes deviam ser seus conhecidos. É até bastante provável que, para lá das duas viagens a Inglaterra já referenciadas, o poeta eborense tenha efectuado mais algumas visitas, em particular, nos anos em que esteve na Flandres, a curta distância da capital inglesa.

Estamos em crer que Diogo Pires terá desempenhado um papel importante na divulgação das obras dadas à estampa em Ferrara pelo impressor Abraão Usque. O negócio da edição de livros não é estranho ao humanista português, que esteve envolvido como co-editor, pelo menos numa primeira fase, na edição da Bíblia de Ferrara. Na sua viagem, Diogo Pires segue, em sentido contrário ao das mercadorias, um eixo que é sobretudo comercial desde a sua partida de Ancona, passando por Antuérpia, onde se terá reunido com o seu irmão Duarte Anriques, até à sua chegada a Londres. De facto, pelo caminho inverso ao que percorriam os tecidos do norte da Europa até Ancona, chegavam até às comunidades judaico-portuguesas de Antuérpia e de Inglaterra as obras que estavam a ser publicadas, em Ferrara, nos prelos de Abraão Usque⁹².

Lucien Wolf apresentou um interessante processo da Inquisição de Lisboa, relativo a Tomás Fernandes, um mercador cristão-novo, natural de Montemor, casado em Évora, que tem uma importante relação comercial e familiar com a comunidade judaico-portuguesa de

⁹⁰ Cf. fl. 53v.

⁹¹ Sobre a comunidade judaico-portuguesa estabelecida nas cidades de Londres e de Bristol, em particular durante a primeira metade do século XVI, cf. L. WOLF (1934), 73-90; C. ROTH (1941), 135-144; A. L. LEONI (2005), 52-58.

⁹² Sobre a imprensa de Abraão Usque, em Ferrara, cf. C. ROTH (1943), 307-317; Y. H. YERUSHALMI (1989), 82-101; H. P. SALOMON (1991), *maxime*, 46-63; A. L. LEONI (2001b), *passim*; IDEM (2003), 89-117; H. P. SALOMON (2004), 185-223.

Bristol e de Londres⁹³. Tomás Fernandes presta, por várias vezes, declarações perante o Tribunal do Santo Ofício, revelando a existência de comunidades judaico-portuguesas organizadas em Londres e Bristol, e denuncia os seus membros e as suas actividades. Tomás Fernandes, prisioneiro dos cárceres da Inquisição, reporta-se, nas audiências, a factos ocorridos durante a sua estadia em Inglaterra, nos anos de 1554-1555, ou seja, sensivelmente o mesmo período em que Diogo Pires se encontra em Londres, de acordo com o testemunho de Gaspar Fernandes Sanches.

No dia 9 de Fevereiro, Tomás Fernandes, «avera tres ou quatro annos que estando elle confessante na cydade de Brystol», declara ter visto na casa de Henrique Nunes, seu tio, a *Consolaçam ou as tribulaçoens de Israel* de Samuel Usque, cuja dedicatória a D. Grácia Nasci está datada de 7 de Setembro de 1553, isto é, no ano anterior à data em que se passaram os acontecimentos relatados pelo mercador cristão-novo:

[...] disse que elle he mays lembrado que avera tres ou quatro annos que estando elle confessante na cidade de Brystol do regno de Imglaterra // (fl. 17) mandou ahy huum Symão Rodriguez sirgueiro christão novo morador em Lomdres de que elle confessante tem dicto em suas confissões atras, huum livro impresso de prophesyas a Amrique Nunes e a sua molher, tyos delle confessante, no qual lyvro dizia dos trabalhos que os filhos de Israel levavam pullos regnos e lugares onde andavam espalhados e que não desconfiasem nem desmayasem, porque Nosso Senhor os avia de livrar e lhes avia de mandar o Messyas, e que elles vevyão naquellas esperanças, e parece a elle confessante que o dicto livro foi mandado de Italya aquellas partes de Imglaterra e era entitulado a Bryatriz de Luna, molher que foy de Diogo Mendes, o qual livro elle confessante leo per hua vez [...].⁹⁴

Por incumbência do tio, Tomás Fernandes leva a obra de Samuel Usque para a entregar a Simão Rodrigues, em Londres. Em declarações prestadas no dia 1 de Março de 1558, Tomás Fernandes, «avera tres ou quatro annos que estando elle declarante na cidade de Londres», afirma ter conhecido nessa cidade o mercador cristão-novo «Symão Amryquez que veyo de Italya pera aly afeytoryzar fazenda não sabe de quem e resyde na dicta cidade de Lomdres, de vymte oyto ou vimte e nove annos, sobre o alto e de barba

⁹³ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 9449. Cf. L. WOLF (1934), 84-89. C. ROTH (1935), 33-56, encarregou-se de publicar a tradução inglesa do Processo de Tomás Fernandes, que encontrou no espólio de L. Wolf. Lucien Wolf deve ter sido auxiliado na leitura deste processo por António Baião, antigo Director dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. Ao Processo de Tomás Fernandes, no que concerne à recepção da obra de Samuel Usque em Inglaterra, se referem igualmente Y. H. YERUSHALMI (1989), 101-103; E. LIPINER (1998), 136 e 224.

⁹⁴ Cf. fls. 16v-17.

preta e preto de rosto»⁹⁵. Declara ainda ter mostrado o livro que tinha consigo a Simão Anriques, o irmão mais novo de Diogo Pires, bem como a outros dois jovens mercadores cristãos-novos estabelecidos em Londres.

Tomás Fernandes volta a referir-se a Simão Anriques, na audiência de 9 de Março de 1558, referindo que este estava à espera de receber de Itália umas «tavoadas das festas e jejuuns dos judeus»:

E parece a elle declarante mas não he disso beem lembrado que o dicto Rodrigo da Veyga lhe disse em Lomdres a vera tres annos que esperava que de Italy viessem huas tavoadas das festas e jejuuns dos judeus a huum Symão Amriquez com quem elle Rodrigo da Veyga pousava do qual elle declarante tem tãobem dicto e que como lhe viessem elle Rodrigo da Veyga mandaria a elle declarante a Brystol húa destas tavoadas mas nunca lha mandou nem sabe elle declarante se vieram ou nam [...].⁹⁶

Não é descabido pensar que tenha sido o próprio Diogo Pires quem, na sua viagem a Londres, providenciou o envio da célebre obra de Samuel Usque, a qual, no ano seguinte ao da sua publicação, já está nas mãos dos cristãos-novos das comunidades judaico-portuguesas de Bristol e de Londres. Talvez o mesmo tenha acontecido com a Bíblia de Ferrara, ainda que disso não haja prova documental. Na verdade, a última declaração transcrita de Tomás Fernandes revela que Simão Anriques, o irmão de Diogo Pires, recebe de Itália publicações destinadas aos judeus, que depois distribui pelos seus correligionários.

Somos assim levados a pensar que havia uma espécie de circuito de distribuição das obras, cujos leitores eram, em primeiro lugar, os cristãos-novos, a quem se destinavam, em particular, muitos dos livros publicados por Abraão Usque, em Ferrara. Não eram, portanto, apenas os bens materiais que vinham de norte para sul, mas também os bens culturais e espirituais que seguiam em sentido inverso⁹⁷. Extraordinário é o facto de nas duas extremidades desta complexa cadeia haver sempre membros da família Pires, quer se trate de pessoas, mercadorias ou livros, o que nos obriga a sublinhar, uma vez mais, o importante papel desempenhado pelos Pires em prol da comunidade judaico-portuguesa.

Aron di Leone Leoni sintetiza, de uma forma admirável, quais são os vectores fundamentais que subjazem à actuação dos cristãos-novos: «Il flusso degli uomini e delle merci

⁹⁵ Cf. fl. 18.

⁹⁶ Cf. fl. 20.

⁹⁷ Sobre a importância dada pelos cristãos-novos à reconstrução do património cultural e bibliográfico do hebraísmo sefardita, para cuja prossecução a imprensa hebraica, tanto em Veneza como em Ferrara, deu um contributo valiosíssimo, cf. A. L. LEONI (2000a), 103-105; IDEM (2001b), 35-110.

fu l'aspetto più appariscente di una triplice avventurosa operazione di salvataggio: la fuga di una parte della «Nazione Ebraica» perseguitata in Portugallo ed in Spagna, il trasferimento di una parte dei suoi beni, la conservazione del suo patrimonio culturale.»⁹⁸.

Os Pires desempenharam um papel de relevo em qualquer uma destas três grandes áreas de actuação, agindo inclusivamente, como foi referido algumas vezes, em defesa de interesses que ultrapassavam, em muito, os da sua própria família.

Não é possível saber quanto tempo terá permanecido Diogo Pires em Inglaterra ou em Antuérpia, por onde talvez tenha passado com o seu irmão Duarte Anriques, na viagem de regresso. Perdemos o rasto do humanista português até à sua chegada a Ragusa, proveniente de Constantinopla, em finais de 1556, tal como nos é referido por Amato Lusitano.

No entanto, entre o ano de 1554, que marca a presença de Diogo Pires em Londres, e o fim de 1556, que assinala a sua chegada a Ragusa, vão ter lugar, em Ancona, acontecimentos bastante adversos para a numerosa comunidade judaico-portuguesa aí estabelecida há vários anos, cujas consequências serão muito dramáticas para a família Pires.

A ascensão ao sólio pontifício do Papa Paulo IV trouxe uma profunda alteração na política até então favorável da Cúria romana para com os cristãos-novos, em particular, no que respeita às relações com a Nação Portuguesa há muito estabelecida no estado papal de Ancona⁹⁹. Os predecessores de Paulo IV, interessados sobremaneira no desenvolvimento económico de Ancona, tinham favorecido a vinda dos cristãos-novos portugueses para a cidade dórica, concedendo-lhes privilégios e liberdades assinaláveis¹⁰⁰.

O Cardeal Caraffa, no entanto, pouco depois de ter assumido o título de Paulo IV, vai fazer letra morta dos privilégios concedidos anteriormente à Nação Portuguesa. O Papa, após um breve período inicial em que dá alguns sinais contraditórios¹⁰¹ sobre a política a adoptar em relação aos marranos, através de um breve de 26 de Julho de 1555, nomeia o jurista Giovanni Vincenzo Falangonio como comissário extraordinário para Ancona, incumbindo-o de proceder à detenção e interrogatório dos cristãos-novos, suspeitos de apostasia. O comissário pontifício cumpre diligentemente a sua missão. Procede, sem

⁹⁸ Cf. A. L. LEONI (2000b), 58.

⁹⁹ A bibliografia exaustiva sobre a perseguição e a condenação dos marranos portugueses, em Ancona, sob o pontificado de Paulo IV, pode ser encontrada em P. C. IOLY ZORATTINI (2001-2002), 39-40, nota 2.

¹⁰⁰ Sobre os privilégios atribuídos aos cristãos-novos portugueses pelos vários Pontífices que precederam Paulo IV, cf. A. TOAFF (1974), 163-164; IDEM (1989), *maxime* 115-137; S. SIMONSOHN (1985), 234-267; R. SEGRE (1985), 130-132; A. L. LEONI (2000b), 47-54 e 65-68; V. BONAZZOLI (2001-2002), 9-11; P. C. IOLY ZORATTINI (2001-2002), 39-40.

¹⁰¹ Cf. A. TOAFF (1974), 138-140.

demora, à detenção e interrogatório dos membros mais importantes da comunidade judaico-portuguesa, efectuando igualmente o arresto e a inventariação dos seus bens.

Deve-se a Renata Segre a descoberta e a apresentação de quase cinquenta inventários de bens e mercadorias apresados aos cristãos-novos portugueses, entre 2 de Agosto e 9 de Novembro de 1555¹⁰². Entre os cinquenta e um indivíduos que são nomeados nos documentos não há menção a nenhum elemento da família Pires, a não ser que se tenha em conta o próprio Amato Lusitano, que tinha laços de parentesco com os Pires.

De facto, o médico albicastrense logrou fugir para Pesaro¹⁰³, não conseguindo, no entanto, evitar a perda de grande parte dos seus bens. Amato encontra-se entre aqueles que viram os seus haveres alvo de arresto, tendo-lhe sido apreendidos, em três locais distintos, inúmeros bens que surgem minuciosamente descritos¹⁰⁴.

O próprio Amato Lusitano, na carta introdutória da *Quinta Centúria*, dirigida a Joseph Nasci, o sobrinho de D. Grácia Nasci, conta como perdeu a totalidade dos seus haveres na apressada fuga para Pesaro. Entre os numerosos livros que constam do inventário dos seus bens, deve encontrar-se o manuscrito da sua *Quinta Centúria*, que ele conseguiu reaver, depois de ter escrito uma carta, em latim, a conselho de um amigo, ao comissário Cesare della Nave, de Bolonha. Apresenta-se, de seguida, o início da esclarecedora carta dedicatória a «D. Iosepho Nassinio hebraeo, uiro non minus illustri, quam sapienti»:

In damnis sub Paulo quarto, Anconae habitis, ut tu forte te nosti, Iosephe Nassini, omnium rerum mearum iacturam feci, et ne a suis commissariis etiam opprimerer, Pisaurum primum, inde Ragusium me subduxi. Vnde animo quietiori, cum malum tantum memoriae reuocarem, inter tot, tantaque mihi subrepta, ut aurum, argentum, aulicos pannos, preciosam uestem, et supellectilia non pauca, ac instructissimam Bibliothecam, in mentem ueniunt, Quinta Centuria Curationum mearum, fere ad umbilicum deducta, et Commentaria quaedam, quae in quartam Fen libri primi Auicennae proximis antea diebus parturieram, quae simul arca quadam seruabantur. Pro quibus scriptis recuperandis, rebus caeteris neglectis, cum Abrahamus Cathalanus, uir ingeniosus, et amicus non uulgaris, qui tunc Pisauri agebat, me suadet ut ad praefatos commissarios litteras dem, inculcatque non esse difficile paucas chartas ab eis inter tantas, et tam preciosas res impetrare. Ego uero amici consilio usus, ad Nauium Bononiensem latine scribo. Ille uero, interueniente Hodara Thessaloniciensis mercatore, retentis in Auicennam Commentariis, ad me

¹⁰² Cf. R. SEGRE (1985), 160-226.

¹⁰³ Sobre os cristãos-novos portugueses que fugiram para Pesaro, cf. A. L. LEONI (1999), 89-93.

¹⁰⁴ Cf. R. SEGRE (1985), 211-215.

*Centuriam Quintam remittit, quae postea Pisauri absolui, et Ragusii magno otio reuisi, ubi Sextam quoque literis mandauit.*¹⁰⁵

Nos acontecimentos ruinosos que se deram em Ancona, no pontificado de Paulo IV, como por acaso é do teu conhecimento, ó José Nasci, perdi todos os meus haveres e, para não ser preso e molestado pelos comissários dele, refugiei-me, primeiro em Pesaro e depois em Ragusa. Aí com o espírito mais tranquilo, ao lembrar-me de tão grande infortúnio, entre tantos e tamanhos bens que me foram arrebatados, como ouro, prata, vestimentas de cerimónia, um precioso vestido, e bastantes peças de mobiliário, veio-me ao espírito a Quinta Centúria das minhas Curas, já quase terminada, e uns Comentários, que dias antes tinha produzido sobre a 4.^a Fen do livro primeiro de Avicena, ambas guardadas numa arca. Ao excogitar com insistência na maneira de recuperar estes escritos, pondo de parte tudo o resto, eis que Abraão Catalano¹⁰⁶, homem de muito engenho e amigo pouco vulgar, que então morava em Pesaro, me aconselha a escrever uma carta aos ditos comissários e persuade-me de que não seria difícil obter deles, entre tantos e tão valiosos bens, umas folhas escritas. Eu, seguindo o conselho do meu amigo, escrevo em latim a [Cesare della] Nave de Bolonha. Ele, por intervenção do mercador Hodara de Tessalonica, reteve os Comentários sobre Avicena, mas remeteu-me a Quinta Centúria, que depois completei em Pesaro e revi com muito vagar em Ragusa, onde também escrevi a Sexta.¹⁰⁷

Muitos outros marranos, porém, tiveram um destino bastante mais penoso, não tendo conseguido antecipar-se à acção enérgica e determinada dos comissários pontifícios. À volta de 80 indivíduos foram presos, dos quais cerca de 30 lograram escapar, entre Agosto e Outubro de 1555, tendo corrompido o próprio comissário Falangonio, que os acompanhou na fuga. Os restantes 50 ficaram nas cruéis mãos da Inquisição e foram submetidos a torturas públicas.

De entre estes, cerca de vinte e sete conseguiram fugir ao suplício, abjurando e reconciliando-se com o cristianismo. Não ficaram, por isso, sujeitos à pena de morte, tendo sido condenados, para toda a sua vida, aos remos das galés dos Cavaleiros de Malta. Há notícia de que muitos terão, afortunadamente, conseguido escapar, no reino de Nápoles, no decurso da viagem para Malta. Os restantes, à volta de 25, recusaram abjurar, pelo que

¹⁰⁵ *Curat. Medicin.* 5 (carta dedicatória inicial).

¹⁰⁶ Sobre as actividades de Abraão Catalano e as relações da sua família com o famoso Manuel Lopes Bichacho, cf. A. L. LEONI (1999), 86-87 e 93-94.

¹⁰⁷ Seguimos, com pequenas adaptações, a tradução das *Centúrias de Curas Medicinai*s de Amato Lusitano, vol. III, 159-160, da autoria de Firmino CRESPO, a quem se deve, aliás, a tradução integral desta grande obra do médico de Castelo Branco.

foram condenados à fogueira, tendo sido justificados em autos-de-fé realizados em Ancona entre Abril e Junho de 1556¹⁰⁸.

A identificação dos marranos portugueses que pereceram nos autos-de-fé tem-se revelado bastante difícil, pois assenta sobretudo em fontes hebraicas, nem sempre muito precisas, que conservavam, até há pouco, o único registo conhecido do nome dos mártires¹⁰⁹. Outras fontes têm sido recentemente descobertas e apresentadas, permitindo avançar na identificação de alguns dos cristãos-novos portugueses envolvidos nos trágicos acontecimentos. A acrescentar à já referida documentação relativa aos inventários de bens dos marranos, Pier Cesare Ioly Zorattini apresentou novos documentos do Archivio della Sacra Congregazione per la Dottrina della Fede¹¹⁰.

À luz da documentação referida sobre o processo de Ancona e da documentação entretanto conhecida sobre a figura de Henrique Pires, *alias* Yacob Cohen, parece indiscutível a constatação de que o pai de Diogo Pires foi um dos mártires de Ancona¹¹¹.

Yacob Cohen encontra-se entre os nomes referidos pelas fontes hebraicas como um dos mártires, justificado entre o dia 7 e o dia 12 de Junho¹¹². É também um dos indivíduos referenciados na fonte documental apresentada por P. C. Ioly Zorattini¹¹³. No entanto, Henrique Pires, *alias* Yacob Cohen, ao contrário do que sustenta Ioly Zorattini, não pode incluir-se entre o número daqueles que escolheram a reconciliação para salvar a vida. O pai de Diogo Pires teve, como tantos outros, oportunidade de fugir. Ainda que assim não tivesse acontecido, restava-lhe sempre, *in extremis*, a hipótese de se reconciliar para salvar a vida.

Pelo contrário, preferiu morrer a renegar a sua fé, perder a vida a abdicar dos seus ideais, o que nos dá a verdadeira dimensão humana deste homem corajoso e abnegado que desde sempre se distinguiu na defesa empenhada dos interesses da comunidade judaico-portuguesa, desde os tempos em que auxiliava os seus correligionários menos favorecidos

¹⁰⁸ Para a análise do número aproximado de cristãos-novos envolvidos em todo o longo processo que acabaria nos autos-de-fé de Abril a Junho de 1556, cf. A. TOAFF (1974), 264-265; R. SEGRE (1985), 184-185.

¹⁰⁹ O mais recente e completo estudo das fontes hebraicas para a história dos dramáticos acontecimentos de Ancona deve-se a A. TOAFF (1974), 263-280.

¹¹⁰ Cf. P. C. IOLY ZORATTINI (2001-2002), 39-51. Agradecemos ao Prof. Pier Cesare Ioly Zorattini a amabilidade de nos ter facultado cópia dos documentos por ele apresentados, onde surge referenciado Yacob Cohen.

¹¹¹ Cf. A. L. LEONI (2005), 101, a quem tivemos o grato prazer de, no decurso da nossa investigação, poder auxiliar na identificação de Henrique Pires com o mártir Yacob Cohen.

¹¹² Cf. A. TOAFF (1974), 265.

¹¹³ ASCDF, *Decreta*, 1548-1558, fl. 36. Cf. P. C. IOLY ZORATTINI (2001-2002), 49.

na fuga de Portugal, passando pela sua intervenção em Ferrara, até à sua postura assumida e intransigente diante dos comissários pontifícios, que lhe havia de custar a vida.

Diogo Pires perde, deste modo, o pai de uma forma bastante trágica. Compreendem-se assim as razões da profunda tristeza que se desprende de muitos dos versos em que lamenta a sua triste sorte. Não é possível apurar em que medida Diogo Pires concordou ou não com a atitude de sacrifício do pai. Percebe-se, no entanto, a imensa tristeza que o seu trágico desaparecimento lhe provocou.

Mesmo em Ragusa, na pequena República católica das costas da Croácia, tratava-se, por certo, de uma questão delicada que não lhe conviria abordar de forma explícita. Diogo Pires dedica uma ode ao poeta eborense André de Resende, onde há uma alusão, ainda que não totalmente explícita, à morte do pai, no auto-de-fé de Ancona. O poeta, no meio de um pranto sem fim, vive um estado de grande sofrimento, atormentado pela saudade da mãe e pela triste sorte do pai. A única esperança que lhe resta é esperar que Deus se compadeça das suas preces. É assim, uma vez mais, a poesia o meio por excelência de que se serve para extravasar a profunda tristeza que lhe vai na alma:

AD LVCIVM LVSITANVM POETAM

*Luci, tu Libyci Martis adorea
clarum Virginium dicis et impios
motus Siriphii strataque Punicis
Tartessi uada classibus.*

*Nec non et Latio carmine publicos
ludos, laetitiamque, et celebrem refers
lucem, qua ueteris tradita postumo
Lusi sceptrum Sebastio.*

*Vtrimque ingenii uis micat alitis;
nec tu pectus iners aut rudis artium,
quas praeclara docent scripta Panaetii.
Permessi uada limpidis*

*immisces Durii fontibus, et noua
cingis fronde comas. O decus, o iubar,
o splendor patriae gentis, et unicum
uatis praesidium tui!*

*Me desiderium matris et aspera
pressus sorte parens in lacrimis dies,*

*noctes in lacrimis ducere perpetes
crudeli serie iubent,*

*Alcidae domini moenia qua Padus
lambit populifer gurgite uitreo,
mox septemgemino nobilis ostio
aucturus Superum mare.*

*Hic suspiria nos ducimus, hic focis
expulsi patriis flemus, et ut Deus
tandem supplicibus parcat, in ultimas
effusi petimus preces.*¹¹⁴

A LÚCIO, POETA PORTUGUÊS

Lúcio, tu cantas Virgínio, ilustre pela vitória do líbico Marte, e as ímpias revoltas do Xerife e o mar de Tartesso coberto das armadas turcas.

E também referes, em versos latinos, as públicas festas e a alegria da manhã célebre em que foi entregue a Sebastião, filho póstumo, o ceptro do antigo Luso.

Num e noutra tema, brilha o vigor do teu alado engenho. Nem tu és espírito sem arte ou ignorante dos princípios que ensinam os escritos brilhantes de Panécio. As águas do Permesse, às límpidas

correntes do Douro tu as misturas, e cinges a tua cabeleira duma coroa fresca. Ó honra, ó glória, ó esplendor da pátria gente e protecção singular do teu poeta!

A mim, a saudade de minha mãe e o meu pai, vítima de triste sorte, me forçam a passar em lágrimas os dias, em lágrimas as noites contínuas, em cruel sucessão,

lá por onde o Pó, entre choupos, banha as muralhas do senhor Hércules, com a sua linfa vítrea; o Pó, célebre pela sua foz de sete bocas, com que a seguir acrescenta o mar Adriático.

Aqui eu suspiro, aqui, expulso do lar paterno, eu choro e, profusamente, nas minhas derradeiras preces, a Deus rogo que por fim se compadeça de quem lhe suplica.¹¹⁵

Durante o período em que decorreu o processo inquisitorial no estado papal, houve intensos contactos diplomáticos entre Roma, Ancona e Constantinopla. Não obstante as múltiplas e intensas pressões exercidas sobre Paulo IV, este não permitiu a libertação dos

¹¹⁴ *Cato Minor* (1596), 194.

¹¹⁵ Tradução de A. C. RAMALHO (1988), 141-143. Cf. a minuciosa análise feita a esta ode por C. A. ANDRÉ (1992a), 424-427. De acordo com A. C. RAMALHO (1988), 143, este poema é datável de 1568, ano em que D. Sebastião subiu ao trono. Não obstante a leitura da composição dar a entender que foi escrita em Ferrara, não temos indicação alguma de que Diogo Pires tenha regressado a Ferrara desde a sua partida atribulada para Ragusa, onde já se encontrava solidamente estabelecido há mais de dez anos. C.A. ANDRÉ (1992b), 108-109, nota 116, justifica esta suposta incongruência, afirmando poder tratar-se de um artifício retórico.

prisioneiros. A comunidade sefardita estabelecida no Império otomano obteve o apoio de Solimão, o Magnífico, que se envolveu, a título pessoal, nas difíceis negociações com a Cúria romana.

D. Grácia Nasci e o sobrinho Joseph Nasci, que entretanto havia casado, em Constantinopla, com a sua filha única Ana Mendes Benveniste, *alias* D. Reina, não regatearam esforços para tentar salvar os seus companheiros da cruel morte que os aguardava, sem que, no entanto, as suas diligências tivessem sido coroadas de sucesso. Nem sequer o cristão-novo português Yacob Mosso, agente de D. Grácia Nasci, teve um destino diferente dos restantes 24 mártires, não obstante a intervenção do próprio Sultão¹¹⁶.

D. Grácia e D. Joseph Nasci estiveram entre aqueles que mais se empenharam em congregar o apoio das principais Comunidades Sefarditas do Levante e do próprio Sultão de Constantinopla, a fim de boicotar o porto de Ancona¹¹⁷, o que veio a acontecer em Julho de 1556, por um período experimental de oito meses. Tratava-se uma medida de retaliação pela crueldade extrema manifestada contra os cristãos-novos portugueses. Pretendiam, assim, assentar um duro golpe nas finanças do estado pontifício. Afinal, por detrás da actuação de Paulo IV, houve fortes motivações de ordem económica¹¹⁸, pelo que o boicote do porto de Ancona parecia ser uma excelente forma de repúdio pelas atrocidades cometidas.

Os trágicos acontecimentos ocorridos na cidade dórica infligiram um rude golpe tanto na estrutura familiar como empresarial, a cujos destinos presidiam Henrique e Estêvão Pires. Não pode passar despercebido o facto de a morte destes dois homens ocorrer mais ou menos na mesma altura. Henrique Pires, como se acaba de ver, é um dos mártires do auto-de-fé realizado em Ancona, em Junho de 1556. Sabe-se igualmente que Estêvão Pires faleceu em data anterior a 1558, pois a partir deste ano há vários documentos que o comprovam¹¹⁹. Até ao momento não foi possível determinar se o desaparecimento de Estêvão Pires teve alguma relação com os dramáticos acontecimentos de Ancona, ainda que seja muito provável a existência de algum nexo de causalidade entre os dois factos.

¹¹⁶ Sobre as pressões diplomáticas exercidas sobre o Papa Paulo IV, no decorrer do processo inquisitorial, cf. A. TOAFF (1974), 265-267.

¹¹⁷ No que respeita ao boicote do porto de Ancona e às suas consequências, cf. A. TOAFF (1974), 267-269; A. L. LEONI (2000a), 78-84.

¹¹⁸ Sobre os motivos de ordem económica que estiveram por detrás da iniciativa de Paulo IV, cf. A. TOAFF (1989), 137-138.

¹¹⁹ Cf. A. L. LEONI (2005), 101-103.



Mapa de Ancona na segunda metade de Quinhentos
Georg Braun – Franz Hogenberg, *Civitates orbis terrarum*

A estrutura familiar-empresarial da Casa Pires fica assim, repentina e inesperadamente, destituída das suas duas figuras de referência, a quem cabia a direcção das actividades comerciais. Parece que este momento marca o declínio e o desaparecimento da estrutura comercial que os Pires tinham erguido nas décadas anteriores. Quebrava-se, deste modo, a longa cadeia entre a longínqua cidade de Londres e o Império otomano, terminando, da pior forma, um ciclo de relativa prosperidade e felicidade.

Duarte Anriques e Simão Anriques, os dois irmãos com quem Diogo Pires se encontrara em 1554, permanecem por alguns anos em Londres, onde ainda vivem em 1562. Nesse preciso ano, a esposa de Estêvão Pires, Ana Anriques, delega na pessoa dos seus dois irmãos, por meio de procurações, o poder de gerir os negócios do seu falecido marido e de cobrar os créditos que houvesse em seu nome¹²⁰.

Algum tempo depois, ambos os irmãos viajam para terras italianas, estabelecendo-se em Ferrara¹²¹. O aventureiro Anrique Nunes, alias Abraham Benveniste, conhecido também pelo diminutivo Righetto¹²², em declarações prestadas diante do Tribunal do Santo

¹²⁰ Cf. A. L. LEONI (2005), 101, nota 89.

¹²¹ Há, pelo menos, dois processos da Inquisição de Lisboa em que são denunciadas as actividades de Duarte Anriques e de Simão Anriques por terras italianas. Referimo-nos ao Processo de Anrique Nunes, *alias* Abraham Benveniste (IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2931) e ao de Lopo Luís de Lião (IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 5817). Veja-se a análise de ambos os processos feita por E. LIPINER (1998), 59-71.

¹²² Sobre as actividades e a genealogia desta figura, cf. A. L. LEONI (1998), 167-168 e 210-211.

Ofício, em Lisboa, no dia 8 de Março de 1581, denuncia as actividades de vários compatriotas seus, entre os quais se contam Duarte Anriques, *alias* Abraham Cohen, e Simão Anriques, *alias* Caim Cohen:

[...] e disse mais que no ditto tempo digo que avera dez ou onze annos pouco mais ou menos foy a Ferrara fazer-se judeu Duarte Anriques morador que foy nesta cidade filho de Anrique Pirez jaa defuncto e viveo muitos annos em Frandres em Ferrara se chama Abrahão de Jacob Coem e sera de idade de cincoenta annos muito fresco do rosto e nunca casou e algũs annos antes se fez judeu em Ancona hum seu irmão que qua se chamava Simão Anriquez e agora vive em Ferrara e se chama Hain Coen e laa casou e ambos são mercadores e ha muitos annos que se forão deste reino, porque elle testemunha os conheço em Frandres des o anno de corenta.¹²³

Segundo afirma a testemunha, os dois irmãos de Diogo Pires vivem em Ferrara, havendo indicação de que Simão Anriques¹²⁴, *alias* Caim Cohen, é casado e tem filhos. Simão Anriques é o irmão que é citado como herdeiro de Diogo Pires, sendo nomeado no seu testamento como Caim de Jacob Cohen. É até bastante provável que Simão Anriques tenha vivido algum tempo com Diogo Pires em Ragusa.

Apenas dois dias antes de Anrique Nunes, o jovem cristão-novo Lopo Luís de Lião, acabado de chegar de Ferrara, presta declarações ao mesmo Tribunal do Santo Ofício, em Lisboa, dando preciosas informações sobre as actividades de Duarte Anriques tanto em Ferrara como em Lião:

Aos seis dias do mes de Marco de mil quinhentos e oitenta e hum annos na cidade de Lixboa nos estaos na casa do despacho estando a hy o snor douctor Diogo de Sousa Inquisidor mandou vir perante si Lopo luis contheudo nestes autos ao qual foy dado juramento dos sanctos evangelhos en que pos sua mão e prometeo dizer verdade. E perguntado se cuidou como lhe foy mandado nos Judeus portugueses que vio em ferrara ou em outras Cidades de Jtalia, Disse que si e que verà tres Annos que em ferrara vio um Judeu portugues Que la se chama Abraam Coen o qual e hum homen alto de corpo gentilhomen egresso de idade de sessenta annos pouco mais ou menos e a barba jaa toda branca. E he homen rico e nunca casou nem tem filhos e mora junto [da rua] do Serrazim de frente de Jsac Benefray e la he Judeu publico e em nome portugues se chama Duarte Anriques secundo ele test.^o vio em lião de frança per cartas suas onde elle traz dinheiro seu a ganho e ele test.^o falou com elle em Ferrara e não sabe de que

¹²³ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2931, fl. 81. P. C. IOLY ZORATTINI (1984), vol. III, 219-286, apresentou a transcrição, *in extenso*, do processo de Anrique Nunes.

¹²⁴ Convém recordar as palavras do mercador Gaspar Fernandes Sanches o qual afirma, em 1575, perante o Tribunal do Santo Ofício, embora sem grande certeza, que Simão Anriques estava em Ancona.

lugar deste Reino e natural nem se tem parentes // [fl. 19] nem quanto tempo ha que se foy deste Reino somente ouvir dizer que avia muito tempo que se fora delle.¹²⁵

Há notícia de que Duarte Anriques, *alias* Abraham Cohen, viveu também nos territórios da Sereníssima, pois foi denunciado, anonimamente, em 1572, à Inquisição de Veneza, por negociar no Rialto, trajando à maneira dos cristãos¹²⁶. Através de uma outra denúncia, sabemos que a sua morte se deu em data anterior ao ano de 1595¹²⁷.

Manuel Anriques, *alias* David Cohen, o outro irmão de Diogo Pires, estava, provavelmente, em Ancona, no momento em que teve início a detenção dos membros da Nação Portuguesa. Presumimos que deve ter conseguido escapar às perseguições e prisões levadas a cabo no Estado Pontifício, tendo fugido, são e salvo, para os domínios do Duque de Urbino. De facto, temos conhecimento de que Manuel Anriques se encontrava em Pesaro, em 1557, tendo encarregado um mercador florentino de reclamar os seus créditos em Ancona¹²⁸. Procurava, por certo, recuperar parte das avultadas perdas materiais que a sua família havia sofrido, um ano antes, na cidade dórica.

No que respeita a Diogo Pires, não existe prova documental que nos permita afirmar, com fiabilidade, onde se encontrava durante o intervalo de tempo em que se deram os fatídicos acontecimentos de Ancona. É, porém, bastante provável que, por essa altura, o poeta eborense já tivesse regressado a Ancona, após a sua viagem a Londres. Talvez tivesse assistido, na companhia do pai e do irmão Manuel Anriques, ao início dos acontecimentos que haviam de levar mais de duas dezenas de judeus portugueses, entre eles Henrique Pires, à fogueira da Inquisição. O cenário mais provável, no caso de Diogo Pires estar em Ancona à data dos acontecimentos, é o de ter logrado fugir para Pesaro, antes ou depois de terem sido feitas as primeiras detenções. Pelos domínios do Duque de Urbino, há notícia de ter passado o seu irmão Manuel Anriques e o seu grande amigo Amato Lusitano, que depois viajou para Ragusa.

Na eventualidade de Diogo Pires ter sido preso pela Inquisição, em Ancona, pode admitir-se ainda uma outra hipótese, ou seja, a de este ter sido condenado às galés dos Cavaleiros de Malta, de onde terá conseguido escapar, na companhia de outros cristãos-novos a quem foi aplicada a mesma pena, durante uma escala no reino de Nápoles.

¹²⁵ IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 5817, fls. 18v-19.

¹²⁶ P. C. IOLY ZORATTINI (1985), vol. IV, 47.

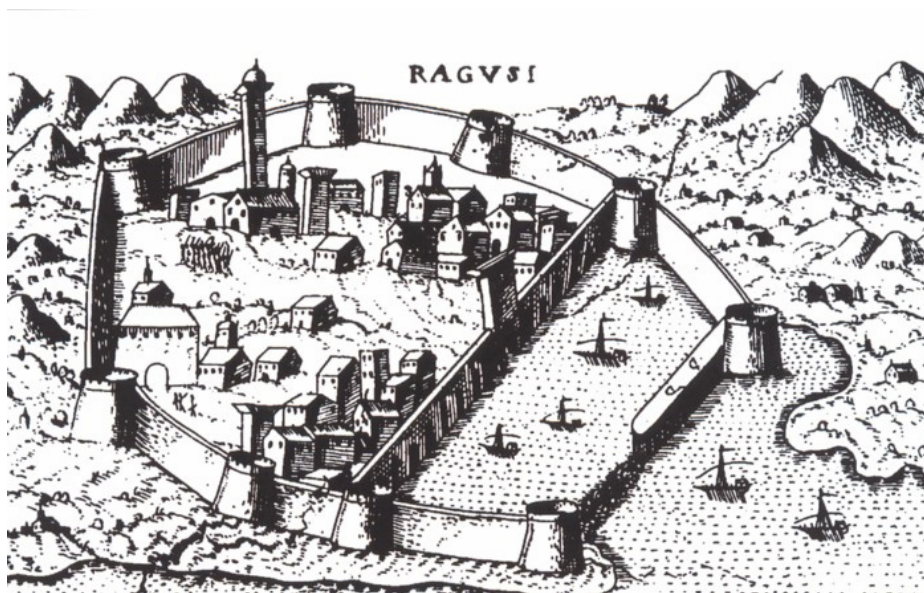
¹²⁷ P. C. IOLY ZORATTINI (1997), vol. XIII, 193.

¹²⁸ Cf. A. L. LEONI (1999), 91, nota 66.

Capítulo 5

Em Ragusa

(1556-1599)



Dubrovnik nos finais do século XVI
G. Rosaccio, *Viaggio da Venetia a Costantinopoli*

A chegada de Diogo Pires à pequena República independente de Ragusa, a actual Dubrovnik, deve ter ocorrido entre fins de 1556 e início de Março de 1557¹, sendo esta indicação fornecida por Amato Lusitano.

O médico de Castelo Branco encontrava-se em Ragusa, pelo menos, desde Julho de 1556, e aí acolheu e tratou de uma indisposição gástrica o seu inseparável amigo, que acabava de chegar de Istambul. O próprio Amato relata, em uma das suas *curationes*, o diagnóstico e o tratamento prescrito ao seu companheiro de desterro, que recuperou completamente da grave indisposição em apenas quatro dias:

¹ Sobre a datação e as circunstâncias da chegada de Diogo Pires a Ragusa, cf. M. LEMOS (1915), 37-38; C. A. ANDRÉ (1992b), 21-22. A maior parte dos biógrafos aponta o ano de 1558 como a data provável de chegada do humanista português a Ragusa, cf. T. CHERSA, 15; F. M. APPENDINI, 326; D. KÖRBLER, 164; J. TADIĆ (1971), 240; J. P. S. CARVALHO, 86; C. A. ANDRÉ (1992a), 400-401; G. H. TUCKER (1998), 112. Estamos em crer, porém, que a chegada tem de ser colocada antes dessa data, tal como M. Lemos defendeu através da datação das *curationes* de Amato Lusitano.

Didacus Pyrrhus, uir Graece et Latine peritissimus et magni nominis poeta. Cum in suburbio Ragusii ageret (recens enim ex Byzantio uenerat ubi pestis grassabatur), ob esum forte pomorum crudorum et cibariorum malorum, bilis uitellina in eius stomacho genita est [...].²

Diogo Pires, varão muito versado nas línguas grega e latina e poeta de grande nome. Ao encontrar-se num subúrbio de Ragusa (pois há pouco ali chegara, vindo de Bizâncio, onde a peste grassava), em virtude de ter ingerido, por acaso, maçãs ainda verdes e comida em mau estado, gerou-se-lhe no estômago um humor amarelado [...].

Na sua passagem por Istambul, Diogo Pires relacionou-se, por certo, com a comunidade judaico-portuguesa aí estabelecida, onde volta a reencontrar a famosa D. Grácia Nasci e o seu sobrinho Joseph Nasci. Não se detém por muito tempo e viaja para Ragusa, a bonita cidade das costas do Adriático, onde Amato tinha chegado, não há muito, proveniente de Pesaro, para exercer a medicina.

Voltam a reencontrar-se estes dois homens marcados indelevelmente pelo destino cruel que teimava em os perseguir. Os Pires acabavam de ser vítimas de uma tragédia que marcaria para sempre a vida de todos os elementos da família. A terrível morte de Henrique Pires, alguns meses antes, nos tristemente célebres autos-de-fé de Ancona, infligiu, por certo, um duro e amargo golpe sobre Diogo Pires, que, à chegada a Ragusa, não devia estar ainda recomposto do terrível acontecimento, cuja recordação o acompanharia para o resto dos seus dias.

Amato Lusitano tinha sido testemunha de parte dos acontecimentos, tendo conseguido, porém, escapar à fúria inquisidora do Papa Paulo IV. Terá sido avisado, com alguma antecedência, dos dias difíceis que se avizinhavam para os judeus portugueses de Ancona, tendo decidido, por isso, partir para Pesaro, escapando assim à prisão. Perdeu, no entanto, a quase totalidade dos seus bens e, nos autos-de-fé, perdeu para sempre amigos e companheiros, com quem tinha convivido de perto durante a sua permanência em Ancona.

Nesta ocasião, Ragusa, a actual cidade de Dubrovnik, constituía para ambos um porto seguro e marcava para sempre o afastamento das costas italianas, onde é provável que nenhum dos dois tenha aportado de novo durante o resto das suas vidas. Ragusa não era uma cidade desconhecida da família Pires, que com ela mantinha contactos comerciais

² *Curat. Medicin.* 6.30. Tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 22.

a partir de Ancona, desde a década de 30. Amato e Diogo vão assim juntar-se à importante comunidade sefardita há muito aí estabelecida.

O convívio entre ambos manteve-se assiduamente até à partida de Amato para Salonica que teve lugar, o mais tardar, até Maio de 1559³. Aí viria a falecer, vítima da peste, no ano de 1568, tendo Diogo Pires composto um epitáfio à memória do seu querido amigo e companheiro de longa data:

AMATI LVSITANI MEDICI PHYSICI

PRAESTANTISSIMVM EPITAPHIVM

(Obiit fere sexagenarius pestilentia Thessalonicae anno 1568)

*Qui toties fugientem animam sistebat in aegro
corpore, Lethaeis aut reuocabat aquis,
gratus ob id populis et magnis regibus aequae,
hic iacet; hanc moriens pressit Amatus humum.
Lusitana domus, Macedum tellure sepulcrum.
Quam procul a patrio conditur ille solo!
At cum summa dies, fatalis et appetit hora,
ad Styga et ad Manes undique prona uia est.⁴*

EPITÁFIO DE AMATO LUSITANO, MÉDICO INCOMPARÁVEL

(Morreu de peste, quase sexagenário, em Salonica, no ano de 1568)

Aquele que tantas vezes retinha a vida fugitiva num corpo doente ou voltava a chamá-la das águas do Letes, querido, por isso, igualmente dos povos e dos grandes reis, aqui jaz; esta foi a terra que Amato pisou ao morrer. Portugal o berço, na terra dos Macedónios o sepulcro. Como se encontra longe do solo pátrio a sepultura! Mas quando o dia supremo e a hora fatal se aproximam, em toda a parte há um caminho em declive para a Estige e para os Manes.

Ragusa constitui para Diogo Pires a sua segunda pátria, acabando por aí terminar os seus dias quase a findar o século, mais precisamente no início de Março de 1599.

³ Cf. M. LEMOS (1915), 11. Sobre os motivos que levaram Amato a sair de Ragusa, provavelmente por razões de inveja profissional, cf. L. GLESINGER (1968), 158-178.

⁴ *Cato Minor* (1596), 163. Reproduz-se a tradução de A. C. RAMALHO (1985), 217. Para uma análise do epitáfio, cf. também C. A. ANDRÉ (1992b), 104-107.

Esta longa permanência de mais de quatro décadas permitiu-lhe relacionar-se de perto com os maiores vultos da sociedade ragusina, a quem, aliás, dedica inúmeros dos seus poemas⁵.

Neste período, é provável que tenha realizado breves viagens aos domínios do Império otomano, em particular a cidades como Salonica ou Constantinopla, onde as colónias sefarditas eram mais numerosas. C. A. André comprovou que Diogo Pires efectuou uma estadia em Salonica, em 1578, de onde terá enviado, através de cartas anónimas, duas elegias suas a Aquiles Estaço. Os poemas são inequivocamente da sua autoria pois constam do manuscrito dos *Elegiarum libri tres* do poeta eborense⁶. As razões pelas quais quis manter o anonimato prendem-se, por certo, como aliás já tinha sido avançado pelo mesmo investigador, com a tentativa de «isentar o eclesiástico português de suspeitas de contacto com gente de raça judaica»⁷.

A partir do momento em que se sabe que o pai de Diogo Pires terminou os seus dias condenado às labaredas da fogueira inquisitorial, no estado pontifício de Ancona, entende-se ainda melhor o quanto se justificavam todos os cuidados tomados pelo poeta português, ainda para mais quando Henrique Pires parece ter sido um elemento destacado da Nação Portuguesa. Seria, decerto, altamente comprometedor para Aquiles Estaço que os seus contactos com o filho de um condenado à fogueira se tornassem públicos.

As relações entre Aquiles Estaço e Diogo Pires podem muito bem remontar aos anos quarenta ou cinquenta, pois é muito provável que se tenham cruzado em Antuérpia ou em Lovaina⁸. Prova da amizade existente entre ambos é o facto de Aquiles Estaço ter escrito um pequeno poema que foi publicado entre os *testimonia* do *Cato Minor*⁹.

J. Tadić procedeu a aturadas investigações no Arquivo Histórico de Dubrovnik, tendo apresentado várias provas documentais das actividades de Diogo Pires em Ragusa¹⁰. Tadić concluiu, embora com algumas reservas, que os documentos que apresentou diziam

⁵ Para o estudo do período ragusino da vida de Diogo Pires consideram-se fundamentais os estudos de quatro investigadores, entre os biógrafos servo-croatas, D. KÖRBLER e J. TADIĆ, e entre nós, J. P. S. CARVALHO e C. A. ANDRÉ.

⁶ Para uma análise completa das circunstâncias através das quais é possível determinar a presença de Diogo Pires, em Salonica, no ano de 1572, cf. C. A. ANDRÉ (1992a), 402-403; IDEM (1992b), 24.

⁷ Cf. C. A. ANDRÉ (1992b), 24.

⁸ Para uma análise da biografia de Aquiles Estaço, cf. B. F. PEREIRA (1991), 11-46. Sobre este humanista e teólogo português, importa referir também o recente trabalho de Augusto Ascenso PASCOAL, *Aquiles Estaço: humanista e teólogo*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2002 (dissertação de doutoramento - reprodução policopiada).

⁹ Cf. *Cato Minor* (1596), fls. a6v-a7.

¹⁰ Cf. J. TADIĆ (1971), 242-245. J. P. S. CARVALHO (1980-1981), 88-91, e C. A. ANDRÉ (1992b), 22-25, procederam igualmente a importantes investigações no Arquivo de Dubrovnik, fazendo a análise dos documentos relativos a Diogo Pires.

respeito a Diogo Pires, pois não deixou de estranhar que o nome de Diogo Pires aparecesse sob três formas distintas¹¹. De facto, há que usar de alguma precaução, pois o facto de serem nomes bastante comuns e de se repetirem, de geração em geração, na família Pires, pode muito facilmente conduzir a identificações erradas.

De acordo com os documentos apresentados, Diogo Pires ter-se-á dedicado ao comércio e, inclusivamente, à usura. É bastante improvável que tenha exercido a medicina na sua longa permanência em Dubrovnik. Ainda que não haja documento algum que comprove a sua actividade como professor no ensino oficial, é natural que se tenha dedicado ao ensino a título privado, dando a conhecer aos filhos da aristocracia local as línguas clássicas que ele tão bem dominava¹².

De facto, os poemas de Diogo Pires são a melhor prova de que se relacionou com os membros mais distintos da sociedade ragusina a quem dedica muitas das suas composições. São frequentes, nos seus carmes, os louvores tanto à cidade de Ragusa como às famílias nobres que a governavam, o que lhe mereceu inclusivamente a obtenção de um prémio por parte do Senado¹³. Não há dúvida de que granjeou o respeito da sociedade ragusina que soube reconhecer os méritos de Diogo Pires, concedendo-lhe privilégios como viver fora do *ghetto* ou poder andar sem o boné de cor vermelha ou amarelada distintivo dos judeus¹⁴.

No que respeita à data da morte do humanista português, ainda que durante muito tempo esta tivesse sido objecto de dúvidas¹⁵, o problema teve resolução definitiva a partir do momento em que J. Tadić descobriu e apresentou o testamento do Dr. Isaías Cohen, *alias* Diogo Pires, que se encontra no Arquivo Histórico de Dubrovnik¹⁶. O testamento,

¹¹ Cf. J. TADIĆ (1971), 242.

¹² C. A. ANDRÉ (1992b), 22, equaciona muito bem o problema, referindo em nota as posições tomadas pelos biógrafos do poeta eborense quanto à sua actividade docente.

¹³ As suas obras *De illustribus familiis quae hodie Rhacusae exstant* (Cracóvia e Veneza, 1582) e *De illustrissima urbe Rhacusana* (Cracóvia, 1582), justificam plenamente o prémio monetário que foi atribuído a Diogo Pires pelo Senado da República de Ragusa, em 30 de agosto de 1583. Cf. J. TADIĆ (1971), 242-243; C. A. ANDRÉ (1992b), 23. Para uma análise exaustiva das edições das obras de Diogo Pires, no período subsequente à sua chegada a Ragusa, cf. G. H. TUCKER (1992), 195-198.

¹⁴ AHD, *Consilium minus* 51 (1572-1573), fl. 15v. Cf. J. P. S. CARVALHO (1980-1981), 90; C. A. ANDRÉ (1992a), 402.

¹⁵ Para uma análise sumária das suposições dos biógrafos de Diogo Pires, anteriores a J. TADIĆ, quanto à data da morte do humanista português, cf. C. A. ANDRÉ (1992a), 403.

¹⁶ AHD, *Testamenta Not.* 51, fls. 27v-28v. J. TADIĆ (1971), 245, foi quem apresentou pela primeira vez o testamento de Diogo Pires, determinando, sem margem para dúvidas, a datação correcta da seu falecimento. O documento foi também estudado por J. P. S. CARVALHO (1980-1981), 91-92; A. C. RAMALHO (1988), 133-136; C. A. ANDRÉ (1992b), 25.

redigido em italiano, data de 6 de Novembro de 1597, tendo sido lido em 17 de Maio de 1599, o que leva a supor que a morte de Diogo Pires terá ocorrido pouco tempo antes.

Entre os seus herdeiros contam-se dois familiares bastante próximos: o seu irmão «Cain de Jacob Coen», que é o nome hebraico de Simão Anriques, e o sobrinho «Cain de Isay Coen», que até ao momento não foi possível identificar com precisão, não obstante os nossos esforços.

Além destes dois familiares, são nomeados também como herdeiros a própria Sinagoga, a Sr.^a Ora e, como beneficiários principais, uma viúva, chamada Zoe, com as duas filhas, Tamara e Raquel. Segundo vontade expressa de Diogo Pires, as duas filhas de D. Zoe deveriam casar, no momento adequado, com os seus próprios sobrinhos. Num averbamento notarial à margem, datado de 1602¹⁷, encontra-se referenciado também um outro irmão de Diogo Pires, ou seja, Abraham Cohen, *alias* Duarte Anriques, já falecido anteriormente.

Chegava assim ao fim, longe da pátria que o viu nascer, uma vida aventureira percorrida por entre os altos e baixos da fortuna. Diogo Pires passou as últimas quatro décadas da sua vida na cidade que o acolheu de braços abertos e a quem ele nunca regateou elogios. Uma das obras que nos deixou em manuscrito é precisamente um poema em hexâmetros dactílicos em honra de S. Brás, o santo padroeiro da República de Ragusa¹⁸.

Nunca deixou, porém, de evocar a memória de Portugal na sua poesia, a pátria que recorda sempre com saudade, apesar de ela ter sido madrasta para os da sua raça¹⁹. A vida de Diogo Pires não parece ter sido particularmente fácil, se é que há vidas fáceis. Ao longo dos oitenta e dois anos da sua existência, foi um homem bastante dividido entre duas matrizes culturais e religiosas distintas. Viveu intensamente esta duplicidade marcante, ainda que tudo leve a crer que, na parte final da vida, tenha professado abertamente a religião dos seus antepassados.

A sua entrega de corpo e alma à poesia, pelo contrário, nunca esteve em causa, ainda que uma parte substancial da sua vasta obra poética tenha sido publicada ou deixada pronta

¹⁷ Cf. fl. 28v.

¹⁸ Para uma análise da descrição e da história do manuscrito original e das várias cópias apógrafas de *Didaci Pyrrhi Lusitani Elegiarum libri tres ad Dominicum Slatariccium Patavinae scholae rectorem et equitem splendidissimum. Accessit lyricorum libellus eodem auctore*, junto do qual se encontra o extenso poema *Diuus Blasius*, em hexâmetros dactílicos, cf. D. NOVAKOVIĆ (1998), 400-402.

¹⁹ Cf. os trabalhos de C. A. ANDRÉ (1992a), *maxime* 391-426; IDEM (1992b), que analisa com profundidade este aspecto fundamental para a compreensão da obra do humanista português.

para publicação apenas nos derradeiros anos de vida²⁰. O *Cato Minor*, que constitui a sua obra-mestra, pode ser considerado justamente o corolário de toda uma vida dedicada à poesia novilatina.

²⁰ Referimo-nos, em particular, às duas edições venezianas do *Cato Minor* (1992 e 1996) e ao manuscrito dos *Elegiarum libri tres*.

Apêndice documental

DOCUMENTO 1

(FONTE: IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, liv. 704, fls. 53-56)

Reconciliação de Gaspar Fernandes Sanches cristão velho de Villa do Conde

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de mil quinhentos e setenta e cinco annos em Lisboa nos Estaus na Casa do Despacho da Santa Inquisição estando ahi os Senhores Inquisidores e Duarte Nunes deputado deste Santo Officio perante elle pareceo Gaspar Fernandes Sanches mercador natural de Villa do Conde inda solteiro christão velho que disse ser de quarenta annos pouco mais ou menos e ora morador nesta cidade acerca do Cata-que-faras no Bequo das Tavuas e disse que tratava em mandar fazenda a Santo Thome e as mais partes ao qual foi dado juramento dos Santos Evangelhos em que pos sua mão e pormeteu dizer verdade e logo disse que // [fl. 53v] avera dezoito ou vinte annos pouco mais ou menos que fora no tempo que el-Rei D. Filipe passou a casar-se em Inglaterra que elle confessante neste tempo saira da ilha de Sam Migel em hum navio a Inglaterra e estando laa na cidade de Bristol soo fazendo negocios de sua fazenda estando hum dia neste mesmo tempo em casa de hum ingles a que não sabe o nome estando assi falando disse Gaspar Gonçallvez portugues morador na ilha de Sam Migel christão velho o qual pagara residio na dita ilha e he mercador estando elle confessante presente e hum Pero Vaz sirgheiro e morador nesta cidade e Antonio Brandão physico natural de Santarem que reside em Inglaterra e he christão novo disse ao dito Gaspar Gonçallvez que era mercador nhã cassa antiga da dita cidade onde elle pousava que quando Nosso Senhor ceara com seus discipulos dessera (...) ²¹ que quer dizer em portugues «Este é o meu corpo». E que esto queria dizer que ahi estava o corpo de Nosso Senhor Ihesu Christo tam somente

²¹ O texto encontra-se manchado, não permitindo entender a frase. Parece, no entanto, estar em latim, sendo possível ler as palavras ‘mei est’.

naquella ceia quando estivera com os Apostolos e que não he lembrado ouvir-lhe outras palavras apropositadas. Disse que lhe pareceu que a seu parecer receara o dito Gaspar Gonçallvez aquellas palavras davassa como que // [fl. 54] lhe pareceram bem e as aprovava elle confessante estando presente as não reprehendeu nem nenhum dos que estavam presentes a dita pratica antes se calaram todos pela qual pratica e pelo que assi ouviu dizer ao dito Gaspar Gonçallvez elle (veo)²² confessante (veio)²³ e duvidou se no Santissimo Sacramento estava Nosso Senhor Ihesu Christo mas que elle nunca realmente teve para si que ahi não estava Christo e que algúas vezes indo ouvir missa ao mosteiro de Santo Agostinho na dita cidade, vendo alevantar o Santissimo Sacramento, dizia: «Senhor eu lhe dou Senhor se assi he que tu estas encerrado nessa ostia». E que a elle lhe parecia cousa impossível estar Ihesu Christo naquella ostia e naquellas especias e que isto creio em seu coração e numqua o disse nem comunicou a pessoa algúa segundo sua lembrança e que andou nesta duvida por espaço de anno e meio até que²⁴ veio a este regno e que a causa de se jurar desta duvida foi perguntar a um abade na cidade do Porto ao qual non sabe o nome que elle tinha duvida no Santissimo Sacramento o qual abade lhe disse que aquello erao tentações do Diabo e que cresse aquello que queria a Santa Madre Igreja de Roma e que dai por diante e antes loguo // [fl. 54v] como veio ao regno tirou esta duvida que tinha e creio e muito verdadeiramente e cre que esta ahi o verdadeiro corpo e samgue de Nosso Senhor Ihesu Christo e que enquanto esteve em este regno nem em Inglaterra numqua se confessou disto mas que haverá cinco annos que se confessou nesta cidade a Cipriano Soares da Companhia o qual lhe mandou que viesse a esta Mesa declarar suas cullpas e que elle depois se confessou com outro padre o qual lhe nom disse nada e por isso não veo loguo a esta Mesa e que agora imdo comunicar isto com Frei Bertholameu Ferreira o mandou que viesse aqui a dizer suas cullpas e que em nehúa outra fez nem creio nem duvidou que fosse contra a nossa Santa Fee Catholica e disse mais²⁵ que no mesmo tempo estando em Londres em hũa pousada de hum ingles estando na dita pousada hum christão novo digo Simão Anriquez o qual dizem que estava em Ancona e assi mais estava presente Simão Gomes natural desta cidade christão novo ao qual não sabe onde reside e assi Diogo Pires natural desta cidade christão novo e assi Duarte Pires christão novo que

²² Riscado no manuscrito.

²³ Riscado no manuscrito.

²⁴ O manuscrito repete: «que que».

²⁵ O manuscrito repete: «mais mais».

nom sabe donde he todos mercadores e estando elle confessante com elles em pratica na dita casa disse o dito Simão Anriquez: «Este crispinho». E elle confessante perguntou a hum daquelles da Companhia // [fl. 55] que quiria dizer crispinho e por quem dizia o dito Simão Anriquez aquellas palavras, e elle lhe declarou que o diziam por Nosso Senhor Ihesu christo e elle confessante e todos se calaram sem passar mais outra cousa e que nom sabe se naquelle dia que estas cousas passarõm he em outro dia estando elle confessante com alguns dos ditos christãos novos elle confessante pera se congraçar com elles e lhes fazer a vontade por entender que elles eraõ judeus e suspeitos estando na mesma sala com elles estava hũa imagem de Nosso Senhor Ihesu Christo em capela na dita sala e elle confessante tomou um limão ou laranja e atirou a dita imagem dizendo elles: «Andam aqui com seu crispinho, crispinho». E então deu com a dita laranja ou limão na dita imagem de Nosso Senhor Ihesu Christo pera se congraçar com os ditos judeos porque suspeitava que elles não crerao em Nosso Senhor Ihesu Christo mas que a este tempo elle confessante cria bem e verdadeiramente que Ihesu Christo era filho de Deus vivo (como sempre diguo)²⁶ que na dita conversação não passarom mais cousa algũa. E disse mais que no mesmo tempo estando elle confessante em Inglaterra caminho pera este regno indo hum dia per hum caminho de Londres pera hum lugar // [fl. 55v] maritimo ou em Frandres que se não lembra que no dito caminho um christão novo que se chama Duarte Dias natural da ilha de Sam Migel o qual ouviu dizer que era defunto disse a elle confessante que não havia mais que hum soo Deus de Israel e que somente nelle se havia de crer e que o Messias ainda não hera vindo persuadindo que não cresse senão em hum soo Deus de Israel e que elle confessante persuadido do dito christão novo ficou duvidosso e depois dali a dez ou quinze dias achando-se em hũa tormenta em hũa nao em a qual estava embarcado pera este regno havendo hũa tempestade e vendo-se de giolhos dizendo: «Deos Poderoso, Senhor Deos de Israel, salvai-me porque não ha outro Deus senão Vos», as quais palavras elle confessante dissera com intenção e crença que não havia mais que hum soo Deus e que não havia outro Deus e que lhe não lembra com que intenção disse aquellas palavras se eraõ como judeu (se como)²⁷ negando a Christo se como christão e que acabada a tempestade indo no mesmo navio dahi a oito dias se tirou desta duvida destas palavras que passou com o dito christão novo. Não deu conta a pessoa algũa e que as palavras que disse no navio as disse

²⁶ Riscado no manuscrito.

²⁷ Riscado no manuscrito.

secretamente em seu coração e que numqua confessou isto a seus confessores por lhe parecer que // [fl. 56] era pensamento de que se não avia de fazer caso e depois que passou isto sempre creo e cree que Nosso Senhor Ihesu Christo he verdadeiro Deus e Messias prometido na²⁸ Lei e que isto vem denunciar por descargo de sua consciencia que doutro não e lembrado e do costume disse nada que são amigos e que disto pede perdão e sejam a Nosso Senhor e a suas merces lhe foi mandado que não saia desta cidade e seus arebaldes the lhe ser despachado finalmente e mudando a pousada que diga pera onde se muda e que tenha segredo e que pareça nesta Mesa cada sumana hũa vez e que nhũa pessoa diga que veio a esta Mesa e elle assi o prometeu e assignou juntamente com elles Senhores. Joam Campello notario apostolico o escrevi.

[Assinaturas]: Gaspar Fernandes Sanches

Jorge Gonçallvez Rybeiro

Simão de Saa Pereira

Pero (...)

²⁸ O manuscrito repete: «na na».

DOCUMENTO 2

(FONTE: IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 9449, fls. 16v-20)

Processo de Tomás Fernandes

[Sessão de 9 de Fevereiro de 1558]

Aos nove dias do mês de Fevreyro de myl b^c l^{ta} e oyto annos em Lixboa na Casa das perguntas da Sancta Inquysyção, estando hi o Senhor Padre Mestre Frei Hieronymo d' Azambuja Inquysydor, mandou vir perante sy a Thomas Fernandez conthendo em estes auctos por elle pedir audiencia o qual pello juramento dos sanctos evangelhos em que pos sua mão prometendo dizer verdade, disse que elle he mays lembrado que avera tres ou quatro annos que estando elle confessante na cidade de Brystol do regno de Imglaterra // [fl.17] mandou ahy huum Symão Rodriguez sirgueiro christão novo morador em Lomdres de que elle confessante tem dicto em suas confissões atras, huum livro impresso de prophesyas a Amrique Nunez e a sua molher, tyos delle confessante, no qual lyvro dizia dos trabalhos que os filhos de Israel levavam pullos regnos e lugares onde andavam espalhados, e que não desconfiasem nem desmayasem, porque Nosso Senhor os avia de livrar e lhes avia de mandar o Messyas, e que elles vevyão naquellas esperanças, e parece a elle confessante que o dicto livro²⁹ foi mandado de Italya aquellas partes de Imglaterra e era entitulado a Bryatriz de Luna, molher que foy de Diogo Mendes, o qual livro elle confessante leo per hua vez e o pasou todo, e se confirmou em seus erros com a lição do dicto livro, e como que lhe diziam os dictos seus tios os quais tambem lyão por o dicto livro e tornou elle confessante per o dicto livro imdo a Lomdres ao dicto Symão Rodrigues que o mandara, e parece a elle confessante // [fl. 17v] que o dicto Symão Rodriguez o tera aimda e vinha em portugues e era em quarto e por isto carregar sua consciencia o vem dizer por seu descargo de que muito perdão a Nosso Senhor Ihesu Christo e penytencya com misericordia a Sancta madre igreja e a seus mynystros e que esta muito arrependido de seus erros e que compryraa a penytencya que lhe for imposta e assynou aquy juntamente com o Senhor Imquisidor e do costume disse nada. Manuel Cordeiro o escrevi.

²⁹ No manuscrito, o texto encontra-se sublinhado a partir de aqui até «a lição do dicto livro».

E asy disse mays o dicto Thomas Fernandez que por descargo de sua consciencia dizia a sua reverencia que nas naos que vem a estes portos do regno de³⁰ Imlaterra vem muitos livros de suas damnadas heresyas, as quaes lem os Ingleses que vem nas dictas naos e rezam por elles, pryncipalmente nas naos de Brystol. Manuel Cordeyro o escrevi. Os quaes livros vão em lynguagem inglesa.

[Assinaturas]: Frei Hyeronimo d'Azambuja

Thomas Fernandes

[Sessão de 1 de Março de 1558]

Ao prymeiro dia do mês de Março de myl b^c l^{ta} e oyto annos em Lixboa na Casa das Perguntas da Sancta Inquysição, estando hy o Senhor Padre Mestre Frei Hieronymo d'Azambuja Inquysydor, mandou vir perante sy a Thomas Fernandez christão novo preso no carcere, conthendo em estes auctos por elle pedir audiencia o qual pello juramento dos Sanctos Evangelhos em que pos sua mão, disse que elle era mais lembrado que avera tres ou quatro annos que estando elle na cidade de Londres do regno de Imlaterra achou ahi huuns mancebos christaos novos dos quães hum se chama Manuel Serrão, mancebo sem barba de idade ate vymte annos de corpo meão e dizia que hia laa fazer fazenda de seu pai e que morava em Viana de foz de Lyma, e o outro se chama Symão Amryquez que veyo de Italya pera aly afeytoryzar fazenda não sabe de quem e resyde na dicta cidade de Lomdres, de vymte oyto ou vimte e nove annos, sobre o alto e de barba preta e preto de rosto; e o terceyro chama-se Rodrigo da Veyga mercador e he mercador filho de um Veyga mercador morador em esta cydade e parece a elle declarante que o dito Rodrigo da Veyga // [fl. 18v] esta agora nesta cydade vymdo de Imlaterra, onde ao tal tempo estava aprendendo a lyngua inglesa, e he mancebo de vinte annos, preto e sem barba, e parece a elle declarante que seu pai vive junto da Conceyção desta cidade os quaes tres mancebos pousavam todos juntos na dicta cydade de Londres e os viu elle declarante todos tres jejuarem humm jejuum de judeus hum dia e lhe parece que não foi jejuum do Chippur sem comerem senam a noute e lhe disseram os dictos tres mancebos que jejuuavam e não he lembrado elle declarante se jejuuou tambem o dicto jejuum e que se o jejuuou tambem pede disso muito

³⁰ No manuscrito, o texto encontra-se sublinhado a partir de aqui até «nas naos de Brystol».

perdão e penitencia. E asi lhe alembra mays que ouviu dizer ao Licenciado Heitor Nunez de que tem dicto e aos dictos Rodrigo da Veyga e Manuel Serrão que o dicto Symão Amriquez era circumciso. E asi lhe lembra que elle declarante levava consigo hum lyvro de prophecias de que fez mençom em hua de suas confissões pasadas pera dar a hum Symão Rodrigues de que o dicto lyvro era, e tendo-o em casa do // [fl. 19] Licenciado Heitor Nunez onde elle declarante pousava, hum dos dictos tres mancebos nam he lembrado qual delles, lhe levou o dicto lyvro da pousada, e lhe disse que o lera e o tresladara e que não he lembrado de mais que lembrando-lhe o veio dizer e al nam disse e do costume disse nada e asynon aquy juntamente com o Senhor Inquysydor. Manuel Cordeyro o escrevy. E disse mais que o dicto Heitor Nunez mandou a seus tios delle declarante húa taboada de letra de mão na qual estavam os dias em que cayam as festas e jejuuns dos judeus e os dictos seus tyos a tomaram com muito contemtamento e lhe ficou em seu poder e al nom disse. Manuel Cordeyro o escrevi.

[Assinaturas]: Frei Hyeronimo d'Azambuja

Thomas Fernandes

[Sessão de 9 de Março de 1558]

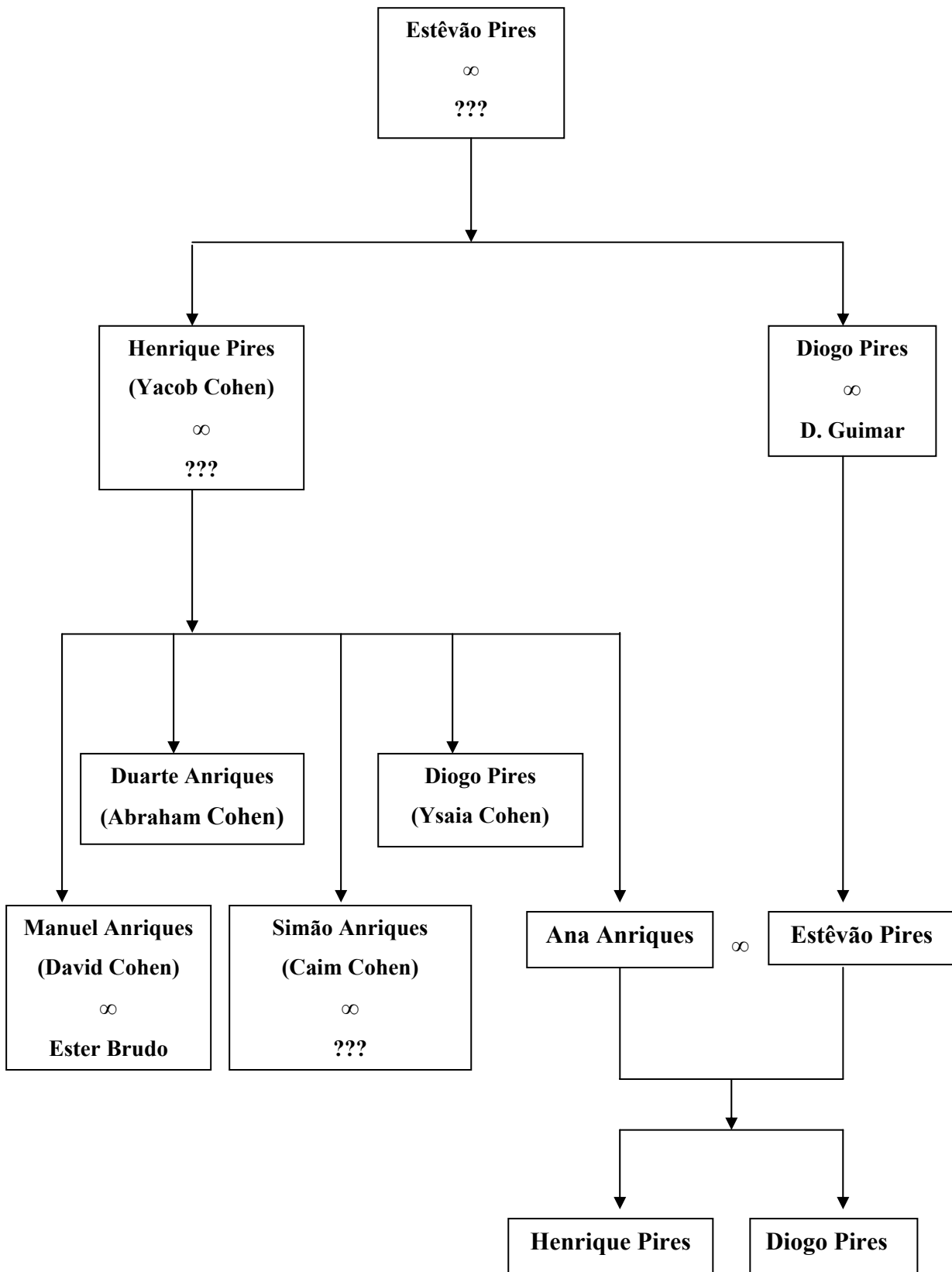
Aos nove dias do mes de Março de myl b^c 1^a e oyto annos em Lixboa na Casa das Perguntas da Sancta Inquysyção, estando hy o Senhor Padre Mestre Frei Hieronymo d'Azambuja, mandou vir perante sy a Thomas Fernandez christão novo preso no carcere, conthendo em estes auctos por pedir audiencia o qual pello juramento dos Sanctos Evangelhos em que pos sua mão, prometeu dizer verdade, disse que re- // [fl. 19v] correndo sua memorya lhe lembrara mais que estando em Bristol do regno de Imglaterra, avera tres ou quatro annos, viu elle declarante sua tya Bryatriz Fernandez de que tem dicto estar dizendo estas orações de judeus que sabya de cor a um Jorge Dias de que elle tem dicto e escrevy as dictas orações em hum papel e parece a elle declarante que o dicto Jorge Dyas as escrevy pera as rezar e nam sabe delle declarante quejandas eram as dictas orações por nunca se lançar a saber orações dos judeus, da qual cousa a sua dicta tya se queixava delle declarante e tratando-se hum casamento de hua filha do dicto Jorge Diãz com elle declarante antre o dicto Jorge Diãz e seu tyo Anrique Nunez e a sua tya no mesmo tempo,

o dicto Jorge Diãz disse a elle declarante que se casasse com a dicta sua filha elle Jorge Diãz se hiryra deste regno de Portugal com toda sua casa viver a Inglaterra, onde elle declarante vivia e elle declarante nam quis aceitar o dicto casamento, e asi dissera que o pai de Rodrigo da Veyga de que elle tem dicto que lhe nam sabia o nome lhe lembrou depois que // [fl. 20] se chama Manuel Rodriguez Veyga e he mercador de logea morador em esta cidade. E parece a elle declarante mas não he disso beem lembrado que o dicto Rodrigo da Veyga lhe disse em Lomdres avera tres annos que esperava que de Italya viessem huas tavoadas das festas e jejuuns dos judeus a huum Symão Amriquez com quem elle Rodrigo da Veyga pousava do qual elle declarante tem tãobem dicto e que como lhe viesem elle Rodrigo da Veyga mandaria a elle declarante a Brystol húa destas tavoadas mas nunca lha mandou nem sabe elle declarante se vieram ou nam e por isto carregar sua consciencia o vem dizer por seu descargo e que nam he lembrado se disse ao dicto Rodrigo da veyga que lhe mandase a dicta tavoada e que se lhe disse que pede disso perdão e misericordia e se arrepende muito, e al nam disse e do costume disse nada e assynou aquy juntamente com o Senhor Inquysdor. Manuel Cordeyro o escrevi.

[Assinaturas]: Frei Hyeronimo d'Azambuja

Thomas Fernandes

A FAMÍLIA PIRES-COHEN



II PARTE

A poesia e a didáctica: uma relação simbiótica

Capítulo 1

Da concepção de poeta e poesia na Antiguidade Clássica às origens da poesia didáctica

A concepção do poeta como educador e moralista está presente desde os alvares da civilização grega¹. Esta perspectiva reflecte-se nos primeiros textos, com particular incidência nos poemas de Homero e de Hesíodo, e a teoria literária na Antiguidade suporta, com poucas excepções, esta convicção. O valor moral e educativo da poesia era reconhecido e sublinhado pelo facto de os jovens iniciarem a sua educação com o estudo dos poetas. Segundo Xenófanés², Homero aprendia-se desde o começo; através de um passo de Xenofonte³, sabemos que havia quem aprendesse de cor os poemas homéricos e, segundo o *Timeu*⁴ de Platão, Sólon era recitado nas escolas pelos alunos. A concepção do poeta no mundo greco-latino podia ser ilustrada com muitos outros exemplos, mas é forçoso mencionar aqui, ainda que como prova indirecta, o célebre passo da *República*⁵ em que Platão proscree os poetas da sua cidade ideal, «insurgindo-se contra a opinião prevalecente no seu tempo, de que Homero fora o educador da Grécia, e, portanto, merecia ser estudado como paradigma»⁶.

Julgava-se que os poetas possuíam inspiração divina e acesso privilegiado ao conhecimento. Esta concepção da autoridade especial dos poetas nunca desapareceu por completo, se bem que a crença na inspiração divina foi sendo gradualmente substituída pela noção do *ingenium*, do talento individual de cada poeta⁷.

¹ Sobre a questão, vide A. DALZELL (1996), 8-18; L. GIL (1967); P. R. HARDIE (1989), 22-29; W. JAEGER (1989), 27-58; MUÑOZ MARTÍN, M. N. (2003), 31-41, e M. H. ROCHA PEREIRA (1961-1962), 336-357.

² Frg. 9 Diehl.

³ *Smp.* 3.5-6.

⁴ *Ti.* 21b.

⁵ *R.* 606e-607a.

⁶ M. H. ROCHA PEREIRA (1961-1962), 353. São referidos neste artigo outros exemplos ilustrativos do papel do poeta e da poesia na Grécia arcaica.

⁷ A ideia de que o poeta tem uma autoridade particular que advém, em primeira instância, da sua relação íntima com a esfera do divino percorre o mundo greco-latino, a tal ponto que algumas vezes, das quais destacamos a do filósofo epicurista Filodemo, no século I a. C., têm necessidade de se opor a esta suposição. Cf. A. DALZELL (1996), 10-11.

Os poetas eram considerados detentores privilegiados do conhecimento; a sua função educativa extravasava, porém, o plano ético-moral, pois julgava-se que detinham também conhecimentos específicos e especializados em qualquer matéria. Nas palavras de Platão, Homero era visto pelos seus admiradores como uma autoridade em todas as áreas técnicas, bem como no domínio da moral e da religião⁸; nos capítulos iniciais da *Geografia* de Estrabão, argumenta-se com grande convicção que Homero é um geógrafo experiente, graças a quem devemos uma valiosa informação sobre o mundo mediterrânico; segundo Aristófanes⁹, é possível aprender agricultura com Hesíodo, medicina com Museu ou as artes da guerra com a érica; no *Íon* de Platão¹⁰, o rapsodo afirma ser o melhor dos generais, por ter aprendido em Homero; Xenofonte¹¹ chega mesmo a invocar o exemplo de Homero para afirmar que o sabor da cebola é o melhor para acompanhar o vinho.

Deste modo, os poetas, para além da sua reconhecida autoridade ético-moral, são considerados autoridades em quaisquer matérias de ordem prática ou técnica. A consciência desta autoridade inerente aos poetas foi um dos factores que propiciou o estabelecimento de um género literário onde a criação poética e a intenção didáctica dão corpo a um tipo específico de composição: o poema didáctico. A partir desta bipartição entre os planos ético-moral e técnico-prático, surgem naturalmente dois tipos distintos de poesia didáctica: a filosófica ou moral, de que são exemplo *A natureza* de Empédocles ou o *De rerum natura* de Lucrecio, e a que trata de matérias técnicas como a agricultura, nos *Trabalhos e Dias* de Hesíodo ou no *De re rustica* de Columela.

O valor moral e educativo da poesia concede legitimidade a cada um destes dois tipos de poesia didáctica, distinção que evidentemente não pode ser feita de forma absoluta, pois há interferências de parte a parte. No entanto, será fácil concluir que os dois tipos de poesia didáctica interpretam o papel do poeta de forma diferenciada e exigem uma resposta diferente por parte do leitor/ouvinte¹². A vinculação do poeta à esfera do divino concede-lhe um estatuto distinto dos restantes mortais, que lhe possibilita servir a comunidade, fazendo uso da sua capacidade técnica de manejar a linguagem poética com vista à criação da poesia. O poeta relaciona-se, assim, a um só tempo, com a esfera do

⁸ R. 598e-606e.

⁹ Ra. 1031-1036.

¹⁰ Ion 541-542.

¹¹ Smp. 4.6-7.

¹² Cf. A. DALZELL (1996), 11-12.

divino e do humano, assumindo-se, por meio da criação poética, como uma espécie de mediador entre os dois domínios¹³.

A poesia didáctica revelou-se um género literário extremamente popular na Antiguidade Greco-latina. Ovídio, num passo dos *Tristia*¹⁴, refere-se à quantidade e diversidade temática de poemas didácticos contemporâneos sobre temas tão díspares como jogos de azar, cerâmica, jogos com bola, natação, jogo do arco, economia doméstica ou cosmética. A grande maioria destes poemas constitui para nós apenas uma vaga e longínqua referência, pois nem temos acesso aos textos nem sequer se conhecem os seus autores.

A recepção dos *Phaenomena* de Arato é, só por si, um exemplo paradigmático da popularidade alcançada pela poesia didáctica. A obra, cujo tema central é ocupado pela astronomia e pela astrologia, teve um enorme êxito tanto no século III a. C., data do seu aparecimento, como nos séculos posteriores. A atestar esse sucesso estão as repetidas traduções e comentários que chegaram aos nossos dias ou de que apenas existe notícia. O poema grego foi traduzido por cinco vezes para Latim, por Cícero, Varrão Atacino, Ovídio, Germânico e Avieno, sobrevivendo apenas as versões de Cícero, Germânico e Avieno. Para além disso, há notícia de pelo menos trinta e sete comentários da obra. Hiparco, o mais reputado astrónomo alexandrino, redigiu um comentário alargado sobre o poema de Arato, aliás, a única obra daquele autor que permaneceu até aos nossos dias. Significativo é também o facto de os *Phaenomena* de Arato se encontrarem entre as poucas obras da Antiguidade Clássica citadas no *Novo Testamento*¹⁵.

Esta concepção primitiva do papel do poeta e da poesia, originária do tempo em que a prosa não tinha ainda sido inventada, legitima não só a poesia didáctica como torna, num plano mais alargado, toda a poesia didáctica. Todavia, quando consideramos a poesia didáctica como género literário, devemos fazê-lo em sentido estrito, isto é, incluindo apenas poemas que procedam ou, pelo menos, tentem proceder a um tratamento sistemático de uma determinada matéria.

Há que reconhecer, no entanto, que, embora a função didáctica da poesia fosse comumente reconhecida, algumas vezes se insurgiram, desde os tempos mais recuados,

¹³ Cf. MUÑOZ MARTÍN, M. N. (2003), 31-33. A terminologia greco-romana para designar a figura do poeta, ora nos remete para a sua capacidade técnica (*ποιητής, ῥαψωδός, poeta*), ora para a sua condição de homem *θεῖος (uates)*.

¹⁴ *Tr.* 2.471-494.

¹⁵ *Act.* 17.28 (Sermão de S. Paulo no Areópago).

contra a legitimidade e autoridade do poeta, quer no plano ético-moral, quer no plano das áreas técnico-científicas. De facto, desde os primeiros tempos, coexistiram duas posições distintas: uma entende que os poetas possuem uma determinada autoridade e conhecimento, sendo, por isso, os educadores da humanidade; outra põe em questão esse entendimento, negando a verdade da poesia¹⁶.

Tornou-se célebre a afirmação de Aristóteles, no começo da *Poética*, de que entre Homero e Parménides nada existia de comum à excepção do verso¹⁷; segundo o Estagirita, tratados de medicina ou de filosofia natural, ainda que escritos em verso, não podiam ser considerados como poesia. Aristóteles considerava fundamental para a definição de poesia não tanto o metro usado mas mais o carácter imitativo (*μίμησις*) da obra. Ainda que se possa discutir a intenção e o alcance da posição de Aristóteles, uma consequência lógica destas afirmações é a exclusão da poesia didáctica da poesia enquanto tal, já que não se enquadra no campo da imitação.

Mais tarde, Plutarco, no seguimento das afirmações de Aristóteles, considera que os poemas de Empédocles, Parménides ou de Nicandro não são verdadeira poesia, pois, segundo ele, não pode haver poesia sem ficção¹⁸. De facto, o conceito de verdade poética ou a questão da literariedade têm sido questões discutidas até à exaustão pela crítica literária de todos os tempos.

Todavia, apesar de toda a problemática relativa à poesia didáctica e à já referida polémica afirmação de Aristóteles que, como vimos, teve ecos posteriores, a verdade é que os poemas didácticos continuaram a ser escritos, havendo até, pouco depois da morte de Aristóteles, um ressurgimento do interesse pelo género entre os escritores alexandrinos, que teve igualmente uma boa recepção na literatura latina¹⁹.

Ainda assim, é inegável que o estatuto da poesia didáctica na Antiguidade não se encontra muito bem definido. De facto, a poesia didáctica não é entendida pela crítica como um género independente; com frequência, os poetas didácticos são enquadrados pelos gramáticos no rol dos poetas épicos, não havendo consciência clara e inequívoca da autonomia da poesia didáctica face à poesia épica. Cícero não inclui a poesia didáctica

¹⁶ Sobre esta problemática, *vide* A. DALZELL (1996), 13-21; M. R. WRIGHT (1997), 2-6.

¹⁷ *Po.* 1447b.

¹⁸ *Mor.* 16c.

¹⁹ Sobre a recepção e as manifestações da poesia didáctica na literatura latina, cf. A. PERUTELLI (1993), 280-310.

entre os cinco géneros que enuncia²⁰; de igual modo, Horácio também não o faz, quando aponta a existência de seis géneros na *Ars Poetica*²¹. Quintiliano integra os poetas didácticos dentro de uma classificação geral que abarca escritores de épica ou de hexâmetro. Aí se encontram, lado a lado, poetas gregos como Homero, Hesíodo, Apolónio de Rodes, Arato, Teócrito, Nicandro ou Eufóron (poesia épica, bucólica e didáctica); poetas latinos como Virgílio, Ovídio, Lucrécio ou Germânico são para o retor de Calahorra poetas épicos²².

Muito poucos são os críticos que atribuem à poesia didáctica um lugar próprio e independente na classificação dos géneros literários e, ainda assim, nem sempre de uma forma totalmente clara e desprovida de ambiguidades²³. O chamado *Tractatus Coislinianus*, redigido em grego, inicia-se com uma classificação dos géneros, que parece reservar um enquadramento próprio para a poesia didáctica²⁴. No século IV d. C., Diomedes, no seu tratado *Ars Grammatica*, reconhece igualmente a existência da poesia didáctica²⁵. Este gramático baseou a sua classificação na célebre divisão que Platão²⁶ estabeleceu sobre os três modos de escrever: ou o poeta fala com a sua própria voz, ou fala através das suas personagens ou combina ambas as estratégias. Contudo, enquanto Platão escolhe o ditirambo para ilustrar o modo em que poeta fala com a sua própria voz, Diomedes aponta, com a mesma intenção, poetas didácticos como Empédocles e Lucrécio.

Perante estes dados, é forçoso concluir que a crítica literária, na Antiguidade Greco-latina, não reconhece um âmbito específico para a poesia didáctica. Não existe uma conceptualização clara do género nem das suas características próprias. É significativo o facto de ter sido Sérvio, apenas no séc. IV, o primeiro a utilizar em Latim um termo específico para se referir ao poema didáctico ou ao género didáctico. De facto, Sérvio utiliza no início do seu comentário às *Geórgicas* de Virgílio uma palavra de origem grega – *didascalice* –, para se referir à poesia didáctica. O gramático Diomedes também utiliza o mesmo termo no seu tratado *Ars grammatica*²⁷. Esta ausência de um termo específico para

²⁰ *Opt. Gen.* 1.1.

²¹ *Ars* 73-85.

²² *Inst.* 10.1.46 *sqq.*; 10.1.85 *sqq.*.

²³ Cf. A. PERUTELLI (1993), 277-280; A. DALZELL (1996), 19-21.

²⁴ Cf. K. VOLK (2002), 31-32.

²⁵ Cf. H. KEIL (ed.), *Grammatici Latini*, I, 483-484.

²⁶ *R.* 392d.

²⁷ Cf. H. KEIL (ed.), *Grammatici Latini*, I, 483-484.

referir a poesia didáctica até uma época tão tardia pode ser interpretada como resultado da falta de autonomia da mesma enquanto género diferenciado da épica.

Nos últimos anos, porém, têm sido publicados alguns trabalhos relevantes para a definição dos códigos literários característicos deste género, quer através de estudos individuais de poemas didácticos, quer através de estudos mais abrangentes e teóricos sobre a evolução do género desde Hesíodo até Marco Aurélio Olímpio Nemesiano, no séc. III d. C., autor de um poema didáctico sobre a caça, intitulado *Cynegetica*.

Hesíodo é considerado justamente o pai da poesia didáctica pois, de facto, deixou um valioso legado que foi aproveitado e prosseguido pelos seus sucessores. Os poetas didácticos gregos e latinos têm consciência disso e apelam à autoridade de Hesíodo. Os próprios autores testemunham esta filiação: Nicandro, no início do seu poema sobre cobras venenosas, apela para o testemunho de Hesíodo de Ascra; o próprio Arato é elogiado por Calímaco por ter adoptado o tema e a forma de Hesíodo.

Virgílio refere-se às *Geórgicas* como '*carmen Ascraeum*':

*Salve, magna parens frugum, Saturnia tellus,
magna uirum: tibi res antiquae laudis et artem
ingredior sanctos ausus recludere fontis,
Ascraeumque cano Romana per oppida carmen.*²⁸

Salve, ó nutriz excelsa de colheitas, terra de Saturno,
mãe de heróis: é por ti que me lanço neste tema e numa arte
de glória de antanho, ousando desvendar as sagradas fontes,
e através das cidades romanas canto o poema ascreu.

Columela, nos versos finais do livro décimo do *De re rustica*, segue de perto o texto virgiliano:

*Hactenus hortorum cultus, Siluine, docebam,
siderei uatis referens praecepta Maronis,
qui primus ueteres ausus recludere fontis
Ascraeum cecinit Romana per oppida carmen.*²⁹

Eu ensinava até agora, Silvino, o cultivo dos jardins
seguindo os preceitos de Marão, esse divino poeta
que, tendo sido o primeiro a ousar desvendar as antigas fontes,
cantou através das cidades romanas o poema ascreu.

²⁸ G. 2.173-176. Apresenta-se a tradução de M. H. ROCHA PEREIRA (2000), 129.

²⁹ 10.433-436.

Manílio abre o seu poema *Astronomica*, imitando a abertura da *Teogonia* de Hesíodo. A tradição da poesia didáctica remonta a Hesíodo, e os poetas didácticos têm disso consciência. O género é um fenómeno de natureza histórica, evolui com o decorrer dos tempos, pois o cânone está em constante evolução. Os autores, porém, inscrevem-se numa determinada tradição, quer a respeitem, quer a derroguem, e é possível estabelecer essa mesma tradição.

Hesíodo moldou de forma indelével a tradição da poesia didáctica greco-latina. Algumas características da sua obra, como a associação com a linguagem épica, o espírito de missão do poeta, o uso do metro (hexâmetro dactílico) ou as digressões ilustrativas, muitas vezes de natureza mitológica, tornaram-se traços fundamentais da poesia didáctica de todos os tempos³⁰.

No prómio do comentário de Sérvio às *Geórgicas* de Virgílio encontramos um texto elucidativo do estatuto e das personagens intervenientes na poesia didáctica:

[...] et hi libri didascalici sunt, unde necesse est ut ad aliquem scribantur; nam praeceptum et doctoris et discipuli personam requirit; unde ad Maecenatem scribit, sicut Hesiodus ad Persen, Lucretius ad Memmium.

(ad Verg. Georg. Proem.)

[...] e estes são os poemas didácticos, donde é necessário que sejam dedicados a alguém; é que a instrução exige quer a pessoa do professor quer a do discípulo. Assim, [Virgílio] dedicou-o a Mecenas, tal como Hesíodo a Perses e Lucrécio a Mémio.

As palavras de Sérvio apontam os três elementos centrais da poesia didáctica: autor, destinatário e matéria. Sérvio deixa bem claro que a poesia didáctica assenta as suas origens sobre uma situação concreta, sobre o processo de ensino-aprendizagem, no qual interagem dois intervenientes privilegiados, o professor e o aluno, com o objectivo de transmitir uma determinada matéria³¹. A poesia didáctica implica uma relação particular entre o autor e o leitor com semelhanças óbvias entre a que se estabelece entre docente e discente³². Não se julgue, porém, que é uma relação desprovida de complexidade e mesmo de ambivalência. Nas palavras de A. Dalzell, «the didactic poet shares with the teacher and

³⁰ Sobre as características da poesia didáctica, vide A. COX (1969), 124-161; A. DALZELL (1996), 8-34; P. TOOHEY (1996), *passim*; K. VOLK (2002), 25-68.

³¹ Convém não esquecer que Sérvio, enquanto professor, é uma voz abalizada sobre as relações que se estabelecem entre docente e discente. Para uma análise da actividade lectiva do gramático Sérvio, com particular incidência na relação pedagógico-didáctica estabelecida com os seu discípulos, cf. R. A. KASTER (1997), 169-197.

³² Cf. C. SANTINI (1996), 147-163.

the preacher a particular kind of communication»³³, revelando-se esta afinidade verdadeiramente significativa pelo facto de a comunicação se voltar sempre para um auditório. As palavras de Sérvio concedem um lugar de relevo ao discente na poesia didáctica, ainda que se trate de uma personagem muda e, algumas vezes, anónima, pois ele é um elemento essencial e imprescindível em qualquer actividade didáctica.

A poesia didáctica implica sempre a existência de um destinatário, com quem o leitor/ouvinte se pode identificar, interessado de alguma forma no tema abordado. De facto, a maior parte dos poetas didácticos identificam nos seus poemas esses destinatários (assim acontece com Hesíodo, Parménides, Empédocles, Nicandro, Lucrécio, Virgílio ou Columela); o destinatário, por vezes, não aparece identificado, mas sente-se sempre a sua presença no poema (Arato, Manílio ou Grátio). A comunicação direcciona-se no sentido do destinatário específico, quase sempre nomeado no poema, mas assistimos com frequência a uma subtil oscilação entre este destinatário específico e o destinatário geral, ou seja, os potenciais leitores/ouvintes.

Alguém que pretenda ensinar uma matéria tem necessidade prévia de firmar a sua autoridade. Hesíodo, ao receber essa autoridade directamente das mãos das Musas, no monte sagrado do Hélicon, estabeleceu uma convenção sobre a inspiração divina que vai percorrer a poesia didáctica greco-latina³⁴. Na verdade, o tema hesiódico da inspiração divina tornou-se recorrente na poesia didáctica, ainda que nem sempre sejam as Musas o garante dessa autoridade. Ovídio, no prefácio da sua *Ars amatoria*, parodia maliciosamente esta convenção, afirmando que vai dizer a verdade, mas a verdade que ele alcançou pela experiência e não por intermédio dos deuses:

*Non ego, Phoebe, datas a te mihi mentiar artes,
nec nos aeriae uoce monemur auis,
nec mihi sunt uisae Clio Cliusque sorores
seruanti pecudes uallibus, Ascra, tuis;
usus opus mouet hoc; uati parete perito.
Vera canam; coeptis, mater Amoris, ades.*³⁵

Eu não fingirei que tu, Febo, me transmitiste as tuas artes;
nem são os cantos de uma ave voadora que me instruem,
nem por mim foram vistas nem Clio nem as irmãs de Clio,

³³ A. DALZELL (1996), 7.

³⁴ Cf. Hes. *Th.* 22-34. Sobre a questão da inspiração divina, vide L. GIL (1967), 20-26; J. L. BRANDÃO (2000), 7-20.

³⁵ *Ov. Ars* 1.25-30.

enquanto eu guardava o gado, Ascra, nos teus vales.

É a experiência que dita esta obra: escutai um poeta experimentado;

É a verdade que cantarei: o meu intento, mãe do Amor, favorece-o.

Um outro traço característico da poesia didáctica são as frequentes digressões que surgem intercaladas na exposição do tema. O poeta aproveita estes excursos, que na maioria dos casos abordam temas mitológicos, para variar o tom da sua exposição didáctica ou até fugir à aridez do tema tratado. Os poetas didácticos integram nos seus poemas estas digressões no respeito por uma convenção estabelecida por Hesíodo, o *πρῶτος εὐρετής* do género didáctico. Aliás, o respeito pela convenção vai mais longe, pois não é raro haver temas hesiódicos, como a teodiceia (Arato, Virgílio) ou o nascimento da civilização (Lucrécio, Manílio), tratados por outros poetas didácticos greco-latinos.

Desde Hesíodo que a poesia didáctica adoptou o hexâmetro dactílico como metro convencional. Ovídio, porém, utiliza o dístico elegíaco nos seus poemas *Ars amatoria*, *Medicamina faciei feminae* e *Remedia amoris*. Estes poemas têm colocado, no entanto, alguns problemas à crítica pois mesclam características próprias da poesia didáctica e elegíaca, pelo que alguns autores têm reservas quanto à sua inclusão no género didáctico, sobretudo no que concerne às obras *Ars amatoria* e *Remedia amoris*.

A variedade de estilos e de intenções didácticas ao alcance dos poetas faz com que haja diferenças em maior ou menor grau entre os diferentes poemas didácticos. Houve, por isso, várias tentativas por parte dos críticos em criar uma taxonomia da poesia didáctica³⁶. A classificação mais usual baseia-se na divisão por áreas temáticas; Addison³⁷ propôs uma divisão tripartida: poemas que tratam de dúvidas morais, de especulação filosófica ou de assuntos práticos; Bernd Effe³⁸ classifica a poesia didáctica segundo um sistema que assenta na intenção didáctica dos textos; é possível também classificar estes poemas, tendo em conta o uso que os leitores deles fazem. Contudo, os resultados das várias tentativas de classificação não são muito satisfatórios, pois revela-se bastante difícil enquadrar os vários poemas segundo categorias e classificações rígidas.

Ultimamente, A. Dalzell estabeleceu duas questões fundamentais, cuja resposta está na base, segundo este investigador, de uma percepção das diferenças existentes entre os

³⁶ Sobre a questão, *vide* A. DALZELL (1996), 31-34; R. K. GIBSON (1997), 67-69; R. MARTIN – J. GAILLARD (1990), 199-200; P. TOOHEY (1996).

³⁷ Cf. A. DALZELL (1996), 31.

³⁸ B. EFFE (1977).

poemas didáticos: em primeiro lugar, qual é a atitude do autor face ao leitor, tal como é implicado pelo texto; em segundo, qual é a atitude, manifestada no próprio poema, que o autor adopta em relação à sua mensagem didáctica³⁹.

Um outro estudioso, Peter Toohey, perspectiva de uma forma interessante, quiçá polémica, a poesia didáctica como resposta às oportunidades oferecidas pelo tempo livre⁴⁰. Relaciona a evolução do género⁴¹ na literatura greco-latina à luz da relação que os poemas estabelecem com os conceitos de prazer e lazer (*play and leisure*). Essa relação assume formas bastante diferenciadas que possibilitam a identificação de características distintivas entre os inúmeros poemas didáticos. Veja-se, pois, segundo a perspectiva deste autor, como se consubstancia esta análise, em termos concretos, a partir do confronto estabelecido entre poemas como a *Ars Poetica* de Horácio ou a *Ars amatoria* de Ovídio e os inúmeros poemas didáticos do século I d. C., entre os quais surgem obras como *Astronomica* de Manílio, *De cultu hortorum* de Columela, *Phaenomena* de Germânico, *De Aetna*, de autor desconhecido, *Haliutica* de Ovídio e *Cynegetica* de Grátio.

Argumenta P. Toohey que muitos dos poemas do século I d. C., e também dos seguintes, tratam de actividades agradáveis, praticadas nos tempos livres, como a caça, a pesca ou a jardinagem, à semelhança das actividades retratadas na *Ars poetica* de Horácio ou na *Ars amatoria* de Ovídio, poesia e sedução. Assinala, porém, uma diferença importante. Os poemas de Horácio e Ovídio oferecem-nos uma versão de divertimento que implica uma dupla participação por parte dos leitores, tanto na aprendizagem das próprias *artes* dos poemas, como na fruição dos poemas em si mesmos. Já nos poemas didáticos do primeiro século da nossa era, o divertimento e o ócio são qualidades que só existem fora dos poemas. Com efeito, salvo raras excepções, sobretudo em Manílio e Germânico, mas também em Columela, os poemas do século I d. C. perdem uma dessas duas importantes dimensões, pois significam aquilo que dizem, sendo quase translúcidos, na medida em que se estreitou a distância entre a mensagem e o meio utilizado. A fruição, agora, pode existir, mas única e exclusivamente fora dos poemas.

³⁹ Cf. A. DALZELL (1996), 33.

⁴⁰ Cf. P. TOOHEY (1996), 238-251.

⁴¹ Refira-se que P. TOOHEY não considera a poesia didáctica um género independente, colocando-a, pelo contrário, como um sub-género da poesia épica. A sua conclusão de que a poesia didáctica clássica é uma entidade discreta, sem continuidade efectiva na Idade Média e no Renascimento, tem sido colocada em causa, a nosso ver, com fundamento. Cf. Y. HASKELL (1999), 6.

Apesar desta distinção, todos estes poemas respeitam as características já antes enunciadas como identificadoras da poesia didáctica, nomeadamente, o metro, as digressões mitológicas, a existência de um destinatário ou a intenção didáctica⁴². Nestas obras, assiste-se a um gosto pela especialização, pela valorização do progresso técnico e científico, que coloca a ciência e a razão como valores fundamentais, em que o conteúdo ganha um claro ascendente sobre a forma.

O poema de Manílio e a tradução de Germânico dos *Phaenomena* de Arato são prova de um crescente interesse pela astrologia/astronomia, *grosso modo*, pela influência dos astros na vida dos homens, temática que, convém recordá-lo, era então considerada matéria científica de primeira grandeza. A obra de Germânico evidencia o gosto pela ciência e pela poesia didáctica de tipo alexandrino. O poema *De Aetna* trata a vulcanologia de uma forma sistemática e científica, defendendo a verdade, a *ratio*, e pondo expressa e deliberadamente de parte as tradicionais explicações mitológicas dos fenómenos vulcânicos. Columela, no *De cultu hortorum*, o décimo livro da sua obra *De re rustica*, o único escrito em verso, revela um conhecimento profundo da matéria tratada, bastante superior ao revelado pelo seu modelo, as *Geórgicas* de Virgílio. Poemas como *Haliutica* de Ovídio ou *Cynegetica* de Grátio são obras de carácter técnico-expositivo sobre duas ocupações tão populares na Antiguidade como nos nossos dias: a pesca e caça.

De uma forma geral, a função didáctica assume um papel preponderante nestes poemas. Têm um propósito pedagógico-didáctico bem vincado, colocando a tónica na exposição sistemática, minuciosa e directa da matéria tratada. A atitude destes poetas em relação ao tema abordado não deixa dúvidas sobre a sua intenção marcadamente educativa. O exemplo de maior empenhamento talvez seja o de Manílio, cuja intenção didáctica é inquestionável. O poeta põe todos os seus recursos ao serviço deste fim, apesar de ter perfeita consciência de que não se trata de uma tarefa fácil.

⁴² Sobre as características técnico-formais dos poemas didácticos do séc. I d. C., cf. P. TOOHEY (1996), 175-199.

Capítulo 2

A poesia como instrumento pedagógico-didáctico

A utilização da poesia como instrumento pedagógico-didáctico tem um âmbito necessariamente muito mais abrangente do que o género literário específico que antes se procurou descrever, ou seja, a poesia didáctica. Na verdade, o recurso à poesia como instrumento pedagógico-didáctico por excelência é uma constante desde os primórdios da civilização greco-latina e consubstancia-se na utilização reiterada de textos poéticos de vários géneros em qualquer das fases do processo educativo dos jovens.

O valor formativo da poesia e da música, da qual não pode ser dissociada, está na base da sua função educativa e relaciona-se intimamente com a sua responsabilidade no domínio da ética¹. A concepção do poeta como educador teve, como já foi assinalado, uma grande aceitação na Antiguidade Clássica, ainda que possa discutir-se a maior ou menor propriedade desta associação. Esta relação privilegiada entre o poeta e o educador ultrapassa, por vezes, o próprio contexto específico da produção poética, já que alguns poetas no mundo greco-latino exercem igualmente uma actividade pedagógica, assumindo assim, a um só tempo, a condição efectiva de poetas e professores.

Um dos exemplos mais notórios desta condição dúplice de poeta-professor encontra-se, desde logo, nos primórdios da literatura latina. De facto, é do conhecimento geral que tanto Lívio Andronico como, mais tarde, Énio ficaram conhecidos enquanto poetas e professores. Não deixa de ser curioso pensar que a literatura latina nasce, segundo a tradição, pelas mãos do poeta-professor tarentino Lívio Andronico, cuja tradução da *Odisseia* foi uma obra de leitura obrigatória nas escolas romanas pelo menos até ao século I a. C.².

As duas actividades cruzam-se de forma bastante curiosa: o poeta faz jus à sua condição de educador através da poesia que compõe; o professor forma os seus discípulos, tendo na mesma poesia um dos seus melhores instrumentos de trabalho. Um e outro acabam por promover a educação através da poesia. Não se estranha, por isso, que vários autores deixem perceber, directa ou indirectamente, a utilização da poesia como instru-

¹ Cf. W. JAEGER (1989), 44.

² Cf. G. F. GIANOTTI (1993), 445-446.

mento pedagógico-didático desde os tempos mais recuados da cultura grega. Xenófanes³ diz que Homero se aprendeu desde o início. No mesmo sentido vão as palavras de Xenofonte⁴ que afirma haver quem aprendesse de cor, na íntegra, os poemas homéricos. Platão dá conta da opinião corrente no seu tempo de que Homero fora o educador de toda a Grécia⁵. O mesmo autor refere que Sólon era recitado pelos alunos nas escolas⁶.

Muitos outros exemplos podiam ser aduzidos para ilustrar a utilização da poesia no processo educativo, tanto no período arcaico como no clássico. No entanto, o modelo clássico de instrução linguística e literária dos jovens, que assenta em três níveis distintos – elementar, intermédio e superior –, apenas se estabelece de forma definitiva na época helenística, sendo posteriormente adoptado pelos Romanos, conforme consta na generalidade das obras de referência da história da educação na Antiguidade⁷. A este respeito, convém transcrever as palavras esclarecedoras de H.-I. Marrou:

C'est seulement à partir de la génération qui suivit cette d'Aristote et d'Alexandre le Grand que l'éducation antique est vraiment devenue elle-même, qu'elle est parvenue à sa Forme classique, et en somme définitive.⁸

L'éducation hellénistique est bien ce que nous devons appeler l'éducation classique: elle est celle de tout le monde grec, lorsqu'il se stabilise après les grandes aventures de la conquête d'Alexandre et des guerres de succession qui suivirent sa mort. Elle demeure en usage, dans tout le monde méditerranéen, aussi longtemps que celui-ci mérite d'être considéré comme antique. Elle déborde en effet l'ère proprement hellénistique pour s'étendre sur la période romaine.⁹

Deste modo, a instrução linguística e literária estava articulada em três níveis, tendo cada um deles um professor distinto e um *curriculum* perfeitamente definido¹⁰. Os jovens iniciavam a frequência da escola primária, com a idade de 7 anos, onde aprendiam os rudimentos da leitura e da escrita e aritmética. De seguida, entre os 11/12 e os 15 anos, passavam por um nível intermédio – a escola de gramática –, no qual recebiam instrução

³ Frg. 9 Diels.

⁴ *Smp.* 3.5-6.

⁵ *R.* 606e-607a. Sobre a importância que os poemas homéricos assumiram na educação da Grécia, cf. W. JAEGER (1989), 43-58; H.-I. MARROU (1981), vol. I, 33-35; M. H. ROCHA PEREIRA (2003a), 146-152.

⁶ *Ti.* 21b.

⁷ Cf. H.-I. MARROU (1981), vol. I, 147-149; vol. II, 29-46; 63-64; J. BOWEN (1986), vol. I, 216; T. MORGAN (1998), 23-25.

⁸ H.-I. MARROU (1981), vol. I, 147.

⁹ H.-I. MARROU (1981), vol. I, 148.

¹⁰ Para a caracterização pormenorizada dos três níveis da educação greco-romana, cf. H.-I. MARROU (1981), vol. I, 215-321; vol. II, 63-96; S. F. BONNER (1984), 55-125, 221-425.

sistemática na área da língua e da literatura, com particular ênfase na poesia. Por fim, alguns logravam ingressar na escola de retórica, o nível superior deste sistema educativo.

Na instrução primária, o *γραμματιστής* / *γραμματοδιδάσκαλος* / *ludi magister* / *litterator*¹¹ centrava a sua acção no ensino da leitura e da escrita. Numa primeira fase, os alunos aprendiam a ler e a escrever através de exercícios bastante simples que começavam com as letras, passando pelas sílabas, pelas palavras isoladas, até chegar às frases simples e aos textos já com relativa complexidade¹². O professor, porém, não se limitava apenas a ensinar as crianças a ler e a escrever. Procurava, em simultâneo, inculcar no espírito dos seus jovens discípulos normas de comportamento e de conduta ético-morais que lhes pudessem servir de guia durante a vida.

Esta formação ético-moral era ministrada, em grande medida, através do recurso a determinados textos poéticos que eram utilizados como instrumentos pedagógico-didáticos nestes primeiros anos de escolaridade. A concepção do poeta como educador favoreceu, seguramente, a adopção da poesia como importante material de trabalho nas aulas do *ludi magister*¹³. Os exercícios com os textos poéticos constituem a base de uma formação ambivalente com um raio de acção bastante alargado. Se é um dado adquirido que os alunos desenvolvem as suas competências linguísticas básicas através do contacto estreito com a poesia, não é menos verdade que a função educativa da poesia contribui, simultânea e decisivamente, para a formação ético-moral dos discentes.

Na procura da realização integral deste objectivo fundamental, Quintiliano recomenda que os jovens, nas escolas primárias, memorizem versos que contribuam, em particular, para a sua formação ético-moral, e não apenas para a sua instrução linguística básica:

*Et quoniam circa res adhuc tenues moramur, ii quoque uersus qui ad imitationem scribendi proponuntur, non otiosas uelim sententias habeant, sed honestum aliquid monentis. Prosequitur haec memoria in senectutem et impressa animo rudi, usque ad mores proficiet. Etiam dicta clarorum uirorum et electos ex poetis maxime (namque eorum cognitio paruis gratior est) locos ediscere inter lusum licet.*¹⁴

¹¹ Para uma reflexão sobre a terminologia utilizada na educação romana para designar o professor da instrução primária e secundária, cf. E. W. BOWER (1961), 462-477.

¹² Cf. H.-I. MARROU (1981), vol. I, 227-236; vol. II, 69-70; S. F. BONNER (1984), 221-239; G. F. GIANOTTI (1993), 438-443.

¹³ Recorde-se que Diogo Pires dedica a sua obra *Cato Minor siue Disticha Moralia* aos *Ludimagistri Olyssiponenses*, por entender seguramente que os seus poemas constituíam instrumentos pedagógico-didáticos passíveis de serem utilizados pelos professores que ministravam, a um nível primário, a formação linguística e moral aos jovens lusitanos.

¹⁴ Quint. *Inst.* 1.1.35-36. Sobre a mesma prática, cf. Sen. *Ep.* 33.7; 94.9.

E já que nos estamos a deter ainda nestes pormenores simples, eu desejava também que os versos, propostos como modelos de escrita, não contivessem máximas ociosas mas orientações morais. A memória destas máximas mantém-se até à velhice e, gravada num espírito em formação, servirá até de regras de moral. A criança pode aprender também, como num jogo, os ditos de homens ilustres e as passagens escolhidas sobretudo de poetas (pois o seu conhecimento é bastante agradável aos pequenos).

Na verdade, após terem exercitado a leitura e a escrita de palavras isoladas, os alunos passavam à leitura de pequenas frases, que eram geralmente versos retirados de vários géneros, em particular da poesia épica, didáctica e dramática. O critério principal que presidia à escolha destes versos era o seu valor moral e sentencioso¹⁵. De facto, estes versos expressavam, de forma sucinta e inequívoca, normas de vida e de conduta que os jovens gravariam para sempre na sua memória. Estas máximas morais serviam, adequada e eficazmente, os objectivos do professor que assim conseguia que os seus alunos desenvolvessem, a um só tempo, a sua formação linguística e ético-moral. As características rítmicas e prosódicas próprias da poesia auxiliavam também os alunos a memorizar facilmente estas máximas breves, que, na maior parte dos casos, não passavam de monósticos ou dísticos¹⁶.

As vantagens da poesia sobre a prosa, no que se refere à utilização concreta destes textos como instrumento pedagógico-didáctico, não deixam de ser reconhecidas e valorizadas por autores como Séneca, que dedica ao assunto uma reflexão aprofundada, reconhecendo que a forma versificada contribui decisivamente para aumentar a força persuasiva de qualquer sentença:

Eadem neglegentius audiuntur minusque percutiunt quamdiu soluta oratione dicuntur; ubi accessere numeri et egregium sensum adstrinxere certi pedes, eadem illa sententia uelut lacerto excussiore torquetur. De contemptu pecuniae multa dicuntur et longissimis orationibus hoc praecipitur ut homines in animo, non in patrimonio putent esse diuitias, eum esse locupletem qui paupertati suae aptatus est et paruo se diuitem fecit: magis tamen feriuntur animi cum carmina eiusmodi dicta sunt:

Is minimo eget mortalis qui minimum cupit;
Quod uult habet qui uelle quod satis est potest.

¹⁵ Sobre a complexa relação entre poesia e provérbio, cf. J. DANGEL (1999), 69-74. Para uma análise prática desta relação a partir de dois poemas de Catulo constituídos, cada um deles, por um só dístico elegíaco, cf. E. PLANTADE (1999), 105-109.

¹⁶ Para uma reflexão sobre as soluções métricas mais frequentes na formulação proverbial, cf. J. DANGEL (1999), 62-67.

*Cum haec atque eiusmodi audimus ad confessionem ueritatis adducimur. Illi enim quibus nihil satis est, admirantur, adclamant, odium pecuniae indicunt.*¹⁷

É menor a atenção que prestamos e o efeito que em nós produz a mesma coisa dita em prosa; quando uma ideia elevada é expressa numa forma métrica rígida, a mesma máxima parece, por assim dizer, lançada por músculos bem mais robustos. Fazem-se muitas dissertações sobre o desprezo pelas riquezas, compõem-se enormes discursos para ensinar aos homens que a verdadeira riqueza está na alma e não nos bens materiais, que é abastado o homem que sabe adaptar-se à sua pobreza e se sente rico com pouco, mas toca-nos mais o espírito ouvirmos o mesmo dito em verso:

*Quanto menor é o desejo, menor é a carência;
Tem tudo quanto quer quem só quer o indispensável.*

Ao ouvir estas ou outras frases similares somos de imediato atraídos a reconhecer a verdade; até mesmo pessoas a quem nada habitualmente satisfaz as admiram, aplaudem e manifestam ódio pela riqueza.

Os exercícios repetidos de leitura e de escrita feitos com estes versos constituíam um dos meios, por excelência, para desenvolver a memória dos jovens, uma capacidade cujo domínio era fundamental no mundo greco-latino¹⁸. De facto, os alunos não se limitavam a ler e escrever, vezes sem conta, os textos. Era-lhes pedido, além disso, que aprendessem de cor estas pequenas máximas, pois tinham de as recitar. Não se estranha, por isso, que estes textos ficassem gravados indelevelmente na memória das crianças.

A atestar a enorme eficácia dos métodos utilizados pelo *ludi magister*, existem alguns testemunhos literários que dão conta, directa ou indirectamente, da eficácia notável deste sistema. De facto, alguns autores recordam ainda, já na idade adulta, os ensinamentos recebidos ao tempo em que tinham sido instruídos nas primeiras letras. Fedro, por exemplo, recorda uma sentença de Énio, em senários iâmbicos, que tinha aprendido de cor em criança:

*Ego quondam legi quam puer sententiam
«palam muttire plebeio piaculum est»,
dum sanitas constabit pulchre meminero.*¹⁹

A máxima que eu li outrora em criança:
«É um crime para o plebeu murmurar em público»,
enquanto o meu juízo se conservar, recordá-la-ei perfeitamente.

¹⁷ Sen. *Ep.* 108.10-12. A este propósito, *vide* também as cartas 8.8, 9.21, 33.2, 33.6, 84.3 e 94.43. Apresenta-se a tradução de J. A. Segurado e Campos de SÉNECA, *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, 594.

¹⁸ A este propósito, cf. Quint. *Inst.* 1.1.36.

¹⁹ Phaed. 3.*epilogus*.33-35.

Os provérbios e as sentenças²⁰ assumiram no mundo greco-romano uma importância notável a vários níveis, ao contrário do que sucede no mundo contemporâneo. Séneca reflecte sobre a natureza, a utilização e o efeito que estes textos normalmente provocam sobre o ouvinte. As suas palavras evidenciam com clareza a função ética, pedagógica e mesmo social que subjazia à utilização destes versos:

Non uides quemadmodum theatra consonent quotiens aliqua dicta sunt quae publice adgnosimus et consensu uera esse testamur?

Desunt inopiae multa, auaritiae omnia.

In nullum auarus bonus est, in se pessimus.

*Ad hos uersus ille sordidissimus plaudit et uitii suis fieri conuicium gaudet.*²¹

Não vês tu como o teatro em peso aplaude sempre que se ouve alguma daquelas máximas que todos unanimemente reconhecemos e aprovamos como verdadeiras?

Raras são as posses dos pobres, nulas as dos avaros.

O avaro trata mal todos, e a si pior que a ninguém.

Até o mais sórdido dos espectadores aplaude ao ouvir estes versos, contente de ver os seus vícios assim condenados.

Como é compreensível, estes versos sentenciosos, no caso concreto da autoria de Publílio Siro²², chegavam ao conhecimento não só da generalidade dos indivíduos letrados através da instrução linguística e literária mas também dos menos cultos, que os escutavam nas mais variadas ocasiões, por exemplo, quando assistiam a peças teatrais²³. A sua função social não é, por isso, despicienda, constituindo, no fundo, uma espécie de lastro

²⁰ Sobre o problema da identificação e denominação das sentenças, provérbios e locuções proverbiais, em latim, cf. F. BIVILLE (1999), 16-20; J. DANGEL (1999), 55-57.

²¹ Sen. *Ep.* 108.8-9. Apresenta-se a tradução de J. A. Segurado e Campos, 593.

²² Assinala-se que as *Sententiae* de Publílio Siro acabam de ser integralmente traduzidas para português, em dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Aveiro por M. P. C. MARTINS, *As Sententiae de Publílio Siro* (Introdução, versão do latim e notas). Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2003.

²³ O agrado com que o público recebia as sentenças, nas representações teatrais, está igualmente atestado por uma elucidativa passagem de Gripo, na comédia plautina *Rud.* 1249-53:

*Spectaui ego pridem comicos ad istunc modum
sapienter dicta dicere atque is plaudier,
cum illos sapientis mores monstrabant populo.
Sed cum inde suam quisque ibant diuorsi domum,
Nullus erat illo pacto ut illi iusserant.*

Eu tenho visto muitas vezes os actores de comédia a dizerem máximas com sabedoria e a serem aplaudidos, quando mostravam ao público aquelas normas sábias. Mas a seguir, quando cada um tomava o seu caminho para casa, ninguém agia daquela forma que lhe haviam prescrito.

ético-moral que servia de esteio aos valores identificativos da cultura e da sociedade greco-romana²⁴.

Por volta dos 11/12 anos, os jovens prosseguiam os seus estudos sob a direcção do *γραμματικός* / *grammaticus*²⁵, cujo objectivo principal era ministrar aos discípulos formação linguística e literária, com particular destaque para a poesia. Os alunos já tinham tido contacto com o texto poético no nível elementar, pois haviam praticado variados exercícios de leitura, escrita e recitação de versos seleccionados da obra de poetas greco-latinos em razão do seu valor ético-moral.

O *γραμματικός* / *grammaticus* iniciava o ciclo de estudos com o ensino da gramática, cujo conhecimento era imprescindível, quer para o estudo subsequente dos poetas, quer para a formação do futuro orador. Assim, numa primeira parte, tratava-se da classificação das letras, da métrica, das partes da oração, da declinação e conjugação, para depois se trabalhar a correcção na língua falada e escrita. Por fim, dedicava-se particular atenção ao estudo dos poetas, não só à leitura e recitação como ao comentário, em geral de textos completos²⁶. Pretendia-se que os alunos lessem os poetas mais conceituados, pois considerava-se que o contacto continuado com os temas, pensamentos e expressão dos autores contribuiria para a formação integral dos jovens²⁷.

O programa de estudos da *schola grammatici* tem, a um nível necessariamente diferenciado, uma sequência gradativa com algum paralelismo em termos de métodos, objectivos e conteúdos em relação àquela que os alunos haviam prosseguido no primeiro grau de ensino. Em ambos os casos, o estudo da poesia assume uma posição de indelével relevo. Não constitui apenas o instrumento pedagógico-didáctico por excelência, em redor do qual está centrado e articulado todo o processo educativo, mas acaba por ser igualmente um objectivo.

²⁴ Sobre a importância dos provérbios e das sentenças no mundo greco-romano, tanto em verso como em prosa, cf. P. LAURENS (1989), 505-509; F. BIVILLE (1999), 11-13.

²⁵ Para uma análise da génese e da evolução da *schola grammatici* na educação greco-romana, cf. A. D. BOOTH (1978), 117-125. Sobre a dificuldade em distinguir com precisão as competências atribuíveis ao *ludus litterarius* e à *schola grammatici*, cf. A. D. BOOTH (1979), 1-14; R. A. KASTER (1983), 323-346.

²⁶ No que concerne ao estudo dos poetas na *schola grammatici*, cf., para o mundo grego, H.-I. MARROU (1981), vol. I, 241-262, e, para o mundo romano, H.-I. MARROU (1981), vol. II, 79-84; S. F. BONNER (1984), 280-327. Veja-se também o importante capítulo que Quintiliano dedica à questão, *Inst.* 1.8.

²⁷ Cf. S. F. BONNER (1984), 280.

A poesia é um meio para a formação ético-moral, linguística e literária dos jovens mas não deixa, no entanto, de ser igualmente um fim em si mesma, um objecto de fruição ao alcance de todos aqueles que se apetrecharem previamente do saber indispensável à sua leitura e interpretação. Além disso, a poesia tem propriedades únicas que fazem dela uma importante fonte sempre à disposição de quem aí quiser beber, por mais variados que sejam os seus interesses, quer seja o *ludi magister*, o gramático, o retor ou o filósofo²⁸.

No primeiro grau de ensino, o estudo das letras, da sílaba, da palavra conduz os alunos até aos textos de extensão limitada, colhidos maioritariamente da obra dos poetas, cuja leitura, cópia e recitação promove a formação linguística e ético-moral dos discentes. No segundo grau, o estudo do programa gramatical estabelece as bases necessárias e fundamentais para o subsequente estudo e comentário dos poetas, já não de curtos versos seleccionados mas, em geral, de textos completos. Os mesmos versos sentenciosos que os alunos tão bem conheciam desde o tempo em que frequentavam a escola do *ludi magister*, podiam agora analisá-los sob uma nova perspectiva, fosse métrica, gramatical ou literária, e o *grammaticus*, por certo, dava-lhes uma atenção particular à medida que ressurgiam no texto dos poemas que comentava minuciosamente.

No que respeita aos autores estudados na *schola grammatici*, há que considerar duas fontes fundamentais: as fontes literárias, de que Quintiliano é o exemplo paradigmático, e as centenas de papiros do Egipto greco-romano, que contêm um riquíssimo acervo de textos escolares utilizados pelos docentes/discentes do período helenístico.

Ao analisar o capítulo que Quintiliano dedica ao assunto²⁹, facilmente se pode concluir que o estudo da poesia devia ser mais importante na *schola grammatici* do que a prosa, pois o vasto leque de autores que devia ser abordado contém quase exclusivamente poetas tal como Homero ou Virgílio, além de muitos outros cultores da lírica, da tragédia ou da comédia, onde Menandro assume uma posição de relevo. Os *grammatici* romanos liam e comentavam tanto os autores gregos como os latinos e, de acordo com o testemunho inequívoco de inúmeras fontes, sabe-se que o primeiro autor a ser estudado era Homero, considerado a fonte principal de sabedoria, logo seguido por Virgílio³⁰.

²⁸ Cf. S. F. BONNER (1984), 316-317.

²⁹ Quint. *Inst.* 1.8.1-12.

³⁰ Cf. S. F. BONNER (1984), 280-298 e T. MORGAN (1998), 94-100, para estudo das fontes e descrição pormenorizada dos autores tratados na *schola grammatici* do mundo romano.

Os papiros egípcios, por seu turno, testemunham, na prática, quais eram os textos escolares mais lidos e copiados nas escolas greco-romanas de língua grega. No que toca aos textos não gnómicos, Homero é incontestavelmente o autor mais bem representado, com inúmeros excertos da *Iliada* e da *Odisseia*, o que vem confirmar o estatuto de excepção do poeta pan-helénico. Seguem-se-lhe, em número de textos, Eurípides e Menandro, enquanto muitos outros autores gregos como Hesíodo, Hipónax, Antímaco ou Teógnis, aparecem representados apenas por um ou dois fragmentos. Quase todos os poetas, à excepção de Calímaco, provêm da época arcaica ou da clássica³¹.

Ao contrário daquilo que talvez fosse mais expectável, os textos mais representados nos papiros egípcios não foram os fragmentos literários de poetas gregos. De facto, é extremamente significativo que os textos gnómicos ultrapassem em número qualquer outro tipo de texto literário ou de exercício escolar, facto a que não será alheia a utilização continuada que os alunos deles faziam desde o nível mais básico da instrução até ao mais elevado³². Muitos destes textos são sentenças extraídas quase sempre da poesia grega, nas quais Menandro é, sem dúvida, o autor mais representado. Há que assinalar a persistência e invariabilidade com que estes enunciados surgem no mundo de língua grega desde o início do período helenístico até à queda do Egipto nas mãos dos Árabes.

Estas sentenças são, por vezes, agrupadas em forma de antologia, o que favorece a sua utilização como instrumento pedagógico-didáctico ao nível escolar. No capítulo seguinte, será dedicada uma particular atenção à proliferação e ao uso continuado que estas colecções de sentenças tiveram desde o mundo greco-latino até ao Renascimento.

A escola de retórica³³, o nível superior do sistema de ensino greco-romano, era frequentada por alunos com cerca de 15 ou mais anos de idade, visando formar os jovens para a actividade política e forense, na busca do *uir bonus dicendi peritus*³⁴, que a fórmula de Catão Censor tão bem retratou. Note-se que as duas partes da prescrição catoniana são

³¹ Para uma análise exaustiva e crítica dos autores representados nos textos escolares não gnómicos, cf. T. MORGAN (1998), 104-119. *Vide*, na mesma obra, 309-313, as tabelas distributivas dos autores e dos textos mais e menos comuns.

³² Sobre o tipo, a forma e o conteúdo dos textos escolares gnómicos representados nos papiros egípcios, cf. T. MORGAN (1989), 120-151.

³³ Sobre a formação ministrada pelas escolas de retórica, cf., para o mundo grego, H.-I. MARROU (1981), vol. I, 279-306, e, para o mundo romano, H.-I. MARROU (1981), vol. II, 87-91; S. F. BONNER (1984), 328-425. *Vide*, igualmente, os livros 2 e 3 das *Institutiones* de Quintiliano, em que o programa da educação retórica é descrito em pormenor. Para uma visão global da história da retórica no mundo greco-romano, cf. D. L. CLARK (1966), M. L. CLARK (1996), e G. A. KENNEDY (1994).

³⁴ A célebre expressão de Catão é citada por Quintiliano, *Inst.* 12.1.1 e 12.1.44, e também por Séneca Retor, *Controv.* 1 pr. 9.

complementares e interdependentes. Quintiliano considera que a perfeição técnico-formal do orador tem de assentar na formação ético-moral e filosófica, já que apenas a junção das duas partes poderá fazer de alguém um orador excelente.

Convém, no entanto, notar que o campo de acção do *grammaticus* e do *rhetor* não possui fronteiras fixas e imutáveis, sofrendo algumas modificações importantes no decurso dos tempos, em particular se compararmos a actividade dos retores gregos com a dos romanos. De facto, os exercícios preparatórios de composição e de argumentação, que entre os Gregos se designavam como *προγυμνάσματα*, eram inicialmente da competência do *rhetor*³⁵. No entanto, a crescente especialização e exigência da formação retórica de nível superior fez com que esta série de exercícios preparatórios, graduados segundo uma ordem crescente de dificuldade, acabasse por transitar, em grande parte, para a área de actuação do *grammaticus*, que assim iniciava, desde logo, a preparação dos futuros alunos de retórica.

Quintiliano constata esta transferência de competências do retor para o gramático latino, embora não estivesse de acordo com a alteração de procedimento, quer por julgar que os retores estavam a fugir ao cumprimento do seu dever, quer por ter dúvidas sobre a capacidade de alguns *grammatici* executarem com êxito esta sua nova incumbência³⁶.

Os exercícios preparatórios mais simples recorriam a textos já do conhecimento dos alunos como a fábula, a sentença, a *cria*³⁷ e as narrativas (ficcional, realista e histórica)³⁸. Procurava-se que os estudantes, a partir destes textos, desenvolvessem as suas capacidades individuais através de vários exercícios que passavam pela explicação, paráfrase, ampliação, resumo ou argumentação. Alguns dos exercícios estavam baseados na poesia ou em fontes poéticas. Assinala-se, em particular, a paráfrase de passagens em verso, o recurso às sentenças colhidas geralmente de textos poéticos ou as narrativas mitológicas que assentavam quase sempre nas versões poéticas da épica e da tragédia, às quais acrescem as narrações realistas baseadas nos acontecimentos da vida quotidiana. Há notícia,

³⁵ Para uma descrição pormenorizada dos vários *προγυμνάσματα*, cf. H.-I. MARROU (1981), vol. I, 257-262; S. F. BONNER (1984), 328-360; M. ALEXANDRE JÚNIOR (1989), 31-34. Sobre os exemplos de exercícios preparatórios transmitidos através dos papiros do Egipto greco-romano, cf. T. MORGAN (1998), 190-226.

³⁶ Quint. *Inst.* 2.1.1-13.

³⁷ Sobre a importância da *cria* na cultura helenística, cf. M. ALEXANDRE JÚNIOR (1989), 31-62.

³⁸ Quint. *Inst.* 1.9.1-6.

por exemplo, de que as peças de Terêncio serviram de fonte de narrações modelares no ensino retórico ministrado no tempo de Cícero³⁹.

A poesia continua a desempenhar um papel importante na actividade da escola de retórica, embora a um nível diferenciado do que sucedia na *schola grammatici*. O mais importante agora é proceder ao estudo quer dos poetas quer dos prosadores (historiadores, oradores e filósofos), com o objectivo de descobrir as características de estilo e de tratamento que possam revelar-se úteis na prática do futuro orador:

*Plurimum dicit oratori conferre Theophrastus lectionem poetarum, multique eius iudicium secuntur; neque immerito. Namque ab his in rebus spiritus et in uerbis sublimitas et in adfectibus motus omnis et in personis decor petitur, praecipueque uelut attrita cotidiano actu forensi ingenia optime rerum talium libertate reparantur; ideoque in hac lectione Cicero requiescendum putat.*⁴⁰

Teofrasto diz que a leitura dos poetas muitas vantagens traz ao orador, e muitos partilham da sua opinião, não sem razão. Com efeito, é neles que se busca inspiração para a acção, elevação para a palavra, toda a espécie de comoção para os afectos e decoro para a expressão; e, em especial, o engenho, desgastado, por assim dizer, na prática quotidiana do foro, restabelece-se grandemente na libertação de tais acções. Por isso, Cícero julga que se deve buscar repouso nessa leitura.

O exercício declamatório pressupõe por parte dos alunos um conhecimento técnico-formal e literário de elevado nível. O estudo dos textos poéticos continua a ser essencial em todo o processo de aprendizagem, pois eles «ospitano *exempla elocutionis* utili alla formazione dell'oratore, come repertorio di possibilita espressive e clausole ritmiche atte a suscitare *affectus* e persuasione nell'uditorio.»⁴¹.

No decurso da formação retórica, os versos sentenciosos a que nos temos vindo a referir voltam a desempenhar um papel central na aprendizagem da arte da eloquência. Os alunos tiveram, desde o primeiro nível de ensino, um contacto permanente com excertos de poetas greco-latinos, colhidos pelo seu valor ético-moral. Estes fragmentos poéticos assim convertidos em sentenças de carácter gnómico representam igualmente um excelente instrumento de trabalho usado com grande eficácia e proveito na arte oratória. Os discípulos do retor eram educados na arte de bem utilizar estas sentenças no discurso, para melhor obter os efeitos desejados junto do auditório⁴².

³⁹ Cic. *Inv.* 1.27.

⁴⁰ Quint. *Inst.* 10.1.27. Vide S. F. BONNER (1984), 280.

⁴¹ Cf. G. F. GIANOTTI (1993), 457.

⁴² Cf. S. F. BONNER (1984), 370-371.

Nos exercícios de declamação (*controuersiae, suasoriae*), os jovens podiam inclusive recriar sentenças conhecidas ou inventar até novas sentenças, por forma a alcançar um efeito que de outro modo dificilmente seria conseguido. Na aprendizagem da arte retórica, impunha-se aos alunos uma abordagem e uma utilização das sentenças diferenciada daquela que havia sido efectuada nos graus anteriores de ensino, em que apenas se limitavam, de uma forma eminentemente passiva, a ler e a escrever, a memorizar e a recitar, a analisar e a apreender o sentido das sentenças. Agora, exigia-se-lhes um esforço maior que recorria à sua criatividade e imaginação e que, no fundo, configurava uma nova atitude perante os textos já conhecidos. O estudo das sentenças realizado até aqui constituía uma base sólida e fecunda a partir da qual podiam, com tanta facilidade que muito frequentemente conduzia a exageros, partir para um uso activo e inovador do material antes apreendido.

Já durante o Império, consta que muitos estudantes da escola de retórica não logravam resistir à enorme tentação de usar as sentenças sem conta nem medida. Na verdade, é compreensível que assim acontecesse. Os jovens tinham estes textos breves bem gravados no fundo da sua memória desde os tempos do *ludi magister* e não desconheciam, por certo, nem a facilidade com que os podiam encaixar no discurso, nem a enorme eficácia que deles podiam retirar. Os excessos eram, por isso, previsíveis, ainda para mais entre aqueles cuja formação na arte oratória ainda era bastante incipiente. Quintiliano insurge-se contra estes excessos e aconselha o uso das sentenças apenas na justa medida em que o discurso possa beneficiar da sua inclusão⁴³.

A poesia continua, pois, a ocupar um lugar de relevo na formação dos futuros oradores, à semelhança do que sucedia nos níveis de ensino anteriores. O estudo da poesia contribui de modo determinante para a formação ético-moral, cultural e técnico-formal, que o retor procura ministrar aos seus discípulos. Entre as múltiplas virtualidades que a poesia comporta, como Quintiliano tão bem verbaliza, convém destacar aqui as múltiplas e distintas possibilidades de utilização que as sentenças colocavam à disposição do estudante da escola de retórica. De facto, a poesia é o local por excelência onde são colhidas as sentenças, que constituem, no fundo, uma espécie de manancial repleto de referentes ético-morais sempre pronto a ser utilizado com proveito pelo futuro orador na sua prática

⁴³ Quint. *Inst.* 8.5.26-30. Sobre o uso e abuso de *sententiae* em particular nas *recitationes*, as célebres leituras públicas, cf. J. CARCOPINO (1981), 237-246; P. ROOS (1984), 128-129.

oratória. Na poesia repousam, no fundo, os valores ético-morais que dão forma à cultura greco-latina e as sentenças são a sua memória e a sua expressão concisa, textos curtos que veiculam e perpetuam esses mesmos valores.

Capítulo 3

Sententia (γνώμη) versus prouerbium (παροιμία): definição e virtualidades

Os provérbios e as sentenças tiveram na Antiguidade Greco-latina uma recepção a todos os títulos assinalável. Como se acaba de constatar no capítulo precedente, os versos de carácter gnómico marcaram uma presença constante e omnipresente em todos os graus de ensino, desde as lições do humilde *ludi magister* até às classes do distinto *rhetor*. Na verdade, tanto os docentes como os discentes não tinham dificuldade alguma em rastrear as *sententiae* e os *prouerbia* nos mais variados textos, em particular na poesia, desde a tragédia e comédia até à poesia épica e didáctica, ou mesmo em textos históricos ou filosóficos.

A popularidade deste tipo específico de enunciados ultrapassava largamente o estrito domínio do ensino, pois muitos destes textos faziam parte integrante da memória colectiva e eram constantemente actualizados em situações tão díspares como no decorrer de um processo do foro judicial, de uma representação teatral, das leituras públicas (*recitationes*), ou mesmo, como é lícito supor, nas conversas quotidianas de muitos falantes, em particular daqueles que tinham recebido alguma instrução literária. Não pode mesmo excluir-se que falantes com pouca ou nenhuma instrução memorizassem e dessem uso a algumas das *sententiae* mais utilizadas.

Dado o lugar de relevo que os versos de carácter proverbial e sentencioso adquiriram, em particular enquanto instrumento pedagógico-didáctico, quer na Antiguidade Clássica, quer em períodos subsequentes, considera-se, por isso, bastante pertinente proceder, neste capítulo, a uma reflexão sobre a definição, as virtualidades linguísticas e as características técnico-formais da *sententia* e do *prouerbium*, procurando de alguma forma tentar compreender o porquê do sucesso indelével que estas formas granjearam.

Não é fácil, porém, apresentar uma definição taxativa para o tipo de texto que se designava na Antiguidade Greco-latina por *γνώμη* / *sententia* e *παροιμία* / *prouerbium*. De facto, a multiplicidade de termos que existe em grego, latim ou mesmo em português para denominar as expressões de tipo gnómico não favorece nem a sua denominação nem a

sua identificação. Basta recordar, a título de exemplo, algumas das diferentes denominações, parcial ou totalmente sinonímicas, existentes em português para designar este tipo particular de enunciados: ‘adágio’, ‘aforismo’, ‘anexim’, ‘apoteagma’, ‘axioma’, ‘dito’, ‘máxima’, ‘preceito’, ‘provérbio’, ‘rifão’, ‘sentença’.

Há, de facto, uma grande fluidez semântica entre estas designações, o que dificulta sobremaneira uma classificação sistemática das formas de expressão proverbial e sentenciosa¹. Os critérios de apreciação destes enunciados são múltiplos e variados. São também inúmeras as áreas de investigação que se interessam por *sententiae* e *prouerbia*, entre as quais se contam, entre as mais destacadas, a retórica, a poética, os estudos literários e linguísticos, a filosofia ou a história da educação e das mentalidades. Naturalmente, os investigadores das várias áreas perspectivam a questão sob ópticas distintas, o que conduz geralmente a respostas nem sempre coincidentes à complexa questão da denominação e, sobretudo, da definição de *prouerbium* e de *sententia*:

Les réponses données sur ce sujet par chacun d’eux ne peuvent que porter la marque de l’hétérogénéité des contextes référentiels et de leur visée expressive. Elles vont ainsi de la conceptualisation abstraite à l’expression pratique de la sagesse populaire en passant par la dimension esthétique du style. À ce titre, elles ressortissent à des points de vue et à des stratégies singulières.²

A reflexão teórica da Antiguidade Clássica sobre o enunciado proverbial e sentencioso não pode deixar de reflectir esta multiplicidade de perspectivas, em particular quando está em causa o seu valor educativo, associado ao lastro ético-moral, ou a sua utilização como instrumento retórico e poético. Nas línguas clássicas são também inúmeros os termos que denominam os enunciados deste tipo, entre os quais ressaltamos, no caso da língua grega, ‘γνώμη’³, ‘ὑποθήκη’, ‘λόγος’, ‘παροιμία’⁴, ‘αἶνος’, ‘ἔπος’, e no caso da língua latina, ‘sententia’, ‘dictum’, ‘uerbum’, ‘prouerbium’, ‘uox’, ‘sermo’ e ‘adagium’.

¹ O problema, evidentemente, existe de forma muito semelhante na generalidade das línguas. Veja-se, a título de exemplo, a reflexão conceptual de C. ROSSO (2001), *maxime* 53-68, sobre as formas proverbiais e sentenciosas na literatura francesa, em concreto à luz da obra dos moralistas franceses. Sobre a confusão terminológica frequente na língua francesa entre os termos ‘precepte’, ‘aphorisme’, ‘proverbe’, ‘maxime’ ou ‘sentence’, cf. M. MALOUX (1987), V-VIII.

² J. DANGEL (1999), 55.

³ Sobre a etimologia e evolução semântica dos termos *γνώμη* e *ὑποθήκη*, cf. P. DERRON (1986), X-XII.

⁴ Para uma reflexão sobre a etimologia da palavra *παροιμία*, cf. F. GARCÍA ROMERO (1999), 219-223.

Tomando o latim como objecto da sua investigação, alguns estudiosos partem da análise do significado dos termos latinos já referidos, concluindo ser fundamental o estabelecimento de uma dicotomia básica assente em dois pilares estruturantes: o enunciado sentencioso e o enunciado proverbial⁵.

O enunciado sentencioso (*sententia, dictum*) tem como características básicas o facto de ser atribuível a um autor, de se constituir como objecto de estudo e de instrumento pedagógico-didáctico, de possuir uma formulação abstracta e uma natureza ética e universal.

O enunciado proverbial (*uerbum, prouerbium*), ao invés, tem uma natureza anónima e a sua origem remonta aos tempos mais remotos. Transmite-se oralmente e de forma espontânea, sendo portanto do conhecimento da generalidade dos falantes. Exprime, em geral, uma verdade resultante da experiência concreta⁶.

A verdade, porém, é que as características apontadas como identificadoras e distintivas da *sententia* versus *prouerbium*, na prática, não permitem uma separação clara e inequívoca entre as duas realidades. De facto, o enunciado sentencioso e o enunciado proverbial constituem dois pilares estruturantes de um mesmo edifício comunicante. Não são entidades estanques, pois há interferências de parte a parte, que muitas vezes dificultam ou impedem mesmo a sua identificação enquanto enunciados diferenciados.

A primeira distinção básica entre as duas realidades – o carácter anónimo ou o conhecimento da autoria –, nem sempre é de fácil percepção. Há uma tendência natural e irreversível, acentuada pelo decorrer do tempo e pelo grau de intensidade de uso, para que o nome do autor das *sententiae* mais utilizadas seja esquecido.

A *sententia* tem uma autoria marcada inclusivamente por ser parte integrante do texto onde está inserida, mas as suas características próprias permitem que possa ser actualizada a qualquer momento por uma infinidade de utilizadores virtuais. Assim, gera-se uma tensão permanente entre o carácter universal da *sententia*, apta a ser extraída e utilizada fora do seu contexto original por qualquer falante em múltiplas situações diferenciadas, e a pretensão de originalidade que pode existir da parte do autor. No fundo, é possível até que algumas *sententiae* se transformem em *prouerbia*:

⁵ Cf. F. DI CAPUA (1946), *passim*; F. BIVILLE (1999), 17-19.

⁶ Apresentam-se as definições dadas por F. BIVILLE (1999), 17-19, para enunciado sentencioso e enunciado proverbial. Veja-se também as definições propostas por G. CALBOLI (1999), 50-51 e A. ORLANDINI (1999), 75-76.

La frontière entre proverbe anonyme et sentence d'auteur est fragile; paradoxalement, plus la sentence tranche sur la production ordinaire et plus elle a des chances de passer en proverbe: l'anonymat des proverbes guette et engloutit tout énoncé sentencieux particulièrement apte à la réitération et où le sujet de l'énonciation première, l'auteur, s'effacera au profit d'une infinité d'utilisateurs virtuels.⁷

Por outro lado, os autores são livres de incorporarem nas suas obras os *prouerbia*, podendo dar-lhes mesmo uma forma renovada e, assim, apropriar-se em certa medida da sua autoria. A iniciativa da incorporação de enunciados proverbiais sob o nome de um determinado autor pode, por incrível que isso possa parecer à primeira vista, nem partir desse mesmo autor. De facto, a Antiguidade Greco-latina apresenta alguns exemplos sobejamente conhecidos de determinadas colecções de textos gnómicos que circulavam sob a autoria de um determinado indivíduo, ainda que este não fosse, no todo ou em parte, o seu verdadeiro autor. Esta questão será objecto, mais adiante, de um tratamento particular da nossa parte.

Mencionam-se, desde já, a título exemplificativo, três das mais significativas recolhas destes textos, ou seja, a famosa colecção de monósticos de (ou atribuída a) Menandro, as *Sententiae* de Publílio Siro, conhecidas durante séculos como *Prouerbia Senecae*, e os celebérrimos *Disticha Catonis*, atribuídos à figura marcante de Catão Censor. Nestas três famosas recolhas de textos de carácter gnómico encontram-se sob a autoria de Menandro, de Publílio Siro (Séneca) ou de Catão muitos versos sentenciosos cuja autoria não lhes pode ser, pelo menos na totalidade, directamente atribuível. Se em determinados casos será possível saber quem terá sido o autor de alguns desses versos, em muitos outros será completamente impossível apurar a respectiva autoria. Tratava-se de colecções abertas que foram recebendo ao longo do tempo novas contribuições de origem diversificada, a coberto de uma tradição muito forte que atribuía a autoria dos textos a figuras com uma *auctoritas* universalmente reconhecida.

A *auctoritas* inerente à *sententia* radica, em primeiro lugar, num processo de transferência da imagem do seu hipotético ou verdadeiro autor. O indivíduo que pronuncia uma *sententia* como que toma o lugar do seu autor, passando a estar investido das elevadas qualidades morais e intelectuais que são comumente reconhecidas pela sociedade a essa figura prestigiada. De facto, a pessoa que enuncia uma *sententia* é, com bastante frequência, se bem que não necessariamente, alguém com reconhecido poder.

⁷ F. DESBORDES (1979), 68.

Não é por demais acentuar que a própria palavra *sententia* surge desde sempre associada a contextos e a personalidades que lhe conferem uma autoridade acrescida mesmo em determinados contextos em que adquire uma feição muito mais específica. Assim, na vida política, encontra-se a *sententia senatoria*, ou seja, uma proposição emitida por um senador com base na qual se pode proceder à redacção de um *senatusconsultum*. No campo judicial, a *sententia*, de modo significativo, é a expressão máxima da autoridade de um tribunal como resolução definitiva de um processo litigioso entre duas partes.

Como é perceptível, a palavra *sententia*, independentemente dos vários significados que assume, está intimamente associada a figuras com uma autoridade reconhecida quer sejam os senadores, os juízes ou os poetas. Este processo associativo talvez tenha contribuído também para promover a força da *auctoritas* das *sententiae* extraídas das obras dos autores consagrados, imprimindo-lhes um certo carácter solene e mesmo técnico⁸.

No entanto, mais do que em características exógenas, convém procurar as marcas distintivas do código genético do enunciado proverbial-sentencioso na descrição dos traços linguísticos, morfossintácticos e semânticos que lhe são próprios. Impõe-se, por isso, uma breve reflexão sobre os traços que individualizam e caracterizam este tipo de enunciados, que constituem, no fundo, uma das razões justificativas da sua popularidade na Antiguidade Greco-latina⁹.

O sujeito de um *proverbium* ou de uma *sententia* não pode reenviar a um indivíduo particular mas a uma classe. Estão assim liminarmente excluídos desta função os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas não-genéricos e o indefinido *quidam*. O vocabulário destes enunciados está marcado pela generalidade, visível no uso recorrente de termos gerais e abstractos, de indefinidos, do pronome relativo genérico *qui* (= *quicumque*) ou de advérbios como *semper* ou *numquam*.

Nota-se igualmente, no que concerne ao emprego dos tempos, uma preferência evidente pela asserção no presente, se bem que tempos como o futuro gnómico ou o perfeito gnómico não estejam postos de parte. O predicado de um enunciado sentencioso ou proverbial é ‘a-temporal’, pois não possui localização dítica na estrutura temporal. Na verdade, é a generalidade que permite, na prática, que estes enunciados sejam actualizados por qualquer falante virtual.

⁸ Cf. P. PARÉ (2002), 284-285.

⁹ Para uma análise pormenorizada das características morfossintácticas e semânticas dos enunciados sentenciosos e proverbiais, cf. F. DESBORDES (1979), 74-85; A. ORLANDINI (1999), 77-84.

No caso das *sententiae*, obtém-se assim um duplo reforço do seu poder persuasivo. Estabelece-se, por um lado, uma relação entre a prestigiada figura do autor da *sententia*, aquele que a utiliza e o próprio enunciado. Veja-se, no plano hipotético, o funcionamento deste mecanismo, sempre que um determinado falante enuncia um dos dísticos de Catão. O indivíduo que formula o enunciado encontra em Catão, o seu suposto autor, uma figura que empresta ao enunciado e, de alguma forma, a si próprio a garantia do seu nome enquanto personalidade reconhecida publicamente pela sua autoridade moral.

O ouvinte/leitor admite, deste modo, quase sem disso ter consciência, a validade do conteúdo do dístico, associando as qualidades do autor da *sententia*, neste caso de Catão, às do indivíduo que a está a formular. Por outra parte, a generalidade própria do enunciado sentencioso torna possível que o seu ouvinte/leitor infira que o indivíduo que formula a *sententia* está de acordo com a opinião emitida, enquadrando num segundo momento a imagem do emissor em face da opinião emitida¹⁰. Este processo de transferência foi assinalado com bastante clareza por Aristóteles:

ἤθος δὲ ἔχουσιν οἱ λόγοι ἐν ὅσοις δῆλη ἢ προαίρεσις· αἱ δὲ γινώμει πᾶσαι τοῦτο ποιοῦσιν διὰ τὸ ἀποφαίνεσθαι τὸν τὴν γνώμην λέγοντα καθόλου περὶ τῶν προαιρέσεων, ὥστε, ἂν χρηστὰ ᾖσιν αἱ γινώμει, καὶ χρηστοῖθι φαίνεσθαι ποιοῦσι τὸν λέγοντα.¹¹

Têm carácter ‘ético’ os discursos que manifestam claramente a intenção do orador. Todas as máximas cumprem esta função, porque exprimem de forma geral as intenções daquele que as enuncia, de tal sorte que, se as máximas são honestas, também farão com que o carácter do orador pareça honesto.

A *sententia* e o *proverbium* têm em comum uma natureza argumentativa. A inserção deste tipo de enunciados num determinado contexto parte de uma transposição do geral para o particular, em que se procura aplicar uma verdade universal a um caso particular. Aristóteles define a máxima como uma afirmação universal, afirmando que aquilo que agrada mais aos ouvintes «é ouvir falar em termos gerais daquilo que eles tinham pensado entender antes em termos particulares»¹². Dá-se assim uma associação perfeita da forma e do conteúdo assente numa finalidade eminentemente argumentativa¹³.

¹⁰ F. DESBORDES (1979), 70.

¹¹ Arist. *Rh.* 1395b. Apresenta-se a tradução portuguesa de ARISTÓTELES, *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. Lisboa, IN-CM, 1998, 153.

¹² Arist. *Rh.* 1395b.

¹³ Sobre a natureza argumentativa dos enunciados proverbiais e sentenciosos, cf. L. CALBOLI MONTEFUSCO (1999), 27-39; A. ORLANDINI (1979), 75-77, 85-88.

Foi já acentuado como as características rítmicas e prosódicas da poesia contribuem para reforçar o poder argumentativo do enunciado sentencioso¹⁴. Convalidando o que se acaba de referir sobre a natureza argumentativa das expressões proverbiais e sentenciosas, Sêneca não deixa de sublinhar que o uso da forma métrica contribui, de facto, para tornar estes enunciados particularmente eficazes:

Praeterea ipsa quae praecipuntur, per se multum habent ponderis, utique si aut carmini intexta sunt aut prosa oratione in sententiam coartata, sicut illa Catoniana: Emas non quod opus est, sed quod necesse est; quod non opus est asse carum est», qualia sunt illa aut reddita oraculo aut similia: «tempori parce», «te nosce». Numquid rationem exiges, cum tibi aliquis hos dixeris uersus?

Iniuriarum remedium est obliuio.

Audentis fortuna iuuat. Piger ipse sibi obstat.

*Aduocatum ista non quaerunt: affectus ipsos tangunt et natura uim suam exercente proficiunt.*¹⁵

Além disso, os próprios preceitos ministrados podem ter por si só muita força, se vierem, por exemplo, sob forma métrica ou, mesmo em prosa, sob forma de uma sentença concisa. Tal sucede, por exemplo, com as famosas máximas de Catão: “Não compres o necessário, mas apenas o imprescindível; o que não é necessário, mesmo por um tostão já é caro”; ou então com as não menos célebres sentenças oraculares, ou semelhantes: “aproveita o tempo”, “conhece-te a ti mesmo”. Porventura vais exigir justificação se alguém recitar estes versos:

O esquecimento é o remédio para as ofensas.

A fortuna protege o audaz, o medroso é um tropeço para si próprio?

Tais máximas não carecem de advogado; actuam directamente sobre as paixões, a sua utilidade nasce do facto de elas exercerem a sua acção por força da sua natureza.

As *sententiae*, tal como os *prouerbia*, são enunciados sintáctica e semanticamente autónomos. É isso que permite que as *sententiae* possam ser extraídas do texto onde originalmente estavam inseridas. Podem, assim, ser reutilizadas e reinseridas em outros contextos por qualquer falante, pois estão destituídas de qualquer marca enunciativa. Se assim não fosse, as *sententiae* dificilmente poderiam constituir-se como enunciados isolados, com sentido próprio, e serem integradas numa recolha de textos. Assim sendo, uma das principais marcas da autonomia da *sententia* é, pois, a ausência de quaisquer termos de

¹⁴ Vários investigadores se têm dedicado nas últimas décadas ao estudo das relações entre a poesia e o enunciado proverbial/sentencioso, partindo da análise de exemplos extraídos de autores greco-latinos. Cf. J. COLLART (1974), 205-212; A. LARDINOIS (1997), 213-234; E. PLANTADE (1999), 105-110; P. PARÉ (2002), 284-302.

¹⁵ Sen. *Ep.* 94.27-29. Apresenta-se a tradução de J. A. Segurado e Campos, 487-488.

ligação que façam depender directamente o enunciado sentencioso de uma determinada situação de enunciação, como muito bem explicitou Françoise Desbordes:

Dans les sentences, on ne trouve ni vérité inspirée par la nature, ni reflet de l'antique sagesse des nations, mais le dit, la parole devenue langue parce qu'elle ne relève d'aucune situation d'énonciation précise: ne parlant de rien, elle s'applique à tout; ne parlant à personne, elle s'adresse à tous.¹⁶

Assim isolada do contexto que envolveu a sua enunciação primeira, a sentença perde, igualmente, o seu vínculo aural, como se fosse anónima ou, se se preferir, propriedade colectiva. Deste modo, ocorre a saída da sentença das fronteiras estritas do texto para o macrotexto dos enunciados de tipo proverbial-sentencioso, através de um processo que implica necessariamente um uso repetido por parte dos falantes.

Do ponto de vista da teoria da comunicação, podemos afirmar que há uma colectivização da sentença favorecida pelo seu uso repetido por parte da comunidade de falantes, da qual decorre a perda do vínculo aural. Não deixa, porém, de ser verdade que cada falante, ao actualizar a sentença, está a tornar-se, nesse preciso momento, o seu autor, utilizando-a num determinado contexto específico inerente ao próprio acto da enunciação.

Autonomia e universalidade são afinal duas faces da mesma moeda, já que são estas duas características, em conjunto, que dão forma à generalidade dos enunciados proverbiais e sentenciosos.

Em jeito de conclusão, deve afirmar-se que os enunciados proverbiais e sentenciosos possuem de facto virtualidades muito particulares, que os caracterizam, por oposição à generalidade dos restantes textos, e que justificam o seu uso assaz frequente enquanto instrumento pedagógico-didáctico desde a Antiguidade Greco-latina. Assim se explicitam, a nosso ver, algumas das principais razões que estão na base do sucesso que tanto as *sententiae* como os *proverbia* alcançaram nos seus múltiplos usos, mormente naquele que nos levou a reflectir sobre esta questão, ou seja, o uso da poesia¹⁷ como instrumento pedagógico-didáctico.

¹⁶ F. DESBORDES (1979), 84.

¹⁷ Como foi referido ao longo dos dois últimos capítulos, o enunciado sentencioso e proverbial, ainda que nem sempre assim seja, tem muito frequentemente forma poética.

Capítulo 4

Colectâneas de textos sentenciosos

1. Em língua grega

A literatura de sentenças floresceu desde os alvares da poesia grega, mormente em poetas como Homero ou Hesíodo, cujas obras serviram de fonte privilegiada para um tipo de texto que viria a tornar-se bastante popular no mundo greco-romano: as gnomologias, vocábulo formado a partir do substantivo grego *γνώμη*, um derivado nominal do verbo *γινώσκω* ‘conhecer’, que a Antiguidade consagrou com o significado de ‘sentença’, ‘máxima de sabedoria’. Acrescente-se igualmente que a própria poesia assenta, com frequência, em expressões pré-existentes, como sucede no método de improvisação oral, pelo que não é de estranhar que possa constituir já por si uma espécie de embrião de utilização de expressões sentenciosas.

Na verdade, sobejam os exemplos, tanto na literatura grega como na latina, de colectâneas de sentenças geralmente em verso, cujo propósito era, de facto, inculcar nos seus leitores preceitos e reflexões de carácter ético-moral. Esta literatura de sentenças integra-se, em certa medida, na linha da poesia didáctica de carácter filosófico-moral, compartilhando ambas algumas características comuns, sendo a mais relevante a marcada intenção didáctica destes textos.

A concepção do poeta como alguém possuidor de inspiração divina e acesso privilegiado ao conhecimento favoreceu sobremaneira o desenvolvimento deste tipo de enunciado, que desde muito cedo é utilizado como instrumento pedagógico-didáctico na educação da juventude. Se o poeta é conceptualizado como educador e moralista, em grande parte o deve à recepção que as sentenças obtiveram junto dos ouvintes/leitores, nomeadamente junto daqueles que ao longo da sua formação, desde a instrução primária até ao ensino da retórica e da filosofia, as recitaram, reescreveram, memorizaram, parafrasearam, enfim, recriaram, passando a servir-se delas para o resto das suas vidas como uma espécie de repositório dos princípios ético-morais norteadores da vida em sociedade.

O enorme sucesso e divulgação que as inúmeras gnomologias granjearam na Antiguidade Clássica não é, com certeza, alheio à utilização intensiva que destes textos era feita nos vários graus de ensino. É muito provável até que a utilização das sentenças como instrumento pedagógico-didático tenha fomentado, de alguma forma, o aparecimento de cada vez mais colectâneas de sentenças, facilitando e potenciando assim a sua utilização no processo educativo.

De facto, a utilização das colectâneas de sentenças na educação, sobretudo dos jovens¹, obtém confirmação inequívoca nas referências que vários autores fazem a esse respeito. Apresentam-se, de seguida, dois passos da autoria de Platão e de Isócrates que põem em evidência esta prática comum². Com efeito, Platão é um dos primeiros a referir o hábito de recolher sentenças da obra dos poetas e de as reunir em colectâneas, por forma a poderem ser facilmente utilizadas na educação dos jovens:

Οἱ δὲ ἐκ πάντων κεφάλαια ἐκλέξαντες καί τινες ὅλας ῥήσεις εἰς ταῦτο συναγαγόντες, ἐκμανθάνειν φασὶ δεῖν εἰς μνήμην τιθεμένους, εἰ μέλλει τις ἀγαθὸς ἡμῖν καὶ σοφὸς ἐκ πολυπειρίας καὶ πολυμαθίας γενέσθαι.³

Outros há que escolhem passos marcantes de todos os poetas e reúnem a totalidade dessas passagens numa compilação, dizendo-nos que é necessário a um jovem aprendê-las de cor e retê-las na memória, se se pretende torná-lo bom e sábio pela muita experiência e erudição.

Nas suas exortações dirigidas a Níocles, Isócrates assinala que, apesar da grande importância que todos reconhecem aos conselhos dados pelos poetas, nem sempre os escutam com prazer, referindo-se de seguida ao costume de recolher sentenças da obra dos poetas, nomeadamente de Hesíodo, Teógnis e Focílides:

Σημεῖον δ' ἂν τις ποιήσαιο τὴν Ἡσιόδου καὶ Θεόγνιδος καὶ Φωκυλίδου ποίησιν· καὶ γὰρ τούτους φασὶ μὲν ἀρίστους γεγενῆσθαι συμβούλους τῷ βίῳ τῶ τῶν ἀνθρώπων, ταῦτα δὲ λέγοντες αἰροῦνται συνδιατρίβειν ταῖς ἀλλήλων ἀνοίαις μᾶλλον ἢ ταῖς ἐκείνων ὑποθήκαις. Ἔτι δ' εἴ τις ἐκλέξειε τῶν προεχόντων ποιητῶν τὰς καλουμένας γνώμας, ἐφ'

¹ Recordemos as palavras de Ésquines (3.135) reveladoras de que as sentenças aprendidas de cor durante a infância eram recordadas mais tarde e serviam de referência durante a vida adulta:

Λέξω δὲ καὶ γὰρ τὰ ἔπη· διὰ τοῦτο γὰρ οἶμαι ἡμᾶς παῖδας ὄντας τὰς τῶν ποιητῶν γνώμας ἐκμανθάνειν, ἵν' ἄνδρες ὄντες αὐταῖς χρῶμεθα.

Eu mesmo vou citar esses versos, pois julgo que, se nós aprendemos de cor na nossa infância as sentenças dos poetas, é para as aplicar uma vez chegados à idade adulta.

² A este respeito, veja-se também um passo de Xenofonte, *Mem.* 1.6.14, em que Sócrates afirma percorrer a obra dos antigos sábios para deles extrair os passos mais adequados para adquirir a sabedoria.

³ *Lg.* 811a.

αἷς ἐκεῖνοι μάλιστα' ἐσπούδασαν, ὁμοίως ἂν καὶ πρὸς ταύτας διατεθεῖεν· ἥδιον γὰρ ἂν κωμωδίας τῆς φαυλοτάτης ἢ τῶν οὕτω τεχνικῶς πεποιημένων ἀκούσαιεν.⁴

Poder-se-ia tomar como exemplo a poesia de Hesíodo, de Teógnis e de Focílides. Diz-se que eles foram os melhores conselheiros para a vida humana, mas os que dizem isto preferem seguir antes as lições que os desmentados dão uns aos outros do que os conselhos daqueles poetas. Por outro lado, se alguém escolhesse as chamadas sentenças dos poetas eminentes, nas partes em que estes mais se aplicaram, a nossa disposição face a elas seria a mesma. Com efeito, nós escutaríamos com maior agrado a mais vulgar das comédias, do que os textos elaborados com uma técnica assim tão apurada.

As gnomologias tiveram um grande desenvolvimento no período helenístico⁵, se bem que haja na literatura grega um permanente e incontornável elemento gnómico desde as suas origens. Na verdade, as colectâneas de textos gnómicos gregos inserem-se numa antiga tradição que remonta à literatura sapiencial do próximo Oriente⁶. As línguas orientais legaram-nos um conjunto de textos didácticos (*Ensinamentos de Ptahhotep*, *Ensinamentos a Kagemni*, *Ensinamentos a Amenemopet*, *Ensinamentos de Khety*, *Ensinamentos de Ani*, *Livro de Ahiquar*, *Ensinamentos de Shuruppak* e *Conselhos de sabedoria*), datáveis desde meados do terceiro milénio até ao primeiro milénio, onde normalmente são recolhidos conselhos apresentados como normas de conduta para um filho ou para um jovem discípulo. Estes preceitos são, em geral, fruto da experiência de alguém mais velho que procura assim orientar os jovens na sua vida futura. Nesta linha entroncam também os livros sapienciais do *Antigo Testamento*, como, por exemplo, os *Provérbios de Salomão* e o *Livro de Eclesiastes*⁷.

A literatura grega não foi imune a este influxo proveniente da literatura sapiencial do próximo Oriente. Ainda que os poemas homéricos sejam uma fonte abundante de *γνώμαι*, Hesíodo é considerado de forma quase unânime⁸ o *πρῶτος εὐρετής* do género didáctico e a sua obra, como vimos anteriormente, serviu de modelo aos poetas que depois dele cultivaram o mesmo género.

⁴ Isoc. 2.43-44.

⁵ Cf. T. MORGAN (1998), 120-121.

⁶ O desenvolvimento deste tema ultrapassa bastante o âmbito do nosso trabalho, pelo que se remete para dois trabalhos onde é possível encontrar ampla informação e bibliografia sobre o assunto: M. LÓPEZ SALVÁ (1994), 5-48, e P. ROOS (1984), 14-23.

⁷ Sobre a literatura sapiencial hebraica, cf. P. DERRON (1986), XXVII-XXXI.

⁸ Note-se que a partir do célebre poemeto *Certamen Homeri et Hesiodi*, já referenciado por Aristófanes no séc. V a. C., difunde-se a lenda da competição entre Homero e Hesíodo, em que o primeiro ganha vantagem ao segundo enquanto poeta sentencioso. Não obstante, Hesíodo é considerado o poeta gnómico por excelência no mundo grego-romano.

Hesíodo também é, de algum modo, o precursor das gnomologias que mais tarde viriam a ter uma ampla difusão no mundo greco-romano. A sua obra *Trabalhos e Dias* enquadra-se na matriz da literatura sapiencial do próximo Oriente na medida em que Hesíodo dá conselhos e ensinamentos ao seu irmão Perses sobre os mais variados temas desde o trabalho, passando pela vida familiar ou pela amizade, até à riqueza ou à justiça⁹. A enumeração de preceitos é, por vezes, apresentada em longas séries de sentenças, fazendo lembrar a organização interna das gnomologias posteriores¹⁰.

O carácter gnómico bem marcado de algumas partes do poema *Trabalhos e Dias* não deixou de influenciar sobremaneira a poesia posterior, pois surgiram em circulação, pelo menos desde o séc. VI a. C., várias obras pseudo-hesiódicas de entre as quais se destaca *Os Ensinamentos de Quironte* (*Χείρωνος Ὑποθήκαι*), uma recolha das sentenças com que o centauro Quironte instruíra os seus discípulos. Este texto teve uma grande difusão na Antiguidade¹¹ e foi atribuído, durante muito tempo, ao próprio Hesíodo, mais especificamente até Aristófanes de Bizâncio, e foi considerado um dos arquétipos da literatura gnómica grega, a par com os escassos fragmentos que sobreviveram das sentenças de Focílides de Mileto¹² e de Demódoco de Leros¹³.

No séc. VI a. C., um outro poeta, contemporâneo de Focílides, integra-se, à sua maneira, nesta corrente da literatura de sentenças. Trata-se, em concreto, de Teógnis de Mégara, um reconhecido cultor da elegia de pendor gnómico ou moralista¹⁴. As *γνώμαι* assumem um papel de relevo no *Corpus Theognideum*, uma recolha de elegias com grande variedade temática que circulou sob o seu nome, embora uma grande parte fosse obra de outros poetas arcaicos como Tirteu, Mimnermo ou Sólon, que também cultivou a elegia de pendor gnómico ou moralista.

⁹ Sobre a problemática das relações da obra *Trabalhos e Dias* com a literatura sapiencial do próximo Oriente, cf. M. H. ROCHA PEREIRA (2003a), 161-162.

¹⁰ Cf. 303-382, 724-759.

¹¹ Píndaro, *P.* 6.20-27, revela conhecer esta obra. Segundo um escólio a este passo, Quironte aparece como preceptor de Aquiles, ensinando-lhe a venerar os deuses e os progenitores.

¹² Note-se que há um livro de sentenças morais, provavelmente escrito no séc. I d. C., de autor desconhecido mas atribuído, segundo a tradição, a Focílides de Mileto. Cf. PSEUDO-FOCÍLIDES, *Sentences*. Paris, Les Belles Lettres, 1986.

¹³ Cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 344. Sobre Focílides de Mileto e Demódoco de Leros, cf. F. RODRÍGUEZ ADRADOS (1988), 164-165.

¹⁴ Sobre a integração de Teógnis de Mégara na tradição da literatura sapiencial, cf. o estudo de A. PERETTI (1953). Veja-se também o trabalho de F. MALTOMINI (2003), 203-224, que revê em alguns aspectos o estudo de A. PERETTI, sobretudo à luz de uma reavaliação de alguns textos papiráceos.

Malgrado a complexa questão da autoria das composições da colectânea, é inegável que Teógnis apresenta uma série de reflexões gerais sobre a sua experiência pessoal da vida, procurando assim orientar o jovem Cirno com conselhos reveladores de uma moral prática e utilitarista, segundo transparece das próprias palavras que dirige ao seu jovem amigo:

Σοὶ δ' ἐγὼ εὖ φρονέων ὑποθήσομαι, οἶά περ αὐτός,
Κύρν', ἀπὸ τῶν ἀγαθῶν παῖς ἔτ' ἐὼν ἔμαθον·
πέπνυσο, μηδ' αἰσχροῖσιν ἐπ' ἔργμασι μηδ' ἀδίκουσιν
τιμὰς μηδ' ἀρετὰς ἔλκεο μηδ' ἄφενος.
ταῦτα μὲν οὕτως ἴσθι· κακοῖσι δὲ μὴ προσομίλει
ἀνδράσιν, ἀλλ' αἰεὶ τῶν ἀγαθῶν ἔχεο·
καὶ μετὰ τοῖσιν πῖνε καὶ ἔσθιε, καὶ μετὰ τοῖσιν
ἴζε, καὶ ἄνδανε τοῖς', ὧν μεγάλη δύναμις.
ἐσθλῶν μὲν γὰρ ἅπ' ἐσθλὰ μαθήσεται· ἦν δὲ κακοῖσιν
συμμίσγηις, ἀπολεῖς καὶ τὸν ἐόντα νόον.
Ταῦτα μαθὼν ἀγαθοῖσιν ὁμίλει, καὶ ποτε φήσεις
εὖ συμβουλευεῖν τοῖσι φίλοισιν ἐμέ.¹⁵

Por ser teu amigo, ó Cirno, é que te vou dar estas normas, que eu mesmo,
sendo criança, aprendí com homens de bem.
Sê sensato, não busques honras, mérito, abastança,
em actos vergonhosos ou injustos.
Fica sabendo bem: não andes em companhia
de homens perversos, mas convive sempre com os bons.
Com estes debes beber, comer, abancar, e agradar
àqueles cujo poder é grande.
Pois é com os bons que aprenderás o bem, e, se com os maus
te misturas, perderás até o teu espírito.
Fixa isto, e convive com os bons. Um dia
dirás que eu aconselho bem os meus amigos.

A poesia constitui o meio privilegiado para a expressão da literatura gnómica, de uma forma quase exclusiva, no período arcaico e clássico. Não surpreende, por isso, que as primeiras colectâneas de sentenças de que há conhecimento na literatura grega sejam formadas a partir de sentenças em verso. O estatuto do poeta na Antiguidade e as virtualidades inerentes à poesia, em geral, e às *γνώμαι*, em particular, justificam de alguma forma que assim seja. O facto de a poesia ter surgido antes da prosa terá contribuído também para que os textos poéticos constituam a principal fonte das recolhas de sentenças.

¹⁵ Thgn. 1.27-38. Apresenta-se a tradução de M. H. ROCHA PEREIRA (2003b), 167-168.

No entanto, a tradição gnomológica grega em prosa não pode ser considerada despicienda, antes pelo contrário, já que integra várias recolhas de máximas, que circulavam com bastante frequência no mundo grego¹⁶.

Ainda que a fronteira entre os vários tipos de colectâneas não possa ser traçada de uma forma absoluta, Pierre Derron veio propor uma classificação das gnomologias assente em três tipologias distintas: as gnomologias propriamente ditas, isto é, os florilégios que recolhem sentenças de diversos autores (*e. g. Florilégio* de Estobeu); as colectâneas de sentenças que são transmitidas sob um nome emprestado (*e. g. Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro); e as obras autênticas ou apócrifas escritas por um único autor (*e. g. Iambos* de Cares)¹⁷.

Não é possível estabelecer limites rígidos entre os três tipos, dada a extrema dificuldade em aferir, em certos casos, em qual destas tipologias se enquadra uma determinada gnomologia. A título de exemplo, uma colectânea que circula sob um nome emprestado pode incluir sentenças de variados autores; de outro modo, pode suceder que essa colectânea de sentenças, que é transmitida sob um nome emprestado, integre algumas sentenças atribuíveis, de facto, a esse mesmo autor, às quais se foram acrescentando outros textos semelhantes das mais variadas proveniências. Mesmo em relação às obras escritas por uma única pessoa, subsistem muitas vezes dúvidas sobre onde acabam as reminiscências de outros textos do mesmo género e onde começa a criatividade do autor.

A criação destas colectâneas, pela enorme liberdade de escolha de textos que comporta, permite uma rápida adaptação às novas doutrinas filosóficas e pedagógicas, constituindo muitas vezes uma forma rápida e eficaz de difundir o pensamento de um autor ou de uma escola filosófica. É inegável que a circulação destas recolhas de sentenças colocou à disposição dos leitores, em particular de todos aqueles que estavam envolvidos no processo educativo, um grande número de textos, extraídos de variadíssimas obras.

¹⁶ Apesar de se prestar uma atenção particular às recolhas de sentenças em verso, por força do tema específico da dissertação, não podem deixar de ser referidas algumas das recolhas de máximas em prosa. Assim, convém indicar, já nos finais do séc. V a. C., as máximas de Demócrito de Abdera, a recolha de máximas atribuídas aos Sete Sábios, compilada em finais do séc. IV a. C. por Demétrio de Falero, as máximas pitagóricas recolhidas por Aristóxeno de Tarento, as sentenças em prosa atribuídas quer a Epicteto quer a Mósquion, os aforismos de Hipócrates, o *Manual* de Epicteto, as *Κύρια δόξαι* de Epicuro, os *Apotegmas* de Plutarco ou o *Florilégio* de Estobeu, uma enorme recolha tardia tanto de sentenças em verso como em prosa. Para uma análise mais pormenorizada destas obras, cf. P. DERRON (1986), XII-XXII ; R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 346-348.

¹⁷ Cf. P. DERRON (1986), XIII.

Estes textos, de outra forma, dificilmente estariam acessíveis à generalidade das pessoas, em particular as que estavam afastadas dos grandes centros culturais. O conhecimento dos autores é obtido, com muita frequência, não através da leitura integral das obras mas pelo simples acesso aos excertos das mesmas, que as gnomologias haviam incorporado. Trata-se de uma prática comum e bastante enraizada que marcou inclusivamente a própria dinâmica da transmissão dos textos, a ponto de não serem raras as vezes em que, de um determinado escritor, apenas foram transmitidos os passos das suas obras constantes nas colectâneas de sentenças.

Neste sentido, não deixa de ser bastante representativo o facto de nos papiros do Egipto greco-romano, relacionados com o âmbito escolar, terem sobrevivido mais textos de carácter gnómico do que qualquer outro tipo de literatura, a julgar pelas palavras abalizadas da investigadora Teresa Morgan:

In schoolhands more texts of gnostic sayings survive than fragments of any other literature or any kind of exercise: about 250 quotations. They display the full range of schoolhands and appear to have been used at every stage of enkyklios paideia from elementary reading and writing to rhetorical exercises.¹⁸

Com efeito, as colectâneas de sentenças circularam e proliferaram por todo o mundo de língua grega até ao final do período bizantino, assumindo diversas formas de organização interna desde a selecção temática ou por autores até à simples ordenação alfabética¹⁹. À medida que as gnomologias vão servindo cada vez mais para edificação dos leitores, facto particularmente notório no período bizantino, e que as sentenças são lidas apenas pelo que representam por si mesmas, nota-se uma preocupação menor com a forma como estão organizadas²⁰.

A partir da época helenística, as colectâneas de sentenças adquirem uma divulgação e uma importância nunca antes alcançada, em grande medida porque passam a constituir um dos instrumentos pedagógico-didácticos mais importantes desde a instrução mais básica até àquela que era ministrada nas escolas de retórica e de filosofia, como é possível avaliar,

¹⁸ Cf. T. MORGAN (1998), 122. No mesmo estudo, cf. o quadro n.º 6 (pp. 298-299), para uma análise pormenorizada da distribuição dos textos gnómicos de uso escolar no tempo e no espaço; e o quadro n.º 14 (p. 312) com a distribuição geral do número e tipos de textos escolares existentes nos papiros do Egipto greco-romano.

¹⁹ Sobre as formas de organização interna das gnomologias, cf. P. DERRON (1986), XXIII; R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 349.

²⁰ Cf. J. W. B. BARNS (1950), 126-137; *IDEM* (1951), 1-19.

na prática, pelo interessante e significativo exemplo oferecido pelos papiros do Egipto greco-romano.

Quase em simultâneo ao aparecimento destas recolhas de sentenças retiradas da obra de poetas consagrados, assiste-se a um novo fenómeno que constitui também uma prova evidente do enorme sucesso alcançado pelas gnomologias. Ao lado das compilações de sentenças extraídas da obra de poetas surge também, por parte de alguns autores, a produção específica de sentenças à imagem daquelas que eram recolhidas, com vista a formar novas colectâneas. As gnomologias ganham assim um estatuto próprio, uma autonomia que vai permitir passar da simples recolha de versos para a produção objectiva desses mesmos versos. Já não se pode falar apenas de obras que reúnem sentenças retiradas da obra de um ou de vários autores, pois passa a haver quem se dedique, especificamente, à composição dessas mesmas sentenças.

Já antes foi referido que a compilação de gnomologias assumiu um papel de grande relevo sobretudo a partir do período helenístico. Crisipo, o grande divulgador e teorizador das doutrinas estóicas, teve muito provavelmente um papel bastante importante na composição e na divulgação das colectâneas de sentenças²¹. Apesar de não haver senão simples referências às suas múltiplas obras, que infelizmente se perderam²², tudo leva a crer que este filósofo estóico ou algum dos seus discípulos terá feito uma grande recolha de sentenças de poetas e prosadores, que exerceu uma grande influência sobre muitas das gnomologias posteriores. De facto, Crisipo é considerado pelos investigadores como um dos primeiros compiladores de gnomologias²³, e os diferentes temas abordados por ele terão servido de referência nomeadamente quanto à forma como Estobeu, no séc. V. d. C., organizou o seu amplo *Florilégio*²⁴.

²¹ Sexto Empírico afirma que o filósofo estóico fazia um uso recorrente das sentenças dos poetas, em particular de Eurípides, nas suas obras.

²² Cf. a referência que Diógenes Laércio (7.202) faz a algumas das inúmeras obras que são atribuídas a Crisipo.

²³ Deve-se a A. ELTER (1893), I, 17, o investigador alemão que lançou as bases do estudo das gnomologias gregas, a afirmação de que Crisipo teria sido o primeiro compilador de gnomologias. De acordo com P. DERRON (1986), XIV, esta afirmação deve actualmente ser relativizada, já que as descobertas papiráceas vieram demonstrar que as colectâneas de sentenças de poetas já circulavam antes de Crisipo.

²⁴ Cf. P. DERRON (1986), XVII; R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 353.

A tradição atribuiu ao poeta cómico Epicarmo de Siracusa uma colectânea de sentenças²⁵ em tetrâmetros trocaicos catalécticos, que já Ateneu de Náucratis declarava apócrifa, atribuindo-a a um tal Axiopisto de Locros ou de Sícion, talvez do séc. IV a. C.²⁶. Esta colectânea de sentenças teve uma popularidade bastante grande a ajuizar pelo número de vezes que é citada e pelos vários papiros em que se encontra inscrita²⁷, tendo mesmo servido de modelo ao poema didáctico *Epicharmus* de Énio. A recolha formou-se, decerto, a partir de um núcleo de sentenças original da autoria do próprio Epicarmo, a que se teriam juntado outras de proveniência diversa, não sendo de excluir que algumas possam ser mesmo da autoria do já referido Axiopisto²⁸.

O poeta gnómico Cares, no séc. IV a. C, compôs um conjunto de preceitos morais²⁹, em trímetros iâmbicos, dirigidos a um jovem, onde há um notório paralelismo com alguns passos da *Epístola a Demonico* do Pseudo-Isócrates. Algumas destas sentenças, inspiradas na parénese popular e retórica da época³⁰, foram incluídas na colectânea *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro, ainda que se distingam das restantes por serem compostas por dois ou, por vezes, mais versos³¹.

Menandro encontra-se entre os poetas gregos que mais popularidade tiveram na Antiguidade Clássica. A esse respeito, convém recordar a conhecida observação de Plutarco que, ao comparar as qualidades de Aristófanes e de Menandro, considera este último como um dos autores gregos mais bem recebidos pelo público, quer fosse no âmbito da leitura, da educação ou do teatro³².

²⁵ Vide a recente edição crítica dos fragmentos do poeta siracusano a cargo de L. RODRÍGUEZ-NORIEGA GUILLÉN (ed.), *Epicarmo de Siracusa. Testimonios y fragmentos*. Edición crítica bilingüe. Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1996. P. CARRARA (2003), 183-186, discute os vários problemas colocados pelos *Pseudepicharmea*, baseando-se na análise crítica de vários fragmentos papiráceos.

²⁶ Ath. 648d.

²⁷ Para uma análise exaustiva dos autores que citam a colectânea e dos papiros que a recolhem, cf. M. FERNÁNDEZ GALIANO (1988), 851-852.

²⁸ Cf. L. RODRÍGUEZ-NORIEGA GUILLÉN (1996), XXXIII-XXXIV, e R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 345-346.

²⁹ Cf. G. A. GERHARD (ed.), *Charetos gnomai*. Heidelberg, C. Winter, 1912; E. DIEHL – D. YOUNG (eds.), *Theognis, Ps.-Pythagoras, Ps.-Phocylides, Chares, Anonymi Aulodia, Fragmentum Teliambicum*. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1998. Importa referir o recente estudo de P. CARRARA (2003), 177-183, em que se analisam os inúmeros e difíceis problemas colocados pelos reduzidos fragmentos das *Κάρητος Γνώμαι* que a tradição literária fez chegar aos nossos dias.

³⁰ Cf. P. DERRON (1986), XXI.

³¹ Sobre a inclusão de algumas sentenças de Cares na gnomologia atribuída a Menandro, cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 346 e 437-438, com a apresentação da tradução castelhana das referidas sentenças, e P. CARRARA (2003), 182-183.

³² *Mor.* 854a.

Uma particularidade, porém, contribuiu decisivamente para dar uma enorme projecção à sua obra e à sua figura enquanto poeta dramático: a forma como se distinguiu pelo uso recorrente e oportuno das *γνώμαι* nas comédias. De facto, a fama imensa que o comediógrafo granjeou como autor de sentenças motivou a difusão e, em parte, a transmissão da sua obra, fazendo com que circulassem, sob o seu nome, colectâneas de sentenças que não eram, em muitos casos, de sua verdadeira autoria.

Não se estranha, por isso, que a origem e a formação da colectânea *Γνώμαι μονόστιχοι*³³, atribuída a Menandro, esteja envolta em inúmeras interrogações, que continuam a dividir os investigadores, não sendo igualmente possível descrever em pormenor as várias etapas por que passou a sua transmissão³⁴.

Certos autores pensam que a colectânea se terá formado a partir de um núcleo original de sentenças extraídas das comédias de Menandro, ao qual se foram acrescentando paulatinamente outros textos de autoria diversa³⁵. Outros, pelo contrário, estão convencidos de que as colectâneas de sentenças de Menandro terão sido constituídas a partir de gnomologias com sentenças de vários autores, ordenadas em primeiro lugar por temas, e mais tarde alfabeticamente, tal como parecem indiciar as citações de Menandro feitas por Estobeu no seu *Florilégio*³⁶.

A existência das colectâneas de sentenças atribuídas a Menandro está atestada, através de um papiro, pelo menos desde o séc. II d. C., embora seja bastante plausível que,

³³ Nos últimos quarenta anos, a colectânea de sentenças atribuída a Menandro tem sido objecto de várias edições críticas, traduções, estudos e comentários. Para uma análise do estado da questão, cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (eds.), *Proverbios griegos. Menandro Sentencias. Introducciones, traducción y notas*. Madrid, Gredos, 1999, 337-495. A edição de referência continua a ser S. JAEKEL, *Menandri Sententiae. Comparatio Menandri et Philistionis*. Lipsiae, Teubner, 1964, ainda que posteriormente tenham surgido novos textos papiráceos comentados e traduzidos ao castelhano por R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 412-436. Acaba de ser publicada mais uma edição crítica das *Γνώμαι μονόστιχοι*, que não pudemos consultar, com introdução, comentários e tradução para o grego moderno – V. LIAPIS (ed.), *Menandrou Gnomai monostichoi. Eisagôgê, metaphrasê, scholia*. Athens, Stigme, 2002. Esta edição foi objecto de uma recensão crítica de A. K. PETRIDES, com edição electrónica na *Bryn Mawr Classical Review*, que pode ser consultada no sítio <http://ccat.sas.upenn.edu/bmcr/2003/2003-04-11.html>.

³⁴ Cf. M. S. FUNGHI (2003), 1-137. Trata-se de um volume das actas de um seminário subordinado ao tema «Aspetti e forme di tradizione letteraria sentenziosa nel mondo antico», cuja primeira parte reúne vários estudos (da autoria de M. S. FUNGHI, M. C. MARTINELLI, M. J. LUZZATO, S. AZZARÀ, S. PERNIGOTTI, P. BETTILOLO, M. MORANI e C. PERNIGOTTI) sobre as *Sententiae* de Menandro, subordinados a três grandes áreas temáticas: «L'apporto dei papiri alla tradizione dei Monostichi: un bilancio e nuove prospettive», «Influenze e contatti», e «Le vie di trasmissione dei Monostichi».

³⁵ Cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 358.

³⁶ Cf. W. GÖRLER (1963), 102-149; P. DERRON (1986), XIX.

muito tempo antes, já circulassem as referidas colectâneas³⁷. Os papiros do Egipto greco-romano constituem, uma vez mais, um testemunho de suma importância, já que as sentenças de/ou atribuídas a Menandro ocupam um lugar de primeira grandeza entre o número considerável de textos gnómicos neles inscritos³⁸.

Não deixa de ser bastante significativo o facto de que cerca de três quartos dos fragmentos de Menandro, que foram transmitidos por tradição indirecta, sejam sentenças. Não fossem as relativamente recentes descobertas de textos papiráceos com partes bastante significativas de algumas comédias de Menandro e, deste autor, pouco mais restava que as sentenças integradas nas gnomologias. As últimas descobertas neste campo têm, aliás, permitido concluir, por comparação, que as sentenças recolhidas nas gnomologias possuem, não raras vezes, sentidos diferentes daqueles que tinham quando estavam integradas no contexto da comédia original³⁹.

Além disso, nota-se também, com relativa frequência, que existe uma certa discrepância entre os textos tal como se encontram na obra original ou nos florilégios, o que é perfeitamente compreensível, pois as sentenças, fora do seu contexto primitivo, adquirem um funcionamento próprio, passando a estar destituídas de qualquer marca enunciativa. Como se procurou demonstrar anteriormente, as *sententiae* são enunciados sintáctica e semanticamente autónomos, o que implica a necessidade de frequentes adaptações e regularizações operadas sobre o texto original, por forma a permitir a sua conversão integral em enunciados conformes às marcas próprias e distintivas do género sentencioso.

Convém ainda acrescentar que alguns dos manuscritos que contêm as *Γνώμαι μόνόστιχοι*, atribuídas ao famoso comediógrafo grego, incorporam também a *Comparatio Menandri et Philistionis*, um texto mais tardio em que Menandro e o mimógrafo Filistion de Niceia, contemporâneo de Augusto, travam supostamente um verdadeiro duelo literário de sentenças⁴⁰.

Entre as inúmeras obras que foram atribuídas a Pitágoras, encontram-se os *Versos de ouro*, uma colectânea de sentenças morais e religiosas escritas no metro por excelência da

³⁷ Cf. K. KALBFLEISCH (1928), 100-103.

³⁸ Cf. T. MORGAN (1998), 122-123.

³⁹ Cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 357-358.

⁴⁰ Cf. R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 360 e 439-470, com a tradução castelhana das referidas sentenças.

poesia didáctica – o hexâmetro dactílico⁴¹. Esta obra mantém uma relação de proximidade com a poesia didáctica, adquirindo um carácter arcaizante e solene que lhe é transmitido pelo uso do mesmo metro e pela atribuição da autoria a uma figura célebre do passado⁴². O autor anónimo⁴³ desta obra, que costuma datar-se no séc. II a. C.⁴⁴, ter-se-á servido, muito provavelmente, de fragmentos dos livros sagrados (*Ἱερὸς λόγος*), que continham a doutrina atribuída a Pitágoras, aos quais terá acrescentado outras sentenças da sua própria autoria.

A colectânea possui uma certa unidade, o que faz supor ter sido, com grande probabilidade, obra de um único autor e não uma simples recolha. Trata-se de um conjunto de sentenças que reflectem uma moral prática, às quais se seguem algumas outras de carácter religioso. Conservam-se uns comentários a este texto, de uma época já tardia, da autoria de Hiérocles de Alexandria, aliás, a única obra deste autor do séc. V d. C. que chegou completa até ao presente⁴⁵.

Deve-se muito provavelmente a um judeu helenizado a autoria de uma outra recolha de sentenças, que circulou na Antiguidade Greco-latina sob o nome de Focílides⁴⁶. Esta colectânea de sentenças em hexâmetros dactílicos foi composta durante o séc. I a. C.. Trata-se, por certo, da obra de apenas um indivíduo, que procurou atribuir a sua autoria a um antigo poeta de reconhecido mérito e apreciado valor ético-moral e pedagógico⁴⁷.

Focílides de Mileto, que aliás ficou conhecido como um dos primeiros autores de sentenças no mundo grego, reunia de facto todas as condições para ser a escolha ideal do autor anónimo desta gnomologia. À semelhança do que acontece nos *Versos de Ouro*,

⁴¹ Cf. a recente edição de J. C. THORN (ed.), *The Pythagorean Golden Verses with introduction and commentary*. Leiden-New York, E. J. Brill, 1995. Esta colectânea de sentenças foi, pela primeira vez, traduzida para português, no séc. XVIII, por Luís António de Azevedo, com o título *Versos de ouro que vulgarmente andão em nome de Pythagoras* / trad. do grego por Luiz António de Azevedo. Lisboa, Regia Off. Typografica, 1795.

⁴² Cf. P. DERRON (1986), XXIII.

⁴³ Sobre os diferentes autores a quem esta colectânea foi atribuída na Antiguidade (Pitágoras, Lísis, Filolau ou Empédocles), cf. M. MEUNIER (1925), 37.

⁴⁴ Cf. H. THESLEFF (1961), 113. Esta datação da obra não é consensual entre os investigadores, já que M. UNTERSTEINER (1980), 119-120, entende pertencer ao séc. I a. C., havendo mesmo autores como A. DELATTE (1915), 44-79, que propõem o séc. III d. C..

⁴⁵ Cf. M. MEUNIER, *Pythagore. Les vers d'or. Hiéroclès. Commentaire sur les vers d'or des pythagoriciens*. Traduction nouvelle avec prolégomènes et notes. Paris, L'Artisan du Livre, 1925; H. S. SCHIBLI, *Hierocles of Alexandria*. Oxford, Oxford University Press, 2002.

⁴⁶ Cf. as duas mais recentes edições críticas com comentário e tradução de P. DERRON (ed.), *Pseudo-Phocylide. Sentences*. Texte établi, traduit et commenté. Paris, Les Belles Lettres, 1986; P. W. van der HORST (ed.), *The sentences of Pseudo-Phocylides*. Leiden, Brill, 1978.

⁴⁷ Cf. P. DERRON (1986), XLVI.

vulgarmente atribuídos a Pitágoras, também o autor anónimo destas *γνώμαι* toma a decisão, por um lado, de atribuir a autoria da colectânea a uma figura de relevo do passado, e, por outro, de recorrer à forma tradicional do hexâmetro dactílico, procurando assim revestir a sua obra de uma autoridade e solenidade, que se viam, deste modo, bastante reforçadas aos olhos dos potenciais leitores/ouvintes.

As intenções pedagógico-didácticas do autor desta colectânea de sentenças são manifestas ao ponto de os investigadores colocarem a hipótese de o seu desconhecido autor ter sido um mestre-escola «*désireux de fournir à ses élèves une gnomologie adaptée à leur origine juive, sorte de catéchisme élémentaire, mais reflétant la culture dominante hellénique à laquelle ils étaient confrontés.*»⁴⁸.

As sentenças do Pseudo-Focílides denotam uma moral prática e utilitarista, voltada essencialmente para os problemas vulgares do quotidiano de qualquer mortal. O autor reserva uma atenção particular a determinados temas bastante comuns na literatura de sentenças de todos os tempos como a justiça, a caridade, a filantropia, a moderação, o casamento e a moral sexual, o trabalho e o contexto religioso e mitológico⁴⁹.

Há que referir igualmente a existência de uma colectânea cristã composta entre os anos 180 e 210 d. C. e atribuída a um tal Sexto, um autor de quem, na realidade, muito pouco se conhece⁵⁰. Parece ter estado na base desta colectânea de sentenças a mesma recolha profana de origem pitagórica que subjaz à famosa carta do filósofo Porfírio a sua mulher Marcela (*Epist. ad Marcellam*).

O enorme sucesso e difusão que tiveram as gnomologias, em particular a partir do mundo helenístico, fizeram com que fossem surgindo, cada vez com mais frequência, novas colectâneas ou mesmo recompilações de outras anteriores. O *Florilégio* de Estobeu é, sem dúvida, um dos melhores exemplos de uma extensa antologia que recolhe material diverso já contido em várias recolhas anteriores. As fontes utilizadas por Estobeu para elaborar a sua antologia remontam ao séc. III a. C., havendo quem afirme, nesse sentido, que o filósofo estóico Crisipo, um dos primeiros compiladores de gnomologias, teria sido uma das fontes do *Florilégio*⁵¹.

⁴⁸ Cf. P. DERRON (1986), L; P. W. van der HORST (1978), 72-73.

⁴⁹ Para uma análise temática pormenorizada das sentenças desta colectânea, cf. P. DERRON (1986), LI-LIX.

⁵⁰ Cf. H. CHADWICK (ed.), *The sentences of Sextus*. Cambridge, University Press, 1959; R. A. EDWARDS – R. A. WILD (eds.), *The sentences of Sextus*. Chico, Scholars Press, 1981.

⁵¹ Cf. A. ELTER (1893), I, 67-70.

Estobeu, no respeito das convenções do género, dedicou a obra ao seu filho Septímio e agrupou os inúmeros excertos, segundo uma classificação temática, em quatro livros⁵². Trata-se, de facto, de uma vasta colectânea de sentenças, tanto em verso como em prosa, elaborada no séc. V d. C., que recolhe sentenças de um leque variadíssimo de autores em número superior a quinhentos. Em certos casos, a antologia de Estobeu chega mesmo a ser a única fonte que existe para alguns dos textos nela contidos. É importante referir que entre os poetas mais vezes retratados neste florilégio se encontram os nomes de Eurípides⁵³ e Menandro, tal como acontece no conjunto dos textos gnómicos inscritos nos papiros do Egipto greco-romano.

Convém, por último, assinalar que o *Florilégio* de Estobeu, por outra parte, serviu também de fonte privilegiada às inúmeras recolhas de sentenças, que floresceram na cultura bizantina⁵⁴, onde os poetas trágicos e Menandro voltam a ocupar um lugar de destaque. As imensas gnomologias bizantinas, sujeitas em grande medida à doutrina do cristianismo, visavam a prossecução de objectivos de tipo espiritual e moral⁵⁵.

Estes florilégios podem subdividir-se em três grupos, segundo a classificação de M. Richard⁵⁶. Num primeiro grupo, encontramos um conjunto de florilégios constituídos a partir de uma obra de São João Damasceno do séc. VIII d. C.. Há que considerar, em segundo lugar, uma série de florilégios sacro-profanos, que ainda contêm excertos de autores pagãos, cujo exemplo mais conhecido é o extenso florilégio, do séc. IX d. C., falsamente atribuído a Máximo o Confessor. Por último, um terceiro grupo, ainda mais tardio, engloba os florilégios de tipo monástico.

2. Em língua latina

A popularidade das sentenças não foi menor entre os Romanos que entre os Gregos⁵⁷. A influência da cultura grega, onde a literatura gnómica de pendor marcada-

⁵² Cf. C. WACHSMUTH – O. HENSE (eds.), *Ioannis Stobaei Anthologium*. Berolini, apud Weidmannos, 1884-1912 [5 vols.].

⁵³ Sobre o papel fulcral das *γνώμαι* euripidianas na antiga tradição gnomológica grega e, em particular, no *Florilégio* de Estobeu, cf. G. W. MOST (2003), 141-175.

⁵⁴ Para uma análise mais pormenorizada e bibliografia específica sobre os florilégios bizantinos, cf. P. DERRON (1986), XVII-XVIII; M. RICHARD (1964), 457-512; R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 353-355; R. TOSI (2000), XVII-XVIII.

⁵⁵ Cf. R. TOSI (2000), XVIII.

⁵⁶ Cf. M. RICHARD (1964), 457-512.

⁵⁷ R. TOSI (2000), XIX, considera que, embora a literatura latina faça um uso alargado dos ‘proverbi’, quer sejam originais quer sejam derivados da literatura grega, não existe, todavia, um interesse científico no

mente ético-moral sempre ocupou um lugar destacado, fez-se sentir desde os primórdios da civilização latina. Ora, este género de literatura não constitui evidentemente excepção no quadro dessa influência, ainda para mais quando se trata de um tipo de textos, em que parece haver um fundo comum com temas e formas muito recorrentes que vai sendo tratado, moldado e, por vezes, reelaborado pelos vários autores ao longo dos tempos⁵⁸. Por isso, pode afirmar-se, sem margem para dúvidas, que a literatura gnómica grega exerceu uma influência decisiva, a todos os níveis, sobre a sua congénere latina.

Os investigadores, porém, deixam entender a existência de uma diferença importante na forma como a tradição romana encara este tipo de literatura. É um facto que os Romanos, à semelhança dos Gregos, usavam as sentenças extraídas, em grande medida, das obras literárias, tanto dos poetas como dos prosadores, com uma intenção didáctica. No entanto, estava enraizada na cultura romana uma tradição bastante forte que promovia a recolha dos ditos e feitos das figuras ilustres do passado com vista à sua utilização enquanto referências modelares aptas a servir, tal como as sentenças, como instrumento pedagógico-didáctico no processo educativo. Eis a forma inequívoca como Teresa Morgan assinala a predisposição característica dos Romanos para este tipo de textos:

The Roman tradition of ethical literature, both within and outside education, differs somewhat from the Greek. The Romans did use gnomic sayings, many from literature, but there was a stronger tradition of looking to the words and deeds of great men of the past for values and instruction.⁵⁹

Quintiliano considera as sentenças literárias, os ditos populares e a história romana como as fontes por excelência da instrução dos jovens. No entanto, este autor tinha a percepção exacta tanto do gosto particular dos Romanos pelos exemplos fornecidos pelas figuras ilustres do passado, como da importância que esses mesmos exemplos podiam assumir enquanto modelos educativos com uma eficácia enorme, tal como as suas palavras deixam perceber com clareza:

An fortitudinem, iustitiam, fidem, continentiam, frugalitatem, contemptum doloris ac mortis melius alii docebunt quam Fabricii, Curii, Reguli, Decii, Mucii

seu confronto, semelhante ao que existia na Grécia. Por isso, entende que no mundo romano não existe uma verdadeira e própria tradição paremiológica.

⁵⁸ P. DERRON (1986), XIV.

⁵⁹ T. MORGAN (1998), 144.

*aliique innumerabiles? Quantum enim Graeci praeceptis ualent, tantum Romani, quod est maius, exemplis.*⁶⁰

A coragem, a justiça, a lealdade, a temperança, a moderação, o desprezo pela dor e pela morte, haverá porventura outros que melhor os ensinam que os Fabrícios, os Cúrios, os Régulos, os Décios, os Múcios e muitos outros sem conta? Com efeito, tanto valem os Gregos pelos preceitos, quanto os Romanos, o que é mais importante, pelos exemplos.

Ainda que esta tendência não seja exclusivamente romana, pois já os Gregos haviam dado importância à exemplaridade de figuras históricas ilustres⁶¹, é um facto que no mundo romano estes textos adquirem um renovado interesse⁶². A obra *Facta et dicta memorabilia* de Valério Máximo é talvez a expressão máxima deste gosto pela evocação dos ditos e feitos de figuras históricas do passado, mas já antes Catão Censor tinha revelado uma particular predilecção por esta temática.

De facto, há notícia de que Catão terá composto uma colectânea de ditos célebres de vários autores designada por *apophthegmata*, da qual Cícero nos dá um dos melhores testemunhos:

*Duplex omnino est iocandi genus: unum illiberale, petulans, flagitiosum, obscenum; alterum elegans, urbanum, ingeniosum, facetum. Quo genere non modo Plautus noster et Atticorum antiqua comoedia, sed etiam philosophorum Socraticorum libri referti sunt, multaque multorum facete dicta, ut ea quae a sene Catone collecta sunt, quae uocant ἀποφθέγματα.*⁶³

Ao todo, há dois modos de gracejar: um é vulgar, provocador, escandaloso, grosseiro, o outro distinto, urbano, espirituoso, elegante. Neste género inscrevem-se não só o nosso Plauto e a comédia antiga dos Gregos mas também os livros dos filósofos socráticos, e muitos ditos graciosos de muitos, tal como os que foram coligidos pelo velho Catão, que se chamam apotegmas.

Com efeito, é um dado adquirido que na época de Cícero já circulavam colecções de ditos exemplares atribuídos, verdadeira ou supostamente, à lendária figura de Catão⁶⁴. É possível rastrear na obra de Catão alguns dos *dicta* e *exempla* catonianos a que aludem

⁶⁰ Quint. *Inst.* 12.2.30.

⁶¹ No que toca a esta questão, convém recordar o exemplo paradigmático de Plutarco, cuja vasta obra apresenta imensos casos de recolhas, mais ou menos sistemáticas, de ditos e feitos de individualidades históricas gregas e romanas.

⁶² Cf. Cic. *Rep.* 1.36.

⁶³ Cic. *Off.* 1.104.

⁶⁴ Entre os vários autores que testemunham, directa ou indirectamente, a existência desta obra de Catão, encontram-se Cic. *De or.* 2.256; Cic. *Off.* 1.104; Hor. *S.* 1.2.31; Plu. *Cat. Ma.* 2.6.

Cícero, Horácio e sobretudo Plutarco na sua biografia do célebre cônsul romano (*Μάκρος Κάτων*).

Contudo, uma parte desses textos, é lícito inferi-lo, não devia ser autêntica, pois a fama granjeada por Catão no mundo romano, como em tantos outros casos similares, fez com que lhe fossem sendo atribuídos, com o decorrer do tempo, textos que não eram da sua autoria mas que a tradição, com relativa facilidade, tomou por autênticos.

Este processo verdadeiramente imparável e nem sempre linear, que associa textos autênticos a outros que o não são, constitui na realidade o cadinho em que se fundem materiais de natureza e origem diversificada, dando assim origem à formação das colectâneas de textos sentenciosos. Além disso, convém ter em conta a enorme fluidez com que este material circulava, sendo bastante provável que acabassem por se misturar textos de origem, natureza e forma variada desde as *sententiae* propriamente ditas, às anedotas, aos *exempla* ou aos apotegmas.

Por outro lado, existe também notícia de que os *Facete dicta* de Cícero foram organizados em três livros e publicados com grande probabilidade pelo seu secretário, o liberto Tirão⁶⁵. Apesar de esta obra se ter perdido quase por completo, todavia, sobreviveram alguns fragmentos entre as sentenças de autores tardios⁶⁶. Quintiliano é um dos primeiros a referir-se à existência desta colectânea e ao seu provável organizador, que ele, aliás, não deixa de criticar pela forma pouco criteriosa como reuniu os *dicta* ciceronianos:

*Vtinamque libertus eius Tiro, aut alius, quisquis fuit, qui tris hac de re libros edidit, parcius dictorum numero indulissent et plus iudicii in eligendis quam in congerendis studii adhibuissent.*⁶⁷

Oxalá o seu liberto Tirão, ou outro, quem quer que tenha sido que publicou três livros sobre este assunto, tivesse sido menos condescendente com o número dos seus ditos e tivesse revelado mais sentido crítico a escolhê-los do que zelo a juntá-los.

Esta tendência para recolher em colectâneas os ditos e feitos de figuras, que se notabilizaram, por alguma razão, no passado recente ou longínquo, não impediu que circulassem em simultâneo, no mundo romano, as colectâneas específicas de sentenças gregas e

⁶⁵ Cf. Quint. *Inst.* 6.3.5 e Macr. 2.1.12. Além da recolha dos *dicta* ciceronianos feita pelo liberto Tirão, há notícia de uma outra recolha levada a cabo por Trebónio, na Hispânia, em 47 a. C., segundo testemunha o próprio Cícero, em *Fam.* 15.21.

⁶⁶ Cf. C. F. W. MUELLER (ed.), M. Tullius Cicero. *Facete Dicta* (M. Tulli Ciceronis Scripta Quae Manserunt Omnia). Lipsiae, in aedibus B.G. Teubneri, 1890, vol. 3, part. 4.

⁶⁷ Quint. *Inst.* 6.3.5.

latinas, em particular nos meios cultos e nas escolas⁶⁸. Na verdade, estes dois tipos de colectâneas de textos têm em comum o facto de terem sido utilizadas no mundo romano como uma espécie de manuais escolares⁶⁹.

O primeiro poeta latino a quem devemos a composição de *praecepta* parece ter sido Gneu Márcio⁷⁰. Seguiu-se-lhe Ápio Cláudio o Cego que ficou conhecido na tradição literária como orador e poeta gnómico. De facto, cabe-lhe a autoria de uma colectânea de *Sententiae* em versos satúrnios, da qual apenas nos restam três sentenças. Uma das sentenças que lhe é atribuída é precisamente a célebre máxima «Faber (est) suae quisque fortunae» ou «Faber unus quisque (est), ipse suae fortunae»⁷¹, dito em português, «Cada qual é obreiro da sua própria sorte».

Ficou a dever-se a Énio, conforme já foi referido, a tradução ou adaptação para a língua latina da colectânea de sentenças vulgarmente atribuída ao comediógrafo Epicarmo de Siracusa, ao que se julga saber, em versos trocaicos⁷².

Além da colectânea de *apophthegmata*, Catão Censor compôs também um *Carmen de moribus*, uma recolha de máximas pertinentes para a vida, escritas em prosa ou em verso⁷³. Estas máximas foram recolhidas da vasta obra de Catão e reunidas numa colectânea que «per il suo carattere arcaico e la versificazione probabilmente in saturnii, fu appunto detta *Carme dei costumi*»⁷⁴. Esta obra, que Catão terá dedicado ao seu filho,

⁶⁸ Cf. F. BIVILLE (1999), 12; R. TOSI (2000), XIX. Cícero revela estar familiarizado com este género de textos, quando, por exemplo, se refere à colectânea grega *Κυρίας δόξας* de Epicuro, citando a primeira das suas sentenças (*N. D.* 1.85):

Itaque in illis selectis eius breuibisque sentiis, quas appellatis «Κυρίας δόξας», haec, ut opinor, prima sententia est: Quod beatum et immortale est, id nec habet nec exhibet cuiquam negotium.

Por isso, na recolha de sentenças breves a que vós chamais «Κυρίας δόξας» encontra-se, em primeiro lugar, segundo julgo, esta sentença: ‘Um ser feliz e imortal não tem nem manifesta cuidado seja a quem for’.

⁶⁹ Cf. T. MORGAN (1998), 145.

⁷⁰ Vide a notícia de Isid. *Orig.* 6.8.12: «apud Latinos Marcius uates primus praecepta composuit. Ex quibus est illud: *Postremus dicas, primus taceas*». Cf. a edição crítica dos fragmentos do poeta Gneu Márcio feita por W. MOREL (ed.), *Fragmenta poetarum Latinorum epicorum et lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. Stutgardiae, Teubneri, ³1995.

⁷¹ Sobre as *Sententiae* de Ápio Cláudio Cego, cf. L. HERRMANN (1964), 255-259; P. ROOS (1984), 25-26.

⁷² Cf. a edição crítica e tradução para castelhano dos fragmentos de Énio elaborada por M. SEGURA MORENO (ed.), *Quinto Ennio, Fragmentos*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984. Vide também R. M. M. SÁNCHEZ-ELVIRA – F. GARCÍA ROMERO (1999), 345.

⁷³ Convém recordar que a célebre colectânea de sentenças *Disticha Catonis*, atribuída pela tradição a Catão, foi elaborada muito provavelmente apenas no séc. III d. C.. Analisar-se-á mais adiante, com particular atenção, esta famosíssima colectânea, cuja influência se fez sentir, ininterruptamente, até ao Renascimento.

⁷⁴ Cf. F. DELLA CORTE (1969), 111.

prescrevia regras de comportamento no respeito dos antigos costumes da tradição romana⁷⁵.

Não é certo, porém, que tenha sido o próprio Catão a reunir estas máximas moralizantes⁷⁶, de cuja notícia existe apenas o precioso testemunho fornecido por Aulo Gélcio, que cita, aliás, algumas das sentenças da referida obra de Catão, quando discorre sobre o significado de ‘elegantia’:

‘Elegans’ homo non dicebatur cum laude, sed id fere uerbum ad aetatem M. Catonis uitii non laudis fuit. Est namque hoc animaduertere cum in quibusdam aliis tum in libro Catonis, qui inscriptus est ‘carmen de moribus’. Ex quo libro uerba haec sunt: «Auaritiam omnia uitia habere putabant: sumptuosus, cupidus, elegans, uinosus, inritus qui habebatur, is laudabatur» [...].

Praeterea ex eodem libro Catonis haec etiam sparsim et inter cetera commemoramus: «Vestiri, inquit, in foro honeste mos erat, domi quod satis erat. Equos carius quam coquos emebant. Poeticae artis honos non erat. Si quis in ea re studebat aut sese ad convivia adplicabat, ‘crassator’ vocabatur.» Illa quoque ex eodem libro praeclarae ueritatis sententia est: «Nam uita, inquit, humana prope uti ferrum est. Si exerceas, conteritur; si non exerceas, tamen robigo interficit. Item homines exercendo uidemus conteri; si nihil exerceas, inertia atque torpedo plus detrimenti facit quam exercitio.»⁷⁷

‘Elegans’ era algo que se não dizia de alguém em jeito de elogio; pelo contrário, essa palavra, até à época de Catão, designava um defeito, não uma qualidade. É possível dar conta disto, entre outros, no livro de Catão intitulado ‘Carmen de moribus’. Desse livro são extraídas estas palavras: «Eles pensavam que a avareza comportava todos os vícios: aquele que passava por gastador, ávido, refinado, bêbado, inútil, esse era louvado» [...].

Vem-nos ainda à lembrança estas palavras do mesmo livro de Catão dispersas por aqui e por ali: «O costume era vestir-se com dignidade no foro, em casa apenas o que era necessário. Os cavalos compravam-se mais caros que os cozinheiros. A arte do poeta não era causa de glória. Se alguém se entregava a essa arte ou se fazia convidar para banquetes era chamado ‘crassator’». Nesse livro vem ainda uma sentença de uma verdade notável: «Na verdade, a vida humana é quase como o ferro. Se se trabalha, gasta-se; se não se trabalha, a ferrugem destrói-o mesmo assim. Do mesmo modo vemos que os homens se gastam a trabalhar; se nada se fizer, a inacção e o entorpecimento causam mais dano do que o trabalho.»

Catão ficou conhecido pela defesa acérrima das virtudes tradicionais romanas e pela desconfiança com que, em algumas situações concretas, encarou a influência crescente da

⁷⁵ Para uma análise pormenorizada das duas obras de Catão, *Apophthegmata* e *Carmen de moribus*, e sobretudo das *sententiae* que lhe devem ser atribuídas, cf. P. ROOS (1984), 27-40.

⁷⁶ Cf. A. S. GRATWICK (1989), 165.

⁷⁷ Gel. 11.2.1-2 e 5-6.

cultura grega sobre a latina. O Censor, porém, na redacção das suas obras, não enjeitou de modo algum socorrer-se de material recolhido dos autores gregos. De acordo com o testemunho de Plutarco, que disso dá exemplos⁷⁸, entre os textos sentenciosos de Catão havia muitos que eram traduções literais do grego:

Τὰ μέντοι συγγράμματα καὶ δόγμασιν Ἑλληνικοῖς καὶ ἱστορίαις ἐπιεικῶς διαπεποίκιλται, καὶ μεθρμηνευμένα πολλὰ κατὰ λέξιν ἐν τοῖς ἀποφθέγμασι καὶ ταῖς γνωμολογίαις τέτακται.⁷⁹

De facto, os seus escritos estão convenientemente ornamentados de máximas e histórias dos Gregos e encontram-se muitas traduções literais do grego nos seus apotegmas e nas suas sentenças.

A selecção, recolha e organização de textos sentenciosos em colectâneas revela-se inclusivamente uma actividade bastante dignificante e de reconhecido prestígio, de cujo exercício e patrocínio não estão alheados os mais altos representantes de Roma. Com efeito, a ajuizar pelas palavras de Suetónio, sabe-se que entre os vários escritos compostos por Júlio César na sua juventude se contam uns *Dicta collectanea*⁸⁰.

A Suetónio se deve também a notícia de que Augusto tinha o costume de procurar nos autores gregos e latinos *praecepta et exempla* que fossem particularmente úteis, quer à vida pública, quer à vida privada. De facto, o Príncipe estava perfeitamente consciente do valor formativo desses textos e, por isso mesmo, tinha por hábito mandá-los àqueles com quem mais de perto se relacionava. O envio dos *excerpta*, todavia, não era feito de forma indiscriminada, já que dependia de um juízo prévio do próprio Imperador que pretendia, de acordo com as circunstâncias, enviar aos seus subordinados as sentenças que, em cada momento, lhes poderiam ser mais proveitosas:

*Sed plane poematum quoque non imperitus, delectabatur etiam comoedia ueteri et saepe eam exhibuit spectaculis publicis. In euoluendis utriusque linguae auctoribus nihil aeque sectabatur, quam praecepta et exempla publice uel priuatim salubria, eaque ad uerbum excerpta aut ad domesticos aut ad exercituum prouinciarumque rectores aut ad urbis magistratus plerumque mittebat, prout quique monitione indigerent.*⁸¹

Mas, sem ser propriamente desconhecedor da poesia grega, apreciava muito a comédia antiga e, mais de uma vez, pôs em cena as peças nos espectáculos públicos. Na leitura dos autores de ambas as línguas, nada mais procurava com igual vigor do que preceitos e exemplos úteis para a vida pública ou privada. Copiava-os à letra e muitas

⁷⁸ *Cat. Ma.* 8.4-5.

⁷⁹ *Cat. Ma.* 2.6.

⁸⁰ *Iul.* 56.7.

⁸¹ *Aug.* 89.3-4.

O *Cato Minor* de Diogo Pires e a poesia didáctica do séc. XVI

vezes enviava-os ou aos seus familiares, ou aos comandantes dos exércitos e aos governadores das províncias, ou aos magistrados de Roma, conforme a necessidade que cada um deles tivesse da recomendação.

Capítulo 5

***As Sententiae* de Publílio Siro e os *Disticha Catonis*: dois exemplos paradigmáticos**

Não obstante os vários exemplos de recolhas de textos sentenciosos em língua latina que temos vindo a descrever, é forçoso acentuar que as duas mais importantes colectâneas de sentenças latinas são, sem margem para dúvidas, as célebres *Sententiae* de Publílio Siro e os não menos famosos *Disticha Catonis*.

Estas duas colectâneas, apesar das diferenças que evidentemente as marcam, constituem dois conjuntos modelares enquanto recolhas de sentenças em verso. De facto, assumiram um papel de grande relevo enquanto obras de leitura e de estudo obrigatórias para todos aqueles que tinham de estudar a língua latina e, em simultâneo, apreender os valores ético-morais imanentes às sentenças que compõem cada uma das obras em causa.

Desde os primeiros séculos da nossa era que estes textos constituíram um instrumento pedagógico-didáctico fundamental na educação da juventude. A sua difusão, ao contrário do que talvez pudesse ser lícito imaginar, não diminuiu com o decorrer dos séculos, antes pelo contrário, já que mantiveram a sua importância e função educativa durante um período de tempo extensíssimo que, no fundo, atravessa a Antiguidade Clássica, a Idade Média, e o Renascimento.

1. *As Sententiae* de Publílio Siro

As *Sententiae* atribuídas desde a Antiguidade a Publílio Siro, um célebre autor de mimos, cujos tempos de glória datam da época de César, constituem uma recolha bastante uniforme com cerca de setecentas sentenças monósticas, a grande maioria das quais em senários iâmbicos e, menos frequentemente, em septenários trocaicos¹.

¹ A edição crítica das *Sententiae* de Publílio Siro da autoria de Otto RIBBECK «Comitorum Romanorum (praeter Plautum et Terentium) fragmenta», publicada no segundo volume da colecção *Scaenicae Romanorum poesis fragmenta*. Hildesheim, Georg Olms, 1962, 307-359, continua a ser uma das edições de referência da colectânea (trata-se de uma reimpressão da edição original publicada em Leipzig, em 1871). São de referir igualmente as edições de G. MEYER, *Publilii Syri mimi Sententiae*. Leipzig, Teubner,

A questão da autenticidade e sobretudo da génese da colectânea das *Sententiae* vulgarmente atribuídas a Publílio Siro revela-se bastante complexa. Não é possível determinar ao certo se o compilador da recolha terá sido o próprio Publílio Siro ou um outro indivíduo que, de alguma forma, terá recolhido as *sententiae* a partir da representação dos mimos. Na verdade, nem sequer pode afirmar-se com segurança absoluta que todas as *sententiae* fizessem parte dos mimos ou que aí tivessem exactamente a mesma forma que apresentam na colectânea. Muito se tem discutido sobre os prováveis autor(es)/compilador(es) das *Sententiae*, bem como sobre o processo de formação e transmissão da colectânea². A própria datação da recolha ou os objectivos prováveis de quem a terá elaborado constituem também objecto de acesa discussão.

Apesar de toda a problemática inerente à autoria e génese desta colectânea de versos de tipo sentencioso, é indiscutível que desde muito cedo várias vozes prestigiadas da cultura romana, como a seguir se verá, elogiaram o uso verdadeiramente notável que Publílio fazia das *sententiae* nos seus mimos³, não deixando mesmo de reproduzir nas suas obras os próprios enunciados atribuíveis ao mimógrafo.

Estes textos, referidos e transcritos nas obras de vários autores romanos, encontram-se, *grosso modo*, na colectânea que a tradição passou a consagrar como as *Sententiae* de Publílio Siro, o que leva a crer que, muito provavelmente, o célebre mimógrafo latino terá sido pelo menos o autor de um núcleo inicial de sentenças, a partir do qual se constituiu a colectânea⁴.

Na verdade, autores como Séneca Retor⁵ ou o seu filho Séneca⁶ atestam, desde muito cedo, a existência de uma estreita relação entre os mimos e as *Sententiae* de Publílio. A acreditar no testemunho de ambos, o mimógrafo fazia um uso frequente do enunciado de tipo proverbial-sentencioso na representação dos seus mimos. As *sententiae*, com o passar do tempo, tornaram-se independentes do seu contexto original e deram forma à colectânea

1880, e de Otto FRIEDRICH, *Publilii Syri mimi Sententiae* [...]. Hildesheim, Georg Olms, 1964 (reimpressão da edição original publicada em Berlim, em 1880).

² Sobre as questões de autenticidade, datação e génese das *Sententiae* de Publílio Siro, cf. F. DESBORDES (1979), 65-84; F. GIANCOTTI (1967), *maxime*, 277-339; C. M. LUCARINI (2003), 225-239; P. ROOS (1984), 61-74. Para uma análise da complexa tradição manuscrita das *Sententiae*, veja-se o minucioso estudo de F. GIANCOTTI (1963).

³ Dos mimos de Publílio Siro restam apenas dois títulos: *Murmurco* e *Putatores*.

⁴ Assinala-se, a este propósito, a existência de um interessante trabalho que procura explicar o sentido de uma parte, embora não muito abrangente, das sentenças da colectânea à luz de factos políticos ocorridos na época de Publílio Siro – cf. P. HAMBLENE (1973), 631-702.

⁵ *Contr.* 7.3.8.

⁶ *Ep.* 8.8-9; 9.21; 94; 108; *Tranq.* 11.8; *Cons. ad Mar.* 9.5.

que hoje se conhece. Sobre a quantidade e a qualidade das sentenças tão comuns nos mimos de Publílio, pronuncia-se Séneca com as seguintes palavras:

*Quam multi poetae dicunt, quae philosophis aut dicta sunt aut dicenda?
Non attingam tragicos nec togatas nostras: habent enim hae quoque aliquid seueritatis
et sunt inter comoedias ac tragoedias mediae. Quantum disertissimorum uersuum inter
mimos iacet! Quam multa Publilii non excalceatis, sed coturnatis dicenda sunt!
Vnum uersum eius, qui ad philosophiam pertinet et ad hanc partem quae modo fuit in
manibus, referam, quo negat fortuita in nostro habenda:*

*Alienum est omne, quicquid optando euenit.*⁷

Quantos poetas há que já disseram o que os filósofos ou já disseram também ou não-de dizer um dia! Nem preciso de recorrer aos trágicos, ou às nossas pretextas (peças estas que possuem uma certa seriedade que as coloca a meio caminho entre as comédias e as tragédias): até nos mimos, que quantidade se não encontra de versos excelentes! Quantos versos não escreveu Publílio dignos de personagem de coturno, e não de gente descalça! Vou citar-te um verso dele que trata de matéria filosófica, e precisamente aquele ponto que estive a discutir atrás, ou seja, que não devemos ter por nosso aquilo que o acaso nos dá:

Nada nos pertence daquilo que o acaso nos traz.

O mesmo Séneca, desta feita no seu tratado *De tranquillitate animi*, volta a tecer rasgados elogios ao talento de Publílio enquanto autor de sentenças de inegável valor moral:

*Magna pars hominum est quae nauigatura de tempestate non cogitat. Nunquam
me in re bona mali pudebit auctoris: Publilius, tragicis comicisque uehementior
ingeniis quotiens mimicas ineptias et uerba ad summam caueam spectantia reliquit,
inter multa alia cothurno, non tantum sipario fortiora et hoc ait:*

*Cuiuis potest accidere quod cuiquam potest.*⁸

É enorme a quantidade de homens que, quando se apresta para navegar, não cura de tempestades. Eu nunca me envergonharei [de citar], numa situação favorável, um mau autor: Publílio, poeta mais vigoroso pelo seu talento que os trágicos e os cómicos, sempre que põe de lado as frivolidades do mimo e as palavras dirigidas [ao público] das últimas bancadas, entre muitos outros [versos] mais elevados que o coturno e não apenas do siparium, diz também isto:

O que pode acontecer a um, pode acontecer a todos os outros.

Séneca elogia as capacidades poéticas de Publílio Siro, mas as suas palavras deixam entrever um certo distanciamento cauteloso em relação ao género dramático cultivado pelo autor das *Sententiae*. De facto, o mimo consistia numa representação de carácter licencioso

⁷ *Ep.* 8.8-9. Apresenta-se a tradução de J. A. Segurado e Campos, 20-21.

⁸ *Tranq.* 11.8.

e muitas vezes até obsceno que tinha o seu público de eleição sobretudo nos extractos menos cultos da população, sendo por isso compreensível a atitude do Cordovês⁹.

Não é despropositado colocar a questão de saber como é que foi possível extrair deste tipo de representação as centenas de sentenças morais de qualidade inquestionável que deram corpo à colectânea. A verdade é que Publílio Siro é reconhecido por Séneca como um poeta exímio capaz de criar sentenças morais de grande valia literária e filosófica, que nem mesmo a sua utilização num tipo de representação tão vulgar como o mimo conseguia ofuscar. Julga-se que as *Sententiae* de Publílio Siro devem inclusivamente ao mimo uma predilecção particular pelas personagens tipificadas próprias da representação teatral como, por exemplo, o avarento ou o embriagado. De outro modo, a própria presença de sentenças antitéticas na colectânea também é, por vezes, justificada como uma reminiscência do contexto da representação em que distintas personagens trocariam sentenças de sentido contrário.

Na verdade, o carácter elevado, reflexivo e moralizante da generalidade das *sententiae* não pode ser apresentado como factor impeditivo ou sequer jogar a desfavor da sua inserção num tipo de representação como o mimo. O sentido das *sententiae*, enquanto enunciado independente incluído na colectânea, não tem de ser forçosamente o mesmo que as ditas *sententiae* teriam no preciso momento em que eram proferidas por um determinado personagem no decorrer da representação mímica¹⁰.

A um nível mais lato, constata-se a existência de uma relação muito próxima entre os enunciados de tipo proverbial-sentencioso e a expressão dramática. É um facto que há uma utilização recorrente deste tipo de enunciados no discurso dramático, de que são prova evidente colectâneas como as *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro, as *Sententiae* de Publílio Siro ou, se quisermos, as inúmeras sentenças de Eurípides encontradas nos papiros egípcios. Com efeito, o facto de as sentenças se destinarem a um uso predominantemente oral, faz com que o registo dramático, onde a coloquialidade tem de ser marca distintiva, se aproxime do registo proverbial-sentencioso.

Acresce ainda que a autonomia e a universalidade própria deste tipo de enunciados proporciona ao dramaturgo a possibilidade de, em qualquer momento ou circunstância,

⁹ Sobre a caracterização e a distinção entre mimo e pantomima na época imperial, baseada sobretudo nas suas características gestuais, cf. M.-H. GARELLI-FRANÇOIS (2001), 285-303.

¹⁰ F. DESBORDES (1979), 73-75.

os actualizar e colocar na boca de qualquer personagem, na expectativa da obtenção de determinada reacção por parte dos espectadores.

Entre as *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro e as *Sententiae* de Publílio Siro verifica-se, com relativa facilidade, a existência de alguns pontos de contacto. As comédias de Menandro, tal como deveria suceder com os mimos de Publílio, retratam em pormenor vários tipos humanos e constituem uma das fontes onde foram colhidas pelo menos algumas das sentenças da colectânea que lhe é vulgarmente atribuída. Menandro, à semelhança de Publílio, era conhecido pelo uso frequente nas suas comédias de enunciados de tipo proverbial e sentencioso, ao ponto de se ter tornado, por antonomásia, um autor sentencioso¹¹.

Há, pois, semelhanças assinaláveis entre as *Sententiae* de Publílio Siro e as *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro, que passam, desde logo, pelo uso comum da forma poética, mais propriamente de monósticos ordenados em ambos os casos de forma alfabética. A autoria das sentenças de ambas as colectâneas é atribuída a um autor dramático: as *sententiae* de Publílio Siro tinham presença assídua na representação dos seus mimos e o mesmo acontecia com as de Menandro nas suas comédias.

Como se constatou anteriormente, a incorporação dos textos de Menandro numa colectânea de cariz sentencioso obrigou a algumas modificações dos textos originais das comédias, por força da adequação dos textos à nova função que iriam desempenhar fora do contexto dramático. É lícito supor que o mesmo terá acontecido com as sentenças de Publílio, se bem que, neste caso concreto, seja mais difícil fazer prova desse facto, pois não existe registo escrito dos mimos, ao invés do que sucede com uma parte da produção dramática de Menandro.

Não é possível, por conseguinte, estabelecer uma comparação exacta entre o enunciado que as *sententiae* assumem na colectânea e aquele que teriam tido na representação dos mimos. Verifica-se, a um outro nível, a existência de algumas diferenças entre a forma das sentenças de Publílio citadas, por exemplo, por Séneca ou por Aulo Gélio, e os enunciados correspondentes na colectânea que a tradição consagrou.

Há que assinalar, no entanto, que a colectânea das *Sententiae* de Publílio Siro parece ser uma recolha muito mais homogênea e unitária do que as *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro, apesar dos versos espúreos que possam ter sido acrescentados ao núcleo

¹¹ Cf. R. TOSI (2000), XVIII.

original. A colectânea atribuída a Menandro tem um carácter marcadamente mais heterogéneo, recolhendo, sem dúvida alguma, enunciados de origem e autoria bastante diversa para lá daqueles que podem ser atribuídos ao próprio comediógrafo grego¹².

Ainda que F. Giancotti¹³ tenha recusado a tese de Kalbfleisch¹⁴ de que as *Γνώμαι μονόστιχοι* de Menandro tenham servido de modelo a quem elaborou a colectânea das *Sententiae* de Publílio Siro, outros investigadores há que tentaram estabelecer um paralelo entre as *Sententiae* de Publílio Siro e a tradição gnomológica grega, atribuindo particular importância às relações com a colectânea de Menandro, sobretudo no que toca ao tratamento semelhante dos mesmos temas¹⁵. Na verdade, sabe-se que este tipo de textos se insere numa antiquíssima tradição, em que se observa, ao longo dos tempos, a recorrência de temas muito semelhantes, o que nem sempre abona a favor da sua originalidade¹⁶. Evidentemente que as *Sententiae* de Publílio Siro, seja na sua génese, seja depois na sua transmissão, não foram por certo imunes às características próprias do género em que se inseriram, pelo que é bastante plausível a existência de relações estreitas, nomeadamente temáticas, entre a colectânea de Publílio e a tradição gnomológica grega¹⁷.

Como já foi referido, não é possível precisar a data em que terá sido elaborada a colectânea das *Sententiae* de Publílio Siro. Aulo Gélio apresenta catorze sentenças seleccionadas com esta autoria, o que faz supor que, pelo menos no século II d. C., já haveria uma espécie de recolha das *sententiae*¹⁸. Nada impede, porém, que a compilação tenha sido elaborada muito antes, até mesmo durante a vida do próprio Publílio. Mais tarde, Macróbio retoma o testemunho de Aulo Gélio, voltando a apresentar inúmeras *sententiae* do mimógrafo¹⁹.

Segundo Francesco Giancotti, o primeiro compilador das *sententiae* pode ter sido o próprio Publílio, tendo procurando assim criar uma espécie de reportório que lhe fosse útil na criação-representação dos mimos ou, de outra forma, desejando imortalizar uma parte

¹² Cf. C. PERNIGOTTI (2003), 188.

¹³ Cf. F. GIANCOTTI (1967), 338.

¹⁴ Cf. K. KALBFLEICH (1928), 99-103.

¹⁵ Cf. C. M. LUCARINI (2003), 225-239.

¹⁶ Cf. P. DERRON (1986), XIV.

¹⁷ Cf. C. M. LUCARINI (2003), 238. Apesar de este investigador ter vindo há pouco tempo comprovar textualmente a existência de relações temáticas entre as *Sententiae* de Publílio Siro e a tradição gnomológica grega, note-se que também concluiu não ser possível efectuar correspondências temáticas para alguns grupos particulares de sentenças publilianas.

¹⁸ 17.14.

¹⁹ 2.7.

da sua criação efémera através da constituição de uma obra autónoma com integração garantida na longa tradição da literatura sentenciosa²⁰.

No estado actual da questão, é impossível determinar com exactidão quem terá sido o compilador da colectânea e qual terá sido a sua intenção, ainda que o referido estudioso aponte como prováveis compiladores, para lá do próprio Publílio ou de um seu auxiliar, os nomes de Cássio Severo, Séneca Retor, Séneca ou Lucílio²¹.

Note-se que o próprio Séneca, para lá das várias referências elogiosas que faz a Publílio, apresenta com frequência nas suas obras *sententiae* bastante semelhantes, no tema e na forma, às do mimógrafo²². A relação entre ambos os autores não passou despercebida desde a Antiguidade, pois há uma tradição que atribui ao próprio Séneca a elaboração da colectânea das *sententiae* publilianas ou mesmo a sua autoria. De facto, muitos códices medievais transmitiram as *Sententiae* de Publílio Siro sob o título *Prouerbia* ou *Sententiae Senecae*, tendo sido mesmo falsamente atribuídas ao Cordovês outras recolhas de sentenças de época tardia intituladas *Liber de moribus* e *Monita*²³.

Seja como for, não é de excluir que as *Sententiae* tivessem sido usadas desde muito cedo como instrumento pedagógico-didáctico na educação da juventude, uma prática consagrada na educação greco-romana. O próprio Séneca, um admirador confesso das *sententiae* de Publílio, não deixa de destacar a importância que este tipo de textos adquiria

²⁰ Sobre esta problemática, cf. F. GIANCOTTI (1967), 314-318.

²¹ Cf. F. GIANCOTTI (1967), 337.

²² A título de exemplo, veja-se como Séneca, a partir dos trágicos gregos, compõe em senários uma série de sete *sententiae* monósticas sobre um tema tão do agrado de Publílio – a ambição desmedida de riqueza (*Ep.* 115.14; tradução de J. A. Segurado e Campos, 642):

*Sine me uocari pessimum, [simul] ut diues uocer.
An diues omnes quaerimus, nemo an bonus.
Non quare et unde, quid habeas tantum rogant.
Vbique tanti quisque, quantum habuit, fuit.
Quid habere nobis turpe sit quaeris? Nihil.
Aut diues opto uiuere aut pauper mori.
Bene moritur quisquis moritur dum lucrum facit.*

Chamem-me o pior dos bandidos, desde que me chamem ‘rico’.
Todos queremos saber se ele é rico, ninguém se é um homem de bem.
Não te perguntam porquê e donde vens, mas sim quanto possuis.
Em todo o lado um homem só vale pelo que tem.
De nenhum bem a posse me desonra. A falta de posses, sim!
Se rico, quero viver, se pobre, opto pela morte.
Bela é a morte daquele que morre a fazer dinheiro!

²³ Cf. F. GIANCOTTI (1967), 335-336; P. ROOS (1984), 140-141.

na formação linguística e moral dos jovens²⁴. Embora seja possível discutir qual terá sido o momento a partir do qual a colectânea de Publílio Siro passou a ter um uso escolar, a utilização das sentenças como instrumento privilegiado na formação linguística e ético-moral dos jovens alunos não pode ser, de modo algum, posta em causa.

De facto, uma alusão de São Jerónimo não deixa margem para dúvidas de que as *Sententiae* de Publílio Siro eram, já no século IV d. C., utilizadas nas escolas, pelo que é lícito inferir que, por detrás da compilação da colectânea de sentenças, pode ter havido a intenção de criar uma espécie de manual de uso escolar²⁵. São Jerónimo refere numa das suas epístolas ter aprendido em criança na escola uma das máximas que se encontra entre as *Sententiae* de Publílio Siro:

*Legi quondam in scholis puer: Aegre reprehendas, quod sinas consuescere.*²⁶

Li outrora na escola quando era criança: Com dificuldade se repreende o que se deixa tornar um hábito.

As *Sententiae* de Publílio Siro constituíam um texto de eleição para os *ludi magistri* que assim dispunham de uma excelente fonte de sentenças com que podiam ministrar, com facilidade, a necessária formação linguística e ético-moral aos seus jovens discípulos. Cristina Pimentel apresenta, de uma forma exemplar, a razão de ser da escolha da colectânea de Publílio Siro nas escolas como um meio privilegiado para ministrar uma formação global aos jovens:

No século I d. C. foi Publílio Siro quem assim se viu consagrado nas escolas. E porquê? Porque, de facto, as *sententiae* que até nós chegaram (e independentemente de possíveis contaminações) formulam conceitos básicos universais, são o resultado de uma reflexão profunda sobre o homem e os seus valores, sobre as forças contrárias do bem e do mal que fazem da vida humana uma constante luta. Em Publílio Siro encontravam os jovens alunos, por orientação do seu litterator e num momento da vida em que a memória quase nada rejeita, as principais normas para a sua conduta no dia-a-dia e no futuro, as grandes verdades de todos os tempos, as primeiras reflexões sobre a vida e a morte, o primeiro questionar do sentido da presença do homem no mundo.²⁷

²⁴ Sen. *Ep.* 33.6-7.

²⁵ Cf. F. DESBORDES (1979), 69.

²⁶ *Ep.* 107.8.

²⁷ Cf. M. C. S. PIMENTEL (1989), 152. Deve-se também a esta investigadora a apresentação de um moderno curso de iniciação ao latim com base nas *Sententiae* de Publílio Siro: M. C. S. PIMENTEL, *Religandum...*Lisboa, Publicações da Revista Clássica – 1, 1989.

A mesma investigadora propõe uma análise temática da colectânea das *sententiae* publilianas baseada numa dupla perspectiva antagónica, cujos extremos residem no confronto permanente entre o bem e o mal. De facto, encontram-se com facilidade na colectânea *sententiae* em que o homem *bonus* se opõe ao *malus*, o *innocens* ao *nocens*, o *honestus* ao *inhonestus*, o *probus* ao *improbus*, o *dignus* ao *indignus*, o *pudicus* ao *impudicus*, o *iustus* ao *iniustus*, o *beniuolus* ao *maliuolus*, num complexo jogo de antónimos que interagem entre si, girando quase sempre à volta do binómio bem/mal, quer seja na apologia das qualidades morais que o homem deve procurar alcançar, quer seja na crítica dos seus contrários que o homem deve procurar rejeitar²⁸. Acrescente-se que esta recorrência de pares de antónimos, na maior parte dos casos assente numa visão maniqueísta do mundo e dos homens, favorece o trabalho de memorização que subjaz quase sempre ao emprego deste tipo de enunciados.

As *Sententiae* de Publílio Siro caracterizam-se pela sua concisão e por um subtil rigor da estrutura, cuja força central reside frequentemente neste jogo de oposições, marcado com frequência pelo recurso a um leque alargado de figuras de retórica²⁹, que fazem do autor um dos mais inspirados cultores de *sententiae* latinas. Pierre Laurens, após analisar uma selecção de textos da colectânea, refere-se ao enorme talento de Publílio Siro nos seguintes termos:

Même ce bref échantillon des procédés rhétoriques nous aide à comprendre à quel point déjà Syrus a porté l'art de la maxime. Ces vers portent leur date; leur auteur est, avant Sénèque, Tacite et Martial un des principaux artisans et témoins de cette évolution du goût qui signale le passage de la gnomè à la sententia.³⁰

As *Sententiae* do célebre mimógrafo apresentam, portanto, uma certa novidade formal e um estilo brilhante, tal como Séneca não deixou de referir por várias ocasiões. Sob este ponto de vista, como adiante se verá, não podia ser maior a diferença em relação aos monótonos preceitos da colectânea dos *Disticha Catonis*.

²⁸ Cf. M. C. S. PIMENTEL (1989), 153-167. Esta investigadora parte precisamente desta dupla perspectiva antagónica da dicotomia entre o bem e o mal, procedendo a uma análise temática do *corpus* publiliano. Nesse sentido, enquadra as *sententiae* em várias partes sob os seguintes títulos: «O bom, o aconselhável, o desejável», «O mau, o condenável, o indesejável», «A liberdade, o orgulho e a dignidade humana», «O exercício da justiça e do poder», «A guerra e a paz; a vitória e a derrota», «O dar, o pedir e o receber», «A riqueza e a pobreza; o dinheiro», «Laços de sangue e laços afectivos» e «A *uirtus* e o *uitium*; a vida e a morte; a perspectiva estóica».

²⁹ Para uma análise sumária das principais figuras retóricas a que Publílio Siro recorre nas *Sententiae*, cf. P. LAURENS (1989), 509.

³⁰ P. LAURENS (1989), 509.

2. Os *Disticha Catonis*

A colectânea de sentenças vulgarmente designada por *Disticha Catonis* constitui um dos textos mais lidos e relidos, em particular nas escolas, ao longo de um extenso período de tempo que vai desde a sua génese, datável muito provavelmente do séc. III d. C., passando por toda a Idade Média, até ao Renascimento. Trata-se, de facto, de um texto com uma vitalidade e actualidade extraordinárias que atravessou este período de tempo vastíssimo sem perder o beneplácito de um número bastante alargado de leitores, por mais díspar que fosse a sua época, formação ou interesse.

Como se procurou demonstrar anteriormente, as *sententiae* ocupavam um lugar de particular destaque na instrução primária no mundo romano, pelo que não é de estranhar o enorme sucesso granjeado por esta colectânea. No fundo, constituía um manual escolar bastante acessível, ao alcance de qualquer *ludi magister*, ou seja, um verdadeiro texto escolar destinado sobretudo ao ensino da língua latina, seja da gramática, seja da prosódia e versificação, seja inclusivamente da filosofia moral, vindo a assumir na Idade Média o elevado estatuto de guia ético-moral do comportamento humano e dos próprios costumes.

A colectânea manteve-se sempre como uma das obras mais referenciadas e reproduzidas na longa cadeia da transmissão dos textos, quer fosse através da sua rica tradição manuscrita, quer fosse através do advento da imprensa no século XV, que veio dar uma divulgação nunca antes imaginada às sentenças. Manuscritos ou impressos em letra de forma, os *Disticha Catonis* assumem-se de facto como um dos textos escolares mais marcantes de sempre para uma infinidade de gerações, cuja formação linguística e ético-moral passou, de uma forma ou de outra, pela leitura, estudo, memorização e recitação das *sententiae* que a tradição atribuiu ao *priscus Cato*.

A este respeito, importa referir que a autoria e o título original desta colectânea têm sido uma matéria amplamente debatida pelos investigadores. A formação do núcleo original dos *Disticha Catonis* pode ser datada por volta do século III d. C.³¹, o que invalida, por si só, qualquer tentativa de atribuição da obra ao antigo Catão Censor. Na verdade, a atribuição da autoria de cerca de dez a doze dísticos da colectânea pode ser feita ao próprio Catão, o que parece indicar que o anónimo compilador/autor da colectânea talvez

³¹ O problema da datação dos *Disticha Catonis* tem merecido a atenção de numerosos investigadores que assentam os seus argumentos nas relações estabelecidas entre determinadas *sententiae* e fontes literárias e epigráficas. Para uma sùmula da questão, com abundantes referências bibliográficas, cf. P. ROOS (1984), 187-190; F. SKUTSCH (1903), 358-360.

tenha tomado como modelo, entre outras recolhas, as colectâneas sentenciosas catonianas, a que já se fez referência e que, infelizmente, não sobreviveram à voragem dos tempos.

A veneração que a Antiguidade dedicava a este escritor e orador romano, famoso, desde sempre, pelas suas *sententiae*, fez dele um símbolo de virtude e de sabedoria quase universal. Não se estranha, por isso, que o compilador/autor da colectânea lhe tenha atribuído a autoria da colectânea, na sequência, aliás, do que já havia sucedido com outras gnomologias greco-latinas.

São várias as colectâneas sentenciosas que foram atribuídas falsamente a figuras célebres do passado, conferindo assim à obra uma solenidade e uma autoridade inconteste aos olhos dos seus futuros leitores. Convém recordar, a este respeito, os já referidos exemplos de colectâneas de sentenças atribuídas ao Pseudo-Pitágoras ou ao Pseudo-Focílides ou ainda os florilégios atribuídos, em época bastante tardia, a Varrão (*Sententiae* ou *Proverbia Varronis*) ou a Séneca (*Liber de moribus e Monita*).

A autoria dos *Disticha Catonis* tem sido concedida a figuras como Ausónio, Séneca, S. João Crisóstomo, Boécio, Fedro, entre outras figuras menores e, por vezes, quase desconhecidas³². A verdade é que não se conhece quem terá elaborado a colectânea, que poderá, inclusive, ter tido a mão de vários autores, como parecem indicar as várias fases por que passou a transmissão do texto. Neste género de obra, está-se com frequência muito distante da noção de autor e de obra como entidades precisas e determinadas, pelo que se torna necessário conceder uma atenção muito especial ao conceito de tradição literária³³.

Assim, convém acentuar que as colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso, embora muitas vezes partam de um núcleo inicial atribuível a um determinado autor, funcionam verdadeiramente como obras abertas que podem ir recebendo, ao longo do tempo, novas contribuições de autoria variada e indeterminada. Por outro lado, deve acrescentar-se ainda que, do ponto de vista da estética da recepção, o facto de a tradição atribuir, num dado momento, a autoria de um texto a um determinado autor pode revestir-se de um significado que merece ser sublinhado.

As várias tentativas para identificar o anónimo autor dos *Disticha Catonis* têm, por isso, um carácter bastante precário e incerto e, muitas vezes, partem mesmo de autênticas mistificações. Atente-se, em concreto, na designação, ainda hoje recorrente em muitas

³² Sobre a complexa questão da autoria dos *Disticha Catonis*, cf. P. ROOS (1984), 190-197.

³³ Cf. P. CARRARA (2003), 177-179, que tece considerações avisadas sobre a forma particular como a crítica deve encarar e analisar as colectâneas sentenciosas.

bibliotecas, do autor dos *Disticha Catonis* com o nome de Dionysius Cato, ou seja, Dionísio Catão. A difusão desta suposta autoria ficou a dever-se à edição que o famoso humanista Giuseppe Giusto Scaligero [1540-1609] fez dos *Disticha*, publicada pela primeira vez em Leiden, no ano de 1598, com o título «Dionysii Catonis de Moribus»³⁴. Provou-se, porém, que esta atribuição não tem fundamento algum por estar apenas baseada no testemunho de um manuscrito, muito provavelmente alvo de falsificação por parte de um dos seus possuidores, o famoso juiz de Limoges, Simeon Bosius (Dubois) [1535-1580]³⁵.

Erasmus não deixou de abordar a problemática questão da autoria dos *Disticha Catonis* na carta dedicatória da sua famosa edição desta colectânea, datada de 1 de Agosto de 1513, e dirigida ao seu amigo Ioannes Neuius, director de um colégio de Lovaina, em que ele próprio havia residido. As suas observações sobre o problema continuam a ser, ainda hoje, bastante pertinentes e a denotar grande sensatez e espírito crítico, pelo que se considera de toda a conveniência a sua apresentação:

*Porro cuius auctoris sit hoc opus, et utrum unius an plurium, non admodum referre puto. Catonis ob id tantum arbitror dici, quod sententias habeat Catone dignas.*³⁶

Enfim, de que autor seja esta obra, e se é de um só ou de vários, não creio que possa afirmar-se com segurança; julgo que se diz ser de Catão, em virtude de possuir sentenças dignas de Catão.

No que respeita ao título da colectânea, modernamente tende a adoptar-se a designação de *Disticha Catonis*, usada por diversos editores da obra desde o século XVI, ainda que a tradição manuscrita e impressa tenha intitulado a obra de formas tão diversas como *Dicta Marci Catonis ad filium suum*, *Liber* ou *Libri Catonis*, *Dionysii Catonis disticha de moribus ad filium* ou *Catonis disticha moralia*³⁷.

³⁴ Apesar da responsabilidade de Giuseppe Giusto Scaligero na divulgação da autoria forjada dos *Disticha Catonis* a Dionysius Cato, há que atribuir-lhe mérito indiscutível como editor e tradutor da obra para a língua grega. Cf. V. ORTOLEVA (1990), 277-285.

³⁵ Sobre os pormenores da rocambolesca história da atribuição da colectânea a Dionysius Cato, cf. M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER (1952), LXIII-LXIV; P. ROOS (1984), 194-195.

³⁶ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO (ed.), *Disticha moralia cum scholiis Des. Eras. Rot.* [...]. Basileae, [apud Ioan. Froben.], 1526. Sempre que citarmos esta epístola dedicatória com que abre a edição erasmiana dos *Disticha Catonis*, seguiremos esta edição frobeniana, a partir da consulta feita ao exemplar existente na BNL, sob a cota RES. 4820//1 P. Apresenta-se a tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 89-90.

³⁷ Cf. P. ROOS (1984), 197-198; F. SKUTSCH (1903), 362-365.

Quanto à sua estrutura formal, os *Disticha Catonis* compõem-se de um prólogo (epístola introdutória em prosa), seguido de *57 breves sententiae*, e de quatro livros de dísticos em hexâmetros dactílicos, estando os últimos três livros precedidos de *praefationes metricae* dirigidas ao leitor, respectivamente, de 10 versos, o segundo livro, e de 4, cada um dos dois últimos³⁸. A primeira parte da colectânea, em prosa, que compreende o prólogo e as *breves sententiae*, surge por vezes designada por *Cato parvus* ou *Parvus Cato*, enquanto que a parte em verso, que inclui os quatro livros dos dísticos e as três *praefationes metricae*, recebe o nome de *Cato magnus* ou *Magnus Cato*.

Segundo Marcus Boas, é possível distinguir três fases distintas na evolução do texto dos *Disticha Catonis*. Num primeiro momento, que é possível datar por volta do séc. III d. C., terão sido compostos a epístola inicial, em prosa, e os dísticos que integram os quatro livros; mais tarde, foram acrescentadas as *praefationes metricae* espúrias aos três últimos livros dos dísticos; numa terceira fase, datável o mais tardar dos séculos VII ou VIII d. C., sobre a qual assenta toda a tradição medieval, terão sido por fim interpoladas, entre a epístola inicial e os quatro livros de dísticos, as *57 breves sententiae*, sentenças muito breves, em prosa, compostas em geral por duas palavras apenas, uma das quais é sempre um verbo no modo imperativo (e. g. *Deo supplica*, *Cognatos cole*, *Datum serua*, *Foro pare*, etc)³⁹.

No que concerne aos temas abordados nos *Disticha Catonis*, há que referir que a colectânea não traz grandes novidades em relação àquilo que é comum na literatura sentenciosa greco-romana⁴⁰. Como é habitual em tantas outras colectâneas do género, a obra é apresentada como um conjunto de preceitos que um pai endereça ao seu filho,

³⁸ A edição de referência da colectânea deve-se a Marcus BOAS, tendo sido ultimada, por força da morte deste, pelo seu discípulo H. J. BOTSCHUYVER. Vide M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER (eds.), *Disticha Catonis recensuit et apparatu critico instruit Marcus Boas*. Opus post Marci Boas mortem edendum curavit Henricus Johannes Botschuyver. Amstelodami, North-Holland publishing company, 1952. Neste trabalho, utilizar-se-á exclusivamente o texto desta edição, sempre que for apresentado algum excerto da obra.

Note-se que o investigador M. BOAS dedicou grande parte da sua vida ao estudo dos *Disticha Catonis*, continuando a ser ainda hoje uma das maiores autoridades na maioria das difíceis questões que esta obra coloca. Nas últimas páginas da referida edição crítica (287-298), encontra-se a extensa bibliografia de M. BOAS, sendo também possível encontrar referenciados, na mesma obra mas noutra local, o elenco dos inúmeros trabalhos publicados por este estudioso exclusivamente sobre os *Disticha Catonis* (LXXXI-LXXXIII).

³⁹ Sobre a estrutura compósita do texto dos *Disticha Catonis* e o problema da autenticidade das diversas partes, para além do muito que vai sendo dito nos extensos comentários da edição crítica de M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER, cf. especificamente P. ROOS (1984), 198-204; F. SKUTSCH (1903), 358-362.

⁴⁰ Para uma análise temática dos *Disticha Catonis*, cf. B. DELGADO CRIADO (1990), 371-383; P. F. GRENDLER (1991), 197-199; M. MARTINS (1969), 108-113.

procurando inculcar-lhe umas quantas regras práticas que o hão-de acompanhar ao longo da vida. Assim, na carta que serve de prefácio à colectânea, Catão, o suposto autor da obra, dirige umas breves palavras ao filho:

*Cum animaduerterem quam plurimos grauius in uia morum errare, succurrendum opinioni eorum et consulendum famae existimaui, maxime ut gloriose uiuerent et honorem contingerent. Nunc te, fili carissime, docebo quo pacto morem animi tui componas. Igitur praecepta mea ita legito ut intellegas. Legere enim et non intellegere neglegere est.*⁴¹

Ao dar-me conta dos muitos que se desviam gravemente do caminho dos costumes, achei por bem acudir às suas convicções e olhar pela sua reputação, para que vivessem com a maior glória e alcançassem a honra. Agora a ti, meu querido filho, ensinar-te-ei de que forma podes forjar o carácter do teu espírito. Portanto, lê os meus preceitos por forma a que os entendas, pois ler e não entender é não ler.

A distribuição dos dísticos pelos quatro livros da colectânea não obedece a nenhuma ordenação sistemática. Não há, de facto, um fio condutor que torne coerente a ordenação dos dísticos, nem no interior de cada livro, nem na distribuição que deles é feita pelos quatro livros. Ainda assim, verifica-se facilmente que há muitos temas recorrentes⁴², entre os quais podemos referir, a título de exemplo, o uso correcto da palavra e do silêncio⁴³, a conduta própria da amizade⁴⁴, a prudência na gestão dos negócios⁴⁵, as vicissitudes da fortuna ou a iminência da morte⁴⁶.

Os *Disticha Catonis* constituem um verdadeiro manual de sabedoria prática, onde se apresenta uma multiplicidade de conselhos e de exortações que incidem sobre temáticas tão díspares como a piedade filial, a precaução, a prudência, o valor da sabedoria e da educação, a experiência prática, o valor do dinheiro, ou a necessária parcimónia nos prazeres da comida, da bebida ou do sexo. Não obstante a grande diversidade de temas existente na colectânea, pode afirmar-se que a generalidade dos dísticos trata de questões que, *grosso modo*, versam sobre quatro grandes áreas temáticas – a divindade, o homem, a família e a sociedade⁴⁷.

⁴¹ *Disticha Catonis, Epistula Catonis.*

⁴² Servimo-nos dos exemplos enunciados por L. A. PERRAUD (1988), 83.

⁴³ *Disticha Catonis* 1.3; 1.10; 2.11; 2.15; 3.3; 3.18; 3.22; 5.20.

⁴⁴ *Disticha Catonis* 1.9; 1.20; 1.23; 1.26; 1.34; 2.1; 2.22; 3.2; 4.15; 4.28; 4.36; 4.41.

⁴⁵ *Disticha Catonis* 1.24; 1.28; 1.35; 1.39; 2.5; 4.7.

⁴⁶ *Disticha Catonis* 1.18; 1.19; 1.22; 1.33; 2.3; 2.12; 2.23; 2.26; 4.3; 4.19; 4.22; 4.37.

⁴⁷ Cf. B. DELGADO CRIADO (1990), 374-383.

Os *Disticha Catonis* foram vistos desde sempre como um excelente livro de leitura de latim, cuja utilização pressupunha igualmente a assimilação de inúmeros preceitos ético-morais de carácter universal e intemporal. A obra assenta numa recolha de sentenças de autores pagãos e insere-se na antiquíssima tradição da literatura sentenciosa greco-latina⁴⁸, mas este facto não constituiu um óbice a que a cultura cristã a adoptasse como se de um texto genuinamente cristão se tratasse⁴⁹.

Não surpreende, por isso, o seu enorme sucesso e o número imenso de textos, que nela mais ou menos se inspiraram e que foram surgindo ao longo de toda a Idade Média. Na verdade, a colectânea serviu de modelo a inúmeras obras entre as quais importa salientar os *Praecepta vivendi* de Alcuino, o *Supplementum Catonis* ou *Facetus*, o *Liber quintus Catonis*, o *Novus Cato*, vários *Cato interpolatus*, o *Cato r(h)ytmicus*, o *Cato leoninus*, entre muitos outros textos de natureza semelhante⁵⁰.

O uso continuado dos *Disticha Catonis* como instrumento pedagógico-didáctico fundamental no processo educativo está igualmente associado à difusão extraordinária que o texto alcançou não apenas na língua latina original mas também nas múltiplas traduções e adaptações que foram sendo feitas para quase todas as línguas vernáculas europeias⁵¹. Entre as mais antigas traduções da tradição manuscrita⁵², importa referir, sem se pretender evidentemente ser exaustivo, a famosa versão inglesa feita provavelmente pelo Abade Aelfric ou por alguém da sua escola⁵³, a versão alemã de Notker Labeo do século X⁵⁴, as inúmeras versões para os dialectos itálicos a partir do século XII⁵⁵, as versões francesas a partir do séc. XII de Adam de Suel ou de Elie de Winchester⁵⁶, duas versões castelhanas

⁴⁸ Sobre as fontes dos *Disticha Catonis*, para além do comentário individualizado a cada dístico na edição de M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER (1952), cf., em particular, P. ROOS (1984), 205-228.

⁴⁹ Sobre as razões do sucesso dos *Disticha Catonis* como texto fundamental na formação do homem medieval, cf. R. HAZELTON (1957), 157-173.

⁵⁰ Para uma análise mais pormenorizada da enorme influência exercida pelos *Disticha Catonis* sobre outros textos similares, cf. P. ROOS (1984), 228-230.

⁵¹ Para uma análise da recorrência dos *Disticha Catonis* nos códices medievais, cf. B. MUNK OLSEN (1995a), 21-34; E. M. SANFORD (1924), 190-248.

⁵² Para uma panorâmica geral das traduções feitas para as várias línguas, cf. B. MUNK OLSEN (1991), 59-63; J. NÈVE (1926), 14-17; E. SCHULZE-BUSACKER (1989), 421-430; F. SKUTSCH (1903), 368-370; R. TOSI (2000), XX. Agradecemos ao Prof. Telmo Verdelho a gentileza que teve em nos ceder o exemplar que possui do raríssimo estudo de J. NÈVE.

⁵³ Cf. P. G. THOMAS (1974), 119.

⁵⁴ Cf. J. E. SANDYS (1958), vol. I, 519.

⁵⁵ Sobre as inúmeras versões dos *Disticha Catonis* para os vários dialectos italianos, cf. P. ROOS (1984), 232-241.

⁵⁶ Cf. R. BOSSUAT (1951), sob os n.ºs 2646-2650 e 5291.

dos séculos XIII e XIV⁵⁷, a versão para grego do monge bizantino Maximus Planudes, nos finais do século XIII⁵⁸, ou as versões catalãs já dos séculos XIV-XV⁵⁹.

Desde tempos muito recuados que se reuniram algumas obras, sobretudo de autores pagãos, numa espécie de colectânea de uso escolástico, que passou a ser utilizada como aquilo a que se poderia chamar um livro-modelo medieval de leitura, usado amplamente no ensino da gramática e da ética. Alude-se, em concreto, ao famoso *Liber Catonianus*, a cujo título genérico o velho Catão também empresta a sua reconhecida autoridade moral. Importa também neste caso referir a importância capital que os *Disticha Catonis*, em conjunto com as *Fábulas* de Aviano, assumiram nesta colectânea, pois ambas as obras fizeram parte dela, desde a sua criação, datável do século IX d. C., até à sua evolução para os *auctores octo*, ou seja, os oito autores ditos ‘menores’, cuja leitura constituía o nível elementar que estava na base da formação do estudante de latinidades⁶⁰.

Significativo é o facto de os *Disticha Catonis* terem sido dos poucos textos incluídos nas colectâneas escolásticas comuns no ensino medieval que continuaram a ter lugar na pedagogia humanística, seguramente pelo facto de tanto a sua língua como o seu conteúdo poderem ser aferidos pelos cânones clássicos⁶¹.

Com o aparecimento da imprensa, os *Disticha Catonis* alcançaram uma divulgação ainda mais alargada e foram editados e reeditados vezes sem conta. De facto, as edições sucederam-se a um ritmo verdadeiramente impressionante por toda a Europa, chegando às mãos de um número cada vez mais abrangente de leitores. Joseph Nève faz uma listagem bastante exaustiva das edições da colectânea, apenas do século XV, descrevendo a extraordinária soma de 179 incunábulo⁶². Os *Disticha* são editados acompanhados com frequência de glosas e comentários, tanto em latim como em tradução (em verso e em prosa), em edições bilingues e, por vezes, em conjunto com outras obras do mesmo género, na sequência, aliás, do que já acontecia na tradição manuscrita.

⁵⁷ Cf. K. PITSCH (1912), 193-232.

⁵⁸ Vide o estudo introdutório e a edição crítica da versão de M. Planudes elaborado por V. ORTOLEVA (1992).

⁵⁹ Cf. J. CLOSA FARRÉS (1983), 9-33.

⁶⁰ Sobre a história do *Liber Catonianus* desde a sua criação no século IX d. C., incluindo apenas dois autores, até à sua evolução para os célebres *Auctores octo morales*, cuja primeira impressão em letra de forma teve lugar em Lião, por Jean du Pré, em 1488, cf. M. BOAS (1914), 17-46; P. M. CLOGAN (1986), 569-578; B. MUNK OLSEN (1991), 65-74; J. NÈVE (1926), 110-111; Y.-F. RIOU (1972), 11-44.

⁶¹ Cf. P. F. GRENDLER (1991), 197-198.

⁶² Cf. J. NÈVE (1926), 77-118.

No século XVI, as edições dos *Disticha Catonis* continuam a suceder-se a um ritmo ainda maior, favorecidas pela ampla generalização da imprensa e pela constante evolução das técnicas e métodos utilizados no processo editorial. Os *Disticha Catonis* mereceram a atenção dos mais reputados humanistas e homens do saber, que não hesitaram em publicar novas edições comentadas com uma intenção declaradamente pedagógico-didáctica.

De facto, a colectânea foi adoptada como um dos manuais, por excelência, da pedagogia humanista, adequado sobretudo à instrução elementar dos jovens. Não admira, por isso, que o próprio Erasmo tenha dedicado algum do seu labor a esta pequena obra aparentemente desprovida de interesse. É assim que, no ano de 1514, publica uma edição crítica, segundo os padrões da época, dos *Disticha Catonis*⁶³, acompanhada de notas que incluem não só informações de carácter histórico, citações de autores clássicos e comentários literários destinados aos estudantes, como também críticas textuais dirigidas aos professores, aos seus colegas humanistas, ou mesmo aos futuros editores⁶⁴. Convém recordar que, em conjunto com os *Disticha Catonis*, Erasmo editou também outras duas colectâneas sentenciosas da Antiguidade – as *Sententiae* de Publílio Siro e as *Máximas* dos Sete Sábios.

Na própria carta dedicatória da edição dos *Disticha Catonis*, dirigida a Ioannes Neuius, Erasmo expôs, desde logo, quais as razões por que sentira necessidade de editar e comentar a colectânea:

*Disticha moralia uulgo Catonis inscripta titulo, Neui Theologorum decus, primum diligenter a mendis repurgauimus, collata Planudis interpretatione: tametsi Graeculus ille Romani carminis sententiam saepenumero non assequitur. Addidimus et scholia, perbreuia quidem illa, sed aliquanto commodiora, ni fallor, iis commentariis, quibus duo quidam opusculum hoc contaminauerant, quorum alter insulsissime rhetoricatur, homo ipsa infantior infantia, alter ineptissime philosophatur, uterque οὐδὲν πρὸς ἔπος loquitur.*⁶⁵

Ó Névio, glória dos teólogos, em primeiro lugar expurgámos de erros os dísticos morais vulgarmente publicados sob o nome de Catão, acrescentando a tradução de Planudes, embora este grego não respeite muitas vezes o sentido do verso latino.

⁶³ A edição erasmiana foi publicada inúmeras vezes ao longo do século XVI. M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER (1952), LII, descrevem uma edição publicada em Lovaina, em 1514, mas convém sublinhar que nesse mesmo ano vieram a lume outras edições da mesma obra. Refira-se também que A. GARCÍA MASEGOSA (1997) editou e traduziu para castelhano o texto dos *Disticha Catonis* e os extensos comentários erasmianos com base na edição frobeniana de Basileia, de 1526, existente na Biblioteca Nacional, em Madrid.

⁶⁴ Cf. L. A. PERRAUD (1988), 88.

⁶⁵ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO (ed.), *Disticha moralia*, fl. a1v.

Juntámos também uns escólios muito breves mas bastante mais apropriados, se não me engano, do que aqueles comentários, dos quais dois seguramente contaminaram esta pequena obra. Um deles utiliza uma retórica completamente absurda: o homem é mais infantil do que a própria infância; o outro filosofa muito estupidamente; um e outro falam fora de propósito.

Alguns anos mais tarde, em carta dirigida a Johann von Botzheim⁶⁶, o próprio Erasmo volta a apresentar com mais clareza os motivos que o levaram a editar e comentar os *Disticha Catonis*. Afirma ele ter sentido necessidade de editar a colectânea porque havia muito que alguns textos ou tinham caído no esquecimento ou eram pouco lidos por estarem repletos de erros, de contaminações e de comentários sem a mínima categoria exigível. Por isso, tinha decidido expurgar o texto dessas incorrecções, prestando assim um proveitoso serviço à educação da juventude.

Na própria carta dedicatória da edição dos *Disticha Catonis*, Erasmo defende-se daqueles que o poderiam atacar por estar a dedicar-se a uma obra considerada menor. Ele, porém, considera o seu tempo bem empregue, pois a obra, apesar de humilde, em sua opinião, conjuga a pureza do latim clássico com a referência aos bons costumes. De facto, estava plenamente convencido de que os *Disticha Catonis*, ao contrário de outros textos escolares usuais na Idade Média, era um texto apropriado para iniciar os estudantes, a um só tempo, no uso correcto do latim clássico e na filosofia moral, em suma, que se tratava de uma obra bastante apropriada à prática da pedagogia humanista.

Uma das principais razões pelas quais Erasmo dedica a sua edição dos *Disticha Catonis* a Ioannes Neuius prende-se com o facto de considerar a sua obra digna de poder vir a ser utilizada na prática docente deste último, como se observa de novo na epístola dedicatória:

*Hoc quicquid est laboris, tibi nuncupandum duximus, mi Neui ornatissime, simul ut habeas quod tuis praelegi cures alumnis, quos nulla neque literarum neque morum barbarie sinis infici, simul ut hoc qualecunque monumentum non sinat nostram necessitudinem intermori. Non me clam est quam sit hoc plus quam leuidensae munusculum impar magnitudini tuae, qui cum eruditione rara, tum moribus non minus integris quam festiuis, et ornas ornatissimum theologorum ordinem, et illustrissimam Louaniensium scholam illustras. Verum confidebam fore, ut optimo uiro libellum quantumuis pusillum ipsa commendaret utilitas.*⁶⁷

⁶⁶ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO (1967), 11 [carta dirigida a Johann von Botzheim, de Basileia, em 30 de Janeiro de 1523].

⁶⁷ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO (ed.), *Disticha moralia*, fl. a2v.

Todo este trabalho, julgámos que to devíamos dedicar, meu distintíssimo Névio, tanto para que tenhas com que cures de ensinar aos teus alunos, os quais não deixas serem corrompidos por ignorância alguma nem das letras nem dos costumes, como para que esta obra, seja ela o que for, não deixe extinguir a nossa amizade. Não é segredo para mim como este pequeno presente é mais do que insignificante, incomparável à tua grandeza, tu que não só com uma erudição rara, mas também com os teus costumes não menos íntegros que alegres, dás brilho à distintíssima ordem dos teólogos e ilustras a ilustríssima escola de Lovaina. Eu confiava verdadeiramente que a própria utilidade haveria de fazer recomendar o livrinho, ainda que insignificante, a um homem notável.

Erasmus estava plenamente consciente de que a *utilitas* da colectânea justificava o seu trabalho filológico, ainda que tivesse a noção exacta da sua menor importância por comparação com as grandes obras da literatura clássica. Essa opinião, porém, não era partilhada por Guillaume Budé. Assim se depreende da troca de correspondência entre Erasmus e o célebre humanista francês, em que este o critica precisamente por desperdiçar o seu tempo e saber com obra de tão pouca valia⁶⁸.

Não há dúvida de que o trabalho do humanista de Roterdão constitui um marco incontornável na longa tradição dos *Disticha Catonis*, por comparação com as edições anteriores. De facto, uma análise cuidadosa da edição e comentário erasmiano permite inclusivamente perceber, a um nível mais lato, as linhas de continuidade mas também de ruptura entre o ensino medieval e o ensino humanista, como muito bem assinalou L. A. Perraud⁶⁹.

A predilecção pelos *Disticha Catonis* não era exclusiva de Erasmus, antes pelo contrário, era comum a muitos outros humanistas seus contemporâneos que não hesitavam em elogiar as virtualidades pedagógico-didácticas da colectânea ou em a utilizar na sua actividade docente. Convém recordar pelo menos os significativos exemplos de Jean Sturm, o primeiro reitor da Universidade de Estrasburgo, que incluía os *Disticha Catonis* no programa de obras dos clássicos, ou de Melancton, reformador das escolas protestantes, cuja prática era semelhante⁷⁰. Do mesmo modo, o humanista valenciano Juan

⁶⁸ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO, *Collected works of Erasmus – The correspondence of Erasmus*, vol. 3, pp. 279-280 e 307-308, respectivamente, carta n.º 403, recebida por Erasmus de Guillaume Budé, de 1 de Maio de 1516, e carta n.º 421, enviada em resposta a Budé, de *circa* 18 de Junho de 1516.

⁶⁹ Atente-se na pertinente afirmação de L. A. PERRAUD (1988), 84: «Erasmus's *Cato* furnishes a concrete example not only of reform of medieval educational practices but also of the broad continuity between medieval educational values and his own.»

⁷⁰ Cf. J. NÈVE (1926), 10-11.

Luis Vives, quando enumera os livros adequados para as crianças, tem o cuidado de colocar os *Disticha Catonis* em primeiro lugar⁷¹.

A edição mais famosa dos *Disticha Catonis* foi seguramente a de Erasmo, que teve múltiplas reimpressões tanto no século XVI como nos que se lhe seguiram. Outros humanistas houve, no entanto, que deram à estampa edições também célebres⁷². Convém referir aqui as de Maturin Cordier, reeditada mais de uma centena de vezes, de Elio Antonio de Nebrija, de Pierre Pithou ou as de Scaligero a que já nos reportámos anteriormente⁷³.

A edição e comentário dos *Disticha Catonis* da autoria de Elio Antonio de Nebrija, que é anterior à de Erasmo, foi reimpressa várias vezes em Espanha durante o século XVI. A influência da colectânea de sentenças, no espaço ibérico, decorre necessariamente das várias traduções que dela foram publicadas em língua castelhana. Assim, por volta de 1490, foi publicada em Saragoça uma versão em redondilhas de arte menor da autoria do monge aragonês Martín García Puyazuelo. Pouco depois, *circa* 1493-1494, também em Saragoça, veio à luz uma nova versão para a mesma língua – *El Catón en latin y en romance* –, em edição bilingue, cuja tradução em «coplas de arte mayor» ficou a dever-se ao poeta-moralista Gonzalo García de Santa María.

É forçoso também fazer menção da famosa versão intitulada *Castigos e enxemplos de Catom*, publicada pela primeira vez em Lisboa, no ano de 1521, nos prelos de Germão Galharde. Esta tradução em verso para castelhano, apesar de ter sido a última das três referidas a ser publicada, deve ter sido, segundo o juízo crítico de Antonio Pérez y Gómez, a primeira a ter sido realizada, antecedendo decerto as duas anteriores em mais de um século. Foi, sem dúvida, a tradução castelhana dos *Disticha Catonis* mais vulgarizada, tendo sido reeditada pelo menos dez vezes ao longo do século XVI e XVII.

Ainda no século XVI, foi também publicada uma outra edição bilingue, realizada com uma finalidade claramente didáctica, com versão castelhana em prosa da autoria de

⁷¹ *De ratione studii puerilis*, fl. L2r. Este pequeno tratado integra a obra de J. L. VIVES, *Opuscula aliquot vere catholica, ac imprimis erudita, Joannis Lodouici Viuis Valentini, accurate impressa. Introductio ad sapientiam. Satellitium siue symbola. De ratione studii puerilis epistolae II*. Lugduni, ex officina Melchioris & Gasparis Trechsel Fratrum, 1532 (usámos o exemplar da BGUC com a cota S.P.-G-1-20). O tratado em questão será citado, de forma abreviada, ao longo deste trabalho, pelo seu título próprio – *De ratione studii puerilis*.

⁷² Para uma descrição completa das edições mais importantes dos *Disticha Catonis* publicadas desde o início do século XVI, Cf. M. BOAS – H. J. BOTSCHUYVER (1952), LII-LVI.

⁷³ Sobre o sucesso das edições de Scaligero, cf. V. ORTOLEVA (1990), 284-285.

Martín Godoy de Loaisa, a qual veio a lume, pela primeira vez, na cidade de Lião, em 1543⁷⁴.

Não obstante a primeira versão portuguesa dos *Disticha Catonis* ter sido publicada, ao que se sabe, apenas em início do século XIX⁷⁵, não deve julgar-se, por isso, que a colecção de sentenças não tenha sido utilizada na instrução dos jovens estudantes portugueses desde época muito recuada. É um facto que os *Disticha Catonis* eram usados como livro de leitura de latim nas universidades medievais⁷⁶. Em Portugal, há prova documental de que também assim acontecia, já que um alvará de D. Pedro I, de 22 de Outubro de 1357, autoriza alguns bacharéis e alunos mais adiantados a interpretar os *Distichos de Catão* aos caloiros, em particular, fora das aulas públicas. Esta prática é consentida aos estudantes de Coimbra a título excepcional, por se tratar de cadeiras para principiantes, pois o ensino dos «livros maiores» e de outras cadeiras mais importantes apenas podia ser realizado no Estudo Geral, estando neste caso expressamente proibida qualquer actividade docente que não fosse ministrada pelos Mestres designados oficialmente para o efeito⁷⁷. O seguinte passo é bastante elucidativo:

DOM PEDRO PELA graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a vós reitores e conservadores do meu studo da çidade de Coimbra saude. Sabede que a mĩ he dito que algũus bachares e scollares se apartã a leer em esta çidade a al[gũus sco]llares em suas pousadas e em outros lo[gares fo]ra das [scolla]s do dito studo as quaes per meu mandado som asiinadas pera leerem os mestres e bacharees cada hũu em sua scientia aos scollares que ao dito studo vierem pera apremder e que desto se segue gram dapno aos scollares e nõ he prol nem homrra do dito studo porque mamdo a vós en senbra e a cada hũu per si que nõ consentades aos ditos bachares e scollares nẽ a outro nenhũu que fora das scollas lea em essa çidade a nenhũu scollar nẽ lhe dee licã nenhũua salvo de partes ou de regras ou de gaton ou de cartulla ou destes livros meores

⁷⁴ Segue-se na nossa exposição o apêndice final da reprodução fac-similada da versão de Gonzalo García de Santa Maria, que constitui o tomo IX da colecção «Incunables poéticos castellanos», publicado em Valencia, em 1964. Este apêndice, cujas páginas se encontram inumeradas, é da autoria de Antonio PÉREZ Y GÓMEZ e tem o título de «Versiones castellanas del Pseudo Caton. Noticias bibliográficas». Aí se encontra um estudo pormenorizado sobre todas as versões castelhanas dos *Disticha Catonis*, com reprodução fotográfica dos frontispícios, descrição das reedições bem como reprodução integral do texto da edição *princeps* da versão «Castigos e enxemplos de Catom», saída dos prelos de Germão Galharde, em Lisboa, em 1521. Para lá das quatro versões referidas, há ainda menção a mais duas já do século XVIII.

⁷⁵ Cf. *Distichos de Catão sobre os costumes que ao Illustrissimo Senhor Christovão Guerner, professo na Ordem de Christo, Deputado da Illustrissima Junta da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, offerece para instrução de seus filhos António Teixeira de Magalhães, Professor Regio de Lingoa Grega na Cidade do Porto*. Lisboa, Na Impressão Regia, 1818. Note-se que a colecção continua a ter nesta época um uso didáctico, como se pode confirmar, desde logo, no próprio título.

⁷⁶ Cf. J. E. SANDYS (1958), vol. I, 652.

⁷⁷ Sobre a questão, cf. J. CARVALHO (1949), 302-307; R. CARVALHO (1996), 77-78; M. MARTINS (1969), 107 e 113; A. C. RAMALHO (1969), 181, nota 6; T. VERDELHO (1995), 35-36.

e nõ de outros livros maiores e se de cada hũu dos outros livros maiores quiserem leer constringede-os que venham leer aas ditas scollas que som taaes e tamanhas em que lhes bem podem leer e cõ mayor prol dos scollares e honrra desse studo honde al nõ facades. [...].⁷⁸

Muito provavelmente os *Disticha Catonis*, designados no alvará simplesmente por «Gatom», seriam explicados e postos em português pelos estudantes mais adiantados, que assim ganhariam algum dinheiro com esta espécie de ‘explicações’ dadas aos principiantes. Na verdade, é lícito supor que muitos dos estudantes não deveriam ser capazes de compreender com facilidade as breves mas, por vezes, densas sentenças atribuídas a Catão⁷⁹.

Existe também indicação de que os *Disticha Catonis* existiam, em manuscrito, na biblioteca de D. Duarte⁸⁰, que na sua obra demonstra ter um bom conhecimento dos ditos catonianos⁸¹. Na verdade, D. Duarte faz referência, de forma explícita, a algumas sentenças da colectânea que a tradição atribuiu a Catão. Assim, quando escreveu no *Leal Conselheiro* «Do que perteece aos senhores mais nom screvo, por me non louvar ou doestar, por que o Gatom o defende»⁸², por certo tinha no seu pensamento a seguinte sentença:

*Nec te conlaudes, nec te culpaueris ipse:
hoc faciunt stulti, quos gloria uexat inanis.*⁸³

Nem te elogies nem te recrimines a ti próprio:
fazem isso os insensatos, a quem oprime uma glória vã.

Ainda na mesma obra, D. Duarte volta a referir-se aos *Ditos de Catão* no capítulo XIX, de pendor autobiográfico, intitulado «Da maneira que fui doente do humor menencorico, e del guareci». A partir da sua experiência pessoal, reflecte sobre a forma como o temor da morte pode afectar, decisiva e negativamente, a vida das pessoas, aludindo de novo à reconhecida autoridade dos *Disticha Catonis*: «E por tal temor se pode bem dizer o dicto de Gatom: Quem teme a morte, perde quanto vyve. E em outro lugar: Quem teme a

⁷⁸ Cf. *Livro Verde da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues; transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, 42-43.

⁷⁹ Cf. M. MARTINS (1969), 107 e 113.

⁸⁰ Cf. A. C. RAMALHO (1969), 166.

⁸¹ Cf. J. CARVALHO (1949), 306-307; M. MARTINS (1969), 106-107.

⁸² D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, 248.

⁸³ *Disticha Catonis* 2.16.

morte, perde o prazer da vida.»⁸⁴. As palavras de D. Duarte seguem de perto, ainda que apenas parcialmente, duas outras sentenças catonianas:

*Ne timeas illam, quae uitae est ultima finis:
qui mortem metuit, quod uiuit, perdit id ipsum.*⁸⁵

Não temas aquele que é da vida o derradeiro fim:
quem a morte receia, aquilo que viveu, isso mesmo perde.

*Linqe metum leti: nam stultum est, tempore in omni
dum mortem metuas, amittere gaudia uitae.*⁸⁶

Deixa esse medo da morte, pois não é sensato, em tempo algum,
enquanto se teme a morte, perder o prazer da vida.

Como foi assinalado, os humanistas não deixaram de adoptar os *Disticha Catonis* como um livro essencial na sua actividade pedagógico-didáctica. A imprensa trouxe uma projecção enorme à colectânea que foi, por certo, um dos livros mais reeditados por toda a Europa, nos séculos XV e XVI. Portugal não constituiu excepção neste capítulo, pois esta recolha de sentenças continuou a ser um livro fundamental no ensino dos jovens portugueses do século XVI. Faz-se menção, de seguida, a alguns exemplos comprovativos da utilização dos *Disticha Catonis* na educação dos jovens portugueses de Quinhentos.

Segundo o testemunho do cronista Francisco de Andrade, o próprio D. João III tinha iniciado os seus estudos na companhia de alguns moços fidalgos, a quem um professor de latim ensinava, entre outras obras, os famosos «conselhos de Catão», utilizando muito seguramente uma edição impressa:

Do bom engenho que o principe mostrou nestes principios entendeo el Rey que era ja necessario passallo a outros mestres, que lhe insinassem cousas de mais sustancia, e para isto lhe deu por mestre da gramatica a dom Diogo ortiz de vilhegas Bispo de Tangere, e prior de São Vicente de fora, pregador famoso, e auido por theologo consumado, o qual por sua virtude e por suas letras foy despois prouido no Bispado de Viseu : este começou de insinar a gramatica ao principe em companhia d'alguns moços fidalgos, que el Rey mandou que aprendessem com elle assy para a boa criação delles, como porque a emulação e a competencia nos honestos exercicios dão estimulos e forças para as virtudes, e tambem porque a inueja nos que aprendem sempre costumou a lhe ser proueitosa, porque dá desejo a cada hum de saber mais que outro. Leolhe o

⁸⁴ D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, 274.

⁸⁵ *Disticha Catonis* 1.22.

⁸⁶ *Disticha Catonis* 2.3.

Bispo os conselhos de Catão, leolhe Terencio, Virgilio, Salustio, & alguma parte da Biblia [...].⁸⁷

André de Gouveia, a convite de D. João III, veio expressamente de França, onde havia dirigido o Colégio de Guiana, em Bordéus, para fundar o famoso Colégio das Artes, na cidade de Coimbra, o que veio a ocorrer em 1548. André de Gouveia procurou adoptar no Colégio das Artes uma *ratio studiorum* semelhante àquela que havia estabelecido para a *Schola Aquitanica*, que foi inclusivamente publicada pelo humanista Elias Vinet⁸⁸.

O curso de latinidade ocupava um lugar de grande importância e estava dividido em dez classes, das quais a décima era a mais elementar. Segundo estava prescrito na referida *ratio*, os *Disticha Catonis* eram lidos no *nonus ordo*⁸⁹, o que revela a importância que a colectânea assumiu na educação dos jovens estudantes do colégio bordalês, sendo muito previsível que também assim acontecesse no próprio Colégio das Artes⁹⁰.

Acrescenta-se, por último, uma prova mais da grande divulgação que os *Disticha Catonis* alcançaram no Portugal de Quinhentos. Na tragicomédia *Triunfo de Inverno* de Gil Vicente, trava-se um diálogo em latim entre a Serra de Sintra e uma Forneira, que a certa altura trocam entre si ditos sentenciosos. Conforme veio provar em definitivo Américo da Costa Ramalho⁹¹, a sentença proferida pela Serra de Sintra corresponde à transcrição integral de um hexâmetro de uma das célebres sentenças catonianas:

Serra *Meu senhor cõtra verbosos
noli contendere verbis.*

Forneira *Qui semetipsum laudat,
despicit honore suũ.*⁹²

*Contra uerbosos noli contendere uerbis:
sermo datur cunctis, animi sapientia paucis.*⁹³

Contra os faladores não disputes com palavras,
a fala é dada a todos, a sabedoria a poucos.

⁸⁷ Francisco de ANDRADE, *Crónica de D. João III*, (I parte, cap. 3), 5-6.

⁸⁸ Cf. André de GOUVEIA, *Schola Aquitanica. Regulamento de estudos de André de Gouveia, publicado em Bordéus por E. Vinet*. Texto latino revisto por Alfredo de Carvalho. Coimbra, 1941.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, 18-19.

⁹⁰ Cf. J. S. S. DIAS (1969), vol. I, tomo II, 552.

⁹¹ A. C. RAMALHO (1969), 162-167.

⁹² Gil VICENTE, *Copilacam de todas as obras* [...]. Lixboa, em casa de Ioam Alvarez, 1562, fl. 182v.

⁹³ *Disticha Catonis* 1.10. Apresenta-se a tradução de A. C. RAMALHO (1969), 164.

Já a fonte do latim da Forneira se revela mais difícil de apurar por não ter, muito provavelmente, uma origem única e determinável com precisão. O primeiro hemístiquio «Qui semetipsum laudat», como já foi observado⁹⁴, estabelece uma relação directa com a parte equivalente de uma das sentenças atribuídas a Publílio Siro: «Qui se ipse laudat, cito derisorem inuenit.».

Julgamos, no entanto, que é possível rastrear uma outra importante influência tanto para o segundo hemístiquio como para a estrutura e sentido global da sentença. Na versão bíblica da Vulgata do *Livro dos Provérbios*⁹⁵ encontra-se a sentença «Qui abicit disciplinam despicit animam suam»⁹⁶, cuja última parte é correspondente, com a alternância entre *animam/honorem*, ao «despicit honore suū» posto na boca da Forneira. Além disso, importa igualmente referir um passo da 2.^a *Epístola aos Coríntios* com o qual o texto vicentino, apesar das diferenças evidentes que separam as duas obras, parece estabelecer uma equivalência marcada sobretudo em termos sintáctico-semânticos:

*Non enim qui seipsum commendat, ille probatus est, sed quem Dominus commendat.*⁹⁷

Em jeito de conclusão, pode afirmar-se que os *Disticha Catonis* foram, sem dúvida alguma, um dos textos com mais importância enquanto instrumento fundamental para o ensino da língua latina e para a transmissão dos valores ético-morais veiculados pelas sentenças atribuídas a Catão. A colectânea de sentenças, aliás, em muito contribuiu para reforçar, ao longo dos séculos, a aura de sabedoria e de prudência, que sempre rodeou o senador romano, desde os tempos recuados em que a sua voz avisada se fazia ouvir em pleno Senado, aconselhando a destruição da emergente e ameaçadora cidade de Cartago.

Um curioso jogo de espelhos marca a relação entre o suposto autor dos *Disticha* e a própria colectânea. Se é certo que Catão empresta a sua autoridade e o seu próprio nome à colectânea, não é menos verdade que a enorme difusão alcançada pela recolha de sentenças reforçou e alimentou sobremaneira a imagem que se foi criando da sua pessoa.

A verdade é que não houve época que não prestasse atenção, de uma ou de outra forma, aos ditos catonianos. Desde o aparecimento dos *Disticha Catonis* na Antiguidade tardia, passando pela cristianização medieval, até ao labor humanista pela recuperação da

⁹⁴ A. C. RAMALHO (1969), 165-166.

⁹⁵ O *Livro dos Provérbios*, à semelhança dos restantes livros sapienciais, mereceu grande atenção nomeadamente por parte dos humanistas portugueses. Sobre a exegese bíblica feita por D. Jerónimo Osório a este texto de carácter proverbial-sentencioso, cf. M. A. RODRIGUES (1993), 343-354.

⁹⁶ *Prov.* 15.32.1.

⁹⁷ *2 Cor.* 10.18.

letra e do sentido primitivo, a colectânea nunca perdeu a capacidade de se adaptar justamente àquilo que cada época dela exigia.

Em suma, a autonomia e a universalidade inerentes aos ditos catonianos garantiram sempre o enorme sucesso da colectânea, cuja fundada *utilitas* radica duplamente no plano linguístico e ético. De facto, a colectânea consagrou-se, desde sempre, como um instrumento pedagógico-didáctico de primeira grandeza, sem nunca perder a sua actualidade ao longo dos tempos.

Capítulo 6

Colectâneas de textos sentenciosos: um breve olhar de Roma até ao Renascimento

Como acabou de se verificar, os *Disticha Catonis* constituem um exemplo paradigmático do enorme interesse que os textos de carácter proverbial-sentencioso despertaram ao longo da Idade Média¹. O sucesso alcançado por esta colectânea de sentenças suscitou o aparecimento de inúmeros textos semelhantes. Entre as muitas obras que tomam os *Disticha Catonis* por modelo, importa referir os *Monosticha Catonis*, os *Praecepta vivendi* de Alcuino, o *Supplementum Catonis* ou *Facetus*, o *Liber quintus Catonis* atribuído a Eugénio de Toledo², o *Novus Cato*, vários *Cato interpolatus*, o *Cato r(h)ytmicus*, ou o *Cato leoninus*³. Trata-se, no fundo, de textos que dão continuidade à tradição literária dos *Disticha Catonis* e que, no caso do *Liber quintus Catonis*, foram considerados e incorporados inclusivamente como a sua continuação directa.

À semelhança de muitas outras colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso, verifica-se que a autoria da maior parte destas obras é desconhecida. As recolhas de textos sentenciosos constituem, como anteriormente se demonstrou, um dos melhores exemplos do conceito de obra aberta. A diluição do conceito de autor e as próprias características deste tipo de enunciados favorecem a produção de textos que, ao longo do tempo, se vão juntando ao núcleo inicial da colectânea e, com frequência, dela passam a fazer parte integrante.

Os *Disticha Catonis* assumiram indiscutivelmente um papel de relevo no ensino monástico medieval não só pelas suas enormes potencialidades no ensino da língua latina, mas, acima de tudo, pelo seu reconhecido valor edificante. Na verdade, o grande número de traduções que deles se fizeram para as mais variadíssimas línguas vernáculas parece indicar que o interesse pelo valor ético-moral da colectânea suplantava a sua utilização na

¹ Sobre a fortuna alcançada pelos enunciados de tipo proverbial-sentencioso na Idade Média, cf. E. R. CURTIUS (1989), vol. I, 91-96; P. LAURENS (1989), 510-512.

² Cf. Y.-F. RIOU (1972), 26-30.

³ Para uma análise mais pormenorizada sobre o aparecimento de obras análogas aos *Disticha Catonis*, cf. P. LAURENS (1989), 510-511; P. ROOS (1984), 228-230.

vertente linguística e gramatical⁴. Entre os autores escolares, o Pseudo-Catão adquiriu uma posição ímpar como se pode facilmente verificar pelo lugar cimeiro que esta recolha de sentenças ocupa no rol das obras que integram a famosa colectânea escolástica conhecida pelo nome de *Liber Catonianus*.

De facto, os poetas pagãos eram estudados segundo procedimentos de explicação moral e alegórica, que justificavam, no fundo, o estudo dos autores clássicos⁵. As glossas e comentários que acompanham os manuscritos dos *Disticha Catonis* comprovam precisamente que a interpretação das sentenças é feita à luz de uma evidente cristianização do seu sentido. Segundo Richard Hazelton, «Cato was converted into a Christian moralist», processo este que foi favorecido, sem dúvida alguma, pelo paralelo quase inevitável que forçosamente se estabelecia entre os *Disticha Catonis* e os livros sapienciais do *Antigo Testamento*, com particular relevância para os livros dos *Provérbios*, *Eclesiastes* e *Eclesiástico*⁶.

Não se julgue, porém, que o sucesso das recolhas de textos de tipo proverbial-sentencioso no Medievo se resume apenas aos *Disticha Catonis* e às restantes obras que deles se serviram como modelo⁷. A compilação de florilégios e de antologias, a ajuizar pelos inúmeros exemplos que nos restam da tradição manuscrita, era uma actividade muito frequente na Idade Média, na sequência, aliás, do que vinha acontecendo na Antiguidade Greco-romana⁸. Em Portugal, por exemplo, há que referir a existência de duas colecções inéditas de sentenças de sentido moral, em latim, provenientes da biblioteca manuscrita do Mosteiro de Alcobaça. Uma data do século XIII (*Alc.* 238) e a outra, versificada, do século XIV (*Alc.* 34), conservando-se actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa⁹.

Na Idade Média, surge em todo o continente europeu uma enorme variedade de florilégios que recolhem excertos, em verso e em prosa, tanto de passos bíblicos, como de autores pagãos e cristãos. A classificação dos florilégios medievais não é uma tarefa fácil

⁴ Cf. B. MUNK OLSEN (1991), 60.

⁵ Sobre a recepção dos autores clássicos greco-latinos na Idade Média, cf. B. MUNK OLSEN (1991), (1995a); B. MUNK OLSEN – P. PETTMENGIN (1995), 199-275; E. M. SANFORD (1924), 190-248.

⁶ Cf. R. HAZELTON (1957), 163-164.

⁷ Menciona-se a publicação iminente de um trabalho sobre a constituição das recolhas de sentenças e de provérbios na Antiguidade tardia e na Idade Média, apesar de não ter sido consultado – E. SCHULZE-BUSACKER, «La constitution des recueils de proverbes et sentences dans l'Antiquité tardive et le Moyen Age», dans *La réception de l'Antiquité*, Études réunies par P. Nobel. Paris, Presses Universitaires Franc-Comtoises / Les Belles Lettres.

⁸ Para uma análise pormenorizada dos florilégios e antologias medievais, cf. B. MUNK OLSEN (1995b), 133-144; (1995c), 145-224; 225-274; M. SPALLONE (1999), 443-471.

⁹ Cf. J. MATTOSO (1993), 566-567.

dada a grande diversidade de tipologias existente, que dificulta sobremaneira a sua descrição¹⁰. Ainda assim, é possível afirmar que os florilégios medievais, qualquer que fosse a sua tipologia, partilhavam um objectivo comum, já que eram utilizados sobretudo na «diffusione delle verità di fede e per l'edificazione delle anime»¹¹.

Na maior parte dos casos, não é possível estabelecer entre estes florilégios medievais e os florilégios de sentenças em verso da Antiguidade Greco-latina, que até aqui temos vindo a analisar, uma correlação directa. Há, no entanto, um tipo de florilégio de inspiração ética, que pode assumir uma dupla função, didáctica e edificante, que estabelece alguns pontos de contacto com o modelo de colectânea de sentenças, de que os *Disticha Catonis* constituem um paradigma¹².

Se for efectuada uma breve comparação entre estes dois tipos de recolha de textos, verifica-se que, apesar de poder não haver, muitas vezes, coincidência no que à forma diz respeito, compartilham alguns temas, textos e objectivos comuns. Estes florilégios 'éticos' procuram reunir excertos de autores clássicos com o objectivo de fornecer ensinamentos a partir da moralidade dos autores antigos. Em muitos casos, era necessário proceder a algumas adaptações dos textos originais ou à sua interpretação alegórica, quando o sentido original não estava conforme à moral cristã.

Os florilégios tinham uma grande vantagem face à obra integral, pois permitiam ao compilador seleccionar dessa mesma obra apenas os textos que fossem adequados à doutrina cristã¹³. Entre os mais representativos exemplos que podem ser mencionados, contam-se as seguintes colectâneas: *Collectaneum Hadoardi* (séc. IX), *Collectaneum Sedulii Scotti* (séc. XII), *Florilegium Duacense* (séc. XII), *Florilegium Oxoniense* (séc. XII), *Florilegium Gallicum* (séc. XII) e *Florilegium Angelicum* (séc. XII). Note-se, porém, que alguns destes florilégios, além de excertos de autores clássicos, incorporam igualmente *flores* das sagradas escrituras e de autores cristãos¹⁴.

¹⁰ Sobre os problemas que os florilégios nos colocam em termos de classificação, cf. B. MUNK OLSEN (1995b), 133-134.

¹¹ Cf. M. SPALLONE (1999), 447.

¹² Sobre os florilégios 'éticos', cf. B. MUNK OLSEN (1995b), 138-139; M. SPALLONE (1999), 449-470.

¹³ Cf. B. MUNK OLSEN (1995b), 138-139.

¹⁴ Para uma descrição pormenorizada dos textos que compõem estes florilégios, cf. B. MUNK OLSEN (1995b), 133-144; (1995c), 145-224; 225-274; E. M. SANFORD (1924), 190-248; M. SPALLONE (1999), 443-471.

A tradição manuscrita medieval, tantas vezes materializada na forma de antologia ou de florilégio, teve um papel de grande relevo na divulgação e na manutenção dos textos e dos saberes, nomeadamente da obra dos autores pagãos. Os enunciados de tipo proverbial e sentencioso, organizados ou não em colectâneas, assumiram um papel importantíssimo neste processo, tanto mais que em alguns casos era através deles que muitos estabeleciam um contacto, ainda que limitado e parcial, com os *auctores* da cada vez mais distante cultura clássica. O enorme interesse que este tipo de textos de tipo proverbial-sentencioso despertou fundou-se sobretudo em razões de ordem linguística e, mais importante ainda, de ordem ético-moral.

Por um lado, convém destacar a importância alcançada pelas formas de tipo proverbial que, muitas vezes, são mesmo colocadas em verso com recurso à rima, como atestam as expressões *uersus prouerbiales* ou *prouerbia uersificata*. Este enunciado de tipo proverbial, recorrente nos manuscritos medievais, pode ser de origem greco-latina, bíblica ou, na maioria dos casos, uma simples versão latina de formas proverbiais populares, cujo exemplo paradigmático são os *Prouerbia Rusticorum*, que têm a sua fonte nos *Proverbes au Vilan*¹⁵. As amplas recolhas feitas por Hans Walther¹⁶ e Paul Gerhard Schmidt¹⁷ permitem ter uma noção da enorme expressão que o enunciado proverbial assumiu ao longo de toda a Idade Média¹⁸.

Por outro lado, constata-se que o enunciado de tipo sentencioso continua a ter uma recepção pelo menos tão bem sucedida como na Antiguidade Clássica. De facto, assistimos não só à circulação dos florilégios de sentenças já conhecidos do mundo greco-latino, de que são exemplos recorrentes os já referidos *Disticha Catonis* ou as *Sententiae* de Publílio Siro, como ao aparecimento de outras colectâneas similares como as que se fundaram no modelo dos *Disticha Catonis* ou os pseudo-senequianos *Monita* e *De moribus*.

Na verdade, não subsistem dúvidas sobre a grande difusão que teve o enunciado de tipo proverbial-sentencioso na Idade Média. Não obstante o evidente sucesso granjeado pelas recolhas de provérbios e de sentenças no Medievo, todavia, seria preciso esperar que

¹⁵ Cf. P. LAURENS (1989), 510-512.

¹⁶ Cf. H. WALTHER, *Carmina medii aevi posterioris latina*, II: *Proverbia sententiaeque latinitatis medii aevi*. Lateinische Sprachwörter und Sentenzen des Mittelalters in alphabetischer Anordnung. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1963-1969 [6 vols.].

¹⁷ Cf. P. G. SCHMIDT, *Proverbia sententiaeque latinitatis medii ac recentioris aevi*. Nova series, aus dem Nachlass von H. Walther. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1982-1986 [3 vols.].

¹⁸ Para uma análise da presença das recolhas de provérbios nos manuscritos conservados, cf. E. M. SANFORD (1924), 190-248.

soprassem os ventos do Humanismo «perché la testualità letteraria di Roma antica oltre all'integrità riconquisti la sua individualità»¹⁹.

Com efeito, como se procura demonstrar nos capítulos seguintes, os humanistas dedicam muito do seu labor filológico aos enunciados de tipo proverbial-sentencioso. Há, de facto, um esforço evidente para recuperar por inteiro as antigas colectâneas greco-romanas, que passa nomeadamente por uma profusão de edições das antigas recolhas e da criação de outras feitas à sua imagem e semelhança. Umas e outras encontram-se plenamente integradas na pedagogia humanista à semelhança do que já sucedia no âmbito da educação greco-romana.

¹⁹ Cf. M. SPALLONE (1999), 392.

Capítulo 7

Colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos no Renascimento

1. A fortuna do modelo sentencioso

O Humanismo renascentista mantém uma relação bastante estreita com a filosofia moral. Esta disciplina filosófica representa uma parte inalienável dos *studia humanitatis* e funciona, de alguma forma, como uma referência determinante tanto na produção literária como na prática pedagógica dos humanistas¹. Não restam dúvidas de que a autoria de uma grande parte da literatura moral durante o Renascimento tem de ser atribuída aos humanistas, a que não é alheio o facto de muitos desempenharem, por regra, funções docentes. A preocupação que sentiam com as questões relacionadas com a filosofia moral exerce uma influência de peso na sua prática pedagógica e manifesta-se, igualmente, na reflexão teórica sobre a educação, que representa um tema bastante caro à generalidade dos autores.

A formação moral dos jovens discípulos constitui, por isso, um objectivo primordial do projecto educativo dos mestres humanistas. Estes vêem a Antiguidade Clássica como um verdadeiro guia e modelo, procurando imitá-lo na sua prática quotidiana em todas as áreas do saber, das línguas às literaturas, da filosofia à história, da retórica à medicina.

A preocupação com a formação moral dos jovens assume tal relevância que, de alguma forma, justifica a enorme predilecção pelo género de textos clássicos a partir de onde se supunha ser possível extrair ensinamentos morais. De facto, constata-se que a poesia e a história, por exemplo, constituem duas áreas privilegiadas para os *umanisti*, em grande medida, porque estes reconheciam nestes textos a existência de um substrato moral com aproveitamento directo na sua prática pedagógica². Procuram encontrar nos

¹ A filosofia moral é uma das poucas disciplinas filosóficas que era considerada como parte integrante dos *studia humanitatis*. Os humanistas não apenas escreviam amiúde sobre temas de filosofia moral como davam também preferência a determinados géneros literários mais aptos para ministrar a formação moral dos discípulos. As estreitas relações entre humanismo e filosofia moral são equacionadas, de forma magistral, por P. O. KRISTELLER (1988), 271-309.

² Sobre a importância que o Humanismo confere à História sobretudo enquanto paradigma, cf. D. R. KELLEY (1988), 236-270; N. C. SOARES (1992), 153-169; (1994b), 280-305.

textos historiográficos uma lição moral da mesma forma que tomam como sua a antiga concepção greco-latina do poeta como educador. A recuperação integral desta concepção, associada às virtualidades intrínsecas da poesia, impulsionou sobremaneira a recolha e a produção de sentenças em verso que, não raras vezes, eram comentadas e usadas nas escolas. Tratava-se, de facto, de um dos enunciados mais adequados para ministrar aos alunos, a um só tempo, a necessária formação linguística e ético-moral.

Além disso, os humanistas privilegiavam, de uma perspectiva mais alargada, a generalidade dos textos em poesia ou em prosa a partir dos quais pudessem extrair uma lição moral. Não restam dúvidas de que determinados autores e obras da Antiguidade Clássica gozam de uma enorme popularidade no Renascimento, sobretudo em razão do seu carácter moralizante. Encontram-se entre estes autores, apenas para citar alguns dos mais destacados, Isócrates, Xenofonte, Plutarco, Cícero ou Séneca.

O afã com que os humanistas se entregaram à redescoberta de antigos manuscritos veio também possibilitar o surgimento de edições e comentários de alguns autores/obras que constituem fontes privilegiadas da antiga filosofia moral. Importa mencionar, a este respeito, algumas obras de Platão e dos neo-platonistas, Sexto Empírico e Lucrécio e os estóicos Epicteto e Marco Aurélio³. Estas obras foram editadas e traduzidas inúmeras vezes durante o Renascimento.

Não obstante a enorme difusão das obras integrais de todos estes autores, convém notar a imensa popularidade de que gozaram as colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso. Vulgariza-se por toda a parte a edição de recolhas de sentenças, provérbios, apotegmas, adágios, emblemas, ditos ou mesmo fábulas. Naturalmente que as preocupações de natureza pedagógico-didáctica sentidas com a formação linguística e moral dos alunos subjazem à escolha e à recolha destes enunciados por parte dos humanistas.

Acresce ainda que estas colectâneas funcionavam também como um repositório de enunciados aptos a ser introduzidos a qualquer momento no discurso oral ou escrito dos humanistas. Trata-se, no fundo, do reavivar da antiga utilização destes enunciados no grau mais elevado da educação greco-romana – a escola de retórica. Os enunciados de tipo proverbial e sentencioso serviam, por um lado, para a formação linguística e moral dos

³ Cf. P. O. KRISTELLER (1988), 276-277.

mais jovens e, por outro, constituíam um recurso retórico de enorme valia para todos os humanistas⁴.

A filosofia moral coloca à sua disposição um antigo conjunto de normas e princípios que abrangem áreas tão vastas como a vida e a experiência humana e que configuram uma moral de tipo secular que é, com frequência, harmonizada com a doutrina religiosa. Os enunciados coligidos, em grande parte, da obra dos autores greco-latinos espelham com fidelidade esse conjunto de regras e princípios morais, constituindo um verdadeiro repositório dos valores da cultura clássica.

Não se estranha, por isso, que sejam muitos os humanistas, por todo o continente europeu, a decidir organizar colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos. A maior parte destas compilações recolhe, pura e simplesmente, enunciados extraídos de obras de autores clássicos, cristãos ou humanistas, organizando-os por ordem alfabética ou temática, segundo o conhecido critério de distribuição por *loci communes*.

É de notar que estas colectâneas contêm, regra geral, enunciados de origem e natureza muito diversificada. Em primeiro lugar, convém referir o interesse consagrado às colectâneas da tradição greco-latina, onde se destacam, por exemplo, o *Florilégio* de Estobeu, os *Disticha Catonis* ou as *Sententiae* de Publílio Siro. As múltiplas edições e comentários de que foram objecto são a prova indesmentível do enorme interesse que suscitaram.

Por outra parte, há que considerar a publicação de muitas recolhas novas organizadas pelos humanistas. Entre estas últimas, umas integram apenas excertos coligidos da obra de um autor, outras de vários. O organizador da colectânea limita-se, na maioria das situações, a seleccionar e organizar os enunciados de entre as várias obras que lhe servem de fonte. No entanto, nem sempre assim acontece, pois algumas colectâneas são constituídas a partir de enunciados da autoria de quem as organiza. Deste modo, pode afirmar-se que em determinados casos estamos na presença de um compilador e noutros, se bem que menos numerosos, de um verdadeiro autor.

Refira-se também que a língua mais comum nestas colectâneas é a latina, apesar de se notar um uso cada vez mais acentuado dos restantes idiomas. Por um lado, não faltam exemplos de traduções de colectâneas greco-latinas para as várias línguas europeias,

⁴ Os humanistas não apenas recuperam a retórica clássica como a integram no seu programa de *studia humanitatis*, fazendo desta disciplina a arte suprema do discurso. Sobre as relações próximas entre Humanismo e Retórica, cf. J. MONFASANI (1988), 171-235.

por outro, a organização de recolhas de textos de tipo proverbial-sentencioso em vernáculo é uma actividade florescente. Generalizam-se igualmente as edições bilingues latim-vernáculo, de que já se deu notícia a propósito dos *Disticha Catonis* e de que são também exemplo, entre nós, as colectâneas de André Rodrigues Eborensis ou de Diogo de Teive.

No que concerne à natureza dos enunciados que integram estas obras, a diversificação não é menor, tal como já sucedia, aliás, nas colectâneas greco-latinas: se umas contêm enunciados da mesma natureza (e.g. *adagia, apophthegmata, dicta, emblemata, exempla, prouerbia, sententiae*), outras têm um carácter muito mais abrangente, marcado desde logo por títulos como, por exemplo, *Cornucopia, Flores, Florilegii, Margaritae, Siluae, Viridarii*.

Deve notar-se, todavia, que mesmo nas primeiras podem ser encontrados algumas vezes enunciados diferenciados, ainda que, à partida, aparentem incluir apenas um tipo único de texto. Como se referiu oportunamente, há uma grande fluidez semântica entre os termos que designam os vários enunciados, cuja definição e distinção nem sempre é muito nítida. De facto, muitas destas obras têm um carácter verdadeiramente enciclopédico, recolhendo uma multiplicidade de enunciados, cujo conhecimento e assimilação por parte dos humanistas se traduz «na permanente inserção do seu conteúdo na dinâmica criadora do texto literário.»⁵.

Erasmus de Roterdão veio a constituir um exemplo paradigmático para todos os humanistas que se entregaram à organização de colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso. Não só tratou de editar e comentar várias colectâneas greco-latinas como, de outro modo, organizou e publicou novas recolhas, que alcançaram grande divulgação por toda a parte, como comprovam as repetidas e variadas edições de que foram objecto.

A *Adagiorum Collectanea*, mais tarde convertida em *Adagiorum Chiliades*, é uma obra monumental que começa por ser publicada em 1500, mas que tem um longo historial de edições, a todos os títulos impressionante, nos prelos dos mais importantes impressores europeus (e. g. Matthias Schürer, em Estrasburgo, Aldo Manuzio, em Veneza, ou a família Froben, em Basileia). É lícito afirmar-se que se trata de uma obra aberta, já que o próprio Erasmus aproveita as sucessivas reedições para ir ampliando e corrigindo os materiais entretanto publicados. De facto, a incorporação de novos textos provenientes de fontes diversas é uma constante, a tal ponto que o número de enunciados começa por 836

⁵ Cf. N. C. SOARES (1995), 838.

na edição *princeps* e chega a atingir um máximo de 4151, por altura da morte de Erasmo. A colectânea teve uma divulgação extraordinária por toda a Europa, sendo objecto de múltiplas edições para todos os gostos desde o prático e acessível livro de bolso até à majestosa e luxuosa edição *in folio*.

Não se pense, porém, que o mérito de Erasmo consiste apenas, o que já não é de somenos importância, na simples compilação dos enunciados acompanhados de extensos e eruditos comentários de sua autoria. Convém destacar que o humanista de Roterdão revolucionou por completo os métodos e técnicas de organização, apresentação e edição das recolhas proverbiais e sentenciosas.

As colectâneas, regra geral, não são obras de leitura integral mas antes de consulta, pelo que era de importância vital a apresentação de índices gerais adequados, por forma a que o leitor pudesse encontrar, com rapidez e facilidade, tudo aquilo que procurava. Basta pensar que os índices da recolha erasmiana chegam a superar as cem páginas nas edições mais completas *in folio*, para ter uma ideia aproximada da sua enorme importância e funcionalidade. Apenas os índices já constituíam um volume apreciável. Um dos índices temáticos mais importantes é a distribuição dos enunciados por uma lista imensa de centenas de *loci* organizados em categorias duplas muitas vezes antonómicas⁶, um método que mais tarde será adoptado na colectânea de André Rodrigues Eboreense.

A organização de índices torna-se ainda mais premente em virtude do uso escolar que era dado, não raras vezes, à colectânea erasmiana. Assim se justifica e compreende, entre nós, a publicação de um cuidado e inovador índice dos *Adagiarum Chiliades* de Erasmo, organizado pelo humanista brugense João Vaseu como resultado, seguramente, dos seus muitos anos de docência enquanto mestre de latinidades⁷. Do mesmo modo, não deixa de ser significativa a apresentação e a tradução dos adágios por parte de Jerónimo Cardoso no seu dicionário de latim-português, assunto a que mais adiante se voltará.

A volumosa colectânea de Erasmo funciona, na prática, como um magnífico compêndio da cultura greco-latina que coloca à disposição de todos, em particular dos

⁶ Para uma análise da complexa história editorial da famosa colectânea erasmiana e das interessantes relações de Erasmo com o mundo da imprensa, cf. o estudo «Los Adagios como aventura editorial: matar a Erasmo para venderlos mejor» da autoria de Alexandre VANAUTGAERDEN, Conservador do Museu da Casa de Erasmo, que se encontra publicado em R. PUIG DE LA BELLACASA (2000), 27-39.

⁷ *Index rerum et uerborum copiosissimus ex Des. Erasmi Roterodami Chiliadibus per Ioannē Vasaeū brugensem ita collectus* [...]. Conimbricae, Excudebāt Ioannes Barrerius & Ioan. Alvarez Typographi Regij, 1549. Para uma descrição pormenorizada desta obra, cf. T. VERDELHO (1995), 411-417.

jovens estudantes, a chave de acesso a um conjunto alargado de enunciados de outra forma inacessíveis à generalidade dos leitores. Os *Adagiarum Chiliades*, pela sua enorme difusão e utilização, desempenham indesmentivelmente um papel central no mais amplo movimento de retorno aos valores e aos textos da Antiguidade Greco-latina⁸.

Não obstante haver várias colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos com publicação anterior à recolha de Erasmo, é um facto que os *Adagiarum Chiliades* de Erasmo passaram a constituir uma referência modelar para os muitos que a seguir se entregaram à publicação de obras do mesmo género. Refira-se que Paolo Manuzio, correspondente e amigo de Diogo Pires, editou por várias vezes a colectânea de Erasmo, procedendo a uma profunda revisão, correcção e melhoramento da obra original, que mesmo depois da morte de Erasmo nunca deixou de receber novas contribuições.

O humanista de Roterdão é, de facto, uma referência incontornável no que respeita à edição de colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos. A actividade de Erasmo neste capítulo não se limita, porém, apenas aos *Adagiarum Chiliades*, já que a ele se deve também a publicação de uma famosa recolha de *apophthegmata* reeditada e traduzida dezenas de vezes⁹. A tudo isto, acresce ainda a edição e comentário de várias recolhas greco-latinas como os *Disticha Catonis*, as *Sententiae* de Publílio Siro e os *Dicta Sapientum Graeciae*.

As colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos ocupam um lugar de destaque na vasta obra de Erasmo. Ainda que as suas recolhas se insiram claramente na antiga tradição greco-latina, vários factores houve que fizeram do humanista de Roterdão um modelo a seguir neste capítulo. Entre esses motivos, contam-se a enorme amplitude e variedade das recolhas, os importantes comentários e notas com que faz acompanhar os enunciados, a excelente organização e indexação, a qualidade geral das edições e, não menos importante, a fama que desde sempre acompanhou o nome de Erasmo.

Não existiu da nossa parte a pretensão nem o objectivo de fazer aqui uma relação exhaustiva das inúmeras colectâneas publicadas em particular ao longo de todo o século XVI, pelo que se procura, de seguida, mencionar apenas os autores e as obras mais

⁸ R. L. COLIE (1973), 32-36.

⁹ *Apophthegmata siue scite dictorum libro sex, ex optimis quibusque utriusque linguae autoribus* [...]. Basileae, in off. Frobeniana, 1531. Esta recolha foi reeditada dezenas de vezes em Basileia, Antuérpia, Lião, Paris e Veneza.

relevantes¹⁰. Além das obras de Erasmo de que entretanto se fez menção, cumpre referir as inúmeras edições quinhentistas da colectânea *Officina partim historiis partim poeticis referta disciplinis* de Jean de Tixier, mais conhecido pelo nome latino de Ioannes Rauisius Textor¹¹. Outra obra importante é a *Polyanthea opus suauissimum floribus exornatum* de Domenico Nani Mirabelli, publicada pela primeira vez em 1503, em Savona, por Francesco Silva, que constitui o modelo de muitas recolhas posteriores¹². A recolha *De inuentoribus rerum* de Polidoro Vergilio é mais um importante marco no quadro das colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso, pois trata-se de uma obra que foi objecto de muitas dezenas de edições e de tradução para várias línguas¹³. Também a colectânea *Apophthegmata*, de Konrad Lycosthenes, *alias* Konrad Wolffhart, merece uma referência particular pelas múltiplas edições e pela influência que exerceu sobre Montaigne¹⁴. Por último, impõe-se igualmente uma menção especial à colectânea de *sententiae et exempla* elaborada, em meados do século XVI, por André Rodrigues Eborense, que mais adiante será objecto de estudo aprofundado.

A extraordinária importância concedida aos textos de tipo proverbial-sentencioso fez com que alguns humanistas procurassem, eles próprios, compor sentenças, à imagem das que a tradição havia transmitido, e integrá-las em colectâneas com a marca da sua autoria.

Diga-se, em abono da verdade, que estas sentenças nem sempre primam pela originalidade face aos modelos clássicos. De facto, a noção de plágio estava muito longe dos padrões da actualidade. Os autores praticavam de forma consciente uma *imitatio* dos

¹⁰ Remete-se para a longa relação de colectâneas, ainda assim sujeita a muitos acrescentos, apresentada por M. FUMAROLI (1994), 738-749, sob o título «Recueils de sources de l'invention». Sobre o mesmo assunto, *vide* também A. BLAIR (1996), 84-106; V. INFANTES (1988), 243-257; T. VERDELHO (1995), 286-296. Para a literatura de sentenças no humanismo português, cf. N. C. SOARES (1993), 377-410. Além dos autores citados, refira-se também as inúmeras edições quinhentistas das colectâneas de Henri Estienne, Albrecht von Eyb, Jorge Fabrício, J. Gruter, Nicolaus Liburnius, Octavianus de Florovantis Mirandula, N. Perottus, Gregorius Reish, Georgius Sabinus, *alias* George Schuler, Caelius Rhodiginus, *alias* Lodovico Ricchieri, R. Volaterranus ou Theodor Zwinger.

¹¹ Esta colectânea, à semelhança dos *Adagiorum Chiliades*, foi aumentando progressivamente ao longo do tempo e foram vários os autores que deram continuidade ao trabalho inicial de Rauisius Textor. Para uma análise das múltiplas edições desta recolha, dos vários compiladores e dos vários títulos que foi assumindo, cf. V. INFANTES (1988), 243-248.

¹² Cf. V. INFANTES (1988), 249-251. A colectânea de Mirabelli serviu de modelo a imensas obras similares das quais destacamos a raríssima edição portuguesa, saída provavelmente dos prelos de Germão Galharde, com o título *Polyantheum opus auctoritatibus scripturarũ. Cum distichis interpositis compositum: centum et amplum sermones continens*. 1536 (A. J. ANSELMO, n.º 610).

¹³ Sobre esta recolha, cf. V. INFANTES (1988), 254-255.

¹⁴ Foi publicada recentemente uma edição crítica desta colectânea por E. ITHURRIA (ed.), Konrad LYCOSTHENES, *Apophthegmata et son annotation manuscrite*. Genève, Slatkine, 1998. Sobre a influência da colectânea de Lycosthenes em Montaigne, cf. E. ITHURRIA (1999).

textos clássicos em prol de uma maior perfeição da sua obra, que seria tanto maior quanto mais próximos estivessem dos modelos greco-latinos¹⁵.

Além disso, convém não esquecer que as características próprias destes enunciados, a par da sua autoria difusa e, em muitos casos, desconhecida, levavam a que os seus utilizadores se considerassem, em certa medida, os próprios autores. Por isso, é natural que mesmo estas sentenças novas sejam, com relativa frequência, uma simples recriação elaborada a partir do material pré-existente. Evidentemente que será sempre a arte e o engenho dos poetas humanistas, nem sempre muito bafejados pela musa da poesia, que determinará, caso a caso, a qualidade e a originalidade dos versos por eles compostos.

Deste modo, alguns humanistas obtêm inspiração e estímulo para compor sentenças em verso à imagem daquelas que as inúmeras colectâneas punham à disposição de todos. A imprensa deu uma divulgação nunca antes vista à generalidade das colectâneas proverbiais-sentenciosas. Compreende-se, por isso, que houvesse da parte de alguns vontade para criar obras análogas, entre os quais destacamos Publio Fausto Andrelini, Benedetto Giovio, Lorenzo Lippi, Simon Nanquier, Juan Sobrarias, Nicolas Bourbon de Vandoeuvre, Giovanni Sulpizio da Veroli, dito Verulanus, ou Michel Verino¹⁶.

Todos estes autores privilegiaram o uso do dístico elegíaco nos seus poemas e, em muitos casos, os seus dísticos eram utilizados como textos escolares, a tal ponto que foram mesmo feitas edições colectivas com esse objectivo¹⁷.

O mais famoso de todos foi, sem dúvida, Michel Verino (1469-1487), um jovem talentoso que proclama que a sua inspiração não provém senão dos ensinamentos de Cristo, apesar de não pôr de lado os melhores exemplos dos autores pagãos. Verino pertence a uma família de poetas, pois é filho do célebre Ugolino Verino, contemporâneo de vários poetas da escola florentina em que se destacam humanistas da estatura de Lorenzo Lippi, Pontano, Angelo Poliziano ou Cristoforo Landini. A morte inesperada e precoce do jovem Verino foi objecto de consternação geral. Entre os vários humanistas que compuseram

¹⁵ Cf. J. M. MAESTRE MAESTRE (1985), 333.

¹⁶ A este respeito, cf. P. LAURENS (1998), 517-518.

¹⁷ Descrevem-se de seguida duas edições deste tipo: *Scholae Christianae epigrammatum libri duo, ex uariis Christianis poetis decerpti, in usum adolescentulorum*. Basileae, [Nikolaus Brylinger], 1539 (contém poesias de Andrea Alciati, Publio Fausto Andrelini, Nicolas Bourbon, Ianus Vornarius, Benedetto Giovio, Ottmar Luscinius, Iacobus Montanus e Luigi Bigi Pittorio); *Pictoria sacra et satyrica epigrammata*. Basileae, apud Io. Frobenium, 1518 (contém poesias de Luigi Bigi Pittorio, Publio Fausto Andrelini, Bernardino Dardano, Benedetto Giovio, Lodovico Lazzarelli, Lorenzo Lippi e Michel Verino). Convém acrescentar que há várias edições individuais dos poemas destes autores, algumas das quais estavam destinadas expressamente ao uso escolar.

poemas evocativos da sua memória figuram o próprio Landini ou Poliziano. Por isso, não admira, tanto pelo meio cultural como familiar em que cresceu, que o jovem tenha revelado desde muito cedo uma inclinação natural para a poesia.

A única obra deste moralista cristão, o *Distichorum liber*, foi objecto de múltiplas edições e teve uma grande difusão nas escolas ao longo de todo o século XV e XVI¹⁸. Esta obra, que também ficou conhecida pelo nome de *Sententiae morales* e *De puerorum moribus disticha*, enquadra-se naturalmente na tradição dos célebres *Disticha Catonis*. A relação com a colectânea catoniana é bastante evidente, já que o próprio Verino dedica, desde logo, um dos seus primeiros dísticos precisamente à figura de Catão Censor¹⁹.

Nos mais de trezentos dísticos que nos deixou, há que assinalar a predominância de temas como a exaltação das virtudes cristãs por oposição à condenação dos vícios e dos pecados, a advertência constante da iminência da morte e subsequente justiça divina ou o menosprezo absoluto dos prazeres terrenos. Em termos técnico-formais, o poeta detém uma técnica apurada e a sua poesia está marcada por uma concisão elegante sem, no entanto, alcançar o virtuosismo²⁰.

Juan Sobrarias, um poeta espanhol do círculo humanístico de Alcañiz, amigo pessoal de Nebrija e de Lúcio Marineo Sículo, toma a seu cargo a edição do *Distichorum liber* de Verino²¹. Mais tarde, por volta de 1510, acrescenta à obra do malogrado poeta florentino um conjunto de *Moralia disticha* da sua autoria²². Serviam estes dísticos, criados à imagem dos de Verino, como livro escolar utilizado em Alcañiz, onde era mestre de latinidades²³.

Trata-se de um conjunto reduzido de apenas sessenta e seis dísticos elegíacos, que Juan Sánchez, sobrinho do autor e também professor de humanidades em Alcañiz, a partir

¹⁸ A edição *princeps* foi publicada, em 1487, cerca de um ano depois da morte de Verino. Entre o séc. XV e o XVII, a obra teve nada menos que 91 edições, além de várias traduções para a língua francesa e castelhana. Para uma descrição exaustiva das edições e traduções, cf. o estudo introdutório que precede a edição facsimilada do *Distichorum liber* da autoria de C. TERRASA MONTANER (1987), 55-60.

¹⁹ Cf. M. VERINO, *Distichorum liber*, fl. a iii.

²⁰ Para uma análise temática e estilística dos dísticos de Verino, cf. P. LAURENS (1988), 518-519; C. TERRASA MONTANER (1987), 41-45.

²¹ Sobre Juan Sobrarias, cf. J. M. MAESTRE MAESTRE (1990), 3-65.

²² Para uma descrição completa das edições dos *Moralia disticha*, cf. J. M. MAESTRE MAESTRE (1983), 35; (1990), 15. Este mesmo investigador publicou uma edição crítica e tradução dos dísticos morais do poeta de Alcañiz, (1983), 33-51.

²³ Sobre o aproveitamento escolar dos dísticos morais de Sobrarias, cf. J. M. MAESTRE MAESTRE (1990), 427-428.

de 1522, também editou e ilustrou com comentários²⁴. Os dísticos de Sobrarias são compostos com evidentes objectivos pedagógico-didácticos e eram utilizados, de facto, na prática lectiva, à semelhança do que já sucedia com o *Distichorum liber* de Verino ou com os *Disticha Catonis*, se quisermos recuar ainda mais no tempo.

No entanto, Sobrarias, como costuma suceder, aliás, com a generalidade dos humanistas, não demonstra ser um poeta de grande talento, apesar de ter um bom conhecimento das fontes greco-latinas. Os dísticos morais do professor e também médico de Alcañiz, segundo conclui o investigador J. M. Maestre Maestre, enquadram-se na perfeição no conhecido conceito de latim de laboratório²⁵.

Como facilmente se comprova, as recolhas de enunciados de tipo proverbial e sentencioso faziam parte integrante da prática pedagógica dos mestres humanistas. Eles próprios se entregaram com afinco à edição das colectâneas greco-latinas e à produção de outras semelhantes. O texto poético, pelas suas características próprias, continua a ser privilegiado, tal como já havia ocorrido na Antiguidade Clássica.

A tradição do uso escolar de livros de sentenças em verso como os *Disticha Catonis* ou as *Sententiae* de Publílio Siro mantém-se bem viva nas escolas humanistas. Pode mesmo afirmar-se que esta tradição é bastante reforçada, já que às colectâneas já conhecidas acrescem ainda todas aquelas que os humanistas formaram de novo, quer fosse através da recolha, quer fosse através da composição de sentenças. O objectivo primordial do uso escolar destes enunciados continua a ser, portanto, à semelhança do que sucedia na educação greco-romana, a formação linguística e moral dos jovens estudantes de humanidades.

2. A abelha e o mel: da recolha à criação

Desde época bastante recuada que o símile da abelha que vai de flor em flor, colhendo o néctar, teve uma fortuna ímpar para descrever a actividade da recolha de sentenças. Com efeito, vários humanistas consagraram a imagem da abelha como uma referência verdadeiramente matricial, servindo-se dela com bastante frequência para enquadrar a actividade específica da recolha/produção de sentenças. O alcance de tão

²⁴ J. M. MAESTRE MAESTRE (1990), 428-437, analisa as relações entre Juan Sobrarias e Juan Sánchez e analisa os comentários de Sánchez aos quatro primeiros dísticos do tio, concluindo que «la erudición de Sánchez es puramente libresca y carece de profundidad».

²⁵ Cf. J. M. MAESTRE MAESTRE (1983), 34.

celebrada imagem não se circunscreve apenas à questão específica da recolha e organização de colectâneas de sentenças. Ela serviu desde sempre para descrever com bastante propriedade o complexo processo da criação literária tanto na Antiguidade Clássica como no Renascimento. Impõe-se, por isso, uma análise pormenorizada do tratamento deste *topos*, mais justificada ainda pela enorme fortuna que obteve entre os autores de colectâneas de sentenças no Portugal de Quinhentos.

Entre os vários escritores que deram forma à imagem da abelha na Antiguidade Greco-latina, merecem uma análise particular Platão, Lucrecio, Horácio, Marcial e Séneca²⁶. Assim, no *Íon* de Platão, Sócrates afirma-se convicto da natureza divina do poeta e compara a criação poética à actividade das abelhas:

Λέγουσι γὰρ δῆπουθεν πρὸς ἡμᾶς οἱ ποιηταὶ ὅτι ἀπὸ κρηνῶν μελιρρῦτων ἐκ Μουσῶν κήτων τινῶν καὶ ναπῶν δρεπόμενοι τὰ μέλη ἡμῖν φέρουσιν ὥσπερ αἱ μέλιτται, καὶ αὐτοὶ οὕτω πετόμενοι· καὶ ἀληθῆ λέγουσι. Κοῦφον γὰρ χρῆμα ποιητῆς ἐστὶν καὶ πτηνὸν καὶ ἱερόν, καὶ οὐ πρότερον οἶός τε ποιεῖν πρὶν ἂν ἔνθεός τε γένηται καὶ ἔκφρων καὶ ὁ νοῦς μηκέτι ἐν αὐτῷ ἐνῆ· ἕως δ' ἂν τουτὶ ἔχη τὸ κτήμα, ἀδύνατος πᾶς ποιεῖν ἄνθρωπός ἐστιν καὶ χρησιμωδεῖν.²⁷

Com efeito, os poetas dizem-nos, não é verdade, que é em fontes de mel, em certos jardins e pequenos vales das Musas que eles colhem os versos, para, tal como as abelhas, no-los trazerem, esvoaçando como elas. E falam verdade! Com efeito, o poeta é uma coisa leve, alada, sagrada, e não pode criar antes de sentir a inspiração, de estar fora de si e de perder o uso da razão. Enquanto não receber este dom divino, nenhum ser humano é capaz de fazer versos ou de proferir oráculos.

Lucrecio, em invocação a Epicuro, é um dos primeiros poetas latinos a fazer uso desta imagem a propósito da colectânea dos *aurea dicta* atribuídos a este filósofo grego. Convém, por isso, recordar o conhecido passo lucreciano, onde a actividade dos leitores dos *aurea dicta* de Epicuro, grupo em que o próprio Lucrecio naturalmente se inclui, é comparada à da abelha na procura incessante do doce néctar:

*Tu, pater, es rerum inuentor, tu patria nobis
suppeditas praecepta, tuisque ex, inclute, chartis,
floriferis ut apes in saltibus omnia libant,
omnia nos itidem depascimur aurea dicta,
aurea, perpetua semper dignissima uita.*²⁸

²⁶ Para além dos exemplos apontados, cf. Pi. *O.* 9. 26-27; Ar. *Av.* 748-751.

²⁷ *Ion* 534a-b; apresenta-se a tradução de Victor Jabouille de PLATÃO, *Íon*. Introdução, tradução e notas de Victor Jabouille. Lisboa, Editorial Inquérito, ³2000, 51.

²⁸ 3.9-13; usa-se a tradução de A. de Mendonça Falcão *apud* M. H. ROCHA PEREIRA (2000), 76.

[...]Tu nos ministras,
oh meu Pai, e inventor de alta doutrina,
dictames paternaes em teus escriptos.
Mais doce mel não liba nas florestas
a abelha, do que nós libamos nelles,
dignos de eterna fama, aureos conceitos.

Horácio, de igual forma, na ode que dedicou a Julo António, utiliza com grande mestria a mesma imagem para ilustrar a sua simples condição de poeta lírico²⁹. O Venusino compara a sua trabalhosa e humilde actividade criadora à da laboriosa abelha, que colhe o agradável tomilho junto dos bosques e das margens de Tíbur. Contrapõe, deste modo, o seu modesto estatuto ao de Píndaro, a quem uma aura poderosa eleva até ao alto dos céus:

*Multa Dircaeum leuat aura cycnum,
tendit, Antoni, quotiens in altos
nubium tractus; ego apis Matinae
more modoque*

*grata carpentis thyma per laborem
plurimum circa nemus uuidique
Tiburis ripas operosa paruus
carmina fingo.*³⁰

Uma poderosa aura eleva o cisne Dirceu,
e quantas vezes, ó António, tende para os altos
cumes das nuvens; eu, segundo os costumes e modos
da abelha da manhã

que colhe o agradável tomilho com esforço
variado junto aos bosques e às húmidas
margens de Tíbur, laboriosos poemas é o que
na minha modéstia componho.

Marcial retoma a imagem da abelha de uma forma bastante original. Agora a abelha é o ser minúsculo mas esforçado que morre prisioneiro de uma gota de âmbar:

*Et lacet et lucet Phaethontide condita gutta,
ut uideatur apis nectare clusa suo.
Dignum tantorum pretium tulit illa laborum:
credibile est ipsam sic uoluisse mori.*³¹

²⁹ A propósito desta famosa *recusatio* horaciana, vide o estudo de W. S. MEDEIROS (2001), 218-224.

³⁰ *Carm.* 4.2.25-32.

Numa gota de Faetonte engastada, se oculta e reluz
uma abelha, como que em seu néctar encerrada.
De tantas canseiras a digna recompensa ela recebeu:
pois é de crer que a própria assim quis morrer.

Este poema, nas palavras de Pierre Laurens, representa «un point d'équilibre encore en ce qu'il mêle, comme le sujet qui l'inspire»³². Trata-se, de facto, de uma união mortal para a pequena abelha mas, paradoxalmente, recompensadora dos seus trabalhos.

Séneca procede a uma análise completa desta imagem numa das suas cartas a Lucílio. Neste célebre passo, reflecte com bastante profundidade sobre o processo de criação literária por comparação directa com a actividade das abelhas. A imagem das abelhas que vão de flor em flor em busca dos melhores e mais variados pólenes, para elaborarem o doce mel, tornou-se uma referência programática entre os humanistas. Não surpreende que o texto senequiano, mais do que qualquer outro, tenha assumido para eles tamanha importância.

Realmente, o filósofo romano levou a comparação até às últimas consequências, com uma reflexão profunda e alargada sobre todas as suas implicações. A este facto acresce também a recepção ímpar de que a obra de Séneca desfrutou tanto na Idade Média como no Renascimento, o que fez dele um dos autores clássicos mais respeitados, divulgados e imitados. Aconselhava o pensador cordovês a alternar a leitura com a escrita, em imitação da actividade das abelhas, que primeiro recolhem a melhor matéria-prima para depois a transformarem no doce néctar:

*Nec scribere tantum nec tantum legere debemus: altera res contristabit uires et
exhauriet (de stilo dico), altera soluet ac diluet. Inuicem hoc et illo commeandum est et
alterum altero temperandum, ut quidquid lectione collectum est stilus redigat in corpus.
Apes, ut aiunt, debemus imitari, quae uagantur et flores ad mel faciendum idoneos
carpunt, deinde quidquid attulere disponunt ac per fauos digerunt et, ut Vergilius noster
ait,*

[...] liquentia mella
stipant et dulci distendunt nectare cellas.³³

³¹ Mart. 4.32; apresenta-se a tradução de Delfim Ferreira Leão de MARCIAL, *Epigramas* – vol. II. Lisboa, Edições 70, 2000, 33.

³² Cf. P. LAURENS (1989), 29. Este investigador inspirou-se neste epigrama de Marcial para dar o título ao seu importante estudo sobre o epigrama desde a época alexandrina até ao Renascimento – *L'abeille dans l'ambre*. Como se verá na terceira parte, a longa e multifacetada tradição epigramática greco-latina exerceu uma influência assinalável sobre a produção poética de Diogo Pires. Sobre os aspectos gnómicos do epigrama grego, cf. J. LABARBE (1967), 349-386.

Não devemos limitar-nos nem só à escrita, nem só à leitura: uma diminui-nos as forças, esgota-nos (estou-me referindo ao trabalho da escrita), a outra amolece-nos e embota-nos a energia. Devemos alternar ambas as actividades, equilibrá-las, para que a pena venha a dar forma às ideias coligidas das leituras. Como soe dizer-se, devemos imitar as abelhas que deambulam pelas flores, escolhendo as mais apropriadas ao fabrico do mel, e depois trabalham o material recolhido, distribuem-no pelos favos e, nas palavras do nosso Vergílio,

[...] *o líquido mel*
acumulam, e fazem inchar os alvéolos de doce néctar.

Os humanistas acolhem com bastante agrado as palavras sábias de Séneca e não são poucos os que as procuram seguir à letra. Assim, seleccionam as melhores sentenças a partir das suas múltiplas e diversas leituras, quer dos livros bíblicos, quer de autores greco-latinos, cristãos e humanistas. A seguir, tratam de dispor o material recolhido de forma sistemática em colectâneas, cuja publicação disponibiliza com facilidade a todos os leitores os enunciados coligidos. A compilação e organização de colectâneas de sentenças extraídas da obra de autores vários corresponde a um primeiro nível, mais epidérmico, de um processo que é, sem dúvida, mais complexo e exigente.

Séneca, em abono da verdade, não esconde que o objectivo das abelhas não se limita tão-só à extracção dos melhores néctares das flores. É forçoso trabalhá-los para assim elaborar um produto de síntese excepcional. Também o homem tem de aplicar todas as faculdades da sua inteligência no sentido de transformar os elementos recolhidos das leituras num resultado singular, o qual deve ultrapassar a soma das partes que para ele concorreram:

*Sed ne ad aliud quam de quo agitur abducatur, nos quoque has apes debemus imitari et quaecumque ex diuersa lectione conuessimus separare (melius enim distincta seruantur), deinde adhibita ingenii nostri cura et facultate in unum saporem uaria illa libamenta confundere, ut etiam si apparuerit unde sumptum sit, aliud tamen esse quam unde sumptum est appareat.*³⁴

Mas já estou a derivar para outro assunto. Voltemos à questão essencial: nós devemos imitar as abelhas, discriminar os elementos colhidos nas diversas leituras (pois a memória conserva-os melhor assim discriminados), e depois, aplicando-lhes toda a atenção, todas as faculdades da nossa inteligência, transformar num produto de sabor individual todos os vários sucos coligidos de modo a que, mesmo quando é visível

³³ Sen. *Ep.* 84.2-3. Séneca cita os versos virgilianos de *Aen.* 1.432-433, que são muito semelhantes aos de *G.* 4.163-164. Usa-se a tradução de J. A. Segurado e Campos, 380.

³⁴ Sen. *Ep.* 84.5; apresenta-se de novo a tradução de J. A. Segurado e Campos, 381.

a fonte donde cada elemento provém, ainda assim resulte um produto diferente daquele onde se inspirou.

As palavras de Séneca procuram descrever, no fundo, o complexo processo da criação literária. Não há dúvida de que a actividade da organização de colectâneas de sentenças se integra perfeitamente no quadro apresentado. Em verdade, pode analisar-se o processo a dois níveis: aqueles que a partir da leitura de obras de autores vários, coligem, organizam e publicam recolhas de sentenças, cumprem o primeiro nível do processo; já a transformação do material coligido numa obra diferente e singular, se bem que inspirada nessa espécie de matéria-prima de base, corresponde ao segundo nível.

A possibilidade de criar essa obra, em qualquer circunstância, está sempre ao alcance do eventual leitor das sentenças que integram as colectâneas, quer elas sejam uma recolha feita a partir de diversos escritores ou uma criação própria de um autor específico.

No entanto, por oposição àqueles que publicam simples recolhas de sentenças, importa sublinhar o labor dos humanistas que compuseram sentenças novas ou recriadas a partir do material existente. Estes são os primeiros criadores do «produto de sabor individual» de que nos fala Séneca. De facto, de entre os humanistas que publicam colectâneas de sentenças, apenas estes executam na íntegra as duas fases do processo criativo na assunção plena da sua condição de autores, que são muitas vezes poetas, em razão das características próprias e distintivas dos enunciados de tipo proverbial-sentencioso.

A imagem senequiana das abelhas colheu o favor de muitos autores, alguns dos quais entenderam inclusivamente apresentá-la como ilustração modelar da sua actividade enquanto compiladores/autores de colectâneas de sentenças³⁵. Não pretendendo de forma alguma esgotar a análise da influência exercida pelo passo senequiano, não é por demais acentuar que uma boa parte dos autores de colectâneas de sentenças do Portugal de Quinhentos conhece e alude, nas suas recolhas, ao texto do filósofo romano.

Devem apontar-se, em concreto, os nomes de André Rodrigues Eborense, Luís de Granada e de Diogo Pires, a cujas obras será dedicada, mais adiante, a nossa atenção. O passo senequiano revela-se, pois, uma verdadeira matriz, de que todos eles são

³⁵ Entre os humanistas, Petrarca, *Fam.* 1.8.5, parece ter sido o primeiro a utilizar a imagem da abelha para designar a actividade criadora do escritor. Não parece, porém, que a sua recriação se afaste tanto da matriz senequiana que possa justificar plenamente a seguinte afirmação de R. MARNOTO (1998), 62-63: «Ex se ipso: pela primeira vez na história da humanidade, é concedida primazia à pessoalização do conhecimento, relativamente à sua acumulação.»

devedores, como efectivamente se comprova pela análise dos textos introdutórios das suas colectâneas.

André Rodrigues Eborensis apresenta como prefácio da sua colectânea de sentenças um epigrama latino em que se dirige ao leitor nos seguintes termos:

AD LECTOREM EPIGRAMA

*Vt cum per uirides sylvas saltusque uagatur,
solerti cura mella recondit apis,
sic legit hos flores Eborae felicitis alumnus
autorum in campis, lector amice, tibi.
Nam quicquid scitu dignum cecinere poetae,
quicquid scriptorum seu monumenta tenent,
seu quicquid diuum sacrata uolumina condunt,
dispositum mira sedulitate refert,
ut facile possis in promptu semper habere,
quae fuerant uariis saepe petenda locis.
Si sapis, oblatos inter uersabere flores,
hic mella inuenies, nectar, et ambrosiam.³⁶*

EPIGRAMA AO LEITOR

Assim como ao vaguear pelos verdejantes bosques e prados,
com engenhoso cuidado colhe a abelha os néctares,
assim também o aluno recolhe para ti, amigo leitor,
estas flores dos autores nos campos da ditosa Évora.
Na verdade tudo o que digno de ser conhecido cantaram os poetas,
ou tudo o que guardam as obras dos escritores,
ou tudo o que conservam os sagrados livros dos deuses,
ele volta a apresentá-lo disposto com um admirável zelo,
por forma a que facilmente possas ter sempre à disposição
o que muitas vezes teve de ser buscado em sítios variados.
Se és sensato, repousarás entre as flores apresentadas,
aqui encontrarás o mel, o néctar e a ambrósia.

Trata-se de uma bela e expressiva composição em dísticos elegíacos. Não obstante ser o único poema que se lhe conhece, André Rodrigues Eborensis demonstra não ser des-

³⁶ A. RODRIGUES EBORENSE, *Sententiae & exempla: ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta et per locos communes digesta per Andream Eborensem Lusitanum [...]. Opus in duos tomos, quorum alter sententias, alter exempla refert.* Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1557, fl. a1v. Note-se que esta é a primeira edição da colectânea em que aparece publicado este epigrama ao leitor que surge de novo na generalidade das posteriores edições parisienses a abrir o volume das *sententiae*. A edição conimbricense de 1569 não incorpora esta composição poética. Para uma destrinça da complexa história editorial das colectâneas de André Rodrigues Eborensis, remete-se mais para diante para o capítulo que lhe está reservado.

provido de qualidades enquanto poeta novilatino, pois a imagem senequiana da abelha é adaptada com grande mestria.

O poeta é o jovem discípulo que, à semelhança da abelha que vagueia pelos verdejantes bosques e prados, também colheu nos campos as *flores* dos diversos autores mas, desta feita, nas panícies alentejanas de Évora, a cidade que o vira nascer. A sua selecção parte necessariamente de um juízo de valor subjectivo, pois afirma ter recolhido tudo o que considerou digno de ser conhecido de entre a obra dos poetas, dos escritores e dos livros sagrados. Não deixa, ainda, de ser sublinhada a grande utilidade reconhecida vulgarmente às colectâneas de sentenças, ou seja, a de colocarem à disposição dos leitores uma selecção de textos organizados de forma sistemática a partir de variadíssimas obras, que de outro modo muito dificilmente estariam ao alcance da maior parte dos leitores.

André Rodrigues Eborense tem, no entanto, consciência de que as inúmeras *flores* por ele coligidas necessitarão sempre da intervenção activa do leitor para que delas possa brotar o mel, o néctar e a ambrósia. O mercador eborense dedicou muitas das suas horas vagas, como ele próprio afirma, à recolha de sentenças coligidas de múltiplas e variadas obras. Organizou-as e colocou-as à disposição de todos aqueles que pudessem ter acesso à sua colectânea. A estes caberá, em última instância, a produção do doce néctar, se para isso tiverem capacidade.

No prefácio da *Collectanea Moralis Philosophiae*³⁷, em dedicatória dirigida ao *Pio ac Beneuolo Lectori*, Frei Luís de Granada afirma pretender seguir o conselho de Séneca, coligindo sentenças para as distribuir depois por lugares comuns. Retoma também a célebre imagem senequiana que compara a actividade da recolha de sentenças ao labor da abelha que anda de flor em flor. Luís de Granada transcreve mesmo textualmente uma parte substancial do referido passo da carta a Lucílio³⁸.

De seguida, o ilustre dominicano justifica a não exclusão das sentenças de autores pagãos, baseado na reconhecida autoridade das palavras senequianas e, em particular,

³⁷ *Collectanea Moralis Philosophiae, in tres tomos distributa: quorum primus selectissimas sententias ex omnibus Senecae operibus, Secundus ex moralibus opusculis plutarchi, Tertius clarissimorum principum et philosophorum insigniora apothegmata, hoc est, dicta memorabilia complectitur. Quae omnis per communes locos digesta sunt, ut studiosus lector qui in quouis argumenti genere sibi commodum fuerit, inuenire facile queat. Collectore F. Ludouico Granateñ. monacho Dominicano. Olisipone, Excudebat Franciscus Correa, Sereniss. Cardinalis Iff. Typogra., 1571. Cf. a descrição bibliográfica de A. J. ANSELMO, n.º 502.*

³⁸ *Collectanea Moralis Philosophiae, fl. 2r-v.*

na prática de Santo Agostinho, defendendo assim a enorme utilidade destes excertos na reflexão sobre as questões religiosas:

*Cum igitur nos praestantissimi Philosophi consilium sequi decreuissem (quod multis doctis uiris hoc nostro saeculo uideo placuisse, qui uariis de rebus communes locos ediderunt et multorum etiam authorum sententias in eos congesserunt) non esse gentiles philosophos in hoc studio prorsus negligendos mihi persuasi, cum praesertim D. Augustinum in hac eadem sententia fuisse intelligerem.*³⁹

Tendo nós decidido seguir o parecer do ilustríssimo filósofo (o que vejo ter agradado a muitos homens doutos neste nosso tempo, que publicaram lugares comuns de várias matérias e que até neles reuniram sentenças de muitos autores), convenci-me de que não devia negligenciar completamente neste estudo os filósofos gentios, sobretudo por entender que Santo Agostinho foi desta mesma opinião.

Na carta dedicatória do *Cato Minor*, Diogo Pires comprova ser aquele que consegue ir mais além no cumprimento integral do desiderato de Séneca, comprovado desde logo por um texto de rara beleza, que recria de forma genial as fontes greco-latinas. Parece significativo que a voz horaciana seja a que mais ecoa no texto introdutório da colectânea do poeta eborense:

*Porro non sum nescius permultos magna et excellenti doctrina uiros in hoc scribendi genere et Graece et Latine desudasse. At nostra haec apis (quod sine inuidia dicta sit), amoeniora prata ingressa, e thymo caelesti rore insperso fauos suos concinnauit, unde odoris suauitas teneris animis infusa, et in Deum Optimum Maximum pietatem et in regem Philippum singularem beneuolentiam at obseruantiam procreabit.*⁴⁰

Além do mais, não ignoro terem sido muitos os que com excelsa sabedoria derramaram o seu suor a escrever sobre esta matéria, tanto em grego como em latim. Mas esta minha abelha (que isto seja afirmado sem inveja), ao penetrar por mais amenos prados, foi de um tomilho aspergido do orvalho celeste que preparou os seus favos; por isso, um suave perfume derramado sobre almas delicadas há-de gerar a devoção para com Deus de suma bondade, o amor para com a pátria e uma singular obediência em relação ao rei Filipe.

Tanto Luís de Granada como Diogo Pires expressam curiosamente a mesma consciência de que muitos foram aqueles que se dedicaram à matéria em causa. Diogo Pires, no entanto, demonstra desde logo, com a sua reelaboração da metáfora da abelha

³⁹ *Collectanea Moralis Philosophiae*, fl. 2.

⁴⁰ *Cato Minor* (1596), fl. a4v; a tradução apresentada é da autoria de C. A. ANDRÉ (1992b), 90.

(«haec mea apis»), a perfeita noção de que os seus *disticha moralia* vão muito para além de uma simples recolha de sentenças.

O poeta eborense não pretende limitar a sua actuação à trabalhosa e demorada recolha do pólen. O seu objectivo último passa por servir aos tenros espíritos o mel delicioso, ou seja, o produto acabado da sua criação poética, resultado da conjugação da assimilação subjectiva do material inscrito na tradição com o seu génio de poeta. É da dinâmica criadora da poesia que há-de brotar o suave perfume que instigará nos jovens a devoção para com Deus, o respeito para com a pátria e a obediência ao rei.

Não é esta, porém, a única ocasião em que Diogo Pires recria a imagem da abelha. Já quase a terminar o primeiro livro dos *Disticha Moralia*, apresenta-nos um sugestivo dístico em que retoma a ideia já expressa na carta dedicatória aos mestres-escola da cidade de Lisboa. Tal como sugere nesse local o poeta eborense, a sua actividade criadora é semelhante à da abelha laboriosa que colhe as flores do primaveril Himeto, a célebre montanha da Ática celebrizada pelo seu mel.

Mas mais importante ainda é notar que o poeta considera implicitamente ter sido este trabalho continuado e esforçado que esteve na génese da sua obra. Se o mel representa o doce fruto do trabalho da abelha pelas alturas do Himeto, também a poesia, neste caso concreto o *Cato Minor siue Disticha Moralia*, resulta do labor mas não menos da Musa inspiradora de Diogo Pires. O mel e a poesia confundem-se, assim, nesta antiquíssima equação que tem na sua base a abelha e o poeta:

*Qualis apis uerni flores delibat Hymetti,
Daedala tale mihi Musa parauit opus.*⁴¹

Tal como a abelha liba, na Primavera, as flores do Himeto,
assim, com engenho de Dédalo, a Musa preparou o meu trabalho.

Na sequência da apresentação deste dístico de Diogo Pires, importa analisar uma última recriação da celebrada imagem da abelha. Trata-se de uma interessante passagem dos *Essais*⁴² de Michel de Montaigne, que denota uma influência notória do texto de Platão e de Séneca. No capítulo subordinado ao tema «De l'institution des enfants», o humanista francês reflecte com profundidade sobre a importância de o aluno ser capaz, não só de

⁴¹ *Disticha Moralia* 1.271-272.

⁴² Note-se que a edição *princeps* dos *Essais* de Montaigne (dos dois primeiros livros apenas) saiu a lume em 1580, em Bordéus, dos prelos de Simon Millanges.

conhecer os preceitos colhidos nas várias leituras efectuadas, mas sobretudo de saber produzir a partir deles uma obra com a marca própria e distintiva da sua pessoa:

Qu'il lui fasse tout passer par l'étamine et ne loge rien en sa tête par simple autorité et à crédit; les principes d'Aristote ne lui soient principes, non plus que ceux des Stoïciens ou Épicuriens. Qu'on lui propose cette diversité de jugements: il choisira s'il peut, sinon il en demeurera en doute. Il n'y a que les fols certains et résolus.

Che non men che saper dubbiar m'aggrada.

Car s'il embrasse les opinions de Xénophon et de Platon par son propre discours, ce ne seront plus les leurs ce seront les siennes. Qui suit un autre, il ne suit rien. Il ne trouve rien, voire il ne cherche rien. «Non sumus sub rege; sibi quisque se uindicet.» Qu'il sache qu'il sait, au moins. Il faut qu'il emboive leurs humeurs, non qu'il apprenne leurs préceptes. Et qu'il oublie hardiment, s'il veut, d'où il les tient, mais qu'il se les sache approprier. La vérité et la raison sont communes à un chacun et ne sont non plus à qui les a dites premièrement, qu'à qui les dit après. Ce n'est non plus selon Platon que selon moi, puisque lui et moi l'entendons et voyons de même. Les abeilles pillotent deçà delà les fleurs, mais elles en font après le miel, qui est tout leur; ce n'est plus thym ni marjolaine: ainsi les pièces empruntées d'autrui, il les transformera et confondra, pour en faire un ouvrage tout sien, à savoir son jugement. Son institution, son travail et étude ne vise qu'à le former.⁴³

Montaigne segue de perto a lição senequiana. O aluno tem de ultrapassar a fase da simples recolha de elementos das obras dos autores consagrados. Tal como a abelha que recolhe o néctar das várias flores, também ele deve saber realizar um trabalho semelhante a partir das diversas obras por forma a poder elaborar «un ouvrage tout sien».

O mestre terá naturalmente de deixar o aluno tomar consciência das suas dúvidas e capacidades, sem tolher a sua liberdade e espírito crítico. Não será pela via da autoridade ou da repressão que o jovem discípulo logrará alcançar a capacidade de criar algo de novo.

A recolha dos preceitos é apenas o primeiro passo do complexo processo criativo que passa pela subsequente apropriação e recriação por parte do aluno. Montaigne, porém, não perde de vista o essencial: todas as actividades a desenvolver pelo aluno têm de ser perspectivadas sempre à luz do principal objectivo que é, numa palavra, a sua educação.

Na organização social das abelhas, sabe-se que cada grupo desempenha funções específicas e possui características próprias e distintivas. Já no processo de criação literária, o criador é a figura central por onde passa a realização de todas as fases que levam ao

⁴³ Michel de MONTAIGNE, *Essais*. Livre premier. Édition présentée, établie et annotée par Pierre Michel. Préface d'André Gide. Paris, Gallimard, 1983, 226-227.

aparecimento da obra literária. As competências do autor, no entanto, dependem em grande medida da sua formação global.

Os humanistas sempre privilegiaram na sua actuação o exercício do magistério. A utilização dos textos de tipo proverbial-sentencioso na prática humanista, a compilação e composição de sentenças, a edição de colectâneas constituem factores de grande importância tanto na formação linguística como na formação moral dos alunos de latinidades.

Não se pense, porém, que a relevância das colectâneas de sentenças se esgota apenas na formação inicial. Estas obras constituem a memória viva e operativa da cultura clássica para os alunos das escolas humanistas. Acompanham os jovens desde os bancos das escolas até ao fim das suas vidas, contribuindo decisivamente para a partilha e assimilação do conjunto de valores veiculados pelo Humanismo renascentista.

Para muitos destes jovens, as colectâneas sentenciosas tornar-se-iam muito mais do que uma recordação dos tempos em que aprenderam as primeiras letras. De facto, constituíam um instrumento tão imprescindível no exercício da sua actividade profissional como haviam sido na sua formação. Assim, aqueles que entretanto haviam passado a desempenhar funções em áreas tão variadas como a arte oratória, a diplomacia, a actividade forense, a historiografia, a medicina, a política ou a teologia continuaram a recorrer aos enunciados das colectâneas, sobretudo quando publicavam ou apresentavam em público os seus textos, imbuídos do espírito da célebre expressão catoniana do *uir bonus dicendi peritus*⁴⁴.

Aqueles que se entregaram à poesia, mais do que quaisquer outros, tinham nas colectâneas um manancial de referências, a todos os títulos impressionante, que não enjeitaram aproveitar, com maior ou menor talento, nos seus versos. Nem todos souberam produzir o doce mel, mas alguns houve, muito poucos, por certo, que tiveram a arte e o engenho de encontrar nas colectâneas, para utilizar as palavras de André Rodrigues Eborense, o mel, o néctar e a ambrósia:

*Si sapis, oblatos inter uersabere flores:
hic mella inuenies, nectar et ambrosiam.*⁴⁵

Se és sensato, repousarás entre as flores apresentadas,
aqui encontrarás o mel, o néctar e a ambrósia.

⁴⁴ A expressão de Catão é citada por Quint. *Inst.* 12.1.1 e 12.1.44, e por Sen. *Controv.* 1 pr. 9.

⁴⁵ A. RODRIGUES EBORENSE, *Sententiae & exempla* [...]. Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1557, fl. a1v.

3. O enunciado proverbial-sentencioso: teoria e prática da pedagogia humanista

O objectivo deste subcapítulo consiste em procurar demonstrar qual é a posição concreta de alguns dos mais reputados humanistas em relação à utilidade que comumente reconhecem aos enunciados de tipo proverbial-sentencioso na sua prática pedagógica. As colectâneas destes textos tornaram-se obras de grande divulgação muito por força da utilização intensiva que delas era feita pelos pedagogos humanistas. Constituíam um verdadeiro repositório de *sententiae* e *exempla* legados pela Antiguidade Greco-latina, cujo conhecimento e assimilação viria a revelar-se essencial no decurso do processo educativo.

O contacto assíduo com estes enunciados proporcionava aos jovens o ensejo de poderem adestrar as suas competências linguísticas na língua latina e, em simultâneo, de receberem uma formação moral, que os capacitasse e dignificasse na sua condição de futuros cidadãos.

Não restam dúvidas de que as colectâneas sentenciosas consagradas na Antiguidade continuam a ter lugar obrigatório na *ratio studiorum* de algumas das melhores escolas humanistas. Acresce também que os próprios alunos eram também motivados e instigados pelos seus mestres a recolher e organizar a sua própria colectânea de sentenças a partir das leituras que deviam fazer. Compreende-se, por isso, que a inserção efectiva e continuada destes enunciados na prática pedagógica tenha despertado em muitos dos mais conceituados humanistas o desejo e a necessidade premente de organizar colectâneas.

Assim se percebe a enorme atracção que esta actividade exerceu sobre eles, se bem que de modo diferenciado, pois nem todos a abraçaram da mesma forma. Se uns trataram de editar e comentar as antigas colectâneas greco-latinas, na língua original ou em tradução para vernáculo, outros houve que organizaram novas recolhas, coligindo eles mesmos as sentenças a partir das suas variadas leituras. Outros ainda dedicaram-se à composição de sentenças novas que depois publicaram em colectâneas similares às anteriores.

É compreensível, pois, que os humanistas tenham reservado um lugar de destaque para o enunciado proverbial-sentencioso nas muitas páginas que dedicaram à reflexão teórica sobre a prática pedagógico-didáctica. Nesse sentido, procede-se de seguida à análise de alguns passos seleccionados da obra de pedagogos humanistas de reconhecido mérito, que sejam reveladores da importância atribuída por eles a este tipo de textos.

Erasmus constitui um exemplo verdadeiramente paradigmático pelo afã que sempre colocou na edição e comentário de várias colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso. O reputado humanista de Roterdão, na dedicatória da sua edição dos *Disticha Catonis*, explana em pormenor quais são as fundadas razões que, em sua opinião, justificam e aconselham a utilização na prática pedagógica, não apenas da colectânea atribuída a Catão, mas do enunciado de tipo proverbial-sentencioso em geral:

*Primum ego nihil fastidiendum duco quantumuis humile, quod ad bonas pertinet literas, nedum hosce uersus, tanta Romani sermonis munditie, tamquam ad bonos mores conducibiles. Quamquam cur me pudeat in hoc genere pauculas horas collocare, in quo non pauci scriptores Graeci non mediocri cum laude sunt uersati? Nam exstant et hodie Theognidis Sententiae, Phocylidis et Pythagorae Praecepta, non abs re aurea dicta. Denique si mihi indecorum esse uolunt, emendasse haec tam humilia et explanasse, multo foedius erit eadem et deprauata fuisse, et (quod ex ipsorum liquet commentariis) ista tam puerilia non intellecta fuisse ab iis uiris, qui se nihil nescire putant. Nam Publii Mimos quis contemnat, quos Au. Gellius lepidissimos, Seneca disertissimos uocat, cuiusque sententias (ut idem testatur) non piguit summos etiam rhetores aemulari.*⁴⁶

Em primeiro lugar, eu considero não ser nada desprezível, se bem que humilde, o que às boas letras diz respeito e muito menos a estes versos de uma língua latina de tão grande pureza, como também proveitosos para os bons costumes. De resto, por que razão me hei-de envergonhar de ter empregado umas poucas horas neste género, do qual não foram poucos nem mediócras os autores gregos que se ocuparam? De facto, subsistem ainda hoje as Sentenças de Teógnis, os Preceitos de Focílides e de Pitágoras, não sem razão apelidados de áureos. Por fim, se entendem ser menos próprio da minha parte ter corrigido e comentado estes [versos] tão humildes, muito mais vergonhoso será os mesmos terem sido corrompidos e (o que é evidente pelos seus próprios comentários) estes [versos] tão simples não terem sido compreendidos por aqueles indivíduos que julgam nada ignorar. Com efeito, quem pode desprezar os mimos de Publílio, a que Aulo Gélio chama agradabilíssimos e Séneca eloquentíssimos, cujas sentenças (como este último atesta) não se envergonharam de imitar nem mesmo os mais importantes retores.

Erasmus invoca o argumento da autoridade, sustentando que muitos autores gregos e latinos, não desprovidos de mérito, compuseram colectâneas de sentenças. Nesse sentido, não deixa de vincar a actualidade das sentenças de (ou atribuídas a) Teógnis, Focílides e Pitágoras. Deve notar-se, com particular atenção, as palavras extremamente elogiosas que

⁴⁶ Cf. ERASMO DE ROTERDÃO (ed.), *Disticha moralia*, fl. a2. O humanista de Roterdão volta a recomendar os textos proverbiais e sentenciosos como bastante úteis e proveitosos para a educação das crianças no seu tratado *Declamatio de pueris statim ac liberaliter instituendis*. Étude critique, traduction et commentaire par Jean-Claude Margolin. Genève, Librairie Droz, 1966, 448-449.

dedica às *Sententiae* de Publílio Siro, editadas em conjunto com os *Disticha Catonis*. Erasmo acentua que já na Antiguidade as sentenças do mimógrafo latino mereceram rasgados elogios de Aulo Gélio e, em particular, de Séneca.

De facto, esta carta dedicatória da edição erasmiana dos *Disticha Catonis* constitui uma espécie de texto programático, já que confirma não só a importância atribuída aos *Disticha Catonis* ou às *Sententiae* de Publílio Siro mas, em geral, aos enunciados de tipo proverbial e sentencioso. Estes textos constituem, pois, uma referência obrigatória na prática pedagógica humanista enquanto instrumento imprescindível à formação linguística e moral dos jovens estudantes de latinidades.

Juan Luis Vives, amigo chegado de Erasmo e pessoa das relações de Diogo Pires, dedicou uma parte substancial da sua extensa obra à reflexão teórica sobre a educação. A sua larga experiência docente em instituições de ensino tão prestigiadas como Lovaina ou Oxford, associada a uma sólida formação de base obtida nos Estudos Gerais de Valência e na Universidade de Paris, fazem dele uma figura a todos os títulos respeitável no panorama do humanismo europeu. A comprová-lo, se necessário fosse, está a sua vasta e notável obra, uma parte da qual com intuítos pedagógicos declarados, e a larga correspondência que trocou com os principais vultos do seu tempo.

No decurso da passagem deste famoso humanista valenciano por Inglaterra, a rainha D. Catarina de Aragão, primeira mulher de Henrique VIII, pediu-lhe que redigisse um plano de estudos que o preceptor da sua filha Maria, o reputado humanista Thomas Linacre, utilizasse na sua educação. Vives acedeu de bom grado ao pedido da rainha e, pouco tempo depois, viria inclusivamente a suceder a Linacre, por morte deste, como preceptor da jovem princesa. Assim, em resposta à solicitação da rainha, Vives envia-lhe uma carta, datada de 9 de Outubro de 1523, acompanhada de um pequeno tratado pedagógico-didático, a que deu o título de *De ratione studii puerilis*:

*IOANNES LODOVICVS VIVES DOMINAE CATHARINAE REGINAE ANGLIAE
PATRONAE VNICAE S.*

*Iussisti, ut breuem aliquam rationem conscriberem, qua in Maria filia tua
instituenda praeceptor eius uti posset, parui libens tibi, cui in rebus multo maioribus
obsequi uellem, si possem. Et quoniam institutorem illi doctum imprimis hominem ac
probum, ut par erat, delegisti, res uelut digito indicasse fui contentus. Ille reliqua
explicabit, quae tamen aut obscure tradita, aut praetermissa ab scriptoribus artis
Grammaticae putauit, ea paulo pluribus consignauit uerbis. Christum precor, ut haec*

docendi ratio et ad eruditionem, et ad uirtutem filiam tuam impense iuuat. Vale, et hunc meum animum addictissimum maiestati tuae scito.

*Oxoniae Non. Octob. M.D.XXIII*⁴⁷

JUAN LUIS VIVES ENVIA SAUDAÇÕES A D. CATARINA, RAINHA DE INGLATERRA, SUA PATRONA SINGULAR

Ordenaste-me que escrevesse um breve plano de estudos, que pudesse utilizar na formação da tua filha Maria o seu preceptor, que pouco é do teu agrado e a quem eu desejaria obsequiar com obras ainda maiores, se pudesse. E porque lhe escolheste um preceptor, um homem sobremaneira douto e honesto, como convinha, limitei-me a indicar-lhe o caminho como se fosse com o dedo. Ele próprio lhe explicará o resto. No entanto, as questões que entendi terem sido apresentadas de forma menos clara ou esquecidas pelos escritores da arte da gramática, a essas, dediquei-lhes um tratamento um pouco mais alargado. Peço a Cristo que este plano de formação contribua largamente quer para a erudição quer para a virtude da tua filha. Envio-te muito saudar; e fica a saber que este meu espírito está totalmente devotado à tua majestade.

Oxford, aos 9 de Outubro de 1523

No plano de estudos que acompanha esta carta, o humanista valenciano teve o cuidado de descrever em pormenor todas as fases por que devia passar a formação linguística e moral daquela que viria a ser coroada, no ano de 1553, como rainha de Inglaterra. Note-se que a jovem princesa Maria Tudor, à data da redacção da obra, tinha apenas a idade de sete anos.

Vives explana em pormenor os passos a seguir na educação da princesa, por forma a que esta viesse a alcançar a *uirtus* e a *eruditio*. É assim que descreve minuciosamente os procedimentos que, em sua opinião, deviam ser tomados nas várias fases do processo de aprendizagem da língua latina: leitura e escrita das primeiras letras, questões de morfologia e sintaxe, a redacção latina, a escolha dos autores, a adopção dos exercícios mais adequados ou o correcto uso da memória, para referir apenas os aspectos mais importantes.

Em vários passos, que são analisados de seguida, o humanista deixa perceber com clareza qual é a natureza e a importância do papel concedido aos textos proverbiais-sentenciosos no decorrer do processo educativo.

Ao mesmo tempo que a aluna está a aprender os rudimentos da língua latina, a juntar as letras e as sílabas nos primeiros exercícios de escrita e de leitura, Vives aconselha a transcrição de algumas pequenas sentenças, de preferência aquelas que, por qualquer motivo, tenham sido do particular agrado da jovem discípula. Deste modo, a acção de ler e

⁴⁷ J. L. VIVES, *De ratione studii puerilis*, fl. k2v.

copiar repetidamente estes enunciados garantirá que eles fiquem para sempre gravados na sua memória:

*Si quem auctorem legat et uel uerbum uel sententiam placeat, excerptat. Magis haerent memoriae, quae nos ipsi manu nostra scripsimus, quam quae alii. Interim etiam dum scribimus, animus a cogitatione rerum siue leuium siue turpium auocatur. Versus qui ad imitationem proponuntur, contineant grauem aliquam sententiolam, quam iuuuet edidicisse, nam toties rescribendo, necesse est infigatur animo.*⁴⁸

Se ela ler algum autor e lhe agradar seja uma palavra seja uma sentença, trate de tomar nota. Adere mais à memória o que nós próprios escrevemos com a nossa mão do que o escrito por outros. Entretanto, enquanto escrevemos, o espírito afasta-se, também, de pensamentos frívolos e torpes. Que os versos que lhe forem apresentados para copiar, contenham alguma pequena sentença, mas profunda, que lhe tenha agradado ter aprendido, pois, reescrevendo-a tantas vezes, é forçoso que ela se grave no seu espírito.

Mais interessantes ainda são as palavras que Vives dedica ao capítulo dos autores pelos quais deve iniciar-se o estudo da princesa. Não é por acaso que o manual a adoptar é, segundo indicação expressa, a já referida edição erasmiana dos *Disticha Catonis*, que inclui igualmente as *Sententiae* de Publílio Siro e as máximas dos Sete Sábios. A aluna deve aprender de cor algumas das sentenças deste livrinho, por forma a que mais tarde lhe possam ser úteis no decurso da sua vida. A distinção clara entre o bem e o mal deve ser uma das capacidades a adquirir e as sentenças revelam-se também um texto bastante apropriado para alcançar este objectivo, já que marcam com frequência uma dupla perspectiva antagónica tantas vezes consubstanciada na dicotomia entre o bem e o mal:

*Simul cum his discet Catonis disticha, et mimos Publianos, et sententias Septem Sapientum, quae omnia eodem libello Erasmus coniunxit, et explicauit. Ediscet ex illis sententiolis aliquot uitae maxime utiles, quas habeat in posterum uelut antidota aduersus uenenum et prosperae fortunae, et iniquae. Assuescat iam, nunc in hac tenera aetate ueras et incorruptas habere opiniones, ut ea sola bona putet, quae uere sunt talia, uelut uirtutes, et eruditionem: ea mala, quae re uera mala ut uitia, et ignorantiam, et stultitiam, ne mala pro bonis sumat, aut e contrario.*⁴⁹

Em simultâneo com estes exercícios, aprenderá os Dísticos de Catão, os mimos de Publílio e as sentenças dos Sete Sábios, que Erasmo reuniu e comentou em conjunto no mesmo livrinho. De entre aquelas breves sentenças, aprenderá de cor algumas bastante úteis para a vida, para que no futuro tenha como que um antídoto contra o veneno quer da favorável quer da adversa sorte. Acostume-se desde já nesta tenra idade a ter opiniões verdadeiras e puras, por forma a considerar só aqueles bens que o são na

⁴⁸ J. L. VIVES, *De ratione studii puerilis*, fl. K4.

⁴⁹ J. L. VIVES, *De ratione studii puerilis*, fl. L2r-v.

verdade como as virtudes e a erudição; e os males que, de facto, são verdadeiros males como os vícios e a ignorância e a estupidez, e não tome os males pelos bens nem o contrário.

De seguida, o humanista valenciano aconselha a jovem discípula a encetar uma tarefa bastante comum na prática pedagógica humanista, ou seja, a recolha e a anotação de sentenças por parte dos alunos em cadernos de uso individual destinados unicamente a esse efeito⁵⁰.

A recolha das sentenças e o subsequente registo das mesmas num livrinho, que acompanhava sempre os alunos, ajudava a inscrevê-las de forma indelével na memória. Esta espécie de bloco de apontamentos, devidamente organizado e actualizado, constituía desde logo o esboço de uma futura colectânea. Deste modo, os enunciados registados estavam, a todo o momento, à inteira disposição dos jovens discentes:

*Conficiat sibi libellum ex uacua charta, in quo sua manu conscribat sententiolas, quas memoriae mandatura est, eritque ei uice cuiusdam enchiridii.*⁵¹

Que ela arranje para si um livrinho em branco no qual vá anotando pela sua própria mão as pequenas sentenças que há-de confiar à sua memória e que lhe servirá de uma espécie de vademecum.

Já na parte final da *ratio studiorum*, Vives reflecte de novo sobre os autores que a jovem princesa deve estudar depois de ter tomado contacto com os rudimentos da língua latina. As razões que apresenta como válidas para justificar a escolha de uns autores em detrimento de outros são, no fundo, as mesmas que presidem à selecção e à utilização pedagógico-didáctica dos enunciados de tipo proverbial-sentencioso.

Com efeito, os autores que permitem e tornam possível, a um só tempo, a formação linguística e moral dos discípulos são aqueles que gozam da preferência da pedagogia humanista. Trata-se, no fundo, do duplo objectivo que os mestres pretendem ver alcançado pelos seus discípulos. As sentenças enquadram-se perfeitamente na consecução deste

⁵⁰ A esta prática se refere também, por exemplo, o humanista francês Antoine Arlier em carta dirigida ao seu filho Jean Arlier, a 24 de Abril de 1542 – cf. A. ARLIER, 196-197. Nesta epístola, faz algumas recomendações ao jovem sobre os seus estudos, entre as quais consta a da anotação de «commendandas sententias et insignes dicendi formulas [...] in libellum, quem chirographarium dicit». N. C. SOARES (1995), 837, considera ser uma consequência deste método o aparecimento de edições escolares com espaços interlineares por forma a que os alunos aí pudessem fazer as suas anotações. Deve-se ao célebre impressor Ioannes Grapheus esta inovação que pôs em prática, pela primeira vez, com a publicação da tradução erasmiana dos *Diálogos* de Luciano (*Luciani dialogi aliquot per D. Erasmus versi [...]*. Antuerpiae, I. Grapheus excudebat, 1527).

⁵¹ J. L. VIVES, *De ratione studii puerilis*, fl. L2v.

duplo desígnio, sendo, por esse motivo, um dos enunciados preferidos pelos humanistas para ensinar os seus jovens alunos a *bene scire e bene uiuere*:

*Authores in quibus uersabitur, ii erunt, qui pariter et linguam et mores excolant, atque instituant: quique non modo bene scire doceant, sed bene uiuere.*⁵²

Os autores nos quais se exercitará serão aqueles que cultivem e eduquem, a um só tempo, a língua e os costumes, os que ensinem não apenas a bem saber mas também a bem viver.

As práticas pedagógicas defendidas por Erasmo ou por Vives não tardaram muito a chegar a Portugal. Clenardo escreve em Évora uma carta dirigida a João Vaseu, datada de 18 de Julho de 1537, onde apresenta aquele que julgava ser o plano de estudos modelar para o ensino da língua latina aos jovens. Nesta longa missiva, explana de modo pormenorizado os conteúdos e as inúmeras actividades a desenvolver pelos jovens alunos de latinidades de forma gradativa.

Clenardo recomenda ao seu amigo João Vaseu a organização de um caderno de grande utilidade onde os alunos poderão reunir toda a língua latina. O humanista brabantino assegura a Vaseu ter obtido excelentes resultados com este método, já que assim consegue ter sempre à sua inteira disposição toda a panóplia de enunciados que vai registando nesse caderno ao longo do tempo:

*Egregium cerno fructum, mi Vasae, et forte multis utilem laborem, si uelis aliquid hic adhibere diligentiae, ut eadem fidelia non duos dealbes parietes, sed multos, et unus tibi libellus suppeditet linguam Latinam uniuersam, insignes auctorum sententias, adagia innumera, copiam orationis, insignium uirtutum et uitiorum definitiones, et postremo quod tibi et multis aliis queat esse usui, ut in promptu a primis statim annis discamus, ne prouecti haereamus in quantitate syllabarum.*⁵³

Meu caro Vaseu, desde já te asseguro um esplêndido resultado (além de ser um trabalho útil quiçá a muitos), se te quiseres dar ao incómodo de com uma cajadada matar não só dois coelhos mas muitos: quero eu dizer na minha que num só caderno se pode pôr ao alcance de toda a gente a língua latina toda – sentenças notáveis dos autores, inúmeros adágios, riqueza de vocabulário, definições das virtudes e dos vícios mais comuns, numa palavra, tudo que possa oferecer uma vantagem a quem quer, a ponto que prontamente o aprendamos logo desde os primeiros anos e não suceda mais tarde ficarmos de boca aberta sobre a quantidade das sílabas.

⁵² J. L. VIVES, *De ratione studii puerilis*, fl. L5r-v.

⁵³ Cf. N. CLENARDO, tomo I, 132; tradução de M. G. CEREJEIRA (1975), vol. II, 218.

Note-se que deviam ser anotados em primeiro lugar os enunciados de tipo proverbial-sentencioso, que assim ficavam ao dispor de quem quer que compulsasse o caderno. Clenardo confessa mesmo a enorme utilidade de que se revestia este caderno sempre que compunha poesia. Apresenta um exemplo concreto do muito proveito que retirou das suas anotações, quando tomou a decisão de compor alguns versos por ocasião da morte de Erasmo:

*Mihi usu uenit si quando nugor, ut afflatum Apollinis perdam, dum non occurrit carmen Poetae, et uideo Grammaticos, a ante u corripitur, etc. Itaque nuper dum insanirem defuncto Erasmo, animus erat semel mensem unum elaborare, et haesitanti perpetuum parare remedium, sed alia cura interpellauit.*⁵⁴

Pelo que toca à minha parte, confesso que me tem servido de muito, nas vezes em que me dá a toleima de versejar e se dá o caso de perder o sopro apolíneo, enquanto me não ocorre o verso do Poeta e vejo nos gramáticos a ante u corripitur, etc.

Por isso, quando ainda há pouco me deu para ensandecer...fazendo versos, por ocasião da morte de Erasmo, tencionava gastar nesse trabalho pelo menos um mês a preparar um remédio para as minhas próprias hesitações, mas outros cuidados me reclamaram.

Os versos a que Clenardo alude na sua carta destinavam-se a ser publicados numa obra em que Réscio reuniu epítáfios «per eruditiss. aliquot viros Academiae Lovanien. edita»⁵⁵, dedicados a evocar a memória de Erasmo. Convém recordar que Diogo Pires foi talvez o mais jovem humanista, com vinte anos ainda incompletos, a dar o seu contributo com vários poemas, em grego e latim, para esta obra. Além de Clenardo e de Diogo Pires, participaram nesta homenagem colectiva, que teve uma segunda edição antuerpiana, no mesmo ano de 1537, alguns dos mais conhecidos humanistas do tempo entre os quais se contam nomes como os de André de Resende, H. Froben, Jean Morel, Juan Luis Vives, Petrus Nannius, S. Grynaeus ou Cornelius Graephaeus.

Clenardo, apesar de tudo, revela na sua carta alguma cautela no que concerne ao uso das colectâneas de *loci communes*. Afirma haver muitos que não defendem a recolha de textos sentenciosos, por entenderem ser preferível ler e estudar esses enunciados inseridos

⁵⁴ Cf. N. CLENARDO, tomo I, 132; tradução de M. G. CEREJEIRA (1975), vol. II, 218.

⁵⁵ *D. Erasmi Roterodami epitaphia, per eruditiss. aliquot viros Academiae Lovanien. edita*. Lovanii, ex officina Rutgeri Rescii, Men. Mart. 1537. Estes poemas evocativos de Erasmo, traduzidos por Miguel Pinto de Meneses (poemas em latim) e por Walter de Sousa Medeiros (poemas em grego), podem encontrar-se em A. M. SÁ (1977), 337-343. Mais tarde, C. A. ANDRÉ (1989-1990), 82-98, num trabalho, sugestivamente intitulado «Diogo Pires e a lembrança de Erasmo», analisa detidamente estas composições, apresentando uma nova tradução dos poemas em latim do humanista eborense.

nas obras originais. O humanista brabantino, todavia, não compartilha completamente desta opinião. Tal como Erasmo, enfatiza o facto de ter havido já entre os gregos quem se tivesse dedicado a organizar este género de colectâneas. Além disso, valoriza as virtua- lidades únicas destes enunciados que os tornam extremamente adequados à formação moral dos jovens:

*Multis uiris displicet ex auctoribus insignes locos, qui sententias graues continent, seligere, et in eis legendis operam ponere, propterea, quod apud eos ipsos auctores huiusmodi rectius intelliguntur, melius discuntur, quam si quis ex multis auctoribus grandem sibi paret farraginem. Eiusdem sum et ipse propemodum sententiae. Caeterum et apud Graecos non defuerunt qui scriberent γνῶμας; et longe optimum arbitrarer, si quis ita disceret linguam Latinam, ut quem usum uocis accipit puer oratione alioqui inani, eum ipsum ferret ex huismodi oratione, quae praeter significationem uocabuli, etiam moneret aliquid: ut sunt adagia, apophthegmata, et similia, ubi uel est historia, uel fabula, uel tale quidpiam.*⁵⁶

Muito boa gente não é partidária de organizar lugares selectos e dá-los para matéria de leitura, porque estes trechos escolhidos se entendem e aprendem melhor nos próprios autores, do que lendo-os em colecções especialmente feitas com esse fim. Com pequena diferença, também eu sou do mesmo parecer. Mas há a notar que não faltou entre os gregos quem escrevesse também «gnomas»; eu julgaria excelente se alguém aprendesse a língua latina de maneira que o emprego de uma palavra, que se aprende numa oração por assim dizer ôca, se tirasse duma oração tal que, além da acepção do termo, nos ensinasse mais alguma coisa, como sejam os adágios, apotegmas e coisas semelhantes, ou onde haja uma história, um conto ou coisa equivalente.

Sente-se uma certa hesitação da parte de Clenardo sobre a posição a tomar quanto à utilização didáctica dos *loci communes*. É provável que houvesse excessos por parte de alguns mestres no uso pedagógico-didáctico que davam às colectâneas de sentenças. Ainda que Clenardo afirme ser do mesmo parecer dos que não são partidários da organização e da utilização das colectâneas, não deixa de sublinhar as suas vantagens, de confessar que o seu caderno de *loci communes* lhe tem sido bastante útil e de aconselhar Vaseu a seguir o seu exemplo.

Além disso, defende também esta sua posição com o argumento da autoridade dos escritores gregos, já antes invocado por Erasmo na carta dedicatória da sua edição dos *Disticha Catonis*, e com o valor do substrato ético-moral inscrito nos enunciados sentenciosos. É nesse sentido que entende que os alunos devem organizar um

⁵⁶ Cf. N. CLENARDO, tomo I, 132; usa-se a tradução de M. G. CEREJEIRA (1975), vol. II, 219.

«collectarium sententiarum», recomendando, além disso, a Vaseu a necessidade de apresentar aos alunos seis ou sete adágios por dia devidamente explicados.

Não muito tempo depois, no ano seguinte ao da carta de Clenardo a João Vaseu, Damião de Góis publicava, em Veneza, a versão portuguesa do *Ecclesiastes* e do *Cato Maior*. Na dedicatória destas duas obras, o humanista português não esconde a forma depreciativa como encara as colectâneas de textos sentenciosos, as quais constituem um amontoado de referências, sem indicação da fonte, numa palavra, livros «sem artefício rhetorico, nem dialectico».

Góis confessa ter sido sua intenção inicial «de toda a sagrada scriptura brevemente collegir alguns dittos de desprezo das cousas do mundo, a que ajuntâra tambem exemplos, e razoamentos dos philosophos antigos», para assim organizar uma colectânea. Afirma, porém, ter abandonado esse projecto inicial por influência das palavras sábias de Salomão que no *Ecclesiastes* «s'aqueixa do muyto numero de livros que jaa naquelle tempo havia, e aconselha que leamos estes pera nossa doutrina, e que nam curemos de fazer outros: deixei de tomar aquella fadigua, e tive por melhor trabalho o desta tralladaçam»⁵⁷.

Damião de Góis, na carta dirigida a D. Francisco de Sousa, conde de Vimioso, a quem dedica a sua tradução do *Cato Maior* de Cícero, revela de novo ser um defensor acérrimo da tradução das sentenças dos autores consagrados em detrimento da composição de sentenças aparentemente inovadoras. O humanista português sustenta a sua posição com a autoridade do seu amigo Erasmo, de quem ouvira em tempos um rasgado elogio à actividade da tradução.

As palavras de Clenardo denunciam a existência de alguns que desaconselham a utilização pedagógico-didáctica das colectâneas de sentenças. Damião de Góis, como parece deduzir-se das suas palavras, não se mostra a desfavor desta utilização. A sua crítica incide, por outra parte, sobre a forma medíocre como alguns compõem e organizam novas colectâneas de sentenças. Por isso, zurze com violência nos muitos que, sem glória, se

⁵⁷ Damião de GÓIS (2002), 109-110, refere-se, decerto, aos seguintes preceitos do *Ecclesiastes*:

9. E como o Ecclesiastes fosse gram sabedor, ensinou o povo, e contou-lhe o que fizêra: e consirando tudo com gram diligentia, compos muytos dittos, (10) buscou as palavras mais proveitosas, e escreveo sermões verdadeiros, e cheos de doutrina.

11. As palavras dos sabedores sam como agilhões, e assi como os pregos bem pregados, os quaes lhes sam de hum soo Deos dadas, pera per ellas sermos delles ensinados, e doutrinados.

12. E alem daquisto, filho meu, nam busques mais, porque de fazer livros nenhũa he a fim, e o muyto cuidado he gram affliçam da carne.

dedicam a remendar sentenças e, como se não fosse bastante, a organizá-las «sem artifício retórico nem dialéctico»:

Desejando continuamente gratificar, em parte, o amor e liberalidade de ânimo que em Vossa Senhoria sempre achei, pressupus lhe mandar algum escudo e defesa contra a velhice por ver, segundo curso natural, lhe estar já vizinha ao extremo da boa e viril idade. Do que, ainda que bem pudera, não quis ser fabricante, contentando-me antes em seguir Marco Túlio Cícero, o qual não temeu trasladar, de verbo a verbo, em suas obras muitas sentenças e ditos dos filósofos que, com engano, mostrar querer de novo compor alguma coisa daquelas que já per tantos e tão divinos autores são em todas as partes da filosofia escritas, como muitas pessoas cobiçosas de glória fazem, remendando e repeçando ditos e sentenças furtadas de uma e de outra parte, ordenadas sem artifício retórico nem dialéctico, a memória das quais obras juntamente perece com a vida de seus escritores, e muitas vezes antes, e pela mor parte na mesma hora que são lidas.⁵⁸

As críticas de Damião de Góis merecem ser sublinhadas, já que a sua posição não se revela de todo consonante com a prática comum dos humanistas no século XVI. Góis defende a edição e a tradução das colectâneas consagradas pela tradição, mas critica com veemência a composição de novas sentenças e de novas colectâneas. Trata-se, muito provavelmente, de uma reacção contra alguns excessos praticados pelos inúmeros organizadores de colectâneas de sentenças. Haveria determinados autores, por certo, que nem sempre saberiam proceder à recolha das sentenças mais adequadas e, quiçá mais frequente ainda, nem seriam bafejados o suficiente pela Musa da poesia para se entregarem à composição de novas sentenças.

Não obstante haver uma certa resistência por parte de alguns humanistas em relação às colectâneas, as recolhas de enunciados proverbiais-sentenciosos constituíram, como é evidente, um meio privilegiado de aquisição e preservação do conhecimento.

Rudolphus Agricola e Philipp Melanchthon, de parceria com Erasmo, foram outros dois humanistas de reconhecido mérito que reflectiram também sobre as virtualidades dos *loci communes* como instrumento pedagógico-didáctico e retórico. Em 1532, publicava-se em Antuérpia uma obra com o título *De formando studio Rodolphi Agricolae, Erasmi*

⁵⁸ Damião de GÓIS (2003), fl. 2r-v e p. 103.

*Roterodami et Philippi Melanchthonis rationes*⁵⁹. Os textos incorporados nesta obra patenteiam a importância que estes três humanistas atribuíam aos *loci communes*.

Agrícola, em carta datada de 1488, descreve as vantagens dos livros de lugares comuns e dá mesmo exemplos de alguns cabeçalhos obrigatórios, sempre em forma dialéctica, num caderno deste tipo: *uirtus/uitium*, *uita/mors*, *doctrina/ineruditio*, *beneuolentia/odium*. Na sua opinião, todos aqueles que adoptassem esta prática haviam de recolher para si próprios o maior proveito:

*Sic fiet tandem, ut omnia quae discimus, certa nobis, praesentiaque, et prope sub conspectu maneant.*⁶⁰

Assim resultará, enfim, que tudo o que aprendemos esteja para nós seguro, presente e perto da vista.

A mesma obra contém também um pequeno tratado de Erasmo intitulado *Ratio colligendi exempla* (pp. 23-46). Discorre neste trabalho o famoso humanista sobre a complexa tarefa de coligir e organizar os enunciados de tipo proverbial-sentencioso, expondo em pormenor quais são os passos necessários para os distribuir pelos temas e sub-temas adequados.

O livro atrás referido apresenta, por último, um pequeno texto de Melanchthon subordinado ao tema *De locis communibus ratio* (pp. 46-51)⁶¹. A sua tentativa de definição de *loci communes* dá conta, precisamente, do amplo leque de enunciados de tipo proverbial-sentencioso que esta expressão alberga:

*Voco igitur loccos communes omnes omnium rerum agendarum, uirtutum, uiciorum, aliorumque communium thematum communes formas, quae fere in usum, uariasque rerum humanarum, ac literarum causas incidere possunt.*⁶²

Chamo lugares comuns a todas as manifestações comuns de todas as actividades, tais como virtudes, vícios e outras noções de uso habitual, que podem incidir sobre o uso e as diversas questões relativas ao homem e à cultura.

Deve notar-se, portanto, que concorrem variados tipos de enunciados para a recolha de *loci communes* dos quais as *sententiae* também fazem parte integrante. De facto,

⁵⁹ *De formando studio, Rodolphi Agricolae, Eras. Roterodami et Philippi Melanchthonis, rationes, cum locorum quorundam indice*. Antuerpiae, excudebat Martinus Caesar, 1532. Consultámos a reprodução em formato digital disponibilizada no sítio *Gallica* da BNF (<http://gallica.bnf.fr>).

⁶⁰ *De formando studio*, 18.

⁶¹ Cf. J. KNAPE (1993), 138-139, para uma análise do capítulo dedicado por Melanchthon aos *loci communes* no seu tratado *Elementorum Rhetorices Libri Duo*.

⁶² *De formando studio*, 47.

as colectâneas incorporavam muitas vezes enunciados de tipo proverbial-sentencioso de natureza diversa, de que são exemplos os adágios, as anedotas, os apotegmas, as comparações, as descrições, as fábulas, os provérbios, as sentenças ou os símiles⁶³.

Naturalmente, os humanistas serviam-se de todos estes enunciados, sem excepção, no exercício do seu magistério. No decurso da prática lectiva, docentes e discentes usavam as inúmeras colectâneas que tinham à sua disposição, tanto as que estavam publicadas, como as que cada um organizava no seu caderno individual.

Diogo de Teive oferece-nos um óptimo exemplo para ilustrar a utilização conjunta de todos estes textos na prática pedagógica humanista. O objectivo da ensinaça do jovem príncipe D. Sebastião, «aquelle Rei que por milagre nos foi dado»⁶⁴, presidiu à composição da *Institutio Sebastiani Primi*. Teive dirigiu a sua obra a Francisco de Sá de Meneses que seria, na sua opinião, a pessoa indicada para desempenhar a função de preceptor do príncipe. A certa altura, aconselha-o sobre os enunciados que julga mais adequados para a ensinaça do jovem monarca:

[...] *Grauibus his sententiis
exempla iunge maximorum Principum,
his nocte gratas fabulas, quae recreant
puerile pectus, et bono exemplo docent
uirtutem amare, odisse crimen, ac scelus.
Multa sapientum dicta, multa Principum
in ore habenda [...].*

Ajuntar-lhe-has com isto alguns exemplos
de Principes famosos d'outro tempo.
Tambem ajunta historias fabulosas,
que a peitos pueris são agradaveis,
e com exemplos bons, inda que falsos,
lhe ensinão que ás virtudes se affeioem,
e da verdade os vicios aborreção.

⁶³ Para uma análise dos termos latinos utilizados por Erasmo e Melanchthon, respectivamente, para designar estas várias categorias, cf. *De formando studio*, 27-28 e 50-51.

⁶⁴ Diogo de TEIVE, *Epódos que contem sentenças uteis a todos os homens as quaes se acrescentaõ regras para a boa educação de hum principe*: composto tudo na lingua latina pelo insigne portuguez Diogo de Teive, lente de humanidades, e depois Reitor do Colegio das Artes da Universidade de Coimbra no tempo d' elrei D. Joaõ o III. Traduzido na vulgar em verso solto por Francisco de Andrade [...]. Copiado fielmente da edição de Lisboa de 1565. Lisboa, Na Imprensaõ Regia, 1803, 98-99.

A edição *princeps* da *Institutio Sebastiani Primi* data de 1558, tendo integrado os *Opuscula aliquot*. Foi reeditada, em conjunto com as *Sententiae*, no livro primeiro dos *Epodon libri*, publicados em 1565. Servimo-nos da edição olissiponense de 1803, por onde se cita tanto o texto original de Teive como a versão de Francisco de Andrade.

Ensina-lhe a trazer sempre na boca
muitos ditos de Principes, e sabios.⁶⁵

O pedagogo jesuita Simon Vereept, *alias* Simon Verrepaeus, em 1573, publica um interessante tratado pedagógico-didáctico para servir de guia à formação dos jovens estudantes de latinidades⁶⁶.

Vereept mostra, de forma inequívoca, ser herdeiro dos métodos perfilhados e defendidos por alguns dos mais importantes teorizadores da educação como Agricola, Erasmo, Melanchton ou Vives. De facto, este humanista procede a uma reflexão aprofundada sobre a utilização adequada dos enunciados de tipo proverbial-sentencioso no processo educativo, dedicando um cuidado muito particular à formação de cadernos de apontamentos por parte dos alunos.

No livro segundo do seu tratado⁶⁷, Vereept recomenda a utilização de três cadernos distintos e descreve qual o material que devia ser registado pelos alunos, ao longo do ano lectivo, em cada um deles. Apresenta, deste modo, as múltiplas vantagens proporcionadas aos alunos por esta prática:

*Quod quidem studium seu exercitium studiosis adolescentibus iucundum est, ac adeo frugiferum, ut pro dignitate sua nequeat satis commendari. Et enim non aliunde in aetate uirili uberiores fructus decerpuntur, quam ex huiusmodi in adolescentia collectis et belle instructis locis communibus, ut non immerito dici possint, uniuersalis quaedam et instructissima bibliotheca, ex qua quoduis argumentum, quod tractandum suscipitur, optissime et scitissime queat adornari. Nec enim alia est uia compendiosior, ad quidquid uoles expedite et scite inueniendum, quam adire locos communes, et iis lectissima quaeque decerpere; nec diues auarus tantum capit uoluptatem ex auri aspectu et diligenti contemplatione, quantam uir eruditus ex locis communibus a se in adolescentia copiose instructis.*⁶⁸

Com efeito, este estudo ou exercício é agradável aos jovens aplicados e tão frutífero, que não há forma de poder ser suficientemente elogiado de acordo com a sua dignidade. E não é de outra parte que na idade viril são colhidos os frutos mais abundantes, senão dos lugares comuns deste género coligidos e bem organizados na adolescência, a tal ponto que, com razão, podem descrever-se como uma biblioteca

⁶⁵ Diogo de TEIVE, *Epódos*, 124-127.

⁶⁶ Simon VEREEPT, *Institutionum scholasticarum libri tres, omnibus litterarum et christianae pietatis studiosis, utilitatis non parum allaturi, conscripti per Simonem Verrepaeum*. Antuerpiae, apud Ioannem Bellerum ad insigne Aquilae aureae, 1573 (consultámos o exemplar da BGUC – 4A-16-10-12).

⁶⁷ Na descrição inicial do tratado, Vereept apresenta, de forma muito transparente, os objectivos subjacentes a esta parte: «Exhibet facilem instituendi modum in humanioribus litteris Iuuentutem, donec idonea sit, quae mittatur in Academiam.», fl. 1v.

⁶⁸ Simon VEREEPT, *Institutionum scholasticarum libri tres*, 133-134.

universal e de uma riqueza infinita, a partir de onde, todo e qualquer assunto que seja necessário tratar possa ilustrar-se com extrema perfeição e elegância. De facto, nem há outro caminho mais vantajoso para encontrar com rapidez e elegância o que quer que pretendas, do que ir visitar os lugares comuns e recolher de entre eles o que for melhor. E nem o rico avarento colhe tamanha satisfação da imagem e da zelosa contemplação do ouro, como o homem erudito dos lugares comuns por si próprio copiosamente organizados na adolescência.

Na *epistola nuncupatoria* do seu tratado, Vereept apresenta, de forma lapidar, o duplo objectivo a que as escolas humanistas se propunham: ministrar aos jovens a formação linguística e a formação moral. Não surpreende, por isso, que os enunciados de tipo proverbial-sentencioso ocupem um papel central na prática pedagógica humanista à semelhança do que havia acontecido na educação greco-latina. De facto, como já foi dado observar, estes textos encerram em si próprios características que os tornam particularmente adequados ao cumprimento simultâneo do duplo desígnio, que o tratadista descreve nos seguintes termos:

*In scholis siquidem una cum litterarum institutione, etiam pietatis et uirtutum praecepta proponuntur, ad quae pueri rudibus annis assuefacti, paulatim ad rectum rationis usum, et morum honestatem perducuntur, ut aetate dehinc maturiori, ad quodcumque uitae genus assumantur, recte suum faciant officium. Quin uel experientia ipsa discimus, nihil perinde conferre, ad deprauatos hominum mores corrigendos, quam ipsa litterarum studia, quae primam aetatem suapte sponte lubricam ab intemperantia coercent, motus animi componunt, omnisque ignorantiae tenebras discutunt.*⁶⁹

Nas escolas, com efeito, através de uma instrução tanto nas letras como na piedade e nas virtudes, propõem-se preceitos, para que os jovens, acostumados a eles desde pequena idade, pouco a pouco sejam conduzidos ao recto uso da razão e à excelência de costumes, por forma a que depois, com uma idade mais madura, seja qual for o modo de vida que adoptem, cumpram com rectidão o seu dever. Mais ainda, aprendemos com a própria experiência que nada é mais adequado para corrigir os depravados costumes dos homens do que o próprio estudo das letras, que reprime a primeira idade, por natureza escorregadia, da falta de moderação, apazigua a agitação do espírito e dissipa as trevas de toda a ignorância.

Na verdade, importa notar a existência de uma unidade de pensamento entre os vários humanistas que reflectem sobre as virtualidades da utilização dos enunciados de tipo proverbial-sentencioso na prática pedagógica. Neste capítulo, os pedagogos humanistas recuperam na íntegra os métodos, as práticas e os textos utilizados nas escolas greco-latinas,

⁶⁹ Simon VEREEPT, *Institutionum scholasticarum libri tres*, fls. 2v-3.

afastando-se da tradição medieval⁷⁰. Continuam, pois, a utilizar com regularidade estes enunciados nos colégios humanistas para a formação linguística e moral dos mais jovens.

Provérbios e sentenças eram, regra geral, os primeiros enunciados já com alguma complexidade com que os alunos contactavam nas suas primeiras lições. Tinha início, desde esse primeiro momento, o conhecimento e a assimilação dos modelos da Antiguidade Clássica. No decurso da formação, os referidos enunciados constituem uma presença permanente no quotidiano dos alunos, que os coligem, copiam, memorizam, analisam de um ponto de vista gramatical e métrico ou utilizam nos exercícios retóricos. Quer seja por recurso à memória ou às recolhas próprias ou alheias, eles serão capazes de os inserir no seu discurso e de lhes dar nova vida.

O afã com que muitos humanistas se dedicaram à edição e comentário das colectâneas legadas pela tradição greco-latina justifica-se perfeitamente à luz desta prática corrente e generalizada nas escolas humanistas. Também assim se compreende a organização de outras colectâneas feitas à imagem e semelhança das tradicionais: umas resultam de novas compilações, outras da composição de enunciados novos.

4. Breve olhar sobre a edição de colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em português e castelhano

Antes de analisarmos mais detidamente a grande divulgação alcançada no Portugal de Quinhentos pelas colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em língua latina, parece-nos imprescindível traçar uma breve descrição das colectâneas similares que, no mesmo período, foram publicadas em língua portuguesa e castelhana e, com bastante frequência, circulavam por todo o espaço peninsular. Com efeito, ainda que muitos autores tenham optado pela língua latina nas suas recolhas, todavia, outros houve que publicaram colectâneas nestes dois idiomas.

A edição de colectâneas de sentenças exclusivamente em língua portuguesa é, em termos comparativos, menos expressiva do que sucede com a publicação de recolhas em língua latina ou em língua castelhana. Entre as colectâneas em língua portuguesa, é de sublinhar a importância que assumem as *Sentenças* de D. Francisco de Portugal⁷¹, primeiro

⁷⁰ Cf. N. C. SOARES (1993), 395-396.

⁷¹ Note-se que a *editio princeps* das *Sentenças* de D. Francisco de Portugal veio à luz apenas em 1605, nos prelos de Jorge Rodrigues, tendo sido reeditada modernamente por duas vezes, a primeira por Mendes dos REMÉDIOS (D. Francisco de PORTUGAL, *Sentenças de D. Francisco de Portugal, 1.º Conde do*

conde de Vimioso, a quem foi atribuído, por antonomásia, o epíteto de «Catão Português»⁷².

O Conde de Vimioso, a quem Damião de Góis dedicou a sua famosa tradução do *De senectute* de Cícero⁷³, foi um influente homem de estado nas cortes de D. Manuel e de D. João III, cabendo também atribuir-lhe a condição de poeta lírico⁷⁴, em português e castelhano, com representação no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Não obstante ter sido publicada apenas em início do século XVII, importa referir que a colectânea de D. Francisco de Sousa foi organizada durante a primeira metade de Quinhentos, uma vez que este faleceu em 1549.

A obra reúne sentenças em prosa e verso e constitui um verdadeiro manual de filosofia prática com múltiplas influências, nomeadamente da tradição proverbial-sentenciosa greco-latina e bíblica, entre as quais a *auctoritas maxima* tem de ser atribuída à figura de Séneca. Convém recordar, aliás, que a tradição literária medieval atribuiu a Séneca muitos textos que não eram de sua autoria, entre os quais avultam as *Sententiae* de Publílio Siro⁷⁵, que foram traduzidas para castelhano, no século XV, por Pedro Diaz de Toledo, com atribuição explícita ao filósofo romano.

A tradução portuguesa de Damião de Góis do *Ecclesiastes de Salamam*, recentemente redescoberta e reeditada⁷⁶, enquadra-se igualmente na tradição moralizadora da literatura portuguesa de Quinhentos. No entanto, o próprio Damião de Góis, nos textos

Vimioso, seguidas das suas poesias publicadas no Cancioneiro de Garcia de Resende. Revistas e prefaciadas por Mendes dos Remédios. Coimbra, França Amado, 1905), a segunda por Valeria TOCCO (D. Francisco de PORTUGAL, I Conte de Vimioso, *Sentenças*. Edizione critica e studio introduttivo a cura di Valeria Tocco. Viareggio-Lucca, Mauro Baroni editore, 1997). Sobre as *Sentenças* de D. Francisco de Portugal, para além dos estudos introdutórios de ambas as edições da autoria dos respectivos editores, cf. também J. B. MACEDO (1987), 73-106, e N. C. SOARES (1993), 399.

⁷² Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada [de Graça Almeida Rodrigues]. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, 47. O humanista português refere-se à figura de D. Francisco de Portugal «a quem com rezam podemos chamar outro Catam Censorino no saber, e prudência, porque tal ho foi elle viuendo, assi nas cousas da paz, quomo da guerra, quomo no conselho dos Reis que seruiu...».

⁷³ Damião de GÓIS (trad.), *Livro de Marco Tvllio Ciçeram chamado Catam maior, ou da velhiçe, dedicado a Tito Põponio Attico*. Tradução: Damião de Góis. Introdução e actualização: João José Alves Dias. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003 (Facsimile da edição de Veneza, Estevão Sabbio, 1538).

⁷⁴ Veja-se a moderna edição da obra poética de D. Francisco de PORTUGAL, 1.º Conde de Vimioso, *Poesias e Sentenças de D. Francisco de Portugal 1.º Conde de Vimioso*. Fixação do texto, introdução e notas por Valeria Tocco. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

⁷⁵ Sobre as fontes e os modelos desta colectânea, deve consultar-se o estudo introdutório de V. TOCCO que precede a sua já citada edição crítica das *Sentenças* de D. Francisco de PORTUGAL, 32-44.

⁷⁶ Cf. Damião de GÓIS (trad.), *O Livro de Ecclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

introdutórios do *Ecclesiastes* e do *Catão Maior*, contrapôs as vantagens da tradução às da composição, referindo-se de modo depreciativo à forma como «muitas pessoas cobiçosas de gloria» organizavam as colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos⁷⁷.

Segundo T. F. Earle, o desagrado que Góis manifesta pelas colectâneas de sentenças «deriva, portanto, duma crença muito mais profunda e polémica na congruência de *bonae litterae* e *sacrae litterae*», ou seja, «na comunidade de espírito que liga o *Ecclesiastes* e Cícero, e que faz das duas traduções um todo literário satisfatório.»⁷⁸.

Na verdade, os livros sapienciais constituem uma verdadeira recolha de textos de tipo proverbial-sentencioso e mereceram uma atenção particular por parte dos humanistas, cujo labor filológico passa muitas vezes pela edição, comentário e tradução destes livros em particular. No entanto, importa assinalar que Damião de Góis, como de seguida se observará, não foi o único português a traduzir um dos livros sapienciais atribuídos tradicionalmente a Salomão.

Nesse sentido, aproveitamos também o ensejo para contrariar a afirmação que T. F. Earle faz na introdução à sua recente edição da tradução goisiana, quando afirma peremptoriamente que «O *Ecclesiastes de Salamam* é uma autêntica descoberta, pelo facto de que até hoje se desconhecia a sua existência e nem mesmo se suspeitava que existisse.»⁷⁹. Sem querer, evidentemente, retirar mérito algum ao precioso achado e ao excelente trabalho do ilustre professor de Oxford, julgamos, todavia, ser necessário relativizar as suas afirmações sobre o suposto desconhecimento total da obra.

De facto, não é verdade que a tradução de Góis fosse completamente desconhecida, já que o português Nuno Fernandes do Cano a ela se refere de forma explícita no prólogo da sua tradução castelhana do livro dos *Provérbios* de Salomão⁸⁰, saída dos prelos de Luís Rodrigues, em Lisboa, no ano de 1544, ou seja, apenas seis anos volvidos desde a edição

⁷⁷ Cf. Damião de GÓIS (2003), fl. 2.

⁷⁸ T. F. EARLE (2002), 14.

⁷⁹ Cf. T. F. EARLE (2002), 6. Na nossa recensão crítica ao trabalho de T. F. EARLE, publicada na revista *Ágora* 5 (2003), 133-136, não fizemos menção dos argumentos ora apresentados, uma vez que apenas posteriormente tivemos conhecimento do raríssimo livro de Nuno Fernandes do Cano.

⁸⁰ *Aquí comiencã los prouerbios de Salomõ y espejo de peccadores nueuamête traduzidos de latim en lëgua Castellana por Nuño fernãndez do cano [...]*. [Cólofon: En Lixboa, en casa de Luis rodriguez, 1544] (cf. a descrição completa em A. J. ANSELMO, n.º 1045). O único exemplar conhecido desta obra, que tivemos oportunidade de consultar, encontra-se à guarda da BPÉ – Res. 194.

Justiça seja feita a E. ASENSIO (1951), XLVII-XLVIII, que já em meados do século passado havia chamado a atenção para a importante carta introdutória desta obra, em que Nuno Fernandes do Cano menciona, sem qualquer dúvida, a anterior tradução goisiana do livro de *Ecclesiastes*. À existência da mesma tradução se referiu também J. A. OSÓRIO (1985-1986), 195, num artigo intitulado «Damião de Góis e o *Livro da Velhice*».

veneziana da tradução de Góis. Na *Epistola prologal* desta obra raríssima – a única parte que está em português – Nuno Fernandes do Cano afirma que «ho Ecclesiastes foy jaa por hũ Damiam de goes a vossa senhoria [ao Conde de Vimioso] apresentado em nosso portugues.»⁸¹.

Trata-se de mais uma tradução, desta feita para castelhano, de um dos livros sapienciais atribuídos pela tradição ao rei Salomão, ou seja, o célebre livro dos *Provérbios*. A figura tutelar do Conde de Vimioso, a quem a tradução de Nuno Fernandes do Cano está dedicada, exactamente como sucede com a versão goisiana, volta a assumir um lugar de grande destaque, já que parece haver por parte do tradutor uma intenção de dar continuidade ao trabalho de tradução iniciado por Góis com o *Ecclesiastes* apenas seis anos antes.

É bastante provável até que a escolha de Góis pela língua portuguesa tenha reforçado a necessidade que Nuno Fernandes do Cano sentiu em justificar-se, no prólogo da sua tradução do livro dos *Provérbios*, por ter adoptado o castelhano, não obstante ser português. Um e outro adoptam a estratégia de traduzir uma antiga colectânea, no caso concreto, dois livros bíblicos sapienciais, não obstante terem utilizado línguas distintas. Ao invés, muitos outros preferem organizar novas colectâneas com recurso a sentenças suas ou alheias. Mas nem sempre o deviam fazer com grande mérito, a avaliar pelas duras críticas que lhes são dirigidas por Damião de Góis, tal como já foi referido anteriormente.

Há que assinalar também a publicação em língua portuguesa de uma outra recolha de sentenças morais intitulada *Ditos da freyra*, atribuída a Joana da Gama, a qual veio a lume, em 1555, nos prelos do impressor André de Burgos⁸². Outras obras há em português que, num plano mais lato, se inscrevem também na tradição da literatura gnómica⁸³. Não sendo objectivo deste trabalho analisar detidamente estes textos, não pode, ainda assim, deixar de se mencionar os célebres *Contos e histórias de proveito e de exemplo* da autoria de

⁸¹ Fl. a5v.

⁸² O título abreviado desta obra é *Ditos da freyra. Ditios diuersos feytos por hũa freyra da terceyra regra. Nos quaes se cõtẽ sentẽças muy notauays & auisos naccarios*. Veja-se a descrição completa em A. J. ANSELMO, n.º 413 (o exemplar mais antigo que se conhece guarda-se na BNL, sob a cota RES. 228//1 P.). Sobre as características paralexigráficas desta obra, cuja datação tem sido objecto de dúvidas, cf. T. VERDELHO (1995), 425-426.

⁸³ Para uma descrição pormenorizada das obras quinhentistas em língua portuguesa que, de um ponto de vista mais abrangente, têm lugar na tradição da literatura sapiencial, tanto em versão manuscrita como em letra de forma, cf. N. C. SOARES (1993), 377-410; V. TOCCO (1997), 23-28.

Gonçalo Fernandes Trancoso⁸⁴, onde emerge a importância da função didáctica dos *exempla*, que ganha mais relevo ainda, por exemplo, no segundo volume da colectânea de André Rodrigues Eborense com o título próprio, na edição *princeps* de Lião, de *Exemplorum memorabilium cum ethnicorum, tum christianorum e quibusque probatissimis Scriptoribus [...]*.

Por outro lado, convém igualmente recordar a importância que teve o intercâmbio e a circulação das recolhas de provérbios e de sentenças em castelhano por todo o espaço peninsular⁸⁵. Na verdade, as colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso em castelhano, geralmente em verso, tinham grande divulgação e eram conhecidas desde há muito em Portugal. Há que referenciar, obrigatoriamente, duas colectâneas, cuja origem remonta aos séculos XIV e XV, como os *Proverbios morales* do judeu Dom Sem Tob, rabi de Carrión (1290-1360)⁸⁶ ou os *Proverbios* do Marquês de Santillana, ou seja, de Íñigo López de Mendoza (1398-1458)⁸⁷, ou ainda uma terceira colectânea também atribuída a este autor intitulada *Refranes que dicen las viejas tras el fuego*⁸⁸.

Este «amplo comércio paremiológico entre a Espanha e Portugal»⁸⁹ foi impulsionado, desde tempos muito recuados, pelas intensas e constantes relações entre os reinos ibéricos e estava potenciado naturalmente pelo bilinguismo revelado por alguns dos nossos maiores poetas dos séculos XV e XVI. Pode, por isso, afirmar-se, sem grande margem de erro, que as colectâneas de provérbios e de sentenças em castelhano não eram desconhecidas no contexto cultural português da mesma forma que as formas proverbiais ou sentenciosas em português também o não seriam no país vizinho.

⁸⁴ Gonçalo Fernandes TRANCOSO, *Contos & histórias de proveito e exemplo*. Edição facsimilada da impressão de 1575. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982. Importa assinalar a publicação de um importante trabalho de C. NOBRE (1999) sobre esta obra didáctica.

⁸⁵ A este propósito, cf. E. ASENSIO (1951), XIX-XXX; J. SUBIRATS (1982), vol. II, 257-259; T. VERDELHO (1995), 296-297.

⁸⁶ Cf. SEM TOB, *Proverbios morales*. Edición, introducción y notas de Sanford Shepard. Madrid, Editorial Castalia, 1985.

⁸⁷ Cita-se a edição conjunta dos *Proverbios morales* de Íñigo López de Mendoza, Marquês de Santillana, com a tradução castelhana de Pedro Diaz de Toledo dos *Prouerbia* de Séneca, isto é, das *Sententiae* de Publílio Siro – *Proverbios y sentencias de Lucio Anneo Seneca, y de Don Yñigo de Mendoza, Marques de Santillana, glosados por el Doctor Pedro Diaz de Toledo*. Anvers, en casa de Iuan Steelsio, 1552 (existe um exemplar na BNL com a cota RES. 3178 P.). Note-se, porém, que existem várias edições independentes anteriores dos *Proverbios* do Marquês de Santillana com os extensos comentários de Pedro Diaz de Toledo, das quais a BNL possui uma editada em Salamanca no ano de 1500 (INC 1315); o mesmo se diga da tradução dos referidos *Proverbios* do Pseudo-Séneca, de que existe uma edição de Sevilha, de 1512, na BGUC (V.T.–20–10–6).

⁸⁸ Cf. SANTILLANA, Íñigo López de Mendoza, Marquês de, *Refranes que dicen las viejas tras el fuego*. Edición, introducción y notas de Hugo Oscar Bizarri. Kassel, Reichenberger, 1995.

⁸⁹ Usou-se a expressão de T. VERDELHO (1995), 297.

Na enumeração das colectâneas em castelhano acima apresentada, que não pretende de modo algum ser exaustiva⁹⁰, deixou-se propositadamente de parte uma das mais importantes recolhas de provérbios por ter um interesse particular para o nosso estudo. Trata-se de uma obra da autoria do famoso professor da Universidade de Salamanca, vulgarmente conhecido por Pinciano, isto é, Hernán Núñez de Toledo y Guzmán (1475-1553), publicada a título póstumo, dois anos após a sua morte, com o título *Refranes o proverbios en romance, que nuevamente colligió y glossò el Comendador Hernan Nuñez, Professor eminētissimo de Rhetorica, y Griego, en Salamanca. Van puestos por la orden de A b c*. En Salamanca, En casa de Iuan Canoua, 1555⁹¹.

Trata-se de uma recolha organizada segundo um critério alfabético, que reúne enunciados provenientes de várias línguas peninsulares entre as quais ocupam um papel de destaque o castelhano e o português⁹². A colectânea compilada pelo mestre salmantino reveste-se de uma importância inegável pela amplitude da recolha, já que incorpora, nas palavras de Eugénio Asensio, «la más caudalosa colección de proverbios portugueses de la época»⁹³.

Convém recordar que Diogo Pires, entre muitos outros alunos portugueses, foi aluno de Pinciano, na disciplina de Retórica, durante os anos em que estudou na cidade do Tormes⁹⁴. É lícito supor, por isso, que os discípulos tenham tido contacto com a predilecção do seu mestre por este género de textos. Pinciano elaborou decerto a sua recolha durante o exercício do seu magistério na Universidade de Salamanca, e não é de enjeitar inclusivamente que se tenha servido dos muitos alunos portugueses como fonte privilegiada para a recolha de formas proverbiais portuguesas.

Merece também uma referência particular um outro mestre de latinidades da Universidade de Salamanca. Trata-se de Fernando de Arce que não só fez uma recolha de

⁹⁰ Às obras apresentados podem ser acrescentadas, por exemplo, as *Cartas en Refranes* de Blasco de Garay (Toledo, 1541), *Los dichos o sentencias de los sete Sabios de Grecia*, colocados em verso castelhano por Hernán López de Yanguas (Medina del Campo, 1543), o *Libro de Refranes* de Pedro Vallés (Saragoça, 1549), ou *La Philosophia vulgar* de Juan de Mal Lara (Sevilha, 1568). Para uma relação exaustiva destas colectâneas, cf. S. BODELÓN (1997), 241-247 e V. INFANTES (1988), 243-257.

⁹¹ Veja-se a recente edição crítica da obra de Hernán NÚÑEZ, *Refranes o proverbios en romance: con sus glosas y numeración según el orden en que fueron escritos en la edición príncipe, con indicación del folio*. Edición crítica de Louis Combet, Julia Sevilla Muñoz, Germán Conde Tárrio y Josep Guia y Marín. Madrid, Guillermo Blázquez, 2001 [2 vols.].

⁹² Sobre as formas proverbiais galegas da colectânea de Pinciano, cf. Santiago Alfonso LÓPEZ NAVIA, *O repertorio galego dos refranes o proverbios en romance do comendador Hernán Núñez (1555)*. [Vigo], Consello da Cultura Galega, 1992.

⁹³ Cf. E. ASENSIO (1951), XXIX.

⁹⁴ Cf. *Cato Minor* (1596), 117. C. A. ANDRÉ (1992b), 13-14.

rifões castelhanos como também os verteu para a língua latina⁹⁵. Com efeito, este humanista publicou, em 1533, na mesma cidade de Salamanca, uma colecção de rifões castelhanos convertidos em estrofes de quatro versos latinos, rematados periodicamente por uma fábula. Trata-se de uma obra que procede a uma interessante combinação do rifeiro espanhol com a tradição paremiológica latina com evidentes intenções didácticas.

Por último, destaca-se uma colectânea de aforismos de Tácito coligida e traduzida para castelhano por Arias Montano. Este ilustre humanista espanhol, conselheiro político de Filipe II, compôs esta obra para o monarca, o qual não quis «que se publicase, para así ocultar mejor sus secretos pensamientos, surgidos al calor de las máximas manuscritas ofrecidas por su consejero Montano»⁹⁶. A morte de Arias Montano e de Filipe II ocorre no mesmo ano, em 1598, pouco tempo antes de Diogo Pires ter também falecido, e a obra de Montano acabou por ser publicada apenas a título póstumo, em Barcelona, em 1614⁹⁷.

Há uma razão concreta para ser atribuída a esta colectânea uma importância que ela, à primeira vista, talvez não possua entre as restantes obras deste género. É muito provável que em algum momento, que não é possível determinar, se tenha estabelecido um qualquer tipo de relação entre Arias Montano e Diogo Pires⁹⁸. De facto, o *Cato Minor* ostenta entre os vulgares *testimonia* iniciais o seguinte poema do conhecido teólogo sevilhano:

ARIAE MONTANI THEOLOGI HISPALENSIS

*Christus in hoc certe est, Christus Deus ipse libello
ille lyram uatis temperat, ille regis.*

⁹⁵ Veja-se a moderna edição crítica e tradução de Antonio SERRANO CUETO (ed.), Fernando de ARCE, *Adagios y Fábulas*. Introducción, edición crítica, traducción anotada e índices a cargo de Antonio Serrano Cueto; prólogo de José María Maestre Maestre. Alcañiz-Cáceres, Instituto de Estudios Humanísticos–Universidad de Extremadura, 2002.

⁹⁶ Cf. S. BODELÓN (1997), 242. Este mesmo investigador, na página 247, explica a génese da recolha de Arias Montano nos seguintes termos: «El rey encargó a Montano una guía práctica sobre cuestiones políticas, basada en los clásicos y no en las sagradas Escrituras, en un momento en que la Inquisición analiza con lupa tales escritos.»

⁹⁷ Benito ARIAS MONTANO, *Aphorismos sacados de la Historia de Publio Cornelio Tacito* [...] para la conseruacion y aumento de las Monarchias, hasta agora no impresos. Y las Centellas de varios conceptos, con los auisos de Amigo de D. Ioachin Setanti [...]. Barcelona, por Sebastian Mateuat, a costa de Miguel Manescal, 1614 (existe um exemplar desta obra na BGUC com a cota SP–Ad–2–21).

⁹⁸ Arias Montano passou uma grande parte da sua vida fora de Espanha, sobretudo em Antuérpia, onde coordenou o projecto da Bíblia de Antuérpia, e em várias cidades italianas, desempenhando inúmeras funções. A sua primeira missão a terras italianas, coroada de sucesso, a ajuizar pela forma como foram recebidos os seus dois discursos, decorreu no Concílio de Trento, por volta de 1562. Talvez o contacto entre Montano e Pires possa ter ocorrido eventualmente por esta altura. Sobre a vida e obra de Arias Montano, cf. A. F. G. BELL (1922) e B. REKERS (1972). Antonio DÁVILA PÉREZ (2002) editou recentemente a correspondência do humanista espanhol conservada no Museu Plantin-Moretus de Antuérpia, precedida de um importante estudo introdutório em que apresenta novos dados para a sua bio-bibliografia.

*Ille Deus pueris mores effingit honestos,
format et os tenerum, blandaque uerba docet.
Vtque recens uirtus uenientes crescat in annos,
ire iubet puerum, quo uocat illa Dea.
Neue uetus serpens humanae labis origo
impendiat cursum, fit comes ipse uiae
felix, cui talis comes, et custodia talis
contigit, audacter quolibet ire licet.
puer, i felix aderit tibi Christus eunti,
uagiit in cunis, et puer ille fuit.⁹⁹*

DE ARIAS MONTANO, TEÓLOGO SEVILHANO

Cristo está, sem dúvida, neste livrinho, o próprio Cristo Deus,
ele tempera a lira do poeta; ele a do rei.
É ele, Deus, quem molda nas crianças os costumes honestos,
e [lhes] dá forma e suavidade à fala e [lhes] ensina meigas palavras.
E para que uma virtude renovada cresça nos anos seguintes,
manda a criança dirigir-se para onde a chama aquela Deusa.
E para que a velha serpente, origem da ruína humana,
não lhe impeça o caminho, torna-se ele próprio companheiro
venturoso da viagem; aquele a quem calha um tal companheiro e um tal guarda,
pode ir com audácia para onde quer que seja.
Criança, caminha feliz; Cristo estará ao teu lado no caminho
ele que também soltou vagidos no berço e também foi criança.

Suspeita-se que esta relação entre os dois humanistas possa eventualmente contribuir para justificar a incongruência da estranha subserviência ao rei Filipe, manifestada por Diogo Pires na carta dedicatória do *Cato Minor*. É provável que tenha havido da parte de Diogo Pires, tal como já foi sugerido, uma intenção velada de regressar a Portugal¹⁰⁰. Se assim foi, talvez seja lícito presumir haver uma intencionalidade na publicação do poema de Arias Montano e na referência estranhamente subserviente ao rei de Espanha e, desde 1580, também de Portugal.

Além disso, convém acrescentar que Diogo Pires também mantinha boas relações com Ambrosio de Morales (1513-1591), com quem travou contacto muito provavelmente ainda durante os seus estudos em Salamanca, onde o cordovês também foi aluno até 1533¹⁰¹. Filipe II nomeou Ambrosio de Morales para várias funções importantes, entre as

⁹⁹ Cf. *Cato Minor* (1596), fl. a6r-v.

¹⁰⁰ C. A. ANDRÉ (1992b), 88-89, nota 72.

¹⁰¹ Sobre a biografia de Ambrosio de Morales, cf. E. REDEL (1908).

quais se destaca naturalmente a de cronista régio. Foi nessa condição que o historiador redigiu os vários volumes da sua famosa *Coronica general de España*.

Diogo Pires dedica a Ambrosio de Morales uma das suas elegias ainda inéditas, onde, em palavras proferidas pelo rio Tejo, se declara precisamente merecedor de viver na sua pátria e não no penoso desterro:

[...] *'Hic ciuis meus est; cur exsulat insons?
Ille solo in patrio uiuere dignus erat.'*¹⁰²

[...] 'Este é um dos meus cidadãos; porque vive ele sem culpa no exílio?
Digno era ele de viver em solo pátrio.'

Não é possível, de facto, comprovar em definitivo que Diogo Pires tivesse intenção de regressar a Portugal, mas as relações estabelecidas com Arias Montano e com Ambrosio de Morales¹⁰³ permitem, pelo menos, colocar essa hipótese com alguma razoabilidade. Que se saiba até ao momento, todavia, tal intenção não se veio alguma vez a concretizar.

¹⁰² *Eleg.* 3.3.7-8; usa-se a tradução de C. A. ANDRÉ (1992a), 418-419.

¹⁰³ Note-se que Ambrosio de Morales se correspondia com o também eborense André de Resende, como se comprova pela seguinte edição: *L. Andr. Resendii Lusitani, ad epistolam D. Ambrosii Moralis viri doctissimi, inclytæ academiae Complutensis Rhetoris, ac Regij historiographi Responsio*. Eborae, Andreas Burgius [...] impressit, 1570 (A. J. ANSELMO, n.º 401).

Capítulo 8

As colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em língua latina no Portugal de Quinhentos

1. Observação prévia

A literatura de tipo sentencioso-proverbial, tantas vezes organizada em colectâneas, teve uma expressão notável no panorama do Humanismo português. De facto, se alguns autores se dedicaram à edição de recolhas de sentenças extraídas de autores greco-latinos, cristãos ou humanistas, outros houve a quem não faltou engenho e arte na produção de sentenças novas ou, pelo menos, recriadas a partir do imenso manancial de textos que a antiquíssima tradição da literatura proverbial-sentenciosa colocava à sua disposição.

Damião de Góis, na carta dirigida a D. Francisco de Sousa, conde de Vimioso, a quem dedica a sua tradução do *Cato Maior* de Cícero, apresenta de forma clara as duas possibilidades que se ofereciam a todos aqueles que pretendessem editar recolhas de sentenças, quer eles recolhessem e traduzissem sentenças de autores antigos quer, de outra forma, tencionassem ser eles próprios ‘fabricadores’ de sentenças novas¹. Deve notar-se que Damião de Góis, como já foi anteriormente referido, defende de forma veemente a tradução das colectâneas antigas e assume uma posição bastante crítica face aos ‘fabricadores’ de sentenças novas.

A utilização destes textos enquanto instrumento pedagógico-didáctico adequado à formação linguística e moral da juventude, em geral, e dos príncipes, em particular, foi por certo, uma das razões principais que motivou a elaboração e, posteriormente, a grande divulgação alcançada pelas colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em língua latina. Nem todos os autores de colectâneas, como a seguir se verá, acataram o parecer de Damião de Góis, pois alguns procuraram compor, com maior ou menor originalidade, sentenças novas.

Deste modo, atendendo em particular ao campo do Humanismo português, proceder-se-á a uma análise individualizada das colectâneas de enunciados proverbiais-

¹ Damião de GÓIS (2003), fl. 2r-v e p. 103.

-sentenciosos. Todas as obras a que se dedicará atenção recolhem textos em língua latina, acompanhados, em alguns casos, da respectiva tradução em língua portuguesa ou castelhana. Há, pois, exemplos tanto de simples recolhas de sentenças compiladas a partir de autores greco-latinos, cristãos ou humanistas como, de outra forma, de colectâneas que integram sentenças novas ou recriadas a partir do material pré-existente. A autoria das obras que serão objecto de estudo de seguida, pela ordem cronológica das respectivas edições, pertence a Cataldo Parísio Sículo, André Rodrigues Eborense, Jerónimo Cardoso, Diogo de Teive, Luís de Granada e Diogo Pires.

2. Os *Prouerbia* de Cataldo Parísio Sículo

Os *Prouerbia* de Cataldo são, segundo julgamos saber, a primeira colectânea de enunciados de tipo proverbial-sentencioso, em língua latina, publicada em Portugal. Cataldo Parísio Sículo, que fora convidado por D. João II para desempenhar as funções de preceptor de D. Jorge de Lencastre, seu filho bastardo, dedica ao príncipe D. Afonso um conjunto de *Prouerbia*, organizados por ordem alfabética, com uma evidente intenção pedagógico-didáctica, os quais são publicados no livro I das *Epistole Cataldi* dado à estampa em Lisboa, a 21 de Fevereiro de 1500².

O príncipe D. Afonso faleceu com apenas dezasseis anos de idade, vítima de um acidente de cavalo, ocorrido na Ribeira de Santarém, em 1491, pelo que se deduz que o célebre humanista italiano terá composto antes dessa data os *Prouerbia* dirigidos ao príncipe herdeiro, que acompanham a seguinte carta dedicatória³:

CATALDVS ALPHONSO PORTVGALIAE PRINCIPI. SALVTEM

*Posteaquam opus illud ab inuictissimo rege, patre tuo, mihi demandatum
perfeceram, fortunatissime princeps, cogitavi tecum quidnam et arguto ingenio tuo et
isti probae indoli iocundum ac conducibile tali tempore existeret.*

*Duo potissimum mihi in mentem uenerunt: alterum moralis fuit disciplina
prouerbiis quibusdam annotata; alterum uero polite, ornate pulchreque dicendi genus.*

² Cf. CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Epistolae et orationes*. Edição fac-similada. Introdução de Américo da Costa Ramalho. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1988, fls. hiiij v – hv v. Para uma análise pormenorizada do autor e da obra, bem como de bibliografia mais específica, *vide* a introdução da edição fac-similada da autoria de Américo da Costa Ramalho, a quem se deve a prova inequívoca do papel crucial que Cataldo desempenhou na introdução e na divulgação dos ideais humanistas em Portugal.

³ Já depois da redacção deste capítulo, onde se apresenta a edição e tradução desta carta dedicatória de Cataldo, foi publicada uma edição e tradução integral, não só da epístola inicial, mas também dos *Prouerbia* que a acompanham. Cf. A. C. RAMALHO – A. F. O. SILVA (2005), 165-196.

Ex quibus tum uoluptatem, tum emolumentum aliquid Celsitudini Tuae futurum iudicauī. Nec non tui amatissimo patri rem gratissimam fore arbitratus sum.

Quas quidem lucubratiunculas qualescumque et quantaecumque sunt, ut nomini tuo sponte dicaimus, ita iussu tuo infectas adhuc, tibi emisimus ut, donec reliquum absolueremus, aliquam his principiis operam dares, utque tu ipse nullo indigens interprete a moralibus ad elegantias te transferres, rursum ab elegantibus ad moralia animum deduceres. Quo fieret ut paucis post diebus ex illustri multo efficereris illustrior.

Et quemadmodum ceteros principes ingenio, moribus atque omnibus animi corporisque uirtutibus excellis, ita bonis artibus optimisque institutionibus uinceres.

Fac, precor, ne plus curae in te formando habuerit natura quam tuet in te ipso expoliendo exornandoque adhibueris diligentiae. Quod si facies, parentibus inprimis et populis non minus fere externis quam tuis rem periocundam te facturum existima. Meque ex faustis initiis ad ampliora et ad huius precipue operis absolutionem plurimum excitabis. Vale.⁴

CATALDO A D. AFONSO, PRÍNCIPE DE PORTUGAL, ENVIA MUITO SAUDAR

Depois de eu ter concluído aquele trabalho que me fora encomendado pelo mui invicto rei, teu pai, ó mui afortunado príncipe, pus-me a pensar comigo próprio o que seria não apenas agradável, quer ao arguto espírito dos teus, quer a essa tua proba natureza, mas também proveitoso em tal idade.

E foram sobretudo duas ideias que me vieram ao espírito: uma foi a educação moral inscrita em alguns provérbios; a outra a forma de falar com muita correcção, elegância e perfeição. Considerei que através delas havia de sobrevir à Tua Majestade quer prazer, quer algum proveito. E também pensei que isso seria algo muito agradável ao teu queridíssimo pai.

Por isso, estas pequenas lucubrações, tais e quais estão, porque as dedicámos de moto próprio ao teu nome, assim tas enviamos, a teu mando, ainda inacabadas, por forma a que, enquanto concluíssemos o restante, pudesses dar alguma atenção a estes princípios, para que tu próprio, sem necessidade de intérprete algum, te voltasses das regras morais para as elegâncias, e de novo encaminhasses o espírito das elegâncias para as regras morais, de modo a suceder que, passados poucos dias, de ilustre te volvestes em muito mais ilustre.

E tal como aos restantes príncipes os excedes em engenho, carácter e em todas as qualidades do espírito e do corpo, assim os viesses a levar de vencida nas boas acções e na excelente educação.

Faz, peço-te, com que a natureza não ponha mais cuidado na tua formação do que diligência tu mesmo tiveres aplicado na tua preparação e instrução. E se o fizeres, considera que há-de praticar uma acção por demais agradável, antes de tudo aos teus pais, e não menos aos povos estrangeiros que aos teus. E a mim, desde os auspiciosos começos, incentivar-me-ás muito a trabalhos maiores e sobretudo à conclusão desta obra. Adeus.

⁴ CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Epistolae et orationes*, fl. hijv.

Cataldo evidencia desde logo na carta dedicatória quais são os dois objectivos que pretende ver satisfeitos com os *prouerbia* apresentados a D. Afonso: o primeiro prende-se com a «moralis...disciplina», o segundo com o desenvolvimento integral e harmonioso do «dicendi genus». O humanista siciliano compõe assim estes *prouerbia* com um objectivo declaradamente pedagógico-didáctico, dando continuidade à longa tradição greco-latina de utilização dos textos proverbiais-sentenciosos na educação linguística e moral da juventude.

Os *Prouerbia* de Cataldo constituem um conjunto não muito extenso de breves enunciados de tipo proverbial-sentencioso sem indicação expressa de proveniência, distribuídos, por ordem alfabética, em duas colunas paralelas. É provável que Cataldo tenha elaborado, com o seu cunho pessoal, este conjunto de *prouerbia* latinos a partir do imenso manancial que a riquíssima tradição da literatura gnómica colocava à sua disposição, não se remetendo estritamente ao papel de compilador. Convém, no entanto, sublinhar que apenas uma análise meticulosa das eventuais fontes destes *prouerbia* – trabalho que não se realizou por ultrapassar o âmbito deste estudo –, poderia confirmar ou infirmar esta hipótese.

Os *Proverbia* evidenciam, em suma, que o célebre preceptor siciliano do príncipe D. Jorge e também de D. Pedro de Meneses tinha perfeita consciência do valor formativo destes textos no processo educativo. Por isso, estamos em crer, como parece indicar a elaboração deste conjunto de máximas, que Cataldo utilizava este género de textos na sua prática pedagógica enquanto mestre de latinidades.

3. André Rodrigues Eboreense

A figura de André Rodrigues Eboreense esteve até quase aos nossos dias envolta num quase completo desconhecimento que passava, inclusive, pela dúvida sobre a nacionalidade do autor daquela que viria a ser uma das colectâneas de sentenças mais divulgada nos séculos XVI e XVII, como bem atestam as múltiplas reedições de que foi objecto por toda a Europa.

A primeira contribuição de vulto para o conhecimento desta interessante personalidade ficou a dever-se a Álvaro Júlio da Costa Pimpão⁵, que desfez a confusão, ainda hoje bastante comum na catalogação de algumas bibliotecas, entre os conterrâneos

⁵ Cf. A. J. C. PIMPÃO (1972), 387-401.

André Rodrigues Eborense e André de Resende. O trabalho deste investigador teve o mérito inegável de trazer alguma luz sobre a problemática das edições da colectânea e de adiantar alguns importantes dados biográficos sobre o seu autor, nomeadamente ao tornar claro que se tratava de um mercador cristão-novo pertencente a uma ilustre família de Évora, tendo por irmão o ilustre médico e professor da Universidade de Coimbra, Tomás Rodrigues da Veiga, autor de várias obras bastante conceituadas tanto em Portugal como no estrangeiro na área da medicina, mais concretamente no campo da interpretação e comentário da obra de Galeno⁶.

Luís de Matos presta um contributo decisivo para o conhecimento da vida e obra de André Rodrigues Eborense, ao publicar um fac-símile de um manuscrito inédito da Casa de Cadaval com o título *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*⁷, precedido de uma introdução em que prova, inequivocamente, ser André Rodrigues Eborense o autor deste manuscrito inédito e anónimo. Acrescenta novos dados biográficos e faz o cotejo entre a *Primera parte de las sentencias*, publicada em versão bilingue latino-castelhana, com as *Sentenças* do manuscrito inédito, em versão bilingue latino-portuguesa.

Não será a ocasião mais adequada para desenvolver a questão das relações familiares de André Rodrigues Eborense, mas não é por demais acentuar que se trata de um mercador proveniente de uma das mais importantes famílias de cristãos-novos portugueses, cujas relações passavam pelos grandes eixos comerciais e culturais da Europa de Quinhentos.

Procura-se, por isso, traçar um breve esboço biográfico, que dê conta da impressionante rede familiar dos Rodrigues da Veiga e da forma como esta importante família de cristãos-novos consegue integrar-se nas estruturas vitais da sociedade portuguesa, seja pelas relações privilegiadas com o poder político, pela participação no comércio nacional e internacional, seja pela inserção bem sucedida no meio cultural e

⁶ Sobre a figura deste prestigiado lente da Universidade de Coimbra, cf. A. R. BRITO (1942) e (1949); F. L. FERREIRA (1938), 715-726 (aditamentos e notas de Joaquim de Carvalho); M. LEMOS (1991), vol. I, 250-252. Tomás Rodrigues da Veiga era uma figura de grande prestígio e bastante considerado pelos seus pares. Refira-se, a título de exemplo, a publicação de uma carta em latim dirigida por Tomás Rodrigues da Veiga ao médico valenciano (de Valência de Alcântara) Dimas Bosque na edição *princeps* dos *Colóquios dos Simples e das Drogas* da autoria de Garcia de Orta, um dos mais notáveis médicos portugueses do século XVI, de origem judaica tal como o médico eborense. Acrescente-se que, nessa mesma edição, de 1563, encontra-se publicada, pela primeira vez, uma composição de Luís de Camões, uma ode dirigida «Ao Conde do Redondo, visio Rey da India».

⁷ Cf. André RODRIGUES EBORENSE, *Sentenças para a ensinança e doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval com introdução de Luís de Matos. [Lisboa], Banco Pinto & Sotto Mayor, [1983].

universitário ou mesmo pela entrada nas ordens religiosas. É forçoso também sublinhar as relações existentes entre a família de André Rodrigues Eborense e a de Diogo Pires.

Actualmente conhece-se um pouco melhor o enquadramento familiar do mercador André Rodrigues Eborense (1510-1575). Pertence a uma das mais importantes famílias de cristãos-novos portugueses, sendo um dos pelo menos seis filhos do prestigiado médico Mestre Rodrigo da Veiga e de Juliana de Meneses, que terão vindo de Castela, segundo se julga, no reinado de D. Manuel, tendo fixado a sua residência na cidade de Évora⁸.

Entre os irmãos de André Rodrigues Eborense vamos encontrar personalidades tão ilustres como o já referido médico e professor Tomás Rodrigues da Veiga, o também mercador Manuel Rodrigues de Évora (1506-1581) ou a irmã Isabel Rodrigues da Veiga que veio a casar com Duarte Ximenes de Aragão, dando origem a uma ilustre prole, cujos inúmeros membros ocuparam posições de relevo em variadíssimas áreas de actuação por todo o continente europeu⁹.

O mercador Manuel Rodrigues de Évora, casado com Catarina Lopes, veio a formar, em conjunto com os filhos («Manuel Rodrigues e filhos»), uma importante casa comercial com sede em Lisboa e Antuérpia, com interesses de monta nas maiores praças comerciais europeias¹⁰.

As actividades de André Rodrigues Eborense, cujo nome completo deverá ser André Rodrigues d'Évora d'Andrade, de acordo com a genealogia estabelecida por H. Pohl¹¹, ainda não são conhecidas em pormenor, tendo sido dada muito mais importância pelos historiadores ao estudo da sua descendência a começar pelos seus dois filhos Diogo

⁸ Sobre os progenitores e os vários irmãos de André Rodrigues Eborense, cf. L. MATOS (1983), 24; A. J. C. PIMPÃO (1972), 390-394; H. POHL (1977), 356; J. G. SILVA (1956), 2-4. Note-se que Costa Pimpão (pp. 392-393) e Luís de Matos (p. 24) consideram, de forma menos correcta, Simão Rodrigues de Évora como irmão de André Rodrigues Eborense, quando na verdade o mercador Simão Rodrigues de Évora (1543-1618) é seu sobrinho, sendo filho de seu irmão Manuel Rodrigues de Évora.

⁹ As estreitas relações familiares entre as famílias Rodrigues e Ximenes têm início a partir do casamento de Isabel Rodrigues da Veiga com Duarte Ximenes de Aragão e mantêm-se através de uma estratégia endogâmica típica das famílias judaicas, comum à que encontramos na genealogia dos Pires-Cohen de Évora ou dos Mendes-Benveniste, a qual assenta em casamentos sucessivos entre elementos da descendência dos vários ramos familiares. Cf. H. KELLENBENZ (1987), 153; H. POHL (1977), 356-359. Sobre a importância assumida pelos laços de parentesco na construção de redes mercantis sefarditas, cf. P. HUERGA CRIADO (2002), 39-65; S. MATEUS (2003), 115-126.

¹⁰ Para uma análise pormenorizada das actividades da casa comercial da família de Manuel Rodrigues de Évora associado aos seus filhos Nicolau Rodrigues de Évora, Lopo Rodrigues de Évora, Rodrigues Lopes de Évora e Simão Rodrigues de Évora, cf. H. KELLENBENZ (1966) e (1987); H. POHL (1977); J. G. SILVA (1956) e (1959-1961).

¹¹ Para uma análise da árvore genealógica de André Rodrigues Eborense, cf. H. POHL (1977), 356 e 360.

Rodrigues de Andrade e Rodrigo de Andrade, que lhe sucederam à frente dos negócios, e sobretudo das actividades da casa comercial chefiada pelo seu irmão Manuel Rodrigues de Évora.

A família de André Rodrigues viveu muitos anos na cidade de Évora, no tempo em que a família de Diogo Pires ainda aí estava estabelecida. De facto, é muito provável que os membros das duas famílias se conhecessem dessa época.

André Rodrigues Eborensis confessa ter feito os primeiros estudos em Évora mas, por ser cerca de sete anos mais velho que Diogo Pires, não devem ter estudado juntos. O mesmo não se diga do irmão mais novo Tomás Rodrigues da Veiga, nascido em 1513, que foi companheiro de estudos de Amato Lusitano, de Luís Nunes de Santarém e do próprio Diogo Pires, no período em que todos eles frequentaram a Universidade de Salamanca. As relações entre as duas famílias continuaram ao longo do tempo, alicerçadas naturalmente na amizade e no convívio dos verdes anos passados em Évora e, mais tarde, em Salamanca, laços reforçados decerto pela comum ascendência hebraica.

Na verdade, alguns dos membros destas famílias continuariam, ao longo do século XVI, a cruzar-se nas mesmas praças comerciais europeias, com particular destaque para Londres, Antuérpia e Veneza, e a serem parceiros em actividades comerciais ou mesmo de proselitismo religioso.

Por volta de 1554, Simão Anriques, o irmão mais novo de Diogo Pires, vivia em Londres na companhia de Rodrigo da Veiga, um jovem cristão-novo com cerca de vinte anos, que aí estava a aprender a língua inglesa, muito provavelmente como representante dos negócios da família. Este jovem Rodrigo da Veiga é um dos filhos do mercador Manuel Rodrigues da Veiga, sendo portanto sobrinho de André Rodrigues Eborensis.

No dia 9 de Março de 1558, em Lisboa, no Tribunal do Santo Ofício, o cristão-novo Tomás Fernandes testemunha que o jovem Rodrigo da Veiga lhe dissera em Londres, cerca de três anos antes, esperar que chegassem de Itália às mãos de Simão Anriques, com quem partilhava a habitação, «huas tavoadas das festas e jejuuns dos judeus»:

[...] e asi dissera que o pai de Rodrigo da Veyga de que elle tem dicto que lhe nam sabia o nome lhe lembrou despois que // [fl. 20] se chama Manuel Rodriguez Veyga e he mercador de logea morador em esta cidade. E parece a elle declarante mas não he disso beem lembrado que o dicto Rodrigo da Veyga lhe disse em Lomdres avera tres annos que esperava que de Italya viessem huas tavoadas das festas e jejuuns dos judeus a huum Symão Amriquez com quem elle Rodrigo da Veyga pousava do qual elle declarante tem tãobem dicto e que como lhe viesem elle Rodrigo da Veyga mandaria a

elle declarante a Brystol hũa destas tavoadas mas nunca lha mandou nem sabe elle declarante se vieram ou nam e por isto carregar sua consciencia o vem dizer por seu descargo e que nam he lembrado se disse ao dicto Rodrigo da veyga que lhe mandase a dicta tavoada e que se lhe disse que pede disso perdão e misericordia e se arrepende muito, e al nam disse e do costume disse nada e assynou aquy juntamente com o Senhor Inquysydor.¹²

Na época a que se reportam estas declarações, Simão Anriques recebeu em Londres a visita dos seus dois irmãos Diogo Pires e Duarte Anriques. Conclui-se, deste modo, que as relações entre os membros destas duas famílias vão muito para além do período de permanência comum na cidade de Évora. Há que acrescentar ainda haver notícia de que um dos filhos do mestre conimbricense Tomás Rodrigues da Veiga se distinguiu como mercador nomeadamente na praça de Antuérpia, onde os membros da Nação Portuguesa constituíram, desde o início do século XVI, uma das mais importantes e activas comunidades estrangeiras¹³. Foi aí, como se comprovou, que a família Pires estabeleceu o centro das suas actividades nos primeiros tempos e, não obstante a deslocação posterior para as praças italianas, continuou a manter, como representante nas margens do Escalda, Duarte Anriques.

Um outro aspecto merece igualmente a nossa atenção. Costa Pimpão, no seu estudo pioneiro sobre o autor até então quase desconhecido das *Sentenças*, apesar de confirmar André Rodrigues Eborense como autor da colectânea, não deixa de estranhar, de alguma forma, que um mercador se tenha dedicado nas horas vagas à publicação de um trabalho tão exigente como foi, sem dúvida, a recolha e a tradução de milhares de *sententiae* e *exempla* de autores greco-latinos, cristãos ou humanistas, tanto para castelhano como para português¹⁴. Trata-se, de facto, de uma obra de vulto que apenas estaria ao alcance de alguém com uma formação geral de nível superior e com um grande domínio das línguas e literaturas clássicas para não falar da portuguesa e da castelhana.

¹² IAN/TT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 9449, fls. 19v-20. Para uma melhor compreensão da natureza das relações e das actividades dos membros da Nação Judaico-portuguesa de Londres de meados do século XVI, na qual estavam integrados Rodrigo da Veiga e Simão Anriques, veja-se a nossa transcrição parcial deste processo, já apresentada no apêndice documental da I Parte, pp. 130-133.

¹³ Cf. A. H. R. BRITO (1942), 32.

¹⁴ Cf. A. J. C. PIMPÃO (1972), 393, quando revela alguma surpresa em relação à forma como André Rodrigues Eborense conjugava as duas actividades:

«[...] o nosso André Eborense, irmão carnal do Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, dedicava-se ao comércio em Lisboa e, enquanto do comércio se ocupava, «horis subsecivis (isto é, nas horas vagas) libros tractans exemplorum sententiarumque non poenitentiam sylvam a se collectam foras dedit, & Ludovico Granatensi theologo disertissimo inscripsit». Numa das mãos a espada e na outra a pena é factio já registado; numa das mãos a pena e na outra o conta-correntes verifica-se agora pelo registo de Nicolau António.»

Não nos pode causar surpresa o facto de um mercador cristão-novo como André Rodrigues Eborense possuir o conhecimento e a capacidade para levar a cabo esta exigente tarefa. Com efeito, importa acentuar que as mais importantes famílias de cristãos-novos proporcionavam aos seus filhos uma formação ao mais alto nível, que incluía o prosseguimento de estudos nas mais reputadas universidades portuguesas e estrangeiras.

Muitos desses jovens cristãos-novos têm uma formação que lhes permite dedicarem-se ao longo das suas vidas a múltiplas e díspares actividades que passam pela alta finança, pelo comércio, pela medicina, ou pela literatura, entre outras. Não é raro que a mesma pessoa exerça ao longo da sua vida, por vezes em simultâneo, várias destas actividades. André Rodrigues Eborense confirma perfeitamente o que acabámos de afirmar, pois conjuga a sua actividade de mercador com a de um humanista que edita e traduz textos de autores clássicos, cristãos e humanísticos.

No entanto, não se julgue que André Eborense constitui um caso isolado no panorama do Humanismo português. A este respeito, podem ser invocadas, apenas a título de exemplo, três outros cristãos-novos portugueses que souberam conciliar ao longo das suas vidas as actividades de mercador e de escritor – Samuel Usque, Duarte Gomes e o próprio Diogo Pires.

Em verdade, o exercício efectivo e continuado da actividade comercial não impediu Samuel Usque de escrever um dos monumentos da nossa literatura do século XVI, ou seja, a *Consolação às tribulações de Israel*.

Da mesma forma, também não foi por estar bastante envolvido na actividade comercial da casa dos Mendes-Benveniste como um dos seus principais agentes, que o cristão-novo português Duarte Gomes, *alias* Salomão Usque, deixou de fazer a primeira tradução para castelhano da primeira parte do *Canzoniere* de Petrarca¹⁵. Acresce, neste caso particular, que Duarte Gomes era também licenciado em medicina, tendo sido colega de Amato, de António Luís, de Tomás Rodrigues da Veiga e do próprio Diogo Pires, entre outros, no Estudo de Salamanca. Se dúvidas ainda subsistissem sobre as suas múltiplas e notáveis

¹⁵ Francesco PETRARCA, *De los Sonetos, Canciones, Mandriales y Sextinas del gran Poeta y Orador Francisco Petrarca, traducidos de Toscano por Salusque Lusitano. Parte primera. Con breves Sumarios, o Argumentos en todos los Sonetos y Canciones que declaran la intencion del autor. Compuestos por el mismo. Con dos Tablas, una Castellana, y la otra Toscana y Castellana*. Venecia, En casa de Nicolao Beuilaqua, 1567. Sobre a problemática da identificação de Duarte Gomes com Salomão Usque, veja-se o recente estudo de G. ZAVAN, *Gli ebrei, i marrani e la figura di Salomon Usque*. Treviso, Santi Quaranta, 2004, que tivemos oportunidade de recensear em *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 8 (2005), 228-232.

aptidões, deve salientar-se que ele próprio honrou a Universidade de Lisboa com o seu magistério, depois de ter vencido, em 1534, um disputadíssimo concurso para reger uma cadeira de Artes¹⁶. No ano seguinte, foi incumbido da honrosa missão de proferir a oração de sapiência, em língua latina, na abertura oficial do ano lectivo da Universidade de Lisboa.

Recorda-se, por último, a situação do próprio Diogo Pires que também conciliou a sua actividade de humanista com a de mercador, além de possuir muito provavelmente formação em medicina. Em relação a este ilustre eborense, no entanto, atrevemo-nos a alterar os dois termos da equação, pois talvez seja mais sensato afirmar que não foi a sua actividade como poeta e humanista que o impediu, a espaços, da prática do comércio.

Após este breve excursão, é ocasião de voltar a nossa atenção para a descrição da colectânea coligida e traduzida por André Rodrigues Eborense. A recolha divide-se em duas partes, cabendo à primeira as *sententiae* e à segunda os *exempla*¹⁷, tal como o próprio autor deixa bem claro no texto inicial em que apresenta e justifica a organização dada à sua obra:

Y tambien para le dezir [ao leitor], que sintiendo el autor quan loable costumbre sea viuir, no contrariamente al pueblo mas mejor, passo tambien algun tiempo al modo de muchos: mas en mejor exercicio que algunos, aprouechandose de algunas oras que a las ocupaciones de su suerte pudo hurtar, en las quales para instruction suya recogio las mas notables sentencias, que en autores latinos estan escriptas. Y como la lecion dellas prometa manifesto fruto a quien dellas se quisiere aprouechar, no se satisfizo, con las auer copilado para si solamente, ni menos con las comunicar y publicar a las personas enseñadas en lëgua latina: mas acrecentando a una ocupacion otra. Y dando en el fin de un trabajo principio a otra se despuso a traduzirlas en nuestro comun lenguaje, en el mas resolutivo y aplazible estilo que a el fue possible y por que el volumen yua en mas crecimiento, de lo que parecia conueniente a cosa, que como fruta de todas oras en el seno y en las manos se deuia traer, lo diuidio el autor en dos partes, poniendo en la primera que es la presente las mas breues y resolutas sentencias: y que mas parecen capaces de nuestra memoria, si a ella las quisiessemos encomendar, y las mas largas y

¹⁶ Cf. *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, vol. III (1529-1537), doc. MCCLXXVI, pp. 239-240. Duarte Gomes acaba por levar de vencida neste concurso outros antigos colegas seus, todos eles cristãos-novos, entre os quais se contam, por exemplo, o nosso reputado humanista António Luís, Manuel Reinel ou Manuel Lindo. Permitimo-nos assinalar a publicação iminente de um trabalho nosso intitulado «A figura de Salomão Usque: a face oculta do humanismo judaico-português», no qual se apresenta documentação diversificada para comprovar a excelência da formação humanística de Duarte Gomes, que não temos dúvidas em identificar com Salomão Usque, o tradutor do *Canzoniere* de Petrarca para a língua castelhana.

¹⁷ Sobre a temporalidade dos *exempla* na poética renascentista, cf. A. M. SÁNCHEZ TARRÍO (2000), 271-284.

copiosas, que mas para el entendimiento que para la memoria siruen yran en la segunda parte que con el fauor diuino tendras muy presto.¹⁸

A primeira parte da colectânea teve duas edições portuguesas em menos de um ano¹⁹. A *editio princeps*²⁰ saiu dos prelos de Germão Galharde, em Lisboa, no mês de Novembro de 1554, e pouco mais de quatro meses volvidos, já no ano de 1555, João Álvares dava à estampa nova edição na cidade de Coimbra, da qual se acabou de transcrever parte do texto do prólogo ao leitor.

A segunda parte da colectânea, que incorpora os *exempla*, segundo se crê, apenas teve uma edição portuguesa já no ano de 1569²¹, apesar de ter sido editada pela primeira vez em Lião, em edição conjunta das *sententiae* e dos *exempla*, apenas em língua latina,

¹⁸ André RODRIGUES EBORENSE, *Primera parte de las sentencias que hasta nuestros tiempos, para edificacion de buenos costumbres, estan por diuersos Autores escritas, eneste tratado summariamente referidas, en su propio estilo. Y traduzidas enel nuestro comun. Conueniente licion, a toda suerte y estado de gentes*. MDLIII, p. 4. No cólofon desta edição, surge a identificação do lugar da impressão e do respectivo impressor com a correcção da data indicada no frontispício: «Fue impressa la presente obra, en la muy noble y siempre leal ciudad de Coimbra, por Ioan Aluarez impressor del Rey nuestro señor. Acabose a veinte dias de Março. De mil y quinientos y cinquenta y cinco años.»

Esta edição apresenta no frontispício a mesma gravura de origem italiana que ostenta pela primeira vez em Portugal, em 1539, a *Panegyrica oratio* de António Luís e, entre outras obras, também o poema de André de Resende intitulado *Vincentius Leuita et Martyr*, saído dos prelos de Luís Rodrigues, em 1545. Para uma análise pormenorizada da estrutura e da origem desta gravura da página de rosto, cf. J. V. P. MARTINS (1989), vol. II, 961-967.

¹⁹ Para uma descrição completa destas duas edições da primeira parte da colectânea, com referência aos vários exemplares conhecidos e reprodução facsimilada das portadas e dos colofones, cf. A. M. SÁ (1977), 266-274. T. VERDELHO (1995), 415, faz menção de um exemplar da edição de Coimbra existente na Biblioteca Municipal de Viseu, a que A. Moreira e Sá não faz referência na sua descrição. Consultou-se uma reprodução deste espécime bibliográfico, a partir do qual se fez a citação anterior.

²⁰ André RODRIGUES EBORENSE, *Primera parte de las sentencias que hasta nuestros tiempos, para edificacion de buenos costumbres, estan por diuersos Autores escritas, eneste tratado summariamente referidas, en su propio estilo. Y traduzidas enel nuestro comun. Conueniente licion, a toda suerte y estado de gentes*. MDLIII. No cólofon desta edição, encontra-se a identificação do lugar da impressão e do respectivo impressor: «Fue impressa la presente obra, en la muy noble y siempre leal ciudad de Lixbona, en casa de German Galharde Impressor del Rey nuestro señor. Acabose a treze dias de Nouiembri. De mil y quiniētos y cinquenta y quatro.» Fez-se a descrição a partir do exemplar da BNL com a cota RES. 2613 V.

A edição *princeps* da colectânea de André Rodrigues Eboresense ostenta no rosto a mesma gravura da primeira edição de *Os Lusíadas*, saída a lume, no ano de 1572, dos prelos de António Gonçalves.

²¹ Note-se que a segunda parte da colectânea dedicada aos *exempla* nunca chegou a ser traduzida para castelhano por André Rodrigues Eboresense. Na verdade, apenas as edições portuguesas de Lisboa (1554) e Coimbra (1555) apresentam as *sententiae* em língua latina acompanhadas da tradução castelhana, já que todas as restantes têm unicamente o texto latino. Tal como na edição de Lião de 1557, também a edição conimbricense de João de Barreira apresenta títulos diferenciados em cada um dos dois tomos (cf. A. J. ANSELMO, n.º 206):

1) *Loci communes sententiarum et exemplorum memorabilium, ex probatissimis scriptoribus probatissima electione deprompti, liberalium artium studiosis & Catholicae obseruationi consecratis perutiles lectio. Colligebat Andreas Eboresensis*. Conimbricae, excudebat Ioan. Barrerius, 1569.

2) *Locorum communium tomus posterior. Exempla memorabilia continens, ex probatissimis quibusque, tam ethnicis quam sacris scriptoribus peruigili lectione deprompta, et in tres diuisa partes vt lectoris facilitati consultum sit [...]*. Colligebat Andreas Eboresensis. Conimbricae, apud Ioannem Barrerium, 1569.

no ano de 1557, sob o título *Sententiae & exempla: ex probatissimis quibusque scriptoribus collecta et per locos communes digesta per Andream Eborensem Lusitanum* [...]. *Opus in duos tomos, quorum alter sententias, alter exempla refert*. Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1557²².

O sucesso editorial que constituiu a recolha de André Rodrigues Eborense está bem atestado pela profusão de reedições nacionais e sobretudo estrangeiras, provavelmente favorecidas pelas actividades e relações privilegiadas que a família do mercador André Rodrigues Eborense possuía nas principais praças europeias. Além da edição de Lião (1557), em que surge pela primeira vez no frontispício a menção do nome do autor, pois as duas primeiras impressões portuguesas são anónimas, a colectânea foi reeditada seis vezes em Paris (1569, 1575, 1583, 1590, 1597, 1617), quatro vezes em Colónia-Mainz (1593, 1602, 1613, 1619), quatro em Veneza (1572, 1582, 1585-1586 e 1621) e uma em Brescia (1611-1612)²³.

Importante se torna também analisar o conteúdo e organização da primeira parte da colectânea, que recolhe *sententiae* de autores greco-latinos, cristãos e humanistas. As sentenças encontram-se organizadas por autor, com o texto latino à esquerda e a tradução castelhana, nas versões bilingues, à direita. Entre os inúmeros autores das *sententiae* compiladas por André Rodrigues Eborense, Séneca é de longe o autor mais citado com cerca de 600 *sententiae* inscritas na colectânea, seguido de Quintiliano com cerca de 350, de Cícero aproximadamente com 250 e de Aristóteles com 161. Entre os poetas, contam-se nomes como os de Publílio Siro, Virgílio, Ovídio, Horácio, Plauto, havendo ainda uma parte que reúne *sententiae* atribuídas a diversos poetas sem os nomear.

Cabe também uma referência à inclusão de 71 *sententiae* de Erasmo de Roterdão que, entre os humanistas, pode ser considerado um dos mais importantes cultores da literatura de sentenças²⁴. A censura do Santo Ofício sobre estes textos não se fez esperar,

²² Tanto quanto foi possível apurar, na BGUC existe o *tomus posterior* desta edição francesa (cota R-20-12), enquanto a BNL possui dois exemplares do tomo primeiro (RES 5650 P. e RES 6180 P.). Compulsou-se um exemplar de cada tomo, sendo de referir que o exemplar da segunda parte da BGUC possui um título próprio: *Exemplorum memorabilium cum ethnicorum tum christianorum e quibusque probatissimis scriptoribus per Andream Eborensem Lusitanum selectorum, tomus posterior. Adiecto duplici indice, uno locorum communium, alterum propriorum nominum, rerumque memoria dignarum locupletissimo*. Lugduni, apud Theobaldum Paganum, 1557.

²³ Deve sublinhar-se que esta listagem de reedições não pretende ser exaustiva e foi obtida sobretudo a partir da consulta de catálogos electrónicos das maiores bibliotecas europeias e americanas.

²⁴ Cf. A. M. SÁ (1977), 282-289, para uma análise da edição facsimilada das *sententiae* de Erasmo feita a partir da *editio princeps* de Lisboa.

como comprovam os exemplares que nos ficaram das duas primeiras edições portuguesas da primeira parte²⁵. Além disso, as *sententiae* de Erasmo são excluídas por completo da subsequente edição conimbricense de 1569.

Note-se que a colectânea de André Rodrigues Eborensis sofre uma profunda reestruturação a partir da edição de Lião de 1557, pelo impressor Theobaldus Paganus (terceira edição do volume das *sententiae* e *princeps* do volume dos *exempla*). A partir desta data, a obra do mercador eborensis passou a ser publicada apenas em língua latina e, no que ao primeiro volume das *sententiae* diz respeito, sofreu algumas alterações de monta na estruturação e apresentação dos enunciados seleccionados.

As sentenças deixam de estar ordenadas alfabeticamente por autores, passando a ser dispostas segundo um critério eminentemente temático por *loci communes*. Sob cada cabeçalho, surgem assim as *sententiae* que têm alguma relação temática com o título dessa parte²⁶. Todas as edições subsequentes à de 1557 apresentam esta mesma estrutura temática, havendo dentro de cada grupo uma subdivisão entre sentenças «ex Graecis», «ex Latinis» e «ex sacris et aliis uiris illustribus». As *sententiae* continuam a ter, em muitos casos, a indicação do autor/obra de onde foram extraídas, mas essa menção é apresentada, como apêndice, no final dos enunciados.

Na edição francesa de 1557, à semelhança do que sucede nas seguintes reedições, o volume das *sententiae* é dedicado aos padres do colégio e convento de S. Domingos de Lisboa, enquanto o dos *exempla* contém uma carta dedicatória ao dominicano Frei Luís de Granada e uma carta do Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, que é, convém recordá-lo, irmão do autor.

Costa Pimpão afirmou que Frei Manuel da Veiga, por quem está assinada a licença inquisitorial da edição conimbricense de 1569, era um dos muitos filhos de Tomás

²⁵ A censura inquisitorial fez-se sentir com grande intensidade nas duas primeiras edições portuguesas, como comprova uma nota manuscrita exarada num exemplar da Biblioteca Pública do Porto, ao qual faltam as páginas 209-224, que «teriam sido cortadas pelo Santo Ofício, por conterem ditos de Ovídio e Erasmo, ímpios e obscenos», segundo indicação de A. J. ANSELMO, n.º 63. Como se pode aferir pela descrição bibliográfica exaustiva que A. M. SÁ (1977), 267-274, faz dos exemplares da *Primera parte de las Sentencias* existentes nas bibliotecas portuguesas, verifica-se que quase todos eles estão censurados, faltando-lhes, parcial ou totalmente, as *sententiae* de Erasmo. O exemplar da Biblioteca Municipal de Viseu da edição conimbricense de 1555, que A. Moreira e Sá não integrou na sua descrição, encontra-se completo.

²⁶ C. CODOÑER (2002), 111-121, esboçou uma análise da estruturação temática adoptada por André Rodrigues Eborensis, reflectindo sobre a relevância de alguns temas presentes/ausentes no contexto da segunda metade do século XVI, assim como sobre a sua disposição na obra e eventual correlação entre eles. No final do artigo, esta investigadora acentua que «No hay nada tan engañoso como la aparente neutralidad de los libros de consulta».

Rodrigues da Veiga²⁷. De facto, entre os vários filhos do professor da Universidade de Coimbra que abraçaram a vida religiosa conta-se um famoso teólogo, membro da Companhia de Jesus, chamado precisamente Manuel da Veiga.

No entanto, o religioso a quem coube conceder a licença pertence à Ordem de S. Domingos, à semelhança de Frei Luís de Granada²⁸, sendo possível proceder à sua identificação. Este Doutor Manuel da Veiga, do qual desconhecemos a ascendência, tomou posse como Inquisidor de Évora a doze de Outubro de 1566²⁹, sendo companheiro de ofício do conhecido humanista Diogo Mendes de Vasconcelos³⁰.

Menos de um mês depois, a cinco de Novembro do mesmo ano, na qualidade de «*Librorum Inquisitor*», coube-lhe passar a licença de aprovação da segunda edição conimbricense da colectânea de André Rodrigues Eborensis³¹. No volume dos *exempla* desta edição, encontra-se publicada, pela primeira vez, uma carta de Luís de Granada em resposta à carta dedicatória que o autor da colectânea lhe havia endereçado, sendo que esta última já tinha sido publicada na edição *princeps* de 1557.

Convém, por último, prestar atenção às «Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião», título atribuído por Luís de Matos a um conjunto de sentenças constantes de um manuscrito da Casa de Cadaval estudado e publicado em edição facsimilada por este investigador. Trata-se de um manuscrito ricamente iluminado, cujas *Sentenças* «são precedidas da dedicatória anónima ao Príncipe D. Sebastião e no fim figura

²⁷ Cf. A. J. C. PIMPÃO (1972), 396.

²⁸ Sobre a vivência de Frei Luís de Granada na Ordem dos Dominicanos e a sua relação estreita com os membros do Convento de São Domingos, em Lisboa, onde habitualmente residia, cf. M. I. R. RODRIGUES (1988), 513-518.

²⁹ Cf. A. B. COELHO (2002), 67. Frei Luís de SOUSA afirma que o dominicano Doutor Manuel da Veiga é natural de Aveiro e que desempenhou funções nos tribunais do Santo Ofício de Évora, Coimbra e Lisboa. Atribui-lhe a descoberta da «conjuração» de Beja, desencadeada pela denúncia e subsequente prisão de vários membros de famílias nobres da cidade por parte de quatro cristãos-novos, cujo testemunho era coincidente mas falso como se veio mais tarde a provar. Cf. Frei Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, vol. I, 1977, 387-389.

³⁰ Sobre Diogo Mendes de Vasconcelos, cf. J. G. FREIRE (1963-1964), 1-260. Refira-se que Diogo Mendes de Vasconcelos foi enviado a Roma, onde chegou em início de Março de 1552, na qualidade de representante de D. João III para o Concílio de Trento. Nesse mesmo ano, chegava à Cidade Eterna Diogo Pires vindo de Ancona, pelo que se equaciona como muito plausível a hipótese de os dois alentejanos, naturais de Évora e de Alter do Chão, aí se terem cruzado.

³¹ Cf. o texto da *Licentia* de Frei Manuel da Veiga publicada nos dois volumes da edição conimbricense de 1569: «Vidi integrum librum, et nihil inueni quod pias aures possit offendere, ideo concedo facultatem, ut possit mandare Typis. Olysiopone.5.die nouembris M.D.LXVI. Frater Emanuel da Veiga».

uma carta de um certo mercador ao conde de Castanheira, D. António de Ataíde, que era vedor da fazenda de D. João III»³².

Luís de Matos, na introdução que fez à edição facsimilada do manuscrito anónimo e sem indicação de data, veio provar de uma forma inequívoca ter sido André Rodrigues Eborense o compilador e tradutor das sentenças, para além de autor da dedicatória a D. Sebastião e da muito interessante carta dirigida ao conde de Castanheira, com que termina o manuscrito.

Na dedicatória a D. Sebastião, André Rodrigues Eborense afirma ter seleccionado as 659 sentenças contidas no manuscrito de entre as cerca de quatro mil sentenças que havia reunido para a publicação da primeira parte da sua colectânea, apresentando, desta feita, uma versão bilingue latino-portuguesa. Eis as palavras esclarecedoras que o autor dirige ao príncipe recém-nascido:

Não tenho armas cõ que me offereçer a V. A. mas tenho as sentenças de sagrados douctores, e antiguos filosofos, e douctos varões, que conteem notaveis avisos para ha administração da reepublica, e singulares resguardos para ho exerçijio da guerra, que aos príncipes de seus tempos dixerão, e para os que avião de succeder deixarão escriptos, Entre os mestres e ayos que V. A. para sua doutrina tomar, devem tãbem estes ser, pois de outros príncipes emperadores ho forão, Plutarcho a trajano, seneca a neero, aristoteles a alixandre, os dous plinios, aos dous vespesianos ensinarão, e depois escreverão ho que a V. A. aqui se presenta, Pois os conselhos dos sagrados douctores escuso dar razão, por que V. A. os deva ouvir, Da mayor parte deles tirei oito mil sentenças, que por se comunicarem cõ mais gentes, em outro estillo provico, E a parte delas que ao estado de V. A. podião toquar, contẽ este tractado em latim e em nossa lingoagem [...].³³

Como se depreende deste excerto, o mercador português sente alguma necessidade em justificar a sua tradução para castelhano, afirmando ter traduzido as cerca de oito mil sentenças para esta língua «por se comunicarem cõ mais gentes, em outro estillo provico». No entanto, as *sententiae* que seleccionou para dirigir a D. Sebastião, tal como ele próprio refere na dedicatória, traduziu-as para português, apresentando o manuscrito o texto latino à esquerda e a versão «em nossa lingoagem» à direita.

De facto, o códice contém apenas uma parte das sentenças publicadas no texto impresso, sendo a relação de 659, no primeiro, para cerca de 3400, no segundo.

³² Cf. L. MATOS (1983), 17.

³³ A. RODRIGUES EBORENSE, *Sentenças para a ensinança e doutrina do príncipe D. Sebastião*, fl. 6 r-v.

Há evidentemente diferenças entre os autores que constam no texto impresso e no manuscrito, ainda que a maior parte deles seja coincidente. De entre os autores mais citados na versão manuscrita, sobressaem Séneca (106), Tito Lívio (51), Santo Agostinho (30), Plínio-o-Moço (24), Aristóteles (23) e Erasmo (22).

Note-se que tanto a versão impressa como a manuscrita apresentam uma forma bilingue, respectivamente latino-castelhana e latino-portuguesa. Luís de Matos procedeu ao cotejo das duas traduções numa série de sentenças, tendo concluído serem bastante coincidentes, apesar de não serem, em geral, literais, o que, se dúvidas houvesse, ajudaria pelo menos a comprovar que o tradutor de ambos os textos era a mesma pessoa³⁴.

Uma vez que na dedicatória se afirma que o príncipe contava com poucos meses de idade, o mesmo investigador conclui que o códice terá sido começado e acabado no ano de 1554, tendo em conta que D. Sebastião nasceu a 20 de Janeiro de 1554 e que André Rodrigues fez a selecção das sentenças do códice de entre o material que havia previamente recolhido para a primeira edição da sua obra impressa, que foi publicada em Novembro desse mesmo ano³⁵.

André Rodrigues Eborense marca vincadamente o carácter pedagógico-didáctico da colectânea de sentenças por ele seleccionadas para o manuscrito, cujo objectivo principal, segundo deixa bem claro na dedicatória, seria poder contribuir para a educação do príncipe tão ansiosamente desejado pelos portugueses. Observa-se, portanto, que a generalidade das colectâneas de sentenças latinas, quer estas sejam recolhidas ou compostas, não esconde

³⁴ O bilinguismo no Portugal dos séculos XV a XVII é uma questão bastante complexa, cuja génese assenta em múltiplos factores de ordem cultural, económica, linguística, literária e sócio-política. Sobre o assunto, cf. Pilar VÁZQUEZ CUESTA (1981), 807-827; V. TOCCO (1993), 319-334, e em particular o volume XLIV (2002) dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, da Fundação Calouste Gulbenkian, que reúne vários trabalhos subordinados ao tema «La littérature d'auteurs portugais en langue castillane».

No que concerne à posição dos cristãos-novos portugueses perante o bilinguismo, importa fazer uma referência ao caso específico de Samuel Usque que opta por redigir a sua *Consolação às tribulações de Israel* em português, apesar das pressões de alguns que o tentaram convencer a escolher o castelhano, como ele próprio explicita no final do prólogo dirigido «Aos Senhores do Desterro de Portugal» (S. USQUE, fl. 6):

Algũs señores quiserom dizer antes que soubesem minha razam, que fora melhor auer cõposto em lingoa castelhana, mas eu creio que nisso nam errey, por que sendo o meu principal yntento falar cõ Portughezes e representando a memoria deste nosso desterro buscarlhe per muitos meos e longo rodeo, algum aliuiio aos trabalhos que nelle passamos, desconueniente era fugir da lingua que mamey e buscar outra prestada per afalar aos meus naturais.

Já André Rodrigues Eborense ora traduz as suas sentenças para castelhano, na versão impressa, com a justificação comum a outros escritores de que «Acceptose este lenguaje no por mejor, mas por mas general», ora para português, no manuscrito dedicado ao príncipe D. Sebastião.

³⁵ Cf. L. MATOS (1983), 25-28.

uma intenção pedagógico-didáctica perfeitamente marcada na própria indicação explícita do seu destinatário, geralmente um jovem príncipe.

Cataldo foi quem deu início em Portugal a este género, ao incluir no primeiro volume das *Epistolae et orationes*, que veio a lume no ano de 1500, uma colecção de *Prouerbia* dedicada ao príncipe herdeiro D. Afonso³⁶. De forma semelhante, André Rodrigues Eborense e Diogo de Teive dirigem as suas colectâneas ao príncipe D. Sebastião e o próprio Diogo Pires tinha como destinatário primeiro do seu *Cato Minor* um jovem príncipe italiano.

4. As *Sententiae* de Diogo de Teive

O humanista Diogo de Teive, distinto mestre do Colégio de Guiena, em Bordéus, e do Colégio das Artes, em Coimbra, entre as suas inúmeras obras redigidas na língua do Lácio, conta com um conjunto de *Sententiae* dirigidas ao jovem D. Sebastião. O humanista bracarense, sobre cuja família pendiam fortes suspeitas de ascendência judaica³⁷, seguiu o exemplo de André Rodrigues Eborense, que já havia dedicado anteriormente ao recém-nascido D. Sebastião um conjunto de sentenças em língua latina com versão portuguesa.

As *Sententiae* de Teive, porém, têm características próprias que as distinguem daquelas que o mercador eborense também dedicou a D. Sebastião. De facto, impõe-se fazer uma distinção entre as duas obras: a colectânea de Teive assenta num trabalho de produção de sentenças novas ou recriadas a partir do material existente, enquanto que a de André Rodrigues Eborense parte de uma compilação de sentenças de autores vários, criteriosamente seleccionadas para o cumprimento do mesmo objectivo, ou seja, a ensinância de D. Sebastião.

As *Sententiae* foram publicadas no livro primeiro dos *Epodon libri tres*³⁸, tendo de um lado o texto latino, do outro, a tradução portuguesa. A autoria da tradução das *Sententiae* é uma questão problemática, pois em parte alguma Diogo de Teive revela de quem é a responsabilidade da versão portuguesa que acompanha o texto latino. Atendendo

³⁶ Cf. CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Epistolae et orationes*, fls. hiiij v – hv v.

³⁷ Cf. L. MATOS (1937), 6, nota 1. Para uma análise da biografia do humanista Diogo de Teive, veja-se sobretudo M. BRANDÃO (1943); L. MATOS (1937); J. V. SERRÃO (1952); N. C. SOARES (1977), 3-36.

³⁸ *Epodon siue Iābicornum carminum libri tres*. Quorum indicem sequens pagella continet. Ad Sebastianum primum, inuictissimum Lusitaniae Regem [...]. Olysiopone, excudebat Franciscus Correa, 1565 (A. J. ANSELMO, n.º 480). Para uma descrição pormenorizada do conteúdo desta obra de Teive, veja-se N. C. SOARES (1977), 24-27; B. TAYLOR (2003), 1-9.

a que a tenra idade de D. Sebastião não lhe permitiria compreender com facilidade o texto latino, o humanista bracarense, na dedicatória dos *Epodon* ao bispo D. Julião de Alva, afirma ter encarregado homens doutíssimos de realizar a referida versão das *Sententiae*, em versos hendecassílabos livres³⁹.

Este testemunho do autor parece indicar tratar-se de uma obra colectiva atribuível a vários poetas. Há quem, no entanto, avenge a hipótese de a tradução pertencer exclusivamente a António Ferreira⁴⁰. Não existe, porém, motivo algum para destituir de crédito a declaração inquestionável de Diogo de Teive, pelo que compartilhamos a posição de Mário Brandão que considera tratar-se de uma obra colectiva, o que não exclui, evidentemente, a presença de António Ferreira entre o grupo de poetas responsáveis pela versão das *Sententiae*⁴¹.

No seguimento das *Sententiae*, surge a reedição da *Institutio Sebastiani primi*, que já havia sido publicada em 1558, integrada nos *Opuscula aliquot*. Também é acompanhada de uma tradução portuguesa da autoria de Francisco de Andrade, um ilustre discípulo do humanista bracarense. Trata-se de uma obra igualmente com objectivos educativos, que contém preceitos e ensinamentos, nomeadamente, de Plutarco e de Quintiliano, destinados à educação do príncipe D. Sebastião, à época com cerca de quatro anos de idade.

Os objectivos pedagógico-didácticos que presidiram à composição das *Sententiae* são justamente destacados em dois sonetos encomiásticos publicados no final. António Ferreira e Pero de Andrade Caminha são os autores dos dois poemas dedicados, respectivamente, a D. Sebastião e a Diogo de Teive. António Ferreira augura para o jovem rei um futuro esplendoroso, propiciado desde logo pela superior valia dos ensinamentos contidos na obra do antigo mestre do Colégio das Artes:

Quem pôde accrescentar a luz ao dia?
Que luz ante o Sol claro resplandece?
Que juízo, grão Rei, já não escurece
ante este sprito que em Ti o Ceo nos cria?

Tu serás Sol, e norte, e luz, e guia
ao Mundo que mais claro já parece,
mas em quanto a manhã bem não esclarece,
aparta Teive a nuvem que a cobria.

³⁹ Sobre a questão da autoria da tradução, cf. N. C. SOARES (1977), 35.

⁴⁰ F. L. FERREIRA (1944), vol. III, tomo I, 12-13; A. ROIG (1970), 32-33.

⁴¹ Cf. M. BRANDÃO (1969), vol. II, 975-976.

Em quanto nessa idade mais non cabe
sigue o caminho que te vai abrindo
o teu bom Teive á immortalidade.

Sómente Deos ser por si só sabe:
tu irás por taes meios descobrindo
ao novo Mundo huma nova claridade.⁴²

Do mesmo modo, Pero de Andrade Caminha põe em relevo a importância dos «exemplos, e doutrina» oferecidos pelo humanista bracarense a D. Sebastião, vitais no seu entender para elevar bem alto as virtudes régias, por forma a projectar Portugal para um tempo renovado de amor e glória:

Hum peito do que deve desejoso
como pôde esconder, ó Teive charo?
Como non dará fruto hum engenho claro
n'um espirito do bem commum zeloso?

Ao grão Sebastião Rei milagroso
dado do Ceo por commum bem, e amparo,
em tudo desejaste ver tão raro.
que o tenham já na terra por glorioso;

Dás-lhe para isto exemplos, e doutrina,
com que toda a virtude se levante,
para nós a elle, e a nós para elle ensinas.

C'o estas lembranças de teu peito dinas,
farás que o amemos mais, e qu'elle avante
de todos os Reis ponha as santas Quinas.⁴³

Tanto Diogo de Teive como André Rodrigues Eborense revelam grande preocupação e cuidado com a educação do jovem D. Sebastião. Um e outro tomam a seu cargo esse superior desígnio, entregando-se à compilação/composição de colectâneas de sentenças em verso. Um reuniu as *sententiae* para a ensinança do príncipe no próprio ano do seu nascimento, o outro compô-las nos primeiros anos de vida de D. Sebastião. Note-se que

⁴² Houve duas reedições do primeiro livro dos *Epodon libri tres*, em 1786 e 1803. Descreve-se a edição de 1803, pela qual citamos – *Epódos que contem sentenças uteis a todos os homens as quaes se acrescentaõ regras para a boa educação de hum principe*: composto tudo na lingua latina pelo insigne portuguez Diogo de Teive, lente de humanidades, e depois Reitor do Colegio das Artes da Universidade de Coimbra no tempo d' elrei D. João o III. Traduzido na vulgar em verso solto por Francisco de Andrade [...]. Copiado fielmente da edição de Lisboa de 1565. Lisboa, Na Impressão Regia, 1803, 90.

Conforme afirma Inocência Francisco da Silva no seu *Dicionário bibliográfico português*, estas duas edições olissiponenses e a tradução do hendecassílabo e do iâmbico, que servem de dedicatória a D. Sebastião, devem-se à mão de Francisco de Sousa Pinto de Massuelos.

⁴³ Diogo de TEIVE, *Epódos*, 91.

ambos tiveram a preocupação de apresentar uma versão portuguesa a acompanhar o texto latino das sentenças. André Rodrigues Eborensis, ele próprio, traduziu as *sententiae* que havia seleccionado. Diogo de Teive, por lhe desagradar utilizar outra língua que não a latina, incumbiu outros poetas dessa tarefa.

À data da publicação da edição *princeps* dos *Epodon libri tres*, D. Sebastião contava já com onze anos completos e havia já sido aclamado como rei com apenas três anos e meio, mais precisamente no dia 11 de Junho de 1557, pelo que a sua educação era um tema de importância capital para os destinos do Reino, cuja sorte esteve pendente, até à última hora, do nascimento do tão desejado filho póstumo do príncipe D. João.

5. Jerónimo Cardoso e os *Adágios* de Erasmo

Não obstante este exemplo não poder ser apresentado como uma simples recolha de sentenças, semelhante às anteriores, facto que se pretende desde já ressaltar, considera-se, todavia, que Jerónimo Cardoso presta um contributo importantíssimo para a divulgação do enunciado de tipo proverbial-sentencioso, ao incluir no seu dicionário, como forma de ilustração, os *Adágios* erasmianos e a respectiva tradução portuguesa. Por esse motivo, atendendo à especificidade deste caso, parece ser oportuno abrir um pequeno capítulo para descrever os contornos desta situação particular.

Cerca de um ano depois da impressão da colectânea de André Rodrigues Eborensis por João de Barreira, em Coimbra, no ano de 1569, sai dos prelos do mesmo impressor a famosa edição conimbricense do primeiro dicionário impresso de latim-português e português-latim da autoria do já então desaparecido humanista Jerónimo Cardoso, a quem tanto ficou a dever a lexicografia portuguesa⁴⁴.

Jerónimo Cardoso, que também era cristão-novo à semelhança do mercador eborensis⁴⁵, incluiu no seu dicionário uma enorme quantidade de formas proverbiais e sentenciosas em língua latina, apresentando igualmente a sua tradução para português.

⁴⁴ *DICTIONARIUM LATINO LUSITANICUM & vice versa Lusitanicolatinum*, cum adagiorum, ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili expositione [...] Noue omnia per Hieronymum Cardosum Lusitanum congesta. Recognita vero omnia per Sebast. Stokhamerum Germanum [...] Excussit Ioan. Barrerius Conimbricæ, 12 kal. Iulij 1570. Sobre a papel crucial de Jerónimo Cardoso no panorama da lexicografia portuguesa, cf. T. VERDELHO (1995), 482-484. Nas palavras finais do seu estudo sobre «As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas», este investigador conclui que «Os dicionários de Cardoso marcam certamente um momento decisivo de viragem no confronto bilingue do português e do castelhano.»

⁴⁵ Sobre as origens judaicas da família de Jerónimo Cardoso, cf. I.-S. RÉVAH (1969), 277-279.

Estes enunciados servem no dicionário para ilustrar a definição de muitas palavras latinas e estão anunciados na margem da página por uma imagem onde figura um dedo indicador apontado. Como demonstrou Paul Teyssier, estas formas que vão surgindo em grande quantidade ao longo do dicionário correspondem, em verdade, aos *Adágios* de Erasmo, ainda que reproduzidos de forma abreviada e sem os comentários do humanista de Roterdão⁴⁶.

Não é por demais acentuar que os *Adágios* de Erasmo constituíam um instrumento pedagógico-didáctico associado com grande frequência ao ensino da língua latina, a tal ponto que mesmo em Portugal já anteriormente haviam sido objecto da edição de um minucioso índice coligido e alfabetado pelo humanista flamengo João Vaseu, publicado em Coimbra, em 1549⁴⁷.

Jerónimo Cardoso recolhe a quase totalidade dos adágios de Erasmo num número que excede os quatro mil enunciados, ainda que em parte alguma do dicionário se aluda sequer ao nome de Erasmo, o que revela cautela perante a acção implacável da censura inquisitorial.

Já aqui foi referida a forma como a censura se fez sentir sobre os exemplares das duas primeiras edições portuguesas das *Sententiae* de André Rodrigues Eborense, aos quais foram quase sistematicamente arrancadas as páginas que incluíam as sentenças erasmianas. A força censória exerceu-se de tal forma que a terceira edição portuguesa, de 1569, deixou de incluir as sentenças de Erasmo.

Jerónimo Cardoso, à semelhança do humanista alemão Sebastião Stockhammer, a quem se deve a conclusão do dicionário, ou do próprio impressor João de Barreira, também não eram propriamente desconhecedores dos enormes e gravosos riscos que a simples menção ao nome de Erasmo lhes poderia acarretar, pelo que a omissão da autoria dos *Adágios* é perfeitamente compreensível à luz destas coordenadas.

⁴⁶ Cf. P. TEYSSIER (1992), 127-136.

⁴⁷ *INDEX RERVM ET VERBORVM* Copiosissimus ex Des. Erasmi Roterodami Chiliadibus per Ioannē Vasaeū brugensem [...] collectus [...]. Conimbricae, Excudebāt Ioannes Barrerius & Ioan. Alvarez Typographi Regij, 1549. Para uma descrição pormenorizada desta obra, cf. T. VERDELHO (1995), 411-417.

6. As colectâneas de Frei Luís de Granada

O famoso dominicano Frei Luís de Granada, figura de grande destaque no Portugal da segunda metade do século XVI⁴⁸, dedicou-se também com grande empenho à recolha de textos proverbiais-sentenciosos e, inclusive, à reflexão teórica sobre as enormes virtualidades inerentes ao uso dos excertos de autores pagãos, em particular no que concerne à sua utilização com intuítos retóricos e proselíticos na *ars praedicandi*. Na verdade, o seu tratado *Ecclesiasticae rhetoricae*⁴⁹ converteu-se no manual de retórica por excelência em Portugal.

Luís de Granada continua a servir-se das sentenças com uma intencionalidade pedagógico-didáctica, mas orienta todo o seu potencial educativo para a formação retórica dos futuros pregadores⁵⁰. O teólogo granadino, no fundo, dá continuidade a um dos usos mais nobres que a Antiguidade já havia consagrado para as *sententiae*, no grau mais elevado de formação, ou seja, nas antigas escolas dos retores greco-latinos⁵¹.

Já antes da publicação do tratado de retórica, em 1571, havia dado à estampa, em Lisboa, a *Collectanea Moralis Philosophiae*⁵², distribuída em três partes, que recolhem citações filosóficas de Séneca, Plutarco e de muitos outros autores com vista à sua futura utilização prática pelo leitor, que tenderá naturalmente a ser um pregador. A julgar pela indicação do próprio título, a primeira parte desta colectânea incluiria apenas sentenças coligidas de todas as obras de Séneca.

⁴⁸ Sobre o grande prestígio de Luís de Granada na corte portuguesa e nos meios mundanos, cf. M. I. R. RODRIGUES (1988), 561-659.

⁴⁹ *Ecclesiasticae rhetoricae, sive de ratione concionandi libri sex, nunc primum in lucem editi. [...]*. Olysiptone, Excudebat Antonius Riberius, expensis Ioannis Hispani Bibliopolae. Anno Domini, 1576 (A. J. ANSELMO, n.º 923). A este tratado de retórica de Frei Luís de Granada dedicou Manuel LÓPEZ MUÑOZ a sua dissertação de doutoramento intitulada *Los seis libros de la Retórica Eclesiástica de fray Luis de Granada. Estudio preliminar, edición crítica y traducción*. Granada, 1994; a parte relativa ao estudo preliminar da dissertação, devidamente actualizada, foi mais tarde publicada com o título *Fray Luis de Granada y la Retórica*. Almería, Universidad de Almería, 2000.

⁵⁰ Sobre a adaptação dos textos proverbiais-sentenciosos aos fins da actividade parenética, cf. A. P. CASTRO (1973), 61-63.

⁵¹ Para uma reflexão sobre a posição de Frei Luís de Granada quanto ao uso e à utilidade dos textos proverbiais-sentenciosos, cf. N. C. SOARES (1993), 408-410; J. GONZÁLEZ VÁZQUEZ – Ángel SORIANO VENZAL (1998), 157-167.

⁵² *Collectanea Moralis Philosophiae, in tres tomos distributa: quorum primus selectissimas sententias ex omnibus Senecae operibus, Secundus ex moralibus opusculis plutarchi, Tertius clarissimorum principum et philosophorum insigniora apothegmata, hoc est, dicta memorabilia complectitur. Quae omnis per communes locos digesta sunt, ut studiosus lector qui in quouis argumenti genere sibi commodum fuerit, inuenire facile queat*. Olisipone, excudebat Franciscus Correa, 1571.

Uma leitura cuidadosa comprovará, com relativa facilidade, que não é completamente verdade, já que aí são apresentadas com regularidade inúmeras *Sententiae* de Publílio Siro. Como é sabido, a antiga tradição medieval atribuiu durante bastante tempo a autoria das sentenças publilianas a Séneca. De qualquer forma, deve sublinhar-se que a célebre edição erasmiana de 1514 já tinha contrariado esta tradição ao atribuir a autoria das *Sententiae* ao mimógrafo latino.

Em 1582, Luís de Granada volta a publicar, desta vez em Lião, nos prelos de Pierre Landry, uma outra colectânea intitulada *Silua locorum*⁵³, que é de facto uma nova recolha de «dicta aureaeque sententiae», extraídos da obra dos Padres da Igreja, de filósofos, oradores e poetas⁵⁴. Assinala-se, curiosamente, que dos prelos deste mesmo impressor francês saíram os *Opera omnia in Galeni libros edita* do doutor Tomás Rodrigues da Veiga, pelo menos por três vezes, em 1587, 1593 e 1594⁵⁵.

No prólogo da *Collectanea Moralis Philosophiae*, o religioso granadino revela o seu grande apreço pelas palavras sábias de Séneca, que são do agrado, em sua opinião, dos muitos *doctis uiris* que publicaram, ao tempo, *loci communes* com *sententiae* de muitos autores. Esta referência aos restantes autores de colectâneas parece incluir, pelo menos, um destinatário determinado.

Luís de Granada integra por certo no leque destes autores o seu amigo André Rodrigues Eborensis, a quem pouco tempo antes incitava a publicar o segundo volume da sua colectânea⁵⁶. De facto, foi Luís de Granada quem incentivou insistentemente André Rodrigues a concluir o volume dos *exempla*, como se comprova pela carta dedicatória que o mercador eborensis dirige a Frei Luís de Granada, publicada desde a *editio princeps* de 1557.

⁵³ Apresenta-se a descrição da reedição de 1592, saída dos prelos do mesmo impressor – *Silva locorum communium omnibus diuini uerbi concionatoribus, nec non uariarum lectionum studiosis, non minus utilis quam necessaria: in qua tum ueterum Ecclesiae Patrum, tum philosophorum, oratorum, & poetarum, egregia dicta aureaeque sententiae* [...]. Lugduni, Sumptibus Petri Landry, 1592.

⁵⁴ Para uma descrição pormenorizada das obras *Collectanea Moralis Philosophiae* e *Silua locorum*, cf. M. LÓPEZ MÚÑOZ (2000), 131-134.

⁵⁵ *Opera omnia in Galeni libros edita, & commentarijs in partes nouem distinctis, expressa, quibus nodi difficultatarum in Medicina frequentes, soluuntur, classicorumque medicorum controuersiae, veritatis lima expunduntur* [...]. Lugduni, apud Petrum Landry, 1587. Esta edição e a de 1593 podem ser consultadas, integralmente, a partir da edição em formato digital, disponibilizada no sítio *Gallica* da BNF (<http://gallica.bnf.fr>).

⁵⁶ Sobre as relações entre os dois autores, cf. A. J. C. PIMPÃO (1972), 390; M. I. R. RODRIGUES (1988), 770-772.

André Rodrigues, por sua vez, agradece encarecidamente a renovada insistência e estímulo que o Provincial da Ordem dos Pregadores em Portugal lhe deu para concluir o seu projecto inicial e acrescentar ao volume das *sententiae* – o primeiro a ser publicado, em 1554 –, o dos *exempla*. Mais tarde, na segunda edição do volume dos *exempla*, impresso em Coimbra, doze anos volvidos, publica-se uma carta-resposta da autoria do próprio Frei Luís de Granada. Além da amizade bem manifesta nas palavras aí endereçadas a André Rodrigues Eborense, o Dominicano elogia as virtualidades dos *exempla* e as enormes vantagens que a publicação desta obra trazia a todos os estudiosos por proporcionar aos eventuais interessados o acesso a um *corpus* textual bem organizado e de fácil consulta.

Note-se que Frei Manuel da Veiga, o mesmo dominicano a quem coube, na edição conimbricense de 1569, a aprovação inquisitorial da colectânea do mercador eborense, concede também licença à publicação de duas obras do seu colega Luís de Granada, publicadas em 1565⁵⁷.

As colectâneas de lugares comuns destinados à formação e utilização específica dos pregadores continuaram, nos últimos anos do século XVI, a obter grande divulgação, a ajuizar pelas várias reedições da *Summa praedicandum* de Frei Filipe Dias, da Ordem dos Frades Menores⁵⁸. Esta obra recolhe sobretudo textos das Sagradas Escrituras e dos Santos Padres e, menos frequentemente, de autores pagãos, pondo ao serviço dos jovens pregadores um conjunto alargado de lugares comuns que lhes podiam ser bastante úteis no desempenho do ministério do púlpito.

7. O *Cato Minor siue Disticha Moralia* de Diogo Pires

Neste capítulo, proceder-se-á apenas a uma descrição muito sucinta das sentenças morais em dísticos elegíacos da autoria do humanista eborense, uma vez que a terceira parte da dissertação está dedicada, precisamente, ao estudo alargado da colectânea intitulada *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Remete-se, pois, para esse local a apresentação da descrição e estudo pormenorizado dos dísticos morais.

⁵⁷ Referem-se, em concreto, as obras intituladas *Segundo Volumẽ del Memorial dela vida Christiana* (A. J. ANSELMO, n.º 484), e *Concio F. Ludouici Granatensis de officio & moribus Episcoporum* (A. J. ANSELMO, n.º 488).

⁵⁸ *Summa praedicandum, ex omnibus locis communibus locupletissima, edita a fratre Philippo Diaz Lusitano Praedicatore ordinis fratrum Minorum Prouinciae S. Iacobi [...]. Salmanticae, Excudebat Ioannes Ferdinandus, 1589.*

Diogo Pires publicou em Veneza, em 1592, a sua obra-mestra intitulada, de forma abreviada, *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Este livro recolhe a sua variada produção poética realizada ao longo de toda uma vida, a qual ainda ganhou uma dimensão ainda maior na segunda edição, também veneziana, de 1596. A primeira parte da obra, constituída por três livros de dísticos morais, está na origem do próprio título do livro, a que dá o nome.

Estes dísticos elegíacos foram elaborados com o objectivo inicial de serem utilizados na educação do filho de Francesco I, grão-duque da Toscana. A morte precoce e inesperada do desafortunado príncipe obrigou Diogo Pires a modificar o seu plano, acabando por dedicar efectivamente o seu trabalho aos mestres-escola da cidade de Lisboa. Entendia, decerto, que os seus poemas podiam constituir um excelente instrumento pedagógico-didáctico, passível de ser utilizado pelos professores que ministravam os rudimentos da formação linguística e moral aos jovens portugueses.

Diogo Pires, que até ao presente se saiba, não regressou de novo à terra que o viu nascer. No entanto, ao fazer esta dedicatória de forma genérica, já perto do final dos seus dias, faz com que uma parte substancial de si próprio – a poesia que nunca deixou de cultivar ao longo da sua vida –, conseguisse regressar à capital da sua saudosa pátria. Há muitos anos já que aí embarcara, nas margens do Tejo, para não mais voltar. Estava na hora de regressar mas desta vez através da poesia, qual semente frutificadora que haveria um dia de vingar no espírito ainda desprendido dos jovens portugueses.

A poesia constitui-se, portanto, como um meio único e privilegiado para fazer chegar aos jovens lisboetas a voz longínqua de um poeta, para quem a assunção da sua condição de judeu e de português não se revelou tarefa fácil.

Diogo Pires nunca votou as suas origens ao esquecimento, não obstante o penoso desterro a que se viu obrigado. Acaba, deste modo, por fazer jus à sua memória de Portugal, legando aos professores lisboetas um conjunto de dísticos morais, quem sabe se parecidos com aqueles por que aprendeu as primeiras lições na cidade de Évora, a terra dos seus antepassados.



JOANA DE ÁUSTRIA NA COMPANHIA DE SEU FILHO FILIPPO COSIMO⁵⁹

⁵⁹ Reproduz-se um retrato a óleo sobre madeira da autoria do pintor florentino Giovanni Bizzelli (c.1550-1607), pertencente à colecção da *Galleria degli Uffizi* de Florença.

III PARTE

***O Cato Minor siue Disticha Moralia* de Diogo**

Pires

Capítulo 1

A génese da obra

O título da obra de Diogo Pires evidencia, desde logo, as preocupações de ordem pedagógico-didáctica que estiveram na sua origem. De facto, a escolha da designação *Cato Minor siue Disticha Moralia* deixa perceber a forma engenhosa como o poeta eborense partiu do *Cato Maior* de Cícero e o cruzou com os famosos *Disticha Catonis*, a que já foi dada atenção em capítulos anteriores.

O *Cato Minor* designa, assim, uma colectânea de dísticos morais destinados a ser utilizados como um instrumento pedagógico-didáctico na educação da juventude, à semelhança das várias recolhas de textos proverbiais e sentenciosos tão do agrado da pedagogia humanista. Uma análise mais atenta do título permite observar até que ponto este pendor didáctico está perfeitamente marcado no frontispício da obra:

*FLAVII / IACOBI EBORENSIS / CATO MINOR, / SIVE DISTICHA
MORALIA / Ad Ludimagistros Olysiptonenses. / ACCESSERE
EPIGRAMMATA, / & alia nonnulla eodem auctore, quae / sequens
pagella indicabit. / OPVS PIVM, ET ERVDIENDIS / pueris adprime
necessarium. / Psal. 33. / Uenite filij, audite me, timorem Domini
docebo uos. / VENETIIS, MDXCVI. / Apud Felicem Valgrisium¹.*

Diogo Pires atribui o sugestivo título de *Cato Minor* à sua colectânea de dísticos morais e, de forma muito significativa, dedica-a aos mestres-escola da cidade de Lisboa, considerando tratar-se de uma «obra muito devota e necessária à instrução dos jovens». Convém assinalar o facto de este desígnio primordial ter sido ilustrado, nesta segunda edição, por um versículo do livro dos *Salmos*, que se enquadra no esquema típico da literatura sapiencial, em que um pai dá conselhos e ensinamentos aos seus filhos:

*Venite, filii, audite me; timorem Domini docebo uos.*²

¹ A descrição bibliográfica apresentada corresponde à segunda edição do *Cato Minor*, a única que ostenta a citação do versículo do livro dos *Salmos*. No capítulo subsequente, far-se-á uma análise descritiva e comparativa das duas edições desta obra.

² *Ps.* 33 (34).12. Note-se que este versículo constitui uma forma típica da literatura sapiencial presente, na sua estrutura de base, em várias passagens do livro dos *Provérbios*, das quais se salientam, entre muitas outras, 1.8, 2.1, 3.1, 4.1, 4.10, 4.20, 5.7 ou 7.24. Trata-se de uma fórmula bastante recorrente em que um pai se dirige ao seu filho, pedindo que escute com atenção os sábios conselhos que tem para lhe dar.

Vinde, meus filhos, ouvi-me: eu vos ensinarei o temor do Senhor.

Os dísticos morais do humanista português não põem de parte o veio fecundo da antiga literatura sapiencial, da qual os livros sapienciais do *Antigo Testamento* são um dos exemplos mais representativos, mas inscrevem-se, de forma mais directa, na tradição greco-latina de utilização das colectâneas de textos sentenciosos na educação linguística e moral da juventude, como deixa transparecer a simples leitura do frontispício da obra.

Diogo Pires dirige o *Cato Minor* aos mestres da cidade de Lisboa, se bem que os destinatários finais dos seus dísticos morais sejam, como é fácil de perceber, os alunos mais jovens a quem os *Ludimagistri Vlissipponenses* iniciavam no estudo das primeiras letras. A formação linguística e moral dos jovens foi o objectivo principal que presidiu à composição da colectânea de dísticos morais em língua latina.

A dedicatória do poeta eborense aos professores lisboetas é um texto de grande importância, já que nesse local são expostos com clareza os objectivos que motivaram a elaboração da obra. O poeta começa por inscrever a sua colectânea, de modo explícito e inequívoco, na tradição dos *Disticha Catonis*. Afirma, além disso, que a sua intenção inicial havia sido a de oferecer os seus dísticos morais a Francesco I, grão-duque da Toscana, a fim de estes poderem ser utilizados na educação de seu filho Filippo Cosimo³. A morte inesperada do jovem príncipe, com apenas cinco anos de idade, fez com que Diogo Pires tivesse de alterar o seu propósito inicial.

Decidiu, por isso, ofertar os seus dísticos aos mestres-escola olissipponenses, como explicita na carta dedicatória, sem neles ter introduzido alteração alguma. A enorme importância de que se reveste este texto programático para a compreensão da génese da obra, ou seja, dos motivos e dos objectivos que presidiram à sua concepção, justifica, em nosso entender, a sua apresentação integral:

FLAVIVS IACOBVS EBORENSIS OLYSIPPONENSIBVS LVDIMAGISTRIS S.D.

Scripseram superioribus annis, Catonis exemplo, disticha nonnulla Latino sermone, quae Francisco, Magno Etruriae Duci, dedicare in animo habebam, ut Cosmus puer suavissimus, qui biennio ante illi e Ioanna Austria natus erat, cum primum per aetatem licuisset, his quasi et morum et litterarum rudimentis imbutus, in auitam paternamque uirtutem incenderetur.

At cum flos ille, in quo omnis Etruria, immo omnis Ausonia se oblectabat, repente arescens, et nostras et parentum spes secum abstulerit, necessario consilium

³ Sobre os Medici, em particular enquanto governantes da Toscana, cf. G. F. YOUNG (1969), vol. II.

mutauit et, ut opus regio puero destinatum in uestro nomine appareret, non alienum duxi.

Nam cum Olyssipponensem pueritiam, delicias et amores parentum, publice priuatimque erudiendam susceperitis, iuuabit, opinor, huius carminis lectio pia studia et ad maiora promouebit.

Porro non sum nescius permultos magna et excellenti doctrina uiros in hoc scribendi genere et Graece et Latine desudasse. At nostra haec apis (quod sine inuidia dicta sit), amoeniora prata ingressa, e thymo caelesti rore insperso fauos suos concinnauit, unde odoris suauitas teneris animis infusa, et in Deum Optimum Maximum pietatem et in regem Philippum singularem benevolentiam at obseruantiam procreabit.

Valete, uiri optimi, et urbem omnium quas sol uidet clarissimam diu felices incolite.

D. Rhacusae. Ibid.⁴ Sext.[ilibus] ann.[i] V.[idilicet].

MDXCII.⁵

JACOB FLÁVIO EBORENSE AOS MESTRES DE LISBOA ENVIA MUITO SAUDAR

Escrevera eu, há uns anos atrás, a exemplo de Catão, alguns dísticos em língua latina que tinha em mente dedicar a Francisco, grão-duque da Etrúria, para que Cosme, aquela tão terna criança que de Joana de Áustria lhe nascera dois anos antes, tão cedo a idade lho permitisse, com a ajuda deles imbuído dos rudimentos dos costumes das letras, se inflamasse nas virtudes de seu avô e de seu pai.

Mas quando aquela flor, em que toda a Etrúria — e, mais que isso, toda a Itália — se comprazia, ao murchar subitamente, consigo levou as nossas esperanças e as de seus pais, tive forçosamente de alterar a minha intenção; e, para que a obra a uma criança real endereçada surgisse em vosso nome, nenhuma modificação lhe introduzi.

De facto, no momento em que vos dispuserdes a ensinar, em público ou em privado, a juventude de Lisboa (delícia e amor dos pais), útil será, assim o espero, aos devotos estudos a leitura destes versos e há-de incitar a mais altos feitos.

Além do mais, não ignoro terem sido muitos os que com excelsa sabedoria derramaram o seu suor a escrever sobre esta matéria, tanto em grego como em latim. Mas esta minha abelha (que isto seja afirmado sem inveja), ao penetrar por mais amenos prados, foi de um tomilho aspergido do orvalho celeste que preparou os seus favos; por isso, um suave perfume derramado sobre almas delicadas há-de gerar a devoção para com Deus de suma bondade, o amor para com a pátria e uma singular obediência em relação ao rei Filipe.

Eu vos saúdo, varões ilustres, e a essa cidade, a mais nobre de quantas o sol vê, preservai-a felizes por longo tempo.

Datada de Ragusa, no dia 13 de Agosto do ano de 1592.

⁴ A edição *princeps* apresenta, de forma correcta, *Idib.*, abreviatura de *Idibus*. Já nesta segunda edição, surge a forma *Ibid.* como resultado de um erro tipográfico evidente.

⁵ *Cato Minor* (1596), fls. a4-a5; apresenta-se a tradução de C. A. ANDRÉ (1992b), 89-90.

Diogo Pires pretendia dedicar a sua obra a Francesco I (1541-1587), grão-duque da Toscana, para que esta viesse a ser utilizada na educação do jovem Filippo Cosimo, filho do seu primeiro casamento com Joana de Áustria (1547-1578)⁶. O jovem príncipe nasceu em 20 de Maio de 1577 e faleceu, de forma prematura, em 29 de Março de 1582, com apenas cinco anos de idade.

O humanista português parece ter começado a organizar o *Cato Minor* por volta de 1579, quando o príncipe Filippo contava apenas dois anos de vida, como se deduz da presente carta dedicatória. A morte inesperada da criança não permitiu que o plano inicial do poeta viesse alguma vez a concretizar-se.

Note-se, porém, que Francesco I teve igualmente um outro filho, Antonio de' Medici (29/08/1576–02/05/1621), nascido da relação extraconjugal que manteve durante largos anos com a formosa Bianca Capello, com quem veio a casar-se já depois da morte de Joana de Áustria. A este outro filho do grão-duque da Toscana, em virtude das circunstâncias adversas, o poeta dedicou mais tarde dois poemas que servem de prefácio, respectivamente, ao primeiro e segundo livros da colectânea de dísticos morais⁷.

Na primeira dessas composições, Diogo Pires manifesta a esperança de que o *Cato Minor* pudesse ainda vir a ser utilizado na educação do jovem Antonio de' Medici, à semelhança do que inicialmente tinha projectado, em vão, para o filho legítimo do grão-duque:

AD ANTONIVM MEDICES CAPELLVM FRANCISCI MAGNI ETRVRIAE D. F.

*Dispulit ut tenebras, et lucem Aurora reduxit,
surge puer, somni tardior hora nocet.
Nec mora, uicinam Diuae genitricis in aedem
i pedes, illa tibi prima terenda uia est.
Hic tu pauca Deam supplex de more precare,
uirgo pia est, uotis annuet illa piis.
Summa sit, ut Medices late dominantur, et ultra
auroram et Gangem gloria gentis eat.
Poscere plura nefas, curabit caetera uirgo,
quique nouo fulget sidere Cosmus auus.
At cum finis erit precibus populumque sacerdos
rore leui inspersionem iusserit ire domum,*

⁶ Diogo Pires consagra uma elegia à morte de Joana de Áustria (*Eleg.* 3.2), que ocorreu em 1578, apenas dez meses volvidos do nascimento de Filippo, o seu único filho varão.

⁷ *Cato Minor* (1596), 4 e 14-15.

*tunc lege ab Illyrica missum tibi gente Catonem.
Est brevis, at scitu digna libellus habet.*⁸

PARA ANTONIO DE' MEDICI CAPELLO, FILHO DO GRÃO-DUQUE DA ETRÚRIA

Quando a Aurora tiver dispersado as trevas e de novo a luz tiver trazido,
ergue-te, jovem! O tempo mais tardio do sono é prejudicial.
E, sem demora, dirige os teus pés para o templo vizinho da Divina
Mãe, esse deve ser o primeiro caminho trilhado por ti.
Aqui, tu, suplicante, invoca a Deusa em poucas palavras, de acordo com o costume;
a Virgem é piedosa, aos teus piedosos votos ela anuirá.
Oxalá alcances o poder supremo, para que os Medici dominem largamente,
e a glória da família avance para além da Aurora e do Ganges.
Pedir mais não é lícito, do resto cuidará a Virgem,
e, sob nova estrela, resplandece o avô Cosme.
Mas quando as orações tiverem fim e o sacerdote tiver mandado o povo,
salpicado com um ligeiro orvalho, voltar para casa,
então, lê o Catão que te foi enviado da nação ilírica.
É um livrinho breve mas tem preceitos dignos de ser conhecidos.

A morte de Filippo Cosimo, o único filho varão do primeiro casamento de Francesco de' Medici, representou um rude golpe nos sonhos do grão-duque da Toscana. Todas as esperanças de sucessão acalentadas pelo soberano passavam assim para o jovem Antonio, nascido da sua união extraconjugal com a veneziana Bianca Capello, magistralmente retratada pelo célebre pintor florentino Agnolo Bronzino.

De facto, após a morte de Joana de Áustria, Francesco I havia contraído matrimónio com Bianca Capello e legitimado o seu filho Antonio. Muito provavelmente estes acontecimentos fizeram com que o humanista português, num primeiro momento, alterasse o seu plano inicial, por morte de Filippo, e compusesse os poemas dirigidos àquele que parecia então poder vir a ser o futuro herdeiro do grão-duque da Toscana⁹.

Esta não foi, porém, a última vez que Diogo Pires se viu obrigado pelas circunstâncias a alterar o seu projecto primitivo de dedicar o *Cato Minor* ao grão-duque da Toscana. De facto, poucos anos volvidos, no decurso do mês de Outubro de 1587, Francesco de' Medici e Bianca Capello, com apenas alguns dias de intervalo, morrem um

⁸ *Cato Minor* (1596), 4.

⁹ A morte de Filippo Cosimo e, mais tarde, dos progenitores de Antonio de' Medici motivou a alteração da linha sucessória para o cardeal Fernando de' Medici, irmão mais novo de Francesco I. O desenrolar dos acontecimentos fez com que o jovem Antonio tivesse deixado de constituir um estorvo às legítimas aspirações sucessórias do Cardeal, que viria a tornar-se o terceiro grão-duque da Toscana. Talvez por essa razão Antonio de' Medici tenha sobrevivido incólume ao período conturbado da morte dos seus progenitores.

após outro de forma bastante misteriosa, por motivos que nunca foram verdadeiramente esclarecidos, na sua Villa de Poggio a Caiano, celebrada pelo poeta lusitano na outra elegia dedicada a António de' Medici¹⁰.

A propósito da morte trágica de Francesco de' Medici, Diogo Pires compõe uma elegia em que deixa transparecer, de forma pungente, o enorme desânimo e tristeza que o invadiu. Desgraça após desgraça, assistira a um cortejo infindável de mortes, quase sucessivas, que lhe recordava dolorosamente a extrema precariedade da vida e tornava inúteis todos os planos que havia arquitectado.

Uma vez mais, o destino cruel não favoreceu as pretensões do poeta, que acabou por ser obrigado, em solução de último recurso, a dedicar o *Cato Minor* aos mestres-escola da cidade de Lisboa, capital do país que o vira partir há quase seis décadas. A intenção de obter o favor do grão-duque da Toscana, uma e outra vez, acabava por ser contrariada, invariavelmente, pela lei inexorável da morte:

IN OBITVM FRANCISCI MEDICIS MAGNI ETRVRIAE DVCIS

*Occidit ille soli magnus regnator Etrusci,
occidit, et nusquam est, qui modo tantus erat.
Sic iacet indomitis Aquilonibus eruta quercus,
sic iacet irati turris ab igne Iouis,
a genus infelix hominum quibus omnis in auras
spes abit et toties irrita uota cadunt!
Quae Medici puero nuper matrique parabam,
magnus et in partem uenerat ille parens,
nunc aliis (ingrata ferunt sic fata) relinquam.
Forsan et hic haeres uix mihi notus erit.
Totne inuenta mihi uigilataque carmina frustra?
Sic abit infelix, longus et ille labor?
Scribe aliquid fessam quo consolere senectam,
certior in dubiis postume rebus amor.¹¹*

À MORTE DE FRANCESCO DE' MEDICI, GRÃO-DUQUE DA ETRÚRIA

Morreu o muito ilustre soberano da nação etrusca,
morreu, e não vive já quem tanta grandeza possuía há bem pouco.
Assim jaz o carvalho arrancado pelos furiosos Aquilões,
assim jaz a torre atingida pelo fogo do irado Júpiter.

¹⁰ *Cato Minor* (1596), 15-16.

¹¹ Esta elegia à morte de Francesco de' Medici, grão-duque da Toscana, precede os *testimonia* do *Cato Minor* (1596), fl. a5v.

Ah, pobre espécie humana de quem toda a esperança se apartou
para o céu, e cujos votos tantas vezes em vão se desmoronam!
Os versos que eu ainda há pouco preparava para o jovem Medici e para a mãe,
e que o seu muito ilustre pai havia partilhado,
agora a outros os deixarei (assim o determinam os cruéis destinos).
E este herdeiro dificilmente virá talvez a ser meu conhecido.
Foi, portanto, em vão que eu compus o meu canto à custa de vigílias?
Assim tem fim aquele triste e longo trabalho?
Escreve algo com que possas reconfortar a cansada velhice,
na adversidade merece mais confiança o amor que vem por último.

Constata-se com facilidade que o humanista português dedicou uma atenção particular na sua extensa obra poética a várias figuras do ramo familiar dos Medici a quem coube o governo da nação toscana durante o século XVI. A política que foi sendo desenvolvida pelos Medici fez com que se concentrasse nas suas mãos um enorme poder. Não é de estranhar, por isso, que a fama e o favor da corte florentina exercesse um fascínio especial sobre muitos homens das artes e das letras. Este facto, por si só, seria bastante para compreender a razão por que Diogo Pires tantas vezes invoca nos seus poemas vários membros desta família e procura, em particular, obter o favor de Francesco I com a sua colectânea *Cato Minor siue Disticha Moralia*.

Não será, porém, o único motivo. É necessário recuar ao período de governação do progenitor de Francesco de' Medici, Cosimo de' Medici (1519-1574), casado com Leonor Álvarez de Toledo, para perceber melhor a atracção que a nação toscana exerceu, sobretudo desde essa época, sobre um número apreciável de judeus portugueses.

Na verdade, desde meados da década de quarenta, Cosimo I desenvolveu esforços junto das comunidades judaico-portuguesas estabelecidas em Antuérpia e mesmo em Portugal no sentido de atrair aos seus domínios os mais prestigiados e abastados cristãos-novos portugueses, na sequência do que já fazia há alguns anos, com grande sucesso, Ercole II, duque de Ferrara.

Nesse sentido, através da emissão de licenças, procura convencer várias figuras de grande relevo da comunidade judaico-portuguesa a fixarem-se nos seus domínios¹². As irmãs Beatriz e Brianda de Luna, herdeiras da imensa fortuna deixada pelos Mendes-Benveniste, contam-se entre aqueles que o duque pretendia ver no seu território, à seme-

¹² Sobre as várias iniciativas levadas a cabo pelo duque Cosimo I para atrair os cristãos-novos portugueses aos seus domínios, cf. L. FRATTARELLI FISHER (2000), 99-105.

lhança do que sucedia também com o famoso Sebastião Rodrigues Pinto, que tinha viajado juntamente com Estêvão Pires, tio do poeta, para Ferrara nos finais da década de quarenta¹³.

Nesse grupo restrito, encontram-se também dois velhos conhecidos de Diogo Pires, antigos estudantes de Salamanca: o inseparável amigo Amato Lusitano e Duarte Gomes, um humanista de excepção, antigo lente de prima de Artes da Universidade de Lisboa, que havia colocado os seus valiosos préstimos ao serviço da Casa Mendes-Benveniste.

A acção de Cosimo I para atrair os judeus portugueses e os seus capitais para o seu estado não obteve um sucesso assinalável. Deve afirmar-se, no entanto, que passou a viver na Toscana, desde meados do século XVI, um grupo considerável de judeus portugueses, cuja figura de proa era, indiscutivelmente, o Doutor Fernando Mendes, auditor da Rota de Florença. Os membros desta comunidade judaico-portuguesa mantinham naturalmente relações privilegiadas com as outras mais numerosas que estavam estabelecidas sobretudo nas cidades de Ancona, Ferrara e Veneza, onde alguns deles tinham também familiares próximos.

Florença não era uma cidade desconhecida para Diogo Pires ou para Amato Lusitano, que aí se deslocou algumas vezes durante o período da sua permanência na península itálica. O humanista eborense, não obstante ter-se estabelecido em Dubrovnik a partir de 1558, estava muito bem informado de tudo o que se passava na corte florentina, como os seus poemas deixam entender. Além dos frequentes contactos que estabelecia decerto com alguns dos seus conterrâneos das comunidades italianas, sabe-se também que mantinha relações de amizade e se correspondia com eminentes individualidades florentinas como os humanistas Riccardo Riccardi (1558-1612) ou Pier Vettori (1499-1585).

A elegia que Diogo Pires consagrou à morte da arquiduquesa Joana de Áustria¹⁴, que ocorreu em 1578, poucos meses após o nascimento de seu filho Filippo Cosimo, o destinatário inicial do *Cato Minor*, está precedida de uma carta dirigida a Riccardo

¹³ Sebastião Rodrigues Pinto, tal como os Pires, constituiu com Ercole II, duque de Ferrara, uma sociedade comercial que, no entanto, teve melhor sorte que a da família do humanista português. Diogo Pires publica, na sua obra *Carminum liber unus*, fls. Aiiiv-Aiiiv, uma carta, datada dos idos de Janeiro de 1542, dirigida precisamente a Sebastião Rodrigues Pinto, em casa de quem afirma ter recitado o seu longo poema *Caroli V Imperatoris ex Algeria urbe reditus* (*Carm.*, fls. Biv-Ciiiii). Sobre as actividades da ilustre família Pinto, cf. V. BONAZZOLI (2001-2002), 13-14; A. L. LEONI (2005), 96-98.

¹⁴ Trata-se da *Eleg.* 3.2, com o título *In obitum Ioannae Etruriae Reginae*, a que I. KASUMOVIC (1908), 64-65, dedicou uma análise sucinta. A elegia foi publicada e traduzida por C. A. ANDRÉ (1983), 54-57.

Riccardi, um jovem humanista proveniente da mais elevada aristocracia florentina, que foi discípulo de Pier Vettori, na Universidade de Pisa, e se notabilizou quer como banqueiro quer como humanista¹⁵. Pela missiva que Diogo Pires envia a Riccardo Riccardi deduz-se que o poeta português havia sido também correspondente do célebre filólogo Pier Vettori¹⁶:

RICCARDO RICCARDIO FLORENTINO S. D.

Ain tu: uiuit et ualet Victorius noster? Et praeclarus ille senex Francisci, magni Etruriae ducis, res bello et pace gestas immortalibus scriptis illustrare pergit? O gratum mihi iucundumque nuntium! Nam superioribus mensibus quae nolebamus hic de illo sparsa erant.

Nulla mihi cum homine notitia, nunquam enim inter nos uidimus. At singularis intercedebat amicitia, quam ille munusculo non uulgari confirmauerat. Nam praeter epistolam amanter et officiose scriptam Aristotelis De Republica libros graece quidem scriptos et summa a se cura castigatos Romam usque ad me dono miserat.

Et parabam ego quidem, sed grauissimis negotiis impeditus parem gratiam referre non potui. Te uero illius discipulum, adolescentem moribus suauissimis et tanto praeceptore dignum, nisi amem, nae ego, quem omnes homines oderint dignus uideri debeam. Quod si uita suppetat, ut huius meae erga te beneuolentiae testimonium aliquando exstet, dabo operam.

Interea, quando te ita uelle intellexi, carmen mitto paucis a me horis concinnatum, luctuoso sane et parum grato argumento, quo immaturum tuae reginae obitum iustissimis quidem lacrimis defleo. Quod uero in eo carmine praeter parendi studium laudari debeat, non uideo. Sed ego imperitiae notam subire, quam honestissimo tuo desiderio deesse malui.

*Thraciam istam legationem prospere tibi euenire opto. Tu fac, ut quam primum sospes saluusque ad tuos Florentiam reuertare. Bene vale. Domi.*¹⁷

A RICCARDO RICCARDI ENVIA MUITO SAUDAR

Então o que é que me dizes? Está vivo e de boa saúde o nosso Vettori? E este notabilíssimo ancião continua a celebrar nos seus escritos imorredoiros os feitos ilustres alcançados por Francesco, grão-duque da Etrúria, na guerra e na paz? Ó grata e prazenteira notícia para mim! É que não queríamos admitir o que nos meses passados aqui foi dito sobre ele.

Eu não tive contacto algum com a pessoa, pois nunca nos vimos um ao outro. Mas havia entre nós uma amizade singular, que ele confirmara com um pequeno presente fora do comum. Além de uma carta amável e obsequiosamente redigida,

¹⁵ Riccardo Riccardi, um colecionador apaixonado, esteve na origem da constituição do riquíssimo acervo de obras manuscritas e impressas que hoje se encontram na Biblioteca Riccardiana, em Florença.

¹⁶ No escólio a um dístico pertencente ao capítulo *Xenia ad Ianum Claudium*, o poeta eborense revela de novo as cordiais relações que mantinha com Pier Vettori. Cf. *Cato Minor* (1596), 56-57.

¹⁷ Esta carta foi publicada por D. KÖRBLER (1917), 31-32.

enviara-me até de presente a Roma os livros da República de Aristóteles, escritos em grego e por ele editados com a máxima diligência¹⁸.

E eu, de facto, preparava-me para retribuir com atenção semelhante mas, impedido por gravíssimos trabalhos, não o pude fazer. Mas tu, seu discípulo, jovem de costumes muito encantadores e digno de tão ilustre preceptor, se eu não te quiser bem, deva eu parecer merecedor de que todos os homens me odeiem. E se a vida me não faltar, cuidarei que o testemunho desta minha boa vontade se manifeste para contigo um dia.

Entretanto, porque julguei que tu assim deseavas, mando-te um poema por mim composto em pouco tempo, de argumento bastante lutuoso e pouco agradável, com que eu deploro com lágrimas por demais merecidas a morte prematura da tua rainha. O que neste poema, além do desejo de pagar uma dívida, deva ser elogiado, eu não consigo ver. Mas eu preferi suportar a pena da minha imperícia que faltar ao teu honestíssimo desejo.

Espero que essa embaixada trácia tenha bom êxito para ti. Tu, faze com que quanto antes voltes são e salvo para Florença, para junto dos teus. Eu te saúdo. [Escrita] em casa.

Os contactos de Diogo Pires com o ambiente cultural florentino remontam, decerto, a uma época bastante anterior àquela em que este compôs os vários poemas dirigidos aos Medici. Além disso, o humanista português iniciou também a composição dos dísticos morais muitos anos antes de ter decidido, por volta de 1579, organizar a colectânea com a intenção de contribuir para a futura educação do príncipe Filippo Cosimo.

Na verdade, o *Cato Minor*, tal como já foi referido, surge como uma espécie de «projecto de uma vida», cuja concepção se sabe ter sido muito anterior à data de publicação da obra¹⁹. Tanto o afã de Erasmo na edição e comentário dos *Disticha Catonis*, quanto o de muitos outros humanistas na edição e composição de colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos serviram seguramente de inspiração e de exemplo ao humanista português para traçar o projecto do seu livro de evidente feição pedagógica e moralizadora. Nem sequer é de excluir que o poeta eborense tenha utilizado na própria actividade didáctica por si desenvolvida ao longo da vida alguns dos dísticos que compunha e que, mais tarde, vieram a constituir a parte mais nobre da sua obra-prima.

Diogo Pires considera a sua colectânea de dísticos morais como a sua melhor obra poética ou, pelo menos, uma das mais bem conseguidas, como parece indicar o facto de os

¹⁸ A obra que o humanista florentino ofertou a Diogo Pires foi muito provavelmente os seus *Commentarii in tres libros Aristotelis De arte dicendi. Positis ante singulas declarationes Graecis verbis auctoris*. Florentiae, in officina Bernardi Iunctae, 1548 [Impressum Florentiae, in officina Bernardi Iunctae, idibus Septembribus 1548].

¹⁹ Cf. C. A. ANDRÉ (1989-1990), 82-83.

Disticha Moralia terem estado precisamente na origem do título do livro e de ocuparem, além disso, o primeiro lugar nas duas edições do *Cato Minor*²⁰. Não deixa também de ser significativo que a quase totalidade dos *testimonia* iniciais aludam de forma explícita à parte que abre o livro do humanista português.

Um desses *testimonia*, um breve poema de quatro dísticos elegíacos da autoria de «Gulielmi Budaei adolescentis», comprova o facto de Diogo Pires ter iniciado a composição dos dísticos morais em data muito anterior à da primeira edição da obra. A identificação deste indivíduo não se afigura fácil, tendo já sido estabelecida, num primeiro momento, com o célebre humanista francês Guillaume Budé (1467-1540)²¹.

Neste caso, se for este o autor do poema, a composição dos dísticos morais terá sido forçosamente começada antes da morte do fundador do Collège de France, ainda durante a permanência do humanista português em Antuérpia-Lovaina, pelo que o poema publicado no *Cato Minor* apenas poderia ter sido composto entre 1535, data da chegada de Diogo Pires a Antuérpia, e 1540, ano da morte de Guillaume Budé.

No entanto, a qualificação de *adolescentis*, que acompanha o nome do autor do poema, parece um pouco desadequada para o humanista francês falecido no ano em que perfazia a prolecta idade de 72 anos. Há, no entanto, registo de uma outra figura também com o mesmo nome de Guillaume Budé, menos conhecido que o correspondente de Erasmo, cujo *floruit* ocorreu entre 1520 e 1553. Trata-se do autor de um pequeno tratado de medicina, «composé par maistre Guillaume Bude docteur en medicine de ladictte universite» [de Paris], publicado em 1539²². Não temos conhecimento da existência de alguma relação familiar entre o humanista e o médico, mas a semelhança dos apelidos permite equacionar essa hipótese como bastante razoável.

Diogo Pires afirma na carta dirigida a Paulo Jóvio ter realizado estudos em Paris, pelo que não é de descartar a hipótese de aí ter conhecido o médico Guillaume Budé. Convém também acentuar que o humanista português tinha formação na área da medicina e tinha um contacto próximo com figuras conceituadas da medicina europeia como Amato Lusitano ou Andrés Laguna.

²⁰ D. KÖRBLER (1917), 49.

²¹ Cf. C. A. ANDRÉ (1989-1990), 82-83.

²² *De curandis articularibus morbis commentarius, authore Guilielmo Budaeo Disesio doctore medico*. Parisiis, apud Petrum Regnault, 1539. Consultou-se a reprodução em formato digital disponibilizada no sítio *Gallica* da BNF (<http://gallica.bnf.fr>).

De outra forma, é sabido que o humanista português era uma figura reconhecida nos meios erasmistas, com contactos privilegiados com outras individualidades destacadas desse círculo, como a sua obra pode atestar, em particular pela inclusão de vários poemas de sua autoria na obra organizada por Réscio para evocar a memória do seu amigo Erasmo.

Foram em vão os nossos esforços para proceder em definitivo à identificação do autor do poema com qualquer um dos Guillaume Budé referenciados. Conclui-se, porém, seja qual for, de entre ambos, o seu autor, que a publicação do poema de «Gulielmi Budaei adolescentis» entre os *testimonia* do *Cato Minor* comprova que Diogo Pires principiou a composição dos dísticos morais em data muito anterior à da publicação, em 1592, da *editio princeps*:

GVLIELMI BVDAEI ADOLESCENTIS

*Illa uetus Marii quercus, uolat unde per auras,
 igneo tela gerens nuncia fulua Iouis.
Arui et nusquam est; uix nomen restat inane;
 uix ager Arpinis cognitus agricolis.
Falluntur uates, at me non fallat Apollo,
 paucula si de te cum Cicerone loquar:
hic Cato quem Flauī fingis praecepta docentem,
 «canescet saeculis innumerabilibus».²³*

DO JOVEM GUILLAUME BUDÉ

Aquele é o antigo carvalho de Mário, de onde voa pelos ares,
com os seus dardos cor de fogo, a fulva mensageira de Júpiter.
Ficou seco e está morto; a custo lhe resta um nome vão;
a custo o campo é conhecido dos lavradores de Arpino.
São enganadores os poetas, mas não me enganará Apolo,
se eu, na companhia de Cícero, disser umas poucas palavras sobre ti:
este Catão, Flávio, que tu modelas para ensinar alguns preceitos,
«há-de encanecer pelos séculos sem fim».

Guillaume Budé evoca o início do *De legibus* de Cícero para ilustrar a perenidade e o valor da poesia de Diogo Pires²⁴. O tratado de Cícero tem a forma de um diálogo travado entre o próprio autor, o seu irmão Quinto e Ático. A conversa tem lugar perto de Arpino,

²³ *Cato Minor* (1596), fl. a7.

²⁴ Todo o poema está construído com base no início do diálogo ciceroniano (*Leg.* 1.1-3), incorporando até algumas citações feitas na obra do Arpinate, tanto de forma integral «canescet saeculis innumerabilibus», como de forma parcial «nuncia fulua Iouis».

num pequeno bosque, no meio do qual está um velho carvalho, cuja visão recorda a *Ático* o carvalho que Cícero havia descrito no poema por ele composto em honra de Mário.

Estabelece-se, deste modo, uma comparação entre a forma como a poesia de Cícero celebrizou para sempre este velho carvalho, para lá da sua existência real e finita nos campos de Arpino, e o modo excepcional como o *Cato* do poeta português também há-de ser recebido pelos séculos fora, muito para além da vida do seu próprio autor. São estes os votos que Guillaume Budé formula no poema laudatório com as mesmas palavras com que Cévola elogia o poema *Marius* de Cícero: «canescet saeculis innumerabilibus»²⁵.

Diogo Pires não deixa de enunciar na carta que dirige aos mestres-escola da cidade de Lisboa quais são os objectivos que pretende ver alcançados pelo seu *Cato Minor*. Formula na carta nuncupatória o desejo veemente de que a sua poesia seja capaz de gerar nos jovens lisboetas a devoção a Deus, o amor pela pátria e a obediência ao rei Filipe²⁶.

O autor do *Cato Minor* assume sem rodeios a feição pedagógica e moralizadora dos dísticos morais, a qual não deixa de ser corroborada pelos próprios *testimonia* e também pela carta com que Frei Eusébio Carmelita concede a sua aprovação à publicação da obra do humanista português:

F. EVSEBIVS CARMELITA, HAERETICAE PRAVITATIS INQUISITOR GENERALIS
APVD LOVANIENSES FLAVIO IACOBO S. D.

Quod auctoritatem meam accedere cupis, ut Cato tuus minor, quem ego maximum adpellare soleo, tutus ab inuidorum morsibus in lucem prodeat, facis tu quidem ut uirum pium atque prudentem decet, qui nouis improborum hominum opinionibus reiectis, sanam sinceramque ueterum patrum doctrinam amplexaris, atque utinam ut in re dissimili apud ethnicum poetam senex quidam Deum precatur, decem tui similes Christiana Ecclesia commitiones haberet: nam et perditissimos hostium conatus facilius reprimeret et rem prope colapsam in pristinum statum restitueret: uerum haec optare quidem possumus, sperare, nisi Deus Opti. Maximus opem ferat, uix possumus.

Nunc ad tuum Catonem redeo, de quo ita statuo: cuncta in eo accurate et singulari pietate scripta esse, et quae ita scripta sunt, ut in his miseris et turbulentis temporibus in manus hominum quam primum ueniant, et utile et imprimis necessariam iudico.

Concionator meus, quem petis, Antuerpiae sub praelo est, cum primum exhibit, ut habeas, curabo. B. V.

*Lovanii e Coenobio nostro Pridie Kalen. Septemb.*²⁷

²⁵ Cic. *Leg.* 1.2.

²⁶ Já se considerou ser provável da parte de Diogo Pires uma eventual intenção de regressar a Portugal, o que justificaria a referência estranhamente subserviente ao rei de Espanha e, desde 1580, também de Portugal.

²⁷ *Cato Minor* (1596), fl. a2r-v. A carta foi publicada por D. KÖRBLER (1917), 29.

F. EUSÉBIO CARMELITA, INQUISIDOR GERAL DA HERÉTICA PRAVIDADE
JUNTO DOS HABITANTES DE LOVAINA, ENVIA MUITO SAUDAR A JACOB
FLÁVIO

Porque desejas aceitar o meu parecer, para que o teu *Cato Minor*, a que eu costumo chamar Maximus, saia a lume sem receio das dentadas dos invejosos, tu actuas justamente como convém a um homem devoto e prudente, ao abraçar a sã e sincera doutrina dos antigos padres na recusa das novas crenças dos homens perversos; e, tal como, em situação diferente, de acordo com o poeta pagão, pede um ancião a Deus, oxalá a Igreja Cristã tivesse dez companheiros de armas iguais a ti, pois mais facilmente havia de reprimir as muito perversas arremetidas dos inimigos e uma causa quase perdida, havia de restituí-la ao primitivo estado. Podemos decerto pedir isto, porém, a custo podemos ter esperança, se Deus de suma bondade não prestar o seu auxílio.

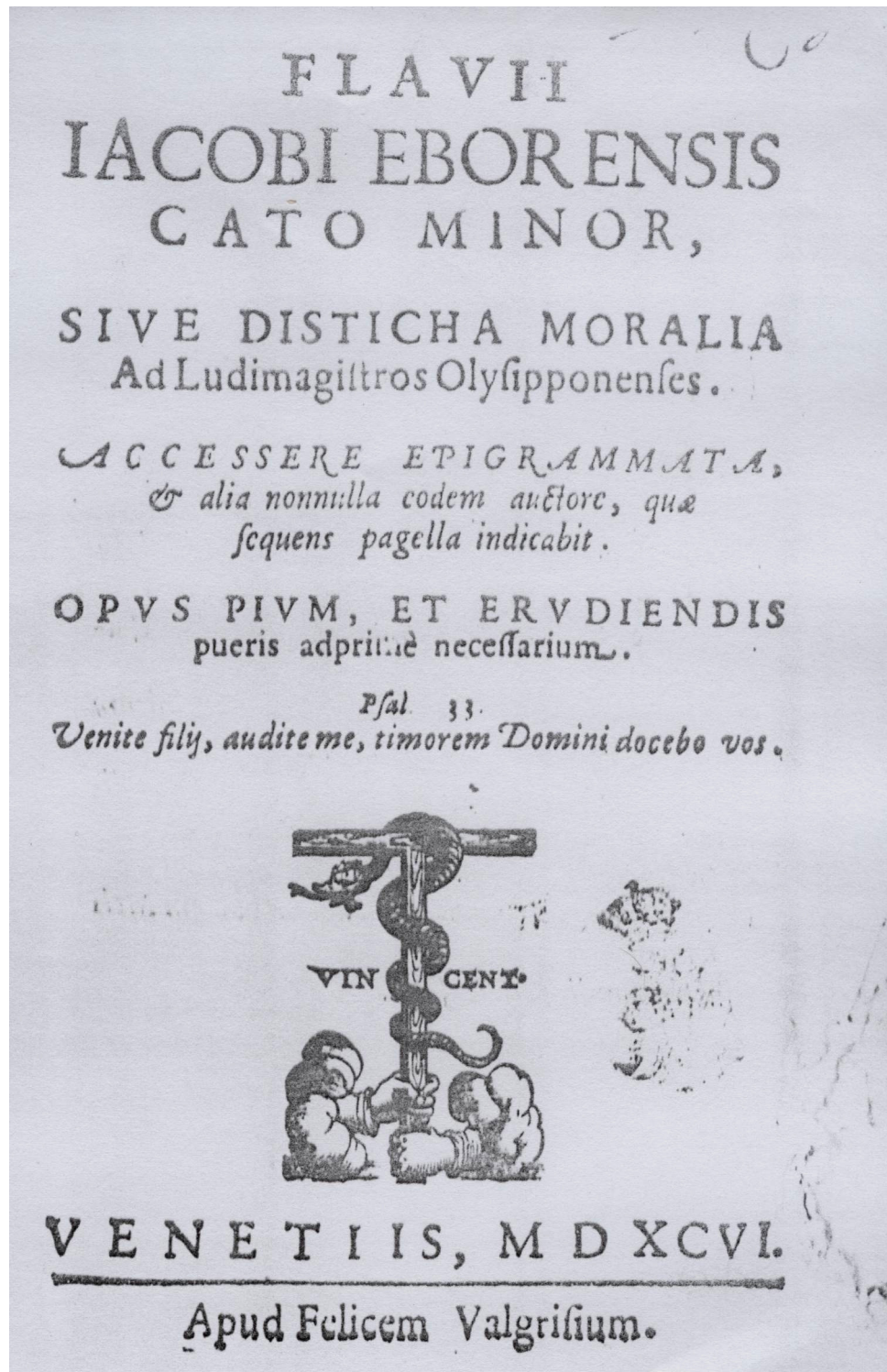
Agora retorno ao teu Catão, sobre o qual determino o seguinte: tudo o que nele foi escrito com diligência e singular devoção, não só o considero útil como bastante necessário, por forma a que, nestes tempos miseráveis e conturbados, chegue quanto antes às mãos dos homens o que assim foi escrito.

O meu *Concionator*²⁸, que tu pretendes, encontra-se no prelo em Antuérpia; quando ele for publicado, farei com que o recebas. Eu te saúdo.

Do nosso convento de Lovaina, no dia 31 de Agosto.»

Convém, no entanto, considerar que o conteúdo do *Cato Minor* não se resume apenas à primeira parte do volume que contém os três livros de dísticos morais. De facto, a obra reúne uma parte significativa e variada da extensa produção poética do humanista português, como haverá oportunidade de constatar através da descrição do conteúdo e do confronto das duas edições deste livro.

²⁸ Foram infrutíferos os nossos esforços para identificar tanto o autor desta carta, F. Eusebius Carmelita, como a sua obra aqui referida.



FRONTISPÍCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO DO *CATO MINOR* DE DIOGO PIRES

Capítulo 2

As edições do *Cato Minor*

A obra do humanista português teve duas edições, ambas venezianas, no decurso da última década de Quinhentos. A edição *princeps* saiu a lume, em 1592, dos prelos dos herdeiros de Curzio Troiano Navò e, quatro anos volvidos, em 1596, o tipógrafo Felice Valgrisi dava à estampa uma segunda edição¹.

Procede-se, de seguida, à descrição bibliográfica pormenorizada destas duas raríssimas edições, de cuja existência se conhecem apenas seis exemplares de cada espécime²:

FLAVII IACOBI / EBORENSIS / CATO MINOR, / SIVE DYSTICHA MORALIA / ad Ludimagistros Olyssipponenses. / ACCESSERE NOVA EPIGRAMMATA, / & alia nonnulla eodem Auctore. / Opus pium, et erudiendis pueris ad- / prime necessarium. / VENETIIS, / Sub signum Leonis. MDXCII.

FLAVII / IACOBI EBORENSIS / CATO MINOR, / SIVE DISTICHA MORALIA / Ad Ludimagistros Olyssipponenses. / ACCESSERE EPIGRAMMATA, / & alia nonnulla eodem auctore, quae / sequens pagella indicabit. / OPVS PIVM, ET ERVDIENDIS / pueris adprime

¹ Para uma análise minuciosa da actividade destes tipógrafos (marcas tipográficas, obras impressas, notícias biográficas), deve consultar-se a base de dados *Censimento nazionale delle edizioni italiane del XVI secolo – EDIT 16* (<http://edit16.iccu.sbn.it>), constituída no âmbito do *Istituto Centrale per il Catalogo Unico delle Biblioteche Italiane e per le Informazioni Bibliografiche* (Ministero per i Beni e le Attività Culturali). Esta excelente base de dados tem como objectivo primordial proceder à descrição bibliográfica e recenseamento nacional dos textos impressos, em Itália, no século XVI.

² Conhecem-se apenas seis exemplares da *editio princeps*: Biblioteca Angelica (Roma); Biblioteca Civica A. Mai (Bergamo); Biblioteca Nacional e Universitária (Zagreb); Biblioteca Nazionale Marciana (Veneza); Biblioteca Regionale Universitaria (Messina); Biblioteca del Seminario Vescovile (Padova). O exemplar da Biblioteca del Seminario Vescovile (Padova), da edição *princeps*, não está recenseado na base *EDIT 16*.

No que respeita à edição de 1596, estão referenciados igualmente seis exemplares: Biblioteca da Ajuda (Lisboa); Biblioteca del Centro di Documentazione Francescana (Assisi); Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro); Biblioteca Nacional e Universitária (Zagreb); Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele III (Napoli); Biblioteca Pública (Évora).

Convém sublinhar que não há registo de exemplar algum, em Portugal, da edição de 1592. Ao invés, da edição de 1596, existe um exemplar na Biblioteca da Ajuda e outro na Biblioteca Pública de Évora. Não menos relevante é a existência de um exemplar da segunda edição à guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que ostenta o famoso carimbo da *Real Bibliotheca* levada por D. João VI para o Brasil, a qual constituiu, como se sabe, a base do riquíssimo acervo daquela que veio a ser a primeira biblioteca brasileira.

Das duas edições do *Cato Minor*, tivemos oportunidade de consultar uma reprodução integral dos exemplares da edição de 1592 (Biblioteca Nacional e Universitária de Zagreb e Biblioteca Nazionale Marciana) e da edição de 1596 (Biblioteca Pública de Évora e Biblioteca da Ajuda de Lisboa).

necessarium. / Psal. 33. / Uenite filij, audite me, timorem Domini docebo uos. / VENETIIS, MDXCVI. / Apud Felicem Valgrisium.

Uma simples comparação permite verificar, com relativa facilidade, que o conteúdo e a dimensão das duas edições da obra de Diogo Pires não é propriamente semelhante. De facto, a segunda edição comporta por inteiro o conteúdo da primeira mas, além disso, integra algumas partes de extensão bastante significativa não publicadas em 1592³.

A segunda edição contém um índice onde são enunciadas as dez partes distintas que compõem a obra⁴:

1. **Moralium distichorum libri III.**
2. **Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII.**
3. **Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum.**
4. **Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium.**
5. **Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam.**
6. **Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum.**
7. **Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium.**
8. **Lyrice ad Aldum Mannuccium.**
9. **Tumuli ad reuerendum Maurum abbatem Melitensem.**
10. **Illustres familiae Rhacusanae.**

Ainda que haja uma melhoria assinalável na organização da segunda edição em relação à primeira, não se pode dizer que aquela esteja isenta de erros. Na verdade, verifica-se que a segunda parte, com o título *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII*, não ocupa a segunda mas a sétima posição e que tem apenas três livros e não quatro, como é mencionado no índice.

Refira-se, igualmente, a existência de uma parte intitulada *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctissimum* (175-186), de que o mesmo

³ Veja-se a análise comparativa das duas edições do *Cato Minor* efectuada por D. KÖRBLER (1917), 17-28.

⁴ *Cato Minor* (1596), fl. a1v.

índice não faz sequer menção e que talvez correspondesse no plano inicial do autor ao livro quarto dos *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium*.

Ao contrário da segunda edição do *Cato Minor*, a primeira não possui um índice descritivo das partes que a compõem. O conteúdo de ambas as edições é parcialmente coincidente na medida em que a segunda contém todos os poemas que foram publicados na primeira. Deve assinalar-se, porém, que a edição de 1596 apresenta, pela primeira vez, as seguintes partes: *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum* (175-186), *Lyrica ad Aldum Mannuccium* (187-206), *Tumuli ad reuerendum Maurum abbatem Melitensem* (207-231) e *Illustres familiae Rhacusanae* (232-240).

À excepção destes novos capítulos, todos os restantes são comuns às duas edições do *Cato Minor*. Não obstante o seu conteúdo ser, em grande medida, coincidente, é forçoso notar algumas diferenças significativas. Estas resultam sobretudo do acrescento, na edição de 1596, de novos poemas que vieram integrar os capítulos já existentes na edição de 1592, ou ainda da publicação de alguns poemas em partes distintas, numa e noutra edição da obra. Verifica-se também que o conteúdo muito variado desta obra tem, por comparação, uma melhor apresentação e organização geral na edição de 1596.

Por conseguinte, convém identificar quais são as principais diferenças entre as partes comuns às duas edições do *Cato Minor*. Em relação às páginas que precedem a primeira parte da obra – *Moralium distichorum libri III* –, onde estão publicadas, por esta ordem, a já referida carta de Frei Eusébio Carmelita, a carta dedicatória aos mestres-escola da cidade de Lisboa, uma outra carta de Diogo Pires dirigida a um tipógrafo, além de vários *testimonia*, constata-se que os textos são sempre coincidentes em ambas as edições, a não ser uma única vez em que tal não sucede.

O último poema dos *testimonia*, na primeira edição, intitulado *Petronii Bononiensis iocus*⁵, não surge na mesma posição na edição de 1596. Trata-se de um evidente erro tipográfico que é corrigido na segunda edição, porque não se trata de um mas de dois poemas que foram indevidamente colados um ao outro. Na edição de 1596, os primeiros sete versos são publicados noutra lugar, no final do terceiro livro de dísticos morais, sob o mesmo título *Petronii Bononienses iocus* (1596, 37), mas os últimos cinco versos constituem um poema distinto, sem título, que passa a integrar o *Moralium carminum liber secundus* (1596, 129).

⁵ *Cato Minor* (1592), fl. a8.

Os *Moralium distichorum libri III* constituem, em ambas as edições, a primeira parte do *Cato Minor*. A estrutura deste capítulo, cujo título se mantém inalterado, é a mesma nas duas edições. Os dísticos encontram-se distribuídos por três livros distintos, cada um deles precedido de um poema dedicatório. Não há diferenças de maior a assinalar, já que o conteúdo é o mesmo em ambas as edições: o primeiro e o terceiro livro contam com 138 dísticos cada um e o segundo com 141.

Na parte final do terceiro livro desta colectânea, há que referir a existência de dois anexos: um tem apenas quatro dísticos sob o título *Quattuor uirtutes unde omnia uitae communis officia manant* (1592, 41; 1596, 37), o outro recebe a designação de *Septem pii animi affectus, quae opera misericordiae uocant* (1592, 42; 1596, 38-41). Deve, porém, notar-se que este último anexo apresenta uma diferença significativa. Na primeira edição, contém apenas sete dísticos, de acordo com o que se depreende do próprio título, enquanto que, na edição subsequente, se acrescentam a este núcleo mais 35 dísticos sem relação alguma com os primeiros sete, pois parecem ser uma mera continuação do terceiro livro de dísticos morais.

Os três livros de dísticos morais constituem a base sobre a qual está organizada a obra do humanista português e da qual deriva, em última análise, o próprio título *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Ainda segundo a indicação fornecida também no título – *accessere noua epigrammata et alia nonnulla eodem auctore* –, fica a saber-se que a este núcleo inicial dos dísticos morais foram acrescentadas muitas outras composições poéticas do mesmo autor. Ora é precisamente nesta segunda parte da obra que residem as grandes diferenças entre as duas edições.

A edição de 1592 parece não ter tido uma organização muito cuidada, pois todos os restantes poemas da colectânea, exceptuando os três livros de dísticos morais, foram incluídos, muitas vezes sem qualquer critério perceptível de ordenação, em apenas dois livros a que foi dado o título genérico de *Moralium carminum liber primus [-secundus]*. O primeiro livro foi dedicado a «Dominico Aurelio Patauinae Scholae Rectori» (a primeira edição regista ‘Aurio’ em vez de ‘Aurelio’) e contém 85 epigramas de tamanho variável (em regra com dois dísticos, mas por vezes com três e mesmo quatro). Este núcleo corresponde quase na íntegra ao conjunto de poemas que integram o *Moralium carminum liber primus* da segunda edição (1592, 48-67; 1596, 91-109). Deve sublinhar-se, porém, que os poemas apenas têm título na segunda edição, o que denota um maior cuidado na sua

apresentação. Além disso, alguns poemas publicados neste núcleo, na primeira edição, mudam de posição na segunda. É o caso, por exemplo, do poema *Hispanica Fabella* que, na segunda edição, é publicado após o final do terceiro livro de dísticos morais (1592, 67; 1596, 43). O mesmo se diga de outros quatro epigramas que, na primeira edição, também integram o *Moralium carminum liber primus* e que, na segunda, são incluídos nos *Tumuli* com os títulos *Marsilii Epit.* (1592, 58; 1596, 221), *Pardi Epit.* (1592, 58; 1596, 222), *Charoli V Epit.* (1592, 59; 1596, 208) e *Ioannis Portugalliae regis Epit.* (1592, 59; 1596, 211). De outra forma, na segunda edição, publicaram-se quatro novos epigramas neste mesmo livro: *Tyranni uox*, *Depositum quatenus restituendum*, *Laus pudicitiae* e *Eadem sententia* (1596, 100-101).

Se o conteúdo do *Moralium carminum liber primus* coincide nas duas edições, à excepção dos poucos casos registados, o mesmo não se poderá dizer do segundo. Na verdade, na primeira edição do *Cato Minor*, reúne-se no *Moralium carminum liber secundus*, dedicado ao ragusino Antun Medo, um grupo considerável e muito variado de composições poéticas que depois, na edição de 1596, são reorganizadas e redistribuídas pelas diversas partes em que esta colectânea se dividiu.

É por isso que, na edição de 1592, integram este segundo livro dos *Moralium Carminum* não apenas o grosso das composições que voltará a fazer parte propriamente, na edição de 1596, do mesmo segundo livro, mas também as seguintes partes que se tornam independentes: 1. *Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum* (90-116; 136-138); 2. *Portugalliae regum, et aliquot insignium Hispaniae urbium nomina singula singulis distichis inclusa ad Andream Marini filium, suauissimum adolescentem et poetam elegantissimum, misit in festo epiphaniae die* (117-126); 3. *Quinque magnorum regum insignia, quae uulgo imprese uocantur ad Dominicum Rhamiam, patritium rhacusanum et D. Stephani in Etruria equitem* (126-130); 4. *Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem habitus* (130-133); 5. *Qui poetae et oratores tum graeci tum latini imitatione digni ad Vesallum poetam* (133-136).

Em suma, cabe dizer que, na edição de 1592, a organização e distribuição das composições poéticas foi feita sem grande critério pelos *Moralium carminum liber primus [-secundus]*. Na edição de 1596, foi necessário reorganizar os textos já publicados anteriormente nos dois livros da colecção sem uma ordenação satisfatória, aos quais se acrescentaram vários outros pela primeira vez. Deste modo, o conteúdo global do *Moralium*

carminum liber secundus da edição *princeps* foi repartido, na edição de 1596, por várias partes independentes já identificadas. Apenas um grupo delimitado de poemas, publicado no extenso *Moralium carminum liber secundus* da edição de 1592, veio a ocupar a mesma posição no livro correspondente da edição de 1596. Refira-se que o grosso das composições publicado no *Moralium carminum liber secundus* da segunda edição já se encontra na primeira, ainda que de forma bastante dispersa.

Os seguintes poemas, no entanto, foram incluídos pela primeira vez neste núcleo, na edição de 1596: *De Nicolao modestissimo adolescente primam missam celebrante in D. Blasii aede* (117), *De sacello uirginis Rosarii, quod Rhacusae constructum est an. 1594* (127), *De Leuino poeta* (129), *De Gregorii Budislauui libello, cui titulus Nestor* (129), *De Samudio uiro Hispano fortissimo* (137), *Emblema* (137), *De Galla puella* (137), *Mittit dono flabellum mense Februario* (138), *De hortulo suburbano* (139), *Ad Laelium I. C. Cremonensem* (139), *Ad Augustinum Mustum* (141), *Ad R. P. D. Grillum nostri temporis ecclesiasticum Petrarcham* (145).

Convém ainda assinalar que a generalidade dos poemas pertencentes aos *Moralium carminum liber primus [-secundus]* passa a ter título apenas na segunda edição.

Na edição de 1592, os dísticos do conjunto *Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum* não se encontram todos integrados no mesmo núcleo, repartindo-se pelas páginas 90-116 e 136-138. Ao invés, na edição de 1596, os dísticos surgem agrupados em apenas um bloco (43-71). Deve notar-se também a publicação de alguns dísticos que não constam da primeira edição: *Crocias gemma, cuius meminit Plinius* (45), *Nux Maldiuiae* (48), *Macar* (50), *Raedem* (51), *Idem flos e Manardi sententia Lychnis coronaria* (51), *Psittacus* (59), *Hirundo* (60), *Grus* (60), *Eadem* (60), *Faber piscis apud Rhacusanos* (61), *Idem* (61), *Dactylus* (63), *Homo marinus* (67), *Nilotici calami* (68), *Canna Trebinensis adulatur amicis* (69), *Iesuitarum coenobium* (71).

O modo como o capítulo dos *Xenia ad Ianum Claudium* foi publicado na primeira edição do *Cato Minor* deixa entender que a obra não foi organizada de forma conveniente. De facto, na segunda edição, houve um esforço no sentido de corrigir os erros cometidos anteriormente, pelo que todos os dísticos foram reagrupados, juntou-se um escólio ao dístico *Tigres* (1592, 114; 1596, 67) e acrescentaram-se mais alguns poemas novos.

O dístico *Sturio* (1592, 110) constitui uma prova evidente da forma um pouco caótica como o tipógrafo organizou e publicou o material na edição de 1592. Este dístico surge

acompanhado, pela primeira vez, de um longo escólio na segunda edição (1596, 62). No entanto, de uma forma surpreendente, verifica-se que esse mesmo escólio já havia sido publicado na edição de 1592, a uma distância considerável do poema a que se reporta, como uma espécie de acrescento de última hora. Trata-se, de facto, da última composição publicada na primeira edição, a qual está precedida do esclarecedor título – *De sturione subscribendum* (1592, 150).

As seguintes partes são quase coincidentes nas duas edições do *Cato Minor*: *Portugalliae regum, et aliquot insignium Hispaniae urbium nomina singula singulis distichis inclusa ad Andream Marini filium, suauissimum adolescentem et poetam elegantissimum, misit in festo epiphaniae die* (1592, 117-126; 1596, 71-79); *Quinque magnorum regum insignia, quae uulgo imprese uocantur ad Dominicum Rhamiam, patritium rhacusanum et D. Stephani in Etruria equitem* (1592, 126-130; 1596, 82-86); *Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem habitus* (1592, 130-133; 1596, 86-89); *Qui poetae et oratores tum graeci tum latini imitatione digni ad Vesallum poetam* (1592, 76 e 133-136; 1596, 79-82). No entanto, deve dizer-se que o conjunto *Qui poetae et oratores tum graeci tum latini imitatione digni ad Vesallum poetam* foi reagrupado na segunda edição, já que, na primeira, por notório erro tipográfico, uma parte desta colecção de dísticos, correspondente a uma única página (1592, 76), havia sido publicada em separado do núcleo principal (1592, 133-136).

Da mesma forma, na primeira edição, o capítulo *Quinque magnorum regum insignia* não termina com o poema *De magni Prussiae magistri insignibus* (1596, 86) com que finda na segunda. Este texto, no entanto, também aparece publicado na edição *princeps*, mas separado do resto do núcleo a que pertence, pois é a penúltima composição da obra (1592, 150) e surge exactamente antes do escólio ao dístico do esturjão a que já se fez menção. Parece de novo que, talvez por ter chegado tardiamente às mãos do tipógrafo, este poema foi publicado no final da obra, bastante longe do núcleo a que pertencia.

Não é difícil constatar que a primeira edição do *Cato Minor* apresenta inúmeras incorrecções bem visíveis, por exemplo, na desorganização das partes ou na sua deficiente apresentação. Houve uma tentativa evidente de remediar esses erros na segunda edição: criou-se um índice geral dos diversos núcleos, agruparam-se composições que não deviam estar separadas, acrescentaram-se títulos e escólios aos poemas e melhorou-se a apresentação geral.

Além disso, a edição de 1596 foi substancialmente aumentada em relação à *princeps*, já que foram introduzidas, de novo, as seguintes partes: *Carminum moralium liber quartus ad Franciscum Sagrium* (146-174), *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctissimum* (175-186); *Lyrice ad Aldum Mannuccium* (187-206), *Tumuli ad reuerendum Maurum abbatem Melitensem* (207-231) e *Illustres familiae Rhacusanae* (232-240).

A segunda edição, no entanto, não está totalmente isenta de incorrecções. Já foram referidos os erros de ordenação das partes no índice geral, a que podem ser acrescentados vários outros na numeração das páginas do livro (por exemplo, a partir da página 208 até final, o 2 inicial é substituído por 1, pelo que a numeração indica 109, 110, etc). Apenas existem três livros de *Carmina Moralia*, não obstante a numeração dos mesmos passar do livro segundo para o quarto. O capítulo dos *Hendecasyllabi* não aparece mencionado no índice geral, o que nos faz supor que talvez este núcleo pudesse ser, no plano inicial do autor, o livro quarto dos *Carmina Moralia*. De outro modo, o poema *Non currus, nec equi, florentesue aere cateruae* aparece repetido na mesma edição sob dois títulos distintos: *Quae potissimum regna tutentur ad Stephanum Poloniae Regem* (1596, 122) e *De Stephano Poloniae Rege* (1596, 126).

Refira-se também que alguns poemas dispersos pela edição de 1592 são integrados nas partes novas criadas na edição de 1596. Deste modo, no final de *Lyrice ad Aldum Mannuccium*, é publicada a composição *De Tristano Cunio Regis Portugalliae Legato ad Leonem X. Pont. Max.* (1596, 206), que na edição anterior tinha o título *Tristanii Cunii Lusitani Eulogium* (1592, 89).

Da mesma forma, a colecção *Tumuli ad reuerendum Maurum abbatem Melitensem* integra as seguintes composições já publicadas na primeira edição: *Sebastiani regis Lusitani Epit.* (1592, 140; 1596, 211), *Torquati Eugubiensis Epit.* (1592, 139; 1596, 212), *Mariani uiri Magnanimi Epit.* (1592, 139; 1596, 213), *Amati Lusitani medici Physici praestantiss. Epit.* (1592, 145; 1596, 215), *Labeonis pueri Epit.* (1592, 90; 1596, 215), *Andreae Franci F. summae spei adolescentis Epit.* (1592, 149; 1596, 216), *Alius in eundem* (1592, 149; 1596, 216), *Gregorii XIII Pont. Max. ex Sfondrati genti Epit. ad Camillum Senensem* (1592, 147; 1596, 216), *Dilphi Lillensis Epit.* (1592, 147; 1596, 217), *Michaelis Mioxae Epit.* (1592, 148; 1596, 218); *Michaelis Monaldi Epit.* (1592, 44; 1596, 220), *Marsilii Epit.* (1592, 58; 1596, 221), *Pardi Epit.* (1592, 58; 1596, 222), *Charoli V Epit.*

(1592, 59; 1596, 208) e *Ioannis Portugalliae regis Epit.* (1592, 59; 1596, 211), *Mauri Vetranii Epit.* (1592, 43; 1596, 222), *Caecinnae Epit.* (1592, 43; 1596, 221).

A partir da análise comparativa das duas edições do *Cato Minor*, conclui-se que a edição de 1592 não prima nem pela organização nem pela apresentação dos conteúdos, o que veio a melhorar de forma significativa na edição seguinte. A segunda edição voltou a integrar todos os poemas anteriormente publicados na primeira, mas foi aumentada com um vasto conjunto de novas composições, pelo que importa proceder à enumeração das várias partes pela ordem como foram efectivamente publicadas na edição de 1596:

1. **Moralium distichorum libri III (1-42);**
2. **Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum (43-71);**
3. **Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium (71-79);**
4. **Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam (79-82);**
5. **Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum (82-86);**
6. **Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium (86-90);**
7. **Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III (91-174);**
8. **Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss. (175-186);**
9. **Lyrice ad Aldum Mannuccium (187-206);**
10. **Tumuli ad Reuerendum Maurum Abbatem Melitensem (207-231);**
11. **Illustres familiae Rhacusanae (232-240).**

O poeta eborense não deve ter ficado muito satisfeito com a forma menos bem conseguida como acabou por sair a lume a primeira edição do seu livro. De facto, nota-se uma tentativa evidente, na segunda edição, de reorganizar o conteúdo da obra, quer com os textos já publicados na primeira, quer com muitos outros até então inéditos. No sentido de facilitar precisamente a percepção das semelhanças e diferenças entre os dois textos, apresenta-se no final deste capítulo um quadro sinóptico do conteúdo das duas edições do *Cato Minor*.

Em jeito de conclusão, sublinha-se que os *Moralium distichorum libri III* constituem o núcleo fundamental das duas edições, que se mantêm em ambas sem alterações de vulto. Todo o restante e variado conteúdo da edição de 1592, além deste capítulo inicial, encontra-se totalmente reunido nos *Moralium carminum liber primus [-secundus]*. Em particular, o *Moralium carminum liber secundus* da primeira edição serviu, no fundo, para integrar um conjunto bastante diferenciado de poemas que chegaram às mãos do tipógrafo.

O conteúdo deste extenso livro repartiu-se, na edição de 1596, não só pela parte do correspondente *Moralium carminum liber secundus*, mas também por outros capítulos que se tornaram independentes: *Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum*; *Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium*; *Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam*; *Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum*; *Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium*.

Além disso, a edição de 1596 contempla igualmente vários capítulos novos, que recuperam, num ou noutro caso, alguns poemas soltos já publicados na primeira edição. Assim, acrescentou-se um livro terceiro ao núcleo dos *Carmina Moralia*, à qual se seguem, pela primeira vez, as partes *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss.*, *Lyrica ad Aldum Mannuccium*, *Tumuli ad Reuerendum Maurum Abbatem Melitensem* e *Illustres familiae Rhacusanae*.

QUADRO SINÓPTICO DO CONTEÚDO DAS DUAS EDIÇÕES DO *CATO MINOR*

EDIÇÃO DE 1592	EDIÇÃO DE 1596
<i>Moralium distichorum libri III</i> (1-42)	<i>Moralium distichorum libri III</i> (1-42). Acrescentam-se 35 dísticos novos na parte final sob o título <i>Septem pii animi affectus, quae opera misericordiae uocant</i> (38-41)
<i>Moralium carminum liber primus [secundus]</i> (47-150)	
Está integrado no <i>Moralium carminum liber secundus</i> (90-116 e 136-138)	<i>Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum</i> (43-71). Contém 16 dísticos inéditos.
Está integrado no <i>Moralium carminum liber secundus</i> (117-126)	<i>Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium</i> (71-79)
Está integrado no <i>Moralium carminum liber secundus</i> (76 e 133-136)	<i>Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam</i> (79-82)
Está integrado no <i>Moralium carminum liber secundus</i> (126-130)	<i>Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum</i> (82-86)
Está integrado no <i>Moralium carminum liber secundus</i> (130-133)	<i>Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium</i> (86-90)

	<i>Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII (91-174)</i> . Esta colecção tem apenas três livros, cujos títulos próprios se apresentam de seguida.
Corresponde quase integralmente ao <i>Moralium carminum liber primus (49-67)</i>	<i>Moralium carminum liber primus (91-109)</i>
O <i>Moralium carminum liber secundus (68-150)</i> integra várias colecções que se tornam independentes na edição de 1596. No entanto, à excepção destas partes, o restante conteúdo do <i>Moralium carminum liber secundus</i> equivale, grosso modo, ao que veio a ser publicado no livro correspondente da segunda edição.	<i>Moralium carminum liber secundus (110-145)</i> . Contém apenas 12 poemas novos que não constam do livro correspondente da edição de 1592.
-----	<i>Carminum moralium liber quartus (146-174)</i>
-----	<i>Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss. (175-186)</i>
-----	<i>Lyrice ad Aldum Mannuccium (187-206)</i>
-----	<i>Tumuli ad Reuerendum Maurum Abbatem Melitensem (207-231)</i> . Contém 17 poemas dispersos pelos <i>Moralium carminum liber primus [secundus]</i> da edição de 1592.
-----	<i>Illustres familiae Rhacusanae (232-240)</i>

Capítulo 3

Descrição do conteúdo da obra

1. Em jeito de nota prévia

Neste capítulo pretende descrever-se, de forma necessariamente sucinta, o conteúdo de cada uma das partes do *Cato Minor*, a partir da edição de 1596. Foi tomada a opção declarada de analisar os poemas e as cartas dedicatórias com que, regra geral, o poeta abre cada uma das partes da obra, pois estes textos apresentam, muitas vezes, dados sobremaneira importantes sobre o conjunto poético em que se inserem.

A segunda edição do *Cato Minor* evidencia, como já foi assinalado, um enorme avanço qualitativo em relação à anterior no que concerne à organização e apresentação do conteúdo. Além disso, não apenas integra todos os textos que foram publicados na edição de 1592, como também apresenta vários capítulos completamente novos. Por isso, esta descrição ater-se-á ao texto da segunda edição, no respeito pela ordem efectiva segundo a qual foram publicadas as onze partes em que a obra se divide.

Os títulos atribuídos de seguida a cada um dos capítulos desta colectânea poética coincidem exactamente com aqueles que constam do índice geral do livro, com excepção do capítulo *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss.*, que não é aí mencionado. Neste caso particular, adoptou-se o mesmo título que esta colectânea apresenta na própria obra.

Assinale-se que, de entre as onze partes do *Cato Minor*, será concedida uma atenção particular à análise dos capítulos *Moralium distichorum libri III* e *Xenia ad Ianum Claudium*, as duas primeiras colecções, e também dos *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III*, já que estes três conjuntos, devido sobretudo à sua dimensão e importância, assumem grande relevo na estrutura geral do livro.

A obra do humanista português, como já foi referido, teve a sua génese no núcleo inicial dos *Moralium distichorum libri III*, ao qual se fica a dever também a escolha do título *Cato Minor*. Far-se-á, por isso, uma análise atenta e pormenorizada da estrutura e do conteúdo dos *Moralium distichorum libri III*, com particular incidência, quer nos poemas

que prefaciam cada um dos três livros, quer nas várias composições finais desta colectânea, que foram publicadas após os dísticos morais propriamente ditos.

Refira-se, por último, que não é nosso objectivo, neste momento, proceder à análise que se impõe dos temas dominantes deste núcleo, pois o capítulo seguinte deste trabalho será consagrado por inteiro a esse desígnio.

2. *Moralium distichorum libri III*¹

Estes três livros de dísticos morais constituem, como já se referiu, o núcleo central com que se inicia o *Cato Minor siue Disticha Moralia*, cujo título radica precisamente nesta mesma colecção de dísticos elegíacos elaborada à imagem do famoso modelo dos *Disticha Catonis*².

A colectânea encontra-se dividida em três livros independentes, que recolhem uma grande quantidade de dísticos sem qualquer relação temática entre si. De facto, as composições são autónomas, não sendo possível estabelecer para cada um dos poemas qualquer relação directa e intencional com os dísticos precedentes ou subsequentes.

O próprio Diogo Pires, na carta dedicatória aos mestres-escola da cidade de Lisboa, explicita, de forma inequívoca, quais eram os objectivos que se propunha alcançar com a publicação destes poemas. Os dísticos morais foram compostos para servirem como instrumento pedagógico-didáctico apropriado à educação linguística e moral da juventude, no quadro da antiga tradição greco-latina do uso de textos de tipo proverbial-sentencioso na formação dos jovens.

A colectânea do poeta eborense insere-se, pois, num amplo movimento de revalorização desta prática, a que a pedagogia humanista não é de todo alheia. De facto, muitos foram os humanistas que concederam um lugar privilegiado a estes textos no exercício do seu magistério, o que se reflecte naturalmente no número impressionante de edições dos séculos XV e XVI, tanto das antigas colectâneas greco-latinas como de outras compostas à imagem destas.

A poesia, em particular, foi utilizada desde a Antiguidade Clássica com esta função eminentemente pedagógico-didáctica, uma prática que, aliás, teve continuidade até ao Renascimento, como se atesta pelo extraordinário sucesso obtido ao longo de séculos pelo

¹ *Cato Minor* (1596), 1-42.

² D. KÖRBLER (1917), 50-65, procede à análise desta colectânea poética de Diogo Pires.

texto modelar dos *Disticha Catonis*. Ora é nesta fecunda tradição que se insere a obra do humanista português e, por maioria de razão, o núcleo inicial dos *Moralium distichorum libri III*.

Na realidade, Diogo Pires não enjeita, de forma alguma, esta antiga tradição em que se filia a sua colectânea de dísticos morais. O próprio título que atribuiu à obra e as palavras dirigidas aos mestres-escola da cidade de Lisboa são a prova inequívoca da inserção declarada nesse género. Se disso subsistisse alguma dúvida, ela seria dissipada por completo através da leitura esclarecedora de um breve poema de dois dísticos elegíacos que o poeta eborense endereça directamente ao leitor, no final do livro primeiro da colecção:

AD LECTOREM

*Non hic bella legis, non hic recitantur amores,
nec canitur nostro carmine ruris opus,
at regitur cursus iuuenum et primoribus annis
uiuendi recte norma diserta datur.*³

AO LEITOR

Aqui não lês guerras, aqui não se proclamam amores
nem se canta no nosso poema o trabalho do campo,
mas rege-se a vida dos jovens e apresenta-se uma norma de conduta expressiva,
para viver com rectidão nos primeiros anos.

As palavras do poeta eborense enunciam na prática os três elementos centrais da poesia didáctica: autor, destinatário e matéria. Não restam dúvidas de que a génese dos *Moralium distichorum libri III* assenta sobre uma situação concreta de ensino-aprendizagem, na qual interagem dois actores privilegiados, o professor e o aluno, com o objectivo de transmitir uma matéria. Estabelece-se entre o poeta e o leitor, a quem se dirige esta composição, uma relação complexa muito semelhante à que se institui entre docente e discente. Observa-se, por isso, uma subtil oscilação entre o destinatário geral, o leitor, e o destinatário específico, os jovens.

Com este poema, Diogo Pires manifesta a consciência perfeita de que a sua obra se integra na antiga tradição da poesia didáctica, cujas características próprias a distinguem

³ *Cato Minor* (1596), 16.

dos restantes géneros. É nesse sentido que adverte, desde logo, o leitor de que o seu carne não se integra nos cânones da poesia épica, lírica ou bucólica.

Não foi esta, porém, a única ocasião em que o poeta se dirigiu directamente ao leitor nesta colectânea poética. De facto, antes do começo do livro primeiro dos dísticos morais, encontra-se um texto em prosa com uma advertência bastante comum nas obras publicadas nesta época. A justificação da referência às divindades do panteão greco-latino é, de facto, uma prática recorrente por parte dos autores que procuram assim obter mais facilmente o imprescindível *imprimatur* dos censores do Santo Ofício. Neste aviso ao leitor, em concreto, o poeta justifica o emprego repetido na obra do nome de Júpiter, que diz ser usado em lugar de *Deus Optimus Maximus*:

AD LECTOREM

*Quotiescumque in hoc carmine Iouis nomen occurret (ocurret autem non semel),
Deum Optimum Maximum intelligi uolo, merito enim ab antiquis summus ille rerum
opifex Iuppiter dictus est, quasi pater sit, qui omnia nutu suo foueat atque iuuat.
Hoc praefari libuit, ne pii lectoris animus ea uoce offenderetur.*⁴

AO LEITOR

Todas as vezes que neste carne aparecer o nome de Júpiter (aparecerá, por certo, mais do que uma vez), desejo que seja entendido como o Deus de suma bondade, pois o sumo artífice das coisas foi justamente chamado Júpiter pelos antigos, como se fosse o pai, que tudo favorece e propicia com a sua vontade. Aprove-me anunciar isto no princípio, por forma a que o espírito do leitor devoto não se ofendesse com a palavra.

No que respeita à estrutura dos *Moralium distichorum libri III*, os dísticos repartem-se de forma muito equivalente pelos três livros da colectânea. O livro primeiro e terceiro contêm exactamente o mesmo número de dísticos elegíacos (138), enquanto o segundo conta com mais três (141). Diga-se também que cada um dos três livros da colecção tem início com poemas de natureza diversa em forma de prefácio.

Assim, o livro primeiro abre com um extenso poema programático, em dísticos elegíacos, no qual o poeta revela a inspiração divina que subjaz à criação da sua obra⁵. O próprio deus Apolo aparece em sonhos ao poeta e aconselha-o vivamente a compor, à imagem daqueles que o fizeram no passado, uma obra necessária para a educação da juventude. A seguir a esta composição, encontra-se um outro poema dirigido a Antonio de'

⁴ *Cato Minor* (1596), 4.

⁵ *Cato Minor* (1596), 1-3.

Medici, a quem Diogo Pires pensou dirigir a obra após a morte inesperada do jovem príncipe Filippo Cosimo, que era o seu primeiro destinatário no plano inicial⁶.

Por outra parte, o livro segundo está prefaciado por uma elegia, dedicada também a Antonio de' Medici, em que o poeta eborense celebra a beleza da Villa de Poggio a Caiano. Neste local idílico, perto de Florença, em que nasceu e viveu o jovem príncipe Antonio, viria a ter lugar a trágica morte, no breve espaço de poucos dias, dos seus progenitores, Francesco de' Medici e Bianca Capello⁷.

Por último, o livro terceiro dos dísticos morais inicia-se com uma composição de natureza bastante distinta. Trata-se de um breve poema hendecassilábico, onde o humanista português interpela, em tom jocoso, um amigo de Ragusa a quem pede a devolução imediata de um livro de poemas:

*MORALIVM DISTICHORVM LIBER III AD MARINVM BONVM PATRICIVM
RHAGVSAEVM ET SENATOREM GRAVISSIMVM: PETIT SIBI COMMODARI
SECVNDI HAGIENSIS CARMINA.*

*Amabo, Bone, quos bonus Secundus
scribit uersiculos bene et diserte,
mitte continuo tuo sodali.
Nam (si Dis placet) in dies et horas,
hoc faxum quoque uoluimus, nouumque
formandis pueris damus Catonem.
Papae, cum uideas, «Supreme», dices,
«Iuppiter, plue plaustra distichorum!»⁸*

LIVRO TERCEIRO DOS DÍSTICOS MORAIS PARA MARIN BUNIĆ, PATRÍCIO
RAGUSINO E SENADOR GRAVÍSSIMO: PEDE QUE LHE SEJAM DEVOLVIDOS
OS CARMES DE SEGUNDO HAGIENSE.

Por favor, Bunić, os versinhos que o bom
Segundo escreveu com qualidade e elegância,
manda-os sem demora ao teu amigo.
É que, se apraz aos deuses, nós também rolamos
esta pedra, dias e horas a fio, e um novo
Catão oferecemos para a educação dos jovens.
Ah, quando o vires, dirás: “Ó Júpiter
supremo, faz chover carradas de dísticos!”

⁶ *Cato Minor* (1596), 4. Remete-se para o capítulo inicial da terceira parte deste trabalho, onde este poema foi objecto de análise, edição e tradução – cf., *supra*, 304-305.

⁷ *Cato Minor* (1596), 15-16.

⁸ *Cato Minor* (1596), 37.

Esta composição reveste-se de uma importância particular, pois atesta a familiaridade do humanista português com a obra de um dos mais talentosos poetas novilatinos. Diogo Pires pede ao senador ragusino a devolução dos carmes do famoso Ianus (ou Ioannes) Secundus, nascido em 1511, na cidade de La Haye, com o nome de Jan Everaerts.

Este jovem humanista flamengo surpreendeu os seus pares com a genialidade e o virtuosismo da sua poesia. É considerado, antes de mais, um poeta do amor e do erotismo e celebrizou-se sobretudo com os célebres *Basia*, dezanove poemas de amor inspirados nas figuras de *Neaera* e *Iulia*, as duas mulheres da sua paixão⁹. Não foi muito longa a vida deste poeta, que morreu, em 1536, com apenas 24 anos, pouco depois de regressar aos Países-Baixos, após ter estado em Espanha ao serviço do imperador Carlos V.

Diogo Pires é também um poeta do amor e do erotismo, pelo que não surpreende esta sua predilecção manifesta por Everaerts. Na realidade, muito poucos são os humanistas contemporâneos de Pires e de Everaerts que mostram conhecer os caminhos da poesia sensual e erótica. De facto, os temas do vinho, do amor, do prazer ou das mulheres encontram um lugar privilegiado no canto do poeta eborense, o que não é muito frequente entre os poetas humanistas.

Neste aspecto, Diogo Pires constitui-se como um fiel herdeiro dos clássicos de Roma (Catulo, Horácio, Ovídio, Propércio, Tibulo, ou mesmo Marcial), já que se inspira com relativa frequência em aspectos do quotidiano, aos quais dá uma configuração poética, ainda que a poesia dos humanistas manifeste, geralmente, uma enorme predilecção pelos temas mais artificiais e rebuscados¹⁰.

Além disso, entre os *testimonia* do *Cato Minor*, publica-se também uma pequena composição de Aquiles Estaço, em que estoutro humanista português compara precisamente os dísticos de Everaerts com os do seu conterrâneo Diogo Pires:

STATII ACHILII POETAE LVSITANI

Disticha composuit Galla de gente Secundus

non mala, et Eusebio teste Latina satis.

Scripsit et illa meus ciuis quoque Flauius, ut quae

uere nouo casias, et thyma libat apis.

⁹ Refira-se a recente edição desta obra, precedida de uma introdução bio-bibliográfica e acompanhada de tradução para a língua francesa. Cf. J. SECOND, *Les Baisiers*, suivis de six poèmes. Texte établi, présenté et traduit par Olivier Sers. Paris, Les Belles Lettres, 1996.

¹⁰ C. A. ANDRÉ (1997), 37-47, analisa com particular atenção a forma como Diogo Pires celebra na sua obra poética os temas clássicos do vinho, amor e prazer.

*Par doctrina uiris, at quidquid Gallia iactet.
Candoris certe plus habet ille meus.*¹¹

DE AQUILES ESTAÇO, POETA PORTUGUÊS

Segundo compôs dísticos sobre a gente gaulesa
não maus e, no dizer de Eusébio, latinos na perfeição,
escreveu-os também o meu concidadão Flávio, tal como a abelha,
no despontar da Primavera, liba as lauréolas e o tomilho.
São iguais em doutrina ambos esses varões, mas, seja qual for o orgulho da Gália,
aquele meu [concidadão] tem decerto mais beleza.

No final do livro terceiro dos *Moralium distichorum libri III* publica-se um dístico que parece deixar entender que a colectânea se dá por concluída. De facto, o poeta afirma nesse poema ter chegado a hora de terminar a colectânea de dísticos morais e fundamenta a sua decisão na célebre sentença comumente atribuída a Cleobulo de Lindos, um dos reputados Sete Sábios da Grécia¹²:

*Ohe, iam satis est! Et creuit pagina triplex!
Et sapiens Graecus: «Μέτρον ἄριστον», ait.*¹³

Basta, já é suficiente! E já nasceu o terceiro livro!
E o sábio grego afirma: “a justa medida é a melhor”.

Não é difícil verificar, porém, que a colecção não acaba exactamente com este dístico. A seguir, na segunda edição, encontra-se, um curioso poema em forma de fábula, como que a rematar o terceiro livro de dísticos morais. Trata-se de uma pequena história em que uma raposa aparece a brincar com a pretensa falta de qualidade da obra do poeta eborense, em casa de quem diz ter encontrado mais palavras do que trabalho.

A raposa refere até ter visto nesse local muitos dísticos semigregos (*semigraeca disticha*), sendo uma provável alusão não só ao dístico anteriormente apresentado como a alguns outros da colecção em que são incorporadas palavras ou mesmo frases em grego.

¹¹ *Cato Minor* (1596), fls. a6v-a7.

¹² Cleobulo de Lindos, poeta grego do século VI a. C., é considerado um dos famosos Sete Sábios do mundo antigo, que foram caracterizados pela associação a cada um deles de sentenças célebres. Segundo Platão (*Prt.* 342e-343b), eles são Tales de Mileto, Pítaco de Mitilene, Bias de Priene, Sólon de Atenas, Cleobulo de Lindos, Quilon da Lacedemónia e Míson de Cenas. A identificação dos Sete Sábios sofre, por vezes, pequenas alterações. Pausânias, na *Descrição da Grécia* (10.24.1), corrige a lista apresentada por Platão, substituindo Míson de Cenas por Periandro de Corinto. Cf. M. H. ROCHA PEREIRA (2003a), 205, nota 43. Tanto o excerto de Platão como o de Pausânias podem ser lidos na tradução de M. H. ROCHA PEREIRA (2003b), respectivamente, 423-424 e 513. Sobre a problemática da transmissão dos *Ditos dos Sete Sábios*, cf. F. MALTOMINI (2004), 1-24.

¹³ *Disticha Moralia* 3.283-284.

É enorme o espanto da raposa por os poemas não terem ainda sido queimados ou levados pelo vento, ainda que ela tenha abandonado, no final, a casa de Flávio com um sorriso matreiro nos lábios (recorde-se que Iacobus Flavius Eborensis é o nome do poeta que se encontra gravado no frontispício do *Cato Minor*):

PETRONII BONONIENSIS IOCVS

*Ingressa uulpes Flauii domunculam,
«Papae, quot», inquit, «semigraeca disticha,
quot uerba, uerum facta nulla conspicio!
Cur huc deorum cessat ille loripes
faber uenire cum ministris Aeoli,
dignum ut poeta praebet spectaculum?»
Haec eloquuta pauca, mox ridens abit.¹⁴*

GRACEJO DE PETRÓNIO DE BOLONHA

Ao entrar na casinha de Flávio, uma raposa exclamou: “Oh, quantos dísticos semigregos, quantas palavras, mas não vejo nenhum trabalho! Porque tarda em vir para aqui o célebre ferreiro coxo dos deuses com os auxiliares de Éolo, para oferecer um espectáculo digno do poeta?” Pronunciou estas poucas palavras; a seguir, partiu a sorrir.

Não se sabe, de facto, quem está por detrás do nome Petronius Bononiensis¹⁵. Note-se, porém, que é bastante invulgar o meio utilizado pelo poeta para brincar com a sua própria obra, recorrendo à estrutura da fábula tanto na forma (senários iâmbicos) como no conteúdo (paralelismo com a fabulística greco-latina).

É curioso imaginar o efeito que a leitura deste poema despertaria nos jovens discípulos, que assim dispunham da rara oportunidade de gracejar com os dísticos na presença do próprio autor/professor. Este, por sua vez, podia também aproveitar o ensejo para explorar a intertextualidade bem patente com as fábulas da literatura greco-latina, que não eram, decerto, desconhecidas dos jovens alunos de latinidades.

¹⁴ *Cato Minor* (1596), 37.

¹⁵ D. KÖRBLER (1917), 22-23, sugere que talvez este poema possa ser da própria autoria de Diogo Pires. A reforçar esta interpretação está o facto de ter sido publicado em sítios diferentes nas duas edições. Na edição *princeps*, encontra-se colado a outro poema nos *testimonia*; na segunda edição, integra os *Moralium distichorum libri III* e os dois poemas, que antes estavam agrupados num só, separam-se e passam a fazer parte de colecções distintas.

Há que considerar ainda, além deste breve poema, a existência de dois anexos autónomos na parte final do livro terceiro dos dísticos morais. O primeiro, com o título próprio de *Quattuor uirtutes, unde omnia uitae communis officia manant*¹⁶, compreende apenas quatro dísticos que ilustram as virtudes da *Prudentia*, *Iustitia*, *Fortitudo* e *Temperantia*. Já o segundo anexo intitula-se *Septem pii animi affectus, quae opera Misericordia uocant*¹⁷ e, na edição *princeps*, contém unicamente sete dísticos, nos quais são apontados outros tantos exemplos de misericórdia.

Na segunda edição, acrescentam-se a este núcleo outros 35 dísticos que não têm qualquer relação com os anteriores e mais parecem constituir a continuação efectiva do livro terceiro dos dísticos morais. Não se podem determinar, ao certo, quais as razões que justificam esta aparente incongruência. É possível que este conjunto de poemas, publicado pela primeira vez na edição de 1596, tivesse chegado tardiamente às mãos do tipógrafo, que assim o juntou aos sete dísticos elegíacos do referido anexo *Septem pii animi affectus*.

A colectânea termina, por último, com duas fábulas de argumento bastante original, que não deixam, evidentemente, de ter como matriz os textos modelares do género da autoria dos mais celebrados fabulistas greco-latinos – Esopo e Fedro. No final de cada um destes poemas, houve o cuidado de acrescentar uma breve anotação em prosa com a explicitação da moralidade.

A fábula tem uma finalidade eminentemente didáctica e moral, pelo que não é de estranhar que o poeta juntasse aos dísticos morais alguns poemas deste género tão apreciado pelos mais novos. O primeiro poema tem por título muito simplesmente a palavra *Fabula*¹⁸ e descreve, em hexâmetros dactílicos, a célebre história do leão que, no julgamento, é ao mesmo tempo rei, juiz e testemunha:

FABVLA

*Fabellam narrare libet nec seria semper
delectare solent. Est et sua gratia nugis
apte compositis. Occidi iusserat olim
Rex Leo, quotquot erant omnes a stirpe camelos.
Indignum facinus! Verum lex Regia uox est
nec tutum differre, iubet quodcumque Tyrannus.
Ignescunt animi et ferro mora plectitur omnis.*

¹⁶ *Cato Minor* (1596), 37.

¹⁷ *Cato Minor* (1596), 38.

¹⁸ *Cato Minor* (1596), 41.

*Ergo ubi per terras uulgata est fama nouumque
audiit edictum uulpes, expalluit amens
et loca tuta fugae quaerit. Timor undique mortis
atque oculos Leo crudelis uersatur ob ipsos.
Huic cornix, celsa dum pendet ab ilice, «Nulla est
causa timoris», ait, «nec enim te Bactria misit
deformem gibba et protenso in pectora collo,
nec patiens oneris dorsum geris. Ergo canum uim
aut hominum potius casses et retia uites.»
Illa autem caelum aspiciens: «Pol», inquit, «inepta es,
o Soror, aut potius nugatrix garrula! Quae me,
quae te consilio, quaeque annis praeo, regum
leges, et rescripta iubes addiscere? Num si
aptet clitellas, et dixerit, «Esto camela»,
Rex tibi, Rex idem et iudex, et testis, abibis
iudicio incolumis causamque tuebere uerbis
rhetoricum in morem? Felix, quod in aere degis,
sin minus, his mecum latebris inclusa iaceres.
Fabula significat regibus de medio tollendi quos uelint causas nunquam deesse.¹⁹*

FÁBULA

Apraz-me contar uma fábula, mas as histórias sérias
nem sempre costumam agradar. E até as bagatelas
bem escritas têm a sua graça. Um dia o rei Leão
tinha mandado matar quantos camelos havia, de uma ponta a outra.
Crime vergonhoso! Mas palavra de Rei é lei
e não é seguro retardar seja o que for que o tirano ordene.
Incendeiam-se os espíritos e pune-se com a espada qualquer demora.
Por isso, mal a notícia se espalhou por toda a parte e a Raposa
ouviu falar da nova ordem, desorientada, teve medo de morrer
e procurou fugir para um lugar seguro. O temor da morte está por toda a parte
e o Leão cruel aparece diante dos seus próprios olhos.
Uma gralha, suspensa do alto de uma azinheira, diz-lhe:
«Não há razão para teres medo, pois nem a Bactra te fez andar
disforme com uma bossa e com o pescoço curvado sobre o peito,
nem andas a suportar carga no dorso. Por isso, deves antes evitar
a força dos cães ou os laços e as redes dos homens».
Ela, porém, voltando-se para o céu, disse: «Com os diabos, ó irmã,
tu és louca ou então uma palradora sem-vergonha! A mim,
que sou mais avançada que tu em juízo e em idade, que leis
dos reis e que preceitos é que me estás a mandar aprender?
Porventura se o Rei te puser uma albarda, e o Rei, ele mesmo juiz

¹⁹ *Cato Minor* (1596), 40.

e testemunha, te tiver dito «Sê uma camela», sairás intacta do julgamento, depois de teres defendido a tua causa com palavras de retórica? És feliz porque vives no ar, quando não, estarias comigo escondida nesta toca.

A fábula significa que nunca faltam razões aos reis para matarem quem eles querem.

A segunda fábula intitula-se *Alia ad Benessum causarum patronum*²⁰ e está endereçada a Simon Benečić, notável jurista e governante de Ragusa²¹. Compõe-se de 12 dísticos (pitiâmbico I), em que o hexâmetro dactílico alterna com o dímeter iâmbico. O argumento assenta na célebre fábula do leão e do burro, na qual este último se aproxima do leão doente, confiando nas suas palavras, e acaba por pagar com a vida tamanha imprudência:

ALIA AD BENESSVM CAVSARVM PATRONVM

*Si ridere libet, pulsant neque tecta clientes,
audi, Benesse, fabulam*

*argutam et multi plenam salis. Iuit asellus
olim leonis in specum*

officii causa, regem uisurus et aegrum.

Is perlibenter hospitem

*Fingit se uidisse, et ait: «Dulcissime rerum
et iure dilectum caput,*

*gratum est, quod saluus uenisti. Accede meamque
agnosce regiam fidem.*

*Digna feres uirtute tua». Submissior ille
de more gratias agit.*

*Rudit et insuetum caudaque adludit amice,
heu sortis ignarus suae!*

*Nam cadit impressus uiolentis unguibus artus,
atroque sparsus sanguine,*

*foedat humum. Capitis leo dissecat ossa, medullam
hinc inde quaerens abditam.*

At procul e tumulo uulpes «Heus», inquit, «inepte!

Quicumque regis impia

tecta petunt, illis cerebrum Deus eximit omne.

Frustra innocentis belluae

*optatam quaeris praedam. Rode ossa, subibis
tu forsán exitum parem!»*

*Fabula significat insanire eos, qui salutem suam Tyrannorum fidei committunt.*²²

²⁰ *Cato Minor* (1596), 42.

²¹ Não é a única vez que Diogo Pires dedica os seus poemas a Simon Benečić. Refira-se, em particular, a notável elegia *Ad Benessum* (*Eleg.* 1.10), onde reflecte amargamente sobre os males do exílio, a qual foi editada e traduzida por C. A. ANDRÉ (1992b), 41-42.

²² *Cato Minor* (1596), 42.

OUTRA [FÁBULA] PARA O ADVOGADO BENEČIĆ

Se tens vontade de rir e os clientes não te batem à porta
ouve, Benečić, uma fábula
arguta e com muito sal. Foi uma vez
um burro ao covil do leão,
por deferência, para visitar o rei enfermo.
Este finge que é de muito bom grado
que vê o hospede e diz: «Tu, ó mais caro dos seres
e pessoa justamente querida,
tenho muito prazer em que venhas de boa saúde. Aproxima-te
e conhece a minha protecção régia.
Receberás um prémio digno da tua coragem.». Ele submisso,
faz os agradecimentos do costume.
Zurra e, para surpresa do outro, toca-lhe com a cauda como amigo,
oh, ignorante da sua sorte!
pois acaba por tombar com as violentas garras cravadas nos seus membros
e, banhado em sangue de forma cruel,
mancha a terra. O leão despedaça os ossos da cabeça, à procura
de um e de outro lado da medula oculta.
Mas, longe da colina, uma raposa exclama: «Aqui tens, ó pateta!
Todos os que demandam
a ímpia casa de um Rei, a esses, Deus arranca-lhes o cérebro todo.
É em vão que procuras a desejada
presa da besta inocente. Rói os ossos, talvez tu
venhas a sofrer um desfecho igual!»
A fábula significa que são insensatos os que confiam a sua saúde à protecção dos tiranos.

No final desta mesma composição encontra-se a anotação *Libri tertii finis* com que termina supostamente a colectânea. Deve notar-se, porém, que a indicação do final do livro terceiro está seguida, na segunda edição, de um outro poema de apenas dois dísticos com o título *Hispanica fabella*, que aparece desenquadrado, pois, em rigor, nem pertence aos *Moralium distichorum libri III*, nem ao conjunto seguinte dos *Xenia ad Ianum Claudium*.

Presume-se que houve intenção de agregar esta pequena fábula às duas composições com que terminam os *Moralium distichorum libri III*, pela evidente relação temática existente entre os três poemas, uma vez que a *Hispanica fabella* não ocupava, na realidade, este lugar na primeira edição (1592, 67):

HISPANICA FABELLA

*Lingua caput quondam (uetus est fabella) rogabat:
«Ecquid agis mea lux? Num tua salua satis?»*

*Sic caput arridens: «Belle soror omnia cedent,
si tu, quae mea mors et mea uita, siles».*²³

PEQUENA FÁBULA HISPÂNICA

Perguntava um dia a língua à cabeça (é velha a fábula):

«Que andas a tramar, ó minha luz? Porventura não está bem a tua [língua]?»

Assim respondeu a cabeça a sorrir: «Tudo correrá bem, irmã,

se tu, que és a minha morte e a minha vida, estiveres calada.»

Os *Moralium distichorum libri III* integram, na sua parte final, algumas composições que se distinguem, formalmente, do vasto conjunto basilar dos dísticos morais. Conclui-se, porém, que todas as composições desta colectânea, quer os dísticos morais, quer as fábulas, se enquadram no cumprimento do objectivo central que presidiu à sua concepção, já que constituem um instrumento pedagógico-didáctico apropriado à formação linguística e moral dos jovens estudantes de latinidades.

3. *Xenia ad Ianum Claudium ciuem Rhacusanum*²⁴

Este conjunto de poemas é um dos mais extensos do *Cato Minor*, pois comporta cerca de 229 dísticos elegíacos, alguns dos quais se encontram acompanhados de escólios para auxiliar a sua compreensão pelos leitores menos familiarizados com as diversas matérias abordadas²⁵. Além disso, cada poema apresenta um título próprio que, muitas vezes, ajuda a esclarecer a natureza do objecto referido. O conjunto foi dedicado a Ivan Klauđije, membro de uma antiga e reputada família de Dubrovnik, da qual faz parte também o seu irmão, Marin Klauđije²⁶:

XENIA AD IANVM CLAVDIVM

Primus ut in nostri specteris fronte libelli

Iane, facit generis clara propago tui.

Nam licet inuidia Codris rumpantur, et umbris

Ilia, Rhagusiae stat uetus illa domus.

Floret et insigni fratrum pietate duorum.

Qualis ad irriguum populus alba Padum.

²³ *Cato Minor* (1596), 43.

²⁴ *Cato Minor* (1596), 43-71.

²⁵ D. KÖRBLER (1917), 50-65, procede à análise temática desta colectânea poética de Diogo Pires, identificando a figura do seu destinatário.

²⁶ Diogo Pires dirige um longo poema *Ad Marinum Claudium*, publicado nos *Hendecasyllabi* do *Cato Minor* (1596), 175-176.

*Quod si certa fides uati, si pectus Apollo
implet, et e Cyrrha mollior aura uenit.
Viuet in extantum gens Claudia, uiuet in aeuum,
omnis et nostro carmine crescet honos.*²⁷

XENIA PARA IVAN KLAUDIJE

Que tu sejas o primeiro na capa do nosso livrinho, Ivan,
é o que fazem os ilustres rebentos da tua família.
Pois, conquanto as ilhargas rebentem de inveja aos Codros e
aos Umbros, em Ragusa está de pé aquela antiga casa
e floresce com a insigne devoção dos dois irmãos,
qual choupo favorável junto do alagado Pó.
E se é certa a confiança no poeta, se Apolo enche
o peito e de Cirra sopra uma brisa mais suave,
viverá para a posteridade a família Klaudije, viverá para sempre
e do nosso poema mais há-de elevar-se toda a sua honra.

Os *Xenia* e *Apophoreta*, que correspondem aos títulos próprios dos livros XIII e XIV dos *Epigrammata* de Marcial, constituíram, sem dúvida alguma, o principal modelo em que se inspirou Diogo Pires para conceber e compor esta colecção de dísticos, à qual atribuiu, inclusive, um dos títulos antes adoptado pelo poeta bilbilitano – *Xenia*²⁸.

O único poema publicado entre os *testimonia* do *Cato Minor*, que não respeita aos *Moralium distichorum libri III*, reporta-se precisamente ao conjunto dos *Xenia*. Trata-se de um hendecassílabo da autoria de um médico valenciano de provável ascendência judaica que, em tom bastante jocoso, compara Diogo Pires a Marcial:

VALDAVRAE MEDICI VALENTINI IN IOBI XENIA

*Festiussimus omnium poeta,
noster scilicet ille Martialis,
si Flauī legeret breuem libellum,
ridens diceret: «En cinaede uerpe,
tu meam quoque Bilbilin lacessis?»*²⁹

²⁷ *Cato Minor* (1596), 43.

²⁸ Foi publicada recentemente uma tradução integral dos *Epigramas* de Marcial para a língua portuguesa – MARCIAL, *Epigramas*. Lisboa, Edições 70, 2000-2004 [4 vols.] –, cujo volume IV contém o livro dos *Xenia* (trad. de Delfim Ferreira Leão) e dos *Apophoreta* (trad. de Paulo Sérgio Ferreira).

²⁹ *Cato Minor* (1596), fl. a7v.

DE VALDAURA³⁰, MÉDICO VALENCIANO, AOS XENIA DE JACOB

O mais divertido dos poetas,
decerto o nosso célebre Marcial,
se lesse o pequeno livrinho de Flávio,
diria com um sorriso: «Olha lá, ó circunciso devasso,
também tu provocas a minha BÍBILIS?»

Os *Xenia* e *Apophoreta* foram publicados em 84-85 d. C., por ocasião dos festejos das Saturnais, celebradas durante o mês de Dezembro. Ambos contêm epigramas geralmente de um dístico apenas, cuja função específica era acompanhar os presentes trocados entre os Romanos durante as festas em honra de Saturno. Os *Xenia* reportam-se sobretudo aos presentes relativos a tudo aquilo que se come e bebe nos banquetes, enquanto os *Apophoreta* recolhem toda uma enorme variedade de prendas que se podiam oferecer durante as festividades.

Uma simples comparação entre a colectânea do *Cato Minor* e os dois últimos livros dos *Epigrammata* de Marcial comprova, de facto, que o poeta eborense se inspirou sobretudo no livro dos *Xenia*, o que torna plenamente justificada a adopção deste título. Não pode afirmar-se, porém, que Diogo Pires tenha respeitado fielmente na sua obra a repartição temática existente nos dois livros referidos de Marcial.

É um facto que os *Xenia* do humanista português integram inúmeros dísticos relativos, de uma ou de outra forma, às comidas e bebidas, mas não deixam também de incluir, se bem que em menor número, outros poemas sobre uma grande variedade de matérias. Uns e outros ocupam um lugar privilegiado na colecção do poeta eborense, que no seu conjunto patenteia uma maior amplitude temática que os referidos livros de Marcial.

Ainda que nem sempre seja possível estabelecer muito bem o critério de ordenação dos poemas, todavia, a forma como foram publicados no *Cato Minor* parece não deixar dúvidas de que a associação temática terá presidido à sua composição e organização. Na verdade, os dísticos contidos nos *Xenia* encontram-se subordinados aos seguintes temas genéricos: 1. riquezas da natureza: pedras preciosas e madeiras exóticas (dísticos 1-21); 2. reino vegetal: a) plantas medicinais e aromáticas (22-59); b) flores, plantas, frutos

³⁰ Os Valdaura são uma família de mercadores originários de Valência, para quem Juan Luis Vives começou por trabalhar como professor particular. A essa família pertencia, aliás, Margarita Valdaura com quem o famoso humanista casou em 1524. Cf. R. MARÍN IBÁÑEZ (1994), 744. Não foi possível identificar com precisão o autor deste breve poema, mas é natural que seja um membro desta família.

(60-125); 3. reino animal: bebidas e comidas, animais selvagens e domésticos (126-202); 4. temas variados (207-229).

Convém notar também que muitos dísticos do humanista português ostentam um título igual ou semelhante aos do bilbilitano, ainda que o tratamento dos temas seja, no entanto, bastante distinto em ambos os poetas³¹. A relação com o modelo latino não é tão estreita como esta semelhança parece à primeira vista indiciar, pois os temas são recriados de uma forma totalmente original e independente. Na verdade, o poeta português alarga bastante o âmbito temático do seu livrinho ao compor vários dísticos sobre objectos ou seres que, verdadeiramente, não poderiam ser oferecidos, ao contrário do que sucedia nos poemas de Marcial.

A escolha e o tratamento dos temas diz bastante do mundo em que vivia o poeta eborense. Os objectos/animais remexem muitas vezes com as suas vivências mais íntimas que lhe podem trazer à memória, por exemplo, a agradável lembrança do tordo das planícies alentejanas da sua infância (*Turdus*)³²; um indivíduo que o impressionou, na cidade de Lisboa, pouco antes da sua partida (*Leo*)³³; um corvo de penas brancas que teve a sorte de observar em Lovaina (*Coruus*)³⁴; o sabor inesquecível dos deliciosos melões de Ferrara (*Melo pepones*)³⁵; a impressionante estátua de Hércules que viu em Roma, no Capitólio (*Mala Cydonia*)³⁶; as ameixas secas vindas da Bósnia com os seus reconhecidos efeitos digestivos (*Eadem arida*)³⁷ ou ainda a saborosa couve de Dubrovnik, colhida no mês de Outubro (*Idem*)³⁸.

³¹ Apresentam-se de seguida os títulos que são exactamente iguais nas colectâneas *Xenia* de Marcial e de Diogo Pires (refere-se, sempre, em primeiro lugar o título de Marcial): *Piper* (13.5; 49); *Lens* (13.9; 55); *Faba* (13.7; 55); *Ostrea* (13.82; 63). Além disso, há muitos outros dísticos que têm títulos bastante semelhantes em ambas as colecções: *Tus* (13.4) vs. *Ebur et Thus* (46); *Cydonea* (13.24) vs. *Mala Cydonea* (57); *Lucanicae* (13.35) vs. *Lucanica* (59); *Turdorum decuria* (13.51) vs. *Turdus* (60); *Anates* (13.52) vs. *Anas* (60); *Terrae Tubera* (13.50) vs. *Tubera et Boleti* (64); *Numidicae* (13.73) vs. *Gallina Numidica* (68); *Columbus* (13.66) vs. *Columbus domesticus* (60); *Anseres* (13.74) vs. *Anser* (60); *Grues* (13.75) vs. *Grus* (60); *Mulli uiui* (13.79) vs. *Mullus* (61); *Rhombi* (13.81) vs. *Rhombus* (61); *Lepores* (13.92) vs. *Lepus* (63); *Garum sociorum* (13.102) vs. *Garum* (63); *Mel Atticum* (13.104) vs. *Mel* (50).

Por outro lado, é significativo o facto de haver apenas um dístico nos *Xenia* de Diogo Pires com um título igual a um outro dos *Apophoreta* de Marcial – *Psittacus* (14. 73; 59). Acrescenta-se também que o poeta eborense se inspirou também em alguns dísticos desta mesma colectânea dedicados a autores/livros, para compor o capítulo *Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam*.

³² *Cato Minor* (1596), 60.

³³ *Cato Minor* (1596), 67.

³⁴ *Cato Minor* (1596), 68.

³⁵ *Cato Minor* (1596), 56.

³⁶ *Cato Minor* (1596), 57.

³⁷ *Cato Minor* (1596), 56.

³⁸ *Cato Minor* (1596), 54.

Se os *Xenia* e *Apophoreta* de Marcial constituem uma riquíssima montra do quotidiano dos Romanos do século primeiro da nossa era, não é menos verdade que a colectânea do humanista português permite visualizar, do mesmo modo, o mundo de Quinhentos em que este vivia e, algumas vezes, conhecer mesmo as suas preferências pessoais. Sabe-se o que se comia e bebia nos vários lugares por onde peregrinou o poeta, os objectos a que era dado maior valor ou as enormes virtualidades das plantas medicinais e aromáticas.

Esta colecção poética atesta efectivamente o conhecimento privilegiado que Diogo Pires tinha dos simples e das drogas, das especiarias e da enorme diversidade de produtos e animais provenientes do vasto império colonial português. De facto, o humanista português não só possuía formação em medicina como pertencia a uma das principais famílias judaico-portuguesas envolvidas no comércio internacional de especiarias, pelo que é natural que os seus poemas evidenciem a grande familiaridade que tinha com estas matérias.

Por outro lado, convém não esquecer que no seio das relações pessoais e mesmo familiares de Diogo Pires se encontram alguns dos nomes mais reputados da medicina do século XVI como é o caso de Amato Lusitano, Antonio Musa Brasavola, Giovanni Battista Canani ou Andres Laguna.

Diogo Pires detinha um conhecimento privilegiado deste meio científico e dos seus actores principais. Transparece, não raras vezes, em alguns dísticos da colectânea *Xenia* um profundo saber tanto dos autores consagrados na Antiguidade Clássica como das obras inovadoras que marcaram a revolução científica da medicina e da botânica no Renascimento.

Assim, em escólio ao dístico sobre a *Cariophylon flos*³⁹, demonstra conhecer a obra de Giovanni Manardi, médico de Ferrara, que designa a mesma flor de outra forma; noutro dístico intitulado *Spinaca*⁴⁰ alude ao estudo das propriedades do espinafre desenvolvido pelo seu amigo e familiar Amato Lusitano; no poema dedicado às *Castaneae*⁴¹, contraria a autoridade de Galeno, defendendo as virtualidades da castanha como alimento; no dístico *Myrtus ex Dioscoride*⁴², reconhece as propriedades desta planta já registadas por

³⁹ *Cato Minor* (1596), 51.

⁴⁰ *Cato Minor* (1596), 53.

⁴¹ *Cato Minor* (1596), 57.

⁴² *Cato Minor* (1596), 53.

Dioscórides; noutra composição, por fim, dá voz à suposição geral dos médicos de que a *Febris quartana*⁴³ tinha efeitos muito distintos nos jovens e nos velhos.

Trata-se, de facto, de um conjunto de poemas bastante interessante em que o humanista português alia o seu conhecimento privilegiado das matérias tratadas ao seu enorme talento como poeta. Em simples dísticos elegíacos molda de forma concisa e incisiva temas variados, sem deixar de recorrer ao seu profundo domínio da cultura clássica e, em particular, da obra de Marcial.

O próprio poeta eborense, no terceiro poema dos *Xenia*, revela o enorme prazer que constituiu para ele compor estes dísticos à imagem dos do poeta bilbilitano. De facto, é evidente que presidiu à escrita destes poemas uma perspectiva lúdica. O poeta diverte-se imenso a moldar os variados temas num processo em que interpela, não raras vezes, a perspicácia e a capacidade do leitor para descodificar as referências mais diversificadas que vão sendo feitas ao objecto de cada um dos dísticos:

DE SABINO CRITICO

*Si mihi Censoris concedat lima Sabini,
ut numeris unum crescat iota meis,
ipse quoque audebo, quamvis lasciva repugnet
Bilbilis, argutis ludere Xeiniolis.*⁴⁴

O CENSOR SABINO⁴⁵

Se a lima do censor sabino me conceder
que cresça um iota nos meus versos,
eu próprio também ousarei, embora me repugne a lasciva
Bilbilis, brincar com as argutas prendinhas.

Os poemas dos *Xenia* despertam a curiosidade do leitor e não deixam de o surpreender pela forma agradável e inovadora como é tratada a matéria poética. Na verdade, apenas um poeta talentoso como Diogo Pires poderia conjugar a ampla variedade temática dos dísticos com as frequentes referências pessoais e os seus apurados conhecimentos científicos, compondo uma interessante colectânea que, em simultâneo, é fruto das relações

⁴³ *Cato Minor* (1596), 70.

⁴⁴ *Cato Minor* (1596), 44.

⁴⁵ Não nos foi possível identificar esta figura, se bem que possa tratar-se do mesmo indivíduo a quem está dirigida uma composição dos *Hendecasyllabi* (*Cato Minor*, 185), com o sugestivo título de *Ad Sabinum poetam iambographum et temulentum*.

estreitas que estabelece, em geral, com a Antiguidade Clássica e, em particular, com a obra de Marcial.

4. Nomina Portugalliae regum et aliquot insignium urbium Hispaniae ad Andream Marini filium⁴⁶

Trata-se de uma pequena série de dísticos elegíacos dividida em duas partes distintas do ponto de vista temático: uma está dedicada aos reis que governaram Portugal, a outra às cidades mais ilustres da Península Ibérica. Todo o conjunto foi enviado por Diogo Pires, «in festo Epiphaniae die», a um jovem e talentoso poeta de seu nome Andrija Marinov Bunić, muito provavelmente um discípulo do humanista português, descendente de uma das mais ilustres famílias de Ragusa, acompanhado do seguinte poema dedicatório:

AD EVNDEM

*Nos Regalibus optimo dierum
promissum tibi mittimus libellum.
At tu uersiculos caue, remittas,
sint licet lepidi et nimis uenusti,
ni uis, ut uolitent truces Iambi.
Si sextariolum senis Falerni,
aut plenam puer adferat lagenam,
o quam magnificum atque liberalem
dicent te madidae meae Camenae!*⁴⁷

PARA O MESMO

Em dia dos mais benfazejos,
envio-te o prometido livrinho sobre os reis.
E tu não te atrevas a devolver os meus versos,
conquanto sejam encantadores e muito elegantes.
se não queres que os iambos se ponham a esvoaçar furiosos.
Se a taça do velho Falerno,
ou a bilha cheia, o jovem criado as trazer,
ó quão magnífico e liberal
te hão-de descrever as minhas ébrias Camenas!

Na primeira metade desta colectânea são evocados os dezoito monarcas que governaram Portugal desde o início da nacionalidade até aos tempos de Diogo Pires, ou seja,

⁴⁶ *Cato Minor* (1596), 71-79.

⁴⁷ *Cato Minor* (1596), 71.

desde D. Afonso Henriques até Filipe I⁴⁸. O poeta eborense consagra um lugar específico na história pátria para cada um dos monarcas portugueses, cujo retrato é traçado, de forma breve mas bem vincada, em dezoito dísticos evocativos de outras tantas figuras régias: D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, D. João III, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique e Filipe I. Note-se que este último monarca é o único a quem é dedicado mais que um simples dístico, já que o poeta lhe consagra dois poemas, sendo um composto de apenas um dístico elegíaco, o outro de dois (1596, 77).

Diogo Pires demonstra possuir um excelente conhecimento da história do seu país, tanto do passado como do presente. A cada monarca dedica um simples par de versos em que alude a um qualquer aspecto mais saliente, seja uma qualidade pessoal ou um facto memorável do reinado. Acrescente-se que, não raras vezes, o poeta faz acompanhar os dísticos de escólios, a fim de proporcionar alguns esclarecimentos necessários aos leitores menos familiarizados com as figuras que acabara de evocar.

Diogo Pires abandonou Portugal no ano de 1535. Por isso, talvez pudesse supor-se, da parte dele, um menor conhecimento dos factos ocorridos após essa data. A verdade, porém, é que o humanista português acompanha de muito perto os tristes acontecimentos que lhe iam chegando da sua querida pátria, em particular a dolorosa notícia da morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir e, pouco tempo depois, da perda da independência com a coroação de Filipe II, de Espanha, como rei de Portugal.

A segunda parte da colecção, subordinada ao título *Vrbium nomina*, contém dezoito dísticos elegíacos evocativos de várias cidades da Península, tanto portuguesas como espanholas⁴⁹. Nas primeiras décadas de Quinhentos, Lisboa tornara-se uma das maiores cidades europeias. Diogo Pires retém viva na sua memória a imagem desta grande metrópole, cujo dístico encabeça a lista das cidades referidas, logo seguida pelas cidades portuguesas de Évora, terra natal do poeta, Coimbra e Santarém. Depois, são também contempladas com um simples dístico as cidades espanholas de Burgos, Toledo, Madrid,

⁴⁸ C. A. ANDRÉ (1992b), 111-154, dedica um estudo minucioso à colectânea *Portugalliae reges* acompanhado da edição, tradução e comentário dos dísticos e respectivos escólios. Sobre o mesmo conjunto, veja-se também D. KÖRBLER (1917), 66-73.

⁴⁹ Para uma análise pormenorizada desta colecção de dísticos dirigidos às cidades hispânicas, cf. D. KÖRBLER (1917), 73-76; C. A. ANDRÉ (1992b), 61-67.

Talavera, Cuenca, Segóvia, Salamanca, Sevilha, Granada, Córdova, Barcelona, Valência, Saragoça, Medina del Campo e Valladolid (às duas últimas é dedicado apenas um dístico).

Os poemas versam temas muito diversos quase sempre relacionados com a história e a fama granjeada por cada uma destas antigas cidades. Algumas das composições reflectem inclusivamente a experiência pessoal do poeta. Veja-se, por exemplo, o dístico dedicado a Segóvia, que Diogo Pires afirma ser a terra natal de Domingos de Soto, o seu antigo mestre salmantino de retórica, ou mesmo os dísticos de Salamanca ou de Medina del Campo-Valladolid, cidades que decerto não eram desconhecidas do humanista português devido à sua proximidade de Salamanca.

5. *Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessallum poetam*⁵⁰

Este pequeno grupo de apenas vinte e oito dísticos está dedicado aos escritores mais célebres da literatura greco-latina, cuja leitura Diogo Pires parece recomendar à juventude («imitatione digni») pelo seu elevado valor formativo⁵¹. O poeta eborense dirigiu esta colecção poética a Viktor Bessagli, que se distinguiu em Dubrovnik como poeta, orador e professor. De facto, este conjunto está precedido de um poema dedicatório em três dísticos elegíacos, no qual são reconhecidas as excelentes qualidades poéticas e oratórias do dedicatário⁵².

São mencionados em primeiro lugar os autores/obras da literatura grega, cabendo um dístico a cada um dos seguintes escritores: 1. Homero – *Iliada*; 2. Homero – *Odisseia*; 3. Hesíodo; 4. Teócrito; 5. Sófocles e Eurípides; 6. Píndaro; 7. Aristófanes; 8. Demóstenes; 9. Heródoto; 10. Tucídides; 11. Isócrates e Xenofonte; 12. Plutarco.

De seguida, são apresentados, de forma mais abrangente, os grandes nomes da literatura latina: 1. Virgílio; 2. Ovídio; 3. Horácio; 4. Lucano; 5. Sílio Itálico; 6. Tibulo e Propércio; 7. Catulo; 8. Marcial; 9. Plauto; 10. Terêncio; 11. Cícero; 12. César; 13. Salústio e Tito Lívio; 14. Tácito; 15. Suetónio e Quintiliano; 16. Plínio.

Na composição desta série de poemas, Diogo Pires inspirou-se de novo em Marcial, o qual também compôs, nos seus *Apophoreta* (título do livro XIV dos *Epigrammata*),

⁵⁰ *Cato Minor* (1596), 79-82.

⁵¹ D. KÖRBLER (1917), 76-79, procede a uma breve análise desta colectânea poética e identifica a figura de Viktor Bessagli, a quem o humanista português a dedicou. Afirma (86) que Bessagli teria sido muito provavelmente discípulo de Diogo Pires, em Dubrovnik, e que estes dísticos teriam como objectivo principal dar a conhecer aos seus alunos os mais importantes autores greco-latinos.

⁵² *Cato Minor* (1596), 79.

vários dísticos dedicados a autores/obras da literatura greco-latina, que algumas vezes coincidem mesmo nos autores tratados pelo poeta eborense⁵³. A selecção dos autores e o próprio conteúdo de alguns dísticos permitem conhecer, de alguma forma, os autores preferidos do poeta eborense. No dístico *Virgilius*⁵⁴, por exemplo, ele manifesta a sua predilecção por Virgílio em relação a Homero.

Não obstante os dísticos de Marcial terem servido de modelo a esta colecção do *Cato Minor*, deve notar-se, por um lado, que ela tem uma dimensão muito superior à do poeta bilbilitano, e, por outro, que é bastante original face ao modelo latino, no tratamento dos temas.

6. *Quinque magnorum regum insignia ad Dominicum Rhanniam, patritium Rhacusanum*⁵⁵

Diogo Pires dedica esta curta série de apenas sete poemas de dimensão variável, compostos em dísticos elegíacos, ao famoso Dinko Ranjina, cidadão de Dubrovnik, que foi investido cavaleiro da Ordem de Santo Estêvão, na Etrúria. Alguns sonetos italianos deste talentoso poeta foram publicados numa colectânea organizada pelo famoso tipógrafo veneziano Gabriele Giolito de Ferrari⁵⁶. A preceder esta parte do *Cato Minor*, encontra-se precisamente uma carta dedicatória em que o próprio Diogo Pires dá a conhecer ao seu amigo o conteúdo desta colecção:

*QUINQVE MAGNORVM REGVM INSIGNIA, QVAE VVLGO 'IMPRESAE'
VOCANTVR AD DOMINICVM RHANNIAM PATRITIVM RHACVSANVM ET
D. STEPHANI IN ETRVRIA EQVITEM. S. D.*

*Mitto quinque magnorum Regum insignia siue cum Graecis Emblemata
adpellare mauis. Mihi neutrum nomen satisfacit; recens enim Christianorum Principum
inuentum, prisco uocabulo carere existimo.*

⁵³ Mart. 14.183-196. Estes catorze dísticos de Marcial dirigem-se, por esta ordem, aos seguintes autores: Homero, Virgílio, Menandro, Cícero, Propércio, Tito Lívio, Salústio, Ovídio, Tibulo, Lucano, Catulo e Licínio Calvo. Note-se que o Bilbilitano consagra apenas três dísticos a autores gregos, dos quais dois respeitam a Homero e um a Menandro, já que todos os restantes evocam escritores da literatura latina. Além deste núcleo, encontram-se também no livro dos *Apophoreta* outros poemas com referências menos directas a autores clássicos. Para uma análise pormenorizada dos autores de referência na obra de Marcial, cf. J. M. N. TORRÃO (2004), 137-159.

⁵⁴ *Cato Minor* (1596), 81.

⁵⁵ *Cato Minor* (1596), 82-86.

⁵⁶ Cf. D. KÖRBLER (1917), 80. Trata-se da colectânea poética intitulada *Il primo [-secondo] volume delle rime scelte da diuersi autori. Di nuovo corrette, et ristampate*. In Vinegia, appresso Gabriel Giolito de' Ferrari, 1564.

At quocumque tandem nomine adpellentur, paucas et eas quidem successiuas horas in illis describendis mihi periisse scito, dum longioribus his noctibus somnum frustra meis oculis capto et eam animi molestiam non insuauim meditatione lenire cupio.

Tu uero, qui inter Etrusca subsellia non infimum locum occupasti, dedicatae tibi uigiliolae fauebis, et si forsán luce digna uidebitur, ut in meo nomine appareat, pro ueteri nostra necessitudine curabis. B. V. domi.⁵⁷

AS DIVISAS DE CINCO ILUSTRES SOBERANOS, QUE VULGARMENTE SE DESIGNAM ‘IMPRESE’, PARA DINKO RANJINA, PATRÍCIO RAGUSINO E CAVALEIRO DE SANTO ESTÊVÃO, NA ETRÚRIA, ENVIA MUITO SAUDAR,

Envio-te as divisas de cinco ilustres soberanos ou ‘emblemata’, se quiseres antes designá-las como os Gregos. Agrada-me um nome neutro, pois entendo que esta recente invenção dos príncipes cristãos necessita de um nome antigo.

Mas, qualquer que seja o nome com que se designem, fica a saber que foram poucas e seguidas as horas que eu perdi a escrevê-las, enquanto nestas noites mais longas procurava em vão dormir e desejava suavizar a inquietação do espírito com um trabalho agradável.

E tu, que ocupaste entre os tribunais etruscos um lugar da mais alta condição, acolherás com teus favores a pequena vigília que te dediquei e, se porventura ela te parecer digna de publicação, cuidarás que apareça em meu nome, em sinal da nossa velha amizade. Eu te saúdo. [Escrita] em casa.

O autor confessa alguma dificuldade em designar este tipo de composições tanto com o termo latino ‘insignia’ como com o termo grego ‘emblemata’, por nenhuma das duas palavras descrever com fidelidade o referente. Nesse sentido, adopta a palavra italiana usada comumente para descrever estas composições, ou seja, ‘imprese’ (divisa, lema, emblema). Os sete poemas procuram assim descrever a origem das divisas de alguns monarcas e ostentam, por esta ordem, os seguintes títulos: 1. *De inuentione Rosae albae et rubrae apud Anglos*; 2. *De origine Garterii apud eosdem*; 3. *De origine Tussonii apud Belgas*; 4. *Sabaudius torques*; 5. *De origine ordinis D. Michaelis apud Gallos*; 6. *De origine ordinis D. Stephani apud Tuscos*; 7. *De magni Prussiae magistri insignibus*.

7. *Dialogismus inter honestum adolescentem et pudicam uirginem ad Antonium Suarium*⁵⁸

Esta elegia em forma dialogada é uma das primeiras obras poéticas de Diogo Pires, composta pouco tempo após a chegada aos Países-Baixos, a ajuizar pela datação da carta

⁵⁷ *Cato Minor* (1596), 82-83.

⁵⁸ *Cato Minor* (1596), 86-89.

dedicatória, que a acompanha. Esta missiva, dirigida a António Soares⁵⁹, foi datada de Liège, no dia 25 de Abril de 1536, quando o humanista português estava de viagem para Lovaina:

ANTONIO SVARIO LVSITANO OPTIMAE SPEI PVERO. S. ANTVERPIAM

Dum promissum carmen mitto, et aliquid ad te scribere in animo habeo, uix prae aeris intemperie calamum manus sustinet; et quamuis ad luculentum ignem sedeam, totus tamen horreo, totus contremisco. Hui! Kalendae Maiiae appetunt et praeter niuim tribus cubitis terra altiore, nihil est quod intueri possis.

Vbi nunc rosae? Vbi lilia? Imo, ubi cerasa? Et apud nostros Lusitanos praecocia pruna?

Sane, ut est in fabulis Homericis, sutrinam illic apperire quam hic regnare malim.

At sudauit et alsit, inquit, uino madens sudabat lippus ille, et Lucanae puellae amoribus intentus ociose cantillabat, cum has nugas in litteras mitteret; quod si Mosae glacies et frigora expertus esset, non ita ineptiret, sed torpentes manus ad ignem.

Cras, si mitior aura spirauerit, Louanium raeda uehar; illic litteras tuas exspecto.

*B. V. Leodii, apud Eburones, XXV April. qui dies D. Marco festus est. 1536.*⁶⁰

A ANTÓNIO SOARES LUSITANO, JOVEM DIGNO DAS MELHORES
ESPERANÇAS, EM ANTUÉRPIA

Enquanto o poema prometido te envio e algo tenho em mente para te escrever, é a custo que a mão sustém a pena, ante a intempérie do clima; e, embora sentado a uma esplêndida fogueira, todo, porém, eu tremo, todo titiro. Ah, aproximam-se as Calendas de Maio, e, além da neve que se eleva três côvados acima da terra, nada há que possas observar.

Onde estão as rosas? Onde os lírios? Mais, até, onde as cerejas? E as ameixas, que em Portugal chegam antes do tempo?

Sem dúvida eu preferia, como acontece nas histórias homéricas, abrir ali uma sapataria a reinar aqui.

Mas suou e de frio se arrepiou, dizem, suave um tal remeloso encharcado em vinho e, voltado para os amores da jovem da Lucânia, cantarolava ociosamente e remetia por carta bagatelas como estas; mas se tivesse experiência dos gelos e frios do Mosa, não perderia assim a cabeça, mas <voltaria> as mãos dormentes para a fogueira.

⁵⁹ C. A. ANDRÉ (1992b), 73-74, coloca a possibilidade de se tratar do lente António Soares que D. João III contratou, em 1537, para a Universidade de Coimbra. Foi escolar de Leis em Salamanca, onde muito provavelmente se terá cruzado com Diogo Pires e, apesar de não haver outro registo disso, não é de excluir que estivesse de passagem por Antuérpia à data da carta que lhe foi dirigida. Sobre o percurso e as relações deste juriconsulto notável, cf. J. V. SERRÃO (1962), 258-260.

⁶⁰ *Cato Minor* (1596), 86-87. A carta e a respectiva tradução foi apresentada por C. A. ANDRÉ (1992b), 73-75.

Amanhã, se a brisa soprar mais suave, seguirei de carro até Lovaina; ali espero a tua carta. Eu te saúdo.

Liège, entre os Eburões, 25 de Abril, dia da festa de S. Marcos, 1536.

O poema que Diogo Pires havia prometido a António Soares contém um breve diálogo de sabor bucólico entre um *honestus adolescens* apaixonado por uma *pudica uirgo*, no qual coube a cada um deles exactamente o mesmo número de dísticos. Nesta amena e curta conversa, celebra-se a pureza do amor que um rapaz honrado sente por uma rapariga casta, o qual é coroado, no final da composição, com a aceitação por parte da donzela do pedido de casamento que lhe é feito.

8. *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII*⁶¹

Esta colectânea poética constitui aquela que é, sem dúvida, a parte mais extensa e diversificada do *Cato Minor*⁶². Os poemas estão distribuídos por três livros independentes, de extensão muito diferenciada: enquanto o livro primeiro conta com 83 composições, o segundo contém apenas 60, e o terceiro atinge as 98. A larga maioria dos epigramas que integra os três livros está composta em dísticos elegíacos.

Os poemas têm uma dimensão muito variável que pode ir dos quatro aos vinte e quatro versos (2 a 12 dísticos elegíacos), embora haja dois ainda mais extensos no livro segundo, ambos compostos em simples hexâmetros dactílicos: o primeiro dirige-se *Ad Augustinum Mustum*⁶³, com 77 versos, o segundo *Ad Laelium I. C. Cremonensem*⁶⁴, com 44. Deve acentuar-se, porém, que os epigramas de apenas dois ou três dísticos elegíacos predominam ao longo deste extenso conjunto.

Cada um dos três livros de epigramas abre com cartas e/ou poemas dedicatórios dirigidos a figuras destacadas de Dubrovnik. Assim, o livro primeiro⁶⁵ inicia-se com uma

⁶¹ *Cato Minor* (1596), 91-174. Como já foi observado, não obstante a indicação explícita da existência de quatro livros neste conjunto, evidenciada tanto no índice geral como no próprio título do suposto livro quarto, deve notar-se que apenas existem três, pelo que o *Carminum moralium liber quartus* (*Cato Minor*, 146-174), dedicado a Franjo Marija Sagroević, corresponde, de facto, ao livro terceiro.

⁶² D. KÖRBLER (1917), 87-118, procede a uma análise pormenorizada desta vasta colectânea, tendo sobretudo em atenção as muitas e variadas composições que Diogo Pires dirige aos seus conhecidos de Dubrovnik.

⁶³ *Cato Minor* (1596), 141-144.

⁶⁴ *Cato Minor* (1596), 139-141.

⁶⁵ *Cato Minor* (1596), 91-109 (*Moralium carminum liber primus*).

carta e um epigrama dirigidos ao famoso poeta ragusino Dominko Zlatarić (1558-1613)⁶⁶, de quem o humanista português, muito provavelmente seu antigo mestre de línguas e literaturas clássicas, se tornou um amigo muito próximo:

DOMINICO AVRIO PATAVINO SCHOLAE RECTORI. S.

Mitto carminis nondum absoluti particulam, simul ut aliquem Mineruae nostrae gustum habeas, simul ut pro singulari tuo iudicio reliquum opus tanquam ex unguiculis leonem aestimes.

Merito autem praeclaris Medicum titulis iucundissimum Patauini Rectoris nomen inseruisse uideri debeo. Nam cum immortalis illius gentis futura sit memoria, immortale quoque meae erga te benevolentiae testimonium, ut exstet, uolo. B. V.⁶⁷

A DOMINKO ZLATARIĆ, REITOR DA ESCOLA DE PÁDUA. SAUDAÇÕES

Mando-te uma pequena parte do carne ainda não concluído, seja para que tomes algum gosto à nossa Minerva, seja, ao mesmo tempo, para que avalies pelo teu próprio juízo o resto da obra, tal como se julga o leão pelas unhas.

É com razão que me parece dever incluir entre os ilustres títulos dos Medici o muito agradável nome do Reitor de Pádua, pois embora haja de ser imortal a memória daquela família, imortal quero também que seja o testemunho da minha amizade por ti. Eu te saúdo.

Por outra parte, o *Moralium carminum liber secundus*⁶⁸ foi dedicado ao reputado matemático e filósofo Antun Medo⁶⁹. Em carta dirigida ao seu amigo ragusino, Diogo Pires confessa que a composição dos dísticos latinos (refere-se aos *Moralium distichorum libri tres*) não o tinha satisfeito plenamente, já que nem sempre era essa a medida mais adequada à livre expressão do seu pensamento. Foi esse, nas palavras do próprio poeta, o motivo fundamental que o levou a compor os carmes morais:

⁶⁶ Diogo Pires dedica a Dominko Zlatarić algumas outras composições de entre as quais se destacam a ode VI (*Ad Chrysaenum Patauinae Scholae Rectorem*) da *Lyrice* ou a *Eleg. 2.7 (De commentariis Indiae Medici Veronensis ad Dominicum Slatariccium iuuenem clariss. et equestri dignitate insignem)*. Mais importante ainda se torna assinalar que Diogo Pires dedicou a este ilustre poeta ragusino o seu volume de elegias, que deixou inédito, com o título *Didaci Pyrrhi Lusitani Elegiarum libri tres ad Dominicum Slatariccium Patavinae scholae rectorem et equitem splendidissimum*.

⁶⁷ *Cato Minor* (1596), 90.

⁶⁸ *Cato Minor* (1596), 110-145 (*Moralium carminum liber secundus ad Antonium Medum ciuem Rhacusanum*).

⁶⁹ Diogo Pires dedica ao mesmo Antun Medo uma outra composição que integra os *Hendecasyllabi* do *Cato Minor* (1596), 182 (*Ad Antonium Medum*).

O *Cato Minor* de Diogo Pires e a poesia didáctica do séc. XVI

AD ANTONIVM MEDVM CIVEM RHAGVSANVM S. D.

Scis me Latinis distichis scribendis iamdudum operam dare; quo successu, incertum habeo, bene tamen sperare licet. Vt enim alia omittam, ipsa carminis non insuavis uarietas operi auctoritatem conciliabit.

Interim nonnulla me torquent, quae exiguis spatiis includi dedignantur. Quare ampliore campo decurrere libuit, nec inuitis, ut opinor, Musis: creuit enim opus ipsis distichis paene par, argumenti uero dignitate longe uberius atque splendidius.

Quod ea lege ad te mitto, ut singulari iudicio tuo correctum aut in ora hominum ueniat, aut, quod sanius mihi uidetur, paternis scriniis restituatur. B. V.⁷⁰

A ANTUN MEDO, CIDADÃO RAGUSINO, ENVIA MUITO SAUDAR

Sabes que eu há muito me ocupo da composição de dísticos latinos; com que resultado, não o tenho por certo, mas posso ter boas esperanças. Posto que deixo em silêncio outros aspectos, a simples variedade, sem ser agreste, da obra suscitará o respeito.

Entretanto, preocupam-me alguns assuntos, que recusam ser incluídas em espaços exíguos. Por isso, foi do meu agrado estender-me por um campo mais amplo, e não foi, segundo creio, contra a vontade das Musas, pois nasceu uma obra quase igual aos próprios dísticos, mas, tendo em conta o seu assunto, muito mais copiosa e elegante.

Envio-ta com a condição de que, corrigida pelo teu juízo singular, ou venha para o domínio público ou, aquilo que me parece mais sensato, seja restituída à secretária do seu autor. Eu te saúdo.

Refira-se, ainda, que o livro terceiro dos *Carmina Moralia*⁷¹ foi dedicado pelo poeta ao seu dilecto e jovem amigo Franjo Marija Sagroević (1577-1616)⁷². Este livro, porém, abre com um breve poema em que se invoca a protecção de São Brás, o padroeiro de Ragusa, em honra de quem também compôs um longo poema, que nunca foi publicado:

PRECATVR D. BLASIVM

*Diue senex, dixi, qui stas sublimis in arce,
si tibi sunt cordi carmina nostra, faue.
Audiit et caeli uexillum e parte serena
extulit et coeptum currere iussit opus.⁷³*

PRECE A SÃO BRÁS

Ó santo ancião, disse eu, tu que te ergues, sublime, no alto da cidade,
se são do teu agrado os nossos carmes, sê-lhes favorável.

⁷⁰ *Cato Minor* (1596), 110.

⁷¹ *Cato Minor* (1596), 146-174 (*Carminum moralium liber quartus ad Franciscum Sagrium praeclarum iuuenem et amicum singularem*).

⁷² Diogo Pires dedica também a Sagroević uma outra composição que integra os *Hendecasyllabi* do *Cato Minor* (1596), 181-182 (*Ad Sagrium*).

⁷³ *Cato Minor* (1596), 146.

Ele escutou-me e ergueu a sua bandeira da límpida região do céu
e ordenou que a obra já começada avançasse.

A seguir a esta prece inicial, encontram-se duas composições dirigidas expressamente ao ragusino Franjo Marija Sagroević, reputado navegador, a quem o poeta dedica este livro de poemas na esperança de que ele possa ser útil tanto aos mais novos como aos mais velhos:

AD FRANCISCVM SAGRIVM

*Quamuis docte Sagri fortunam expertus utramque
nunc mare tranquillum, nunc uada caeca legis,
si tamen, ut par est, nec te iactare secundis,
ferre nec ignauo pectore dura soles,
totus et in temet descendis et omnis ab uno
spes tua dependet numine et omnis amor,
iam tibi ab occasu felicior aura Fauoni
spirat et in portu iam tua puppis agit.
Iam tibi placata est, olim quae impensius aequo
oderat, hic oculos, hic Dea lumen habet.
Quod superest, nostri ne tu monumenta libelli
despice, parua quidem, sed tamen apta damus.
Nam mihi si qua fides, si mens diiucadicat aequae,
illa queant pueros, illa iuuare senes.⁷⁴*

A FRANJO SAGROEVIĆ

Ainda que tu, ó sábio Sagroević, que és experimentado uma e outra sorte,
desfrutes, ora de mar tranquilo, ora de abismos cegos,
se, no entanto, como convém, não tens por costume lançar-te às ondas favoráveis,
nem suportar, de ânimo leve, as inclementes,
e por inteiro mergulhes em ti mesmo, e toda a tua esperança
e todo o teu amor depende de um só deus,
já para ti sopra de poente a brisa mais favorável
do Favónio e já no porto a tua popa desliza.
Já te é propícia a que outrora era adversa com mais instância
do que convém: aqui tem a deusa os olhos, aqui a luz.
Quanto ao resto, não olhes com desprezo os escritos do nosso livrinho;
decerto insignificantes, mas todavia ajustados, nós tos ofertamos.
Pois se algum crédito me resta, se o espírito julga com equidade,
possam eles aos jovens, possam eles aos velhos ser úteis.

⁷⁴ *Cato Minor* (1596), 146-147.

Uma simples leitura dos títulos dos poemas desta vasta colectânea poética permite analisar a distribuição geral dos *epigrammata moralia et non moralia* pelos três livros em que ela se divide. Verifica-se, assim, que a larga maioria das composições do livro primeiro são, de facto, poemas de natureza didáctica e moral. Os livros segundo e terceiro também incorporam várias composições deste género, mas convém notar, no entanto, que elas são em muito menor número e se encontram agrupadas no começo de cada um dos livros⁷⁵. A estes poemas iniciais de carácter moral seguem-se muitos outros de temática muito variada, tanto no livro segundo como no terceiro, que são dirigidos, regra geral, a diversas figuras conhecidas do poeta eborense.

Esta colectânea parece ter sido, no plano primitivo, um conjunto coerente e organizado de *carmina moralia*, que dava continuidade, de algum modo, ao capítulo inicial dos *Moralium distichorum libri III*. Na verdade, o próprio Diogo Pires, na referida carta dedicatória do livro segundo, dirigida a Antun Medo, evidenciou o enorme desagrado que lhe causava a expressão poética de determinadas ideias num espaço tão exíguo como o do simples dístico elegíaco, que não se prestava, com frequência, à genuína e real verbalização do seu pensamento.

Presume-se, pois, que tenha sido esta a génese deste conjunto, ainda que ele viesse a albergar também no seu seio variadíssimas composições que não podem ser integradas, pelo seu tema diverso, no grupo dos referidos *Carmina Moralia*. Houve, por isso, necessidade de encontrar um título que abrangesse por completo a enorme variedade temática dos poemas dispersos pelos três livros. Esta série de poemas surge assim identificada, de forma perfeitamente justificada, no índice da segunda edição, com o título *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri IIII*, já que se trata de um conjunto bastante heterogéneo do ponto de vista temático.

⁷⁵ A título de exemplo, refiram-se os títulos seguintes dos poemas iniciais de cada um dos três livros da colectânea: *Mortalia omnia fluxa et caduca*; *Socratis consilia*; *Theophrasti querela*; *Pudicitiae laus*; *Piae matris uotum*; *Homine ingrato nihil peius*; *Pacis bona*; *Quae dos uirginibus amplissima* (livro primeiro); *Fugienda uitia et amplectenda uirtus*; *Ad Marcellum de uitae breuitate*; *Qui uere uitalem uitam agit*; *Vera felicitas in quo consistat*; *Et erit sicut arbor plantata: ex primo psalmo*; *Fortuna uolubilitas* (livro segundo); *De amore timoreque erga Deum*; *Quae uita optanda*; *Vitae breuitas*; *In eandem sententiam ex Herodoto desumptum*; *De puerorum indole*; *Pietas in parentes*; *De occulta numinis ui Lyci et Numae exemplo*; *Coniugii incommoda*; *Coniugii comoda*; *Ex Hesopo Hispano*; *De puellarum auaritia* (livro terceiro).

9. *Hendecasyllabi ad Antonium Riccobonnum uirum undecumque doctiss.*⁷⁶

Este núcleo do *Cato Minor* contém apenas 30 composições de tamanho muito variável, que o poeta eborense dedicou ao ilustre humanista italiano Antonio Riccoboni (1541-1599)⁷⁷. A partir do poema dedicatório, deduz-se que o humanista português terá enviado a sua colecção de hendecassílabos, antes de serem publicados, a este conhecido professor de retórica de Pádua, por forma a submetê-los à sua apreciação crítica:

AD ANTONIVM RICCOBONNVNVM VIRVM VNDECVMQVE DOCTISS.

*Amabo bone Riccobonne limam
qua tuum solitus polire carmen
aequas uel numeros Catullianos,
huic meo quoque commoda libello.
Nam lucem dabis, alterumque scelum⁷⁸.
Quod si rancidulum putas, et infra
laudem, quam bonus appetit poeta,
ne sit opprobrio seni parenti,
infelix labor, ut renatus Ajax
in tuam, uolo spongiam recumbat.⁷⁹*

PARA ANTONIO RICCOBONI, VARÃO DOUTÍSSIMO DONDE QUER QUE SEJA

Por favor, meu bom Riccoboni, a lima
com que tu, habituado a polir os teus versos,
igualas até os ritmos catulianos,
empresta-a também a este meu livrinho.
É que tu dar-lhe-ás brilho e outra luz.
E se o julgas um tanto enfadonho e abaixo
do louvor que o bom poeta procura,
para o pobre trabalho não ser a vergonha
do seu velho pai, quero que o renascido
Ájax caia sobre a tua esponja.

⁷⁶ *Cato Minor* (1596), 175-186.

⁷⁷ D. KÖRBLER (1917), 118-123, procede a uma análise geral do núcleo dos *Hendecasyllabi*, dando particular atenção aos poemas que foram dirigidos a figuras relacionadas, de alguma forma, com Dubrovnik.

⁷⁸ Foram em vão os nossos esforços para identificar a palavra ‘scelum’, cuja leitura no original não oferece quaisquer dúvidas. Põe-se a hipótese de ter havido um erro tipográfico, sendo ‘caelum’ a forma dedutível que nos parece mais acertada, quer pela adequação ao contexto, quer pelo respeito do esquema métrico do hendecassílabo. A tradução apresentada reflecte, pois, a dedução da palavra ‘caelum’.

⁷⁹ *Cato Minor* (1596), 175.

Este conjunto de poemas pode dividir-se em duas partes quase simétricas, ainda que distintas do ponto de vista temático: enquanto as primeiras 14 composições têm conteúdos muito diversos, as últimas 16, encimadas por um título comum (*Vinosi hendecasyllabi*), encontram no vinho, de uma ou de outra forma, o seu tema dominante. Em muitas destas composições, o poeta solicita ou agradece aos amigos a oferta de vinhos e, por vezes, ele próprio dá conta de os ter ofertado, como sucede com os três jarros repletos do afamado néctar de Falerno que diz ter enviado a Girolamo Faletti⁸⁰.

O humanista português compõe os hendecassílabos com grande mestria, tanto na forma como no conteúdo, e utiliza-os com fins variados, à semelhança dos poetas latinos que lhe serviram de modelo, tanto para elogiar ou criticar, como para denunciar ou simplesmente aconselhar. Com efeito, entre os destinatários dos poemas, encontram-se, ora pessoas por quem o poeta nutria a maior estima, ora aqueles por quem tinha um profundo desprezo.

A maior parte dos poemas foi dirigida a indivíduos com quem Diogo Pires se relacionou de perto durante os largos anos em que viveu em Dubrovnik, embora haja também algumas composições dedicadas a figuras que conhecera muito antes de aí se ter estabelecido, a exemplo de Girolamo Faletti ou de Ambrosio Nicandro.

10. *Lyrical ad Aldum Mannuccium*⁸¹

Este conjunto da obra, que integra dez odes com três outros poemas, foi dedicada ao célebre humanista e impressor italiano Aldo Manuzio, filho de Paolo Manuzio, com quem o poeta eborense se correspondeu e manteve uma estreita amizade:

AD ALDVM MANNVCCIVM TVSCARVM RERVVM SCRIPTOREM

*Cui dono teneram meam puellam
abductam modo de sinu parentis
Mannuccii? Tibi; namque tu pudice
colis Mnemosynes nouem puellas,
iam tum, cum Medicum peracta bella
et paces Italis reponis actis,
di magni, ingenio ut pari fideque.
Quare dum trepidat modesta uirgo*

⁸⁰ *Cato Minor* (1596), 183 (*Ad Faletum*).

⁸¹ *Cato Minor* (1596), 187-206.

*et uulgi timet ora, ne pudori
desis ingenuo, patrone magne.*⁸²

PARA ALDO MANUZIO, ESCRITOR DAS COISAS TOSCANAS

A quem vou ofertar a minha doce menina
apartada agora mesmo do regaço de seu pai,
ó Manuzio? A ti próprio; pois tu cultivas
com recato as nove jovens filhas de Mnemósine,
desde logo, quando as batalhas travadas pelos Médicis,
e as pazes [alcançadas], tu as colocas entre a gesta itálica,
ó deuses poderosos, como que com semelhante engenho e verdade.
Por isso, enquanto a donzela, na sua simplicidade, palpita
e receia a voz do povo, não faltes
ao seu casto pudor, ó ilustre patrono.

Diogo Pires dirige esta composição dedicatória a Aldo Manuzio, a quem qualifica como «Tuscarum rerum scriptorem», uma vez que este havia publicado em Bolonha, em 1586, uma obra de pendor histórico intitulada *Vita di Cosimo de' Medici, primo Gran Duca di Toscana*.

O poema assenta claramente sobre um antigo modelo bastante conhecido: a composição inicial da colectânea de Catulo, com que o poeta latino dedica o seu *lepidum nouum libellum*⁸³ ao historiador Cornélio Nepos. O poeta eborense, porém, não se limita a compor uma simples imitação descolorida sem acrescentar nada de novo ao original.

De facto, o seu poema vive não apenas da relação evidente que se estabelece com o modelo latino, mas sobretudo da talentosa exploração da comparação do livro a uma doce menina apartada do regaço de seu pai. O livro de poemas é, pois, sentido pelo seu autor como uma verdadeira filha, que o pai vai confiar à protecção do humanista italiano⁸⁴.

As relações de Diogo Pires com esta ilustre família de humanistas e impressores italianos foram sempre bastante cordiais, tendo sido o próprio Aldo, por exemplo, quem se encarregou da edição veneziana de 1582 da elegia *De illustribus familiis quae hodie*

⁸² *Cato Minor* (1596), 189.

⁸³ Catul. 1.1.

⁸⁴ Assinale-se que este tipo de metáfora é bastante usual nos poemas de exílio, de Ovídio, onde os versos são os filhotes que fazem, em seu lugar, a viagem até Roma, que a ele está vedada. Cf. C. A. ANDRÉ (1991b), 77-101.

*Rhacusae exstant*⁸⁵, que havia de ser reeditada mais tarde na parte final da segunda edição do *Cato Minor*.

As dez odes de pendor horaciano que compõem a *Lyrice* versam temas variados e são dirigidas a diversas figuras das relações mais ou menos próximas do poeta eborense, entre as quais se contam, por exemplo, Girolamo Falletti (ode I), Ambrosio Nicandro de Toledo (ode II), Lúcio André de Resende (ode IV)⁸⁶, Mavro Vetranović (ode V), Dominko Zlatarić (ode VI), Jerolim Criević (ode VIII), Micaíl Bunić (ode IX), ou Crisostomo Calvino (ode X).

A cidade de Dubrovnik e os seus mais ilustres cidadãos ocupam em geral um lugar privilegiado no canto do poeta eborense, não sendo este conjunto de poemas disso excepção, como se constata com facilidade pelos nomes da maioria dos destinatários das odes. A própria cidade adriática é celebrada em particular na ode VII (*De urbe Rhacusa*), sendo também objecto principal da ode VIII (*De eadem urbe pestilentia laborante*), onde se invoca a protecção de diversos santos contra o terrível flagelo da peste, que frequentemente assolava Dubrovnik. Por outra parte, a ode III está dedicada à morte trágica da neta do humanista Thomas More, enquanto que a ode V foi composta em memória de Mavro Vetranović.

A *Lyrice* termina com três curtos poemas, o primeiro dos quais dedicado ao velho humanista Lilio Gregorio Giraldi⁸⁷ (*Ad Gyraldum senem*), o segundo ao pontificado de Gregório XIV (*De nauicula Petri sub Greg. XIII P. M.*), e o último ao português Tristão da Cunha, que chefiou a famosa embaixada enviada por D. Manuel, em 1514, ao papa Leão X⁸⁸.

⁸⁵ Note-se que, além desta edição aldina, houve, no mesmo ano, uma outra em Cracóvia. Para uma descrição completa das várias edições desta obra, cf. G. H. TUCKER (1992), 196-197.

⁸⁶ A. C. RAMALHO (1988), 149-150, a quem se deve a edição e tradução deste poema, refuta a afirmação de D. KÖRBLER (1917), 70, de que o destinatário desta ode, intitulada *Ad Lucium Lusitanum poetam*, seria Luís Vaz de Camões. O investigador português veio provar em definitivo no seu estudo que o poeta português a quem Diogo Pires endereçou a composição era, de facto, o humanista eborense Lúcio André de Resende.

⁸⁷ Convém não esquecer as relações amistosas que Diogo Pires estabeleceu, à sua chegada a Ferrara, com o velho e consagrado humanista Lilio Gregorio Giraldi, que fez do jovem humanista português um dos interlocutores principais do seu famoso diálogo *De poetis nostrorum temporum*.

⁸⁸ Cf. *Cato Minor* (1596), 206 (*De Tristano Cunio Regis Portugalliae legato, ad Leonem X Pont. Max.*). C. A. ANDRÉ (1992b), 77-79, procedeu à análise e tradução deste poema.

11. *Tumuli ad Reuerendum Maurum Abbatem Melitensem*⁸⁹

Diogo Pires reúne neste conjunto particular da sua obra cerca de 72 composições poéticas de um género que muito cultivou – os epitáfios⁹⁰. São verdadeiras inscrições tumulares compostas em memória de pessoas desaparecidas, com quem o poeta eborense manteve, na maior parte dos casos, algum tipo de relação ao longo da sua vida.

No início deste núcleo encontra-se uma advertência dirigida directamente ao leitor sobre a efemeridade da vida. Trata-se de um curioso epigrama, em que o poeta afirma ter ficado bastante surpreendido quando, ao entrar no templo da Virgem, pôs os olhos na seguinte mensagem lapidar dirigida pelo próprio defunto a todos os que por ali passavam:

FLAVII IACOBI EBORENSIS TVMVLI.

AD LECTOREM: VIVE MEMOR QVAM SIS AEVI BREVIS.

*Vidi ego et expaui, subeo dum Virginis aedem,
carmina, quae nuda fronte cadaver habet:
«Transmutere licet formas Vertumnus in omnes,
quisquis es, hic mecum tu quoque pulvis eris.
Quod si sorte tibi contingat longior hora,
cum ueniet, dices quam brevis illa fuit.»⁹¹*

EPITÁFIOS DE JACOB FLÁVIO EBORENSE.

AO LEITOR: VIVE RECORDADO DE COMO A VIDA É BREVE.

Eu vi e assustei-me, ao entrar no templo da Virgem,
com os versos que um cadáver ostenta na frontaria sem ornato:
“Ainda que Vertumno se possa converter em todas as formas,
sejas quem fores, aqui comigo tu também serás pó.
E se te couber em sorte uma vida mais longa,
quando ela vier, dirás quão breve ela foi.”

Esta série de poemas foi dedicada a Mavro Vetranović (1482-1576)⁹², em memória de quem Diogo Pires compôs também a Ode V da *Lyrice*⁹³. Após a composição inicial

⁸⁹ *Cato Minor* (1596), 207-231.

⁹⁰ D. KÖRBLER (1917), 129-137, procede à análise temática deste conjunto de poemas, dando particular atenção às composições em que são evocadas algumas das figuras mais ilustres da Ragusa de Quinhentos.

⁹¹ *Cato Minor* (1596), 207.

⁹² D. KÖRBLER (1917), 124, supõe que Diogo Pires terá dedicado a Mavro Vetranović, durante a longa vida deste, os seus mais antigos poemas, como se infere deste poema dedicatório. Em razão da morte de Vetranović, afirma o referido académico, o poeta eborense terá acrescentado mais tarde o já referido poema de abertura dos *Tumuli* dirigido ao leitor. Além disso, assinala-se também a existência de um outro

endereçada ao leitor, este capítulo do *Cato Minor* abre com um poema dedicatório, em que o humanista português recorda vivamente ao poeta lírico as palavras proverbiais de Platão⁹⁴ sobre as vantagens significativas que a reflexão sobre a morte pode trazer à própria vida:

AD F. MAVRYM MELITENSEM ABBATEM

*Hos tumulos atque haec maestis dictata Camenis
carmina, Maure, tibi qualiacumque damus.*

Tu lege, et interea subeat uox illa Platonis:

*“Rectius ut possis uiuere, disce mori”.*⁹⁵

PARA FREI MAVRO, ABADE MELITENSE

Estes epitáfios e estes carmes ditados pelas tristes

Camenas, Mavro, seja qual for o seu valor, a ti tos oferecemos.

Tu lê-os, e entretanto que te venha ao espírito a célebre sentença de Platão:

“Para que com mais rectidão possas viver, aprende a morrer.”

Os *Tumuli* recolhem poemas compostos necessariamente em momentos diferenciados da prolongada vida de Diogo Pires, não sendo possível estabelecer o critério que presidiu à sua ordenação na obra.

O poeta enaltece, em geral, as qualidades e os feitos daqueles que foram morrendo no decurso da sua existência. Tanto são retratadas personagens da mais distinta e elevada condição (Carlos V e D. João de Áustria, o seu filho bastardo, Francisco I da França, Jaime

epitáfio dedicado a esta figura consagrada da literatura croata, publicado igualmente nos *Tumuli*, sob o título *Mauri Vetrarii epit.* (222).

⁹³ *Cato Minor* (1596), 195-196 (*In obitum Mauri poetae Illyrici scripsit postridie Kal. Feb.*).

⁹⁴ A fonte platónica aproximável desta sentença encontra-se sobretudo em dois passos do *Fédon*, onde se define a actividade do filósofo como «um treino de morrer e estar morto» (64a) e «um exercitar-se em morrer» (81a). Coube a Cícero a formulação da referida sentença na filosofia e na literatura posterior, quando afirma que *Tota enim philosophorum uita, ut ait idem, commentatio mortis est* (*Tusc.* 1.74), ou mais adiante que *Secernere autem a corpore animum, nec quicquam aliud, est mori discere* (*Tusc.* 1.75). Devido a esta relação evidente da sentença com o diálogo platónico, Diogo Pires tê-la-á identificado como sendo do próprio Platão, o que mostra tratar-se de uma citação de cor.

No entanto, quando Séneca aconselha Lucílio a *Meditare mortem [...]. Egregia res est mortem condiscere* (*Ep.* 26.8), atribui claramente a sentença a Epicuro. Embora este conceito seja platónico, a sua reformulação, nos termos em que Cícero a apresenta, é de facto um *topos* estoíco-epicurista que remonta a Epicuro. Agradecemos a preciosa ajuda prestada pela Dr.^a Maria Teresa Schiappa de Azevedo na identificação e análise das fontes da sentença de que Diogo Pires se serviu.

O humanista Nathan Chytraeus (1543-1598) recria também a mesma sentença no dístico final de um poema, intitulado *Elisabethae Clingiae*, publicado na sua obra *Poematum praeter sacra omnium libri, septendecim*. Rostochii, Stephan Myliander, 1579, 309-310:

*Vt sancte moriari olim, bene uiuere disce,
et bene quo possis uiuere, disce mori.*

⁹⁵ *Cato Minor* (1596), 208.

V da Escócia, os monarcas portugueses D. João III e D. Sebastião, Estêvão da Gama⁹⁶, irmão de Vasco da Gama, ou o papa Gregório XIV), como amigos próximos ou simples conhecidos do humanista português (Amato Lusitano, Miho Monaldi, Mavro Vetranović, Bartolo Ferrini, Marko Ranjina ou ainda dois reputados bispos de Ston, Petra Gučetić e Bonifacius de Stephanis).

Na extensa galeria das figuras que o poeta eborense canta, predominam naturalmente as pessoas com quem conviveu de perto durante largos anos em Dubrovnik. Há, inclusive, vários epitáfios de crianças e jovens, alguns deles ragusinos, a quem a morte ceifou na flor da vida. O poeta celebra-os quase sempre de forma bastante sentida, não sendo de excluir que muitos deles tivessem sido seus discípulos⁹⁷.

Ao longo destas várias dezenas de epitáfios, de forma e tamanho muito diversificados, encontra-se um grande número de figuras: umas são bem conhecidas e estão perfeitamente identificadas na história europeia, outras representam apenas nomes de pessoas das relações do poeta português, cuja identificação nem sempre é possível fazer com exactidão. Em memória de todos eles, com quem de uma ou de outra forma se cruzou ao longo da sua vida, compôs Diogo Pires este notável conjunto de poemas «maestis dictata Camenis».

12. *Illustres familiae Rhacusanae*⁹⁸

A última parte do *Cato Minor* é ocupada pela reedição desta elegia em que Diogo Pires canta as mais proeminentes famílias ragusinas do seu tempo. Trata-se de um longo poema panegírico que celebra, com algum pormenor, a origem e a história das famílias nobres de Dubrovnik.

A elegia *De illustribus familiis, quae hodie Rhacusae exstant*, antes de ter sido publicada na segunda edição do *Cato Minor*, já tinha sido objecto de duas edições independentes. Ambas tiveram lugar, muito provavelmente, no ano de 1582, uma em Cracóvia e

⁹⁶ C. A. ANDRÉ (1992b), 83-88, 133, 137, analisa minuciosamente os epitáfios que Diogo Pires dedica às figuras ilustres da história portuguesa. Em relação a D. Estêvão da Gama, adianta não ser de excluir que Diogo Pires tenha conhecido o irmão de Vasco da Gama, em Veneza, já que ele viajou para Itália após o seu regresso da Índia, em 1542, por desavenças havidas com D. João III.

⁹⁷ Entre os vários epitáfios de jovens, podem referir-se *Sandi pueri regis cubiculariis cenotaphium* (212); *Labeonis pueri Epit.* (215); *Andreae Franci summae spei adolescentis epit. obiit XXXIII aetatis anno* (216); *Lini adolescentis Rhacusani epit.* (222); *Ioannis pueri Vesallii epit. obiit extinctus aqua putei, in quem deciderat* (227).

⁹⁸ *Cato Minor* (1596), 232-240.

outra em Veneza, esta nos prelos do famoso tipógrafo e humanista Aldo Manuzio, filho do não menos célebre Paolo Manuzio⁹⁹.

Diogo Pires relacionou-se de perto com a fina-flor da sociedade ragusina, como a sua obra evidencia sobretudo pelas múltiplas referências e dedicatórias a membros destacados da ilustre cidade adriática. Não surpreende, por isso, que o humanista português tenha pretendido obter o favor das famílias que governavam Ragusa ao dedicar este poema laudatório «Ad amplissimum Senatum Rhacusanum». A elegia viria a valer-lhe, de facto, a obtenção de um prémio monetário atribuído pelo Senado da República de Ragusa, no ano subsequente ao da sua edição *princeps*, mais precisamente no dia 30 de Agosto de 1583¹⁰⁰.

⁹⁹ Para uma descrição exaustiva das várias edições do poema, cf. G. H. TUCKER (1992), 196-197.

¹⁰⁰ Cf. J. TADIĆ (1971), 242-243.

Capítulo 4

Temas dominantes dos *Disticha Moralia*

1. Critérios de uma inventariação

Os *Moralium distichorum libri III* constituem, como já se referiu, o núcleo central com que se inicia o *Cato Minor siue Disticha Moralia*. Trata-se de uma vasta colecção de dísticos elegíacos, cujo modelo declarado, segundo consta na carta dedicatória aos mestres-escola da cidade de Lisboa, foi a famosa colectânea dos *Disticha Catonis*.

Os *Disticha Moralia* inscrevem-se, assim, no quadro da antiga tradição greco-latina da utilização de textos de tipo proverbial-sentencioso como instrumento pedagógico-didáctico apropriado à educação linguística e moral da juventude¹. Com efeito, a composição dos dísticos morais por parte do poeta eborense insere-se num amplo movimento de revalorização destes textos conforme era preconizado pela pedagogia humanista.

Não foram poucos os humanistas que concederam um lugar privilegiado aos textos proverbiais-sentenciosos, quer na sua teorização sobre a educação, quer no próprio exercício do seu magistério. O número verdadeiramente impressionante de edições dos séculos XV e XVI, tanto de antigas colectâneas greco-latinas, como de outras compostas à imagem e semelhança destas, representa uma prova inegável desta realidade, a que o humanista português não foi alheio.

Deste modo, não é por demais acentuar que os *Disticha Moralia* representam um exemplo verdadeiramente significativo, no âmbito da literatura de sentenças do humanismo português e europeu, de uma colectânea poética de tipo proverbial-sentencioso composta à imagem e semelhança das antigas colecções greco-latinas.

Os três livros independentes em que se divide o conjunto integram um número assinalável de dísticos, a cuja sequência e ordenação não subjaz, todavia, qualquer critério perceptível. De facto, cada dístico constitui uma unidade perfeitamente autónoma em termos de sentido, não sendo possível estabelecer uma relação directa entre cada um dos dísticos, seja com os precedentes, seja com os subsequentes. Neste particular, a obra do

¹ A este propósito, cf. o capítulo 2 da II Parte.

poeta eborense é em tudo semelhante a outras colectâneas em língua latina como os *Disticha Catonis* ou as *Sententiae* de Publílio Siro (nesta última, por exemplo, as sentenças foram ordenadas por ordem alfabética).

Não obstante a forma quase aleatória como os dísticos se sucedem uns aos outros, sem qualquer elo temático entre si, uma das características principais deste género reside no tratamento privilegiado de alguns temas considerados universais. Ora um dos aspectos mais interessantes do estudo dos *Disticha Moralia* consiste, precisamente, na sua análise temática, por forma a verificar quais são os temas mais representativos na colectânea do poeta eborense.

À excepção de um grupo específico de dísticos, que será objecto, mais adiante, pelas suas características distintivas², de um tratamento particular, convém assinalar que os temas dominantes da colectânea do poeta eborense, *grosso modo*, não diferem muito daqueles que se encontram nas colectâneas da tradição greco-latina.

A margem de manobra do humanista português em termos de inovação temática estava bastante limitada por efeito da repetição, ao longo dos séculos, dos mesmos temas nos textos modelares do género. À partida, a própria brevidade e concisão do dístico não se prestava, por assim dizer, à expressão de ideias mais complexas, pelo que, até de um ponto de vista formal, este género não reunia as condições ideais para um tratamento temático muito diferenciado.

O espartilho temático e formal inerente à antiga tradição da literatura de sentenças não foi, porém, suficiente para impedir a manifestação do enorme talento do poeta eborense. Plasmou de forma natural nos seus dísticos elegíacos os *prouerbia* e as *sententiae* que eram parte integrante do imenso lastro de textos proverbiais e sentenciosos originários sobretudo da cultura e literatura clássicas, mas sem excluir de todo textos de outras proveniências. Na verdade, o humanista português recriou de forma inovadora os temas tradicionais e, por vezes, mais do que recriar os textos e os temas que lhe serviram de modelo, houve momentos em que logrou ultrapassar mesmo os limites que o género, de algum modo, lhe impunha.

A colectânea do humanista português contém um extenso manual de regras e reflexões sobre algumas das questões mais universais de sempre. Não tendo a pretensão de estudar, de forma exaustiva, os múltiplos e variadíssimos temas presentes nos *Disticha*

² Remete-se para o subcapítulo 5.2 da III Parte.

Moralia, procede-se neste capítulo a uma análise minuciosa daqueles que a leitura da colectânea comprovou serem nela dominantes.

Houve, por isso, necessidade de definir um critério para proceder a uma arrumação por temas e determinar, por razões metodológicas e funcionais, os conteúdos considerados dominantes. Desta selecção prévia decorreu a identificação de seis temas centrais, que seguidamente serão objecto de uma análise independente: 1. Educação; 2. Costumes e Moral; 3. Felicidade; 4. A Mulher e o Amor; 5. Religião; 6. *Res publica*.

Refira-se, por último, que a análise subsequente incidirá, em grande medida, sobre o núcleo dos *Moralium distichorum libri III*³, mas não deixará de ter em conta, sempre que se julgar pertinente, outros textos publicados nas restantes partes do *Cato Minor*, em particular nos *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III*.

2. Educação

Diogo Pires pode ser considerado, justamente, um verdadeiro pedagogo humanista. A formação dos mais jovens foi sempre uma das suas preocupações ao longo de toda uma vida dedicada às humanidades. A sua obra constitui a prova indiscutível do exercício continuado da sua actividade docente, quanto mais não seja pelas múltiplas referências aos elementos centrais do processo educativo, quer se trate dos seus próprios alunos, de outros professores, muitos deles amigos pessoais do poeta eborense, ou mesmo das próprias matérias.

Não há registo documental, porém, de que o humanista português tenha alguma vez cumprido, oficialmente, o seu magistério numa escola pública em qualquer das várias cidades do continente europeu, por onde deambulou. Ferrara, Ancona e, sobretudo, Dubrovnik afiguravam-se como os três locais mais prováveis, onde Diogo Pires poderia ter

³ Convém recordar a forma diferenciada como são citados os dísticos morais dos três livros e do apêndice final. Em relação aos dísticos de cada um dos três livros independentes, indicar-se-á apenas o livro e os versos respectivos (e. g. *Disticha Moralia* 1.1-2); sempre que se referir um dístico pertencente ao apêndice final que foi publicado entre as páginas 38 e 41, menciona-se o número da página e dos versos (e. g. *Disticha Moralia*, p. 38, 15-16). Apresenta-se o texto da edição de 1596, a não ser nos casos devidamente ressalvados.

Em relação às restantes composições de qualquer das partes do *Cato Minor*, procede-se sempre à simples indicação da página em que se encontra – e. g. *Cato Minor* (1596), 56.

ocupado um lugar de professor, mas a verdade é que não se pode comprovar que tenha leccionado em qualquer escola pública destes três estados⁴.

No entanto, uma simples leitura da obra do poeta eborense não deixa dúvidas de que ele exerceu, com alguma regularidade, uma actividade continuada no ensino das línguas e literaturas grega e latina. Ministrou, decerto, em vários locais, aulas particulares para os filhos das classes mais favorecidas, cujos pais não desconheceriam a sua fama como poeta e mestre consagrado.

De facto, são muitos os seus jovens discípulos referidos ao longo do *Cato Minor*, entre os quais se encontram várias das figuras mais ilustres de Dubrovnik⁵. Acrescente-se ainda que o humanista português era amigo pessoal e/ou convivia de perto com vários colegas de profissão que desempenhavam o seu magistério na escola pública de Dubrovnik ou em escolas italianas, de que são exemplo Ambrosio Nicandro, Angelo Grillo, Antonio Riccoboni, Camillo Camilli ou Pier Vettori.

Convém também recordar, de outro modo, que a concepção da colectânea poética *Cato Minor* assenta na prossecução de um projecto educativo específico, pois os *Disticha Moralia* são compostos para serem utilizados na formação moral e linguística de um jovem príncipe. A obra nasce, pois, sob o claro signo da pedagogia, pelo que se compreende que haja, por vezes, uma reflexão atinente ao próprio processo educativo, mormente sobre a natureza ou a acção dos seus dois interlocutores privilegiados: professor e aluno.

Os *Disticha Moralia*, como já se explicitou, estavam destinados, no plano inicial, a servirem para a formação de Filippo Cosimo, o jovem príncipe toscano, filho do grão-duque Francesco de' Medici, que haveria de falecer de forma prematura. Na sequência deste revés, Diogo Pires ainda procurou endereçar a sua obra a Antonio de' Medici, um filho bastardo do grão-duque, mas a morte trágica do governante florentino deitou por terra todas as suas esperanças. Dedicou, por fim, o livro aos mestres-escola da cidade de Lisboa na esperança de que a sua poesia pudesse ser útil na formação dos jovens alunos olisiponenses.

⁴ D. KÖRBLER (1917), 164, deduz que Diogo Pires teria sido professor de línguas e literaturas clássicas na escola pública de Dubrovnik, mas J. TADIĆ (1971), 240, não confirma esta tese, por não ter encontrado documentação alguma que a comprovasse no Arquivo de Dubrovnik, de que era um excelente conhecedor. Considera mais plausível que o humanista português tenha dado aulas no ensino particular, posição compartilhada por J. P. S. CARVALHO (1980/1981), 88-89, e C. A. ANDRÉ (1992b), 22.

⁵ D. KÖRBLER (1917), 164, apresenta uma listagem dos mais reputados alunos ragusinos de Diogo Pires, alguns dos quais viriam a tornar-se seus grandes amigos.

Não é despidiendo recordar, neste momento, que uma parte significativa das colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos do Humanismo português foi composta precisamente para a formação de um jovem príncipe. Assim aconteceu, por exemplo, com os *Prouerbia* de Cataldo, dedicados ao jovem D. Afonso, filho de D. João II, e também com as *Sententiae* de André Rodrigues Eborensis e de Diogo de Teive, que tinham como objectivo prioritário a formação de D. Sebastião, de cujo nascimento dependia a sucessão directa de D. João III⁶.

Importa, pois, ter em consideração que o *Cato Minor*, não obstante o atribulado processo da sua génese, começou por ser uma colectânea elaborada para ministrar a um príncipe uma formação integral a partir do estudo das inúmeras regras e conselhos espelhados nos dísticos. A educação do futuro governante florentino, quer se tratasse de Filippo Cosimo ou de Antonio de' Medici, foi um desígnio fundamental que o humanista português teve no seu espírito, quando se propôs compor os dísticos morais.

Não se estranha, por isso, que o poeta eborensis tenha dedicado vários dísticos aos temas específicos da educação do príncipe e do exercício do ofício régio, a fim de exaltar as boas práticas e qualidades que fariam do jovem príncipe um monarca amado e respeitado pelos seus súbditos⁷. Na verdade, um dos primeiros dísticos da colectânea interpela o príncipe a fim de lhe dar alguns conselhos essenciais para que ele possa vir a governar, no futuro, de uma forma justa e sensata:

*Qui rex natus eris, regales nitere in artes
et correcta piis legibus arma tene.*⁸

Tu que terás nascido rei, apoia-te nas artes reais
e sustém as armas forjadas nas sagradas leis.

A ascendência régia é um factor deveras importante, mas não deve ser entendida como decisiva para o bom desempenho do príncipe:

*Non satis ut magno iactes te principe natum,
at satis ut magno principe digna geras.*⁹

⁶ Remete-se para o capítulo 8 da II Parte, *Colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos em língua latina no Portugal de Quinhentos*, onde cada um destes textos foi analisado de forma individualizada.

⁷ A imagem do príncipe cristão como estratégia política e modelo educativo foi uma temática bastante grata aos humanistas, que lhe deram forma em textos muito diversificados desde as colectâneas proverbiais-sentenciosas, a que se fez referência, até aos tratados como o *De regis institutione et disciplina* de Jerónimo Osório. Cf. N. C. SOARES (1994a) e (2004), 181-230.

⁸ *Disticha Moralia* 1.13-14.

⁹ *Disticha Moralia* 1.21-22.

Não basta que te vanglories de ser filho de um príncipe ilustre,
mas basta que pratiques acções dignas de um príncipe ilustre.

A prática de determinadas actividades físicas, que contribuem para o adestramento na arte militar, é vivamente recomendada para um herdeiro do trono. Assim também a juventude romana nadava ou montava a cavalo, sempre que pretendia exercitar-se (1.87-88); por forma a que o filho de Aníbal não seja indigno dos feitos paternos, deverá ser adestrado desde pequeno na arte da guerra (1.231-232).

No início do livro terceiro dos *Disticha Moralia*, o humanista português dirige-se de novo ao príncipe etrusco para reclamar a sua atenção para os poemas desta última parte (3.9-10). O dístico seguinte volta a ter como destinatário explícito o jovem governante, que deve elevar-se pelos mais altos caminhos, sempre guiado pela sua virtude e pelo exemplo ilustre do seu próprio pai. Aliás, se o monarca alcançar a glória dos feitos ilustres, caberá ao seu filho herdeiro exaltá-la em qualquer lugar (1.173-174):

*Et te tollere humo contende atque ire per altum,
quo tua te uirtus et pater ipse uocat.*¹⁰

Esforça-te por te ergueres acima do chão e ires pelas alturas,
para onde a tua virtude e o teu próprio pai te chama.

Ainda que haja vários dísticos morais expressamente relacionados com a figura do príncipe, todavia, convém assinalar que a maioria das composições tem como destinatário um público mais alargado, que acaba por se identificar com os jovens alunos de Lisboa, para quem se iniciava o estudo das *litterae humaniores*.

É forçoso considerar, antes de mais, que a educação das crianças passa, em geral, pela aquisição de determinadas regras básicas de comportamento, que lhes devem ser inculcadas, desde tenra idade, tanto pelos progenitores como pelos preceptores:

QVAE A TENERIS ANNIS DISCENDA

*Adfari blande, complecti comiter omnes,
pauca loqui et nulli, Didace, uerba dare,
hoc tuus a teneris ediscat Tullius annis,
ante pilos magnos aequet ut ille senes.*¹¹

¹⁰ *Disticha Moralia* 3.11-12.

¹¹ *Cato Minor* (1596), 96.

O QUE SE DEVE APRENDER DESDE TENRA IDADE

Exprimir-se com brandura, tratar todos com amabilidade,
falar pouco e a ninguém, Diogo, enganar,
que o teu Túlio aprenda isto desde tenra idade,
para que ele, antes de ter pelos no rosto, iguale os ilustres anciãos.

Os pais constituem, de facto, os primeiros responsáveis pela educação dos seus próprios filhos. Assim como uma criança, a quem um rubor casto assomou à face, constitui uma grande esperança para o seu pai (3.105-106), assim também um filho será a glória do pai, sempre que aborrecer Vénus, as plumas e os vinhos estrangeiros (3.199-200). A melhor formação que os progenitores podem proporcionar aos seus filhos é instruí-los nas artes liberais e nos bons costumes:

*Artibus ingenuis et moribus instrue natos;
nec maiora potes, nec meliora dare.*¹²

Educa os teus filhos nas artes liberais e nos bons costumes;
nada maior nem melhor lhes podes dar.

O amor cria raízes profundas entre os pais/professores e os filhos/alunos, pelo que não é fácil apagar os primeiros ensinamentos que se arraigam nos tenros espíritos das crianças (1.39-40); para fazer jus à imagem horaciana¹³, convém dirigir palavras elogiosas aos ouvidos pueris, para que o vaso, depois de vertido o néctar, continue a exalar o seu doce perfume por muito tempo (1.23-24); por tudo isto, os filhos não devem ser educados com recurso à violência, mas ao exemplo:

*Verberibus seruos, exemplo corrige natos;
uulgatum est: 'Domini murmure gaudet equus'.*¹⁴

Com açoites, corrige os escravos, com o exemplo, os filhos;
diz-se por aí: 'O cavalo alegra-se com a voz do dono'.

A devoção filial, por outra parte, assume um valor crucial na relação entre pais e filhos. Os jovens estão obrigados a possuir e cultivar este sentimento de respeito e de veneração – *pietas* – para com aqueles a quem estão ligados pelo sangue. Eneias ilustra, através do seu próprio exemplo, como o amor filial deve ser devotado aos pais em

¹² *Disticha Moralia* 1.33-34.

¹³ Hor. *Ep.* 1.2.67-71.

¹⁴ *Disticha Moralia* 1.111-112.

quaisquer circunstâncias (1.29-30), quer isso venha a constituir para os filhos uma tarefa fácil ou difícil (p. 40, 79-80):

PIETAS IN PARENTES

*Quae damus e magni Musis desumpta Maronis,
haec tuus ediscat, uerset et ore puer.
Vt simul accendat uirtutem carmen, et alte
haereat in tenero pectore patris amor.
Cesserat Aeneas fatis, postquam inclyta Troia
arserat, et Priamus iam cinis ater erat.
Pone subit coniux, paruus praecedit Iulus.
Stat pater Anchises ardua colla super.¹⁵*

DEVOÇÃO PARA COM OS PAIS

O que ensinamos colhido nas Musas do grande Marão,
que o teu filho o aprenda e o diga de cor,
para que, ao mesmo tempo, o carme inflame a virtude e segure,
no mais fundo do tenro espírito, o amor ao pai.
Cedera Eneias aos fados, depois de a ínclita Tróia
ter ardido e de Príamo ser já uma negra cinza:
atrás vem a esposa, o pequeno Julo caminha à frente,
está o pai Anquises no cimo dos ombros.

Se é verdade que os pais assumem um papel primordial na educação dos filhos, não é menos certo que do magistério exercido pelo professor dependerá, em grande medida, a formação integral e harmoniosa das crianças e jovens, condição *sine qua non* para se tornarem bons cidadãos. Os filhos devem aos pais a valiosa dádiva da vida; já o facto de levarem uma vida correcta e digna, por outro lado, ficam a devê-lo, não a quem os gerou, mas a quem os ensinou com rectidão (3.179-180):

*Non qui te genuit, sed qui bene struxit in artes,
ille tuum decus est, et tuus ille parens.¹⁶*

Não quem te gerou mas quem bem te instruiu nas artes,
esse é a tua glória, esse é o teu pai.

Os jovens devem, pois, respeitar pais e professores, mas, muito mais importante ainda, será respeitarem-se também a si próprios:

¹⁵ *Cato Minor* (1596), 148.

¹⁶ *Disticha Moralia* 1.153-154.

*Si praeceptorem et caros reuerere parentes,
permultum est; at te si reuerere, plus est.*¹⁷

Se respeitares o teu preceptor e os teus queridos pais,
já é muitíssimo; mas se te respeitares a ti, ainda mais é.

O bom desempenho da função docente exige, em primeiro lugar, que o professor tenha um excelente conhecimento da matéria a leccionar aos jovens, mas implica, igualmente, uma percepção apurada do perfil psicológico comum aos discentes de cada uma das faixas etárias. O docente tem de saber adequar a sua actuação, em cada momento, às necessidades próprias e específicas de cada um dos discentes:

*Sunt duo discipuli, quorum calcaribus alter,
alter eget fraeno, doctus uterque tamen.*¹⁸

Há dois discípulos, um dos quais carece de esporas,
o outro de freio; um e outro, no entanto, podem ser ensinados.

De outro modo, é conveniente que o mestre tenha perfeita consciência de que, por vezes, a manifestação de um acesso momentâneo de ira, nas crianças, não deve ser entendida como uma falha grave:

PVERILIS IRA VITIO CARET

*Nemo quidem sanae mentis laudauerit iram.
Ira furor brevis est, nec nocet illa parum.
Si tamen in pueri teneros inuaserit annos,
nuntia magnanimi pectoris esse solet.*¹⁹

A FÚRIA NUMA CRIANÇA É ISENTA DE PECADO

Não há ninguém que tenha louvado a ira de uma mente sã.
A ira é uma fúria breve e não é pouco nefasta.
Se ela, porém, aparecer nos tenros anos de uma criança,
costuma ser mensageira de um coração nobre.

Na verdade, a larga experiência humana e pedagógico-didáctica do mestre deve permitir-lhe fazer uma avaliação, a partir da simples evolução das crianças durante a aprendizagem das primeiras letras, sobre qual é a sua verdadeira natureza e aptidões:

¹⁷ *Disticha Moralia* 3.19-20.

¹⁸ *Disticha Moralia* 1.169-170.

¹⁹ *Cato Minor* (1596), 97.

DE PVERORVM INDOLE

*Cum primum collo suspendit aratra iuueni
agricola et stimulo uertere cogit humum,
protinus agnoscit qualis bos ille futurus,
num bonus armentis commodiorue iugo.
Non secus ingenio spectatur et indole ab ipsa,
cum puer applicuit litterulis animum.*²⁰

DA ÍNDOLE DAS CRIANÇAS

Mal o agricultor atrela o arado ao cachaço do
bezerro e, com o aguilhão, o obriga a revolver a terra,
logo fica a saber que espécie de boi ele há-de ser,
se será apropriado à manada ou mais conveniente ao jugo.
Não de outro modo se há-de julgar pelo engenho e pela própria índole,
quando a criança dedica o espírito às primeiras letras.

Os jovens discípulos são também destinatários de alguns conselhos. Assim, é desejável que o aluno tenha bem presente no seu espírito a importância, não de ler muito, mas de ler o que é verdade (3.63-64); além disso, a prática de um discurso simples convém à verdade das coisas e não carece da palavra arguta do retor (3.61-62). De outro modo, os jovens têm de perceber quando é chegado o momento em que já não lhes convêm as brincadeiras próprias das crianças (1.79-80).

Os mais novos devem ter como figuras de referência, não só os pais e os professores, mas também os anciãos, cuja experiência de vida e valioso conselho lhes serve de exemplo e ensinamento. Floresceu e prosperou o Lácio, por muito tempo, com a obediência dos jovens e o conselho dos velhos (1.247-248); aos jovens que acompanham com frequência os velhos, o próprio Catão eleva-os até aos astros (2.165-166); os jovens devem pedir conselho aos velhos, já que a própria juventude lhes concederá a força da ousadia (3.51-52); a deferência dos jovens pode mesmo ajudar os anciãos, como o próprio poeta, a suportar com mais facilidade a já avançada velhice (3.187-188):

*Fit leuis interdum nobis prouecta senectus,
cum iuuenum adsurgit turba modesta seni.*²¹

Torna-se leve, por vezes, para nós a provecta velhice,
quando um grupo de jovens se levanta com respeito na presença de um velho.

²⁰ *Cato Minor* (1596), 148.

²¹ *Disticha Moralia* 1.165-166.

Na opinião do poeta, a dureza da velhice pode ser igualmente amenizada pela dedicação aos doces estudos. É que os frutos que advêm do seu cultivo constituem um verdadeiro prazer para os mais velhos:

*Si qua senescenti contingit forte uoluptas,
mollibus e studiis dulcior illa uenit.*²²

Se algum prazer toca em sorte a quem envelhece,
ele brotou mais agradável dos doces estudos.

Mas a procura constante do saber, através da aplicação esforçada aos estudos, é uma actividade nobre que todos os homens, na medida das suas possibilidades, devem procurar exercitar ao longo da sua vida. O poeta afirma ter conduzido essa busca do conhecimento de forma continuada por todas as etapas da sua vida, mas agora, que chegou à velhice, confessa convictamente que mais lhe agrada ainda aprender:

SOLONIS VOTVM

*Multa puer uidi, iuuenis quoque multa senexque,
ut se quaeque dabant tempora, multa tuli.
Multa simul didici. Verum seu Nestoris annos,
seu Priami uincam, discere plura libet.*²³

VOTO DE SÓLON²⁴

Muito vi em criança, em jovem também muito e em velho,
à medida que o tempo produzia cada ensinamento, muito fui aprendendo.
Muito, ao mesmo tempo, aprendi. Com efeito, se eu exceder os anos de Nestor
ou de Príamo, muito mais me agrada aprender.

Nesse mesmo sentido, o poeta manifesta, de forma inequívoca, a sua paixão pelo conhecimento da divina ciência das coisas:

²² *Disticha Moralia* 3.45-46.

²³ *Cato Minor* (1596), 97.

²⁴ O poeta eborense evoca aqui a famosa sentença de Sólon «Γηράσκω δ' αἰεὶ πολλὰ διδασκόμενος» (frg. 28 Gentili-Prato), tantas vezes referenciada e citada na Antiguidade Greco-latina. Trata-se de facto de um verso bastante conhecido que foi utilizado por autores tão díspares como Platão, Ésquilo, Plauto, Cícero, Séneca, Valério Máximo, entre muitos outros. Para uma análise exaustiva das inúmeras adaptações e alusões que foram sendo feitas a esta máxima, cf. R. TOSI (2000), n.º 385. Note-se também a existência de um afloramento da sentença do legislador ateniense num dos célebres *Disticha Catonis*, 4.27:

*Discere ne cessa, cura sapientia crescat:
rara datur longo prudentia temporis usu.*

Não deixes de aprender, preocupa-te com que a sabedoria cresça:
a rara prudência é fornecida pelo longo uso do tempo.

*Nil te praeter amem diuina scientia rerum.
Tu terras et tu sidera summa regis.*²⁵

Que eu nada ame, além de ti, ó divina ciência das coisas.
És tu que reges o mundo e os astros do céu.

O próprio poeta parece deixar transparecer, desta feita de forma mais evidente que no dístico anterior, a sua experiência pessoal, bem marcada pelo uso da primeira pessoa. A busca do conhecimento não constitui para ele, de acordo com o dístico acima comentado, apenas um extraordinário prazer na sua velhice, o que já seria bastante. É mais do que isso, pois a ciência serve de doce consolação à profunda dor que lhe provocou o seu penoso exílio:

*Nil mihi doctrina iucundius, illa laboris
illa mei exsilii dulce leuamen habet.*²⁶

Nada há para mim mais agradável que a ciência: é ela que serve
de doce consolação à minha dor e ao meu exílio.

A via para o conhecimento, no entanto, é um caminho árduo e difícil que exige um empenho e uma aplicação a toda a prova da parte de quem o pretende trilhar. Valha uma vez mais a experiência pessoal do poeta, quando afirma que nada lhe caiu do céu, antes pelo contrário, tudo foi obtido por ele com grande esforço e dedicação à luz da candeia que costuma alumiar os seus estudos:

*Quae mihi nec dono, grandi neque uenit aere,
ecce tamen studiis fida lucerna meis.*²⁷

O que me chegou, não chegou de presente nem da imensidão dos ares;
eis aqui, pois, a candeia dedicada aos meus estudos.

Note-se que a educação não é encarada como um processo limitado apenas aos primeiros anos da infância e adolescência nem está centrada, de forma exclusiva, nas figuras tutelares do pai, do professor ou do ancião. Não restam dúvidas de que essas três figuras desempenham um papel diferenciado mas de suma importância na instrução dos mais novos.

A formação integral das crianças deve iniciar-se desde tenra idade com a aprendizagem de regras básicas de comportamento e das primeiras letras sob a vigilância atenta

²⁵ *Disticha Moralia* 2.139-140.

²⁶ *Disticha Moralia*, p. 39, 45-46.

²⁷ *Disticha Moralia* 3.95-96.

dos progenitores e dos mestres. É a idade propícia, por natureza, para gravar no tenro espírito dos jovens as regras e os conhecimentos fundamentais que os hão-de acompanhar para o resto das suas vidas.

Ao professor cabe a maior responsabilidade neste processo de formação, pois dele depende, em grande medida, o sucesso na aprendizagem dos seus educandos. É, pois, a figura central na educação das crianças: tanto é obrigado a dominar muito bem as matérias, como tem de saber também qual a forma mais eficaz e proveitosa de as transmitir com êxito a todos os seus discípulos.

Deste modo, é imprescindível, por um lado, que o mestre conheça muito bem os traços psicológicos e comportamentais característicos dos discípulos que tem diante de si e, por outro, que saiba adequar a sua actuação, a cada momento, mediante as condições específicas do processo de ensino-aprendizagem.

Da parte dos discentes exige-se também bastante aplicação e esforço nas actividades escolares. Não se deve esquecer que a procura e aquisição do conhecimento nem sempre é um processo livre de escolhos, pois exige da parte de quem o demanda uma aplicação sistemática, disciplinada e devotada aos doces estudos.

Os mais velhos ocupam, como antes se disse, um lugar destacado na educação dos jovens. Constituem, de facto, uma referência única e incontornável, pois a experiência e o saber acumulado ao longo de uma vida fazem com que o seu exemplo e conselho devam ser escutados pelos mais jovens. Mas não se pense que os mais avançados na idade devem dar por concluída a sua formação. Pelo contrário, a busca permanente do saber através dos estudos pode servir de grande prazer na última etapa da vida.

A educação é, portanto, encarada como um projecto continuado, que decorre, no fundo, ao longo de todo o percurso da existência humana. Os primeiros anos revelam-se cruciais na aquisição dos saberes e das regras fundamentais que hão-de moldar para sempre a vida dos futuros cidadãos. Mas a formação do homem, *lato sensu*, deve prosseguir muito para além desta primeira fase da vida, já não tanto pela simples frequência escolar dos primeiros anos, mas por vontade própria, esforço e orientação de cada indivíduo. Há, efectivamente, uma força que nos impele, de forma decisiva, para a busca continuada do saber, retratada nas palavras do poeta como a paixão pela «diuina scientia rerum».

3. Costumes e moral

a) Virtudes e vícios

O enaltecimento das qualidades humanas que devem configurar o *uir bonus*, por oposição àquelas que se censuram no *uir malus*, constitui uma das preocupações centrais, como seria de esperar, de uma colectânea de dísticos com uma declarada intenção didáctica e moralizadora.

A *uirtus* é um conceito bastante complexo, que concentra ideias e valores nucleares da cultura grega e romana. A evolução da *uirtus* romana percorre um caminho muito semelhante ao da *ἀρετή* grega, que exerce, aliás, uma influência determinante sobre o ideal romano. A *uirtus* tanto comporta o antigo sentido de ‘coragem’, sobretudo no campo militar, que nunca virá a perder, como designa uma pluralidade de qualidades de carácter²⁸. O próprio poeta revela perfeita consciência de que o conceito de *uirtus* se pode desdobrar em várias componentes, ainda que qualquer uma delas seja sempre digna de igual louvor:

VIRTVS DIVERSA AT PARI LAVDE

*Condit aquaeductus, muros, naualia, portus,
Marcus, et e niueo marmore templa locat;
at Numa captiuos emit a praedonibus Afris.
Sic sacer in libris ille uel ille meis.*²⁹

A VIRTUDE É DIVERSA MAS SEMPRE MEREDEDORA DE IGUAL LOUVOR

Marco constrói aquedutos, muralhas, estaleiros,
portos e com mármore branco como a neve edifica templos;
mas Numa resgata cativos dos piratas africanos.
Por isso, tão venerando é nos meus livros um como o outro.

A acção dos fados e do tempo fez com que os ilustres vencedores de outrora passassem à condição de simples vencidos ou tivessem mesmo desaparecido. No entanto, a *uirtus*, que eles granjearam com os seus feitos, é imortal e permanece, por isso, incorruptível:

²⁸ Para uma análise da problemática da definição e da evolução do conceito de *uirtus* na cultura romana, cf. M. H. ROCHA PEREIRA (2002), 405-415.

²⁹ *Cato Minor* (1596), 108.

VIRTUS IMMORTALIS

Vixerunt Troes; fortes, uixistis, Achiui.

Troia aequata solo est, Graecia uicta iacet.

Lex ea nimirum fatorum, is temporis ordo:

*orta cadunt, uirtus intemerata manet.*³⁰

A VIRTUDE IMORTAL

Os Troianos venceram, vós, fortes Aqueus, vencestes,

Tróia está por terra arrasada, a Grécia jaz vencida.

É essa, por certo, a lei dos fados, essa é a sucessão do tempo:

o que se levanta, cai; a virtude mantém-se pura.

De facto, o significado de *uirtus* adquire uma grande amplitude e, num sentido menos restritivo, pode mesmo compreender tudo o que é bom, sejam acções, qualidades ou carácter. A própria utilização do plural *uirtutes* revela, desde tempos recuados, a necessidade de procurar descrever o desdobramento do conceito nuclear nas várias partes que o integram.

Na colectânea de dísticos morais do humanista português, tanto se encontra a *uirtus* que equivale, regra geral, a um conceito abstracto englobante como as *uirtutes* que correspondem à soma das qualidades de carácter, ocorrendo também, embora com menos frequência, o velho sentido de ‘valentia’, bem patente nos dois poemas atrás apresentados.

A este respeito, é pertinente assinalar a existência, na parte final dos *Disticha Moralia*, de um conjunto de dísticos encabeçados pelo sugestivo título genérico *Quattuor uirtutes unde omnia uitae officia manant*. A cada uma das quatro virtudes cardeais, devidamente identificadas no título específico dos poemas, foi dedicado um dístico alusivo à respectiva *uirtus*: *Prudentia*, *Iustitia*, *Fortitudo* e *Temperantia*.

A representação alegórica de conceitos abstractos na forma de figuras femininas não era de todo estranha ao mundo romano, como se comprova pelas figuras esculpidas em vários arcos imperiais. Já antes o próprio escudo que o Senado tinha oferecido a Augusto, em 27 a. C., tinha gravado as quatro qualidades que o ilustravam: *Virtus*, *Clementia*, *Iustitia* e *Pietas*³¹.

Decerto sob inspiração dos modelos clássicos, o famoso pintor e gravador Albrecht Dürer (1471-1528) executou uma das mais portentosas representações alegóricas das quali-

³⁰ *Cato Minor* (1596), 105.

³¹ Cf. M. H. ROCHA PEREIRA (2002), 405-406; N. C. SOARES (1994a), 193 e 187.

dades que devem distinguir o modelo de governante ideal, ou seja, a magnífica gravura que representa o majestoso carro triunfal de Maximiliano I, em que as quatro virtudes cardeais, sob a forma de elegantes figuras femininas, de mãos interligadas por coroas, rodeiam o imperador, assentes sobre as quatro colunas erigidas nos ângulos do carro. Trata-se, na realidade, de uma representação do paradigma do príncipe do Renascimento, que assenta sobre um ideal ético-político, em que a moral serve de fundamento à vida política³².

A ajuizar pela análise dos *Disticha Moralia* e dos *Carmina Moralia*, deduz-se que Diogo Pires comungava, em grande medida, do mesmo ideal ético-político subjacente à representação de Dürer, que manteve, por sinal, relações estreitas com alguns membros da comunidade portuguesa estante em Antuérpia.

Deve sublinhar-se que a colectânea dos *Disticha Moralia* também se destinava, de início, a um príncipe da cristandade, a quem era necessário instruir na crença e no respeito dos valores e das qualidades morais comumente celebrados na figura do governante ideal. É provável, por isso, que o poeta eborense tivesse a famosa imagem de Dürer no seu espírito quando compôs esta série de poemas, até porque se refere, de forma inequívoca, à *Temperantia* como uma *uirgo*.

No entanto, este conjunto de quatro dísticos reveste-se de uma importância ainda maior, porque não se define apenas o conjunto básico de qualidades morais que devem distinguir o príncipe, mas também todo e qualquer cidadão, que faça parte integrante da *res publica*. O homem que vive em sociedade não poderá nunca aspirar à condição de *uir* e de *ciuis bonus* sem a observância estrita das quatro virtudes cardeais, de onde nascem verdadeiramente todos os deveres da vida em comum: *Prudentia*, *Iustitia*, *Fortitudo* e *Temperantia*.

Justifica-se, pois, a apresentação integral desta série de quatro dísticos que está publicada na parte final do livro terceiro de dísticos morais:

QVATTVOR VIRTUTES VNDE OMNIA VITAE COMMVNIS OFFICIA MANANT

PRVDENTIA

Omnis ab emeritis oritur prudentia canis.

Desipit ille mihi, qui sapit ante pilos.

³² Sobre a representação do carro triunfal de Maximiliano I e a sua dimensão ideológica e filosófico-política, cf. N. C. SOARES (1994a), 191-197, que apresenta também uma reprodução da gravura do artista alemão.

IVSTITIA

*In terras Astraea ueni, ne decidat orbis.
Machina in antiquum iussa redire chaos.*

FORTITVDO

*Nec generosam animam dignatur funere uili
fortis Iber, nec uult crebra pericla pati.*

TEMPERANTIA

*Quae ratione animi surgentes temperat iras,
illa mihi ante alias uirgo colenda uenit.*³³

AS QUATRO VIRTUDES DE ONDE EMANAM TODOS OS DEVERES DA VIDA COMUM

PRUDÊNCIA

Toda a prudência nasce das cãs que se mereceram.
Não tem sabedoria, a meu ver, aquele que tem sabedoria antes dos cabelos brancos.

JUSTIÇA

Vem para a terra, Astreia, para que o orbe não sucumba.
A máquina do mundo foi mandada regressar ao antigo caos.

FORTALEZA

O forte Ibero não julga uma alma nobre digna de
um vil funeral, nem quer suportar perigos vezes sem conta.

TEMPERANÇA

Aquela que, à força da razão, modera as fúrias que no coração despertam,
essa é a donzela que, primeiro que todas as outras, eu entendo dever ser cultivada.

Na colectânea de dísticos morais do humanista português, a *uirtus*, na sua forma singular, surge também, não raras vezes, como representação de um conceito abstracto englobante, como pode constatar-se, com relativa facilidade, através da análise de algumas ocorrências.

Assim, considera-se que é tal a importância da *Virtus* que, se ela se revelasse alguma vez aos olhos dos homens, não haveria decerto na terra deusa mais agradável:

*Humanis oculis si Virtus alma pateres,
nulla Dea in terris esset amabilior.*³⁴

³³ *Cato Minor* (1596), 37. Note-se que a composição dedicada à *Fortitudo* corresponde a uma repetição integral do dístico 2.91-92.

Se a Virtude, que de tudo é mãe, se revelasse aos olhos dos homens,
não haveria deusa na terra mais agradável.

De facto, a *uirtus* é a única que ensina o que é torpe e o que é honesto, pelo que é de toda a conveniência tê-la por guia e única lei (2.7-8); é que a *uirtus* contém em si própria tudo o que é bom e de nada carece quem a tem na sua companhia:

*Omnia habet uirtus in se bona; nullius ergo
indiget, assidue cui sedet illa comes.*³⁵

A virtude contém em si todos os bens; por isso, de nada
carece aquele a quem ela serve com frequência de companhia.

No entanto, o homem deve ser responsável pela opção que faz no decurso da sua existência entre *uirtus* e *uitium*, pois é da sua livre vontade que vai depender a criação das condições necessárias à construção da tão desejada perfeição. Não restam dúvidas de que cada um é obreiro da sua própria sorte³⁶, porque está depositada nas suas mãos, em grande medida, a escolha do caminho do bem ou do mal. O palácio da *Virtus* não se encontra à vista dos ociosos, pois só com muito trabalho e esforço se consegue percorrer o difícil caminho que a ele conduz:

*Non patet ignavis Virtutis regia. Ad illam
et labor et sudor ducit et arcta uia.*³⁷

Não está à vista dos ociosos o palácio da Virtude. Para ele
conduz o trabalho e o esforço e um difícil caminho.

O agradável prazer que advém do que é feito com rectidão constitui, segundo assevera Cícero, o sumo bem (3.23-24); não se estranha, por essa razão, que o *uir bonus* tenha a consciência perfeita, em quaisquer circunstâncias, do que é recto:

*Nec metuit rhonchos, uulgi neque sibila curat
uir bonus, et recti conscius ipse sibi.*³⁸

O homem de bem nem receia as zombarias nem cuida
dos assobios do vulgo e ele próprio tem consciência do que é recto para si.

³⁴ *Disticha Moralia* 1.7-8.

³⁵ *Disticha Moralia* 1.15-16.

³⁶ Note-se que um poema do livro segundo dos *Carmina Moralia* tem precisamente o título de *Vnusquisque fortunae suae faber* – Cato Minor (1596), 123.

³⁷ *Disticha Moralia* 2.9-10.

³⁸ *Disticha Moralia* 2.269-270.

Além disso, não se deve menosprezar um homem pelas suas vestes, pois a mais pura virtude esconde-se, muitas vezes, atrás de uma roupa já gasta (p. 39, 47-48); ao invés, não basta alguém passar a vida a exaltar a virtude apenas com palavras, para que dessa forma a possa alcançar para si próprio:

*Ecquid uirtutem uerbis attollis, inepte?
Exercenda tibi protinus illa uenit.*³⁹

Acaso é com palavras que exaltas a virtude, tolo?
Se a praticares, logo ela se manifesta.

A glória que a virtude granjeia há-de crescer para sempre e está acima das riquezas dos reis (3.175-176); no entanto, de nada servirá exortar um engenho servil à ilustre virtude:

*Ingenium seruire haudquaquam horteris ad altam
uirtutem; gaudet serpere porcus humi.*⁴⁰

Não exortes o engenho servil a uma subida
virtude; o porco gosta de chafurdar no chão.

É bastante curiosa a forma como virtudes e vícios são caracterizados, lado a lado, em alguns dísticos. Assim, diz-se que a natureza da inveja é dupla: uma parte é sempre nociva, mas a outra costuma andar de mãos dadas com a virtude:

*Inuidiae duplex genus est: nocet altera semper,
altera uirtuti par comes ire solet.*⁴¹

É dúplice a natureza da inveja: uma parte é sempre prejudicial,
a outra costuma andar a par da virtude e em sua companhia.

Mas a *inuidia* não teima apenas em prosseguir caminho ao lado da *uirtus*, pois também acompanha de muito perto a *gloria*, como ressalta num pequeno poema dos *Carmina Moralia*:

INVIDIA GLORIAE COMES

*Etsi magnorum dicor comes incllyta regum,
uersor et inter equos, inter et arma ducum,
laudor et egregiis a uatibus, attamen ipsam
inuidiam experior gloria carnificem.*⁴²

³⁹ *Disticha Moralia* 3.35-36.

⁴⁰ *Disticha Moralia*, p. 40, 57-58.

⁴¹ *Disticha Moralia* 2.225-226.

A INVEJA É COMPANHEIRA DA GLÓRIA

Embora eu seja considerada uma ilustre companheira dos grandes reis
e me encontre entre os cavalos e entre os exércitos dos generais,
e seja celebrada por famosos poetas, todavia, até eu,
a glória, experimento a tortura da própria inveja.

Um outro curioso exemplo de associação entre virtudes e vícios, já não numa relação simples de uma para um, como sucede nos exemplos atrás referidos, mas de duas para dois, verifica-se na contraposição de *honor* e *uirtus*, de uma parte, a *dedecus* e *uitium*, da outra:

*Vt uirtutis honor comes est, ita dedecus illi,
cui uitium cordi est, ad latus ire solet.*⁴³

Assim como a honra anda na companhia da virtude, assim também a desonra
costuma andar ao lado daquele que tem o vício no coração.

Há que referir ainda uma última relação, um pouco diferente das anteriores, entre a *uirtus* e a *fortuna* com a correspondência directa de cada uma a figuras distintas da história antiga – Alexandre Magno e César:

*Virtus et fortuna aequae celebrantur, et ista
Pellaei iuuenis, Caesaris illa comes.*⁴⁴

Virtude e fortuna celebram-se por igual, mas uma
acompanha o jovem de Péla, a outra César.

Se é feita com grande veemência a apologia das qualidades morais que devem caracterizar o *uir bonus*, não é com menos vigor que se procede à rejeição liminar dos defeitos que o tornam merecedor do qualificativo de *malus*. Alterna-se, de facto, entre o elogio declarado da *uirtus* e a rejeição do *uitium*, entre o incentivo a uma e a tentativa de correcção do outro. É que a vida é uma luta constante no decurso da qual o homem tem de fazer a sua opção, desde que nasce até que morre, entre as forças contrárias do bem e do mal:

*Iustitiae assertor, uitium fuge et illud habeto:
caetera uirtuti prona futura tuae.*⁴⁵

Ó paladino da justiça, fuge do vício e tem isto em atenção:
o tempo que te resta é favorável à tua virtude.

⁴² *Cato Minor* (1596), 105.

⁴³ *Disticha Moralia*, p. 40, 75-76.

⁴⁴ *Disticha Moralia*, p. 40, 63-64.

⁴⁵ *Disticha Moralia* 2.167-168.

A definição do que é um homem sábio, sensato e perfeito passa precisamente pela negação dos seus contrários. Na verdade, para que alguém possa reunir na sua pessoa estas mesmas qualidades, que correspondem à *sapientia* e à *uirtus* da formulação horaciana⁴⁶, será forçoso que careça de vício, porque a *uirtus* exclui de forma liminar o *uitium* e a *sapientia* a *stultitia*:

*Qui sapiens et qui uir frugi et factus ad unguem?
Dicam ego: qui uitio stultitiaque caret.*⁴⁷

Que homem é sábio e que homem é sensato e perfeito?
Eu to direi: aquele que carece de vício e de estultícia.

Qualquer que seja o tempo de vida que lhe tiver sido destinado, o homem deve respeitar uma condição essencial para prosseguir a sua existência no caminho da perfeição: procurar sempre viver de forma honesta. É que aquele que vive bem, acaba sempre por viver muito:

QVAE VITA OPTANDA

*Nemo mihi, nemo Cumaeos optet et annos,
nemo uelit Pylîi Nestoris ire dies.
Id uelit, ut sancte liceat traducere uitam.
Nam bene qui uixit, uixit et ille diu.*⁴⁸

QUE VIDA SE DEVE ESCOLHER

Que ninguém me deseje, que ninguém deseje a idade [da Sibila] de Cumas,
que ninguém queira chegar à idade de Nestor de Pilos.
Queira apenas isto: que lhe seja consentido levar uma vida honesta.
É que aquele que viveu bem, esse também viveu muito.

O homem, no decurso da sua vida, está sujeito às forças contrárias do bem e do mal, mas tem a capacidade de poder escolher entre o caminho da virtude e do vício. Ora um dos principais objectivos dos dísticos morais prende-se justamente com a formação integral dos

⁴⁶ Este dístico moral inspira-se num passo horaciano, onde se procura definir o binómio constituído pela *uirtus* e pela *sapientia*. Apresentam-se os versos em causa de *Ep.* 1.1.41-42, com a respectiva tradução de M. H. ROCHA PEREIRA (2002), 420:

*Virtus est uitium fugere et sapientia prima
stultitia caruisse [...].*

Virtus é evitar o vício, e o começo da *sapientia*
é estar livre da estultícia [...].

⁴⁷ *Disticha Moralia*, p. 41, 83-84.

⁴⁸ *Cato Minor* (1596), 147.

jovens no quadro dos valores e das qualidades que eram considerados desejáveis e louváveis no *uir bonus*.

Procura-se, por isso, enaltecer ou incentivar as *uirtutes* e rejeitar ou corrigir os *uitia*, numa perspectiva antagónica que marca uma oposição genérica entre o *uir bonus* e o *uir malus*. A multiplicidade de qualidades e de defeitos, que se incluem, respectivamente, nas *uirtutes* e nos *uitia*, actualiza-se com frequência nos dísticos morais pela simples mudança do qualificativo *bonus* ou *malus* por aquele que corresponde à virtude ou ao vício em questão.

A apologia das *virtutes* e a rejeição dos *uitia* representa, portanto, uma das formas mais eficazes de inculcar desde cedo no espírito dos jovens os valores e as qualidades fundamentais por que deverão pautar a sua vida.

b) *Est modus in rebus*

A moderação é uma das virtudes mais enaltecidas na colectânea de dísticos morais, enquanto, pelo contrário, os excessos de qualquer tipo são objecto de severa crítica. De facto, não obstante haver quem admire, ora esta, ora aquela virtude, o poeta assevera que lhe agrada sobretudo, antes de qualquer outra, a *aurea sobrietas* (1.105-106); o *uir sapiens* não deve agir com hesitação nem precipitar-se, por forma a que possa prosseguir sempre no caminho da moderação (3.79-80); julga-se, além de mais, que o criador da *aurea mediocritas* foi, também ele, áureo:

*Aurea qui dixit mediocria, siue sophista,
seu potius uates, aureus ille fuit.*⁴⁹

Aquele que criou a áurea mediania, esse ou foi
sofista, ou antes poeta, e áureo.

Deste modo, considera-se que a velha sentença *sustine et abstine* deve estar entre o que há de mais belo para ser aprendido (2.279-280); e quem afirma que nada sabe, fala também com bastante elegância e tem um coração digno de Sócrates (2.113-114); a mesma ideia percorre, com uma pequena variação, o seguinte dístico:

*Noli assentiri, cum quis te laudat, et illud
Socraticum repetes: 'Me scio scire nihil.'*⁵⁰

⁴⁹ *Disticha Moralia* 1.273-274.

⁵⁰ *Disticha Moralia* 2.83-84.

Não concordes, quando alguém te elogia, e
recordarás a sentença de Sócrates: ‘Só sei que nada sei’.

A própria natureza costuma contentar-se com pouco e, do mesmo modo, ela própria tem uma medida para todas as coisas (1.75-76); por essa razão, é conveniente que cada um siga para onde conduz a sua natureza:

*Quo ducit natura, bonum est ut quisque sequatur;
illa benigna parens, illa magistra sagax.*⁵¹

Para onde conduz a natureza, é bom que cada um se encaminhe;
ela é uma mãe benigna, ela é uma mestra sagaz.

A moderação também se reflecte no próprio discurso, pois é necessário falar e ouvir no tempo e na forma adequados às circunstâncias. Assim, considera-se ajustado o antigo ditado de que sabe muito todo aquele que é capaz de ouvir e calar (1.71-72); pelo contrário, quem diz o que quer e o que não quer, acaba por ouvir a mesma coisa, pois quem não aperta bem os lábios não é digno de Harpócrates (3.257-258)⁵²; também não fica bem àquele que é convidado para um banquete de nascimento ficar mudo ou muito falador (2.121-122); com efeito, se estar calado pode ser desadequado em determinadas ocasiões, já falar demais constitui, quase sempre, um perigo temível:

*Cur exclusa meis tectis uolitabit hirundo?
Iam scio: suspecta est garrula lingua domi.*⁵³

Por que razão a andorinha há-de esvoaçar escorraçada de minha casa?
Já sei: deu entrada uma língua tagarela em casa.

No entanto, para muitos representam ainda um perigo maior as palavras licenciosas (2.141-142); e devem constituir também motivo de grande preocupação as conversas depravadas em latim, de que se deve fugir como das serpentes africanas, pelo mal enorme que podem causar aos bons costumes:

*Tanquam serpentes Afros fuge praua Latine
colloquia: officiunt moribus illa piis.*⁵⁴

⁵¹ *Disticha Moralia* 1.185-186.

⁵² Note-se que o segundo verso deste dístico moral (*Haud male labra premens fingitur Harpocrates*) corresponde, *ipsis uerbis*, ao verso equivalente do dístico 2.141-142. Acrescente-se também que esta temática é desenvolvida em dois poemas dos *Carmina Moralia*, intitulados *Pax silentii praemium*, 154, e *Pacis praemium*, 155.

⁵³ *Disticha Moralia* 1.193-194.

⁵⁴ *Disticha Moralia* 2.89-90.

Foge das conversas depravadas em latim como das serpentes
africanas: elas prejudicam os bons costumes.

Apesar da má utilização que algumas vezes lhe é dada pelo homem, a língua deve ser considerada um verdadeiro tesouro concedido aos mortais, quer ela fale no tempo adequado, quer ela fique em silêncio:

*Fertur thesaurus linguae mortalibus ingens,
siue suo loquitur tempore, siue silet.*⁵⁵

Diz-se que a língua é um tesouro enorme para os mortais,
quer fale no seu tempo, quer se cale.

A ira constitui um dos excessos mais temíveis porque um acesso de fúria leva muitas vezes o homem a cometer actos irracionais. Por isso, aconselha-se vivamente a que ninguém se entregue ao ódio ou à sua própria ira, já que ambos são, muitas vezes, origem de terríveis desgraças (2.105-106); deste modo, é forçoso que a *ratio* se sobreponha à *ira*, por forma a evitar males maiores:

*Cum uehemens animi motus prorumpit in iram
hoc age, ne uincat te breuis ille furor.*⁵⁶

Quando uma violenta agitação do espírito te impele à ira,
faz o seguinte: que esse breve furor não te vença.

De facto, o *uir bonus* tem de saber dominar os seus sentidos, pelo que a *ratio* se deve sobrepor a qualquer paixão de que são exemplo, na típica concepção estóica, não só a *ira*, mas também o amor ou o sofrimento. Tão-só aquele que saiba exercitar, ao longo da sua vida, este difícil domínio, logrará reunir as condições necessárias para se equiparar à figura modelar do famoso Catão, cujo próprio nome, convém não o esquecer, serve de título à obra do poeta eborense:

*Sobrius est si quis, si frugi et liber ab ira,
ille uir, ille heros, alter et ille Cato.*⁵⁷

Se alguém é sóbrio, se é moderado e livre de ira
esse é um varão, esse é um herói, esse é outro famoso Catão.

Assim se compreende que a *Temperantia* assuma um valor tão elevado entre todas as outras virtudes, já que tem o condão de impedir o homem de praticar, seja em que domínio

⁵⁵ *Disticha Moralia* 2.253-254.

⁵⁶ *Disticha Moralia* 2.255-256.

⁵⁷ *Disticha Moralia* 3.69-70.

de actuação for, actos desmedidos e perniciosos. São merecedoras de rasgado elogio, por exemplo, a castidade e a parcimónia na comida e na bebida. No vinho apenas são de louvar dois cálices, pois o terceiro é nocivo para cabeça e o quarto lança mão das armas (1.119-120); de outro modo, considera-se que Cina está bem de saúde justamente porque não há ninguém mais casto ou parco em comida que ele (1.17-18); ao invés, Gala é motivo de riso por se empanturrar três vezes por dia:

*Galla cibus onerat uentrem ter luce. Quid ergo?
Si uentrem exonerat ter quoque Galla ualet.*⁵⁸

Gala enche a pança de comida três vezes ao dia. E então?
Se ela despeja a pança também três vezes, Gala está de saúde.

A falta de moderação pode também fazer o homem incorrer na prática de um outro *uitium* bastante censurável – a *auaritia*. O avarento é uma pessoa tão cega com a sua obsessão que nem sequer consegue usufruir dos seus próprios bens. É, por isso, um grande motivo de alegria para os herdeiros a morte de um avarento, pois o *senex auarus* não viveu para si mas para eles (3.223-224); de facto, aquele que se consome em cuidados e passa o dia a correr de um lado para o outro, em vigília permanente à marmitta, como o célebre protagonista da comédia plautina, acaba por deixar as suas riquezas aos herdeiros (2.173-174); não se estranha, pois, que a figura típica do velho avarento mereça uma crítica acesa da parte do poeta:

*Odi, qui sapiens aliis, sibi desipit uni.
Non secus, ac si quis diues auarus erit.*⁵⁹

Odeio aquele que, sabendo dos outros, de si próprio nada sabe.
Não é de outro modo, se alguém que é rico for avarento.

Tão condenável como a avareza é a liberalidade, que é o seu contrário, pelo que o melhor remédio para evitar uma e outra será sempre, sem qualquer dúvida, usar da áurea moderação, como o poeta deixa entender, de forma talentosa, no seguinte dístico:

*Crimen auarus habet, nec habet largitio fundum;
inter utrumque latus praeteragenda ratis.*⁶⁰

O avarento incorre num crime, e a liberalidade não tem fundo;
entre um e outro lado tem de passar o batel.

⁵⁸ *Disticha Moralia*, p. 40, 73-74.

⁵⁹ *Disticha Moralia* 2.209-210.

⁶⁰ *Disticha Moralia* 2.125-126.

Na verdade, aquele que sabe desprezar as riquezas ilícitas deve ser considerado mais livre que Bruto e mais rico que o próprio Crasso (1.63-64). O poeta também não deseja para si nem as grandes riquezas nem a miserável indigência, pois não pretende levar uma vida demasiado humilde ou soberba (3.159-160). De facto, a ambição é uma peste terrível que é capaz de arruinar a amizade ou, até, de insinuar a discórdia entre os próprios irmãos:

*Pestis amicitiae et fratrum discordia, ab undis
triste caput Stygiis extulit ambitio.*⁶¹

Ruína da amizade e discórdia de irmãos, a ambição
ergueu a sinistra cabeça das ondas estíguas.

É que a luxúria, a avareza e a ambição são três males terríveis que impelem o homem à utilização de todos os meios ao seu alcance, quer sejam lícitos ou ilícitos, para satisfazer os seus desejos criminosos:

AMBITIONIS MALA

*Luxuries et auaritia et quae tertia pestis
additur insani pectoris ambitio,
ire per omne nefas mortemque accersere suadent.
Nulla quies animo est; turbidiora placent.*⁶²

OS MALES DA AMBIÇÃO

A luxúria e a avareza e a terceira peste que
lhes acresce, a ambição de um coração insano,
impelem a avançar por toda a sorte de crimes e a chamar a morte.
Nenhuma paz de espírito possuem; agradam-lhes acções mais turbulentas.

Na verdade, a justa medida é tão importante que foi ela própria, a ajuizar pelo testemunho do poeta, a ditar a necessidade de concluir os três livros de dísticos morais. Em jeito de graça, dá-se por terminada a colectânea por um imperativo de moderação e de equilíbrio, como se constata no último dístico do livro terceiro:

*Ohe, iam satis est et creuit pagina triplex!
Et sapiens Graecus, μέτρον ἄριστον, ait.*⁶³

Oh, já é bastante e já cresceu um livro com três partes!
E o sábio grego afirma: a justa medida.

⁶¹ *Disticha Moralia* 2.53-54.

⁶² *Cato Minor* (1596), 107.

⁶³ *Disticha Moralia* 3.283-284.

E, se assim termina a colectânea dos *Disticha Moralia*, não será de modo distinto que o poeta conclui o conjunto dos *Carmina Moralia*, voltando a chamar a atenção, com um poema bem mais extenso que o dístico atrás apresentado, para a necessidade imperiosa de respeitar a justa medida. Era, por isso, chegada a hora de o seu *Cato* recolher as velas:

MODVS OPTIMVS

*Decidit e caelo ne quid nimis auctor Apollo,
et sapiens Graecus, μέτρον ἄριστον, ait.
Naeuus in Alcaeï puero delectat, at unus.
Insanire senex desinat! Adde duos.
Mel quoque si nimium est, in bilem uertit amaram
putet, et Hyblaeus sit licet ille fauus.
Et meus hic iusta creuit iam mole libellus.
Si pudor est, tandem contrahe uela Cato.*⁶⁴

A JUSTA MEDIDA

Nada deixa cair do céu em demasia o criador Apolo,
e o sábio grego diz: a justa medida.
Uma mancha no filho de Alceu agrada, mas apenas uma.
Deixe, em velho, de ser louco! Acrescenta duas.
Também o mel, se é em excesso, converte-se em amarga bilis,
ainda que seja o célebre favo de Hibla.
E este meu livrinho alcançou já o tamanho justo.
Se tens pudor, colhe as velas, Catão.

c) Verdade e aparência

Apresenta-se, nesta parte, um conjunto diversificado de dísticos, cuja relação fundamental é precisamente o facto de censurarem uma série de qualidades ou comportamentos humanos menos recomendáveis, que se caracterizam, em geral, pelo uso da aparência, da dissimulação e do engano. É claro que, por vezes, também se assiste ao elogio declarado das qualidades e comportamentos, que se consideram correctos e apropriados, embora seja perceptível a opção mais frequente pela reprovação veemente dos seus contrários.

No fundo, a maior parte destes poemas reflecte uma preocupação acentuada com a distinção clara e inequívoca entre o ser e o parecer, ou seja, entre a verdade e a mentira. O *uir bonus*, naturalmente, esforça-se por ser e não cuida de parecer, pelo que merece sempre um elogio rasgado na obra do poeta:

⁶⁴ *Cato Minor* (1596), 159.

*Vir bonus esse studet, nec curat, Cinna, uideri.
Viuat et in chartis sit sacer ille meis.*⁶⁵

Um homem de bem esforça-se por ser, Cina, e não cuida de parecer.
Que ele viva e seja celebrado nos meus livros.

Não restam dúvidas de que a glória compara aos deuses imortais quem diz a verdade, pelo que nem a roda nem a cruz serão castigo bastante para os mentirosos (1.95-96); aliás, aquele que mente uma vez e perjura, nem que jure pelos deuses, nem assim é merecedor de confiança (2.131-132); além disso, voando por todos os mares e terras, a fama encarrega-se de dar notícia de todos aqueles que cometem acções menos dignas (1.99-100).

De facto, quem fala a verdade e oferece auxílio aos necessitados, a esse, os preceitos de Pitágoras colocam-no acima dos astros (2.37-38), porque apenas aquele que fala verdade pode aspirar a uma *ampla fides*:

*Vera uelim narres et quae credenda uidentur,
ut sincera tibi constet et ampla fides.*⁶⁶

Gostaria que tu contasses a verdade e o que parecer digno de crédito,
para que em ti haja uma verdadeira e ampla confiança.

A verdade é um bem por demais precioso, que alguns não prezam, como deveriam, pelo uso recriminável que fazem da torpe mentira. Em louvor da *ueritas*, justamente, compôs-se um poema dos *Carmina Moralia*:

VERITATIS LAVS

*Quaerit Varro meus quid fons et origo bonorum
dicatur docto carmine Lampridii.*

Quid contra uitare decet, quid turpe putandum?

Haec ego simpliciter dicere constitui:

*'Vera loqui gnarus caelo descendit ab alto;
mendacem Stygii progenuere lacus.'*⁶⁷

O LOUVOR DA VERDADE

Pergunta o meu Varrão porque a fonte e a origem dos bens
se descreve no douto carme de Lamprídio.

O que é que, ao contrário, convém evitar, o que é que deve ser julgado vergonhoso?

Estas palavras simplesmente eu decidi dizer-lhe:

⁶⁵ *Disticha Moralia* 3.133-134.

⁶⁶ *Disticha Moralia* 3.133-134.

⁶⁷ *Cato Minor* (1596), 104.

‘O que conhece a verdade desce do alto dos céus;
o mentiroso geraram-no os lagos estígios’.

O amizade é um valor sagrado que deve ser por todos respeitado. A realidade mostra que nem sempre assim acontece, pelo que se torna necessário saber distinguir o amigo verdadeiro do falso. Assim, aquele que trazer ajuda num momento difícil será sempre um amigo certo (1.259-260); pelo contrário, revela-se um grande impostor, já que finge a amizade, aquele que não presta socorro ao amigo na adversidade (2.259-260).

São, de facto, muitas as vezes em que a amizade não se revela sincera. Todo aquele que mede a amizade em seu próprio proveito, não merece que o considerem um amigo verdadeiro (1.127-128); é que o falso amigo pode constituir um perigo bastante maior que o próprio inimigo:

FICTVS AMICVS NOCET ET HOMERO

*Luce palam qui me uerbis oppugnat, et armis,
ille nocet certe, sed nocet ille parum.
Nam sibi collatum quis non obuersus in hostem
aut fugit, aut certe uimque animumque parat?
At mihi qui uultu blanditus et ore bilingui
mente tamen tacitas instruit insidias,
ille nocet, uere ille nocet. Fuge, candide Sylui,
inuisum superis Dis Stygiisque caput.*⁶⁸

O AMIGO FINGIDO É DANOSO, ATÉ, A HOMERO

Aquele que me ataca, às ocultas, com palavras e armas,
esse, decerto, é-me danoso, mas esse pouco me prejudica.
Quem é que, fazendo face ao inimigo que está diante de si,
não foge ou caleja, pelo menos, a sua força e o seu ânimo?
Mas, para mim, aquele que tem agradável figura e palavras falsas,
e, todavia, engendra, na sua mente, silenciosas insídias,
esse é nocivo, esse é mesmo nocivo. Foge, ó puro Sílvio,
da cabeça odiosa aos deuses do alto e aos do Estígio.

Convém, pois, usar de bastante precaução contra todos os que pretendem ludibriar o seu semelhante, mormente aqueles que se fingem amigos, pois são justamente esses os mais perigosos. Por isso, muito se engana quem considera um adulator como um amigo, já que este apenas finge a amizade por interesse (2.87-88); de outro modo, também não se pode considerar sincero nem o favor que chega com súplicas, nem a amizade comprada

⁶⁸ *Cato Minor* (1596), 96-97.

com presentes (2.175-176); é que todos os cuidados são poucos contra quem tem por hábito armar ciladas e lisonjear com palavras enganadoras:

*Qui struit insidias, blanditur et ore bilingui,
is mihi Plutonis ianitor alter erit.*⁶⁹

Quem arma ciladas e lisonjeia com palavras falsas,
esse, para mim, será outro porteiro de Plutão.

A experiência e o cuidado posto na análise das diversas situações ensinam a avaliar as intenções dos outros, por forma a prever e a actuar em conformidade face a eventuais acções dolosas; em razão disso, aquele sobre quem recaiam suspeitas fundadas, não deve ser merecedor de confiança:

*Libera qui ponit uestigia, crede leonem;
qui secus, ille tibi cercopithecus erit.*⁷⁰

Confia no leão que deixa um rasto livre;
o que o fizer de outro modo, não passará para ti de um macaco.

Por outra parte, deve ter-se em atenção que a aparência não corresponde muitas vezes à realidade, pois nem sempre é o que parece. Ainda que alguns indivíduos usem de boas maneiras e sejam elegantes no trato, todavia, não é isso que os impede de porem na boca palavras falsas:

*Salve, magne Cato, cum dicis, et optime Caesar.
Ne tu bellus homo es fictaque uerba iacis.*⁷¹

Quando dizes ‘Salve, grande Catão e ilustríssimo César!’,
tu és, de facto, um homem elegante, mas proferes palavras fingidas.

Mas a preocupação com a verdade deve iniciar-se, antes de mais, em cada indivíduo. Tolo daquele que se esforça por parecer aquilo que não é (1.207-208); cada qual deve cuidar do que é seu, sem se preocupar com o que é dos outros (3.21-22); não fica bem falar de si próprio, pois isso deve ser deixado aos outros (1.249-250); também não é melhor falar daquilo que se não conhece (2.97-98). Em suma, se existe alguma acção digna de ser louvada para sempre, é a seguinte:

*Id uero facinus laudari in saecula dignum,
si quod es, id tantum, nec magis esse uelis.*⁷²

⁶⁹ *Disticha Moralia* 1.147-148.

⁷⁰ *Disticha Moralia* 1.159-160.

⁷¹ *Disticha Moralia* 2.239-240.

Esta é de facto uma acção digna de ser louvada para sempre:
Se és o que és, e apenas isso, e não mais quiseses ser.

Convém, portanto, que o homem de bem saiba destriçar entre a realidade e a aparência, entre o ser e o parecer, entre a verdade e a mentira, pois desta nem sempre fácil avaliação depende o grau de confiança que deposita nas pessoas com quem se relaciona. Aquele que o não souber fazer e se enganar na sua avaliação, estará sujeito, decerto, a graves e penosas consequências decorrentes do comportamento recriminável, quer do que finge a amizade, quer do que lisonjeia, quer do que mente.

4. Felicidade

a) A fortuna

A felicidade humana, nas suas múltiplas e distintas vertentes, ocupa uma posição central na colectânea, pelas relações privilegiadas que estabelece com várias outras das suas temáticas dominantes, em particular com a sabedoria, a religião, a justiça ou, em geral, com a *uirtus*. A enorme importância de que se reveste o tratamento desta questão fulcral da existência humana talvez seja ainda mais sentida nesta obra, em concreto, porque se trata de uma colectânea de *Disticha Moralia*. De facto, a busca da felicidade é um desígnio comum à generalidade da espécie humana, já que o homem, de uma ou de outra forma, a procura alcançar no decurso da sua vida.

A verdade é que a felicidade é o fim último do sábio, quer na doutrina epicurista, quer na estóica, já que apenas ele, o sábio, pode aspirar a uma vida bela e virtuosa. O poeta eborense parece perfilhar, com mais frequência, dos princípios característicos do estoicismo, comumente hauridos a partir da obra do Arpinate.

Nem surpreende que assim seja, pois um dos autores latinos que mais influência exerceu no pensamento humanista foi Cícero. Ora, os escritos filosóficos de Cícero questionam frequentemente o destino do homem e o sentido da vida e abordam, com particular incidência, o problema da felicidade. Não obstante o ecletismo que caracteriza a sua obra em termos filosóficos, deve notar-se que a matriz estóica foi adquirindo uma importância cada vez mais acentuada no pensamento ciceroniano, como evidenciam, por exemplo, obras como as *Tusculanae disputationes* ou os *Paradoxa Stoicorum*.

⁷² *Disticha Moralia* 2.51-52.

Ora o poeta eborense, algumas vezes, nem sequer se coíbe de referir, de forma explícita, a sua filiação tanto nas doutrinas estoicas como na própria fonte ciceroniana: o que é belo e recto e não é contrário ao que é honesto, o estóico, de ouvido atento, chama-lhe útil (1.65-66); do mesmo modo, quem sabe o que é honesto, esse é rico, e o poeta, escudado na autoridade de Cícero, afirma que isso é útil (1.37-38). O sábio é, de facto, o único para quem não só brotará, a cada momento, todo o bem como, de outro modo, todo o mal se tornará mais leve:

*E tripode hoc Phoebus: sapienti crescet in horas
omne bonum, leuius fiet et omne malum.*⁷³

Da tripode isto proclama Febo: ‘Para o sábio brotará a cada hora todo o bem, e mais leve se tornará todo o mal’.

A felicidade está bastante dependente da forma como os homens agem e reagem perante as forças instáveis e poderosas da fortuna, já que a vida dos homens está sujeita aos caprichos da sorte. Convém, pois, que o sábio tenha consciência perfeita desta realidade, ainda que o domínio dos fados não esteja na sua mão. Não é raro que a fortuna tenha o condão de cegar o espírito dos mortais, mormente quando é demasiado propícia ou demasiado adversa:

*Obcaecat fortuna animos mortalibus aegris,
siue aduersa nimis, siue secunda uenit.*⁷⁴

A fortuna cega os espíritos dos fracos mortais, quer seja adversa em demasia, quer seja favorável.

De facto, a fortuna é muito inconstante e invejosa da felicidade, não estando a sua acção subordinada, de modo algum, aos ditames da razão ou da sabedoria (3.93-94). Esta mesma ideia é desenvolvida num breve epigrama, cujos primeiros dois versos apresentam uma formulação muito semelhante ao dístico moral atrás citado:

VIR SAPIENS FORTVNAE INCONSTANTIAM PARVM CVRAT

*Fortuna inconstans et laetis inuida rebus,
siue aduersa uenis, siue secunda, uale!
Nam mihi parta quies animo, nec curo citatam
siue rotam moueas, improba, siue premas.*⁷⁵

⁷³ *Disticha Moralia* 1.51-52.

⁷⁴ *Disticha Moralia* 3.147-148.

⁷⁵ *Cato Minor* (1596), 101.

O HOMEM SÁBIO POUCO SE IMPORTA COM A INCONSTÂNCIA DA FORTUNA

Ó fortuna inconstante e invejosa das coisas alegres,
quer te apresentes adversa, quer favorável, adeus!
É que eu alcancei a paz de espírito e não me preocupo, quer movas
a roda apressada, quer, ó malvada, a faças parar.

A qualquer um será lícito esperar a conclusão favorável de uma determinada empresa, mas é preciso ter a consciência de que isso não se encontra, em grande medida, sob o seu inteiro domínio (1.209-210). Por isso, a vida dos homens flutua na incerteza da esperança e está sujeita aos golpes bruscos e imprevisíveis da fortuna:

*Vita hominum incerta spe fluctuat. Ipsaque nobis,
saepe parens oritur, saepe nouerca dies.*⁷⁶

A vida dos homens paira em incerta esperança. O próprio dia nasce para nós umas vezes como mãe, outras como madrasta.

As mudanças repentinas que se operam tantas vezes na vida humana reflectem, de certo modo, a volubilidade dos próprios fados. Assim se compreende que alguém que ainda há bem pouco era livre e a ninguém tinha de servir, de um momento para o outro, passasse a estar sujeito, desgraçadamente, a tempos muito mais difíceis (1.97-98). A fortuna segue um caminho sinuoso e acidentado sem que ninguém lhe consiga fugir, por mais elevada que seja a sua condição social, como se vê através do seguinte dístico:

*Fortunae uetus hic ludus, modo rex ab aratro,
et modo rege satus rex ad aratra uenit.*⁷⁷

Este é um velho jogo da fortuna: ora o rei vem do arado,
ora o rei, filho de rei, vem para o arado.

O homem sábio deve, assim, possuir a consciência perfeita de que não está na sua mão antever nem como nem quando vão soprar os ventos da fortuna. No entanto, o *uir sapiens* está consciente de que pode deparar-se, a qualquer momento da sua vida, tanto com os reveses como com as alegrias da sorte. Tem de estar preparado para os enfrentar, de forma serena, quer os ventos da fortuna soprem a favor ou contra:

*Ridet uir sapiens fortunam, siue secundis
implet uela Notis, turbida siue uenit.*⁷⁸

⁷⁶ *Disticha Moralia* 3.15-16.

⁷⁷ *Disticha Moralia* 1.115-116. O argumento deste dístico é retomado parcialmente no epigrama intitulado *De dictatore Dentato – Cato Minor* (1596), 152. Aí se acentua a glória passada de Roma, a quem até os próprios campos deram, com frequência, magistrados e excelentes generais.

Ri-se o homem sábio da fortuna, quer ela enfune as velas
sob o sopro favorável dos Notos, quer ela venha turbulenta.

No entanto, se não está ao alcance do homem poder antecipar a forma incerta como a sorte se manifesta, o mesmo se não pode dizer em relação à glória, que é certa e segura para todos aqueles que se empenharem na defesa da pátria, do rei e da religião:

*Pro patria pugna, pro rege arisque receptis.
Sors utrumque cadat, gloria certa manet.*⁷⁹

Luta pela pátria, pelo rei e pelos altares que herdaste.
A sorte acontece de uma ou de outra forma, a glória mantém-se certa.

A glória é a suprema recompensa da *uirtus* de cada indivíduo; engrandecerá para todo o sempre e o seu valor está muito acima do que podem ter, por exemplo, as riquezas régias (3.175-176). Uma vez que a glória torna aquele que diz a verdade igual aos deuses imortais, o poeta interroga-se sobre que castigo será bastante para quem mente, se a cruz, se a roda (1.95-96):

*Gloria ueridicum Diis immortalibus aequat;
quae crux mendaci, quae rota poena satis?*⁸⁰

A glória torna aquele que diz a verdade igual aos deuses imortais;
que cruz, que roda é castigo bastante para o mentiroso?

Os antepassados devem servir de exemplo a todos na procura constante do reconhecimento público das suas qualidades de cidadão. A imagem dos monumentos e dos preclaros troféus dos maiores deve suscitar em cada indivíduo o vivo desejo de emprender alguma acção notável que comprove ser também um homem ilustre (2.119-120). Na realidade, a glória dos antepassados pode mesmo ser comparada a uma lanterna:

*Gloria maiorum fertur par esse lucerna:
nec mala in occulto, nec sinit esse bona.*⁸¹

Diz-se que a glória dos maiores é semelhante a uma candeia:
não deixa na obscuridade nem males nem bens.

Em relação directa com o conceito de *gloria* encontra-se o de *honor*, com o qual forma um par bastante comum. O *uir magnus* põe de parte as vãs honrarias, pois essa

⁷⁸ *Disticha Moralia* 2.55-56.

⁷⁹ *Disticha Moralia* 1.11-12.

⁸⁰ *Disticha Moralia* 1.95-96.

⁸¹ *Disticha Moralia*, p. 38-39, 11-12.

ambição não faz parte dos seus bons costumes (2.57-58). Pelo contrário, será considerado um homem honesto e notável todo aquele que tiver a preocupação de velar pelo seu bom nome (3.87-88).

A glória pode obter-se de formas distintas: se para uns ela foi obtida através do cometimento de feitos valorosos no estrangeiro, para outros a mais ilustre glória foi adquirida na sua própria pátria (1.61-62). A todos os que almejam adquirir a glória por meio das armas, o poeta aconselha-os vivamente a que, na qualidade de vencedores, mostrem clemência para com o inimigo vencido (3.153-158). Levar o inimigo de vencida em combate constitui, decerto, uma glória enorme para quem cometer esse feito e, se não restam dúvidas de que vencer o inimigo é digno de grande louvor, há, porém, uma glória ainda maior para todos aqueles que se consigam vencer a si próprios:

*Gloria magna quidem, bello si uiceris hostem.
At te si uincas, gloria maior erit.*⁸²

É uma grande glória, decerto, se venceres o inimigo em combate.
Mas se te venceres a ti próprio, a glória será maior.

O homem deve, portanto, esforçar-se por enfrentar as vicissitudes inerentes à própria existência humana. A experiência colhida ao longo da vida pelo homem constitui para ele um ensinamento proveitoso para poder assim ultrapassar os momentos de maior dificuldade:

*Si duo forte premant mala te, fuge, Postume, maius
et tolerare aequo pectore disce minus.*⁸³

Se dois males te inquietam, Póstumo, foge do maior
e aprende a suportar, de ânimo sereno, o menor.

A verdadeira felicidade encontra-se apenas ao alcance do *uir sapiens*, que toma em proveito próprio as lições que a experiência de vida lhe proporciona. Diz-se que é um *uir bonus et sapiens*, na sua cidade, todo aquele que dispuser de uma experiência variada (1.107-108); e não restam dúvidas de que a regra de vida é excelente, se ela nascer com a experiência (1.83-84). O *uir sapiens* distingue-se, por isso, do *uir stultus* pela sua capacidade superior de percepção e análise da realidade:

⁸² *Disticha Moralia* 2.243-244.

⁸³ *Disticha Moralia* 1.129-130.

*Quod iacet ante pedes, uel stultus perspicit, at quae
dissita sunt, sapiens, quaeque futura uidet.*⁸⁴

O que está diante dos seus pés, até um imbecil o distingue, mas o que
está espalhado por aqui e por ali e o que há-de acontecer, só o sábio o vê.

Poder-se-ia pensar que o curso da vida humana está subordinado, de forma exclusiva,
aos caprichos da sorte, o que conduziria o homem a um simples papel de espectador
passivo dos acontecimentos. No entanto, o *uir sapiens* tem consciência de que está nas suas
mãos enfrentar e superar, com serenidade, os golpes da fortuna. Até ela própria, por vezes,
costuma sorrir para aqueles que menos o esperam:

*Sume animos nec te fortunae trade premendum.
Crede mihi: timidis iniicit illa manum.*⁸⁵

Ganha coragem e não te entregues aos arrepelões da fortuna.
Crê em mim: ela lança a mão sobre os medrosos.

No entanto, o sábio não se deixa cegar pela sorte, pois sabe perfeitamente que nada
do que ela lhe possa trazer, por mais agradável que seja, é firme e sólido. A fortuna apre-
senta-se como uma deusa cega que, a todo o momento, sem qualquer ordem inteligível, faz
andar a sua roda:

FORTVNAE VOLVIBILITAS

*Et iuuenis uidi, et uidi maturior annis,
qualia multa senem me meminisse iuuat:
nimirum aduersis hunc mergi fluctibus, illum
candida tranquillum per mare uela dare,
et quos felices nuper mirabar, ab alto
culmine deiectos, rursus ad ima trahi.
Nil adeo solidum, aut firmum; ruere omnia nullo
ordine, praecipat quo Dea caeca rotam.
Nec qui consulto, nec qui sapienter agit rem,
aut sapere, aut recta consuluisse sibi.
Vir tamen ille omnes qui spes in numine summo
collocat, et recta pergit in astra uia,
ille animi fidens, illius et aurea proles,
quidquid agant, faciles speret uterque Deos.*⁸⁶

⁸⁴ *Disticha Moralia* 1.121-122.

⁸⁵ *Disticha Moralia* 3.53-54.

⁸⁶ *Cato Minor* (1596), 114.

A VOLUBILIDADE DA FORTUNA

Vi em jovem, vi em idade mais madura
coisas tais que me agrada, já velho, recordar:
vi, por certo, uns serem engolidos pelas alterosas ondas,
vi outros soltarem as brancas velas no mar tranquilo;
e aqueles cuja felicidade ainda há pouco admirava, vi-os
lançados do alto e serem de novo arrastados para o fundo.
Nada existe que seja sólido ou firme, tudo se desmorona
sem regra, para onde a deusa cega apressa a sua roda.
Nem o que age de modo pensado, nem o que age com sabedoria,
sabe ou pensa o que é, para si, mais recto.
Aquele homem, porém, que deposita todas as suas esperanças
na suma divindade e prossegue o caminho recto em direcção aos céus,
esse homem, confiado em seu valor, e a sua descendência doirada,
seja o que fizerem, podem ambos esperar deuses favoráveis.

Os momentos bons e maus sucedem-se na vida dos homens. A velhice é o momento adequado para o poeta constatar como é ténue a linha de fronteira entre a felicidade e a infelicidade. A longa experiência de vida não deixa de o comprovar pela lembrança daqueles que foram, numa determinada altura, objecto da admiração do poeta, por serem felizes, mas que, pouco depois, deixaram, de repente, de o ser.

No entanto, a inconstância própria da fortuna não deve levar o homem a julgar que todas as coisas estão dela pendentas. De facto, ninguém pode esquecer que tudo tem origem na suma divindade, em quem o *uir pius* deve depositar todas as suas esperanças:

Quattuor e rebus pro certo est cuncta creari.

*At falsum est fato quattuor illa regi.*⁸⁷

É certo que tudo tem origem a partir dos quatro elementos.

Mas é falso que os quatro sejam regidos pela sorte.

Os quatro elementos – água, ar, terra e fogo – e o sopro vital que os anima por dentro, insuflado por Júpiter, mantêm a sua força e beleza, imunes à acção corrosiva do tempo⁸⁸. Também a alma do homem é de natureza divina e, por isso, imortal. Após a morte do corpo, retorna ao mundo dos deuses, onde alcançará então a felicidade. A teoria dualista da alma e do corpo, em síntese, estabelece uma relação circular entre o humano e o divino,

⁸⁷ *Disticha Moralia* 1.91-92.

⁸⁸ Cf. *Cato Minor* (1596), 112-113 (*Mortalia omnia fluxa et caduca*), poema publicado e traduzido por C. A. ANDRÉ (1992b), 68.

cujo elo vital de contacto, a alma, permite ao homem aspirar à felicidade que é própria do mundo dos deuses:

ANIMI IMMORTALES

*De Ioue quid sentit Musonius? Aule, requiris.
Id tibi uersiculis ille duobus ait:
'Est Deus, est animus nobis a morte superstes,
sunt loca amoenia situ, sunt loca plena metu'.⁸⁹*

AS ALMAS SÃO IMORTAIS

Sobre Júpiter, o que pensa Musónio?, é o que tu, Aulo, perguntas.
É isto que ele te diz em dois pequenos versos:
'Há um Deus, há para nós uma alma que sobrevive à morte,
há lugares aprazíveis na ruína, há lugares plenos de temor'.

Há que estar consciente de que uma é a balança da alma, outra a do corpo, ainda que a primeira tenha o poder de tornar inúteis terras e mares (2.11-12). A relação entre as partes do binómio alma-corpo nem sempre corresponde ao que seria expectável, pelo que esta suposta divergência, na prática, pode originar alguma perplexidade:

*Cum sit corpus iners nobis, caelestis et aura,
cur non corpus iners seruiat? Aura regat?⁹⁰*

Já que o nosso corpo é fraco e a alma divina,
porque não é o corpo fraco sujeito à escravidão e é a alma que governa?

Os fundamentos da verdadeira felicidade estruturam-se, em suma, em redor das relações que o homem sábio estabelece necessariamente com a sabedoria, com a *uirtus*, com a justiça e com o poder divino. Assim, pode considerar-se feliz todo aquele a quem foi revelada a origem das coisas, mas mais feliz ainda será aquele a quem foi dado conhecer-se a si próprio:

*Felix cui rerum causas, felicior ille,
cui sua, cui sese, Pamphile, nosse datum.⁹¹*

Feliz aquele a quem foram dadas a conhecer as origens das coisas, mais feliz aquele,
ó Pânfilo, a quem foi dada a conhecer a sua origem, a quem foi dado conhecer-se a
[si mesmo.

⁸⁹ *Cato Minor* (1596), 98.

⁹⁰ *Disticha Moralia* 1.91-92.

⁹¹ *Disticha Moralia* 3.39-40.

Uma vez mais, como sucede com outros temas, o poeta também sentiu, ao tratar da felicidade, que a forma usual dos *Disticha Moralia* não era, talvez, a que mais se adequava à exteriorização do seu pensamento, pela evidente dificuldade em desenvolver determinadas ideias complexas num espaço tão exíguo como o do simples dístico elegíaco. Compôs, por isso, um extenso poema, publicado no livro segundo dos *Carmina Moralia*, em que procura descrever o que é, em sua opinião, a verdadeira felicidade:

VERA FELICITAS IN QVO CONSISTAT

*Non ebur aut aurum, bis tinctae murice uestis,
non damus aulaeis nobilis Attalicis;
non Campana seges, non fertilis una Falerni,
non tyburtina uillula culta uia.*

*Felices, Melline, dies et libera duris,
ut plerique putant, otia ferre solent.*

*Nam quaecumque sibi Fortuna obnoxia fecit,
haec eadem fas est dicere firma parum.*

*Mens uero iustique tenax contentaque paucis
quaeque suo unius pendet ab arbitrio,
illa potest uitae comes et dux esse beatae,
illa serena potest pectoris esse dies;
illa graues animo motus depellit ab aegro,
et mala curarum nubile abire iubet.*

*Quod si Pieridum chorus, aut facundus Apollo
dictet ad argutam uerba canora lyram,
iam mihi Achaemeniae gazae sit uilis aceruus,
sordeat et patrii diues arena Tagi.*⁹²

A VERDADEIRA FELICIDADE, EM QUE CONSISTE

Não é o marfim ou o ouro ou a veste tingida de redobrada púrpura,
não é um palácio nobre ou sumptuosos pátios,
nem as searas da Campânia nem a fértil vinha de Falerno
nem um quintal de solo arado na via Tiburtina.

Os prósperos dias, ó Melino, os ócios libertos de provações,
como muitos julgam, costumam trazê-los.

De facto, o que quer que a Fortuna a si tenha sujeito,
isto mesmo é forçoso afirmar que é de pouca firmeza.

Mas o espírito persistente na justiça e que com pouco se contenta
é aquele que apenas depende da sua vontade,

⁹² *Cato Minor* (1596), 112-113. Apresenta-se o texto latino e a tradução em português de C. A. ANDRÉ (1992b), 69-70. Assinala-se a existência de um outro poema da mesma colectânea, intitulado *Qui uere felix ad Benessum*, p. 120, cuja temática principal é igualmente a felicidade.

ele pode tornar-se companheiro e guia de uma vida feliz,
ele pode ser luz serena para o coração,
ele expulsa as dolorosas perturbações da alma doente
e as nuvens más do cuidado, ele as põe em fuga.
E se o coro das Piérides ou a eloquência de Apolo
ditarem sonoras palavras à lira harmoniosa,
já nada me há-de valer um monte de tesouros persas
e há-de perder valor o rico areal do pátrio Tejo.

A origem da verdadeira felicidade não reside, pois, nas vulgares riquezas materiais, nem é obra da fortuna incerta e pouco firme. É antes resultado de uma vida simples e pacífica, guiada por um espírito justo e livre, capaz de afugentar os males da alma e do corpo. Nas palavras do poeta, porém, se a tudo isto se acrescentar a arte da poesia, o canto em lira harmoniosa, até mesmo os tesouros persas ou o rico areal do pátrio Tejo deixarão de ter qualquer valor. A poesia tem também ela, portanto, o condão de estabelecer uma ponte entre o humano e o divino, abrindo, deste modo, ao poeta as portas da felicidade própria dos deuses:

*Esse aliquam mentem, recta quae ducat in astra,
unde genus nobis; credit Apollo meus.*⁹³

Existe uma espécie de espírito, que nos conduz à rectidão dos céus,
de onde nos vem a origem; eis o que pensa o meu Apolo.

b) A morte

A morte representa para o sábio, como já se referiu, não propriamente um mal, já que o retorno da alma ao mundo dos deuses, após a consumação da morte do corpo, marca também o regresso a um tempo e a um espaço onde reina de modo perpétuo a felicidade. De facto, o termo da existência física constitui o fim de todas as provações para o sábio e para quem acreditar na existência dos deuses e de lugares melhores:

*Mors aerumnarum requies sapientibus et queis
persuasum esse Deos et meliora loca.*⁹⁴

A morte é o descanso das provações para os sábios e para quem
está convicto da existência dos deuses e de lugares melhores.

⁹³ *Disticha Moralia* 3.31-32.

⁹⁴ *Disticha Moralia* 2.3-4.

A morte constitui uma inevitabilidade absoluta desde o preciso momento em que é insuflado o sopro divino no corpo humano, pelo que o sábio deve estar preparado para a enfrentar, a qualquer momento, com serenidade. Com efeito, aquele que pensa muitas vezes que vai morrer, a esse a Grécia, douta no saber, chama-lhe *σόφος* (2.273-274). Recorda-se também, uma vez mais, o velho *topos* estóico-epicurista, cuja origem remonta a Epicuro, que recorda a conveniência e a necessidade de aprender a morrer⁹⁵:

*Quae duo uerba senex incidit Graecus in auro,
est operae pretium discere: 'Disce mori'.*⁹⁶

As duas palavras que um ancião grego gravou no ouro,
é importante aprendê-las: 'Aprende a morrer'.

Ao sábio não lhe interessa se apodrece na terra ou no ar, o que lhe importa, de facto, é se o impele a morrer uma *res honesta* (2.35-36). O dia derradeiro não deve constituir para ninguém motivo de satisfação nem de temor, pois a morte é uma consequência natural da vida (3.259-260). Por isso, quando morre um jovem ou uma donzela na flor da idade, o Trácio costuma dizer *cum dulce est uiuere, dulce mori est* (2.5-6); não convém, pela mesma razão, estar triste nas exéquias de um filho de tenra idade, pois morreu, segundo consta, o jovem que os deuses amam (2.135-136); ainda de outra forma, o sábio, perante a morte prematura de um filho, há-de dizer muito simplesmente:

*Mortalem dicet sapiens, genuisse sciebam,
si cadat infelix filius ante diem.*⁹⁷

Sabia ter gerado um mortal – dirá o sábio,
se perecer o seu pobre filho antes do tempo.

Não se deve chorar a morte de alguém, pois a última dor, segundo se diz, serve de consolação aos Manes (3.249-250); do mesmo modo, se alguma vez as lágrimas pudessem fazer regressar os Manes sepultos, nesse caso, apenas, se poderia admitir que alguém se entregasse a um pranto inútil:

*Si lacrimae Manes possunt reuocare sepultos,
da lacrimas; si non, quid iuuat iste labor?*⁹⁸

⁹⁵ Sobre as origens e as manifestações deste *topos*, veja-se, *supra*, p. 361, nota 94.

⁹⁶ *Disticha Moralia* 3.243-244.

⁹⁷ *Disticha Moralia* 1.69-70.

⁹⁸ *Disticha Moralia* 3.37-38.

Se as lágrimas são capazes de trazer de volta os Manes sepultos,
derrama lágrimas, se não, de que te vale esse padecimento?

Acentua-se, com relativa frequência, não haver nada que seja definitivo na existência do homem, pois tudo é caduco e transitório. O sentimento da efemeridade da vida humana encontra-se muito bem plasmado num dístico que podia estar, justamente, gravado em uma qualquer lápide tumular:

*Hospes uixi olim; nunc sum sine nomine pulvis.
Proinde uide, qui sis quique futurus eris.*⁹⁹

Os inimigos venci-os outrora; agora sou uma cinza sem nome.
Vê, portanto, quem és e quem virás, um dia, a ser.

A velhice é a última fase da existência humana, para quem a consegue alcançar. O curso da vida não se detém em momento algum: os que hoje são velhos ainda ontem eram novos (1.167-168). O próprio poeta nos dá conta da sua experiência pessoal, contrapondo o passado feliz da sua juventude ao presente amargurado da sua velhice. Há, porém, algo que lhe serve de consolação: o mal que o afecta – a velhice – é comum a muitos:

*COMMUNE MALVM MVLTI SOLATIO EST
Olim in deliciis et amoribus esse solebam,
cum puer et pulcher diues et aeris eram;
at nunc aeger, inops et longo fractus ab aeuo,
rideor et tota fabula in urbe feror.
Nimirum uetus est: Fert omnia longior aetas
et commune solet lenius esse malum.*¹⁰⁰

UM MAL COMUM A MUITOS É UMA CONSOLAÇÃO

Outrora costumava estar nas delícias e nos amores,
quando era jovem e belo e rico em dinheiro;
mas agora que me encontro doente, pobre e abatido pela prolongada idade,
sou motivo de riso e por toda a cidade sou tema de conversa.
É sem dúvida antiga [a sentença]: Tudo traz a idade mais avançada
e um mal comum costuma ser mais leve.

A velhice carrega consigo os cuidados e as maleitas próprias da propecta idade. Por isso, o poeta, fundado de novo na sua própria experiência, permite-se aconselhar todos

⁹⁹ *Disticha Moralia* 2.211-212.

¹⁰⁰ *Cato Minor* (1596), 104.

aqueles que estão desejosos de gozar uma velhice florescente a tornarem-se velhos antes do tempo:

*Si quis, Pyrrhe, frui gestit florente senecta,
ante diem (moneo) fiat ut ille senex.*¹⁰¹

Se alguém, ó Pires, está desejoso de gozar uma venturosa velhice,
que antes do tempo – é o meu conselho – se torne velho.

Na velhice, porém, nem tudo são desvantagens, porque a idade avançada também traz a experiência, como tão bem atestam os cabelos brancos tantas vezes invocados como testemunhas dos feitos passados (3.195-196). Além disso, o cansaço de uma vida longa pode sempre ser atenuado com a companhia de alguém que possua o dom da palavra, que saiba misturar assuntos sérios com gracejos (3.275-276). Seja como for, tudo na vida tem um fim e, no momento em que a febre se apodera das debilitadas articulações de um velho, ela própria é mensageira da morte (2.29-30).

Não se pense, porém, que a morte arrasta consigo apenas os mais adiantados em anos. Que ninguém se fie na sua juventude ou nos seus cabelos negros, pois a morte ceifa, por igual, tanto os mais novos como os mais velhos:

*Nec uiridi aetati, nigris nec fide capillis.
Et matura simul mors, et acerba metit.*¹⁰²

Não confies na flor da idade nem nos cabelos negros.
A morte tanto ceifa o que está maduro como o que está verde.

O ciclo das estações do ano acompanha o fluir interminável do tempo, a que nada nem ninguém consegue escapar. Se agora reverdece em todo o seu esplendor a natureza primaveril, já não tardarão muito a aparecer as neves inverniças:

*Ne temere aetati fidas: nunc Maius amoena
fronde uiret, sed iam bruma niualis erit.*¹⁰³

Não confies às cegas na tua idade: agora o aprazível Maio
reverdece na folhagem, mas já chegará o inverno coberto de neve.

As estações sucedem-se umas às outras e os tempos mudam-se conosco. A renovação da natureza está associada à mudança cíclica das estações, que vão transfigurando a

¹⁰¹ *Disticha Moralia* 1.41-42.

¹⁰² *Disticha Moralia* 2.13-14.

¹⁰³ *Disticha Moralia* 3.113-114.

face da terra. Tudo é mudança: ora vicejam os campos no meio da abundância, ora a terra se recobre de enregelada neve:

*Tempora mutantur nobiscum: nunc uiret omnis
laetus ager, multa nunc niue squallet humus.*¹⁰⁴

Os tempos mudam-se conosco: ora reverdece todo
o campo em abundância, ora de muita neve se recobre a terra.

A existência humana não está imune à passagem inexorável do tempo, cujos efeitos se fazem sentir em toda a natureza. Estes dois últimos dísticos fazem lembrar uma ideia recorrente em Horácio, esta de que a vida do homem é comparável, mas só em parte, às estações do ano e à natureza¹⁰⁵. Aqui, sucedem-se, em ciclo intermínimo, as estações: Primavera (infância), Verão (juventude), Outono (idade madura), Inverno (velhice). E tudo recomeça, com Primavera, etc. Mas não assim a vida humana; depois da velhice, não há nova Primavera; o que na natureza é cíclico, no homem não passa de sucessão, pois a uma geração, há-de suceder outra:

GENERATIO PRAETERIT ET GENERATIO VENIT

*Vt flos in pratis hic languet et ille uirescit,
par homini sors est: hic abit, ille uenit,
alter et alterius leto procedit in auras.
At stat et aeterna lege perennat humus.*¹⁰⁶

UMA GERAÇÃO MORRE, OUTRA GERAÇÃO VEM

Tal como nos prados uma flor murcha e outra flor surge, verdejante,
igual sorte tem o homem: um parte, um outro vem,
e, com a morte, partem um e outro para as brisas do alto.
Mas permanece firme e dura por todo o sempre a terra.

Nada melhor para ilustrar a efemeridade da vida que a imagem simbólica da rosa, cuja beleza fugaz se esvai no decurso de um dia apenas, desde o momento em que é colhida, de manhã, até que murcha, à noite:

*Mitto rosam, ut noris fugitiuae gaudia uitae:
mane orta in tenebras languet eunte die.*¹⁰⁷

¹⁰⁴ *Disticha Moralia* 3.155-156.

¹⁰⁵ Na obra de Horácio, a ode 4.7 representa o melhor exemplo da exploração deste tema, que surge também tratado, embora de forma não tão explícita, na ode 1.4.

¹⁰⁶ *Cato Minor* (1596), 108.

¹⁰⁷ *Disticha Moralia* 3.169-170.

Mando-te uma rosa, para conheceres as alegrias desta vida fugaz:
vai murchando, à medida que o dia caminha para as sombras.

A este mesmo tema da brevidade da vida está dedicado um pequeno epigrama publicado no último livro dos *Carmina Moralia*. Desta feita, acentua-se com veemência a curtíssima duração da vida humana por meio de três sugestivas comparações:

VITAE BREVITAS

*Vt somni fugit umbra, ut bulla liquescit in auras,
ut uolat Ortygia missa sagitta manu,
non secus, ut lucem, falso quae uita uocantur,
opprimat, umbriferis nox ruit acta rotis.*¹⁰⁸

A BREVIDADE DA VIDA

Tal como desaparece a sombra do sonho, tal como a bolha se desvanece no ar,
tal como voa a flecha enviada pela mão ortígia,
não de outro modo, para abafar a luz, a que, com nome falso,
chamam vida, cai a noite, trazida por rodas sombrias.

Tudo parece, de facto, vergar-se à força avassaladora do tempo. No entanto, se é certo que a morte chega, de igual modo, às pedras, aos nomes e às cidades, não é menos verdade que ela não consegue, de facto, alcançar o engenho:

*Mors saxis, mors nominibus, mors urbibus aequae
aduenit. Ingeniis illa uenire nequit.*¹⁰⁹

Chega a morte às pedras, chega a morte aos nomes, chega a morte às cidades,
sempre de modo igual. Ao engenho não é ela capaz de o atingir.

O poeta desenvolve este mesmo tema numa extensa composição publicada no livro segundo dos *Carmina Moralia*. Começa por acentuar a inevitabilidade da morte que a todos, na hora fixada, levará consigo, já que a vida não passa de um mero empréstimo concedido aos míseros mortais, para dela fazerem uso por um espaço de tempo limitado. Findo esse tempo, dar-se-á cumprimento à inexorável lei da morte:

¹⁰⁸ *Cato Minor* (1596), 147-148. Note-se que o segundo verso deste poema se encontra repetido, quase na íntegra, no poema *De exsilio suo – Eleg.* 3.10, onde apresenta a seguinte formulação, no v. 48: «qualis ab Ortygia missa sagitta manu». Cf. a edição e tradução da elegia apresentada por C. A. ANDRÉ (1992b), 50-57.

¹⁰⁹ *Disticha Moralia* 3.169-170.

QUI VERE VITALEM VITAM AGIT

*Ipsae hodie, tu cras, ut sors feret, ibimus ambo,
ibimus ambo illuc, unde redire negant.
Nimirum miseris mortalibus omnis in usum,
omnis et in certam credita uita diem.
Nec differre licet: stat lex adamante reposta
et reuoluta semel stamina Parca secat.
Qui uero sibi, qui patriae, qui natus amicis
uiuuit ita, ut nulli sponte nocere uelit.
Et contemptor humi uolat altum, et numine in ipso
iam propior caelo collocat omne bonum.
Ille licet nondum Polydorum aequauerit annis,
iam super et Priami tempora patris agit.
Iam uentura sibi promittit saecula uictor.
Quidquid agant, quidquid fata seuera uelint,
haeret enim tumulum complexa atque explicat alas,
aeternumque sonat nescia fama mori.¹¹⁰*

QUEM LEVA UMA VIDA DIGNA, DE VERDADE, DE SER VIVIDA

Eu próprio hoje, tu amanhã, quando o destino anunciar, iremos ambos,
iremos ambos para aquele lugar, donde dizem não haver regresso.
Aos pobres mortais, por certo, toda a vida foi emprestada
em seu proveito e toda ela por um tempo determinado.
Nem lhes é consentido adiar: uma lei gravada a diamante está fixada
e a Parca corta os fios, depois de terem sido desenrolados uma vez.
Mas quem nasceu para si, quem nasceu para a pátria, quem nasceu para os amigos,
vive de tal forma que não quer prejudicar ninguém de sua vontade,
e, sem fazer caso da terra, voa para o alto e na própria divindade,
já bem perto, deposita no céu todo o bem.
Esse, conquanto ainda não tenha igualado Polidoro em anos,
já vive para lá da idade de seu pai Príamo,
já promete a si próprio, vitorioso, séculos que hão-de vir,
façam o que fizerem os cruéis fados, queiram o que quiserem.
Agarra-se, então, abraçada ao túmulo e abre as asas a Fama
que não sabe morrer, e para sempre faz soar a sua voz.

Aquele que passa uma vida digna e dedicada à pátria e aos amigos é de natureza tal que a ninguém quer prejudicar de moto próprio. Após a morte, a sua alma regressará de novo ao mundo dos deuses, nas mãos de quem depositará todo o bem que consigo transporta, alcançando a felicidade eterna. A morte, porém, não logrará apagar a memória

¹¹⁰ *Cato Minor* (1596), 112.

destes homens de bem, já que uma fama imorredoura a toda a parte há-de deles levar notícia.

5. A mulher e o amor

O tema da mulher ocupou desde sempre um lugar de grande destaque nos textos de tipo proverbial-sentencioso. A importância do tema, porém, releva de uma visão quase sempre bastante depreciativa do género feminino, que acentua e satiriza de forma bem vinculada as características negativas tradicionalmente atribuídas à mulher.

Na verdade, a origem desta tradição misógina, presente na literatura greco-latina desde os seus primórdios, perde-se na memória das civilizações. A condenação veemente da mulher pelos seus defeitos físicos e espirituais é comum aos mais antigos textos sagrados judaico-cristãos, muçulmanos, budistas ou hindus¹¹¹.

Recorde-se, no livro do *Génesis*, o episódio matricial da criação divina da primeira mulher e da expulsão do Paraíso. Com efeito, Eva não conseguiu resistir à tentação da serpente e foi ela própria, em desobediência às ordens de Deus, que ofereceu a Adão o fruto proibido, arcando assim com a culpa da expulsão do homem do Jardim do Éden¹¹².

É preciso recuar, na literatura grega, ao mito hesiódico da criação da mulher (Pandora), para encontrar um dos textos matriciais da antiquíssima tradição misógina, que vê a mulher como a origem dos maiores males da humanidade¹¹³.

A este respeito, é também merecedor de uma referência particular Semónides de Amorgos, cujo iambo sobre as mulheres (frg. 7) constitui igualmente um dos mais antigos e curiosos exemplos da misoginia na literatura ocidental¹¹⁴. O iambógrafo desenha de forma caricatural, nos seus aspectos mais negativos, os vários tipos femininos sempre a partir da estreita relação estabelecida com diferentes animais. Apesar de tudo, entre os dez tipos de mulher traçados pelo poeta amorguino, deve sublinhar-se a existência de uma

¹¹¹ Cf. D. D. GILMORE (2001), 4-5.

¹¹² P. NORRIS (1998), 7-37, analisa os textos bíblicos, em paralelo com outras fontes, mostrando como o episódio da expulsão do Jardim do Éden contribuiu, de forma decisiva, para a má reputação granjeada pela figura de Eva e, em geral, da mulher.

¹¹³ Cf. *Th.* 570-589; *Op.* 60-82. Para uma análise da origem da misoginia ocidental a partir dos poemas homéricos e de Hesíodo e Semónides de Amorgos, cf. E. CANTARELLA (1996), 39-61.

¹¹⁴ Veja-se a edição de PELLIZER, Ezio – TEDESCHI, Gennaro (eds.), Semónides: *Testimonia et fragmenta*. Romae, in aedibus Athenaei, 1990. M. F. BRASETE (2004), 39-56, dedicou a este fragmento de Semónides de Amorgos um cuidadoso estudo interpretativo em que dá conta da inegável importância deste poema como testemunho *sui generis* da misoginia na literatura grega. A mesma investigadora (2005), 153-163, acaba de publicar também uma tradução integral para língua portuguesa do texto do poeta amorguino.

única mas significativa espécie louvável de mulher – a mulher-abelha, que constitui «a única réstia de alento para a humanidade, porque representativa da esposa ideal, protectora do *oikos*, boa administradora dos bens familiares, casta, companheira amiga e fiel, e progenitora de uma descendência ilustre»¹¹⁵.

A literatura latina contribui igualmente para esta imagem negativa da mulher, como é bem perceptível na obra de muitos autores, entre os quais se contam, por exemplo, Catulo ou Propércio. É por demais conhecida também a misoginia de Virgílio, não deixando de ser muito significativo que as figuras femininas com mais relevo na sua obra tenham quase sempre um final trágico (convém referir, entre elas, Dido, Camila, Amata ou mesmo Eurídice). Ovídio, não obstante ser razoavelmente ambíguo o modo como trata a mulher e que tem originado já, a esse respeito, acentuada controvérsia, abunda em traços que ajudam a configurar essa imagem da mulher: propensa à traição e ao engano; falsa e perjura; dada ao prazer; além de que, na *Arte de amar*, é vista, desde o início, numa posição secundária em relação ao homem, tanto mais que, no processo de sedução, ela é presa e o homem é caçador.

Deve notar-se ainda que determinados lugares-comuns bastante negativos, em geral sobre o género feminino, mas sobretudo sobre alguns tipos específicos de mulheres como as velhas, as cortesãs ou as meretrizes, atravessam a literatura latina desde os textos da *fabula palliata* de Plauto e Terêncio, passando pelos poetas elegíacos do tempo de Augusto, até aos epigramas de Marcial¹¹⁶.

Os textos modelares da literatura proverbial-sentenciosa nunca deixaram, ao longo dos séculos, de retratar a figura da mulher à luz desta antiga tradição misógina, dando conta sobretudo dos aspectos mais negativos, em regra de forma caricatural e tipificada, mas sem nunca pôr de parte o elogio das qualidades que deve possuir a esposa ideal.

Os *Disticha Moralia* de Diogo Pires reflectem de perto esta tradicional visão negativa da condição feminina, tão recorrente nos textos modelares do género sentencioso, embora também esteja representada nos poemas uma outra perspectiva mais favorável da mulher, cujas qualidades estão bem definidas na mulher-abelha do fragmento de Semónides de Amorgos.

¹¹⁵ M. F. BRASETE (2005), 153.

¹¹⁶ Sobre a crítica e invectiva ao género feminino, na literatura latina, veja-se A. RICHLIN (1983); para uma análise dos lugares comuns que caracterizam de forma negativa as cortesãs e as meretrizes, sobretudo na elegia latina, cf. S. LAIGNEAU (1999), 176-189; S. L. JAMES (2003), 35-68.

De facto, considera-se que o homem realmente feliz é aquele que está casado com uma mulher honesta. O poeta insurge-se contra o consabido juízo negativo de Eurípides sobre as mulheres, pois considera que elas são dignas de ser amadas e que podem também ser bastante agradáveis ao homem desde a infância até à velhice:

MVLIEBRE GENVS AMABILE CONTRA EVRIPIDEM

*Vnice amo muliebre genus: nam parua puella
ludere saepe solet, saepe mouere iocos;
curat adulta domum et seruat sua iura marito;
cum sit anus, crebro fundit ab ore preces.*¹¹⁷

O APRAZÍVEL GÉNERO FEMININO CONTRA A OPINIÃO DE EURÍPIDES

Aprecio bastante o género feminino: é que a jovem menina
muitas vezes tem o costume de brincar, muitas vezes de soltar gracejos;
cuida, já adulta, da casa e preserva os seus votos para com o marido;
na velhice, derrama preces, com voz pesada.

No poema intitulado *Dulcis coniugii bona*¹¹⁸, celebra-se o felicíssimo casamento de Flaco e Lépidia, que durou cinquenta anos até ao próprio dia em que ambos morreram, enquanto que, no epigrama *Coniugis in uirum pietas*¹¹⁹, se evoca a acção corajosa de uma mulher ragusina que deu a vida para salvar o marido. O casamento, porém, não tem apenas vantagens, já que apresenta também alguns inconvenientes:

CONIVGII INCOMMODA

*Si formosa domi sit coniux, urit adulter;
si secus, occidit quarta Megera uirum.
Si diues, premit imperio; si paupere censu,
unde mihi natus si sit, alendus erit?
Si genus e prisca deducat stirpe, superbum
ingenium et uultus uerbaque nemo ferat.
Plebeia de gente satam uicinia ridet,
nescit, et heus inquit, gignere scilla rosam.
Si prudens (licet huic rara est prudentia sexu),
illa uiro leges et dare iura uelit.
At si mentis inops, procul hinc, procul illa facessat,
iam ruet e summo culmine lapsa domus.*

¹¹⁷ *Cato Minor* (1596), 99.

¹¹⁸ *Cato Minor* (1596), 99.

¹¹⁹ *Cato Minor* (1596), 102.

*Legit ut haec quidam, contentus caelibe uita,
Aonidum fontes et loca sacra colit.*¹²⁰

AS DESVANTAGENS DO CASAMENTO

Se em casa houver formosa esposa, o adúltero consome-se;
se for de outro modo, uma quarta Megera desgraça o marido.
Se ela for rica, subjuga-o; se ela for de poucos recursos,
de onde, se eu tiver um filho, poderá ele ser alimentado?
Se ela descender de uma antiga estirpe, o altivo
carácter, a figura e o discurso, ninguém os há-de suportar.
Da que nasceu de família plebeia a vizinhança ri-se,
e não pode, é o que se diz, a cebola albarrã gerar uma rosa.
Se ela for prudente (embora a prudência seja coisa rara neste sexo),
ela há-de querer impor leis e juras ao marido.
E se ela for desprovida de juízo, para aqui e para ali ela há-de partir,
e logo desabarará, lá do cimo, a casa arruinada.
Se alguém leu estas palavras, satisfeito com a vida de solteiro,
venere as fontes e os lugares sagrados das Musas.

O poeta descreve em dois poemas, o anterior dedicado aos *Coniugii incommoda* e o seguinte aos *Coniugii commoda*, os inconvenientes e as vantagens do casamento. Trata-se de duas composições que recordam vivamente os exercícios das escolas de retórica, já que servem, em evidente oposição uma à outra, tanto para criticar como para defender a instituição do matrimónio.

De facto, o poeta aproveita para gracejar com o teor das suas próprias palavras em prol do casamento, deixando entender no final do poema que até ele mesmo, de tão convencido que está das razões apresentadas, já pensa em casar-se:

CONIUGII COMMODA

*At tibi, qui casti derides foedera lecti,
durior adsit Amor, nec sit amica Venus,
nec tua sors melior, quam cuius membra furentes
Strimonis ad ripas diripuere nurus.
Sic ait iratas inter Telesina sorores
assensere omnes, pergit et inde loqui:
candida si mulier, si recta et crine decoro,
pendet ab hac una coniugis omnis amor.
Fusca parum faciem cerussa emendat, et arte,
et studet obsequio posse placere uiro.*

¹²⁰ *Cato Minor* (1596), 149.

*Affert diues opes et dos ea pauperis ingens,
si qua domum seruat, si qua puella silet.
Si matrona potens generosaque quaeritur uxor,
filius illustri sanguine iactat auos;
nec plebs laude caret: deducta est regis in aulam,
quae prius ad Trebiam patris agebat oues.
Quae ualet ingeni, ueteres Heroidas aequat;
uir iubet, in tota regnet ut illa domo.
Artis inexpertem possis laudare puellam,
nullus ab innata simplicitate dolus.
Haec quicumque negat, Rhacusa cedat ab urbe,
pergat et in siluis degere more fere.
Laetus ad has uoces, iam iam de coniuge Pyrrhus
cogitat. O qualis risus in ora uenit!¹²¹*

AS VANTAGENS DO CASAMENTO

Mas a ti, que escarneces dos laços do casto leito,
bastante cruel te seja o Amor e nem Vénus te seja favorável,
nem a tua sorte seja melhor que a daquele cujos membros as mulheres
desvairadas dispersaram pelas margens do Estrimão.
Assim falou Telesina entre as furiosas irmãs;
todas assentiram e, a seguir, ela continua a falar:
Se a mulher é formosa, se é magra e tem os cabelos apanhados,
depende apenas desta todo o amor do cônjuge.
Se uma pintura pouco carregada retoca a face, com arte
e precaução, faz por poder agradar ao marido.
A rica traz fortuna, mas é valioso o dote da pobre,
desde que a jovem cuide da casa, desde que guarde recato.
Se é procurada uma matrona distinta e generosa para esposa,
o filho orgulha-se dos avós de sangue ilustre;
e o povo não deixa de a louvar: foi levada para o palácio do rei
aquela que antes, junto a Trébia, conduzia as ovelhas.
A que vale pelo seu engenho, iguala as antigas heroínas;
o marido manda que ela seja senhora de toda a casa.
Possas tu louvar uma jovem não experimentada nas manhas,
não há dolo algum na natural simplicidade.
Seja quem for que negue estas palavras, abandone a cidade de Ragusa
e continue a viver nas florestas conforme o costume.
Contente com estas palavras, até Pires começa a pensar
em esposa. Oh, que riso lhe acudiu ao rosto!

¹²¹ *Cato Minor* (1596), 149-150.

O matrimónio é uma instituição merecedora de grande estima e consideração por parte do poeta, que procura ver respeitados os votos de fidelidade feitos pelo marido e pela esposa. Se a alguns agrada a vida de solteiro, no entanto, não é digno viver segundo o costume das feras errantes (2.201-202). O homem casado deve respeitar a sua esposa e nunca deve esquecer que «una fides» e «unus amor» unem os dois cônjuges para sempre:

*Duxisti uxorem, laudo, tamen illa memento
iungat ut una fides pectora et unus amor.*¹²²

Casaste, dou-te os parabéns, todavia, lembra-te de que
uma só confiança e um só amor unem os corações.

Mas o homem nunca poderá ser verdadeiramente feliz no seu casamento, se não tiver por parceira uma esposa que corresponda a um perfil determinado. Se é verdade que alguns praticam o adultério com prazer, ao poeta, pelo contrário, agrada-lhe muito mais o casto amor da doce esposa:

*Ardeat in Phrynem aut Laida diues adulter.
Me iuuat in dulci coniuge castus amor.*¹²³

Que arda de amores por Frina ou por Lais o rico adúltero.
A mim, na doce esposa, agrada-me o casto amor.

Do mesmo modo, não deve haver crime nem suspeição em relação àquela que deseja ser matrona do primeiro marido (3.185-186). Penélope é igualmente invocada como um exemplo paradigmático da fidelidade da esposa em relação ao seu marido:

*Candida Penelope gaudet contenta marito
praeterea nulli posse placere uiro.*¹²⁴

A formosa Penélope alegra-se contente de a nenhum
homem, a não ser o marido, poder agradar.

Além disso, mais importante que qualquer dote grandioso, é imprescindível que a esposa ideal possua, acima de tudo, um carácter simples e uma beleza comum (1.251-252); todo aquele que procura na esposa apenas o dote, engana-se por completo, porque a mulher realmente dotada é a casta (3.29-30).

Não existe, de facto, amor mais doce que o correspondido (1.229-230). Quando assim não acontece, o marido a quem a esposa, por ser demasiado formosa ou rica, foi

¹²² *Disticha Moralia* 1.31-32.

¹²³ *Disticha Moralia* 3.129-130.

¹²⁴ *Disticha Moralia* 2.203-204.

infiel, já que ela não foi *casta*, deve procurar, pelo menos, que seja *cauta* (1.113-114). A castidade é, pois, o mais importante dote que uma jovem pode possuir, conforme também se pode ler nos poemas *Quae dos uirginibus amplissima*¹²⁵ ou *Laus pudicitiae e Eadem sententia*¹²⁶.

A beleza física ou a riqueza na mulher também de nada valem se não estiverem acompanhadas de sólidas qualidades morais. A beleza e a riqueza são extremamente efêmeras, como deixa perceber o poema *Vxor nomen dignitatis non uoluptatis*¹²⁷. Uma jovem de grande beleza mas que não conserva o seu juízo é como um anel de ouro no focinho de um porco (1.177-178)¹²⁸; a maquilhagem é apenas um artifício que ajuda a corromper a beleza natural da mulher (1.265-266), como também já afirmava Propércio¹²⁹; a beleza física é efêmera e o passar do tempo deixa marcas indeléveis (2.195-196).

É indesejável a existência de uma grande diferença de idade entre marido e esposa. Uma mulher jovem que case com um velho arrisca-se a dar à luz órfãos (1.211-212); por outra parte, não há paixão alguma de um velho que deva ser desculpada (2.17-18), ainda que, de acordo com o provérbio, de amantes e de loucos todos tenham um pouco:

*Quam bene, qui similes amentibus inquit amantes:
errat et in culpa est et sibi parcit amor.*¹³⁰

Quão bem diz quem afirma que os amantes são semelhantes aos loucos:
erra e vive na culpa e perdoa-se a si próprio o amor.

Há ocasiões em que o homem não deve desprezar o conselho oportuno da mulher (1.219-220), embora também saiba que é próprio da natureza feminina engendrar perigosos enganos (2.117-118). A mulher ou ama ou odeia, mas sempre de forma desmedida, porque não tem meio-termo (1.245-246); de modo equivalente, não é certo se ela ama ou odeia mais, pois possui uma natureza sempre variável e inconstante (2.71-72); é preciso ter muito cuidado com a mulher sobretudo quando ela começa a pensar (p. 40, 67-68); ainda que a nora às vezes imagine o sogro doce como o mel, já a sogra será sempre amarga (3.107 108).

¹²⁵ *Cato Minor* (1596), 95.

¹²⁶ *Cato Minor* (1596), 101.

¹²⁷ *Cato Minor* (1596), 154.

¹²⁸ O argumento deste dístico encontra-se desenvolvido no poema com o título *Ex Salomonis Ecclesiast.*, publicado no *Cato Minor* (1596), 98.

¹²⁹ A este propósito, veja-se, em particular, a elegia 1.2.

¹³⁰ *Disticha Moralia* 2.233-234.

No entanto, no juízo do poeta, não é apenas a natureza e o comportamento da mulher que merece reprovação, já que o homem também revela pelo menos um defeito bastante comum:

*Quod dicam, dici credo sine crimine posse:
omnis homo mendax, femina rara proba est.*¹³¹

O que vou dizer, julgo que pode ser dito sem errar:
todo o homem é mentiroso, rara é a mulher honesta.

Devem evitar-se a todo o custo os amores lascivos das meretrizes, que são autênticos cantos de sereias e novos monstros (3.161-162); o jovem que reconhecer a voracidade e a infâmia da insaciável meretriz, será mais casto que Hipólito (2.81-82); sob o doce mel dos beijos e abraços de Lais ocultam-se venenos atroztes (3.189-190); a mulher que retira proveito do seu corpo é como uma porca a chafurdar na lama (p. 40, 71-72); desde a primeira vez que a mulher deixa corromper o seu pudor, passa desde logo a estar no lupanar e a merecer o dinheiro que recebe (p. 39, 41-42).

A rameira não poupa esforços para tentar extorquir ao velho nem que seja uma pequena quantia (2.217-218). A mesma ideia é desenvolvida no epigrama intitulado *Ad adulatricem lenam*¹³², onde ecoam os lamentos de um velho traído que não consegue, malgrado os seus esforços, pôr fim à sua paixão doentia.

A comparação entre as meretrizes e os monstros marinhos serviu também de motivo à composição de um outro poema de dois dísticos, em que os jovens são aconselhados a resistir com firmeza à sedução das meretrizes, tal como Ulisses resistiu ao encanto das Sereias:

FUGIENDAE MERETRICES VT MONSTRA MARINA

*Ne dulces cantus Sirenum audiret Vlisses,
impleuit cera callidus auriculas.
Nequitias et blanditias meretrices auararum,
hos cantus, haec tu monstra marina puta.*¹³³

DEVE-SE FUGIR DAS MERETRIZES COMO DOS MONSTROS MARINHOS

Por forma a não ouvir os doces cantos das Sereias, Ulisses
tapou, astucioso, os ouvidos com cera.

¹³¹ *Disticha Moralia* 3.255-256.

¹³² *Cato Minor* (1596), 134-135.

¹³³ *Cato Minor* (1596), 108-109.

As manhas e as carícias da insaciável meretriz,
estes encantos, considera-os tu monstros marinhos.

O desejo leva muitas vezes o homem à perdição. Na verdade, todo o piloto que conduz o seu navio de encontro aos escolhos das Sereias, está dominado por um amor feminino (1.35-36); conclui-se também através de outro dístico não ter sido Calipso, conforme consta, mas a libido que transformou os homens em animais:

*Dicitur in pecudes homines mutasse Calypso,
fabula mentita est: illa libido fuit.*¹³⁴

Diz-se que Calipso transformou os homens em animais,
a história é mentirosa: foi o desejo.

Não obstante terem sido exaltadas, nos *Disticha Moralia* e nos *Carmina Moralia*, as qualidades morais requeridas, de forma ideal, na mulher, quase sempre na perspectiva do casamento e das relações harmoniosas entre os cônjuges, deve notar-se que Diogo Pires foi um dos raros humanistas que celebrou com naturalidade o amor, o prazer, o vinho e as mulheres, à imagem de poetas latinos como Ovídio, Horácio, Propércio, Tibulo ou Marcial¹³⁵.

As duas perspectivas do amor, inconciliáveis em alguns aspectos, coexistem na obra do poeta eborense, ainda que este procure transmitir aos jovens sobretudo a perspectiva estrita do amor vivido no casamento, o que é compreensível à luz da moral vigente. Já em relação ao canto do amor e do prazer, cuja expressão nos dísticos morais não é muito relevante, o mais plausível é que o poeta siga tão-somente o modelo dos elegíacos latinos.

Convém afirmar, portanto, que a imagem da mulher gizada nos dísticos morais se enquadra perfeitamente no paradigma do amor conjugal, com o louvor das qualidades que são publicamente reconhecidas à esposa ideal no seio do matrimónio. Esta imagem da mulher não invalida, no entanto, a manifestação evidente da misoginia, herdada sobretudo de uma antiquíssima tradição clássica e bíblica, desde sempre presente nos textos proverbiais e sentenciosos. Já o canto do amor, de matriz claramente latina, não obstante assomar ao de leve num ou noutro dístico moral, não convinha, como se compreende, a uma colectânea de dísticos morais, pelo que as composições em que é celebrado pelo poeta eborense pertencem quase sempre às outras partes do *Cato Minor*.

¹³⁴ *Disticha Moralia* 1.139-140.

¹³⁵ Para uma análise pormenorizada de alguns poemas de Diogo Pires que versam estes temas, cf. C. A. ANDRÉ (1997), 37-47.

6. Religião

Diogo Pires nunca escondeu que descendia de uma família de judeus portugueses, originária da cidade de Évora, que se viu forçada a abandonar o país, pouco antes do estabelecimento da Inquisição em Portugal. Henrique Pires, o pai do poeta eborense, distinguiu-se, inclusivamente, como um dos mais importantes elementos da comunidade judaico-portuguesa estante em Antuérpia, desempenhando um papel de destaque no apoio efectivo aos seus compatriotas mais desfavorecidos provenientes da pátria lusa.

Alguns anos mais tarde, já em Ancona, no mais fatídico auto-de-fé a que a Itália assistiu, Henrique Pires viria mesmo a morrer na fogueira pelas suas firmes convicções religiosas, por ter recusado, até ao último instante, renegar a sua fé diante dos fiéis e escrupulosos inquisidores de Paulo IV¹³⁶.

Recorda-se que algumas dezenas de judeus portugueses tiveram o mesmo fim trágico, embora tivessem sido muitos mais aqueles que, de entre os detidos, obtiveram o perdão da própria vida, por terem abjurado em público. Estes últimos lograram escapar da pena capital, mas não evitaram ser condenados à duríssima provação de servir como escravos nas galés dos Cavaleiros de Malta.

Diogo Pires, nascido depois da conversão geral de 1497, foi educado nos seus primeiros anos, como tantos outros cristãos-novos portugueses, segundo os preceitos da religião oficial do reino, já que tinha sido decretada no país a proibição do culto do judaísmo. Muitos cristãos-novos, em termos religiosos, viviam entre dois mundos distintos, pois continuavam a praticar, em segredo, a sua fé mosaica, ainda que, em público, procurassem mostrar-se como católicos muito convictos.

Esta dualidade religiosa parece ter marcado profundamente o poeta eborense, que nunca renegou a fé dos seus antepassados, embora tivesse vivido quase toda a sua vida em territórios sob influência dominante do catolicismo: assim aconteceu em Portugal ou durante o tempo que passou no Estudo de Salamanca, assim aconteceu em Antuérpia ou Lovaina, em Paris, nos domínios de Ercole II, no estado papal de Ancona, sem esquecer a República de Ragusa.

A formação marcadamente humanista de Diogo Pires não o impediu, tanto quanto se pode perceber, de ter abraçado o judaísmo na diáspora, tendo acabado por adoptar no seu

¹³⁶ Veja-se o que foi dito a este propósito, *supra*, pp. 109 *sqq.*

testamento o nome hebraico de Isaiás Cohen. Alguns anos antes, em Ragusa, já Diogo Pires havia substituído o nome com que assinou as suas obras até então – Didacus Pyrrhus Lusitanus – pelo de Flavius Iacobus Eborensis. A mudança de Diogo em Jacob e de Pires em Flávio não constitui apenas a mera latinização do nome de baptismo, já que se adopta uma onomástica caracteristicamente judaica¹³⁷. A este propósito, convém também lembrar que Flavius Iacobus Eborensis é o nome que está gravado no frontispício das duas edições do *Cato Minor*.

A facilidade evidente com que Diogo Pires, ao longo da sua vida, se foi relacionando com várias figuras eminentes conotadas, em menor ou maior grau, com o cristianismo ficou a dever-se, pelo menos em parte, à sua sólida formação humanista e às suas inegáveis qualidades enquanto poeta novilatino. Assim se distinguiu, em Lovaina, no círculo erasmiano de Réscio, em Ferrara, no círculo de Lilio Gregorio Giraldi, ou em Dubrovnik, onde se tornou uma figura reconhecida e estimada por alguns dos representantes mais bem colocados na hierarquia da Igreja Católica.

O humanista português não se exime, inclusivamente, a tratar na sua obra temas relacionados com os ritos ou com as práticas próprias do catolicismo. Refira-se, por exemplo, que Diogo Pires compôs um extenso poema em honra de São Brás, o santo padroeiro da cidade de Dubrovnik. O facto de ser judeu não o impediu, de forma alguma, de celebrar um mártir da religião católica ou mesmo, em outra composição, de descrever em pormenor a celebração da primeira missa de um jovem na majestosa catedral de São Brás, em Dubrovnik¹³⁸. Do mesmo modo, evoca também o papa Gregório XIII (1572-1585) num poema sugestivamente intitulado *De Nauicula Petri sub Gregorio XIII Pontifice Maximo*¹³⁹.

Através de uma carta de Roberto de' Nobili, sobrinho-neto do papa Júlio III, sabe-se que Diogo Pires já era circuncidado aos 35 anos. O rito da circuncisão, para muitos dos judeus portugueses na diáspora, apenas foi praticado em Ferrara, a partir do momento em que se estabeleceram no ducado de Ercole II, por final da década de trinta. Ferrara foi, como se sabe, uma das poucas cidades italianas em que os judeus portugueses puderam assumir publicamente, sem receio de represálias, o culto do judaísmo.

¹³⁷ Cf. C. A. ANDRÉ (2004), 179.

¹³⁸ *Cato Minor* (1596), 117-118 (*De Nicolao modestissimo adolescente primam missam celebrante in D. Blasii aede*).

¹³⁹ *Cato Minor* (1596), 205-206.

O jovem Roberto de' Nobili, que veio a ascender ao cardinalato com apenas 12 anos, escreve uma carta de Ancona, datada de 20 de Maio de 1552, solicitando um salvo-conduto que permitisse a Diogo Pires, «per essere circonciso», viajar para Roma sem receio de ser incomodado pela Inquisição¹⁴⁰.

Já em Roma, o humanista português relaciona-se de perto com o cardeal Miguel da Silva, também exilado, que lhe terá mostrado duas versões manuscritas, em latim e português, de uma obra em árabe da autoria de um tal Gastão de Foix¹⁴¹. A esta misteriosa figura dedica Diogo Pires no *Cato Minor* um extenso *Elogium*, precedido de um interessante poema em que reflecte, com alguma profundidade, sobre a natureza de Deus:

DE GASTONE FOXAEIO

DE DEO ET ANIMORVM IMMORTALITATE ET PRAEMIIS ET POENA

*Scire libet paucis quae, rerum arcana reuoluens,
explicuit septem Gasto uoluminibus,
et quae tot uates et tot cecinere Sibyllae,
hi Solymis, illae colle sub Albunio:
'Est Deus, est, inquam, Deus unus et omnis in ipso
omnium et ipse parens omnium et instar agens.
Praeterea illius spirat de numine sancto
aura lenis tardis insita corporibus,
quae simul infusa est et nunquam desinit et, cum
deserit exanimus corpus, in astra redit.
Hic merces sua cuique et uita digna peracta
stant exquisito praemia iudicio;
atque aliquis geniis mixtus felicibus ora,
ora Dei summi iam propiora uidet.
Contra alius stat luce procul; lex nulla nocenti
durior aut grauior poena uenire postest.'
Haec senior Gasto. Tu uero, numquid Aquinas,
numquid habet melior Scotus, amice, doce.¹⁴²*

¹⁴⁰ A transcrição integral da carta do jovem Roberto de' Nobili foi publicada por P. KOLENDIĆ (1961), 46.

¹⁴¹ Todas as referências que existem a este enigmático teólogo, apresentado como descendente dos reis da Aquitânia e Bispo de Évora por nomeação de D. Afonso Henriques, fundam-se apenas no testemunho de Diogo Pires. Cf. C. A. ANDRÉ (1992b), 90-95.

¹⁴² *Cato Minor* (1596), 114-115. Apresenta-se o texto latino e a tradução em português de C. A. ANDRÉ (1992b), 92 e 94.

DE GASTÃO DE FOIX

DE DEUS E DA IMORTALIDADE DAS ALMAS E DAS RECOMPENSAS E DO CASTIGO

A poucos é dado saber o que, ao revolver os segredos das coisas,
decifrou Gastão em sete volumes
e o que tantos profetas e tantas sibilas proclamaram,
eles em Sólimas, elas à sombra da colina Albúnea:
‘Há um Deus; há, direi mais, um só Deus e é um todo em si mesmo,
e de tudo é ele mesmo o pai, e a grandeza de tudo é ele que a confere.
Mais do que isso, de sua santa divindade sopra
uma suave brisa que se enraíza na lentidão dos corpos;
logo que neles se insinua, ela jamais os deixa
e, quando se esvai do corpo inanimado, retorna aos astros.
Ele a cada um dá a paga merecida e, se a vida foi levada ao termo com dignidade,
os prémios lá estão, no juízo que se alcançou;
e, na comunhão dos bem-aventurados, o rosto,
o rosto do sumo Deus, qualquer um o olha de mais perto.
Do lado contrário, um outro se levanta, longe da luz; para o pecador,
nem lei mais dura nem pena mais severa podem sobrevir-lhe.’
Assim disse o velho Gastão. Mas tu, se algo de melhor tem para dizer o Aquinate,
se algo de melhor tem Escoto, ó amigo, ensina-o.

Neste poema, Diogo Pires apresenta a concepção comum da entidade divina assente na unicidade de Deus, que é o criador de todas as coisas. Note-se também a formulação da teoria platónica da imortalidade da alma assente no dualismo entre alma e corpo, em que a alma é um sopro divino que primeiro se insufla no corpo para mais tarde o abandonar¹⁴³.

¹⁴³ A reflexão filosófica sobre a natureza da alma foi um tema a que os humanistas, em geral, dedicaram particular atenção. A este respeito, importa considerar o caso específico de Daniel Arón Afia, um judeu, que pensamos ser de origem portuguesa, apesar de o seu nome de baptismo ser desconhecido. Distinguiu-se na comunidade sefardita de Salonica como médico, professor de latim e filósofo, na segunda metade do século XVI. Trata-se, decerto, de alguém que não devia ser desconhecido de Diogo Pires, porque era um seu compatriota com uma formação superior muito semelhante e porque estava estabelecido na importante comunidade de Salonica, onde Amato Lusitano, o grande amigo e familiar do humanista português, passou os últimos anos de vida (Daniel Afia surge mesmo como interlocutor de uma das *Curationum Medicinalium Centuria*). Daniel Afia publicou uma pequena obra, em língua castelhana, em que recolhe vinte e uma definições da alma desde os autores da Antiguidade Greco-latina até aos seus contemporâneos. O espaço dedicado às ‘opiniones’ de Platão ocupa, naturalmente, um lugar destacado, dada a relevância que elas vieram a assumir em toda a discussão posterior. Este tratado foi publicado em Veneza, em 1568, em conjunto com a primeira tradução castelhana dos *Diálogos de Amor* de Leão Hebreu (*Los Diálogos de amor de Mestre León Abarbanel médico y filósofo excelente. De nuevo traduzidos en lengua castellana, y dereguidos a la Maiestad del Rey Filippo. En Venetia con licenza delli superiori. 1568*). A obra de Daniel AFIA tem um frontispício próprio com o título *Opin[i]ones sacadas de los más auténticos y antiguos filósofos que sobre la alma escribieron y sus definiciones. Por el piritíssimo doctor Arón Afia, Filósofo y Metafísico excelentíssimo. Con diligencia y brevedad admirable a común utilidad de los curiosos de venir en conocimiento de tan ardua materia*. Veja-se a recente edição crítica e anotada deste texto elaborada por James Nelson NOVOA: edição na revista electrónica editada pelo departamento de filologia

O percurso do homem ao longo da sua vida será julgado no final, sendo que justos e pecadores seguem caminhos completamente distintos. Algumas destas noções aparecem, como se verá neste capítulo, plasmadas de forma similar em vários dísticos morais.

A concepção de um Deus único não impediu o poeta eborense de fazer uso das divindades do panteão greco-latino no *Cato Minor*, aliás, como era bastante comum entre os humanistas. A preceder o livro primeiro dos *Disticha Moralia* encontra-se um aviso em prosa *Ad lectorem*, já antes apresentado¹⁴⁴, onde o poeta procura justificar o emprego repetido do nome de Júpiter, que diz estar em vez de *Deus Optimus Maximus*. Não obstante esta advertência ter o potencial leitor da obra por destinatário principal, não restam dúvidas de que evidencia também o cuidado do autor em procurar obter a aprovação da obra da parte dos censores inquisitoriais, de quem dependia o necessário *imprimatur*.

Este aviso mostra-se tanto mais ajustado quanto se aplica, logo de seguida, ao conteúdo do primeiro dístico da colectânea de dísticos morais. A primeira regra moral visa precisamente consciencializar os jovens de que a origem e o governo de todas as coisas está nas mãos de Júpiter:

*A Ioue, quidquid agas, primordia sumere fas est.
Omnia quippe mouet et regit ille Deus.*¹⁴⁵

A Júpiter, tudo o que se fizer, é lícito atribuir-lhe a origem.
É que tudo move e rege aquele Deus.

A composição com que abre o livro segundo dos dísticos morais volta a abordar a questão das relações entre o homem e a divindade. Desta feita, os jovens são vivamente aconselhados a iniciar o dia, pelo nascer da manhã, prestando culto a Deus:

*Mane recens orto diuinum numen adora.
Omnia rite cadent. Tu modo funde preces.*¹⁴⁶

Ao nascer da manhã venera o poder divino.
Tudo se cumprirá segundo os ritos. Tu, agora mesmo, dirige as tuas súplicas.

A veneração de Júpiter deve ser propiciada por todos com a oferta de altares votivos, já que convém estar longe de quem carece de religião (3.229-230); importa, porém, consa-

espanhola da Universidade de Valência, *Anexos de la revista Lemir* (2005): <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/Afia/Index.htm>.

¹⁴⁴ Cf., *supra*, 330.

¹⁴⁵ *Disticha Moralia* 1.1-2.

¹⁴⁶ *Disticha Moralia* 2.1-2.

grar no altar dos deuses apenas o que nos pertence, pois uma cordeira roubada não presta culto a Júpiter (3.57-58); de facto, sábios são aqueles que se voltam com simplicidade para os altares dos deuses (3.13-14); o bom governo dos reinos não depende das grandes riquezas, mas antes das dádivas colocadas nos templos e do culto prestado aos antepassados (1.236-237); engrandece a *res publica*, quando o culto sagrado e os antigos juramentos vigoram (1.225-226); quem manchar de sangue os templos do sumo Deus, acabará por ser castigado por ter desrespeitado lugares sagrados (2.73-74); não é, pois, o sacrifício de um bezerro que aplaca os deuses celestes, mas um altar não manchado de sangue (2.247-248).

Quem jura invoca muitas vezes os deuses como testemunha das suas mentiras (1.217-218), mas todos devem estar cientes de que Deus é testemunha e castiga severamente quem violou a sua palavra (1.143-144); de facto, Deus presencia todas as nossas acções:

*Quidquid agas, seu luce palam, seu nocte profunda,
crede Deum testem rebus adesse tuis.*¹⁴⁷

O que quer que faças, seja à luz do dia, seja na noite profunda,
crê que Deus é testemunha das tuas acções.

Representa-se um Deus de justiça, que pune de forma implacável todos aqueles que cometem acções criminosas, sobretudo desrespeitar a palavra dada, roubar, mentir e praticar adultério (2.169-170); não concedem os deuses propícios tudo a todos, pois sabem o que é útil e o que é prejudicial (2.115-116); assim como os deuses imortais amam o «ius fasque piumque», assim também tudo o que é justo deve ser do agrado dos homens (2.179-180); por essa razão, quem quiser reinar, deve ter os olhos em Deus:

*Hospitii in muro legi carbone notatum:
qui regnare uolet, seruiat ille Deo.*¹⁴⁸

Li na parede de um albergue escrito a carvão:
quem quiser reinar, seja, ele próprio, servidor de Deus.

O homem deve estar perfeitamente consciente da sua condição de simples mortal, que não o impede de ter conhecimento do que tem natureza imortal e de estar próximo de Deus (3.269-270); seja qual for a riqueza ou a glória que alguém alcançar, ninguém deve esquecer que tudo provém do poder divino (2.199-200); o *sapiens* opõe-se ao *demens*, pois

¹⁴⁷ *Disticha Moralia* 1.27-28.

¹⁴⁸ *Disticha Moralia* 1.264-265.

tem verdadeira consciência da sua pequenez perante a grandeza de Deus, em quem deposita as suas esperanças:

SAPIENS IN DEO SPES SVAS COLLOCAT

*Qui sapiens? Qui se suaque omnia numine in ipso
collocat et totum se nihil esse putat.*

*Qui demens? Qui se scire omnia cogitat unum,
audet et ipse suo sidere consilio.¹⁴⁹*

O SÁBIO PÕE AS SUAS ESPERANÇAS EM DEUS

Quem é sábio? Quem a si e a tudo o que é seu entrega à própria
divindade e julga que, no seu todo, não é nada.

Quem é insensato? Quem pensa que, sozinho, tudo sabe,
e ousa, ele próprio, fixar-se no seu conselho.

Na relação que se estabelece entre o homem e a entidade suprema, o amor e o temor assumem um papel crucial. O amor aproxima o homem de Deus, pois facultá-lhe o acesso à excelência da alma e à mais importante ciência do mundo. Não menos importante, porém, se revela o temor não servil, que demove o homem de praticar o crime. É que a doutrina ilustra os que são honestos e íntegros, mas quando é aproveitada pelos ímpios, costuma atrair o crime nefando (1.141-142):

DE AMORE TIMOREQVE ERGA DEVM

*Optimae pars animae princepsque scientia rerum,
si tuus a summo numine pendet amor.*

*It comes huic uni timor haud seruilis amori,
at qui turpe nefas et scelus omne fugit.¹⁵⁰*

DO AMOR E TEMOR PARA COM DEUS

Possuis uma parte da excelência da alma e a mais importante ciência das coisas,
se o teu amor depende da suma divindade.

Segue na companhia deste único amor um temor não servil,
mas que afugenta o sacrilégio nefando e qualquer crime.

As colectâneas sentenciosas apresentam uma moral de natureza prática, adequada ao uso escolar, cujo objectivo prioritário não é desenvolver, de forma alguma, a especulação religiosa. Dificilmente se encontrará nos *Disticha Moralia* qualquer conceito ou afirmação

¹⁴⁹ *Cato Minor* (1596), 106.

¹⁵⁰ *Cato Minor* (1596), 147.

que permita associar os enunciados, de modo claro e inequívoco, a uma determinada religião, seja o catolicismo, seja o judaísmo.

No entanto, o humanista português não se coíbe de proclamar, em outros capítulos da sua extensa obra, o enorme orgulho tanto na ascendência judaica como, ao que tudo leva a supor, na convicta adesão à fé mosaica¹⁵¹. Há apenas um dístico moral, em que parece transparecer um juízo bastante negativo do próprio poeta sobre alguns dos seus compatriotas cristãos-novos, que têm por hábito escarnecer da sua antiga religião, ou seja, do judaísmo:

*Absit ut is mecum nauim conscendat eamdem,
cui sua ludibrio pristina religio est.*¹⁵²

Não aconteça que embarque comigo na mesma nau,
quem escarnece da sua antiga religião.

Quando o poeta afirma não se identificar com aqueles que ultrajam a sua antiga religião, não é possível deixar de pensar, *a contrario sensu*, que ele valoriza a atitude oposta daqueles que a respeitam como ele próprio. Mas este respeito pode não ser sinónimo de regresso à «pristina religio», pois não é possível concluir, pelo que toca apenas à interpretação deste dístico, que o poeta tenha regressado efectivamente à antiga fé dos seus antepassados¹⁵³.

A relação do homem com o divino diz respeito, antes de mais, ao foro íntimo e subjectivo de cada um e, não raras vezes, está sujeita a variações significativas na estreita dependência de múltiplas e diversas circunstâncias. A avaliação da forma como se vai estabelecendo esta relação no decurso da vida de um indivíduo não é propriamente uma tarefa simples e linear, mas as dificuldades de análise avolumam-se, por razões compreensíveis, no caso específico dos cristãos-novos portugueses.

Além disso, é evidente que Diogo Pires estava limitado, por várias razões, no tratamento da temática religiosa na colectânea poética onde se incluem os dísticos morais.

¹⁵¹ A este respeito, cf. o recente estudo de C. A. ANDRÉ (2004), 171-190, onde são apresentados e analisados os textos mais significativos da obra do poeta eborense, no sentido de comprovar a sua relação privilegiada com os ritos e as crenças dos seus antepassados.

¹⁵² *Disticha Moralia* 3.263-264.

¹⁵³ D. KÖRBLER (1917), 101, apresenta este dístico como prova de que Diogo Pires perfilhava a fé judaica, mas a interpretação do poema não é totalmente inequívoca a este respeito. Esta ambiguidade pode mesmo ter sido gerada de forma propositada pelo humanista português, para assim evitar críticas como aquelas que o distinto académico sérvio encontrou registadas, à margem deste dístico, num exemplar da primeira edição do *Cato Minor*. Afirma Körbler ter lido nesse livro uma nota em italiano com a indicação de que Diogo Pires não ensina devidamente o catolicismo, razão pela qual foi chamado ‘marano’.

Convém não esquecer que o *Cato Minor* teve de ser objecto de uma aprovação da censura inquisitorial, que muito dificilmente seria concedida, se houvesse quaisquer referências explícitas ao judaísmo.

Por outra parte, os *Disticha Moralia* tinham por destinatário, pelo menos no plano original, um jovem príncipe do grão-ducado da Toscana. De facto, os poemas haviam sido concebidos para serem utilizados na formação moral e linguística, em primeiro lugar, de um príncipe da cristandade, e mais tarde, por força das circunstâncias, dos jovens alunos da cidade de Lisboa.

Fosse qual fosse o destinatário dos dísticos morais, não custa muito a perceber que Diogo Pires teria forçosamente de ter algum comedimento na abordagem da questão religiosa, ainda para mais sendo público que era de ascendência hebraica, por forma a não suscitar quaisquer problemas na recepção dos poemas. E, com efeito, assim parece ter acontecido a ajuizar pela análise da generalidade das composições que abordam a temática religiosa.

7. *Res publica*

a) A dimensão política: governantes e cidadãos

A temática da *res publica* ocupa, como seria de esperar, um lugar de destaque numa colectânea de dísticos morais, cujo primeiro objectivo era servir como contributo válido para a formação integral de um jovem príncipe. Na verdade, a análise dos poemas relacionados com as múltiplas questões mais directamente atinentes ao Estado revela da parte do poeta uma grande preocupação em traçar o retrato ideal do príncipe, ou seja, do futuro governante.

A educação harmoniosa do príncipe foi sempre uma das grandes preocupações dos humanistas, para quem o saber constituía, em si mesmo, uma fonte de perfeição¹⁵⁴. Da qualidade do projecto educativo, que a colectânea de dísticos morais consubstancia, dependia, em boa medida, o sucesso do príncipe nas suas futuras funções governativas. De facto, o fruto dos ensinamentos, que o pedagogo procura ministrar ao jovem soberano, há-de ser colhido, no futuro, por todos os cidadãos e pela própria *res publica*, que assim poderá florescer sob o governo de um rei sábio, virtuoso e justo.

¹⁵⁴ Cf. N. C. SOARES (2004), 224.

O *Cato Minor*, porém, acabou por ser dedicado aos mestres-escola da cidade de Lisboa, sem sofrer grandes alterações, com o mesmo objectivo inicial de ser utilizado na formação, desta feita, dos jovens alunos de latinidades, que haveriam de se tornar os futuros cidadãos da pátria do humanista português.

Ainda que não se saiba se os dísticos morais do poeta eborense foram alguma vez utilizados pelos mestres lisboetas na sua prática docente, pode deduzir-se, com relativa facilidade, que o resultado dessa utilização específica também traria, decerto, vantagens acrescidas à *res publica*, que passaria assim a dispor no seu seio de cidadãos bem formados e capazes de contribuir para o bem comum. Com efeito, os próprios cidadãos são parte integrante da *res publica*, cuja existência representa a garantia das condições necessárias e imprescindíveis para que todos possam viver unidos pela sujeição a uma determinada lei e por uma comunidade de interesses.

Os dísticos que podem incluir-se sob a designação genérica de *res publica*, como é natural, têm uma amplitude temática bastante alargada, embora se verifique o tratamento recorrente de questões como, por exemplo, o retrato ideal do rei *versus* tirano, as relações entre governantes e súbditos ou ainda as funções genericamente atribuídas ao rei que abarcam, no fundo, toda a actividade humana.

O poder régio está sempre na dependência do poder divino. Todo aquele que quiser reinar, deve ser um servidor de Deus (1.264-265); de outro modo, convém que os bens e os reinos sejam deixados intactos aos reis, já que o próprio Deus, que lhos confiou, se ocupará deles (3.211-212). O conteúdo destes dois dísticos encontra-se desenvolvido num poema dos *Carmina Moralia*, onde se conclui que quem ataca os reis e os seus reinos está também a lutar contra Deus:

OMNE IMPERIVM DESVPER

*Scilicet imperii uis omnis pendet ab astris,
omnis et arbitrio statque caditque Iouis.
Qui uero ante diem reges et regna lacessit,
desipit infelix, pugnat et illo Deo.*¹⁵⁵

TODO O PODER VEM DO ALTO

É claro que toda a força do poder depende dos céus,
e toda está determinada e decorre sob o arbítrio de Júpiter.

¹⁵⁵ *Cato Minor* (1596), 98.

E aquele que fora de tempo atacou os reis e os reinos,
pobre infeliz, está louco e combate até contra o próprio Deus.

Uma acção ilustre, que constitui a glória dos reis, é não prejudicar ninguém, quando o poderia ter feito (2.49-50); no exercício do poder, o interesse público deve estar sempre acima do privado, afirmando o poeta que o senador íntegro, que assim procedeu, no seu carne, será considerado um verdadeiro cônsul (3.41-42); de facto, quem governa os povos deve fazê-lo em claro benefício dos que estão sob o seu domínio, porque, se assim não for, não ocupará o poder muito tempo:

*Qui populis praees, populis prodesse memento;
sin minus haud longo tempore praesul eris.*¹⁵⁶

Tu que estás à frente dos povos, lembra-te de servir os povos;
de outro modo, não será por muito tempo que os governarás.

Cabe ao monarca saber administrar os seus domínios com prudência sem, no entanto, excluir completamente o recurso às armas, sempre que for necessário. A *res publica* tanto engrandece pela prudência como pelas armas, sendo que uma reclama a ajuda da outra (2.143-144); no entanto, aquele que quiser ser reconhecido como *patriae pater* deverá pôr termo aos seus desejos cegos:

*Si uis subscribi patriae pater et super astra
ire, modum prauis fige cupidinibus.*¹⁵⁷

Se queres ser inscrito como pai da pátria e ser colocado acima
dos astros, põe fim aos teus depravados desejos.

O exercício do poder régio acaba por ser um acto solitário e bastante exigente. Por isso, deve temer-se pelo reino, cujo poder supremo está confiado a um jovem. Para ilustrar esta afirmação, o poeta apresenta o exemplo (que, aliás, bem conhecia pelas suas deslocações a Londres neste período) do breve reinado do jovem Eduardo VI (entre 1547 e 1553), filho do poderoso Henrique VIII (2.79-80); além disso, será um autêntico prodígio da natureza, bem marcado pelo *adynaton* sugestivo *niger cygnus* e *coruus albus*, se algum monarca conseguir envelhecer, em tranquilidade, no seu palácio:

*Consenuit Regum si quis tranquillus in aula,
ille niger cygnus, coruus et albus erat.*¹⁵⁸

¹⁵⁶ *Disticha Moralia* 2.111-112.

¹⁵⁷ *Disticha Moralia* 3.17-18.

¹⁵⁸ *Disticha Moralia* 2.103-104.

Se alguém de entre os reis envelheceu tranquilo no seu palácio,
esse foi um cisne negro ou um corvo branco.

O soberano deve saber rodear-se de pessoas de sua inteira confiança, por forma a diminuir o risco de ser mal aconselhado ou mesmo traído. Já Filipe II, rei da Macedónia, dizia muitas vezes a seu filho Alexandre que são fiéis aqueles que não se deixam corromper com favores (1.81-82); por conseguinte, o poeta afirma também que todos aqueles que buscam os favores dos reis e o ouro não estão livres do seu juízo (3.181-182); é que, à volta do monarca, gravitam os ociosos cortesãos que são maus conselheiros, adutores servis e que, com frequência, em nada contribuem para o bem comum; aliás, o adador até costuma ser companheiro do cruel tirano:

*Blandus adulator saeво comes ire Tyranno
creditur: hic lingua noxius, ille manu.*¹⁵⁹

Crê-se que o insinuante adador anda na companhia do cruel
tirano: um é mais perigoso com a língua, o outro com a força.

A caracterização do tirano ocupa um espaço muito importante, porque esta figura concentra sobre si, no fundo, todos os vícios régios, que devem estar ausentes na pessoa e na prática do monarca ideal. É frequente ouvir da sua boca que todas as leis e todos os direitos estão depositados na ponta da espada:

*Omnes in gladio leges sitae et omnia iura.
Talia in ore frequens uerba tyrannus habet.*¹⁶⁰

Todas as leis e todos os direitos estão colocados na espada.
Tais são as palavras que o tirano tem com frequência na boca.

De facto, o tirano costuma agarrar-se ao poder de tal forma que não é fácil destroná-lo. Antes que a sorte dele desapareça, há-de morrer primeiro o boi do pobre agricultor (3.85-86); uma vez que nada é mais violento que o ouvido do tirano, o poeta interroga-se como é que um velho iludido ainda continua a falar com liberdade (1.213-214); perante a figura do tirano e a rigidez da justiça, é conveniente ter muito cuidado com aquilo que se diz (3.191-192); o corajoso Nassica logrou pôr fim à vida do cruel tirano, mas foi em vão porque poupou os seus filhos (p. 39, 37-38); aliás, se aos deuses agrada o que é justo,

¹⁵⁹ *Disticha Moralia* 3.213-214.

¹⁶⁰ *Disticha Moralia* 2.137-138.

é lícito perguntar como é possível que o tirano, com as mãos manchadas de sangue, continue a governar:

*Si Diis aequa placent, sparsus cur caede tyrannus
regnat et illius ferrea progenies?*¹⁶¹

Se aos deuses agrada o que é justo, por que razão governa o tirano
manchado de sangue e a sua férrea descendência?

Um poema dos *Carmina Moralia* reforça a mensagem dos dois últimos dísticos referidos, ou seja, que não se deve poupar a vida aos filhos de alguém que foi morto às suas próprias mãos, porque o filho, que sobrevive, herdará decerto a mesma natureza do pai, que morreu:

STVLTVS PATRE OCCISO NATIS PARCIT. E GRAECO

*Qui patris occisor natis, Marcelle, pepercit,
id quod habent Graeci, nescit ineptus homo:
‘Coruus ut est nigris alis, sic illius ouum
uel niue candidius dixeris esse nigrum’.*¹⁶²

O INSENSATO, DEPOIS DE MATAR O PAI, POUPA OS FILHOS. DO GREGO

O que mata o pai, Marcelo, e poupa os filhos,
esse homem insensato desconhece a sabedoria dos Gregos:
‘Tal como o corvo tem as asas negras, assim também se dirá
que o ovo dele é negro nem que seja mais branco que a neve’.

A antipatia do poeta para com a figura do tirano é manifesta e evidente, como seria expectável, porque essa é a personagem que, na história, sempre fez tábua rasa das leis na luta pelo poder. É, por isso, um motivo de grande regozijo saber que dois dos mais célebres tiranos da Antiguidade, um tebano e outro romano, Creonte e Júlio César, acabaram trespassados pelo ferro:

TYRANNI VOX

*“Tunc uiolare licet leges, cum regna petuntur;
caetera iura ualent et iuuat esse pium.”
Vox Duce Cadmeo, uox Caesare digna Tyranno.
O bene quam ferro stratus uterque iacet!*¹⁶³

¹⁶¹ *Disticha Moralia* 1.137-138.

¹⁶² *Cato Minor* (1596), 152-153.

¹⁶³ *Cato Minor* (1596), 100.

SENTENÇA DE TIRANO

“É lícito violar as leis, quando se reclama o poder;
quanto ao demais as leis prevalecem e agrada-me ser piedoso.”
Esta é uma sentença digna do chefe de Cadmo, digna do tirano César.
Oh, quão bem fazem um e outro trespassados pelo ferro!

O próprio povo merece reprovação pela sua enorme temeridade. A sua imprudência é tal que é capaz de praticar actos perfeitamente desmedidos: tanto consegue insurgir-se contra uma força indomável e dominar com extrema crueldade, ousando mesmo revoltar-se contra os próprios deuses, como também pode servir, com humildade e súplicas, o pérfido tirano:

PLEBIS TEMERITAS

*Aut fremit indomitum plebs et dominatur acerbe,
inque Deos ipsos saeuit et arma capit,
aut humilis supplexque solet seruire Tyranno.
Nihil medium aut dignum dicere laude queat.*¹⁶⁴

A TEMERIDADE DO POVO

Ora se revolta o povo contra o que se não deixa dominar e à força o domina,
e até contra os próprios deuses se enfurece e pega em armas,
ora, humilde e suplicante, é seu costume servir o tirano.
Nada se pode dizer dele que seja moderado ou digno de louvor.

Por outra parte, os cidadãos devem obediência e lealdade aos que, por direito próprio, se tornam reis, devendo lutar pela pátria, pelo rei e pela religião (1.11-12); todo aquele que venha em defesa da pátria e dos cidadãos em perigo será sempre merecedor do maior louvor (3.33-34); à antiga sentença de que qualquer terra serve de pátria para os mais fortes, contrapõe-se o doce amor da pátria tantas vezes celebrado pelo poeta eborense:

*Dulcis amor patriae, uerum laudatur et ille
sermo uetus: ‘Patria est fortibus omne solum’.*¹⁶⁵

Doce é o amor da pátria, mas elogia-se também aquela
velha sentença: ‘A pátria para os corajosos é um qualquer chão’.

Deste modo, um certo Diogo (que pode eventualmente ser Diogo Vaz, o sobrinho do humanista português) é aconselhado a adaptar-se às circunstâncias que vai encontrando na

¹⁶⁴ *Cato Minor* (1596), 108.

¹⁶⁵ *Disticha Moralia* 2.151-152.

sua vida, se deseja verdadeiramente ser um bom agricultor e um bom cidadão (2.95-96); para o poeta, além disso, tão-só será um cidadão de corpo inteiro, aquele que for leal à sua pátria, comedido no uso da palavra e respeitador da lei:

*Cum pius in patriam, cum sis sermone modestus,
cum reuerens legum, tunc mihi ciuis eris.*¹⁶⁶

Quando fores leal à pátria, quando fores comedido no discurso,
quando fores respeitador das leis, então serás para mim um cidadão.

As qualidades do verdadeiro cidadão são também o tema e o título de uma outra composição dos *Carmina Moralia*, em que se contrapõe o exemplo indigno e vergonhoso daquele que se põe a salvo, enquanto a sua pátria sucumbe aos inimigos, ao do célebre Marco Cúrcio, que se sacrificou, de forma heróica, em cumprimento de um oráculo.

Diz a lenda que, nos primeiros tempos da República, se abriu, no meio do *Forum* romano, uma fenda no solo. Diante das vãs tentativas para tapar o abismo, os áugures fizeram saber que a fenda apenas se fecharia se atirassem para lá o que Roma tinha de mais precioso. O jovem Cúrcio, ao perceber que a juventude e as armas constituíam os bens mais valiosos de Roma, por sua iniciativa, toma a decisão de se sacrificar, precipitando-se armado no abismo, montado a cavalo, diante de toda a população:

QVI VERVS CIVIS

*Qui collabenti patriae uult esse superstes,
ille meo nunquam carmine ciuis erit.
Ciuis erit, qui se uastum in telluris hiatum,
praecipitem admisso Curtius egit aequo.*¹⁶⁷

O VERDADEIRO CIDADÃO

Aquele que deseja pôr-se a salvo enquanto a pátria cai,
esse, no meu carne, nunca será um cidadão.
Cidadão será Cúrcio, que se lançou a um profundo abismo
da terra, por ter percebido o que era justo.

Os cidadãos, porém, devem usar de alguns cuidados na sua relação com os soberanos. Convém, por exemplo, temer sempre as ordens régias, porque um simples acesso de ira do monarca costuma ser prenúncio de morte (3.43-44); não se diga mal dos reis às escondidas, porque até as paredes têm ouvidos (2.21-22); além disso, para que o

¹⁶⁶ *Disticha Moralia* 1.199-200.

¹⁶⁷ *Cato Minor* (1596), 152.

palácio dos reis não constitua um perigo, é necessário sussurrar palavras agradáveis aos delicados ouvidos de Midas (1.55-56).

Assinala-se, porém, que ninguém deve ser obrigado a agir contra vontade, apenas por coacção da ira do soberano, já que esta não tem força e de nada vale (1.163-164); com efeito, até o poder régio tem os seus próprios limites e ocasiões há em que um cidadão pode, com inteira legitimidade, dizer que não a um pedido menos digno do soberano (3.89-90):

*Quae tibi et uxori et natis alimenta parasti,
dicam equidem: regi iure negare potes.*¹⁶⁸

Os alimentos que tu preparaste para ti e para a esposa e para os filhos,
é com verdade que te vou dizer: podes negá-los, por direito, ao rei.

Além disso, não é também de admirar mais, num poderoso rei, a magnanimidade na acção de dar, do que, num pobre velho, a grandiosidade na acção de rejeitar:

*Admirere duos: hic donat et abnuit ille,
hic rex diues opum, pauper at ille senex.*¹⁶⁹

Admira os dois: um oferece e o outro rejeita,
um é um rei carregado de riquezas, o outro um pobre velho.

O *bonus ciuis* colhe grande simpatia da parte do poeta, porque ele encerra em si próprio uma série de virtudes estimáveis que o tornam, em grande medida, um dos principais esteios da própria *res publica*. Governantes e cidadãos são, portanto, os principais protagonistas de uma vida em comum, onde cada qual tem, na sociedade ideal, um papel a desempenhar com determinados deveres e obrigações. Existe, por isso, a preocupação de fazer uma caracterização idealizada de uns e de outros, mas entre a teoria e a prática há um desfasamento natural, que se percepção muito bem nos poemas sobre os vícios próprios do cidadão e do governante, que neste último caso coincide, *grosso modo*, com a figura do tirano.

b) Justiça

A justiça é considerada, comumente, a mais importante das quatro virtudes cardeais, pois é ela que rege as relações sociais entre os membros de uma determinada

¹⁶⁸ *Disticha Moralia* 1.45-46.

¹⁶⁹ *Disticha Moralia* 1.109-110.

sociedade, acabando por englobar no seu seio todas as restantes virtudes. De facto, a justiça regulamenta as acções dos cidadãos que vivem em comum, no respeito das leis em vigor, constituindo-se como uma das traves mestras de sustentação da *res publica*¹⁷⁰.

O conceito de justiça como a soma de todas as virtudes remonta, pelo menos, a Focílides, poeta grego do século VI a. C., quando este afirma que «a justiça encerra em si própria toda a virtude»¹⁷¹. E, de facto, embora haja quem diga que a principal virtude é uma força do espírito de cariz bélico, para muitos, porém, parece ser antes a *libera iustitia*:

*Virtutum princeps animi uis Martia fertur;
multis uisa prior libera iustitia.*¹⁷²

A principal virtude – diz-se – é uma força do espírito própria de Marte;
para muitos parece mais importante a livre justiça.

Na verdade, o poder e o estado florescente apenas engrandecem quando a religião sagrada e as antigas leis vigoram (1.225-226); pelo contrário, costuma dizer com frequência o tirano que todas as leis e todos os direitos estão depositados na espada (2.137-139); torna-se, por isso, necessário que governe um *uir bonus*, para que a pátria seja provida, naturalmente, de leis justas:

*Cum paret uel cum bonus imperat, ilicet aequis
armatur patrium legibus imperium.*¹⁷³

Quando se manifesta ou governa uma pessoa de bem, logo
o governo pátrio é provido de justas leis.

Ao rei compete zelar pela instituição e administração da justiça, por forma a que entre os seus súbditos reine a concórdia. Assim, todo aquele que tiver nascido para ser rei, deverá ter o cuidado de sustentar as armas forjadas nas *piis legibus* (1.13-14), já que das leis sagradas há-de brotar toda e qualquer *honos*:

*Sunt Regum et regnorum animae concordia, iura;
crescit et a sanctis legibus omnis honos.*¹⁷⁴

¹⁷⁰ Entendeu-se, por esta razão, incluir o tratamento do tema da *Justiça* no conjunto mais vasto da *Res publica*. Como se depreende, com facilidade, trata-se apenas de uma simples opção metodológica, já que também seria aceitável, de outro modo, ter englobado esta parte no capítulo dedicado aos *Costumes e Moral*.

¹⁷¹ Thgn. 1.147-148 (= Phoc. frg. 10 Diehl): 'Ἐν δὲ δικαιοσύνη συλλήθδην πᾶσ' ἀρετῆ ὅστιν. Cf. P. DERRON (1986), LII.

¹⁷² *Disticha Moralia* 3.171-172.

¹⁷³ *Disticha Moralia* 1.77-78.

¹⁷⁴ *Disticha Moralia* 2.59-60.

O coração dos reis e dos reinos é a concórdia e a justiça;
e é das sagradas leis que brota toda a honra.

Aquele que, pelos seus feitos, tiver juntado a justiça e a equidade, pode ousar também esperar ter os deuses favoráveis (2.263-264); de outro modo, assim como os deuses imortais amam o que é justo, sagrado e virtuoso, é conveniente também que seja do agrado dos homens tudo aquilo que é justo:

*Diui immortales ut amant ius fasque piunque,
omnia sic par est aequa placere uiris.*¹⁷⁵

Tal como os deuses imortais amam o que é justo, sagrado e virtuoso,
assim convém que tudo o que é justo seja do agrado dos homens.

O monarca deverá, pois, estabelecer o castigo para os crimes e o prémio para as acções rectas, porque assim garantirá que o seu governo subsiste, decerto, por muitos e longos anos:

*Supplicium sceleri et recte sua praemia factis,
Rex, statue, ut possit res tua stare diu.*¹⁷⁶

Ó rei, estabelece um castigo para o crime e para os feitos de rectidão
as devidas recompensas, para que o teu governo possa durar por muito tempo.

Da parte dos cidadãos deve haver uma adesão completa às leis que vigoram na *res publica*. Mas, em última análise, o *uir bonus* nem sequer tem de fazer esforço algum para que assim suceda, já que ele é a lei de si próprio:

*Vir bonus ipse sibi lex est: siue ille loquatur,
seu quid agat, recti pectora pungit amor.*¹⁷⁷

O homem bom é a lei para si próprio: quer em palavras,
quer em acções, o amor do que é recto é que lhe estimula o coração.

Os cidadãos devem procurar afastar-se das acções criminosas, quanto mais não seja porque todos sabem que Deus é testemunha de tudo o que se faz, seja à luz do dia, seja na noite profunda (1.27-28); no entanto, aquele que já tiver praticado acções criminosas, se for sensato, não o deverá continuar a fazer até ao fim dos seus dias, porque quem viveu mal, pior costuma morrer (2.205-206); em último caso, ainda que os homens os desconhe-

¹⁷⁵ *Disticha Moralia* 2.179-180.

¹⁷⁶ *Disticha Moralia* 2.129-130.

¹⁷⁷ *Disticha Moralia* 2.231-232.

çam e os deuses os perdoem, os crimes têm de ser considerados vergonhosos em si mesmos:

*Quamuis ignorent homines, et numina parcant,
ipsa tamen per se crimina foeda puta.*¹⁷⁸

Ainda que os homens os ignorem e os deuses os perdoem,
considera, todavia, os crimes vergonhosos em si mesmos.

Mesmo quando se pensa que os crimes caíram no esquecimento, numa qualquer discussão de velhas, a verdade acaba por ser revelada, porque a bilis sempre foi amiga de a dar a conhecer:

*Cum rixantur anus ataurorum antiqua retexunt
crimina; uera loqui splendida bilis amat.*¹⁷⁹

Quando as velhas discutem, descobrem os antigos crimes
dos antepassados; a bilis gosta de falar a verdade transparente.

Uma excelente regra para se viver com mais rectidão e livre de qualquer crime será fazer sempre aquilo que, depois de ter morrido, se quereria que tivesse sido feito (1.93-94); ainda que assim não seja, o que for adquirido de forma ilícita também será dissipado da mesma maneira, de modo que são raras as vezes que o terceiro herdeiro consegue gozar das riquezas (1.103-104); por isso, pede o poeta que se afaste dos seus costumes a culpa e todo e qualquer crime, pois os demais golpes da fortuna considera-os sem importância:

*Absit culpa meis a moribus et scelus omne,
caetera fortunae uulnera nulla puto.*¹⁸⁰

Fiquem os meus costumes livres de culpa e de todo o crime,
os demais golpes da fortuna em nada os considero.

De facto, a consciência dos crimes persegue para sempre o espírito daqueles que os cometem, que não mais se livram da culpa das suas vergonhosas acções:

*Mille habet (ut perhibent) secum mens conscia testes,
et cum sola silet, tota theatra fremunt.*¹⁸¹

Mil testemunhas (segundo contam) tem consigo a consciência,
e, mal uma se cala, toda a assembleia grita.

¹⁷⁸ *Disticha Moralia* 1.9-10.

¹⁷⁹ *Disticha Moralia* 1.233-234.

¹⁸⁰ *Disticha Moralia* 1.191-192.

¹⁸¹ *Disticha Moralia* 1.73-74.

O juiz é uma figura central na administração da justiça¹⁸². Convém, porém, que ele próprio esteja perfeitamente consciente de que não passa de um simples cidadão a quem foram atribuídas determinadas funções pela sociedade (1.175-176). Por isso, todo aquele que ama viver em Roma, quando assume a figura de juiz, tem de renunciar, desde logo, à de amigo (2.207-208). A actuação dos magistrados judiciais deve, pois, pautar-se por critérios de total isenção e justeza na avaliação das causas:

*Non amat aut odit, uacat omni speque metuque,
cum sedet, ut causas iudicet Aemilius.*¹⁸³

Emílio não ama ou odeia, está livre de qualquer esperança e temor,
quando toma assento para julgar as causas.

Do mesmo modo, é necessário que também o próprio legislador seja uma pessoa dotada de bons e justos costumes, porque, se assim não for, de pouco ou nada valerão as leis escritas. Apresentam-se, como exemplo, três figuras famosas da Antiguidade Clássica – Drácon, Sólon e Numa Pompílio – que se destacaram precisamente no campo legislativo:

LEGISLATOREM INCVLPATIS MORIBVS ESSE OPORTET

*Legislatores, qualis Draco fertur Athenis,
qualis et ille Solon aut Numa Pompilius,
esse probum par est. Nam quid sine moris aequis
incisae leges scriptaque iura ualent?*¹⁸⁴

A UM LEGISLADOR CONVÉM SER DE COSTUMES IRREPREENSÍVEIS

A um legislador, como Drácon é considerado em Atenas
e como o célebre Sólon ou Numa Pompílio,
convém ser probo. De facto, sem costumes justos,
as leis gravadas e o direito escrito de que é que valem?

A justiça não deve ser aplicada de forma cega e indiscriminada. Por vezes, convém ter em conta a existência de situações atenuantes que tornam justificável, em boa medida, a prática de alguns crimes. Assim é permitido, a título de exemplo, perdoar ao ladrão, quando este é coagido à prática do crime pela fome insuportável (2.47-48). De outro modo,

¹⁸² Assinale-se a existência de um longo poema, intitulado *Boni iudicis officium. Laudatur Ferdinandus Magnus Etruriae D. ad Tattum Florentinum*, onde se reflecte sobre o exercício do bom magistrado – *Cato Minor* (1596), 119-120. Por outra parte, faz-se também uma crítica acérrima do censor que deseja, sem o merecer, ser considerado *patriae pater*, no poema *In ambitiosum censorem* – *Cato Minor* (1596), 153.

¹⁸³ *Disticha Moralia* 1.257-258.

¹⁸⁴ *Cato Minor* (1596), 107.

convém usar de alguma pedagogia para advertir e aconselhar a parar, num primeiro momento, aqueles que procedem mal; mas, se os mesmos persistirem nessa prática, então, terá de haver um juízo mais severo (1.253-254).

Mas a justiça tem também, em qualquer caso, os seus próprios limites, pois nem as antigas leis dos reinos nem sequer as cruéis armas do tirano conseguem conciliar espíritos diversos:

*Nec regnum antiquae leges, neque dira Tyranni
arma queant animos iungere dissimiles.*¹⁸⁵

Nem as antigas leis dos reinos e nem as cruéis armas
do tirano têm o poder de unir espíritos diferentes.

Uma das acções mais censuradas é, em geral, o incumprimento da palavra dada, que se relaciona directamente com o conceito de *bona fides*. A fé nos juramentos é mesmo sancionada pela suprema divindade, que é testemunha de todas as acções humanas (1.1-2); todos devem ter presente o seu juramento e acreditar que a violação da palavra dada incorre no supremo castigo de Deus:

*Iurisiurandi memor esto et credito testem
esse Deum; laesam uindicat ille fidem.*¹⁸⁶

Lembra-te do teu juramento e acredita que Deus
é testemunha; ele próprio castiga a quebra da palavra dada.

Por isso, defende-se com veemência o respeito escrupuloso de todos os compromissos (juramentos, acordos, pactos, promessas) assumidos, quer seja em público, quer seja em privado, em geral, entre duas partes. Nesse sentido, recorda-se que não é lícito a quem fez um determinado juramento utilizar seja que subtileza ou subterfúgio for para o quebrar (1.179-180), até porque aquele para quem a sua razão se mantém firme tanto nos momentos de *otium* como de *negotium*, nunca deixa de cumprir os seus compromissos na data marcada (2.39-40); espera-se, além disso, que as promessas sejam cumpridas por quem as faz de livre e espontânea vontade, sem dolo nem sob coacção (1.171-172); é que a *alma fides*, segundo dizem os estóicos, resplandece naquele que respeita os acordos e observa os pactos:

¹⁸⁵ *Disticha Moralia* 2.149-150.

¹⁸⁶ *Disticha Moralia* 1.143-144.

*Qui stat conuentis et pacta obseruat, in illo
elucescit (ait Stoicus) alma fides.*¹⁸⁷

Aquele que cumpre os acordos e observa os pactos, nesse
começa a luzir – diz o estóico – o alento da fidelidade.

Da mesma forma, aconselha-se vivamente aqueles que contraíram empréstimos a devolverem pelo menos a mesma quantia que receberam, sempre que não conseguirem fazer melhor (2.191-192); não se compreende, por isso, como é que alguém promete pagar nos idos que hão-de vir, se nem sequer sabe o que a estrela da tarde lhe trará (1.149-150)¹⁸⁸; o poeta pede também a Heitor, o mais querido dos seus amigos, que lhe devolva o dinheiro emprestado, por forma a que dele subsista por muito tempo uma *ampla fides* (2.245-246).

Na verdade, aquele que mente uma vez e perjura, não merece confiança nem que jure pelos deuses (2.131-132). Este tema volta a ser tratado noutro dístico, com uma estrutura tripartida, pergunta-resposta, no hexâmetro, e remate, no pentâmetro; desta feita, recorre-se ao exemplo mitológico do famoso Laomedonte, que foi morto às mãos de Hércules em razão dos seus perjúrios:

*Cras dabo cur dices? Hodie mihi soluere pactus.
Vox ea periuri Laomedontis erat.*¹⁸⁹

Amanhã restituo! Por que me dizes isso? Pagar hoje, isso era o combinado.
Essa era a conversa do perjuro Laomedonte.

A importância atribuída ao respeito estrito da *bona fides* em determinadas operações de carácter financeiro não será alheia, por certo, à própria vivência do poeta eborense. Membro de uma ilustre família que há muito estava envolvida na actividade financeira e comercial, não se estranha que a boa fé adquira para o poeta uma importância ainda superior àquela que já possui, em regra, para a generalidade dos cidadãos.

Não é por demais recordar que a família Pires atribuía ao bom nome um valor inestimável. A expressão ‘Bom nome’ (em hebraico: ‘Shem Tov’ ou ‘Shem Tob’) era e ainda é bastante comum entre o povo hebraico. Convém assinalar também a existência na tradição proverbial judaica de dois interessantes provérbios alusivos a este conceito,

¹⁸⁷ *Disticha Moralia* 1.131-132.

¹⁸⁸ O argumento deste dístico, apenas na parte relativa ao tema da incerteza do futuro, é desenvolvido no poema intitulado *Nescis quid uesper uehat* do livro primeiro dos *Carmina Moralia – Cato Minor* (1596), 93. Nesta composição, o poeta lastima-se do desaparecimento inesperado do seu amigo Marin, com quem havia jantado, sem nada suspeitar, horas antes da sua morte.

¹⁸⁹ *Disticha Moralia* 3.165-166.

que constituem uma prova inequívoca da grande importância que lhe é concedido. Assim, reza um antigo provérbio que «O bom nome é melhor que o bom azeite.», enquanto outro diz que «Há três coroas: a coroa da Torah, a do rei e a do sacerdote, mas a coroa do bom nome ainda está mais no alto.»¹⁹⁰.

Na verdade, Diogo Pires relembra, em poema intitulado *Boni nominis maxima iactura*¹⁹¹, as advertências que o pai e o avó não se cansavam de lhe fazer nos tempos passados ainda por terras lusitanas. Ambos lhe diziam que era forçoso suportar com firmeza qualquer perda que lhe adviesse, mas que a mais alta perda era a do bom nome, porque tinha um efeito arrasador.

É muito provável, como já antes se assinalou, que tenha sido o bom nome granjeado pela família do poeta eborense, chefiada por Estêvão e Henrique Pires, que lhe terá valido, pelo menos em parte, o firme e pronto auxílio dos membros mais destacados da Nação Portuguesa de Ferrara, na sequência da falência da sociedade comercial com o Duque de Ferrara.

Assim se compreende, pois, que deva ser considerado um homem valoroso todo aquele que tem a preocupação com o seu bom nome (3.87-88), porque essa constitui, de facto, a mais importante das heranças:

VERA HAEREDITAS

*Diuitias et opes et equos et praedia et agros
et tot praeterea stemmata clara domus.
Haec moriens Nicon, haeres meus, inquit, habeto,
at sibi splendorem nominis ipse petat.*¹⁹²

A VERDADEIRA HERANÇA

As riquezas e o património e os cavalos e os prédios e os campos
e, além disso, tantos títulos é o que possui uma ilustre casa.
De tudo isto, diz Nícon ao morrer, tome posse o meu herdeiro,
mas que ele próprio procure para si a honra de um nome.

Veja-se, por exemplo, como as subtilidades de ordem legal que ocultam, por vezes, as pesadas responsabilidades de uma das partes intervenientes num contrato de empréstimo são tidas na devida conta nesta advertência:

¹⁹⁰ Estamos bastante gratos ao Dr. Aron di Leone Leoni pelas preciosas indicações fornecidas sobre o significado do conceito do ‘Bom nome’ – ‘Shem Tov’, entre o povo hebraico.

¹⁹¹ *Vide* a apresentação do texto latino e da tradução deste poema, *supra*, 41.

¹⁹² *Cato Minor* (1596), 154.

*Mutua des, laudo. Quis enim reprehendebat honesta?
Vt uero fias sponsor, id usque ueto.*¹⁹³

Empresta! Louvo-te por isso. Quem é que podia censurar o que é honesto?
Mas que tu sejas fiador, isso proíbo-to sempre.

Na verdade, a actividade financeira e comercial encontrava-se regulamentada por uma série de actos em que entidades distintas acordavam, por mútuo acordo, realizar uma determinada operação, mediante condições e contrapartidas registadas de forma clara e inequívoca perante a figura de um notário. Do cumprimento escrupuloso destes contratos escritos ou, em outras situações, da simples palavra dada, estava dependente o êxito dos negócios e, naturalmente, a manutenção do bom nome de cada uma das partes envolvidas.

Nos arquivos italianos guardam-se, como se referiu ao longo da primeira parte deste trabalho, inúmeros documentos notariais de natureza financeira e comercial, em que os subscritores pertencem à família Pires-Cohen. Para mais, muitos deles dão fé de actos contratuais entre indivíduos pertencentes à própria família.

Apresenta-se, de seguida, um interessante poema que demonstra bem o extremo cuidado que o *uir bonus*, atendendo naturalmente às circunstâncias, deve pôr no cumprimento pontual e integral dos contratos a que se obrigou, neste caso concreto, pela colocação da sua assinatura num documento comprovativo de um empréstimo:

DEPOSITVM QVATENVS RESTITVENDVM

*Depositum domino repetenti reddat, oportet,
uir bonus, ut uulgo nota rubrica docet.
At qui depositum furioso reddidit ense,
iura uolant, capitis fiat ut ille reus.*¹⁹⁴

COMO DEVE SER DEVOLVIDO UM EMPRÉSTIMO¹⁹⁵

Convém que um homem de bem devolva o empréstimo à pessoa que
o reclama, conforme faz saber a toda a gente uma rubrica conhecida.
Mas quando alguém devolveu a um homem enraivecido a espada dada em penhor,
as leis voam, de tal forma que ele próprio se torna réu de um crime capital.

¹⁹³ *Disticha Moralia* 2.15-16.

¹⁹⁴ *Cato Minor* (1596), 100.

¹⁹⁵ Na linguagem mercantil, sobretudo na praça de Ancona, *depositum* identifica um tipo particular de contrato de empréstimo, de prática bastante comum na actividade dos mercadores portugueses. Tratava-se de empréstimos quirográficos, registados nos notários, em que duas partes acordavam o prazo e as demais condições de restituição de um determinado valor monetário confiado em *depositum*. Para uma análise pormenorizada e documentada da prática destes *contratos de depósito*, cf. A. L. LEONI (2000b), 43-46.

A justiça é, portanto, a virtude social por excelência, pois rege as relações entre os distintos membros de uma sociedade organizada. É a justiça que regulamenta, em geral, o próprio comportamento de todos os cidadãos na *res publica*. A responsabilidade da sua correcta instituição e aplicação cabe, em primeiro lugar, ao próprio governante e também ao juiz que deve procurar sempre ser honesto e imparcial no exercício da sua função.

Algumas vezes, porém, equaciona-se mesmo a própria justiça divina como sanção para três crimes específicos: roubo, mentira e adultério. É que a Justiça é, convém recordá-lo, filha de Júpiter e está depositada nas suas mãos a difícil tarefa de regular o próprio mundo:

*Mundi oculus Sol est. Viuax quoque spiritus illum
temperat alma Iouis filia Iustitia.*¹⁹⁶

O olho do mundo é o Sol. E até um espírito que não se extingue
o regula: a filha de Júpiter, a Justiça benfazeja.

Em suma, a justiça reúne em si própria a soma de todas as outras virtudes, pelo que não é possível imaginar, sem a sua presença, a existência nem do bom governante nem do bom cidadão, no fundo, do *bonus uir*. De facto, na famosa definição ciceroniana¹⁹⁷, se não houver adesão a uma lei e a uma comunidade de interesses por parte dos cidadãos, não há lugar à existência da *res publica*. Todos aqueles que não respeitam as leis passam assim a configurar, se forem governantes, a categoria do *tyrannus*, se forem cidadãos, a do *malus ciuis*.

c) Guerra e paz

A temática da guerra e da paz merecia, naturalmente, uma atenção particular numa colectânea, cujo destinatário inicial estava predestinado a ser um futuro governante e, por conseguinte, com responsabilidade directa na escolha dos caminhos da paz ou das armas. Na verdade, a ajuizar pelo elevado número de dísticos morais que, de uma ou de outra forma, se relacionam com o tema em causa, pode concluir-se que, de facto, assim aconteceu.

Além disso, convém também considerar que a reflexão sobre as múltiplas questões que se colocam em relação a uma realidade tão complexa que, *mutatis mutandis*, sempre

¹⁹⁶ *Disticha Moralia* 2.65-66.

¹⁹⁷ *Rep.* 1.25. Cf. M. H. ROCHA PEREIRA (2002), 385.

acompanhou a evolução da humanidade, não é apenas do interesse exclusivo dos governantes, mas da generalidade dos membros de qualquer sociedade.

Nessa qualidade, é do interesse de todos reflectir sobre questões decisivas e determinantes em qualquer governação como o exercício da paz ou da guerra, cujas repercussões são particularmente notórias tanto no domínio público como no privado. As opções políticas tomadas neste campo acabam, na prática, por ter consequências directas na vida de cada um dos membros da sociedade, por mais afastados que eles possam estar do exercício do poder.

A guerra sempre representou um terrível flagelo gerador de morte, destruição e sofrimento, cujas consequências apenas são desconhecidas daqueles que nunca a viveram de perto. O poeta considera que quem combate contra vontade e observa o que é justo é digno, por isso mesmo, de ser apelidado de magnânimo pela sua Musa (2.229-230), porque só aqueles que nunca sentiram na pele a experiência dramática da guerra podem afirmar, de ânimo leve, que ela é doce:

*Dulcis inexperto Mars uulgo fertur, at illum
qui semel expertus, odit et arma fugit.*¹⁹⁸

Diz-se que Marte é doce para o povo que o não experimentou, mas aquele que uma vez o experimentou, odeia e foge das armas.

O tema deste dístico volta a servir de inspiração ao poeta para redigir uma outra composição integrada nos *Carmina Moralia*, em que apresenta uma sugestiva comparação entre aqueles que vão tanto para a guerra como para o mar, sem estarem experimentados nas respectivas funções:

DVLCE BELLVM INEXPERTO

*Quique mare ingressus nondum, quique aspera belli,
aspera militiae tempora nulla tulit,
alter nauta uagus, fortis cupit alter haberi
miles, et hic pugnas somniat, ille rates.
Iam uero experti bellum hic, maris ille procellas,
succenset uotis sanus uterque suis.*¹⁹⁹

¹⁹⁸ *Disticha Moralia* 2.31-32. Este dístico tem na sua origem um famoso fragmento de Píndaro: Γλυκὸν ἀπείροισι πόλεμος (frg. 110,1 Snell-Maehler). Esta sentença foi recriada por autores latinos como Virgílio ou Vegécio e encontra-se também representada, por exemplo, no *Florilégio* de Estobeu ou nos famosos *Adagia* de Erasmo. Para uma análise pormenorizada das várias reformulações do tema, cf. R. TOSI (2000), n.º 1213.

¹⁹⁹ *Cato Minor* (1596), 97.

É DOCE A GUERRA PARA QUEM A NÃO EXPERIMENTOU

Quem não andou ainda no mar, quem não sofreu a dureza da guerra,
nem os tempos duros do serviço militar,
um deseja ser um marinheiro errante, o outro um soldado
valente, este sonha com combates, aquele com navios.
Mas já experimentados, um na guerra, o outro no mar tormentoso,
ambos, em seu juízo, se enfurecem com os os seus votos.

Não é por demais salientar que *Dulce bellum inexperto*, o título deste poema que já se renunciava no dístico atrás apresentado, constitui uma das sentenças dos celebrados *Adagiarum Chiliades* de Erasmo, uma das mais vulgarizadas colectâneas sentenciosas do século XVI. Referiu-se, em capítulo anterior²⁰⁰, o enorme sucesso editorial desta obra que foi sendo sucessivamente corrigida e bastante aumentada pelo autor, desde a edição *princeps*, em 1500, quase até à data da sua morte, em 1536.

De facto, as máximas coligidas por Erasmo fizeram as delícias de milhares de leitores, que buscavam na colectânea sobretudo os comentários eruditos do reputado humanista de Roterdão. Ora, o adágio *Dulce bellum inexpertis* converteu-se no mais extenso de todos e recebeu a distinção de ter sido editado como obra separada pelo menos por treze vezes, a primeira das quais ocorreu em 1517²⁰¹. Basta dizer que das cinco linhas que o adágio e o sucinto comentário ao mesmo ocupavam na edição de 1508, passou-se para uma extensa e profunda reflexão sobre a paz e a guerra, que alcançou as 1000 linhas, em 1515.

Diogo Pires inscreve-se claramente na corrente ideológica do irenismo quinhentista, da qual este comentário erasmiano é um dos textos matriciais. No mesmo ano de 1517, Erasmo publicava também uma outra obra fundamental intitulada *Querela pacis*, em que recupera as ideias e mesmo algumas passagens literais do texto com que havia comentado o adágio referido. Pode afirmar-se, pois, que a reflexão sobre a guerra e a paz, nas suas mais diversas implicações, estava na ordem do dia, nas primeiras décadas do século XVI.

O poeta eborense é também ele um claro defensor da paz. Considera-se, assim, que a opção pela guerra não pode ser tomada de ânimo leve por quem tenha responsabilidade nesta matéria. São as leis que regem as grandes cidades com os próprios reis, mas elas deixam de se fazer ouvir, quando Marte agita na sua mão as terríveis armas, deixando de

²⁰⁰ Cf., *supra*, o subcapítulo 7.1 da II Parte.

²⁰¹ R. PUIG DE LA BELLACASA (2000), 165-168. Note-se que este investigador apresenta também a tradução integral para língua castelhana e comentário da primeira edição independente, datada de 1517, do referido adágio *Dulce bellum inexpertis* (pp. 169-211).

haver lugar para o direito (3.143-144). Um outro poema, publicado entre os *Carmina Moralia*, parece ser a continuação natural deste dístico:

NON SEMPER ARMA CEDVNT TOGAE

Cedunt arma togae, quoties qui iura ministrat

uir grauis, ingenio iudicioque ualet.

At cum sceptrum manu iuuenis gerit, illicet ipsa

*Mars quatit arma ferox et toga uicta iacet.*²⁰²

NEM SEMPRE AS ARMAS CEDEM À TOGA

As armas cedem à toga, todas as vezes que administra a justiça
um homem sério e se distingue pelo seu talento e juízo.

Mas quando um jovem toma o ceptro na sua mão, logo Marte
agita, feroz, as suas próprias armas, e a toga jaz vencida.

Deste modo, aquele que põe a guerra à frente da paz, merece que a sua sombra caia derrotada aos pés do cão dos Infernos (3.217-218); além disso, embora seja certo que as armas defendem os reis, convém também não esquecer que, com grande frequência, elas cedem aos bons conselhos (2.209-210):

Arma licet Reges defendant, arma feruntur

*saepe tamen sanis cedere consiliis.*²⁰³

Ainda que as armas defendam os reis, dizem que,
muitas vezes, as armas cedem aos bons conselhos.

No entanto, surgem ocasiões em que a via militar pode ser o único caminho a seguir, sempre que determinados valores fundamentais são postos em causa: o rei, a pátria e a religião (1.11-12). Assim, devem erguer-se as leis e a espada contra quem quer que seja inimigo da humanidade (2.227-228). Do mesmo modo, aconselha-se vivamente o governante a exercer o poder, obtido por direito próprio, com coragem e determinação, pois assim defenderá de forma legítima os seus interesses, sem excluir o recurso a uma guerra justa:

Iure tibi imperium partum uirtute tuere:

*causa tua est potior iustaque bella moues.*²⁰⁴

Exerce com coragem o poder obtido por direito próprio:
a tua causa é melhor e são justas as guerras que moves.

²⁰² *Cato Minor* (1596), 154. Note-se que este poema se desenvolve com base na conhecida sentença de Cícero – *Cedant arma togae, concedat laurea laudi* –, que se encontra em *Off.* 1.77 e *Cons.* frg. 6.

²⁰³ *Disticha Moralia* 2.209-210.

²⁰⁴ *Disticha Moralia* 1.203-204.

O próprio poeta, em outra ocasião, confessa não ter o desejo de morrer, mas afirma também que a sua morte não lhe seria penosa, se contribuísse para ajudar à salvação da sua cidade e dos bons cidadãos (1.183-184); é também, por isso, digna de louvor a juventude espartana que luta pela sua pátria, depois de ter desprezado a amizade dos Argivos (3.281-282). Esta mesma ideia é depois recuperada e desenvolvida no seguinte epigrama dos *Carmina Moralia*, cujo título assenta num famoso verso horaciano²⁰⁵:

DVLCE ET DECORVM PRO PATRIA MORI

*Felices animae, seu uos plaga lucida caeli,
seu nemus Elysium, mollis et umbra tegit,
uos egressa recens e corpore Mentoris umbra
dum pia pro patria suscipit arma, petit.*²⁰⁶

É DOCE E HONROSO MORRER PELA PÁTRIA

Ó almas felizes, quer vos cubram as plagas luminosas do céu,
quer o bosque elísio e a sua doce sombra,
procura-vos a sombra de Mentor, há pouco evadida do corpo,
enquanto sustinha as virtuosas armas em favor da pátria.

A *libertas* é um dos valores que importa preservar a todo o custo, nem que seja com o preço da própria existência, já que se trata de uma condição de vida na *res publica* para cada um dos cidadãos e, também, porque a sua anulação pode mesmo pôr em risco os alicerces do próprio Estado. Para alguém que nasceu com uma condição livre, deixa entender o poeta, teria sido preferível ter sucumbido à espada cruel do inimigo que ser submetido à torpe servidão (3.197-198); por conseguinte, todo aquele que põe a liberdade acima da própria vida, não deve hesitar em brandir as armas em defesa da sua pátria:

*Cui sua libertas anima prior, ille ruenti
pro patria, seu uir, seu puer, arma gerat.*²⁰⁷

Aquele para quem a sua liberdade está acima da própria vida, esse, em prol da pátria em perigo, seja homem, seja rapaz, que pegue em armas.

Convém, porém, agir com bastante cautela e ponderação, pois a *libertas* também pode ser esgrimida, por vezes, como uma imagem vã e enganadora. Por essa razão, o poeta

²⁰⁵ Trata-se da sentença *Dulce et decorum est pro patria mori* (*Carm.* 3.2.13), que se transformou num símbolo universal de patriotismo. Sobre os antecedentes desta ideia nomeadamente em autores gregos, cf. R. TOSI (2000), n.º 1233.

²⁰⁶ *Cato Minor* (1596), 97.

²⁰⁷ *Disticha Moralia* 3.251-252.

formula o desejo de estar tão afastado daquele que lisonjeia com a liberdade como o rio Mondego dista do Pó (2.69-70), já que a *imago libertatis* induz muitas vezes os próprios cidadãos a empunharem as armas contra o rei ou contra os seus concidadãos:

*Ne libertatis uana deceptus ab aura,
in regem aut ciues ceperis arma tuos.*²⁰⁸

Na vã ilusão de um sopro de liberdade, não pegues
em armas contra o rei ou contra os teus concidadãos.

Se a *bona libertas* se pode corromper com o ouro, convém que se afaste do peito digno do homem livre a cruel sede do metal amarelo (p. 39, 27-28); com efeito, aquele que tiver o privilégio de experimentar a *aurea libertas*, será capaz de desprezar as ceias dos pontífices e os presentes dos reis:

*Pontificum coenas spernes et munera regum,
si modo libertas aurea nota tibi est.*²⁰⁹

As ceias dos pontífices e os presentes dos reis, podes desprezá-los,
se entretanto te for dada a conhecer a áurea liberdade.

Por outra parte, a alienação dos homens, que tantas vezes conduz aos conflitos armados, adquire o seu grau mais elevado na guerra civil. É costume dizer-se, a este propósito, que não há casa ou estado algum tão estável que a discórdia não consiga subverter (3.117-118). A guerra civil apresenta-se, pois, como o mais terrível dos combates, já que se digladiam, de uma e de outra parte, os próprios concidadãos de um mesmo estado.

Interroga-se, por isso, o poeta que raiva ou que terrível Erinia poderá levar alguém a mover combates nefandos contra a sua pátria (1.19-20). De facto, as guerras intestinas são cenário de acções de uma desumanidade sem limites, em que os irmãos acabam a defrontar os próprios irmãos:

*Ciuis bellis miser exitus, imbuit hostis
frater fraterno sanguine saepe manus.*²¹⁰

Triste é o fim da guerra civil: o irmão inimigo
mancha muitas vezes as mãos no sangue fraterno.

Não restam dúvidas de que as guerras civis suscitam uma enorme tristeza e pessimismo no sujeito poético a ponto de o fazer descrever na própria capacidade de os

²⁰⁸ *Disticha Moralia* 1.239-240.

²⁰⁹ *Disticha Moralia* 1.227-228.

²¹⁰ *Disticha Moralia* 1.67-68.

homens se entenderem entre si. É tal a amargura que o poeta sente pela falta de humanidade, que grassa no seu tempo, que se espanta como é possível serem tão raras as vezes que o irmão quer amar o seu próprio irmão:

*Quis furor aut quae nam nostri haec infamia saeculi,
frater uti fratrem rarus amare uelit?*²¹¹

Que loucura ou que infâmia é esta do nosso tempo,
que é raro o irmão querer amar o seu irmão?

Ou então, de outro modo, constata-se também a triste realidade de que, à semelhança do que sucede com os peixes de diferentes tamanhos, também o homem pobre costuma ser, muitas vezes, pasto do homem rico:

*Pauper homo diti est homini cibus escaque; magnus
piscis uti paruum saepe commesse solet.*²¹²

O homem pobre serve de alimento e de isca ao homem rico, tal como
o peixe grande costuma muitas vezes comer o pequeno.

A caracterização das figuras do general e do soldado, que acabam por ser os intervenientes principais no palco dos combates, não foi esquecida por parte do poeta. Os muitos dísticos morais dedicados a esta temática acentuam, sobretudo, as qualidades e os defeitos que costumam fazer de um general ou de um simples soldado um bom ou mau executante do seu ofício.

Assim, o general astucioso, sábio e experimentado é aquele que ou faz ou previne as armadilhas do inimigo (1.125-126); a um general romano não lhe agrada a comida requintada mas a água doce bebida de um qualquer rio (3.131-132); aos ilustres comandantes também não lhes apraz a vitória de Cadmo, pois ela apenas lhes agradaria se alguma houvesse sem derramamento de sangue (3.279-280); merece reprovação todo aquele que como Aníbal, após muitas e ilustres façanhas, desiste às portas de Roma e caminha, de forma negligente, para Cápua (1.85-86); uma acção militar empreende-se tanto por meio do engano como da verdadeira coragem: o vencedor não pode recusar, na guerra, nenhuma destas estratégias (1.255-256); de outro modo, também não é vergonhoso mudar de opinião, se isso contribuir para vencer ou pôr em fuga o inimigo (2.261-262); assim, quem

²¹¹ *Disticha Moralia* 3.121-122.

²¹² *Disticha Moralia* 3.47-48.

adiou longamente a execução de uma acção bem pensada, nunca serviu, decerto, sob as ordens do general albano (3.141-142).

Apresenta-se, por último, o exemplo modelar do romano tenaz e corajoso que foi Quinto Fábio Máximo *Cunctator*, cujas tácticas defensivas contribuíram para desgastar a marcha triunfante do poderoso exército de Aníbal:

Cunctando Fabius collapsam restituit rem.

*Est qui florentes impiger urit opes.*²¹³

Ganhando tempo, Fábio restabelece uma situação perdida.

Há quem, com diligência, destrua recursos florescentes.

Os vencedores do passado são os vencidos do presente. Tudo é transitório neste mundo, como o poeta bem testemunhou ao presenciar a subjugação de vários dos antigos reinos itálicos à mão de Carlos V, o supremo Imperador do Sacro Império Romano Germânico:

OMNIVM RERVVM VICISSITVDO

Cum bello excisas arces contemplor et urbes,

Italaque Hispano subdita regna iugo.

Sic equidem dico: Romanus uicerat olim,

*nunc patitur leges, quas prius ipse tulit.*²¹⁴

A CONTINGÊNCIA DE TODAS AS COISAS

Quando contemplo as fortalezas e as cidades arruinadas pela guerra

e os reinos itálicos submetidos ao jugo hispano,

então, digo, na verdade: o Romano, outrora, venceu,

agora sofre o peso das leis, que ele próprio antes criou.

Em razão de que nada é definitivo e tudo é transitório, o poeta toma a liberdade de interpelar o supremo comandante da Casa de Áustria sobre quando é que ele pensa sustentar a sua marcha triunfante. Assim como o questiona, também lhe dá uma resposta plena de sensatez:

Post maris imperium partum, dux Austriae, quando stas?

*Rem gere, fortunae dum pede colla premis.*²¹⁵

²¹³ *Disticha Moralia* 1.267-268.

²¹⁴ *Cato Minor* (1596), 105.

²¹⁵ *Disticha Moralia* 2.85-86.

Depois de alcançado o domínio do mar, ó senhor da Áustria, quando te deténs?
Governa o império, enquanto calcas aos pés o pescoço da fortuna.

Já em relação ao soldado se elogia o que tanto suporta o frio e o calor como sabe vencer a fome e a sede (1.161-162)²¹⁶; se o ocioso inimigo se alegra com os despojos de Salmácide, já ao poeta lhe agrada apenas o que se alcançou pelo sangue derramado (2.123-124); os Teutões que travam combate estão bem alimentados e bebem o mosto que espremem nos seus capacetes de pele (1.221-222); todas as vezes que o soldado hispano avança para a refrega, se não pode vencer, procura para si uma morte honrosa (1.243-244)²¹⁷; também a própria mãe espartana, ao entregar as armas ao filho, pede-lhe que regresse ou com o escudo ou, então, sobre ele (2.265-266)²¹⁸; de facto, aquele que foge ou estende a mão direita desarmada ao inimigo, esse nem é hispano nem foi lacedemónio (2.101-102); mas, de outro modo, aquele que foge quando a vitória se inclina de forma precipitada para o inimigo, esse tem carácter e pegará de novo nas armas (2.223-224); já o próprio poeta confessa odiar de forma bem distinta o inimigo sequioso de sangue lusitano ou aquele que se esqueceu da missão recebida:

*Non Lusitani sitientem sanguinis aequae
odi, atque accepti muneris immemorem.*²¹⁹

Não odeio de igual modo o que está ávido do sangue
lusitano e o que se esqueceu da missão recebida.

À guerra costuma suceder a paz; porém, para que esta seja duradoura, os vencedores devem mostrar clemência pelos vencidos, pois essa será uma das suas maiores glórias (3.157-158); de outra forma, o Hispano (não melhor identificado, embora seja provável tratar-se do imperador Carlos V ou de Filipe II) apenas poderá esperar uma paz boa e perpétua nos territórios conquistados, se a oferecer aos vencidos de uma forma sincera e leal:

*Cum dederis pacem uictis, Hispanae, fidelem,
hanc sperare bonam perpetuamque potes.*²²⁰

²¹⁶ O argumento deste dístico encontra-se desenvolvido no poema com o título *Boni militis officium* – *Cato Minor* (1596), 156-157.

²¹⁷ À coragem e valentia do soldado ideal contrapõe-se o tratamento da conhecida figura do soldado fanfarrão em duas composições intituladas *Miles gloriosus* e *In gloriosum militem*, publicadas, respectivamente, no *Cato Minor* (1596), 154 e 157.

²¹⁸ O tema da severidade dos espartanos, mormente em relação a quem fugia do combate, aparece como argumento do poema intitulado *Spartana severitas* – *Cato Minor* (1596), 152.

²¹⁹ *Disticha Moralia* 1.25-26.

²²⁰ *Disticha Moralia* 1.189-190.

Quando ofereceres aos vencidos uma paz sólida, ó Hispano,
poderás esperar que ela seja boa e perpétua.

A guerra é de uma crueldade sem limites e não poupa nem os mais valorosos. Alguém acabava de dizer que é próprio do militar romano vencer ou morrer, com denodo, em combate, e eis que um grupo de soldados é presa do fogo (2.99-100); o próprio D. Sebastião sucumbe, sem glória, às mãos de um Marte impiedoso:

*Rex Lusitanus iacet hic; Mars impius auctor
criminis. Haud parcat fortibus ille uiris.*²²¹

Um rei lusitano aqui jaz; foi Marte ímpio o autor
de um tal crime. Ele não perdoa a varões corajosos.

Não se estranha, por isso, que a guerra, os combates, a vida militar, em geral, não sejam do agrado do poeta eborense: às desvantagens da guerra contrapõe ele as vantagens da paz:

BELLI INCOMMODA ET PACIS BONA

*Te tuba castrorum somno excitet armaque cogat
sumere et incerto Marte ciere manus.*

*At mihi gallorum cantu, cum roscida cedunt
sidera, rumpatur dulcis et alta quies.*²²²

INCÓMODOS DA GUERRA E VANTAGENS DA PAZ

A ti, a tuba do quartel acorda-te do sono e obriga-te a pegar
em armas e, sob incerto Marte, chama-te ao combate.

Mas, para mim, com o canto dos galos, quando os orvalhados céus
se desanuviam, brote uma doce e sublime tranquilidade.

Quando a aranha entretece a sua teia à volta dos escudos, então Marte está de partida e passa a reinar a toga que é fruto da paz (3.135-136). Acredita-se que também a eloquência é fruto da paz e da boa harmonia, pois oferece aos seus cidadãos ócios seguros (3.139-140). Tão-somente a paz pode oferecer a tão almejada concórdia aos cidadãos. De facto, ela própria põe à disposição de todos, de forma generosa, a plenitude dos seus bens, como

²²¹ *Disticha Moralia* 2.145-146. Apresenta-se o texto latino e a tradução em português de C. A. ANDRÉ (1992b), 136.

²²² *Cato Minor* (1596), 102. Deve notar-se que o extenso comentário de Erasmo ao referido adágio *Dulce bellum inexpertis*, na sua edição *princeps*, possuía títulos à margem do texto para auxiliar o leitor. Ora, um desses títulos coincide quase exactamente com o deste poema – *Incommoda belli*. Veja-se R. PUIG DE LA BELLACASA (2000), 183, nota 38.

os frutos da vida simples do campo, e afasta, para bem longe, as malfadadas nuvens da desgraça:

PACIS BONA

*Pacem, Dii superi, pacem date. Pacis alumnus
bos arat et fruges larga rependit humus.
Pax alit unanimes concordi foedere ciues
et mala in Ionium nubila abire iubet.*²²³

VANTAGENS DA PAZ

A paz, ó deuses superiores, concedei-nos a paz. Fruto da paz,
o boi lavra e a terra generosa dá em troca os seus frutos.
A paz alimenta os cidadãos que em harmonia vivem em perfeita união
e, as nuvens más, ordena-lhes que partam para o Mar Iónio.

Mas a paz constitui também o ambiente natural e propício das Musas da poesia, com quem Marte não se ajusta muito bem, pois cada um deles tem paixões bem distintas:

*Marti cum Musis male conuenit: ille duella,
mollia amant dulces ocia Pierides.*²²⁴

Marte não se ajusta bem às Musas: ele ama as guerras,
as doces Piérides os agradáveis ócios.

O poeta declara, uma vez mais, a sua convicção profunda nas virtualidades da própria poesia, quando marca a distância enorme que o separa dos Trácios, esse povo que desperdiça inutilmente a própria vida nos combates:

*Me pax et Musae delectent pacis alumnae.
Prodiga gens animae Thracres in arma ruant.*²²⁵

A mim, agrada-me a paz e as Musas filhas da paz.
Que os Trácios, raça dissipadora da vida, corram às armas.

Que ninguém espere, portanto, que o poeta percorra os caminhos da guerra. Não é essa a sua vocação, nem é esse o seu objectivo, pois o que lhe interessa, em verdade, é a própria paz e tudo aquilo que ela propicia, sobretudo o cultivar da doce e agradável poesia.

Apresenta-se, em jeito de conclusão, um outro poema significativo que constitui, como o próprio título deixa entender, a formulação expressa de um voto do autor, que

²²³ *Cato Minor* (1596), 95.

²²⁴ *Disticha Moralia* 3.121-122.

²²⁵ *Disticha Moralia* 3.163-164.

renova, com mais veemência, a sua autêntica manifestação de fé no poder extraordinário do canto. Os jovens que não esperem aprender com ele a amar a guerra, pois ele nada tem para lhes oferecer que não seja a paz e a beleza harmoniosa da sua própria Musa:

AVCTORIS VOTVM

*Castra et militiam et soles et frigora et imbres,
Parthus siue Getes discat amare puer.
Me uirides hederæ, me myrti e fronde corollæ,
me de Permessi fonte morentur aquæ.*²²⁶

VOTO DO AUTOR

O campo militar e a milícia e os sóis e os frios e as chuvas,
que os aprenda a amar o jovem parto ou geta.
A mim, que me dêem sossego as verdejantes heras, as grinaldas
de folhas de mirto, as águas da fonte de Permessos.

Deve acrescentar-se, por último, que a questão da guerra e da paz corresponde a uma controvérsia que atravessa todo o século XVI e da qual participaram muitos humanistas. Erasmo foi, como se referiu, uma das vozes que mais se ergueu em favor da paz e contra a guerra. As posições que o humanista de Roterdão assumiu a este respeito marcaram, de forma inegável, a discussão posterior sobre esta temática e tiveram eco, por exemplo, na obra que Luis Vives publicou, em 1529, sob o título *De concordia et discordia in humano genere*.

Diogo Pires chegou a Antuérpia em 1535 e inseriu-se, com muita rapidez, nos círculos erasmistas de Lovaina. Não se estranha, portanto, que tenha sido influenciado pelo pensamento erasmiano, como a sua poesia deixa entender com facilidade. O humanista português insere-se, inequivocamente, na corrente do irenismo quinhentista, tomando posição a respeito deste assunto, com uma opinião bastante clara. Deve assinalar-se, porém, que é irenista sem ser radical, já que admite, em certas circunstâncias, a guerra.

²²⁶ *Cato Minor* (1596), 104.

Capítulo 5

O *Cato Minor* e a poesia didáctica

1. O didactismo do *Cato Minor*

O *Cato Minor* nasce sob o signo da pedagogia, já que o primeiro núcleo da obra – os *Disticha Moralia* – integra uma colectânea de dísticos morais compostos para servir de instrumento pedagógico-didáctico na educação da juventude. A declarada intenção didáctica que subjaz a esta parte inicial do *Cato Minor* percorre um pouco toda a obra, se bem que se acentue, em particular, no referido conjunto inaugural dos *Disticha Moralia* e nos *Carmina Moralia*, que constituem a sua continuação directa e a parte mais extensa do livro.

Não é por demais acentuar que coube ao próprio poeta a explicitação dos seus objectivos na carta dedicatória dirigida aos mestres-escola da cidade de Lisboa, que está publicada no início da colectânea. Nesse local, declarou ter composto os seus dísticos morais com o objectivo de virem a ser utilizados, segundo o plano inicial, na educação de Filippo Cosimo, filho do grão-duque da Toscana. O *Cato Minor*, não obstante o processo atribulado da sua génese, começou por ser uma colectânea destinada a ministrar a um jovem príncipe uma formação integral, alicerçada no estudo dos inúmeros preceitos e conselhos contidos nos dísticos. A educação do filho de Francesco de' Medici, que estava então destinado a ser o futuro governante florentino, foi um desígnio que o autor teve presente no seu espírito, no momento em que tomou a decisão de publicar os seus poemas.

No entanto, o humanista português acrescenta, na mesma carta introdutória, que decidira endereçar a sua obra aos mestres-escola da capital da sua pátria, em razão da morte prematura do desventurado príncipe, por forma a que ela pudesse ser útil, de outra forma, na formação dos jovens lusitanos que tomavam contacto com as primeiras letras.

É, pois, forçoso considerar que o destinatário final da obra acabaria por ser os *Ludimagistri Vlissiponenses*, porque o autor entendeu que os dísticos morais também podiam servir, sem alterações de maior, na formação linguística e moral dos jovens estudantes de humanidades da cidade de Lisboa. São estes, em última instância, os verdadeiros e últimos destinatários do *Cato Minor*, para quem esta obra deveria

constituir igualmente um instrumento pedagógico-didáctico assaz útil e adequado à sua instrução. Como é fácil de observar, a obra visava desde o primeiro momento um grupo mais vasto de leitores que não se cingia apenas ao núcleo restrito dos seus destinatários directos.

O título gravado no frontispício da obra de Diogo Pires – *Cato Minor siue Disticha Moralia* – manifesta, desde logo, as notórias preocupações de ordem pedagógica e didáctica que estiveram por detrás da sua concepção. Na verdade, a escolha deste título bastante curioso deixa perceber a forma engenhosa como o poeta eborense partiu do *Cato Maior* de Cícero e o cruzou com os famosos *Disticha Catonis*, o que permite observar igualmente o verdadeiro alcance desta pedagogia humanista, que muito fica a dever à matriz ciceroniana. Deste modo, o *Cato Minor siue Disticha Moralia* designa, em primeiro lugar, uma colectânea de dísticos morais destinados a ser utilizados como um autêntico instrumento de ensino na instrução da juventude, tal como era, aliás, prática comum na pedagogia humanista.

Os dísticos do poeta eborense inscrevem-se, directamente, na antiga tradição greco-latina de uso de colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos na formação linguística e moral dos jovens, que nunca se perdeu por completo ao longo dos séculos. De facto, muitos foram os humanistas que procuraram recuperar esta prática, na sua essência, tanto por meio da edição e comentário das antigas colectâneas greco-latinas, como da organização de novas recolhas.

Convém notar, porém, que o ensino da língua latina não constitui um fim, mas sobretudo um meio para levar a cabo uma pedagogia comportamental de natureza ética. O próprio título da obra, mormente na qualificação dos *Disticha*, e também dos *Carmina*, como *Moralia*, deixa perceber claramente que o plano ético se sobrepõe ao linguístico. Não obstante os dois planos serem indissociáveis e manterem um com o outro uma relação bastante estreita e interdependente, a formação moral dos jovens parece ter sido o objectivo primordial que presidiu à concepção da colectânea de dísticos e carmes morais.

A associação íntima da ética ao ensino da língua latina é, por conseguinte, uma realidade na colectânea do poeta eborense e enquadra-se perfeitamente na prática pedagógica humanista, que visava, acima de tudo, proporcionar aos jovens uma formação de carácter integral. A análise efectuada dos temas dominantes dos *Disticha Moralia* é reveladora da enorme importância que foi concedida sobretudo aos núcleos temáticos que

se encontram tratados sob os títulos *Costumes e Moral*, *Felicidade e Res publica*. Aí se encontram, pois, as linhas directrizes desta pedagogia comportamental, que tem por fundamento e instrumento de trabalho, no plano da prática pedagógica, uma base linguística, ou seja, os próprios dísticos latinos.

Ao mesmo tempo que o jovem aluno aprende a língua latina pelo contacto continuado com os dísticos morais, pouco a pouco, quase sem que disso tenha consciência, vai assimilando e gravando no seu espírito as regras, os comportamentos e as qualidades que hão-de fazer dele no futuro um *uir* e um *ciuis bonus*, o objectivo último desta pedagogia. Estes princípios de natureza ética encontram-se inscritos, indelevelmente, nos próprios dísticos latinos, que comungam das características próprias e distintivas dos enunciados proverbiais-sentenciosos, os quais, como se verificou, assumem, não raras vezes, forma poética.

De facto, a poesia constitui, talvez, o meio mais adequado e eficaz para levar à prática esta pedagogia comportamental, que algumas vezes parece estar, apenas na aparência, encoberta pela dimensão mais visível da formação linguística.

O poeta eborense não desconhecia, por certo, as enormes virtualidades próprias dos textos proverbiais e sentenciosos, sobretudo na sua formulação poética, pelo que decidiu compor e inscrever os seus dísticos morais no quadro da antiga tradição de aproveitamento pedagógico-didáctico deste género de enunciados. A utilização destes textos na formação linguística e moral da juventude e, em particular, dos príncipes foi precisamente uma das razões principais, como se constatou, que motivou a elaboração e a grande divulgação alcançada pelas colectâneas sentenciosas, em língua latina, no quadro do humanismo português.

As características rítmicas e prosódicas próprias da poesia tornam mais fácil a memorização destes enunciados breves por parte dos jovens alunos, já que a adopção da forma versificada aumenta a força persuasiva de qualquer sentença¹. Compreende-se, em razão disso, a adopção do dístico elegíaco na colectânea do poeta eborense, uma forma poética cuja concisão, simplicidade e agudeza em muito podiam facilitar a prática lectiva de docentes e discentes.

Curioso é notar que uma boa parte das colectâneas sentenciosas em língua latina do humanismo português foi composta precisamente para ser utilizada na formação de um

¹ Cf. S. F. BONNER (1984), 316-317.

príncipe. Além do caso particular do *Cato Minor* de Diogo Pires, é forçoso recordar o exemplo dos *Prouerbia* de Cataldo, dedicados ao jovem D. Afonso, filho de D. João II, e também as *Sententiae* de André Rodrigues Eborensis e as de Diogo de Teive, ambas compostas com o objectivo de formar o recém-nascido D. Sebastião.

Diogo Pires escolheu porventura o caminho mais difícil que se colocava a todos quantos pretendiam publicar uma colectânea de textos proverbiais-sentenciosos, porque optou por criar, ele próprio, uma colectânea de sentenças novas, ainda que recriadas, com frequência, a partir do imenso manancial de textos consagrados pela tradição do género.

Esta opção implica, como é fácil de entender, uma exigência bastante acrescida para o poeta, a quem não bastava ter um domínio excelente dos textos clássicos, bíblicos e humanistas, o que já não era de somenos importância, para seleccionar e organizar as sentenças numa colectânea. A composição de sentenças novas em verso exige da parte do autor não apenas este domínio imprescindível das fontes, mas sobretudo a posse de uma série de competências linguísticas, literárias e culturais que lhe permitam colocar o seu talento ao serviço da criação poética, seja a partir da simples recriação do material existente, seja da composição de textos inovadores face à tradição.

No que respeita ao caso português, importa assinalar que Cataldo e Diogo de Teive haviam prosseguido já um caminho semelhante ao do poeta eborensis, enquanto outros autores, como André Rodrigues Eborensis, Jerónimo Cardoso ou Luís de Granada, se limitaram a proceder a simples recolhas de sentenças compiladas a partir de autores greco-latinos, cristãos ou humanistas.

No que concerne às relações privilegiadas que os *Disticha Moralia* estabelecem com a poesia didáctica e com as demais recolhas de sentenças, é merecedor de uma atenção muito particular o extenso poema que serve de prefácio ao livro primeiro da colectânea, porque nele se encontram explicitados, de uma forma bastante transparente, quais foram as circunstâncias e os motivos que levaram o poeta eborensis a compor, à imagem dos *Disticha Catonis*, uma série de preceitos úteis e necessários à formação da juventude².

Na verdade, este texto verdadeiramente programático permite compreender a relação estreita que a obra estabelece, quer com a poesia didáctica, enquanto género literário

² *Cato Minor* (1596), 1-3. Dada a extensão assinalável deste poema introdutório, serão analisados, de seguida, apenas os excertos que, a nosso ver, mais relevância adquirem para justificar a opção do autor pela poesia didáctica. No entanto, remete-se para o final deste subcapítulo, onde se apresenta, na íntegra, o texto e a tradução desta composição.

independente, quer com a tradição particular das colectâneas poéticas de sentenças, de que os referidos *Disticha Catonis* talvez constituam o exemplo mais paradigmático.

Na primeira parte da composição, o poeta viu-se envolto numa espécie de sonho, em Dubrovnik (Ragusa), onde revela o seu encontro com Apolo, que o achou disposto a escrever um poema em forma de cosmogonia, por meio do qual haveria de contribuir para o regresso ao mundo de uma nova idade do ouro, plena de paz e de felicidade. A certa altura, todavia, é o próprio deus Apolo que aconselha o sujeito poético a inverter o seu primeiro intento:

*Vix ea, cum ridens aurim mihi uellit Apollo,
quaerit et unde nouus uenerit iste furor:
«Tu Chaos antiquum et ueteris primordia mundi,
scilicet, et quae sunt quaeque futura canes?
Nec pudet interitum rerum praedicere et altum
ire per occultas super et astra uias?
Iam nouus incedis Lucretius, alter et Aetnam
insilis attoniti pectoris Empedocles.»³*

Mal acabara de dizer tudo isto, quando, entre gargalhadas, Apolo me beliscou a orelha e me perguntou de onde me vinha este novo furor:

«Tu vais cantar o caos antigo e os primórdios do velho mundo,
e, com toda a certeza, o que existe e o que há-de, ainda, vir a existir?
E não te envergonhas de predizer o fim das coisas e caminhar para as alturas
por secretos caminhos e passar além dos astros?
Já tu avanças como um novo Lucrecio e como um outro
Empédocles, de coração arrebatado, te atiras ao Etna.

De facto, Apolo revela alguma surpresa com a ousadia do projecto do humanista português, que está disposto a escrever uma obra semelhante à de Empédocles e Lucrecio, dois nomes consagrados da poesia didáctica greco-latina. A divindade não entende, porém, que seja este o caminho mais adequado ao perfil do poeta eborense e, por isso, aconselha-o vivamente a abalançar-se a uma tarefa mais apropriada às suas forças, ainda que não menos útil no que respeita à educação dos jovens:

*Si uenit in mentem, quibus olim assueueris antris
et quae prima tibi plectra Thalia dedit,
quosque puer latices et quo de fonte bibisti,
ingenium (dices) praegravat iste labor.*

³ *Cato Minor* (1596), 2.

*Ista decent uates, quos nunc Heliconis in unda,
nunc fas Permessi ponere fonte sitim,
fronde comam uinctos Peneide, cum tua uix dum
aridus e riuo tinxerit ora liquor.
Illis firma ratis sulcat uada caerulea ponti,
at tua uix pigro tuta carina lacu est.
Ergo leues numeros tenuesque amplectere Musas,
(res est – crede mihi– uiribus apta tuis)
et cane (cui teneram dulcis puer adplicet aurim),
quod libeat castis discere uirginibus.⁴*

Se te acudir à ideia a que grutas andaste, em tempos, afeiçoado
e os primeiros plectros que Talia te ofereceu,
e que águas e de que fonte bebeste, na tua juventude,
esse trabalho (dirás) é carga em demasia para o teu engenho.
Isso é o que convém aos poetas, a quem é permitido matar a sede,
ora nas águas do Hélicon, ora na fonte de Permesso,
com a fronte cingida de folhagem pela filha de Peneu, quando a tua boca,
mal lhe tocou, ainda, a secura da água de uma ribeira.
No caso deles, uma nau robusta sulca as ondas cerúleas do mar,
mas a tua quilha mal está em segurança no manso lago.
Por isso, abraça versos mais ligeiros e delicadas Musas,
(é uma obra – crê em mim – ajustada às tuas forças)
e canta (tu de quem o doce jovem aproxima o delicado ouvido)
o que convém ensinar a castas donzelas.

Apolo considera muito mais ajustada às forças do poeta a composição de versos mais ligeiros, sob os auspícios das delicadas Musas. É que é grande a distância que o separa dos poetas consagrados, como bem evidencia a clara diferença existente entre a sua estatura e a deles, expressa através de uma sugestiva metáfora: enquanto, no caso deles, uma *firma ratis* sulca as ondas azuis do mar, já para o poeta eborense, de modo diferente, a quilha da sua modesta embarcação nem sequer na quietude das águas de um lago encontrará a tão almejada segurança.

Ainda que tenha sido desaconselhada a composição de um grandioso poema didáctico, conforme aos cânones do género, todavia, convém assinalar que continua a subjazer ao novo canto do poeta, de acordo com o conselho de Apolo, uma evidente intenção didáctica. Com efeito, a obra que ele vai empreender tem, na formação dos jovens, a sua principal razão de ser. E disso não podem subsistir dúvidas, porque de

⁴ *Cato Minor* (1596), 2-3.

seguida são explicitados os vários motivos que justificam, no dizer do próprio deus, a composição de uma tal obra:

*Quippe bonam si quis sementem fecerit, illi
proueniet largo foenore laeta seges;
qui prior ingenuos effinxit carmine mores
et uitii laxam noluit esse uiam,
quique Iouem iam tum iussit sperare parentem
haerentem in biuiis Amphitryoniaden,
siue Cato, siue ille Sami florentis alumnus,
siue suo dignus nomine Palladius,
illius umbra locos laetos colat, illius astra
fama petat, nostris inclyta carminibus.»
Dixit et Aonius mentem calor impulit; inde
nobile Socraticis uersibus exstat opus.⁵*

Por certo, aquele que fizer uma boa sementeira, para ele há-de resultar, com grande proveito, abundante colheita; aquele que primeiro moldou a pureza dos costumes com seu canto e não quis que houvesse um caminho aberto para o vício, aquele que já então ordenou ao filho de Anfitrião esperar pelo pai Júpiter numa encruzilhada, quer ele seja um Catão, quer ele seja filho da florescente Samos, quer Paládio seja digno do seu nome, a sua sombra há-de povoar lugares prazenteiros, e a sua fama há-de chegar aos astros, famosa pelo meu canto.» Assim falou e um fervor aónio me invadiu o coração; aí, então, uma obra ilustre surge em versos dignos de Sócrates.

A parte final do poema apresenta, pois, uma descrição das vantagens significativas que o poeta logrará alcançar, se decidir entregar-se, no cumprimento da advertência divina, à composição deste tipo específico de poesia. Assim como aquele que faz uma boa sementeira pode esperar colher abundantes e saborosos frutos, também o poeta que compuser esta obra, nas palavras de Apolo, conseguirá moldar com o seu canto os tenros espíritos dos jovens e desviá-los do caminho do vício.

Na verdade, foram vários os autores que, no mundo greco-latino, se entregaram a esta nobre tarefa, de entre os quais sobressaem os nomes famosos de Pitágoras de Samos e de Catão. A fama daquele que cumprir então o desígnio de Apolo não será decerto menor, pois há-de alcançar os astros por meio do seu canto.

⁵ *Cato Minor* (1596), 3.

O poeta eborense, como seria de esperar, foi sensível às palavras de incentivo de Apolo e, assaltado por uma inspiração divina, deu corpo a uma obra ilustre feita de versos dignos de Sócrates, ou seja, os *Disticha Moralia*.

Este poema introdutório reveste-se de enorme importância, pois revela, na realidade, quais foram as intenções e motivações do autor da colectânea e, de algum modo, deixa transparecer também qual o seu posicionamento face à poesia didáctica enquanto género literário. O autor confessa ter começado por desejar escrever um poema didáctico dentro dos cânones próprios de um género que remonta, na tradição greco-latina, a Hesíodo.

Não fosse o conselho oportuno de Apolo, teria enveredado pela composição de uma obra semelhante à de Empédocles (*A natureza*) ou de Lucrecio (*De rerum natura*), que constituem, de facto, dois exemplos significativos (um grego e outro latino) da poesia didáctica de tipo filosófico-moral. Esta intenção primeira do poeta, sem embargo de não ter sido levada à prática, manifesta a sua predisposição natural para compor um poema didáctico, cuja natureza estava já situada no plano ético-filosófico e não no plano técnico-prático⁶.

O conselho de Apolo, porém, fez com que o poeta alterasse o seu propósito inicial de compor um poema didáctico segundo os parâmetros próprios do género, mas não o dissuadiu, de todo, de empreender uma obra marcada, também ela, por uma intenção didáctica declarada e por uma preocupação de cariz ético. O objectivo primordial passou a ser, então, a composição de uma obra, cujos modelos não eram já Empédocles ou Lucrecio, mas Pitágoras ou Catão, ou melhor, as famosas colectâneas de textos de tipo proverbial-sentencioso que circularam desde a Antiguidade Greco-latina sob o nome de cada uma destas duas prestigiadas figuras.

Deste modo, o poeta eborense inscreve a sua obra na antiga tradição greco-latina de utilização de colectâneas de textos proverbiais-sentenciosos na educação da juventude. Na verdade, o emprego da poesia como instrumento pedagógico-didáctico tem um âmbito necessariamente mais abrangente do que o género literário específico da poesia didáctica. É sabido que o recurso aos enunciados proverbiais-sentenciosos, sobretudo em forma poética, como instrumento pedagógico-didáctico por excelência, se revelou uma constante, no mundo greco-latino, em qualquer das várias fases do processo educativo dos jovens.

⁶ Sobre as características próprias de cada um destes dois tipos de poesia didáctica, cf. A. DALZELL (1996), 11-12.

Diogo Pires soube conciliar com grande mestria na sua obra algumas das características do subgénero literário da poesia didáctica com as marcas próprias e específicas da denominada literatura de sentenças⁷. Refira-se, em primeiro lugar, que a redacção deste poema introdutório assenta, por certo, na antiga convenção sobre a inspiração divina do poeta que percorre a poesia didáctica greco-latina desde o acto matricial em que Hesíodo recebe das próprias Musas, no monte Hélicon, a garantia da sua autoridade. Do mesmo modo, o poeta eborense sente também necessidade de firmar a sua autoridade na matéria que vai tratar, pelo que a encenação prévia do seu encontro sobrenatural com o deus Apolo denota uma intenção muito semelhante. A obra nasce, portanto, sob os auspícios e votos de uma divindade do panteão greco-latino, de acordo com a convenção firmada no modelo hesiódico.

Além disso, deve notar-se que a estrutura do poema introdutório assenta igualmente no conhecido *topos* da *recusatio*, a que Diogo Pires recorre também, por exemplo, na elegia *De ultimis Portugalliae regibus qui aetate mea uixerunt*⁸. O poeta apresta-se a obra de alto coturno, mas Apolo fá-lo descer à terra e cantar à medida das suas forças, a que convêm mais os dísticos morais que propriamente um poema didáctico. Convém sublinhar que ecoam nesta composição influências notórias de algumas *recusationes* célebres de vários poetas latinos, em particular as de Virgílio e Propércio, que recusam, de outro modo, dedicar-se à composição de um poema épico, por ser uma obra supostamente fora do alcance das suas reais capacidades⁹.

Por outra parte, a poesia didáctica implica sempre a existência de um destinatário interessado no tema abordado, com quem o leitor/ouvinte se pode identificar. Ora, o destinatário da colectânea do humanista português encontra-se presente e está identificado, já que se pressente ao longo dos *Disticha Moralia* a presença do príncipe Filippo Cosimo, a quem a obra foi primeiramente dirigida. Num ou noutro poema, como é fácil de verificar, o filho do grão-duque da Toscana chega mesmo a ser referido de forma objectiva, à semelhança do que sucede, por exemplo, no dístico de abertura do livro terceiro:

⁷ Para uma análise pormenorizada das características da poesia didáctica, vide A. COX (1969), 124-161; A. DALZELL (1996), 8-34; P. TOOHEY (1996), *passim*; K. VOLK (2004), 25-68.

⁸ *Eleg.* 2.8. Esta elegia foi editada e traduzida por C. A. ANDRÉ (1992b), 140-149.

⁹ Veja-se, a este respeito, as relações evidentes que o poema do humanista português estabelece com Verg *Ecl.* 6.3; Hor. *Carm.* 4.15 e Prop. 3.3.

*Tertius hic indicta prius praecepta libellus
explicat. In partem dulcis Etrusce ueni!*¹⁰

Este terceiro livro desenvolve os preceitos antes
anunciados. Vem para esta parte, meu doce Etrusco!

Mas, no caso da obra em apreço, a comunicação direcciona-se no sentido de um duplo destinatário específico, que tanto pode ser o jovem príncipe, nomeado no poema, como os jovens alunos da cidade de Lisboa, que estudam latinidades sob a orientação dos mestres-escola olissiponenses. Assiste-se, deste modo, a uma subtil e complexa oscilação tripartida entre o primeiro destinatário específico (o jovem príncipe), o segundo destinatário colectivo (os mestres-escola/jovens alunos de Lisboa) e o destinatário geral (qualquer potencial leitor/ouvinte).

Naturalmente a colectânea do humanista português revela também uma inegável intenção didáctica, tanto mais que entre os seus destinatários se encontram jovens alunos e professores. Como se assinalou em capítulo próprio, a poesia didáctica assenta numa relação concreta em que interagem dois intervenientes privilegiados, professor e aluno, com o fim de transmitir uma determinada matéria. O poeta didáctico, na qualidade de criador e de transmissor, partilha com o professor e o pregador um tipo particular de comunicação que se direcciona preferencialmente para um auditório específico, cujo destinatário, neste caso concreto, são os mestres-escola de Lisboa e, em última análise, os alunos de latinidades¹¹. Os dísticos morais encerram em si mesmos a própria matéria a transmitir que assume uma natureza dúplice mas complementar: ética e linguística.

O valor formativo da poesia está na base da sua função educativa e estabelece uma estreita relação com a sua responsabilidade no domínio da ética. A concepção do poeta como educador alcançou, como já foi assinalado, uma grande aceitação na Antiguidade Clássica, ainda que esta associação nem sempre fosse pacífica¹².

A relação privilegiada entre o poeta e o educador ultrapassa, algumas vezes, o próprio contexto específico da criação poética, já que alguns poetas exercem igualmente uma actividade pedagógica, assumindo assim, a um só tempo, a condição efectiva de poetas e professores. Esta realidade não era desconhecida do mundo greco-latino, onde

¹⁰ *Disticha Moralia* 3.9-10.

¹¹ Cf. A. DALZELL (1996), 7.

¹² Cf. W. JAEGER (1989), 44.

basta citar o exemplo paradigmático do poeta e mestre-escola que é considerado, comumente, o fundador da literatura latina: o tarentino Lívio Andronico.

O exercício da actividade pedagógico-didáctica constituía uma prática bastante comum entre os humanistas, que lhe concediam, regra geral, um valor inestimável no quadro dos valores e dos objectivos por que pautavam as suas vidas. Não é raro, por isso, encontrar entre eles lídimos seguidores desta antiga tradição em que poeta e professor se confundem na mesma pessoa. O próprio humanista português oferece um bom exemplo desta realidade, já que são assaz conhecidas as suas qualidades excepcionais, seja como pedagogo, seja como poeta. O *Cato Minor* é, por conseguinte, uma obra que nasce naturalmente desta comunhão profícua entre a poesia e a educação, entre a expressão pura do texto poético e a dimensão ética que dele emana.

Diogo Pires, como se fez notar, soube dar forma à sua colectânea sem dela excluir algumas das características fundamentais da poesia didáctica atrás referidas, entre as quais avultam o *topos* da inspiração divina do poeta, a menção explícita ao destinatário do poema ou uma intenção didáctica centrada na relação professor-aluno-matéria.

Por outra parte, o conjunto de dísticos morais caracteriza-se também, como seria de esperar, em razão da própria advertência de Apolo, por ter bem presente as marcas próprias e específicas do enunciado proverbial-sentencioso. A concepção do poeta como alguém possuidor de inspiração divina e acesso privilegiado ao conhecimento favoreceu bastante a produção deste tipo de enunciado, que desde muito cedo é utilizado como instrumento pedagógico-didáctico apropriado à educação da juventude. Não se estranha, por isso, que a criação de colectâneas de sentenças, quase sempre em verso, seja uma prática bastante corrente no mundo greco-latino, atestada por múltiplos exemplos, onde se contam as colectâneas modelares do Pseudo-Pitágoras e do Pseudo-Catão, referidas no poema introdutório atrás comentado.

Os *Disticha Catonis* são uma das recolhas de sentenças mais famosas da Antiguidade e serviram precisamente de modelo, conforme assinala o próprio poeta eborense, aos seus *Disticha Moralia*. De facto, não podem subsistir dúvidas de que esta obra mantém, em múltiplos aspectos, uma relação de continuidade em relação à antiga tradição da literatura de sentenças, mormente no que respeita às fontes, às formas e aos temas tratados.

Os enunciados de tipo proverbial e sentencioso são, muitas vezes, recriados pelo humanista português a partir de antigas formulações já inscritas em outras colectâneas.

Algumas vezes menciona-se, até, de forma explícita, quem foi o suposto autor de determinada sentença que serviu de inspiração a um dístico moral; sobressaem, por exemplo, os nomes de Pitágoras, Platão, Aristóteles, Demóstenes, Epicarmo, Cícero ou Catão. São muito mais numerosos, porém, os casos em que se aproveita um simples provérbio anónimo ou uma qualquer sentença de um autor greco-latino, medieval ou humanista para lhe dar nova forma e nova vida.

O prestígio e a autoridade da figura a quem são atribuídas as sentenças jogaram sempre a favor da sua popularidade, pois as qualidades comumente reconhecidas ao suposto autor são com relativa facilidade transferidas pelos falantes/leitores para o próprio enunciado¹³. Foi este processo de transferência de imagem que motivou muitos autores de colectâneas sentenciosas a prescindirem da autoria da sua obra e a atribuírem-na falsamente a figuras consagradas, por forma a obterem maior aceitação da parte do público (recorda-se, entre outros exemplos, as colectâneas atribuídas pela tradição a Pitágoras, a Focílides ou a Catão).

A natureza ética deste tipo de enunciados obriga naturalmente ao tratamento privilegiado de alguns temas que são recorrentes em qualquer colectânea deste género. A este respeito, compreende-se também que o humanista português tenha abordado com particular ênfase os temas mais característicos destes textos, que constituem, no fundo, os temas dominantes da colectânea: a educação, a mulher e o amor, a religião, a *res publica*, a felicidade ou a moral e os costumes.

À semelhança do que sucede na generalidade das colectâneas de textos proverbiais e sentenciosos, convém assinalar que não existe propriamente, nos *Disticha Moralia*, uma organização interna da matéria poética como se de um poema único se tratasse. É que cada dístico moral constitui uma unidade significativa verdadeiramente autónoma, não sendo possível determinar qualquer relação directa e intencional com os dísticos precedentes ou subsequentes.

Na verdade, como se verificou, a autonomia e universalidade são dois traços fundamentais que, em conjunto, dão forma à generalidade dos enunciados proverbiais e sentenciosos¹⁴. Os *Disticha Moralia*, que constituem autênticas unidades significativas fechadas, não escapam à marca da autonomia tão característica deste tipo de textos.

¹³ Cf. F. DESBORDES (1979), 70.

¹⁴ Sobre as características morfosintácticas e semânticas dos enunciados sentenciosos e proverbiais, cf. F. DESBORDES (1979), 74-85; A. ORLANDINI (1999), 77-84.

Os enunciados proverbiais e sentenciosos são sintáctica e semanticamente autónomos, o que permite a sua extracção do contexto original e reutilização em outros contextos por qualquer falante, pois estão destituídos de qualquer marca enunciativa¹⁵.

Do mesmo modo, como seria de esperar, os dísticos morais do poeta eborense também se encontram marcados pelo traço da universalidade, que constitui a outra face da autonomia. É lícito presumir que foi precisamente a universalidade dos dísticos morais que permitiu ao humanista português substituir com facilidade o destinatário inicial da sua colectânea, sem proceder a alterações substanciais no texto. A marca da generalidade permite, no fundo, que estes enunciados possam ser actualizados por qualquer falante, porque não se dirigem a nenhum em particular. O carácter genérico e universal destes textos encontra-se inscrito, desde logo, nos próprios traços linguísticos, morfossintácticos e semânticos que os individualizam e caracterizam.

A antiga concepção do poeta como educador e moralista favoreceu, decerto, a adopção de textos poéticos como instrumento pedagógico-didáctico nas aulas do *Ludimagister*. Não é por acaso que Diogo Pires acaba por dedicar a sua obra *Cato Minor siue Disticha Moralia* aos *Ludimagistri Olyssiponenses*, pois tinha perfeita consciência de que os seus poemas constituíam excelentes instrumentos de ensino, passíveis de serem utilizados pelos professores que ministravam, a um nível inicial, a formação linguística e ética dos jovens lusitanos.

A poesia, em geral, foi utilizada com esta função eminentemente pedagógico-didáctica, desde a Antiguidade Clássica até ao Renascimento, se bem que neste particular tenham sido os textos poéticos de carácter proverbial e sentencioso que adquiriram uma importância mais acentuada enquanto meio privilegiado de formação dos jovens, tanto no plano linguístico, como sobretudo no plano ético.

Em jeito de conclusão, convém reafirmar que é nesta antiga tradição greco-latina de utilização pedagógico-didáctica da poesia, em particular dos enunciados proverbiais e sentenciosos, que se vai inserir o *Cato Minor* de Diogo Pires e, por maioria de razão, o conjunto inicial dos *Moralium distichorum libri III*. É forçoso sublinhar, por último, que a intenção didáctica deste núcleo inicial se estende à generalidade da obra, em particular aos *Carmina Moralia* que desenvolvem, com grande frequência, os mesmos temas que antes foram aflorados nos *Disticha Moralia*, como se se tratasse de uma espécie de

¹⁵ Cf. F. DESBORDES (1979), 84.

continuação para os jovens alunos, que antes teriam tido já um contacto prévio com os dísticos morais.

Em relação ao poema que prefacia o *Moralium distichorum liber primus*, não obstante ter sido citado em fragmentos nas páginas anteriores, vale a pena, pelo seu significado e pela importância que se lhe atribui na própria interpretação da obra, olhá-lo no seu conjunto:

PRAEFATIO IN PRIMVM LIBRVM MORALIVM DISTICHORVM

*Visus eram, qua se tollit formosa Rhacusa
et pater Illyricas Sercus¹⁶ obumbrat aquas,
multa diu tacitus meditari et uoluere mecum;
et fuit ante alias non ea cura leuis:
cur quae principiis constant, ea cuncta suopte,
serius aut citius, pondere uicta cadunt?
Nam (si uera canunt uates) ruet arduus olim
aether et in cineres ibit uterque polus.
Rursus et unius uultus erit orbis et una
rursus erit coecis machina seminibus.
At Deus ipse sui plenus, Deus omnia solus
digeret illa suis restituetque locis.
Mox noua se tollet facies nascetur et orbis
aureus, aequae ipso iam Ioue digna domus.
Illa erit e puro Saphyro puroque Smaragdo
et distincta nouis undique Chrysolithis.
Stabit et aeternum nullisque obnoxia flammis,
crebra licet summa fulmina ab arce tonent.
Sic ubi mille senos absumpsit in ignibus annos,
purior ex ipsis ignibus exit auis.
Et colit Aeos syluas et luce coruscum
gaudet odorato mergere Gange caput.
Sol quoque, sol melior terras lustrabit et ibit
aemula fraternis Cynthia luminibus
et matutino coget noua sidera caelo,
splendidior ueniens Phosphoros ante diem.*

¹⁶ Nota do próprio poeta: *Sergius mons est urbi Rhacusae imminens; uulgus Bergatum uocat et sunt qui Barguli Illiriae Latronis, cuius Cicero in Officiis meminit, sedem fuisse existiment, uocabuli similitudine (ut opinor) adducti.*

*Ver alet aeternum Zephyri spirantior aura
et strepet argutis cantibus omne nemus.
Tum mala diffugient ueteris contagia morbi,
non sapor ingratus, non erit herba nocens,
arma procul, procul omne nefas, procul omnis et ira,
non cruor aut caedes, omnia pacis erunt.
Vix ea, cum ridens aurim mihi uellit Apollo,
quaerit et unde nouus uenerit iste furor:
«Tu Chaos antiquum et ueteris primordia mundi,
scilicet, et quae sunt quaeque futura canes?
Nec pudet interitum rerum praedicere et altum
ire per occultas super et astra uias?
Iam nouus incedis Lucretius, alter et Aetnam
insilis attoniti pectoris Empedocles.
Si uenit in mentem, quibus olim assueueris antris
et quae prima tibi plectra Thalia dedit,
quosque puer latices et quo de fonte bibisti,
ingenium (dices) prae grauat iste labor.
Ista decent uates, quos nunc Heliconis in unda,
nunc fas Permessi ponere fonte sitim,
fronde comam uinctos Peneide, cum tua uix dum
aridus e riuo tinxerit ora liquor.
Illis firma ratis sulcat uada caerulea ponti,
at tua uix pigro tuta carina lacu est.
Ergo leues numeros tenuesque amplectere Musas,
(res est – crede mihi – uiribus apta tuis)
et cane (cui teneram dulcis puer adplicet aurim),
quod libeat castis discere uirginibus.
Quippe bonam si quis sementem fecerit, illi
proueniet largo foenore laeta seges;
qui prior ingenuos effinxit carmine mores
et uitiiis laxam noluit esse uiam,
quique Iouem iam tum iussit sperare parentem
haerentem in biuiis Amphitryoniaden,
siue Cato, siue ille Sami florentis alumnus,
siue suo dignus nomine Palladius,
illius umbra locos laetos colat, illius astra
fama petat, nostris inclyta carminibus.»
Dixit et Aonius mentem calor impulit; inde
nobile Socraticis uersibus exstat opus.¹⁷*

¹⁷ *Cato Minor* (1596), 1-3.

PREFÁCIO AO PRIMEIRO LIVRO DE DÍSTICOS MORAIS

Via-me eu em sonhos, lá por onde se ergue a formosa Ragusa
e o pai Serco¹⁸ estende a sua sombra sobre as ilíricas águas,
a meditar em silêncio longamente e a revolver comigo próprio muitos pensamentos;
e, mais do que as outras, esta não foi uma preocupação ligeira:
por que razão o que desde a criação existe, tudo isso,
mais tarde ou mais cedo, cai vencido pelo seu próprio peso?
É que (se os poetas cantam a verdade) ruirá um dia o alto
céu e em cinzas se transformarão um e outro pólo.
E de novo o mundo terá um só rosto e
de novo haverá uma só máquina de partículas invisíveis.
Mas Deus é, ele mesmo, a plenitude; Deus, sozinho,
tudo há-de repartir e restituir ao lugar que lhe cabe.
Em breve um novo rosto há-de surgir e nascerá um mundo
de ouro, tal como uma casa digna, já do próprio Júpiter.
Há-de ser de pura safira e de pura esmeralda
e adornada por toda a parte com novos topázios.
E há-de permanecer por todo o sempre imune ao risco de qualquer fogo,
ainda que do alto da cidadela ressoem sucessivos relâmpagos.
Assim quando consumiu no fogo seis mil anos,
uma ave mais pura sai das próprias chamas
e habita os bosques do Oriente e a cabeça cintilante de luz
apraz-lhe mergulhá-la nas águas perfumadas do Ganges.
Também o sol, um sol mais fecundo dará vida à terra e avançará
Cíntia com inveja da luz de seu irmão,
e ajuntará novas estrelas ao céu da manhã,
ao chegar, com mais esplendor, a estrela de alva, antes [do nascer] do dia.
Uma brisa mais forte do Zéfiro alimentará uma eterna Primavera
e todo o bosque ressoará com melodiosos cantos.
Então dissipar-se-ão os contágios nocivos da velha doença,
não existirá o sabor da ingratidão, não existirá a erva daninha,
longe ficarão as armas, longe todo o crime, longe toda a fúria,
não haverá sangue ou chacina, tudo estará em paz.
Mal acabara de dizer tudo isto, quando, entre gargalhadas, Apolo me beliscou
a orelha e me perguntou de onde me vinha este novo furor:
«Tu vais cantar o caos antigo e os primórdios do velho mundo,
e, com toda a certeza, o que existe e o que há-de, ainda, vir a existir?
E não te envergonhas de predizer o fim das coisas e caminhar para as alturas
por secretos caminhos e passar além dos astros?»

¹⁸ Nota do próprio poeta: «O monte Sérgio está sobranceiro à cidade de Ragusa; o vulgo chama-lhe Bergato e há quem julgue ter sido a sede do ladrão Bârgulo da Ilíria, a quem Cícero faz menção no *Dos Deveres*, levado pela semelhança (segundo creio) da palavra.»

Já tu avanças como um novo Lucrecio e como um outro
Empédocles, de coração arrebatado, te atiras ao Etna.
Se te acudir à ideia a que grutas andaste, em tempos, afeiçoado
e os primeiros plectros que Talia te ofereceu,
e que águas e de que fonte bebeste, na tua juventude,
esse trabalho (dirás) é carga em demasia para o teu engenho.
Isso é o que convém aos poetas, a quem é permitido matar a sede,
ora nas águas do Hélicon, ora na fonte de Permesse,
com a fronte cingida de folhagem pela filha de Peneu, quando a tua boca,
mal lhe tocou, ainda, a secura da água de uma ribeira.
No caso deles, uma nau robusta sulca as ondas cerúleas do mar,
mas a tua quilha mal está em segurança no manso lago.
Por isso, abraça versos mais ligeiros e delicadas Musas,
(é uma obra – crê em mim – ajustada às tuas forças)
e canta (tu de quem o doce jovem aproxima o delicado ouvido)
o que convém ensinar a castas donzelas.
Por certo, aquele que fizer uma boa sementeira, para ele
há-de resultar, com grande proveito, abundante colheita;
aquele que primeiro moldou a pureza dos costumes com seu canto
e não quis que houvesse um caminho aberto para o vício,
aquele que já então ordenou ao filho de Anfitrião
esperar pelo pai Júpiter numa encruzilhada,
quer ele seja um Catão, quer ele seja filho da florescente Samos,
quer Paládio seja digno do seu nome,
a sua sombra há-de povoar lugares prazenteiros, e a sua fama
há-de chegar aos astros, famosa pelo meu canto.»
Assim falou e um fervor aónio me invadiu o coração; aí, então,
uma obra ilustre surge em versos dignos de Sócrates.

2. Ruptura com a matriz da poesia didáctica

É tempo, agora, de demonstrar quais são as marcas próprias e distintivas do *Cato Minor siue Disticha Moralia* e até que ponto evidenciam, uma ruptura com a tradição da poesia didáctica e, portanto, fazem desta colectânea uma obra original no quadro da literatura de sentenças. Nesta abordagem, merecem uma atenção muito particular os *Disticha Moralia*, que constituem o núcleo inicial, a partir do qual a obra teve origem, bem como os *Carmina Moralia*, que lhes deram continuidade, sem embargo de uma análise mais abrangente do conjunto da obra.

Tal como tem sido sublinhado ao longo deste trabalho, os *Disticha Moralia* mantêm relações privilegiadas, quer com a poesia didáctica, quer sobretudo com a antiga tradição da literatura proverbial-sentenciosa greco-latina. Não é por demais recordar a importância

do longo poema de abertura, que permite inscrever esta obra, de forma clara, no quadro da literatura de sentenças, em paralelo com as colectâneas modelares deste género.

No entanto, o mesmo poema com que se inicia a colectânea dos dísticos morais constitui, por si só, um elemento pouco comum numa obra deste género. A título de exemplo, os *Disticha Catonis*, que representam o modelo declarado dos *Disticha Moralia*, abrem com uma breve carta, em prosa, na qual o suposto autor se dirige ao filho, aconselhando-o vivamente a ler os seus preceitos que, de acordo com as suas palavras, haveriam de ser bastante úteis à formação do seu carácter e costumes.

De forma bem diferente, os *Disticha Moralia* iniciam-se com um poema de grande mestria, onde o sujeito poético faz questão de explicitar, por assim dizer, as circunstâncias de carácter sobrenatural que subjazem à criação da sua obra. Foi o próprio Apolo, em meio de um sonho, que demoveu o poeta de cumprir o seu propósito inicial de escrever um poema didáctico e o aconselhou a dedicar-se à composição dos dísticos morais, obra bem mais ajustada às suas reais capacidades e não menos útil à educação da juventude.

Assim como os *Disticha Catonis* se dirigem ao filho do suposto autor, assim também os *Disticha Moralia* estão dedicados aos mestres-escola da cidade de Lisboa e, antes disso, haviam sido compostos, segundo o testemunho do poeta, como contributo para a educação de um jovem príncipe. Não restam dúvidas de que ambas as colectâneas, de um ou de outro modo, evidenciam uma acentuada intenção pedagógica e didáctica.

A despeito da comparação que é possível estabelecer, decerto, entre as duas obras, importa sublinhar a posição radicalmente distinta de cada um dos autores perante a sua criação: um limita-se, de forma pragmática e utilitária, a compor uns quantos preceitos morais, em verso, para a educação do filho; o outro assume-se como um poeta inspirado, cuja pretensão de compor uma obra elevada, por certo uma cosmogonia, se viu contrariada, em sonhos, pelo próprio deus Apolo. Não há dúvida de que o autor dos *Disticha Moralia* assume e demonstra de forma transparente, desde o início da colectânea, a sua verdadeira condição de poeta. É nessa mesma qualidade que vai dar cumprimento ao conselho que superiormente recebeu da divindade, compondo uma obra ilustre em versos dignos de Sócrates:

*Dixit et Aonius mentem calor impulit; inde
nobile Socraticis uersibus exstat opus.*¹⁹

¹⁹ *Cato Minor* (1596), 3.

Assim falou e um fervor aónio me invadiu o coração; aí, então,
uma obra ilustre surge em versos dignos de Sócrates.

Os *Disticha Moralia* não se remetem apenas à simples condição de uma colectânea de carácter sentencioso, em verso, composta para ser utilizada na educação moral e linguística da juventude. Mais do que disso, os dísticos morais consubstanciam, de facto, o produto da arte e do engenho de um poeta de inegáveis virtualidades, cuja presença nunca desaparece, por completo, nem mesmo quando se esperaria que assim acontecesse em razão do carácter anónimo e universal próprio dos enunciados de tipo proverbial e sentencioso.

Conforme a seu tempo se expôs, os textos que integram as colectâneas sentenciosas estão, em regra, destituídos de qualquer marca enunciativa, por motivos compreensíveis e que foram já explicitados no capítulo adequado²⁰; não é isso, porém, que acontece em muitas composições dos *Disticha Moralia*. Como pode verificar-se, com relativa facilidade, em recolhas do género dos *Disticha Catonis* ou das *Sententiae* de Publílio Siro, uma das principais marcas da autonomia destes textos é precisamente a ausência de quaisquer termos de ligação que façam depender directamente o enunciado sentencioso de uma determinada situação de enunciação.

Não se estranha, por isso, que haja nas duas colectâneas latinas citadas um quase total desaparecimento de quaisquer marcas que reenviem para a figura do sujeito poético ou para uma situação concreta de enunciação. Com efeito, uma análise superficial permite, desde logo, verificar que nestas colectâneas há um apagamento quase completo da marca do poeta. Assim sucede, em geral, quer nas *Sententiae* de Publílio Siro e nos *Disticha Catonis*, quer nas muitas recolhas que integram este género. Deve sublinhar-se, todavia, que o prólogo dos *Disticha Catonis* e as *praefationes metricae* dirigidas ao leitor, com que abrem os três últimos livros, representam, por assim dizer, uma excepção ao modo mais usual, na medida em que aí se faz uso da primeira pessoa.

Na verdade, como não deixámos de sublinhar em momento oportuno, autonomia e universalidade são, de facto, duas faces da mesma moeda, pois estes dois traços, em estreita união, acabam por marcar de forma indelével a generalidade dos enunciados proverbiais e sentenciosos. Ora, a colectânea do poeta eborense estabelece, neste aspecto, uma ruptura assinalável com a tradição da poesia didáctica.

²⁰ Cf. cap. 3 da II Parte.

Os *Disticha Moralia* evidenciam, não raras vezes, a experiência pessoal do poeta eborense com a consequente perda do carácter anónimo e abstracto que seria expectável. Estas referências pessoais surgem, desde logo, através da emergência, à flor do texto, do sujeito poético que assume, com grande naturalidade, a autoria explícita, no dístico final do livro primeiro:

*Musae Pierides, Eborae Latialis alumnus,
Flavius, haec uobis qualiacumque dicat.*²¹

Ó Musas Piérides, um filho da Évora latina,
Flávio, oferece-vos estes versos qualquer que seja o seu valor.

O poeta compõe os *Disticha Moralia* sob a inspiração do sopro do Aónio e revela estar perfeitamente consciente do valor e do alcance da sua criação. A sua poesia é resultado, antes de mais, da arte e do engenho, que muito ficam a dever naturalmente ao favor da sua Musa inspiradora, do mesmo modo que o mel representa o doce fruto da abelha laboriosa pelas alturas do Himeto:

*Qualis apis uerni flores delibat Hymetti,
Daedala tale mihi Musa parauit opus.*²²

Tal como a abelha liba, na Primavera, as flores do Himeto,
assim, com engenho de Dédalo, a Musa preparou o meu trabalho.

À semelhança dos poetas clássicos, na busca do ócio e da sabedoria, o poeta volta a assumir-se como um verdadeiro criador e declara tanto poder celebrar, no seu canto, as histórias como as armas:

*Otia doctrinamque Deorum dona sequutus,
scribit et historias Pyrrhus, et arma canit.*²³

Na senda do ócio e da sabedoria, dons dos deuses,
Pires escreve as histórias e canta as armas.

Na verdade, a presença do poeta nos dísticos morais nunca deixa de se fazer sentir, malgrado as características próprias da literatura de carácter sentencioso. Um dos exemplos mais significativos ocorre quando se refere, com grande enlevo e bastas vezes, aos dois lugares que marcaram, em definitivo, a sua existência: Évora, onde primeiro viu a luz do dia, e Dubrovnik, onde dela se despediu. No poema com que encerra o livro segundo,

²¹ *Disticha Moralia* 1.275-276.

²² *Disticha Moralia* 1.271-272.

²³ *Disticha Moralia* 2.271-272.

deparamo-nos com uma das manifestações mais expressivas dos sentimentos do sujeito poético:

*Si tranquilla meae sedes optanda senectae,
ante alias urbes sola Rhacusa placet.*²⁴

Se tenho de escolher um lugar tranquilo para a minha velhice,
diante de todas as outras cidades Ragusa é a única que me apraz.

São frequentes as ocasiões em que a vivência mais íntima do poeta eborense transparece, de forma cristalina, nos seus dísticos morais. A velhice é um dos temas sobre o qual pode falar com bastante propriedade, pelo que não se exime, em vários poemas, de tecer comentários do foro pessoal, muitas vezes em primeira pessoa, sobre a última fase da existência humana:

*Audiuere senes iuuenem me, nunc (precor) audi
me, iuuenis, (necnon postulo iniqua) senem.*²⁵

Escutaram-me os velhos, quando eu era jovem; agora, eu te peço, escuta-me tu,
ó jovem, (nem é injusto o que reclamo), quando eu sou velho.

*Fit leuis interdum nobis prouecta senectus,
cum iuuenum adsurgit turba modesta seni.*²⁶

Torna-se leve, por vezes, para nós a provecta velhice,
quando um grupo de jovens se levanta com respeito na presença de um velho.

Chega a gracejar, até, com a sua idade avançada, quando se torna ele próprio destinatário formal de um conselho que dirige, afinal, a todos aqueles que, por nunca a terem experimentado, estão desejosos de gozar uma velhice venturosa:

*Si quis, Pyrrhe, frui gestit florente senecta,
ante diem (moneo) fiat ut ille senex.*²⁷

Se alguém, ó Pires, está desejoso de gozar uma venturosa velhice,
que antes do tempo – é o meu conselho – se torne velho.

São abundantes os momentos em que o sujeito poético não consegue (ou talvez nem sequer o deseje) apagar as marcas objectivas e textuais da sua existência. O anonimato, tão característico do enunciado proverbial-sentencioso, desvanece-se todas as vezes que é utilizada a primeira pessoa e que determinados elementos do próprio texto reenviam para

²⁴ *Disticha Moralia* 2.281-282.

²⁵ *Disticha Moralia* 1.167-168.

²⁶ *Disticha Moralia* 1.165-166.

²⁷ *Disticha Moralia* 1.41-42.

uma situação específica de enunciação, que tantas vezes se confunde com a vivência pessoal do poeta:

*Qui sapit, is uultus ad sidera tollit, et «Illa
illa», inquit, «patria est, haec peregrina domus.»²⁸*

Aquele que possui sabedoria, esse volta o rosto para os céus e exclama:
«Aquele, aquela é que é a pátria, esta é uma casa passageira.»

*Qui libertatis sub imagine palpat, ab illo
quantum Monda Pado distat, abesse uelim.²⁹*

Aquele que lisonjeia sob o disfarce de liberdade, dele
eu gostaria de estar tão distante quanto o Mondego do Pó.

*Nauiget Aegeum mercator: nam mihi sordent
quaesitae quouis aequore diuitiae.³⁰*

Navegue o Egeu o mercador: a mim, repugnam-me
as riquezas alcançadas em qualquer mar.

*Quae mihi nec dono, grandi neque uenit aere,
ecce tamen studiis fida lucerna meis.³¹*

O que me chegou, não chegou de presente nem da imensidão dos ares;
eis aqui, pois, a candeia dedicada aos meus estudos.

São muitos e variados os dísticos em que o poeta expressa juízos de valor sobre os preceitos que vai enumerando. Assim, não hesita em mostrar o seu acordo ou desacordo em relação a determinadas acções, comportamentos ou qualidades, como é possível observar, a título de exemplo, nos seguintes dísticos:

*Adlatrent alii, uel rodant dente canino.
Mi uero illaesus candor ubique placet.³²*

Os outros podem ladrar ou ferrar os seus dentes caninos.
A mim, porém, apraz-me seja onde for uma candura sem mancha.

*Ardeat in Phrynem aut Laida diues adulter.
Me iuuat in dulci coniuge castus amor.³³*

Que arda de amores por Frina ou por Lais o rico adúltero.
A mim, na doce esposa, agrada-me o casto amor.

²⁸ *Disticha Moralia* 1.181-182.

²⁹ *Disticha Moralia* 2.69-70.

³⁰ *Disticha Moralia* 2.213-214.

³¹ *Disticha Moralia* 3.95-96.

³² *Disticha Moralia* 2.267-268.

³³ *Disticha Moralia* 3.129-130.

Me pax et Musae delectent pacis alumnae.

*Prodiga gens animae Thracres in arma ruant.*³⁴

A mim, agrada-me a paz e as Musas filhas da paz.

Que os Trácios, raça dissipadora da vida, corram às armas.

Noutras ocasiões, não se limita tão-só a valorar os preceitos que são objecto do seu canto. Sente necessidade de observar, com mais veemência, que determinados temas, acções ou qualidades, por serem do seu particular agrado, merecem ocupar nele um lugar de eleição:

Inuitus pugnat Torquatus et aequa tuetur.

*Hunc mea magnanimum Musa uocare solet.*³⁵

Contra vontade combate Torquato e defende o que é justo.

A este a minha Musa costuma chamar magnânimo.

Vir bonus esse studet, nec curat, Cinna, uideri.

*Viuat et in chartis sit sacer ille meis.*³⁶

Um homem de bem esforça-se por ser, Cina, e não cuida de parecer.

Que ele viva e seja celebrado nos meus livros.

Cara mihi mea sit domus, at redeuntis Vlyssei

*in scopulos Ithacae pagina monstret iter.*³⁷

Que a minha casa me seja querida e mostre o livro o caminho

de Ulisses a regressar aos rochedos de Ítaca.

Não é por demais sublinhar as relações estreitas e diversificadas que os dísticos morais estabelecem com o universo do sujeito poético, tanto mais que se não pode dizer propriamente que integrem o género da poesia lírica. A verdade é que Diogo Pires é, por natureza, um poeta lírico e não conseguiu desprender-se desse seu lirismo, nem sequer quando compôs os seus dísticos para a educação da juventude.

Tais assomos de lirismo não passam apenas pelas manifestações da experiência pessoal, como se viu nos exemplos que acabam de ser apontados. Veja-se, a título de exemplo, um dístico que concilia, de forma sublime e harmoniosa, a intenção didáctica com uma genuína expressão de lirismo. O poeta serve-se de uma comparação bastante inesperada para sublinhar o quanto lhe agrada um cidadão honesto. O prazer propor-

³⁴ *Disticha Moralia* 3.163-164.

³⁵ *Disticha Moralia* 2.229-230.

³⁶ *Disticha Moralia* 3.133-134.

³⁷ *Disticha Moralia* 2.235-236.

cionado pelo agradável aroma exalado das maçãs sublima, naturalmente, a qualidade que o poeta tanto aprecia, do mesmo modo, na figura do cidadão. É forçoso notar como o recurso à sinestesia gustativa ('pomis dulcibus') e olfactiva ('halat odor') potencia a sensação de prazer originada pelo aroma e pelo sabor das maçãs e, por consequência, o enaltecimento da qualidade que tanto convém ao cidadão:

*Non secus oblectat ciuis me nomen honesti,
quam qui de pomis dulcibus halat odor.*³⁸

Não de outro modo me agrada o nome de um cidadão honesto
do que o aroma que se desprende das doces maçãs.

Uma relação semelhante estabelece-se num outro poema entre o hóspede que raras vezes aparece e o perfume exalado por uma rosa primaveril:

*A sene grandaeuo didici: qui rarior hospes
uenerit, is uernae fragrat odore rosae.*³⁹

Aprendi de um velho avançado em anos: o hóspede que raras vezes
aparecer, esse exala um aroma de rosa primaveril.

A expressão do lirismo consubstancia, evidentemente, um afastamento inegável da dimensão ética da poesia didáctica, que pode assumir ainda um carácter mais acentuado, como evidencia, por exemplo, um dístico moral onde se descreve com alguma beleza o pôr-do-sol:

*Sol caput inuoluit tenebris et terra dehiscit,
cum potitur terrae filius imperio.*⁴⁰

O sol envolve a cabeça nas trevas e a terra abre-se,
quando o filho da terra se apodera do seu império.

Não menos expressiva é a forma como é descrita a imagem personificada da ambição a levantar a sua funesta cabeça das águas estíguas:

*Pestis amicitiae et fratrum discordia ab undis
triste caput Stygiis extulit ambitio.*⁴¹

Ruína da amizade e discórdia entre irmãos, das águas
estíguas ergueu a cabeça funesta a ambição.

³⁸ *Disticha Moralia* 2.75-76.

³⁹ *Disticha Moralia* 2.43-44.

⁴⁰ *Disticha Moralia* 1.53-54.

⁴¹ *Disticha Moralia* 2.53-54.

É também com particular emoção que o poeta invoca a figura de Propércio, por quem tem uma predilecção especial. A sobriedade no amor ('sobrius amor'), um traço marcante da poesia de Propércio, encontra-se sublinhada, quer pela imagem simbólica das violetas que nascem em redor do túmulo do autor, quer pela posição de destaque que adjectivo e substantivo ocupam, respectivamente, no início e no fim do pentâmetro:

*Nascantur uiolae circum tua busta, Properti,
sobrius in cuius carmine regnat amor.*⁴²

Nasçam violetas em redor da tua sepultura, Propércio,
em cujo carne reina o sóbrio amor.

É oportuno, por isso, realçar que estas manifestações avulsas de lirismo que percorrem os *Disticha Moralia* configuram uma ruptura em relação à matriz didáctica, mormente no que respeita à tradição da literatura sentenciosa. Esta ruptura, porém, assume contornos ainda mais definidos e profundos em outras partes do *Cato Minor*. A este propósito, deve recordar-se a publicação, nesta mesma obra, de um conjunto de odes intitulado *Lyrica ad Aldum Mannuccium*, ou ainda a obra manuscrita dos *Elegiarum libri tres*, a que acresce o *Lyricorum libellus*.

Dado que a elaboração da obra e a sua organização interna, ao que tudo leva a crer, foram da responsabilidade do próprio autor, a inclusão de poemas assumidamente líricos, exprime, inequivocamente, uma visão menos restritiva da poesia didáctica, pelo menos da forma como, até então, havia sido concebida. A menos que o poeta pretendesse fazer da sua obra (a última que publicou) uma espécie de antologia de quanto tinha escrito até então. Se assim fosse, porém, seria difícil explicar o porquê da não inclusão dos três livros da lírica, que deixou inéditos. Donde, a conclusão mais provável é que Diogo Pires deliberadamente tenha pretendido desenvolver um modelo mais lato de poesia didáctica.

É forçoso acentuar mais ainda, de novo no *Cato Minor*, a inclusão entre os *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III* de um género tão afastado e até contraditório com a matriz didáctica como é o caso da poesia licenciosa e erótica⁴³. O mesmo se pode dizer, ainda que com menos intensidade, da última parte da colectânea, na segunda edição de 1596, ocupada pela reedição da extensa elegia em que são celebradas as mais proeminentes famílias ragusinas do tempo de Diogo Pires.

⁴² *Disticha Moralia* 1.145-146.

⁴³ Veja-se o estudo de C. A. ANDRÉ (1997), 37-47, sobre a forma como Diogo Pires celebra na sua obra poética a poesia erótica e licenciosa.

O *Cato Minor siue Disticha Moralia* denota igualmente uma outra ruptura temática e formal com a matriz da poesia didáctica, pelas relações estreitas que várias das suas partes constituintes mantêm com a poesia epigramática. Neste particular, não é por demais afirmar que a poesia de Marcial ocupa um papel decisivo, pela influência notória que parece exercer, como modelo privilegiado, sobre a obra do humanista português.

Do ponto de vista estritamente formal, a utilização do dístico elegíaco nos *Disticha Moralia*, ainda que não fosse totalmente estranha na tradição da poesia didáctica, estabelece uma diferença assinalável em relação ao metro utilizado nos *Disticha Catonis* (dísticos em hexâmetros dactílicos) ou nas *Sententiae* de Publílio Siro (monósticos em senários iâmbicos ou septenários trocaicos). De facto, o dístico elegíaco revelou-se como a forma consagrada, em geral, pelos vários humanistas que decidiram compor sentenças em verso, à imagem daquelas que integravam as antigas colectâneas greco-latinas, à cabeça dos quais surge o talentoso Michel Verino, filho do célebre humanista Ugolino Verino. Esta é, porém, uma circunstância que não constitui surpresa; é visível a predilecção dos poetas novilatinos e, mesmo, medievais, pelo dístico elegíaco, talvez em razão da influência de Ovídio, um dos poetas clássicos de maior fortuna na Idade Média e no Renascimento.

Outra pode ser, ainda, a interpretação: a adopção do dístico elegíaco nos *Disticha Moralia* configura, também, uma partilha formal com os epigramas do poeta bilbilitano⁴⁴. A relação entre os dois textos ultrapassa, porém, o campo mais restrito da forma poética usada, já que se faz sentir também no tratamento semelhante de temas e motivos, como se pode ver numa amostra representativa dos *Disticha Moralia*.

O poeta eborense serve-se, por vezes, de algumas formas e estruturas características do epigrama para dar ênfase a uma determinada qualidade ou sentimento. Veja-se a expressividade alcançada com a disposição quiástica dos dois nomes (Aulo e Frina) em cada um dos hemistíquios do hexâmetro, bem como a disposição estratégica do par adjectivo-substantivo ('mutuus amor') a iniciar e terminar, respectivamente, o pentâmetro. No entanto, o remate do epigrama acaba por provocar uma certa surpresa no leitor mais

⁴⁴ De facto, o dístico elegíaco ocupa um lugar de destaque na poesia epigramática greco-latina, porquanto se trata de uma forma privilegiada por vários autores. A este respeito, convém referir que esta é precisamente a forma métrica mais utilizada na poesia de Marcial. Além disso, constata-se que a brevidade é um traço característico dos epigramas do poeta de Bilibilis, onde as composições com apenas dois versos predominam em relação a todas as restantes tipologias. Cf. P. LAURENS (1989), 285-306; J. LUQUE MORENO (2004), 75-114.

atento, que talvez estivesse à espera de ver satirizado um ou outro aspecto da relação entre os amantes:

*Aulus amat Phrynem et Phryne deperit Aulum,
mutuus hic, quo non dulcior alter, amor.*⁴⁵

Aulo ama Frina e Frina adora Aulo;
é mútuo este amor, outro mais doce que ele não existe.

Pelo contrário, em outro poema, não é o amor recíproco que se elogia numa relação amorosa, mas a mudança de parceira, sempre que a anterior se torna menos agradável. Atente-se como a recriação engenhosa de uma expressão proverbial latina ocupa a posição de chave do dístico, no pentâmetro, estabelecendo um interessante paralelismo com o conselho dado anteriormente, no hexâmetro:

*Sume aliam, si te fastidit cara Lycoris.
Clauus enim clauum pellere rite solet.*⁴⁶

Arranja outra, se te aborrece a querida Licóris.
é que um prego, como é bom de ver, costuma empurrar o outro.

Na verdade, são bastante mais frequentes os exemplos de dísticos morais em que é evidente a aproximação à poesia epigramática de cariz marcadamente satírico. A qualidade da poesia enviada por alguém não identificado é motivo, por exemplo, de uma crítica mordaz. Alguém presenteou o poeta com 'aurea carmina' e 'aurea mala'. Não obstante a aparente qualidade da oferta, este é assaltado por uma dúvida inquietante: qual dos dois, os poemas ou os frutos, mais lhe agradam:

*Aurea misisti mihi carmina et aurea mala,
et dubium, placeant illa, uel illa magis.*⁴⁷

Mandaste-me poemas de ouro e maçãs de ouro,
mas estou na dúvida se me agradam mais uns se outras.

Em outros dois dísticos, o poeta aproveita para gracejar com os seus próprios poemas, acentuando a velha ideia de que a quantidade é quase sempre inimiga da qualidade:

*Ridens nescio quis nuper mihi dixit in aurim:
qui tam multa canit carmina, nulla canit.*⁴⁸

⁴⁵ *Disticha Moralia* 1.229-230.

⁴⁶ *Disticha Moralia* 3.167-168.

⁴⁷ *Disticha Moralia* 1.205-206.

Não sei quem é que, a rir-se, me disse há pouco ao ouvido:
aquele que canta muitos carmes, nenhuns canta.

*Si ne quid nimis e summo cadit aethere, quorsum
tot lecta disticha in breues sententias?*⁴⁹

Se nada em excesso cai do alto do céu, onde
é que se recolheram tantos dísticos para as breves sentenças?

Eis um dístico bastante jocoso em que se critica um tal Elvídio, cuja qualidade mais conhecida é ser um grande tagarela. Afirma o poeta preferir enfrentar pela manhã um leão ou mesmo um basilisco, nas areias da Líbia, que o fala-barato do Elvídio:

*Occurrat leo uel Libycis basiliscus arenis,
et non mane mihi garrulus Eluidius.*⁵⁰

Venha ao meu encontro um leão ou um basilisco nas areias líbias
e não pela manhã o fala-barato do Elvídio.

O poema seguinte adquire uma enorme vivacidade pelo uso da forma dialogada, comum na poesia epigramática, com a sequência pergunta-resposta-chave, estrutura a que o poeta eborense recorre com alguma frequência. O diálogo travado entre os dois interlocutores centra-se na competência duvidosa de um jovem médico:

*Doctus ain? Medicus iuuenis Sempronius? – Aio.
Vix credo: medicum nam decet esse senem.*⁵¹

É douto, dizes tu? O jovem médico Semprónio? – Claro que digo.
Custa-me a crer: é que ao médico convém ser velho

A estrutura de um outro poema assenta apenas em duas perguntas, uma a seguir à outra, que estabelecem um paralelismo inesperado entre a acção de dois profissionais distintos – o jurisconsulto e o médico, reforçando a ideia de que eles, poucas vezes, aplicam a si próprios o que para os outros costumam preparar:

*Iurisconsultus, raro cur litigat? Aut cur
qui mihi multa dedit pharmaca, nulla bibit?*⁵²

O jurisconsulto, por que razão raras vezes litiga? Ou por que razão
aquele que me receitou muitos remédios não toma nenhuns?

⁴⁸ *Disticha Moralia* 1.261-262.

⁴⁹ *Disticha Moralia* 2.93-94.

⁵⁰ *Disticha Moralia* 2.25-26.

⁵¹ *Disticha Moralia* 2.77-78.

⁵² *Disticha Moralia* 2.153-154.

De modo distinto, pode também encontrar-se uma pergunta retórica como chave do dístico, a ocupar o pentâmetro. A pergunta torna-se compreensível à luz do que antes foi dito e permite, de imediato, descodificar o sentido do poema:

*Lais, ut in speculo rugas conspexit aniles,
«Heu, ubi nunc centum nox», ait, «empta minis?»⁵³*

Lais, ao observar no espelho as suas rugas de velha,
perguntou: «Ai! Onde é que agora se compra a noite por cem minas?»

Curiosa é também a forma como o poeta parece retomar uma conhecida expressão de sabor proverbial. O objectivo do seu poema, porém, é bem diverso, pois a expressão proverbial fala do cão que morde a mão que lhe deu comida; no dístico é o inverso – é o cão que morde, primeiro, e é compensado depois; ou seja, o que se pretende dizer é que se não deve recompensar o mal, para que a má acção não sirva de exemplo:

*Escam si capiat, qui te canis ante momordit,
mordebunt omnes te, Fabiane, canes.⁵⁴*

Se o cão que antes te mordeu apanhar a comida,
morder-te-ão, Fabiano, todos os cães.

Por último, apresentam-se dois interessantes dísticos, cuja agudeza vive do estabelecimento de uma comparação engenhosa entre duas acções paralelas, com resultados bastante distintos, conforme são praticadas por um ou por outro dos intervenientes (sublinhe-se, em ambos os casos, o forte pendor satírico do texto, bem à maneira de Marcial):

*Calliodorus emit precibus; Dionysius auro.
Dimidio pluris Calliodorus emit.⁵⁵*

Caliodoro compra com pedidos; Dionísio com ouro.
Caliodoro compra mais pela metade [do preço].

*Paullus habet nummos et uestem: exercuit artem,
nudus. Inops errat Fulvius: arte caret.⁵⁶*

Paulo tem dinheiro e roupa: exerceu a sua arte,
despido. Na pobreza anda Fúlvio: falta-lhe arte.

⁵³ *Disticha Moralia* 2.195-196.

⁵⁴ *Disticha Moralia* 2.220-221.

⁵⁵ *Disticha Moralia* 2.33-34.

⁵⁶ *Disticha Moralia* 2.249-250.

A ruptura que os *Disticha Moralia* representam face à matriz da poesia didáctica, mercê em grande parte das relações privilegiadas que estabelecem com a poesia lírica e epigramática, preparam o aluno/leitor, de algum modo, para a diversidade formal e temática característica dos restantes conjuntos do *Cato Minor*, onde se destacam naturalmente os *Xenia* e os *Carmina Moralia*.

A colecção dos *Xenia*, como foi referido, representa uma curiosa colecção de dísticos com uma enorme variedade temática, cujo principal modelo, a ajuizar até pela semelhança do próprio título, são as colectâneas *Xenia* e *Apophoreta*, que correspondem aos títulos específicos dos livros XIII e XIV dos *Epigrammata* de Marcial. Do mesmo modo, é conveniente assinalar que Diogo Pires voltou a inspirar-se na obra de Marcial, mormente nos *Apophoreta*, quando compôs o conjunto de poemas intitulado *Qui poetae et oratores imitatione digni ad Vessalum poetam*, uma série de dísticos dedicados a autores/obras da literatura greco-latina.

No que concerne aos *Carmina Moralia*, é o próprio Diogo Pires que assinala a relação de continuidade existente entre este conjunto e aquele que abre o *Cato Minor*, ou seja, os *Disticha Moralia*. Em carta dirigida ao conceituado ragusino Antun Medo, que serve de introdução ao livro segundo dos *Carmina Moralia*, Diogo Pires faz, além disso, uma interessante e rara apreciação sobre a qualidade e variedade dos seus próprios dísticos morais; transcreve-se apenas o excerto mais significativo:

Scis me Latinis distichis scribendis iamdudum operam dare; quo successu, incertum habeo, bene tamen sperare licet. Vt enim alia omittam, ipsa carminis non insuavis uarietas operi auctoritatem conciliabit.

Interim nonnulla me torquent, quae exiguis spatiis includi dedignantur. Quare ampliore campo decurrere libuit, nec inuitis, ut opinor, Musis: creuit enim opus ipsis distichis paene par, argumenti uero dignitate longe uberius atque splendidius.⁵⁷

Sabes que eu há muito me ocupo da composição de dísticos latinos; com que resultado, não o tenho por certo, mas posso ter boas esperanças. Posto que deixe em silêncio outros aspectos, a simples variedade, sem ser agreste, da obra suscitará o respeito.

Entretanto, preocupam-me alguns assuntos, que recusam ser incluídas em espaços exíguos. Por isso, foi do meu agrado estender-me por um campo mais amplo, e não foi, segundo creio, contra a vontade das Musas, pois nasceu uma obra quase igual aos próprios dísticos, mas, tendo em conta o seu assunto, muito mais copiosa e elegante.

⁵⁷ *Cato Minor* (1596), 110.

Nesta carta, o próprio Diogo Pires revela que há muito tempo se dedicava já à composição dos seus dísticos latinos, ou seja, do conjunto dos *Moralium distichorum libri tres*. No entanto, sem embargo da variedade e do valor que julga dever ser reconhecido a esta obra, confessa que a composição dos dísticos morais não o satisfaz plenamente, uma vez que essa nem sempre é a medida mais adequada à livre expressão do seu pensamento. Foi esta, nas palavras do poeta, a razão fundamental que o levou a compor os *Carmina Moralia*, o conjunto mais extenso do *Cato Minor*, como se de uma simples continuação dos *Disticha Moralia* se tratasse.

Não obstante a insatisfação manifestada por Diogo Pires em relação ao condicionamento que a composição dos *Disticha Moralia* trazia à sua criação poética, não restam dúvidas de que o autor tem perfeita consciência do valor e da criatividade dos seus dísticos morais. Assim o demonstra também num curioso epigrama em que se defende de eventuais críticas de quem tivesse intenção de o acusar de ter, pura e simplesmente, copiado os ditos de Catão e os 'symbola' de Pitágoras:

BETA SAPIT. PROVERBIVM

Sic mihi nescio quis nuper male natus in aurim:

«Heus pater, insanit Flavius iste tuus!

Nam repetit pueris uulgati uerba Catonis

quaeque docet Samius symbola Pythagoras.»

Ego risi et «Heus», inquam, «sunt, quis insulsa uidentur,

ne morer exemplis, ostrea, beta sapit!»⁵⁸

A ACELGA SABE BEM. PROVÉRPIO⁵⁹

Um não sei quem de reles origem assim me dizia há pouco ao ouvido:

«Irra! pai, esse teu Flávio está louco!

É que ele repete aos jovens as palavras do famoso Catão

e os sinais que ensina Pitágoras de Samos.»

Eu sorri e exclamei: «Irra! são ostras, mas para aqueles a quem elas parecem insípidas,

não preciso de me deter em exemplos: até a acelga sabe bem!»

E, de facto, não será por demais sublinhar que a colectânea de dísticos morais está bastante distante do carácter impessoal e quase monocórdico dos *Disticha Catonis*, ainda

⁵⁸ *Cato Minor* (1596), 109.

⁵⁹ Note-se a expressão proverbial latina 'Beta insipidior'.

que estes lhe tenham servido de modelo. As relações privilegiadas que os dísticos morais mantêm com a poesia lírica e sobretudo com a poesia epigramática concedem à colectânea do poeta eborense uma variedade e uma riqueza que merece ser realçada e que faz deste texto um exemplo *sui generis* no quadro da literatura de sentenças e uma obra particularmente atractiva e sedutora tanto para os alunos, a quem se destinava directamente, como para os leitores.

A variedade temática e formal que caracteriza os *Disticha Moralia* estende-se, de algum modo, ao resto do *Cato Minor*. Na parte final do conjunto dos dísticos morais encontram-se também publicadas duas fábulas, que representam uma evidente ruptura formal em relação ao resto da colectânea. No entanto, constata-se que tanto os dísticos morais como as fábulas são textos com uma intenção didáctica e com uma dimensão ética comuns. Já o mesmo se não poderá dizer, todavia, em relação ao conteúdo de alguns dos demais conjuntos do *Cato Minor*, cujo afastamento do modelo tradicional da poesia didáctica é mais pronunciado.

A este respeito, o conjunto dos *Carmina Moralia* merece uma atenção particular por ser o mais extenso e diversificado da obra. O título *Carmina Moralia* ajusta-se com mais propriedade apenas a uma parte das composições publicadas neste núcleo, que passou na segunda edição a ostentar a abrangente designação de *Epigrammatum partim moralium et partim non moralium libri III*. Na verdade, as composições dos três livros de epigramas morais e não morais retomam, já não em simples dísticos, mas em poemas de maior dimensão, alguns dos muitos temas que haviam sido tratados nos *Disticha Moralia*. Mesmo os epigramas considerados 'não morais' mantêm também, em alguns casos, uma relação muito próxima com os *Disticha Moralia*, em que mais se evidenciam as influências da poesia lírica e epigramática. O conteúdo dos *Carmina Moralia* é, pois, bastante variado em termos formais e temáticos, comportando desde os referidos 'carmes morais', passando pela fábula ou pelo epitáfio, até ao epigrama satírico ou mesmo licencioso e erótico.

No fundo, esta diversificação marca profundamente todo o conjunto do *Cato Minor* *sive Disticha Moralia*, onde parece ter havido a pretensão por parte do autor de desenvolver um modelo mais lato de poesia didáctica, onde tanto se integram, por exemplo, os dísticos sobre os monarcas portugueses dos *Nomina Portugalliae regum*, como os dísticos dos *Xenia* dedicados às espécies minerais, vegetais ou animais. Em grande parte, a diversidade que percorre a obra não é mais que um reflexo da

mundividência própria do século XVI, já que o tratamento de alguns temas inovadores em relação à matriz da poesia didáctica decorre, em larga medida, da rica e variada formação cultural e científica do humanista português e da sua inserção numa nova visão do mundo.

Como se viu, o *Cato Minor* insere-se claramente na vasta tradição da poesia didáctica pela manifesta intenção de constituir, nas várias partes que integram o livro, uma obra útil e adequada à formação integral da juventude no âmbito das múltiplas e distintas áreas do saber.

Não obstante esse modelo, que segue de perto, o *Cato Minor* é obra de um poeta formado nas escolas e nos ambientes em que floresceu o humanismo renascentista europeu; não podia esse facto deixar de reflectir-se. A poesia, quando o é de verdade, quando escrita por poetas, no genuíno sentido da palavra, espelha o homem e o seu tempo. Por isso, Diogo Pires se não limita à imitação dos tradicionais modelos da poesia didáctica; aqui e ali ultrapassa-os, e chega, mesmo, a aproximar-se de pontos de ruptura em relação a esses modelos. Isso pode verificar-se sobretudo no plano da grande diversidade da forma e do conteúdo que caracteriza os vários conjuntos desta colectânea poética essencialmente didáctica, mas que não exclui, de modo algum, o aparecimento de genuínas e notáveis manifestações de poesia lírica e epigramática.

Sem embargo da grande variedade que caracteriza o *Cato Minor siue Disticha Moralia*, deve sublinhar-se, todavia, que subjaz a uma parte muito significativa desta obra do poeta eborense uma clara e inequívoca intenção didáctica, cujo objectivo fundamental, no quadro da pedagogia humanista, era contribuir para a formação integral dos jovens alunos, a quem a colectânea se destinava. E, nesse sentido, integra de pleno direito o vasto *corpus* da poesia didáctica, de que a literatura de sentenças também faz parte, com raízes na Antiguidade Greco-latina e com múltiplas e diversificadas manifestações ao longo de toda a história da literatura.

CONCLUSÕES

1. A família de Diogo Pires ocupa um lugar de inegável importância na história da diáspora judaico-portuguesa. Não será, decerto, excessivo afirmar que figura entre as famílias sefarditas que mais se destacaram nos principais centros europeus do comércio e da cultura da Europa de Quinhentos. Entre Évora e Dubrovnik, os membros da família Pires-Cohen percorreram um longo e nem sempre fácil caminho, à semelhança de milhares de outros compatriotas seus que se viram coagidos a tomar a dolorosa decisão de abandonar o país que os viu nascer, em busca de melhores condições de vida e de liberdade religiosa. Londres, Antuérpia, Veneza, Ferrara, Ancona, Dubrovnik, Salonica e Constantinopla foram as principais cidades por onde transitou esta comunidade, ora perseguida, ora desejada, num longo e difícil caminho, marcado tanto por alegrias e tristezas, como por êxitos e fracassos.

Os domínios da Porta Sublime constituíam para muitos dos judeus portugueses a última etapa nesta imensa viagem que atravessava o vasto continente europeu das margens do Tejo às do Bósforo. Nem todos seguiram até ao fim; alguns houve que, por um ou outro motivo, se foram fixando nas várias escalas do percurso; e, entre elas, não haja dúvida de que Ferrara foi o porto mais seguro. Ao longo deste caminho, que nem todos trilharam de igual modo, a Nação Portuguesa constituiu-se sempre como uma comunidade unida e bastante organizada, com uma actividade florescente no plano comercial e cultural, sem deixar de manter, inclusivamente, relações muito estreitas e regulares com os seus compatriotas que haviam permanecido na pátria lusa cada vez mais distante. Aos judeus portugueses em diáspora unia-os uma língua, uma cultura e uma religião comuns e um forte espírito comunitário, que lhes advinha, em parte, do facto de serem um grupo bastante perseguido dentro e fora da sua pátria.

Entre os membros mais notáveis desta comunidade figuram Henrique Pires e Estêvão Pires, o pai e o tio de Diogo Pires. A sua actividade em Antuérpia é merecedora, por certo, de uma atenção particular, pelo facto de integrarem o famoso Consórcio da Pimenta e, não menos importante, por estarem envolvidos activamente na rede de auxílio à emigração ilegal dos seus correligionários provenientes de Portugal. A retirada estratégica de Antuérpia para terras italianas não veio retirar protagonismo aos Pires-Cohen, que

continuaram a merecer o respeito dos seus compatriotas. Foram dos primeiros a aceitar o convite que o duque de Ferrara estendeu aos judeus portugueses para se fixarem nos seus domínios. No entanto, a sociedade comercial que os Pires-Cohen firmaram com o próprio Ercole II veio a revelar-se um rotundo fracasso e, apesar do auxílio dos mais proeminentes elementos da Nação Portuguesa, a situação financeira da família ficou seriamente abalada. Em Ancona, todavia, não viriam a encontrar melhor sorte, já que, poucos anos depois de aí se ter fixado, Henrique Pires viria a encontrar a morte nos tristemente célebres autos-de-fé de 1556, sob o pontificado de Paulo IV. Este foi, sem dúvida, um acontecimento dramático que fez estremecer para sempre a organização da poderosa rede comercial de natureza familiar que os Pires-Cohen tinham montado desde Londres até Ancona. A morte de Henrique e de Estêvão Pires esteve também na origem da dispersão dos membros da família e da subsequente ida de Diogo Pires para Dubrovnik.

O estudo das actividades da família Pires-Cohen revela-se, portanto, indispensável para uma melhor compreensão do importante papel que os judeus portugueses, em geral, e a família do poeta eborense, em particular, desempenharam nos meandros do complexo xadrez político-económico e religioso da Europa do século XVI.

Naturalmente, Diogo Pires seguiu de perto o caminho trilhado pela sua família. No momento em que embarcou, no ano de 1535, nas margens do Tejo, rumo a Antuérpia levava já consigo uma excelente formação humanista que obteve, quer em Portugal, quer no Estudo de Salamanca. Esta sólida e diversificada formação de base, bastante enriquecida pelos estudos que continuou a cursar em Lovaina e Paris, facultou ao humanista português uma fácil integração nos restritos círculos culturais e literários dos vários locais por onde foi passando e revelando o enorme talento que detinha enquanto poeta novilatino. Assim aconteceu com a sua rápida inserção nos meios universitários erasmistas de Lovaina/Antuérpia, ou no círculo literário de Ferrara, cuja figura de proa era o reputado humanista Lilio Gregorio Giraldi. Do mesmo modo, na pequena República de Ragusa (Dubrovnik), onde passou a última fase da sua longa existência, continuou a distinguir-se como poeta e professor consagrado nas línguas e literaturas clássicas, mas, desta feita, já sem a companhia de seus pais. A inserção do humanista português no seio da proeminente família Pires-Cohen e da bem organizada e florescente Nação Portuguesa, como é fácil de ver, não é uma razão de somenos importância para se compreender o seu

notável percurso pelas terras em que mais fama granjeou como humanista e poeta de excepção, ou seja, Antuérpia/Lovaina, Ferrara/Ancona e Dubrovnik.

É, portanto, forçoso sublinhar que a acção desempenhada, tanto pelos judeus portugueses em diáspora, como pelo próprio Diogo Pires, adquire um indiscutível valor para a compreensão do Humanismo português e das relações únicas que este estabeleceu com o vasto espaço cultural da Europa de Quinhentos.

2. A poesia e a didáctica estabeleceram desde tempos muito recuados uma relação simbiótica que fez do texto poético um dos instrumentos mais adequados ao processo educativo e um dos que nesse mesmo processo mais vezes foi utilizado. A associação íntima entre poesia e educação corresponde a uma realidade bem palpável no mundo greco-latino, que perdurou ao longo dos séculos sob diversas formas e manifestações e foi recuperada, em toda a sua plenitude, pelos humanistas.

Por isso mesmo, a concepção do poeta como educador e moralista está presente desde os alvares da civilização grega. O valor moral e educativo comumente reconhecido à poesia, a que não será estranho um certo estatuto do poeta, olhado como alguém possuidor de inspiração divina e acesso privilegiado ao conhecimento, subjaz ao estabelecimento daquilo que pode considerar-se, na prática, um género literário, se entendermos que, nessa modalidade, criação poética e intenção didáctica dão corpo a um tipo específico de composição: o poema didáctico. Mais do que isso, e levado este ponto de vista até à exaustão, como muitos fizeram, não apenas sai legitimada, como género, a poesia didáctica, como, até, em última análise, toda a poesia acaba por, em certa medida, se tornar didáctica.

A utilização da poesia no ensino, com efeito, tem um âmbito necessariamente muito mais abrangente do que o género específico da poesia didáctica. O recurso à poesia como instrumento pedagógico-didáctico, por excelência, conduz bastas vezes, na civilização greco-latina, à utilização reiterada de textos poéticos de vários géneros em qualquer das fases do processo educativo dos jovens, desde as lições do *ludimagister* às do *rhetor*.

Neste particular, não obstante o privilégio concedido desde tempos recuados ao texto poético como instrumento de ensino, adquire especial relevo, no processo educativo, um subgénero muito peculiar: o enunciado proverbial-sentencioso. Tais textos possuíam, de facto, virtualidades específicas, que os caracterizavam e individualizavam, por oposição

à generalidade dos restantes enunciados, e que tornam compreensível e justificável o seu uso assaz frequente como instrumento pedagógico-didáctico.

A literatura de sentenças, como ficou conhecida, integra-se, em grande medida, no quadro da poesia didáctica de carácter filosófico-moral, compartilhando com ela algumas características, das quais a mais saliente é, sem dúvida, a sua marcada intenção didáctica. Tais enunciados assumem, não raras vezes, a forma versificada e são colhidos, com frequência, em múltiplas fontes e organizados em colectâneas, que constituem, seguramente, algumas das obras com maior divulgação desde a Antiguidade Clássica até ao Renascimento. Sobejam os exemplos, tanto na literatura grega como na latina, de colectâneas de sentenças, geralmente em verso, cujo propósito era, antes de mais, inculcar nos seus leitores preceitos e reflexões de carácter ético.

As *Sententiae* de Publílio Siro e os *Disticha Catonis* constituem dois conjuntos modelares, pois assumiram um papel de grande relevo, enquanto obras de leitura obrigatória para todos aqueles que aprendiam a língua latina, ao mesmo tempo que os levavam a assimilar os valores éticos imanentes às sentenças que os integravam. Desde os primeiros séculos da nossa era que estes textos se tornaram um instrumento pedagógico-didáctico fundamental na educação da juventude. A sua difusão, ao contrário do que talvez pudesse imaginar-se, não diminuiu com o decorrer dos séculos; ao invés, mantiveram a sua importância e função educativa durante um período de tempo extensíssimo que, no fundo, atravessa a Antiguidade Clássica, a Idade Média, e o Renascimento.

Na verdade, tais colectâneas gozaram de imensa popularidade no Renascimento e continuaram a ser uma presença obrigatória na *ratio studiorum* das melhores escolas humanistas. Assiste-se, nessa altura, a um esforço evidente para recuperar, na sua pureza original, as colectâneas greco-latinas, que passa por uma profusão de edições das antigas recolhas, mas que não exclui de todo a criação de muitas outras feitas à sua imagem e semelhança. Uma e outras encontram-se plenamente integradas no quadro da teoria e da prática da pedagogia humanista, tal como já sucedia no âmbito da educação greco-romana, porquanto o objectivo primordial da utilização escolar destes enunciados continua a residir essencialmente na formação linguística e moral dos jovens estudantes de humanidades.

O Humanismo português não é excepção: a literatura de sentenças em língua latina (mas também na portuguesa e castelhana), tantas vezes organizada em florilégios, teve um acolhimento notável no panorama cultural português. De facto, se alguns autores se

dedicaram à edição de recolhas de enunciados extraídos de autores greco-latinos, cristãos ou humanistas (André Rodrigues Eborense, Jerónimo Cardoso ou Luís de Granada), outros houve a quem não faltou arte e engenho na produção de sentenças novas ou, pelo menos, recriadas a partir do imenso manancial de textos que a antiquíssima tradição da literatura proverbial-sentenciosa colocava à sua disposição (Cataldo, Diogo de Teive e Diogo Pires).

3. Diogo Pires publicou, na última década de Quinhentos, em duas edições venezianas, aquela que pode ser justamente considerada a sua obra-prima: uma extensa colectânea poética, em língua latina, que ostenta o sugestivo título *Cato Minor siue Disticha Moralia*. O livro foi dedicado aos mestres-escola da cidade de Lisboa, se bem que os destinatários últimos dos seus poemas fossem, como é fácil de perceber, os alunos mais jovens a quem os *Ludimagistri Vlissiponenses* iniciavam no estudo das primeiras letras e conceitos de conduta moral. Trata-se, sem dúvida, de um exemplo significativo e peculiar, no âmbito da literatura de sentenças do Humanismo português e europeu, de uma colectânea poética de tipo proverbial-sentencioso, com uma intenção marcadamente pedagógico-didáctica.

Na verdade, o *Cato Minor* nasce verdadeiramente sob o signo da pedagogia, porque o núcleo inaugural da obra – os *Disticha Moralia* – integra um conjunto de dísticos morais escritos para a educação da juventude, à imagem dos *Disticha Catonis*. A declarada intenção didáctica, que subjaz a esta parte inicial do *Cato Minor*, percorre um pouco toda a obra, se bem que se acentue, em particular, no referido grupo inaugural dos *Disticha Moralia* e nos *Carmina Moralia*, que constituem a sua continuação directa e a parte mais extensa e heterogénea do livro.

A associação íntima da ética ao ensino da língua latina é, à semelhança do que sucedia em todas as obras e autores que, desde a Antiguidade, o antecederam, uma realidade neste livro do poeta eborense e enquadra-se perfeitamente na prática pedagógica humanista, que visava, acima de tudo, proporcionar aos jovens uma formação de carácter integral. A análise dos temas dominantes dos *Disticha* e dos *Carmina Moralia* é reveladora da enorme importância que foi concedida sobretudo aos núcleos subordinados aos temas *Costumes e Moral*, *Felicidade* e *Res publica*. Aí se encontram, de facto, as linhas directrizes de uma pedagogia comportamental de natureza ética, que tem por fundamento, no plano da prática pedagógica, uma base linguística, ou seja, os próprios poemas latinos.

O *Cato Minor* é, por conseguinte, uma obra que nasce naturalmente desta comunhão profícua entre a poesia e a educação, entre a expressão mais pura do texto poético e a dimensão ética que dele emana.

A despeito da filiação desta colectânea poética no subgénero em que naturalmente se insere, não é possível deixar de assinalar, todavia, as marcas próprias e distintivas que revelam, em determinados aspectos, a ruptura com a tradição da poesia didáctica e que fazem desta obra um exemplo bastante original, no âmbito da poesia novilatina e da literatura de sentenças.

Na verdade, o *Cato Minor*, em particular o conjunto inaugural dos *Disticha Moralia*, não obstante a sua inscrição explícita no quadro da antiga tradição da poesia didáctica, consubstancia, de facto, «o produto de sabor individual»¹ de um poeta de inegáveis virtualidades, cuja presença nunca desaparece, por completo, nem mesmo quando se esperaria que assim acontecesse em razão do carácter anónimo e universal próprio dos enunciados de tipo proverbial e sentencioso. A expressão do lirismo, que se estende a vários conjuntos do *Cato Minor*, demonstra, não raras vezes, um manifesto afastamento da dimensão ética da poesia didáctica; a razão é simples: Diogo Pires é, por natureza, um poeta lírico e não consegue desprender-se desse seu lirismo, nem sequer ao compor os seus dísticos morais para a educação da juventude.

Por outra parte, o *Cato Minor* denota também uma outra acentuada ruptura temática e formal com a matriz da poesia didáctica, pelas relações muito estreitas que alguns dos seus conjuntos, em particular os *Disticha* e *Carmina Moralia* e os *Xenia*, mantêm com a poesia epigramática. Neste particular, não é por demais sublinhar a importância decisiva que a poesia de Marcial adquire enquanto modelo privilegiado do poeta eborense.

Os vínculos que os dísticos morais mantêm tanto com a poesia lírica como sobretudo com a poesia epigramática, concedem à colectânea do humanista português uma variedade e uma riqueza que merece ser realçada e que faz deste texto um exemplo *sui generis* no quadro da literatura de sentenças e uma obra particularmente atractiva e sedutora tanto para os alunos, a quem se destinava directamente, como para os leitores.

Sem embargo da grande variedade temática e formal que caracteriza o *Cato Minor* *sive Disticha Moralia*, deve sublinhar-se, todavia, que subjaz a uma parte muito

¹ Sen. *Ep.* 84.5. Recorda-se aqui (cf., *supra*, 237, *sqq.*) a forma como Séneca imortalizou a consagrada imagem da abelha que vai de flor em flor, em busca do precioso néctar, para assim descrever a actividade da recolha e composição de sentenças, que se confunde, em grande medida, com o processo de criação literária.

significativa desta obra do poeta eborense uma clara e inequívoca intenção didáctica, cujo objectivo fundamental, no quadro da pedagogia humanista, era contribuir para a formação integral dos jovens alunos nas múltiplas e distintas áreas do saber. E, nesse sentido, integra de pleno direito o vasto *corpus* da poesia didáctica, de que a literatura de sentenças também faz parte, com raízes na Antiguidade Greco-latina e com múltiplas e diversificadas manifestações ao longo de toda a história da literatura.

Mas é, também, esta associação de elementos algo díspares que confere ao *Cato Minor* um lugar muito especial, seja no conjunto do imenso *corpus* da poesia didáctica e sentenciosa, seja no panorama da poesia novilatina portuguesa do século XVI.

BIBLIOGRAFIA¹

A. FONTES

1. MANUSCRITAS

Archives Générales du Royaume – Bruxelles

Office Fiscal du Conseil de Brabant, *Ficheiro Lavezzoli*, 160/1233/3.

Archivio della Sacra Congregazione per la Dottrina della Fede – Roma

Decreti di Feria IV, 1548-1558, fl. 36 r-v.

Archivo Histórico de la Universidad de Salamanca

Libros de cursos e bachilleramientos, Lib. 542, fls. 88-89: Juan Rodríguez [João Rodrigues de Castelo Branco – Amato Lusitano] aprovou, em 18/03/1532, quatro cursos de medicina dos anos de 1528-31 com Luís Nunes e Francisco Dias estudantes médicos, e mais dez lições. Obteve o grau de bacharel de medicina, em 19/03/1532, com o Doutor Agostinho Lopes.

Libros de cursos e bachilleramientos, Lib. 547, fl. 140v, e Lib. 549, fl. 100v: Diego Pérez aprovou, em 31/07/1534, três cursos de 1531-33; aprovou um curso de medicina de 1534 e dez lições em 29/10/1535.

Libros de cursos e bachilleramientos, Lib. 549, fls. 103v-104: Diego Pérez aprovou, em 24/02/1536, quatro cursos de 1532-35 e obteve o bacherelato em medicina, em 26/02/1536, com o Doutor Agostinho Lopes.

Archivo di Stato di Ancona

Not. A. Pilestri, reg. 990, fl. 154r-v, 1533/11/13: contrato comercial entre Gerolamo Mareta com D. Guimar e Pier Giovanni Pieri.

Not. A. Pilestri, reg. 990, fls. 194v-195, 1533/12/10: acto de constituição de procuração de D. Guimar a favor de Sebastião Vaz.

Not. B. Pavesi, reg. 967, fl. 664: constituição de uma sociedade entre Sebastião Vaz e Leone Abrae di Camerano.

Not. A. Pilestri, reg. 991, fl. 459, 1539/12/17: acto de constituição de procuração de Estêvão Pires a favor do sobrinho Diogo Pires.

Not. G. Giustiniani, reg. 457, fl. 19, 1541/03/18: acto de constituição de procuração de Manuel Anriques a favor de Henrique Pires.

Not. P. G. Senili, reg. 1127, fls. 255v-256, 1544/08/18: acto de constituição de procuração de Manuel Anriques a favor de Estêvão Pires.

¹ Deve notar-se que, salvo casos excepcionais, não se incluíram na bibliografia obras como dicionários, enciclopédias, catálogos impressos ou biliografias.

Not. Agli, reg. 724, fls. 208v-209, 1552/03/22: *Promissio de stando Juri Didaci Pirri hebrei cum Joseph Oeff Levantino* – crédito de Diogo Pires sobre Yoseph Oeff.

Archivo di Stato di Ferrara

Not. Battista Saracco, matr. 493, pacco 27S, 1541/11/02: constituição de sociedade comercial entre Estêvão e Henrique Pires e o Duque Ercole II de Ferrara.

Not. Maurelio Taurino, matr. 535, pacco 6, 20 e 26 de Abril de 1545; pacco 7, 5 de Fevereiro e 5 de Maio de 1546: diversas garantias de pagamento da dívida dos Pires prestadas a Ercole II pelos membros mais proeminentes da Nação Portuguesa, em resultado da falência da sociedade comercial. Entre estas figuras encontram-se Amato Lusitano e várias figuras da família Pires-Cohen, uma das quais é o próprio Diogo Pires.

Not Giacomo Ferrarini, matr. 593, 1558/12/17: Ana Henriques, viúva de Estêvão Pires, administra os bens do falecido marido em nome dos filhos Diogo e Henrique.

Not. Agostino del Vecchio, 1562/04/01: Ana Henriques concede uma procuração ao seu irmão Simão Anriques, residente em Londres, para gerir os seus negócios.

Archivo di Stato di Modena

Ebrei, B.2, *Processi*, 1548/12/24: *Promissio pro Ducali Camera a D.no Yacob Abravaneli et illis de Pyrris ac aliis Nationis Lusitaniae* – garantias de pagamento da dívida dos Pires dadas a Ercole II em resultado da falência da sociedade comercial.

Archivo di Stato di Venezia

Consiglio dei Dieci, parti criminali, reg. 7, fls. 178v-179, entrada 11, 1550/09/12: O Conselho dos Dez manda expulsar Diogo Pires de Veneza por se ter envolvido numa rixa.

Arquivo Histórico de Dubrovnik [Državni Arhiv u Dubrovniku]

Cons. Minus 51 (1572-1573), 15v: concessão a Diogo Pires de isenção do uso do boné distintivo dos judeus.

Cons. Rog. 59, 188: Diogo Pires premiado pelo Senado de Ragusa.

Cons. Rog. 67, 180v: idem.

Div. Canc. 155, 64: actividades comerciais de Diogo Pires.

Div. Canc. 155, 130v: idem.

Div. Canc. 156, 105r-v: idem.

Div. Canc. 156, 185: idem.

Div. Canc. 162, 182v-183: idem.

Div. Canc. 166, 64: pagamento de renda de casa.

Div. Canc. 169, 69: actividades comerciais de Diogo Pires.

Div. Canc. 177, 143: idem.

Div. Canc. 183, 42: idem.

Div. et poss. crim. 4, 132v-133: idem.

Lamenta de Intus 102, 130: idem.

Proc. Canc. 2, 127r-v: idem.

Testamenta Not. 51, 27v-28v: testamento de Diogo Pires.

Biblioteca Nazionale ed Universitaria Estense – Modena

Fondo Estense, Ms Alfa 06,15, fls. 161-162v: carta de Diogo Pires a Paulo Jóvio.

Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo

Inquirição de Lisboa, Processo 2931 (Henrique Nunes, *alias* Abraham Benveniste).

Inquisição de Lisboa, Processo 5817 (Lopo Luís de Leão).

Inquisição de Lisboa, Processo 9449 (Tomás Fernandes).

Inquisição de Lisboa, liv. 704, fls. 53-56: *Reconciliação de Gaspar Fernandes Sanches cristão velho de Villa do Conde*.

Instituto Histórico de Dubrovnik [Zavod za Povijesne Znanosti u Dubrovniku]

Ms. D. a. 29: *DIDACI / PYRRHI LVSITANI / ELEGIARVM LIBRI TRES / AD DOMINICVM SLATARICCIVM PATA- / VINAЕ SCHOLAE RECTOREM ET EQVITEM SPLENDIDISSIMVM / ACESSIT LYRICORVM LIBELLVS EODEM AUCTORE*.

2. IMPRESSAS

AFIA, Daniel Arón, *OPINONES / SACADAS / DELOS MAS AVTENTICOS / Y ANTIGOS PHILOSOFOS QVE / SOBRE LA ALMA ESCRVIERON / Y SVS DIFINICIONES / POR EL PIRITISSIMO DOCTOR ARON / Afia, Filosofo y Metafisico / excelentissimo, / CON DILIGENCIA Y BREVEDAD / Admirable a comun utilidad de los curiosos, / de uenir en conocimiento de tan / ardua materia.: apud LEÃO HEBREU, Los Diálogos de amor de Mestre León Abarbanel médico y filósofo excelente. De nuevo traduzidos en lengua castellana, y deregidos a la Maiestad del Rey Filippo. Con privilegio della Illustríssima Senoria. En Venetia con licenza delli superiori. 1568, fls.116-127v. (edição de James Nelson Novoa na revista electrónica editada pelo departamento de filologia espanhola da Universidade de Valência, *Anexos de la revista Lemir*: <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/Afia/Index.htm>).*

AMATO LUSITANO, *INDEX DIOSCORIDIS. / En candide Lector. / HISTORIALES DI- / oscoridis campi, Exegemataque sim- / plicium, atque eorundem Collationes / cum his quae in officinis habentur, ne / dum medicis et Myropolio- / rum SepIASIARIJS, sed bona- / rum literarum studio / sissimis perquam / necessarium / opus. / IOANNE RODERICO CASTE / li albi / Lusitano autore. / EXCVDEBAT ANTVERPIAE VI / dua Martini Caesaris. M.D.XXXVI.*

—, *IN / DIOSCORIDIS / ANAZARBEI DE / MEDICA MATERIA LIBROS / QVINQVE, AMATI LVSITANI DO- / ctoris Medici ac Philosophi Cele- / berrimi enarrationes / eruditissimae. / [...]. / LVGDVNI, / Apud Gulielmum Rouillium, sub / scuto Veneto. / 1558.*

—, *AMATI / LVSITANI / MEDICI PHYSICI / PRAESTANTIS. CV- / RATIONVM ME- / dicinalium, / CENTVRIAE II. PRIORES, / [...]. / LVGDVNI, / Apud Gulielmum Rouillium sub / Scuto Veneto. / M.D.LX.*

—, *AMATI LVSITANI / MEDICI PHYSICI / PRAESTANTISSIMI / Curationum me- / dicinalium, / CENTVRIAE DVAE / TERTIA ET QUARTA. [...]. / LVGDVNI, / Apud Gulielmum Rouillium. / M.D.LXXX.*

—, *AMATI LVSITANI, MEDICI PHY- / SICI PRAESTANTIS- / simi Curationum me- / dicinalium, / CENTVRIAE DVAE, / QUINTA ET SEXTA. [...]. / LVGDVNI, / Apud Gulielmum Rouillium. / Sub scuto Veneto. / 1564.*

—, *Centúrias de Curas Mediciniais*. Volume I [-IV]. Prefácio e tradução Firmino Crespo. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Médicas, s/d [4 vols.].

ANDRADE, Francisco de, *Crónica de D. João III por Francisco de Andrada*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976.

- APIANO, Pedro, *PETRI APIANI / COSMOGRAPHIA, PER GEMMAM / Phrysium, apud Louanienses Medicum ac Mathema- / ticum insignem, restituta. Additis de adem re ipsius / Gemmae Phry. libellis, vt sequens pagina docet. / Vaeneunt Antuerpiae in pingui gallina Arnoldo Berckmãno. / 1539.*
- ARCE, Fernando de, *Adagios y Fábulas*. Introducción, edición crítica, traducción anotada e índices a cargo de Antonio Serrano Cueto; prólogo de José María Maestre Maestre. Alcañiz-Cáceres, Instituto de Estudios Humanísticos-Universidad de Extremadura, 2002.
- ARIAS MONTANO, Benito, *APHORISMOS / SACADOS DE LA HIS- / TORIA DE PVBLIO CORNE- / lio Tacito, por el D. Benedicto Aries Montano, / para la conseruacion y aumento de las / Monarchias, hasta agora no / impressos. / Y las Centellas de varios Conceptos, con los auisos / de Amigo de Don Ioachin Setanti Cauallero / Catalan del habito de Montesa. / [...] / Año 1614. / CON LICENTIA. / En Barcelona, Por SEBASTIAN MATEVAT. / A costa de Miguel Manescal, mercader de Libros.*
- ARISTÓTELES, *Rhétorique*. Texte établi et traduit par Médéric Dufour et André Wartelle. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1989-1991 [3 vols.].
- ARLIER, Antoine, *Correspondance d'Antoine Arlier, humaniste languedocien, 1527-1545*. Édition critique du Ms. 200 (761-R. 132) de la Bibliothèque Méjanès d'Aix-en-Provence. Texte établi et commenté par J. N. Pendergrass. Genève, Librairie Droz, 1990.
- BIBLIA sacra iuxta vulgatam Clementinam*. Nova editio logicis partitionibus aliisque subsidiis ornata a Alberto Colunga O. P. et Laurentio Turrado. Madrid, Biblioteca de Autores Cristinanos,⁷1985.
- BÍBLIA sagrada*. Versão dos textos originais. Lisboa, Difusora Bíblica,⁸1978.
- BUDÉ, Guillaume, *De curandis ar / TICVLARIBVS MOR / bis cõmentarius, Authore Guil- / lielmo Budaeo Disesio doctore / Medico. / Parisiis / Apud Petrum Regnault, / 1539.*
- CALABRO, Quinto, *QVINTI CA / LABRI DERELICTORVM / ab Homero libri quatuordecim, / Iodoco Velaraeo interprete. / COLVTI THEBANI RA / ptus Helenae eodem inter / prete. / Editio Prima. / ANTVERPIAE, / Apud Ioannem / Steelsium. / Anno. M.D.XXXIX. / Cum gratia et priuilegio.*
- CANO, Nuno Fernandes do (trad.), *Aqui comiençã / los prouerbios de Sa / lomõ y espejo de pec / cadores nueuamẽte / traduzidos de latim en / lẽgua Castellana / por Nuõ fernãndez do ca / no [...]. [Cólofon: Fue im / presso en Lixboa / en casa de Luis rodri / guez...Aca / bosse a los quatro dias / del mes de Septiem / bre de mil y quini / entos y quaren / ta y quatro / años].*
- CARDOSO, Jerónimo, *DICTIONARIVM / LATINO-LVSITANICVM / & vice versa Lusitanico latinũ, cum adagiorum, / ferè omnium iuxta seriem alphabeticam perutili / expositione [...]. / Noue omnia per Hieronymũ Cardosum / Lusitanum congesta. / RECOGNITA VERO OMNIA PER SEBAST. / Stokhamerum Germanum. [...] / Excussit Ioan. Barrerius Conimbricae. 12 kal. Iulij. 1570.*
- CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Epistolae et orationes*. Edição fac-similada. Introdução de Américo da Costa Ramalho. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1988.
- CÍCERO, *Les devoirs*. Texte établi et traduit par Maurice Testard. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1970-1974 [2 vols.].
- , *De natura deorum. Academica*. With a english translation by H Rackham. Cambridge, Harvard University Press, 2000.

- , *Caton l'ancien (De la vieillesse)*. Texte établi et traduit par Pierre Wuilleumier. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1989.
- CLENARDO, Nicolau, *Correspondance de Nicolas Clénard*, publiée par Alphonse Roersch. Tome I [-III]. Bruxelles, Palais des Académies, 1940.
- COLUMELA, *De l'agriculture: livre X (De l'horticulture)*. Texte établi et traduit par E. de Saint-Denis. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1969.
- D. DUARTE, *Leal Conselheiro: ALMEIDA, Manuel Lopes de (ed.), Obras dos Príncipes de Avis*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1981.
- DIEHL, E. – YOUNG, D. (eds.), *Theognis, Ps.-Pythagoras, Ps.-Phocylides, Chares, Anonymi Aulodia, Fragmentum Teliambicum*. Leipzig, Teubner, 1998.
- ÉNIO, *Fragmentos*. Texto revisado y traducido por Manuel Segura Moreno. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984.
- ERASMO DE ROTERDÃO, Desidério (ed.), *CATONIS DISTICHA MO / ralia, cum scholijs DES. ERAS. ROT. / EADEM DISTICHA GRAECE, / à Maximo Planude è Latino uersa. / Apophthegmata Graeciae Sapientū inter / prete Erasmo. / Eadem per Ausonium cum scholijs Eras. / Mimi Publani, cum eiusdem scholijs, re/ cogniti. / Institutū hominis Christiani carmine per eundem Eras. Roterod. / Isocratis paraenesis ad Demonicum. / Additis aliquot sapientum dictis. / BASILEAE AN. M.D.XXVI [Cólofon: BASILEAE APVD IOAN. / Frob. Mense Maio. AN. / M. D. XXVI]*.
- , (ed.), *Los Dísticos de Catón Comentados*. Edición, traducción y notas: Antonio García Masegosa. Vigo, Universidade de Vigo, 1997.
- , *CATALO= / GI DVO OPERVM D. / ERASMI ROTERODAMI AB IP= / so conscripti, & digesti. Cum praefatione D. Boni= / facij Amerbachij Iurercons. [sic] ut omni deinceps im- / posturae uia intercludatur, ne pro Erasmo / quispiam aedat, quòd uir ille non / scripserit dum uiueret. / ACCESSIT / Vita Erasmi, per Beatum Rhe. ad Episco. Colon. / Monodia Frederici Nauseae Erasmi uitā graphice / depingens. Vita Erasmi exipsius [sic] epistola ad Ser. / patrem. / Praeterea, ne quid desideres, / Epitaphiorum libellus cum clariss. uirorū aliquot / epistolis: cumq; Monodijs, Encomijs, consolationi= / bus, Elegijs, multisq; doctissi. uirorum Epitaphijs, / nusquam impressa. / Antuerpiae apud uiduam Martini Caesaris, / expēsis Ioannis Coccij, circiter Calē. Maias. Anno / M.D.XXXVII*.
- , *Opera omnia*. Hildesheim, Geog Olms, 1961-1962. [reprodução fac-similada da edição de Lugduni Bataurum, curis et impensis Petri Vander Aa, 1703].
- , *Adagios del poder y de la guerra y teoría del adagio*. Edición, traducción y presentación de Ramón Puig de La Bellacasa; revisión y asesoramiento filológicos de Charles Fantazzi; asesoramiento y colaboración de Alexandre Vanautgaerden. Valencia, Pre-Textos, 2000.
- , *Collected works of Erasmus – The correspondence of Erasmus*. Letters 298 to 445, 1514 to 1516. Translated by R. A. B. Mynors and D. F. S. Thomson; annotated by James K. McConica. Toronto and Buffalo, University of Toronto Press, 1976., vol. 3.
- , *La Correspondence d'Érasme*. Traduite et annotée d'après l'*Opus epistolarum* de P. S. Alen, H. M. Allen et H. W. Garrod. Volume I 1484-1514 par Marie Delcourt [...]. Bruxelles, Presses Académiques Européennes, 1967.
- , *Educación del príncipe cristiano*. Estudio preliminar de Pedro Jiménez Guijarro. Traducción de Pedro Jiménez Guijarro y Ana Martín. Madrid, Tecnos, 1996.

- , *Declamatio de pueris statim ac liberaliter instituendis*. Étude critique, traduction et commentaire par Jean-Claude Margolin [...]. Genève, Librairie Droz, 1966.
- ERASMO DE ROTERDÃO, Desidério, et alii, *DE FOR / MANDO STVDIO, / RODOLPHI AGRI / COLAE, ERAS. ROTE / rodami et Philippi Melanch / thonis, rationes, cum locorum quorundam / Indice. / ANTVERPIAE EX / CVDEBAT MARTINVS / Caesar Mense Aprili An / no M.D.XXXII.*
- ÉSQUINES, *Discours*. Texte établi et traduit par Victor Martin et Guy de Budé. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1973-1995 [2 vols.].
- FALETTI, Girolammo, *HIERONYMI FALETI / DE BELLO SICAMBRICO / LIBRI IIII. / ET EIVSDEM ALIA POEMATATA, / LIBRI VIII. / ALDVS / VENETIIS, M.D.LVII.*
- , *HIERONYMI FALETI SA= / VONENSIS POEMATVM / Libri Septem. / Apud Inclytam Ferrariam per Franciscum / Rubeum. M.D.XLVI.*
- FEDRO, *Fables*. Texte établi et traduit par Alice Brenot. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1989.
- GARCÍA DE SANTA MARIA, Gonzalo (trad.), *El Catón en latin y en romance (1493/94)*. [Valencia, Antonio Pérez y Gómez – Artes Gráficas Soler], 1964 (Incunables poéticos castellanos – IX).
- GÉLIO, AULO, *Les nuits attiques*. Texte établi et traduit par René Marache [Julien Yvette]. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1967-1998 [4 vols.].
- GENTILI, Bruno – PRATO, Carlo (eds.), *Poetae elegiaci: testimonia et fragmenta; ediderunt Bruno Gentili et Carolus Prato. München–Leipzig, K. G. Saur, 2002 [2 vols.]*.
- GERHARD, G. A. (ed.), *Charetos gnomai*. Heidelberg, C. Winter, 1912.
- GIRALDI, Lilio Gregorio, *LILII GREGORII GYRALDI FER / RARIENSIS / Dialogi duo de Poëtis nostro / rum temporum / Ad III. Diam Renatam Ferra / riae et Carnuti Prin / cipem [...]. / FLORENTIAE MDLI.*
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada [por Graça Almeida Rodrigues]. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- GÓIS, Damião de (trad.), *O Livro de Ecclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- GÓIS, Damião de (trad.), *Livro de Marco Tvllio Ciçeram chamado Catam maior, ou da velhiçe, dedicado a Tito Põponio Attico*. Tradução: Damião de Góis. Introdução e actualização: João José Alves Dias. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003 (Facsimile da edição de Veneza, Estevão Sabbio, 1538).
- GOUVEIA, André de, *Schola Aquitanica. Regulamento de estudos de André de Gouveia, publicado em Bordéus por E. Vinet*. Texto latino revisto por Alfredo de Carvalho. Coimbra, 1941.
- GRANADA, Luís de, *COLLECTANEA / MORALIS PHILOSOPHIAE, / IN TRES TOMOS DISTRIBVTA: / quorum primus selectissimas sententias / ex omnibus Senecae operibus, / Secundus ex moralibus opu- / sculis Plutarchi, / Tertius clarissimorum principum et philosophorum / insigniora apophthegmata, hoc est, dicta / memorabilia complectitur. / [...] / COLLECTORE. F. LVDOVICO / Granateñ. monacho Dominicano. / OLISIPPONE, / Excudebat Franciscus Correa, Sereniss. Cardinalis Iff. Typogra., 1571.*
- , *ECCLESIASTICAE / RHETORICAE, SIVE DE RA- / tione concionandi libri sex, nunc pri- / mum in lucem editi. / [...] / OLYSIPPONE, / Excudebat Antonius Riberius, expensis / Ioannis Hispani Bibliopolae. / Anno Domini, 1576.*

- GUICCIARDINI, Lodovico, *DESCRITTIONE / DI M. LODOVICO / GUICCIARDINI, GENTIL- / HVOMO FIORENTINO, / DI TVTTI I PAESI BASSI, / ALTRIMENTI DETTI / GERMANIA INFERIORE. / [...]. / IN ANVERSA, / Apresso Cristophano Plantino, Styampatore Regio, / M.D.LXXXVIII.*
- HORÁCIO, *Odes et épodes*. Texte établi et traduit par François Villeneuve. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1970.
- IOLY ZORATTINI, Pier Cesare (cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*, vol. III (Collana: Storia dell'Ebraismo in Italia – Studi e testi, vol. 5). Firenze, Leo S. Olschki, 1984.
- , (cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti. Appendici*, vol. IV (Collana: Storia dell'Ebraismo in Italia – Studi e testi, vol. 6). Firenze, Leo S. Olschki, 1985.
- , (cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti. Appendici*, vol. XIII (Collana: Storia dell'Ebraismo in Italia – Studi e testi, vol. 18). Firenze, Leo S. Olschki, 1997.
- ISÓCRATES, *Discours*. Texte établi et traduit par Georges Mathieu et Émile Bremond. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1972-1991 [4 vols.].
- JAEKEL, S. (ed.), *Menandri Sententiae. Comparatio Menandri et Philistionis*. Lipsiae, Teubner, 1964.
- JERÓNIMO, São, *Lettres*. Texte établi, traduit et commenté par Jérôme Labourt. Paris, Les Belles Lettres, 1951-1982 [8 vols.].
- KEIL, Heinrich (ed.), *Grammatici Latini ex recensione Heinricii Keilii*. Lipsiae, in aedibus B. G. Teubneri, 1857 [vol. I].
- LIVRO Verde da Universidade de Coimbra*. Apresentação de Manuel Augusto Rodrigues; transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso. Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- LUCRÉCIO, *De la nature*. Texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1993-1997 [2 vols.].
- LYCOSTHENES, Konrad, *Apophthegmata et son annotation manuscrite*. Publié par Ethiene Ithurria. Genève, Slatkine, 1998 [2 vols.].
- MAIANTI, Alfonso, *ALPHONSI / MAIANTHI FERRA= / RIENSIS CARMINVM / LIBELLVS. / DVLCE ET DECORVM EST / PRO PATRIA MORI. / PLACENTIAE* 1549.
- , *ERVDTISSIMI ADOLESCENTIS / Alphonsi Maianthi, Ferrariensis ad Vniver / sitatem Studentium. Pro Almo Legum, / Artiumque Gymnasio Ferrariensi / Oratio, / Ferrariae Apud Franciscum Rubeum / Anno Dñi. M.D.LIII.*
- MARCIAL, *Épigrammes*. Texte établi et traduit par H. J. Izaac. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1961-1973 [3 vols.].
- MENANDRO, *Proverbios griegos: sentencias*. Introducciones, traducción y notas de Rosa M.^a Mariño Sánchez-Elvira y Fernando García Romero. Madrid, Gredos, 1999.
- MONTAIGNE, Michel de, *Essais*. Livre premier. Édition présentée, établie et annotée par Pierre Michel. Préface d'André Gide. Paris, Gallimard, 1983.
- MOREL, W. (ed.), *Fragmenta poetarum Latinorum epicorum et lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. Stutgardiae, Teubneri, ³1995.
- NÚÑEZ, Hernán (dito Pinciano), *Refranes o proverbios en romance: con sus glosas y numeración según el orden en que fueron escritos en la edición príncipe, con indicación del folio*. Edición crítica de Louis Combet, Julia Sevilla Muñoz, Germán Conde Tárrio y Josep Guia y Marín. Madrid, Guillermo Blázquez, 2001 [2 vols.].

- OVÍDIO, *L'art d'aimer*. Texte établi et traduit par Henry Bornecque. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1994.
- PETRARCA, Francesco, DE / LOS SONETOS, / CANCIONES, / MANDRIALES Y SEXTINAS / *del gran POETA y Orador / Francisco Petrarca, / TRADVZIDOS DE TOSCANO / por Salusque Lusitano, [Salomon Usque Hebreo, alias Duarte Gomes] / PARTE PRIMERA. / CON BREVES SVMARIOS, / ò Argumentos en todos los Sonetos y Canciones / que declaran la intencion del autor. / COMPVESTOS POR EL MISMO. / CON DOS TABLAS, VNA CASTELLANA, / y la otra Toscana y Castellana. / CON PRIVILEGIOS. / EN VENECIA, / En casa de Nicolao Beuilaqua, MDLXVII.*
- , *Lettres familières = Rerum familiarium*. [Tome I – Livres I-III: introduction et notes de Ugo Dotti, mises en français par Frank La Braska; traduction de André Longpré]. Paris, Les Belles Lettres, 2002 (Les Classiques de l'Humanisme, 12).
- PÍNDARO, *Pindari carmina cum fragmentis. Pars II: Fragmenta, indices*. Post Brunonem Snell, edidit Heruicus Maerher. Leipzig, Teubner, 1989.
- PIRES, Diogo, *FLAVII IACOBI / EBORENSIS / CATO MINOR, / SIVE DYSTICHA MORALIA / ad Ludimagistros Olyssipponenses. / ACCESSERE NOVA EPIGRAMMATA, / & alia nonnulla eodem Auctore. / Opus pium, et erudiendis pueris ad- / prime necessarium. / VENETIIS, / Sub signum Leonis. MDXCII.*
- , *FLAVII / IACOBI EBORENSIS / CATO MINOR, / SIVE DISTICHA MORALIA / Ad Ludimagistros Olyssipponenses. / ACCESSERE EPIGRAMMATA, / & alia nonnulla eodem auctore, quae / sequens pagella indicabit. / OPVS PIVM, ET ERVDIENDIS / pueris adprime necessarium. / Psal. 33. / Uenite filij, audite me, timorem Domini docebo uos. / VENETIIS, MDXCVI. / Apud Felicem Valgrisium.*
- , *DIDACI / PYRRHI LVSITANI / CARMINVM LIBER VNVS. / APUD FRANCISCVM / RVBRIVM. / Ferrariae. 1545.*
- , *AD PAVLVM*. [cólofon: FERRARIAE. / Apud Valentem Panizzam Mantuanum, / Ducalem Typographum, / MDLXIII.].
- , *ENCOMIASTES / CARMINE ELEGIACO / AD / RNDUM D. THOMAM NATALEM / Rhacusanum, Art. & Medic. Doctorem / praestantissimum, necnon Canonicum Cracouien. / dignissimum. / CRACOVIAE / In officina Lazari, Anno Domini, / M.D.LXXXIII.*
- , *DE / ILLVSTRI- / BVS FAMILIIS QVAE / HODIE RHACVSAE EX- / stant, Anno 1582. / Cal. Ian. / AD AMPLISSIMVM / Senatvm Rhacusanum. / Didacus Pyrrhus. / CRACOVIAE.*
- , *DE / ILLVSTRIBVS / FAMILIIS / QVAE HODIE / RHACVSAE / EXSTANT / ANNO **MDLXXII** / KAL. IAN. / AD AMPLISSIMVM SENATVM / RHACVSANVM / Didacus Pyrrhus. [Venetiis, Aldus Manutius, 1582].*
- , *DE / ILLVSTRIS / SIMA VRBE / RHACVSANA. / AD / R. D. THOMAM NA / TALEVM RHACVSANVM, / Artium & Medicinae Docto / rem, Canonicum Cra / couiensem, / &c. / PYRRHVS [Cracovia, 1582].*
- PLATÃO, *Les lois*. Texte établi et traduit par Édouard des Places. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1976-1994 [4 vols.].
- , *Ion; Ménexène; Euthydème*. Texte établi et traduit par Louis Méridier [*Oeuvres complètes* – tomo V, 1.^a parte]. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1970.
- , *Phédon*. Texte établi et traduit par Léon Robin [*Oeuvres complètes* – tomo IV, 1.^a parte]. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1995.

- PLUTARCO, *Vies: Aristide – Catón l'ancien – Philopoemen – Flamininus*. Texte établi et traduit par Robert Flacelière et Émile Chambry. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1969 [vol. V].
- PORTUGAL, Francisco de, *Sentenças de D. Francisco de Portugal, 1.º Conde do Vimioso, seguidas das suas poesias publicadas no Cancioneiro de Garcia de Resende*. Revistas e prefaciadas por Mendes dos Remédios. Coimbra, França Amado, 1905.
- , *Sentenças*. Edizione critica e studio introduttivo a cura di Valeria Tocco. Viareggio-Lucca, Mauro Baroni editore, 1997.
- , *Poesias e Sentenças de D. Francisco de Portugal 1.º Conde de Vimioso*. Fixação do texto, introdução e notas por Valeria Tocco. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- PSEUDO-CATÃO, *Disticha Catonis* recensuit et apparatus critico instruxit Marcus Boas. Opus post Marci Boas mortem edendum curavit Henricus Johannes Botschuyver. Amstelodami, North-Holland Publishing Company, 1952.
- , *Disticos de Catão sobre os costumes, que ao Illustrissimo Senhor Cristovão Guerner, [...] offerece Antonio Teixeira de Magalhães, Professor Regio de Lingoa Grega na Cidade do Porto*. [...]. Lisboa, na impressão regia, 1818.
- PSEUDO-FOCÍLIDES, *Sentences*. Texte établi, traduit et commenté par Pascale Derron. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1986.
- , *The sentences of Pseudo-Phocylides*. With introduction and commentary by P. W. van der Horst. Leiden, Brill, 1978.
- QUINTILIANO, *Institution oratoire*. Texte établi, traduit et commenté par Jean Cousin. Paris, Les Belles Lettres, 1975-1980 [7 vols.].
- RESENDE, Lúcio André de, *L. ANDR. / RESENDII Lusitani, / ad / epistolam. D. AMBRO- / SII MORALIS viri / doctissimi, inclytæ aca / demiae Compluten / sis Rhetoris, ac / Regij historiographi / Responsio*. [côlofon: Permissu et auctoritate Dominorum inquisitorum, Andreas Burgius Typographus Serenissimi principis Cardinalis, impressit Eborae Mense Maio M.D.LXX.].
- RODRIGUES EBORENSE, André, *SENTENTIAE, / & exempla / Ex probatissimis quibusque scriptoribus colle- / cta, et per locos communes digesta / per Andream Eboensem / Lusitanum. / Et ne oneroso uolumine grauaretur lector, / totum opus in duos diuisum est tomos: / quorum alter sententias, alter / exempla refert. / LVGDVNI, / APVD THEOBALDVM / PAGANVM / 1557*.
- , *EXEMPLORVM / MEMORABILIVM / CVM ETHNICORVM, TVM / CHRISTIANORVM E QUIBVSQVE / probatissimis Scriptoribus per Andream / Eboensem Lusitanum selectorum, Tomus / posterior. Adiecto duplici indice [...]* / LVGDVNI, / Apud Theobaldum Paganum, / M.D.LVII.
- , *PRIMERA PARTE / DE LAS SENTENCIAS / que hasta nuestros tiempos, para edifica / cion de buenos costumbres, estan por di / uersos Autores escriptas, eneste tratado / summariamente referidas, en su / propio estilo. Y traduzi- / das enel nuestro / comun. / Conueniente licion, a toda / suerte y estado de / gentes. / MDLIII* [côlofon: Fue impressa la presente obra, en la muy noble y siem / pre leal ciudad de Lixbona, en casa de German / Galhardo Impressor del Rey nuestro señor. / Acabose a treze dias de Nouiembri. / De mil y quiniētos y cincuenta / y quatro].
- , *PRIMERA PARTE DE / las sentencias que hasta nuestros / tiempos, para edificacion de buenos / costumbres, estan por diuersos Au- / tores escritas, enste tratado summa / riamente referidas, en su propio / estilo. Y traduzidas enel / nuestro*

- comun. / Conueniente licion, a toda / suerte y estado de / gentes. / MDLIII* [cólofon: Fue impressa la presen- / TE OBRA, EN LA MVY NOBLE / y siempre leal ciudad de Coimbra, or Ioan Aluarez / impressor del Rey nuestro señor. Acabose a / veinte dias de Março. De mil y / quinientos y cincuen- / ta y cinco / años].
- , *LOCI COMMVNES / SENTENTIARVM / ET EXEMPLORVM / memorabilium, ex probatissimis / scriptoribus probatissima ele- / ctione deprompti, liberaliũ / artium studiosis & Ca- / tholicae obseruationi / consecratis per- / utiles le- / ctio. / COLLIGEBAT / Andreas Eborensis. / Anno M.D.LXIX. / Quin. Cal. April.* [cólofon: CONIMBRICAE. / Excudebat Ioan. Barrerius. Idib.Ianuar. / Anno M.D.LXIX.].
- , *LOCORVM COMMVNIVM / Tomus posterior / EXEMPLA MEMORA- / BILIA CONTINENS, EX PRO / BATISSIMIS QVIBVSQVE, TAM / ethnicis quam sacris scriptoribus peruigili lectione / deprompta, & in tres diuisa partes vt lectoris faci- / litati consultum sit: prima namq; de virtuti- / bus, secunda de vitijs, tertia de reliquis ma- / terijs agit: liberalium artium studio- / sis, & catholicae obseruationi / consecratis peruti- / lis lectio. / COLLIGEBAT / Andreas Eborensis. / [...] / CONIMBRICAE. / Apud Ioannem Barrerium. / Anno 1569.*
- , *Sentenças para a ensinança e doutrina do Príncipe D. Sebastião.* Fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval com introdução de Luís de Matos. [Lisboa], Banco Pinto & Sotto Mayor, [1983].
- SÁ, A. Moreira de (ed.), *Auctarium Chartularii Universitatis Portugalensis.* Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá. Volume I (1506-1516) [Volume II (1516-1529); Volume III (1530-1537)]. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973-1979.
- SANTILLANA, Íñigo López de Mendoza, Marqués de, *Refranes que dicen las viejas tras el fuego.* Edición, introducción y notas de Hugo Oscar Bizarri. Kassel, Reichenberger, 1995.
- SCHMIDT, P. G. (ed.), *Proverbia sententiaeque latinitatis medii ac recentioris aevi.* Nova series, aus dem Nachlass von H. Walther. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1982-1986 [3 vols.].
- SECOND, Jean, *Les Baisiers*, suivis de six poèmes. Texte établi, présenté et traduit par Olivier Sers. Paris, Les Belles Lettres, 1996.
- SEM TOB, *Proverbios morales.* Edición, introducción y notas de Sanford Shepard. Madrid, Editorial Castalia, 1985.
- SEMÓNIDES DE AMORGOS, *Testimonia et fragmenta;* ediderunt Aetius Pellizer et Ianuarius Tedeschi. Romae, in aedibus Athenaei, 1990.
- SÉNECA, *Dialogues: De la providence – De la constance du sage – De la tranquillité de l’ame – De l’oisité.* Texte établi et traduit par René Waltz. Paris, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1970 [vol. IV].
- , *Lettres a Lucilius.* Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1985-1991 [5 vols.].
- SOUSA, Frei Luís de, *História de S. Domingos.* Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977 [2vols.].
- SUETÓNIO, *Vie des douzes Cézars.* Texte établi, traduit et commenté par Henri Ailloud. Paris, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1980-1989 [3 vols.].
- TEIVE, Diogo de, *IACOBI TEVII / Lusitani. Epodon siue Iã- / bicorum carminum Libri tres. Quorum indicem sequens pagella continet. Ad Sebastianum primum, inuictissimum Lusi- / taniae Regem [...]. / Olysipone excudebat Franciscus Correa [...]. / Anno 1565.*

- , *Epódos que contem sentenças uteis a todos os homens as quaes se acrescentaõ regras para a boa educação de hum principe: composto tudo na lingua latina pelo [...] Traduzido na vulgar em verso solto por Francisco de Andrade [...]. Copiado fielmente da edição de Lisboa de 1565.* Lisboa, Na Impressão Regia, 1803.
- TEÓGNIS, *Poèmes élégiaques.* Texte établi, traduit et commenté par Jean Carrière. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1975 [2 vols.].
- THORN, J. C. (ed.), *The Pythagorean Golden Verses with introduction and commentary.* Leiden-New York, E. J. Brill, 1995.
- TRANCOSO, Gonçalo Fernandes, *Contos & histórias de proveito e exemplo.* Edição facsimilada da impressão de 1575. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- USQUE, Samuel, *Consolação às tribulações de Israel.* Edição de Ferrara, 1553, com estudos introdutórios por Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989 [2 vols.].
- VASEU, João, *INDEX RE / RVM ET VERBORVM / copiosissimus ex Des. Erasmi Rotero- / dami Chiliadibus per Ioannẽ Vasaeũ / brugensem ita collectus [...] / CONIMBRICAE. / Excudebãt Ioannes Barrerius & Ioan. Aluarez. / Typographi Regij. / 1549.*
- VEIGA, Tomás Rodrigues da, *THOMAE / RODERICI / A VEIGA, EBORENSIS, / DOCTORIS MEDICI, / ET GRAVISSIMI PHILOSOPHI. / Opera omnia in Galeni libros edita, & commentarijs in partes nouem di- / stinctis, expressa, quibus nodi difficultatum in Medicina frequen- / tes, soluuntur, classicorumque medicorum contro- / uersiae, veritatis lima expunduntur. / [...]. / LUGDVNI, APVD PETRVM LANDRY. / M.D.LXXXVII.*
- VEREPT, Simon, *INSTITVTIONVM / SCHOLASTICARVM / LIBRI TRES. / Omnibus Litterarum et Chri- / stianae Pietatis studiosis, uti- / litatis non parum alla- / turi, conscripti / per / Simonem Verrepaeum. / ANTVERPIAE, / Apud Ioannem Bellerum ad / insigne Aquilae auerae. / M.D.LXXIII. / Cum Priuilegio Regis.*
- VERINO, Michele, *Distichorum liber.* Estudi preliminar de Catalina Terrasa Montaner. [Palma de Mallorca], Conselleria d'Educació i Cultura del Govern Balear, 1987.
- VICENTE, Gil, *COPIACAM DE / TODALAS OBRAS DE GIL VICENTE, A QUAL SE REPARTE EM CINCO LIVROS. / [...]. / Emprimiose em a muy noble & sempre leal cidade de Lixboa / em casa de Ioam Aluarez impressor delRey nosso senhor. / Anno de M.D.LXII. / [...].*
- VIRGÍLIO, *Bucoliques.* Texte établi, traduit et commenté par E. de Saint-Denis. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1970.
- , *Géorgiques.* Texte établi, traduit et commenté par E. de Saint-Denis. Paris, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1995.
- VIVES, Juan Luis, *OPVSCVLA / ALIQUOT VERE / CATHOLICA, AC IMPRIMIS / erudita, Ioannis Lodouici / Viuis Valentini, accu / rate impressa. / INTRODVTIO AD SAPIENTIAM. / SATELLITIVM SIVE SYMBOLA. / DE RATIONE STVDII PVERILIS / EPISTOLAE II. / LVGDVNI, / Ex officina Melchioris & Gasparis Trechsel Fratrum, / ANNO M.D.XXXII.*
- WALTHER, Hans (ed.), *Carmina medii aevi posterioris latina, II: Proverbia sententiaequae latinitalis medii aevi.* Lateinische Sprachwörter und Sentenzen des Mittelalters in alphabetischer Anordnung. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1963-1969 [6 vols.].

B. ESTUDOS

- ALCINA ROVIRA, Juan F., *Reportório de la poesía latina del Renacimiento en España*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.
- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel, "Importância da cria na cultura helenística": *Euphrosyne* 17 (1989) 31-62.
- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Capitais e capitalistas no comércio da especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de Geofinança*. Lisboa, Edições Cosmos, 1993.
- , "O zangão e o mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras da Europa (séculos XV a XVII)": *Oceanos* 29 (Janeiro/Março 1997) 25-35.
- ANDRADE, António Manuel Lopes, recensão crítica a Damião de GÓIS (trad.), *O Livro de Eclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002: *Ágora* 5 (2003) 133-136.
- , recensão crítica a G. ZAVAN, *Gli ebrei, i marrani e la figura di Salomon Usque*. Treviso, Santi Quaranta, 2004: *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 8 (2005) 228-232.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, *Diogo Pires: antologia poética*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – I.N.I.C., 1983.
- , *Mal de ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português*. Coimbra, Minerva, 1992a.
- , *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – I.N.I.C., 1992b.
- , "Diogo Pires – um símbolo na diáspora lusitana": *Actas do I Congresso da Associação Internacional dos Lusitanistas*. Poitiers, 1988, 49-63.
- , "Diogo Pires e a lembrança de Erasmo": *Humanitas* 41-42 (1989-1990) 81-98.
- , "Saudade humanista: poemas de despedida em latim na Universidade dos séculos XVI e XVII": *Congresso de História da Universidade – 7.º centenário – Actas 4* (Coimbra, 1991a) 99-109.
- , "Uma planura ressequida: Ovídio e a poética do exílio": *Biblos* 67 (1991b) 77-101.
- , "Luz e penumbra na literatura humanista dos Descobrimentos": *Humanitas* 43-44 (1991-1992) 217-256.
- , "Diogo Pires, humanista europeu e cidadão português": *A Cidade de Évora*, II série, 1 (1994-1995) 259-274.
- , "Entre o degredo e a raiz: um percurso reincidente na literatura portuguesa": *Actas do 4.º Congresso da Associação Portuguesa de Lusitanistas (Universidade de Hamburgo, 6 a 11 de Setembro de 1993)*. Lisboa, Lidel, 1995, 301-312.
- , "Vinho-Amor-Prazer: temas clássicos no canto latino de um português de Quinhentos": *Classica* 22 (1997a) 37-47.
- , "When the roots become the song: exiled poets and poetry of exile in the Portuguese renaissance": *Journal of the Institute of Romance Studies* 5 (1997b) 81-97.
- , "Uma voz emblemática no século XVI: Diogo Pires, judeu errante e português degredado": SANTOS, M.^a Helena C. dos, *et alii* (coord.), *I Colóquio Internacional*

- “*O Património Judaico Português — The Portuguese Jewish Heritage*”. *Actas*. Lisboa, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, 1999, 39-55.
- , "Os cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires": MELO, António Maria Martins (coord.), *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento – Actas*. Braga, Universidade Católica – Publicações da Faculdade de Filosofia, 2003, 373-399.
- , "Um Judeu português nos caminhos do mundo": NASCIMENTO, Aires A., *et alii* (eds.), *Humanismo para o nosso tempo: homenagem a Luís de Sousa Rebelo*. Lisboa, 2004, 171-190.
- ANSWAARDEN, Robert Van, *Les Portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1991.
- APPENDINI, F. M., *Notizie storico-critiche sulle antichità, storia e letteratura de' Ragusei, divise in due tomi e dedicate all'eccelso senato della Republica di Ragusa*. Ragusa, dale stampe di Antonio Martecchini, 1802-1803 [2 vols.].
- ARISTÓTELES, *Retórica*. Introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1998.
- ARRUDA, Virgílio, "Mestres e escolares de Santarém e seu termo nas Universidades europeias do Renascimento": *Actas do Colóquio Presença de Portugal no Mundo*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, 413-459.
- ASENSIO, Eugénio (ed.), VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, *Comedia Eufrosina*. Texto de la edición príncipe de 1555 con las variantes de 1561 y 1566. Edición, prólogo y notas de Eugenio Asensio. Madrid, CSIC, 1951.
- ATHERTON, Catherine (ed.), *Form and content in didactic poetry*. Bari, Levante, 1998.
- ATHERTON, Catherine; SOMMERSTEIN, Alain H. (eds.), *Education in greek fiction*. Bari, Levante, 1997.
- AZEVEDO, J. Lúcio de, *História dos Cristãos Novos portugueses*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, ²1975.
- BAIÃO, António, "A Inquisição em Portugal e no Brasil": *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VII, n.ºs 1 e 2 (Janeiro e Fevereiro de 1909) 230.
- BARATA, Maria do Rosário Sampaio Themudo, *Rui Fernandes de Almada. Diplomata português do século XVI*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, 1971.
- BARNS, John W. B., "A new gnomologium, with some reamarks on gnomonic anthologies": *Classical Quarterly* 44 (1950) 126-137; *Classical Quarterly*, new series, 1 (1951) 1-19.
- BARON, Salo Wittmayer, *A social and religious history of the Jews. Late Middle Ages and era of european expansion 1200-1650. Catholic restoration and wars of religion*, vol. XIV. New York–London–Philadelphia, The Jewish Publication Society of America, 1969.
- BATAILLON, Marcel, *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- BATAILLON, Marcel, *Études sur le Portugal au temps de l'humanism*. Paris, F.C.G., 1974.
- , *Erasmus y el erasmismo*. Barcelona, Crítica, 2000.
- BEER, J. M. A., "A mediaeval Cato: virtus or virtue?": *Speculum* 47 (1972) 52-59.

- BEINART, Haim, "L'emigrazione dei conversos della Penisola Iberica nel XVI e XVII secolo": BONFIL, Roberto *et alii* (ed.), *Scritti in memoria di Umberto Nahon: saggi sull'ebraismo italiano*. Gerusalemme, Fondazioni S. Mayer – R. Cantoni, 1978, 63-106.
- BELL, Aubrey F. G., *Benito Arias Montano*. S. I., Oxford University Press – Humphrey Milford, 1922.
- BEN-SASSON, Haim Hillel (ed.), *A history of the jewish people*. Cambridge–Mass., Harvard University Press, 1976.
- BEUGNOT, Bernard, "Florilèges et Polyantheae. Diffusion et statut du lieu commun à l'époque classique": *Études françaises* XIII (1977) 119-141.
- BIVILLE, Frédérique, "Les proverbes: nature et enjeux": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Proverbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26 Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 11-26.
- BLACK, Robert, *Humanism and education in Medieval and Renaissance Italy: tradition and innovation in Latin schools from the twelfth to the fifteenth century*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
- BLAIR, Ann, "Bibliothèques portables: les recueils de lieux communs dans la Renaissance tardive": BARATIN, Marc – JACOB, Christian, *Le pouvoir des bibliothèques. La mémoire des livres en Occident*. Paris, Albin Michel, 1996, 84-106.
- BOAS, Marcus, "De librorum Catonianorum historia atque compositione": *Mnemosyne* 42 (1914) 17-46.
- BOAS, Marcus – H. J. BOTSCHUYVER, H. J. (eds.), *Disticha Catonis recensuit et apparatus critico instruxit Marcus Boas. Opus post Marci Boas mortem edendum curavit Henricus Johannes Botschuyver*. Amstelodami, North-Holland Publishing Company, 1952.
- BODELÓN, Serafin, "Tácito en Arias Montano y el apotegma en el humanismo": MAESTRE MAESTRE, José María *et alii* (eds.), *Humanismo y pervivencia del mundo clásico: homenaje al profesor Luis Gil*. Alcañiz/Cádiz, Ayuntamiento de Alcañiz/Universidad de Cádiz, 1997, vol. 1, 241-247.
- BONAZZOLI, Viviana, "Ebrei italiani, portoghesi, levantini ad Ancora": GOZZI, Gaetano (a cura di), *Gli Ebrei e Venezia: secoli XIV-XVIII. Atti del Convegno internazionale organizzato dall'Istituto di storia della società e dello Stato veneziano della Fondazione Giorgio Cini (Venezia, Isola di San Giorgio Maggiore, 5-10 giugno 1983)*. Milano, Edizioni Comunità, 1987, 727-770.
- , "Una identità ricostruita. I portoghesi ad Ancona dal 1530 al 1547": *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 5 (2001-2002) 9-38.
- BONFIL, Roberto, *Gli Ebrei in Italia nell'epoca del Rinascimento*. Firenze, Sansoni, 1991.
- , "Los judíos españoles y portugueses en Italia": BEINART, Haim (ed.), *Morešet Sefarad: El legado de Sefarad*. Jerusalén, Editorial Universitaria Magnes – Universidad Hebrea de Jerusalén, 1993, II, 225-248.
- , "Cristiani, Ebrei e Cristiani Nuovi a Ferrara nell'epoca del Tasso": VENTURI, Gianni (a cura di), *Torquato Tasso e la cultura estense*. Firenze, Leo S. Olschki, 1999 [3 vols.], 1307-1317.
- BONNER, Stanley F., *Education in Ancient Rome*. Berkeley, University of California Press, 1977 [tradução castelhana: *La educación en la Roma antigua: desde Catón el Viejo a Plinio el Joven*. Barcelona, Herder, 1984].

- BOOTH, Alan D., "The appearance of the schola grammatici": *Hermes* 106 (1978) 117-125.
- , "Elementary and secondary education in the roman empire": *Florilegium* 1 (1979) 1-14.
- BOSSUAT, Robert, *Manuel bibliographique de la littérature française du Moyen Âge*. Melun, Librairie d'Argences, 1951.
- BOWEN, James, *Historia de la educación occidental*. Barcelona, Herder, 1986 [3 vols.; tradução castelhana de J. López].
- BOWER, E. W., "Some technical terms in roman education": *Hermes* 89 (1961) 462-477.
- BOWMAN, Alan K. – WOOLF, Greg (eds.), *Literacy and power in the ancient world*. Cambridge, University Press, 1996.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Os estrangeiros e a inquisição portuguesa (séculos XVI-XVII)*. Lisboa, Hugin, 2002.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond – BRAGA, Paulo Drumond, "O embarque de cristãos-novos para o estrangeiro, um delito na Inquisição de Lisboa (1541-1550)": *Gil Vicente* 29 (1994), 26-32.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins, "As musas ensinam a mentir (Hesíodo, *Teogonia*, 27-28)": *Ágora* 2 (2000) 7-20.
- BRANDÃO, Mário, *O processo na Inquisição de M.^e Diogo de Teive*. Coimbra, 1943.
- , *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1969 [2 vols.].
- BRASETE, Maria Fernanda, "Semónides de Amorgos, fr. 7": *Ágora* 7 (2005) 153-163.
- , "A crítica às mulheres no fr. 7 de Semónides de Amorgos": MIGUEL MORA, Carlos de (coord.), *Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias*. Aveiro, Centro de Línguas e Culturas – Universidade de Aveiro, 2003, 39-56.
- BRITO, A. da Rocha, *O Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, lente de medicina, ameaçado de prisão pela Câmara no castelo de Coimbra*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1942 (separata de *O Instituto*, vol. 42).
- , "O Doutor Tomás Rodrigues da Veiga, ilustre ervanário": *Jornal do Médico*, n.º 323, vol. 13 (1949) 408-409.
- BROOKS, Andrée Aelion, *The woman who defied kings: the life and times of Doña Gracia Nasi – a Jewish leader during the Renaissance*. St.Paul, Paragon House, 2003.
- BRULEZ, Wilfrid, *De firma della Faille en de internationale handel van Vlaamse firma's in de 16e eeuw*. Voorwoord door C. Verlinden. Brussels, Paleis der Academiën, 1959.
- BURKE, Peter, *El Renacimiento italiano. Cultura y sociedad en Italia*. Versión española de Antonio Feros. Madrid, Alianza editorial, 1995.
- , *Renacimiento europeo: centros y peripecias*. Traducción castelhana de Magdalena Chocano Mena. Barcelona, Crítica, 2000.
- CALAME, C., *Le récit en Grèce ancienne: énonciations et représentations de poètes*. Paris, Klincksieck, 1986.
- CALBOLI, Gualterio, "Sentences et proverbes dans la littérature et la rhétorique": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Provérbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26 Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 41-54.
- CALBOLI MONTEFUSCO, Lucia, "La γνóμη et l'argumentation": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Provérbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26*

- Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 27-39.
- CAMERON, Alan, *The Greek anthology: from Meleager to Planudes*. Oxford, Clarendon Press, 1993.
- CANTARELLA, Eva, *La calamidad ambigua: condición e imagen de la mujer en la antigüedad griega y romana*. Traducción y presentación de Andrés Pociña. Madrid, Ediciones Clásicas, ²1996 [ed. original: *L'ambiguo malanno: condizione e immagine della donna nell' antichità greca e romana*. Roma, Editori Riuniti, 1981].
- CARCOPINO, Jérôme, *A vida em Roma no apogeu do império*. Tradução de António José Saraiva. Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- CARRARA, Paolo, "La gnomologia ellenistica. Le "gnomai" di Carete e dello Pseudo Epicarmo": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2003, 177-186.
- CARVALHO, Augusto da Silva, "Garcia d'Orta": *Revista da Universidade de Coimbra* XII (1934) 62-246.
- CARVALHO, Joaquim de, *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1949.
- CARVALHO, Jorge P. Santos, "De Évora a Ragusa: a peregrinação sem regresso de Didacus Pyrrhus Lusitanus": *O Instituto* 140-141 (1980-1981) 79-100.
- CARVALHO, Rómulo de, *História do ensino em Portugal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, ²1996.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, *Retórica e teorização literária em Portugal, do Humanismo ao Neoclassicismo*. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973.
- , "La poétique et la rhétorique dans la pédagogie et dans la littérature de l'Humanisme Portugais": *L'Humanisme portugais et l'Europe. Actes du XXIe Colloque Internationall d'Études Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978)*. Paris, 1984, 699-721.
- CAVALLINA, D., "L'editoria ferrarese nei secoli XV e XVI": *Il rinascimento delle corte padane. Società e Cultura. Atti del Convegno Società e Cultura al tempo di Ludovico Ariosto (Reggio Emilia – Ferrara, 22-26 Ottobre 1975)*. Bari, De Donato, 1977, 341-360.
- CAVALLO, Guglielmo, *Historia de la lectura en el mundo occidental*, bajo la dirección de G. Cavallo y de Roger Chartier. Madrid, Taurus, 1998.
- , *Le biblioteche nel mondo antico e medievale*. Roma, Laterza, 1993.
- CEREJEIRA, M. Gonçalves, *O Renascimento em Portugal*. I – Clenardo e a sociedade portuguesa [II – Clenardo o Humanismo e a Reforma]. Coimbra, Coimbra Editora, 1974-1975 [2 vols.].
- CHERSA, Tommaso, *Della vita e degli scritti di Didaco Pyrrho, altramenti detto Iacopo Flavio Eborensense*. Firenze, nella Stamperia Magheri, 1826.
- CHOMARAT, Jacques, *Grammaire et rhétorique chez Erasme*. Paris, Les Belles Lettres, 1981 [2 vols.].
- CLARK, Donald L., *Rhetoric in greco-roman education*. New York, 1966.
- CLARK, M. L., *Rhetoric at Rome*. A historical survey. Revised and with a new introduction by D. H. Berry. London–New York, Routledge, ³1996.
- CLOGAN, Paul M., "Literary criticism in the Liber Catonianus": MACFARLANE, I. D. (ed.), *Acta Conventus Neo-Latini Sanctandreami. Proceedings of the fifth international congress of neo-latin studies. St. Andrews 24 August to 1 September*

1982. Binghamton – New York, *Medieval & Renaissance texts & studies*, 1986, 569-578.
- CLOSA FARRÉS, José, "La versió catalana inédita dels "Disticha Catonis" de la Biblioteca Colombina de Sevilla. Transcripció i comentari": *Anuario de Filología* 9 (1983) 9-33.
- , "Erasmismo e ilustracion en la segunda mitad del siglo XVIII. Del "Caton cristiano" a los "Distichos de Caton" por D. Leon de Arroyal": *Educación e ilustración en España. III Coloquio de Historia de la Educación*. Barcelona, Publicaciones del Departamento de Educación Comparada e Historia de la Educación – Universidad de Barcelona, 1984, 54-67.
- CODOÑER, Carmen, "La educación Hispánica en el Siglo XVI. La compilación de André Rodrigues Eborensis": *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português (Coimbra – Lisboa – Évora, 25 a 29 de Outubro de 2000)*. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2002, 111-121.
- COELHO, António Borges, *A Inquisição de Évora – 1533-1568*. Lisboa, Caminho, 2002.
- COLIE, Rosalie L., *The resources of kind: genre-theory in the Renaissance*. Berkeley–Los Angeles–London, University of California Press, 1973.
- COLLART, Jean, "Sentences et formules monostiques chez Virgile et Horace: quelques remarques de métrique": *Mélanges de philosophie, de littérature ancienne offerts À Pierre Boyancé*. Rome, École Française de Rome, 1974, 205-212.
- COPENHAVER, Brian P. – SCHMITT, Charles B., *Renaissance philosophy*. Oxford, Oxford University Press, 1992.
- COX, Alister, "Didactic poetry": HIGGINBOTHAM, John (ed.), *Greek and Latin literature: a comparative study*. London, 1969, 124-161.
- CRIBIORE, Raffaella, *Writing, teachers, and students in graeco-roman Egypt*. Atlanta, Scholars Press, 1996.
- CURTIUS, Ernst Robert, *Literatura europeia y edad media latina*. México–Madrid–Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1989 [2 vols.].
- DALZELL, Alexander, *The criticism of didactic poetry: essays on Lucretius, Virgil, and Ovid*. Toronto, University of Toronto Press, 1996.
- DALZELL, Alexander – FANTAZZI, Charles – SCHOECK, Richard J. (eds.), *Acta Conventus Neo-Latini Torontonensis. Proceedings of the Seventh International Congress of Neo-Latin Studies*. Binghamton (NY), Center for Medieval and Early Renaissance Studies, 1991.
- DANGEL, Jacqueline, "Proverbes et sentences: rhétorique, poétique et métatexte": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Provérbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26 Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 55-74.
- DAVIES, Tony, *Humanism*. London and New York, Routledge, 1997.
- DÁVILA PÉREZ, Antonio (ed.), Benito Arias Montano, *Correspondencia conservada en el Museo Plantin-Moretus de Amberes*. I [-II]. Estudio introductorio, edición crítica, traducción anotada e índices a cargo de António Dávila Pérez; prólogo de Eustaquio Sánchez Salor. Alcañiz–Madrid, Instituto de Estudios Humanísticos–Laberinto–Csic, 2002 [Colección de Textos y Estudios Humanísticos Palmyrenus – Serie Textos].
- DELATTE, Armand, *Études sur la littérature pythagoricienne*. Paris, E. Champion, 1915.
- DELGADO CRIADO, Buenaventura (ed.), *Historia de la educación en España y America*. Madrid, Ediciones S. M., 1992-1994 [3 vols.].

- , "Un antiguo texto escolar; Los «Dísticos morales» de Catón": *Historia, literatura, pensamiento: estudios en homenaje a María Dolores Gómez Molleda*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1990, 371-383.
- DELLA CORTE, Francesco, *Catone Censor: la vita e la fortuna*. Firenze, La Nuova Italia, 1969.
- DELUMEAU, Jean, *A civilização do Renascimento*, trad. de Manuel Ruas. Lisboa, Estampa, 1994 [2 vols.].
- , "Un ponte fra Oriente e Occidente: Ancona nem Cinquecento": *Quaderni Storici* 13 (1970) 26-47.
- DERRON, Pascale (ed.), Pseudo-Focilides, *Sentences*. Texte établi, traduit et commenté par Pascale Derron. Paris, Les Belles Lettres, 1986.
- DESBORDES, Françoise, *La réthorique antique: l'art de persuader*. Paris, Hachette, 1996.
- , "Les vertus de l'énoncé, notes sur les Sentences de Publilius Syrus": *Formes brèves, de la Gnomè a la pointe: Métamorphoses de la sententia, La Licorne* (1979) 65-84.
- DI CAPUA, Francesco, *Sentenze e proverbi nella tecnica oratoria e loro influenza sull'arte del periodare: (studi sulla letteratura latina medioevale)*. Napoli, Libreria scientifica editrice, 1946.
- DIAS, José Lopes, *Amato Lusitano. Doutor João Rodrigues de Castelo Branco. Ensaio Bio-bibliográfico*. [Lisboa, Bertrand, 1942].
- DIAS, José Sebastião da Silva, *A política cultural de D. João III*. Coimbra, 1969 [2 vols.].
- DIAS, Manuel Nunes, *O capitalismo monárquico português (1415-1549)*. Contribuição para o estudo do capitalismo moderno. Coimbra, Faculdade de Letras fda Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964 [2 vols.].
- EARLE, T. F., (ed.), Damião de Góis, *O Livro de Ecclesiastes*. Reprodução em fac-símile da edição de Stevão Sabio (Veneza, 1538). Edição crítica e introdução de T. F. Earle. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- EFFE, Bernhard, *Dichtung und lehre: untersuchungen zur typologie des antiken lehrdgedichts*. München, 1977.
- EHRENBERG, Richard, *Le siècle des Fugger*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1955.
- ELLIOT, J. H., *A Europa dividida (1559-1598)*. Lisboa, Presença, 1985.
- ELTER, Anton, *De gnomologiorum Graecorum historia et origine commentatio*. Bonnae, 1893-1896.
- ELTON, G. R., *A Europa durante a Reforma (1517-1559)*. Lisboa, Presença, 1982.
- ENCICLOPEDIA Judaica Castellana: el pueblo judio en el pasado e y el presente*. México, Editorial Enciclopedia Judaica Castellana, 1948-1951 [10 vols.].
- FERNÁNDEZ DELGADO, José Antonio, *Los oráculos y Hesíodo: poesía oral mántica y gnómica griegas*. Cáceres, Universidad de Extremadura, 1986.
- FERNÁNDEZ GALLIANO, M., "Poesía helenística menor": J. A. LÓPEZ FÉREZ (ed.), *Historia de la literatura griega*. Madrid, Catedra, 1988, 831-877.
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Noticias Chronologicas da Universidade de Coimbra [...]*. Primeira edição publicada, revista e anotada por Joaquim de Carvalho. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1938-1956 [3 vols.].
- FIELD, J. V. – JAMES, Frank A. J. L. (eds.), *Renaissance and revolution: humanist, scholars, craftsmen and natural philosophers in early modern Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

- FRADE, Florbela Veiga, "A emigração dos Cristãos-Novos portugueses. Fugas ou saídas?": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 2 (2002) 111-134.
- FRATARELLI FISHER, Lucia, "Cristiani Nuovi e Nuovi Ebrei in Toscana fra Cinque e Seicento. Legittimazioni e percorsi individuali": IOLY ZORATTINI, Pier Cesare (a cura di), *L'identità dissimulata: giudaizzanti iberici nell'Europa cristiana dell'età moderna*. Firenze, L. S. Olschki, 2000, 99-149.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Notícias da feitoria de Flandres*. Lisboa, Arquivo Histórico Português, 1920.
- FREIRE, José Geraldes, "Obra poética de Diogo Mendes Vasconcelos": *Humanitas* 15-16 (1968-1969) 1-260.
- FUMAROLI, Marc, *L'âge de l'éloquence. Rhétorique et «res literaria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Paris, Albin Michel, 1994.
- , *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne: 1450-1950*. Paris, Presses Universitaires de France, 1999.
- FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. I [II]. Firenze, Leo S. Olschki, 2003-2004 [2 vols.].
- GALE, Monica R., *Virgil on the nature of things. The Georgics, Lucretius and the Didactic tradition*. Cambridge, University Press, 2000.
- GARCÍA MASEGOSA, Antonio (ed.), *Los Dísticos de Catón*. Comentados, edición, traducción y notas: Antonio García Masegosa. Vigo, Universidade de Vigo, 1997.
- GARCÍA ROMERO, Fernando, "Sobre la etimología de "paroimia"": *Paremia* 8 (1999) 219-223.
- GARCÍA ROMERO, Fernando – SÁNCHEZ-ELVIRA, Rosa M.^a Mariño, Menandro, *Sentencias*. Introducciones, traducción y notas. Madrid, Gredos, 1999.
- GARELLI-FRANÇOIS, Marie-Hélène, "Le geste et la parole: mime et pantomime dans l'Empire romain": BRASETE, Maria Fernanda (coord.), *Máscaras, vozes e gestos: nos caminhos do teatro clássico*. Aveiro, Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2001, 285-303.
- GARIN, Eugene, *Moyen age et renaissance*. Paris, Gallimard, 1969.
- GARIN, Eugene, *L'educazione in Europa 1400/1600*. Roma-Bari,³ 1976.
- GARIN, Eugene (ed.), *O homem renascentista*. Lisboa, Presença, 1991.
- GÉNARD, Pierre-Marie-Nicolas-Jean, "Personen te Antwerpen in de XVIe eeuw voor het feit van religie gerechtelijk vervolgd": *Bulletin des Archives d'Anvers / Antwerpsch Archievenblad* 7 (s. d., circa 1870) 114-472.
- , "Die nieuwe Christenen te Antwerpen in de XVIe eeuw": *Bulletin des Archives d'Anvers / Antwerpsch Archievenblad* 2 (s. d.) 224-237.
- GENTILI, B., "Epigramma e elegia": *L'épigramme grecque*, Ent. Fond. Hardt [Entretiens sur l'antiquité classique] XIV (1967) 37-90.
- GIANCOTTI, Francesco, *Ricerche sulla tradizione manoscritta delle sentenze di Publilio Siro*. Messina-Firenze, 1963.
- , *Mimo e gnome: studio su Decimo Laberio e Publio Siro*. Messina-Firenze, Casa Editrice G. D'Anna, 1967.
- GIANOTTI, Gian Franco, "I testi nella scuola": CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo, GIARDINA, Andrea (direttori), *Lo spazio letterario di Roma antica*. Roma, Salerno, 1993, vol. I, 421-466.
- GIBSON, Roy K., "Didactic poetry as 'popular' form: study of imperatival expressions in Latin didactic verse and prose": ATHERTON, Catherine (ed.), *Form and content in didactic poetry*. Bari, 1997, 67-98.

- GIL, Luis, *Los antiguos y la «inspiración» poética*. Madrid, Guadarrama, 1967.
- GILMORE, David D., *Misogyny: the male malady*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2001.
- GLESINGER, Lavoslav, "Amatus Lusitanus à Raguse": *Estudos de Castelo Branco* 28 (1968) 158-178.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa, Presença, 1981-1983 [4 vols.].
- , "Innovation et changement au XV^e et au XVI^e siècles": *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XXI^e Colloque International d'Etudes Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978)*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1984, 347-375.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Enrique, "Vives: un humanista judeoconverso en el exilio de Flandres": DEQUEKER, Luc – VERBEKE, Werner (ed.), *The expulsion of the jews and their emigration to the southern Low Countries (15th-16th C.)*. Leuven, Leuven University Press, 1998, 35-81.
- GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, "La tradición de los Dicta Catonis y el Ripollensis 106": *Habis* 5 (1974) 93-106.
- GONZÁLEZ VÁZQUEZ, José – SORIANO VENZAL, Ángel, "Sententiae et Apophthegmata in Ludovico Granatensi": *Florentia Iliberritana* 9 (1998) 155-167.
- GORIS, J. A., *Étude des colonies marchandes méridionales (portugais, espagnols, italiens) à Anvers de 1488 à 1567*. Contribution à l'histoire du capitalisme moderne. Louvain, Librairie Universitaire, 1925.
- GÖRLER, Woldemar, *Menandrou gnomai*. Berlin, 1963.
- GRAFTON, Anthony, "Teacher, text and pupil in the Renaissance class-room: a case of study from a Parisian Collège": *History of Universities* 1 (1981) 37-70.
- , *Defenders of the text: The traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800*. Cambridge, Harvard University Press, 1991.
- GRAFTON, Anthony – JARDINE, Lisa, *From humanism to the humanities: education and the liberal arts in fifteenth and sixteenth century Europe*. London, Duckworth, 1986.
- GRAFTON, Anthony – SHELFORD, April – SIRAISSI, Nancy, *New worlds, ancient texts: the power of tradition and the shock of discovery*. Cambridge, Massachusetts [etc.], Belknap Press of Harvard University, 1992.
- GRATWICK, A. S., "Prosa literaria": KENNEY, E. J. – CLAUSEN, W. v. (eds.), *Historia de la Literatura Clásica*. II. Literatura Latina. Madrid, Gredos, 1989, 164-183.
- GRENDLER, Paul F., *Schooling in Renaissance Italy: literacy and learning 1300-1600*. Baltimore and London, John Hopkins University Press, 1991.
- , *Books and schools in the italian Renaissance*. Hampshire, Variorum, 1995.
- , "The teaching of Latin in sixteenth-century venetian schools": SCHOECK, R. J. (ed.), *Acta Conventus Neo-Latini Bononiensis. Proceedings of the fourth International Congress of Neo-Latin Studies (Bologna, 26 August to 1 September 1979)*. Binghamton, New York, Center of Medieval & Early Renaissance Studies, 1985, 258-276.
- GRUNEBaum-BALLIN, P., *Joseph Naci duc de Naxos*. Paris, Mouton, 1968.
- GUIJARRO CEBALLOS, Javier (ed.), *Humanismo y literatura en tiempos de Juan de Encina*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1999.
- HALE, John, *A civilização europeia no Renascimento*. Lisboa, Presença, 2000.
- , *A Europa durante o Renascimento, 1480-1520*. Lisboa, Presença, 1983.

- HAMBLENE, P., "L'opinion romaine en 46-43 et les sentences 'politiques' de Publius Syrus": TEMPORINI, Hildegard (org.), *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, vol. I: Von den Anfängen Roms bis zum Ausgang der Republik (bd. 3: Sprache und Literatur). Berlin, Walter de Gruyter, 1973, 631-702.
- HARDIE, Philip R., *Cosmos and Imperium*. Oxford, 1989.
- HARRIS, William Vernon, *Ancient literacy*. Cambridge–Mass.–London, Harvard University Press, 1989.
- HASKELL, Yasmin – HARDIE, Philip (eds.), *Poets and teachers: Latin didactic poetry and the didactic authority of the Latin poet from the Renaissance to the present: proceedings of the Fifth annual Symposium of the Cambridge Society for neo-Latin studies, Clare College, Cambridge, 9-11 September, 1996*. Bari, Levante, 1999.
- HASSÁN, Iacob M., "Dos introducciones de la Biblia de Ferrara": HASSÁN, Iacob M. (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, 25-28 de noviembre de 1991)*. Madrid, 1992, 13-66.
- HAZELTON, R., "The christianization of "Cato": the Disticha Catonis in the light of late mediaeval commentaries": *Mediaeval Studies* 19 (1957) 157-173.
- , "Chaucer and Cato": *Speculum* 35 (1960) 357-380.
- HERCULANO, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Lisboa, Bertrand, 1975-1976 [3 vols.].
- HERRMANN, Leon, "Les 'sententiae' d'Appius Claudius Caecus": RENARD, Marcel – SCHILLING, Robert (eds.), *Hommages à Jean Bayet*. Bruxelles, Latomus, 1964, 255-259.
- HIGHET, Gilbert, *La tradición clásica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986 [2 vols.].
- HUERGA CRIADO, Pilar, "Entre Castilla y los Países Bajos. Lazos familiares y relaciones personales": CONTRERAS, Jaime – GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. – PULIDO, Ignacio (eds.), *Familia, religión y negocio. El sefardismo en las relaciones entre el mundo hispánico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. [Actas sobre el III SEMINARIO INTERNACIONAL DE HISTORIA organizado por el Centro de Estudios Carlos de Amberes y el Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andalusíes]. Madrid, Fundación Carlos Amberes, 2002, 39-65.
- HORST, P. W. van der (ed.), *The sentences of Pseudo-Phocylides*. Leiden, Brill, 1978.
- IJSEWIJN, Josef, *Companion to neo-latin studies*. Leuven, University Press, 1990-1998 [2 vols.; Supplementa humanistica lovaniensia; 5, 14].
- INFANTES, Víctor, "De Officinas y Polyantheas: los diccionarios secretos del siglo de oro": *HOMENAJE a Eugenio Asensio*. Madrid, Gredos, 1988, 243-257.
- IOLY ZORATTINI, Pier Cesare, "Ancora sui giudaizzanti portoghesi di Ancona (1556): condanna e riconciliazione": *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 5 (2001-2002) 39-51.
- ITHURRIA, Etienne, *Rencontres: du Lycosthenes aux Essais de Montaigne*. Saint-Pierre-du-Mont, Éditions Interuniversitaires, 1999.
- JAEGER, Werner, *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- JAMES, Sharon L., *Learned girls and male persuasion: gender and reading in Roman love elegy*. Berkeley–Los Angeles–London, University of California Press, 2003.
- JORGE, Ricardo, *Amato Lusitano. Comentos à sua vida, obra e época*. Lisboa, s/d.
- KALBFLEISCH, K., "Μενάνδρου Γνωμῆται": *Hermes* 63 (1928) 99-103.

- KASTER, Robert A., *Guardians of language: the grammarian and society in late antiquity*. Berkeley–Los Angeles, University of California Press, 1997.
- , "Notes on "Primary" and "Secondary" Schools in late antiquity": *TAPA* 113 (1983) 323-346.
- KASUMOVIĆ, I., "Pjesme Urbana Appendija i s izdana antologij dubrovačkih latinskih pjesnika": *Razredi historičko-filozofičko-juridički*. Zagreb, Jugoslavenske Akademije Znanosti i Umjetnosti, 1908, 1-116.
- KAUFMANN, David, "Contributions a l'histoire des Juifs en Italie": *Revue des Études Juives* 20 (1890) 34-72.
- KAYSERLING, Meyer, *Biblioteca Española-Portuguesa-Judaica*. Nieuwkoop, B. de Graaf, 1968.
- , *História dos judeus em Portugal*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.
- KELLENBENZ, Hermann, "Die Rodrigues d'Évora in Köln": *Aufsätze zur Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft* 6 (1966) 272-290.
- , "I Mendes, i Rodrigues d' Évora e i Ximenes nei loro rapporti commerciali com Venezia": *Gli Ebrei e Venezia: secoli XIV-XVIII. Atti del Convegno internazionale organizzato dall'Istituto di storia della società e dello stato veneziano della Fondazione Giorgio Cini (Venezia, Isola di San Giorgio Maggiore, 5-10 giugno 1983)*. Milano, Edizioni Comunità, 1987, 143-161.
- KELLEY, Donald R., "Humanism and History": RABIL Jr., Albert (ed.), *Renaissance humanism: foundations, forms, and legacy*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1988, vol. 3, 236-270.
- KENNEDY, George A., *A new history of classical rhetoric*. Princeton, Princeton University Press, 1994.
- KENYON, Frederic G., *Books and readers in Ancient Greece and Rome*. Chicago, Ares, 1980.
- KNAPE, Joachim, *Philipp Melanchthons "Rhetorik"*. Tübingen, Max Niemeyer, 1993.
- KOLENDIĆ, Petar, "Nekoliko pesama humanista Didaka Pira": *Zbornik Istorija Književnosti Srpske Akademije Nauka i Umjetnost*. Beograd, 1961, 1-47.
- KÖRBLER, Duro, "Život i rad humanista Didalka Portugalca, napose u Dubrovniku": *RAD Jugoslavenska Akademija Znanost i Umjetnost*. Zagreb, 1917, 1-169.
- KRAYE, Jill (ed.), *Introducción al humanismo renacentista*, edición española a cargo de Carlos Clavería; traducción de Lluís Cabré. Madrid, Cambridge University Press, 1998.
- KRECIĆ, Barisa, "The role of the Jews in Dubrovnik (thirteenth-sixteenth centuries)": KRECIĆ, Barisa, *Dubrovnik, Italy and the Balkans in the Late Middle Ages*. London, Variorum Reprints, 1980, 257-271.
- KRISTELLER, Paul Oskar, *Renaissance thought and its sources*. New York, Columbia University Press, 1979.
- , *Renaissance thought and the arts: collected essays*. Princeton, University, 1980.
- , *Tradição clássica e pensamento do renascimento*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70, 1995.(Perfil., História das ideias e do pensamento, 9).
- , "Humanism and Moral Philosophy": RABIL Jr., Albert (ed.), *Renaissance humanism: foundations, forms, and legacy*. [vol. 3, Humanism and the disciplines]. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1988, 271-309.
- LABARBE, Jules, "Les aspects gnomiques de l'épigramme grecque": *L'épigramme grecque*, Ent. Fond. Hardt [Entretiens sur l'antiquité classique] XIV (1967) 349-386.

- LAIGNEAU, Sylvie, *La femme et l'amour chez Catulle et les Élegiaques augustéens*. Bruxelles, Latomus – Revue d'Études Latines, 1999.
- LANDES, David S., *A riqueza e a pobreza das nações*. Por que são umas tão ricas e outras tão pobres. Tradução Lucínia Azambuja. Lisboa, Gradiva, 2001.
- LARDINOIS, André, "Modern paroemiology and the use of gnomai in Homer's Iliad": *Classical Philology* 42 (1997) 213-234.
- LAURENS, Pierre, *L'abeille dans l'ambre. Célébration de l'épigramme de l'époque alexandrine à la fin de la Renaissance*. Paris, Les Belles Lettres, 1989.
- , "Du modèle idéal au modèle opératoire: la théorie épigrammatique aux XV.ème et XVI.ème siècles": *La modèle à la Renaissance*. Études réunies et présentées par C. Balavoine, J. Lafond, P. Laurens. Paris, Éd. Jean Lafond, 1986, 183-208.
- LEMONS, Maximiano, *Amato Lusitano: a sua vida e a sua obra*. Porto, Eduardo Tavares Martins, 1907.
- , *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*. Lisboa, Publicações Dom Quixote/Ordem dos Médicos, 1991 [2 vols.].
- , "Amato Lusitano – novas investigações": *Arquivos de História da Medicina Portuguesa* 6 (1915) 1-12; 33-43; 89-106; 129-145.
- , "Amato Lusitano. Correções e aditamentos": *Revista da Universidade de Coimbra* 10 (1927) 5-38.
- LEONI, Aron di Leone, *La nazione ebraica spagnola e portoghese negli stati estensi: per servire a una storia dell'ebraismo sefardita*. Rimini, Luisè, 1992.
- , *The Hebrew Portuguese nations in Antwerp and London at the time of Charles V and Henry VIII: new documents and interpretations*. New Jersey, Ktav, 2005.
- , "Gli Ebrei Sefarditi a Ferrara da Ercole I a Ercole II: nuove ricerche ed interpretazioni": *La Rassegna Mensile di Israel* 52, n.º 2-3 (1987) 407-446.
- , "Documents inédits sur la «Nation Portugaise» de Ferrare": *Revue des Études Juives* 92, n.º 1-2 (janv.-juin 1993) 137-176.
- , "La diplomazia estensi e l'immigrazione dei cristiani nuovi a Ferrara al tempo di Ercole II": *Nuova Rivista Storica* 78 (1994) 293-326.
- , "Nuove notizie sugli Abravanel": *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 1 (1997a) 153-206.
- , "New information on Yomtob Attias co-publisher of the Ferrara Bible": *Sefarad* 57 (1997b) 271-276.
- , "Manoel Lopez Bichacho, a XVIth Century Leader of the Portuguese Nation in Antwerp and in Pesaro": *Sefarad* 59, 1 (1999) 77-100.
- , "Alcuni esempi di quotidiana imprenditorialità tra Ferrara, Ancona e Venezia nel 16. secolo": *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 4 (2000a) 58-114.
- , "Per una storia della nazione portoghese ad Ancona e a Pesaro": IOLY ZORATTINI, Pier Cesare (a cura di), *L'identità dissimulata: giudaizzanti iberici nell'Europa cristiana dell'età moderna*. Firenze, L. S. Olschki, 2000b, 27-97.
- , "La Nation portuguesa corteggiata, privilegiata, espulsa e riammessa a Ferrara (1538-1550)": BONFIL, Robert (ed.), *Italia, studi e ricerche sulla storia, la cultura e la letteratura degli ebrei d'Italia. In memory of Giuseppe Sermoneta, vol. XIII-XV (1997-2000)*. Jerusalem, The Hebrew University Magnes Press, 2001a, 211-247.
- , "La presenza sefardita a Venezia intorno alla meta del Cinquecento. I libri e gli uomini" *La Rassegna Mensile di Israel* 67, n.º 1-2 (2001b) 35-110.
- , "Il Sedur de Oraciones de mes di Yom Tob Atias (Ferrara 1552)": *Sefarad* 63, 1 (2003) 89-117.

- , "Una *teshuvà* del *Ma"harashdam* di Salonicco su una vertenza tra due *Consoli Ebrei* e il ruolo economico dei mercanti ebrei nella Venezia del Cinquecento": *Zakhor – Rivista di Storia degli Ebrei d'Italia* 7 (2004) 143-192.
- LIPINER, Elias, *Os Baptizados em Pé*. Estudos acerca da origem e da luta dos Cristãos-Novos em Portugal. Lisboa, Vega, 1998.
- LÓPEZ MÚÑOZ, Manuel, *Fray Luis de Granada y la Retórica*. Almería, Universidad de Almería – Servicio de Publicaciones, 2000.
- LÓPEZ NAVIA, Santiago Alfonso, *O repertorio galego dos refranes o proverbios en romance do comendador Hernán Núñez (1555)*. [Vigo], Consello da Cultura Galega, 1992.
- LÓPEZ SALVÁ, M., "La literatura del Próximo Oriente en la literatura arcaica y clásica griega: estudios y estado de la cuestión": *Tempus* 8 (1994) 5-48.
- LUCARINI, Carlo Martino, "Publilio Siro e la tradizione gnomologica": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2003, 225-239.
- LUQUE MORENO, Jesús, *El dístico elegíaco: lecciones de métrica latina*. Madrid, Clásicas, 1994.
- , "Epigrammata longa: la brevedad como norma": ISO ECHEGOYEN, José Javier – ENCUESTRA ORTEGA, Alfredo (eds.), *Hominem pagina nostra sapit. Marcial, 1.900 años después. Estudios XIX Centenario de la muerte de Marco Valerio Marcial*. Zaragoza, Diputación General de Aragón–Institución Fernando El Católico–Universidad de Zaragoza, 2004, 75-114.
- MACEDO, Helder, *Do significado oculto da Menina e Moça*. Lisboa, Guimarães Editores, 1999.
- MACEDO, Jorge Borges de, "Para o estudo da mentalidade portuguesa do século XVI. Uma ideologia de cortesão. As Sentenças de D. Francisco de Portugal": *Revista ICALP* 7-8 (Março-Junho/1987) 73-106.
- MAESTRE MAESTRE, José María, *El humanismo alcañizano del siglo XVI*. Textos y estudios de Latin Renacentista. Cádiz, Universidad de Cádiz, 1990.
- , "Los Dísticos morales del alcañizano Juan Sobrarias Segundo": *Boletín del Centro de Estudios Bajoaragoneses* 4-5 (1983) 31-51.
- , "La influencia del mundo clásico en el poeta alcañizano Juan Sobrarias: estudio de sus fontes literarias": *Anales de la Universidad de Cádiz* II (1985) 325-340.
- MALOUX, Maurice, *Dictionnaire des proverbes sentences et maximes*. Paris, Larousse, 1987.
- MALTOMINI, Francesca, "Theognidea": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2003, 203-224.
- , "Sulla trasmissione dei *Detti dei Sette Sapienti*": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2004, 1-24.
- MARCIAL, *Epigramas* [tradução de Cristina de Sousa Pimentel, Delfim Ferreira Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira]. Lisboa, Edições 70, 2000-2004 [4 vols.].
- MARGOLIN, Jean-Claude, "Damião de Góis et Erasme de Rotterdam": J. V. P. MARTINS (ed.), *Damião de Góis, humaniste européen*. Braga, Barbosa & Xavier, 1982, 19-54.
- MARÍN IBÁÑEZ, Ricardo, "Juan Luis Vives (1492?-1540)": *Prospects: the quarterly review of comparative education* 14, n.º 3/4 (1994) 743-759.

- MARIÑO SÁNCHEZ-ELVIRA, Rosa M.; GARCÍA ROMERO, Fernando, *Proverbios griegos. Menandro: Sentencias*. Introducciones, traducción y notas de [...]. Madrid, Gredos, 1999.
- MARNOTO, Rita, *O petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*. Coimbra, por ordem da Universidade, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, "Damião de Góis e os mercadores de Danzig": *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 4 (1958) 133-163.
- MARROU, Henri-Irénée, *Histoire de l'éducation dans l'antiquité*. Paris, Seuil, ⁷1981 [2 vols.].
- MARTIN, R. – GAILLARD, J., *Les genres littéraires à Rome*. Paris, 1990.
- MARTINS, José Vitorino de Pina, *Humanismo e erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1973.
- , *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal: les deux regards de Janus*. Lisboa–Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1989 [2 vols.].
- , "Consolação às Tribulações de Israel de Samuel Usque. Alguns dos seus aspectos messiânicos e proféticos. Uma obra-prima da língua e das letras portuguesas": USQUE, Samuel, *Consolação às tribulações de Israel*. Edição de Ferrara, 1553, com estudos introdutórios por Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, vol I, 125-404.
- , "Estudo introdutório: Bernardim Ribeiro – O Homem e a Obra": RIBEIRO, Bernardim, *História de Menina e Moça*. Reprodução facsimilada da edição de Ferrara, 1554. Estudo introdutório por José Vitorino de Pina Martins. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- MARTINS, Mário, "Os "Dísticos de Catão" na base da formação universitária": *Estudos de cultura medieval*. Lisboa, Verbo, 1969, 51-63.
- MARTINS, Mário Paulo da Costa, *As Sententiae de Publílio Siro* (Introdução, versão do latim e notas). Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas, 2003 (dissertação de mestrado – reprodução policopiada).
- MATEUS, Susana Bastos, "Família e poder: a importância dos laços de parentesco na construção de redes mercantis sefarditas (séculos XVI e XVII)": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 3 (2003) 115-126.
- MATOS, Luís de, *Les portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*. Coimbra, Por Ordem da Universidade de Coimbra, 1950.
- , *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- , "O humanista Diogo de Teive": *Revista da Universidade de Coimbra* 13 (1937) 1-56.
- , "Erasmus e Amato Lusitano": *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 5 (1964b) 482-483.
- , (ed.) André Rodrigues Eborense, *Sentenças para a educação e doutrina do Príncipe D. Sebastião*. Fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval com introdução de Luís de Matos. [Lisboa], Banco Pinto & Sotto Mayor, [1983].
- , recensão crítica a Ricardo JORGE: *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira* 5 (1964a) 450-452.
- MATTOSO, José, "Provérbios": LANCIANI, Giulia – TAVANI, Giuseppe (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1993, 566-567.

- MEDEIROS, Walter de Sousa, "Entre o cirne e a abelha. A *recusatio* horaciana do lirismo sublime.": *Humanitas* 42 (2001) 219-224.
- MENDES, João Pedro, *Construção e arte das Bucólicas de Virgílio*. Coimbra, Almedina, 1997.
- MEUNIER, Mario, *Pythagore. Les vers d'or. Hiérocclés*. Commentaire sur les vers d'or des pythagoriciens. Traduction nouvelle avec prolégomènes et notes. Paris, L'Artisan du Livre, 1925.
- MONFASANI, John, "Humanism and Rhetoric": RABIL Jr., Albert (ed.), *Renaissance humanism: foundations, forms, and legacy*. [vol. 3, Humanism and the disciplines]. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1988, 171-275.
- MONTAGNER, Aírto Coelin, "O lirismo de Diogo Pires em "In nuptis Virginis Mandotiae et Petri Albani"": *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades* (Universidade do Grande Rio – <http://www.unigranrio.br/letras/revista/index.html>), vol. I, n.º 4 (Janeiro-Março 2003).
- MORGAN, Teresa, *Literate education in the hellenistic and roman worlds*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.
- MOST, Glenn W., "Eurípide ó γνωμολογικώτατος": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnómica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2003, 141-175.
- MUNK OLSEN, Birger, *I classici nel canone scolastico altomedievale*; premessa di Claudio Leonardi. Spoleto, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1991.
- , "La popularité des textes classiques entre le IXe et le XIIe siècle": OLSEN, Birger Munk, *La réception de la littérature classique au Moyen Age (IXe-XIIIe siècle)*: choix d'articles publié par des collègues à l'occasion de son soixante anniversaire. Copenhagen, Museum Tusulanum Press – Université de Copenhagen, 1995a, 21-34.
- , "Les florilèges d'auteurs classiques": OLSEN, Birger Munk, *La réception de la littérature classique au Moyen Age (IXe-XIIIe siècle)*: choix d'articles publié par des collègues à l'occasion de son soixante anniversaire. Copenhagen, Museum Tusulanum Press – Université de Copenhagen, 1995b, 133-144.
- , "Les classiques latins dans les florilèges médiévaux antérieurs au XIIIe siècle, I-II": OLSEN, Birger Munk, *La réception de la littérature classique au Moyen Age (IXe-XIIIe siècle)*: choix d'articles publié par des collègues à l'occasion de son soixante anniversaire. Copenhagen, Museum Tusulanum Press – Université de Copenhagen, 1995c, 145-224; 225-274.
- MUNK OLSEN, Birger – PETITMENGIN, Pierre, "Bibliographie de la réception de la littérature classique du IXe au XVe siècle": MUNK OLSEN, Birger; LEONARDI, Claudio (eds.), *The classical tradition in the Middle Ages and the Renaissance*: proceedings of the first European Science Foundation Workshop on "The Reception of Classical Texts", (Florence, Certosa del Galluzzo, 26-27 June 1992). Spoleto, Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1995, 199-275.
- MUÑOZ MARTÍN, M.ª Nieves, "O poeta em Roma": *Ágora* 5 (2003) 31-41.
- MURPHY, James J. (ed.), *Renaissance eloquence: studies in the theory and practice of Renaissance rhetoric*. Berkeley, University of California Press, 1983.
- , *Rhetoric in the Middle Ages: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the renaissance*. Berkeley, University of California Press, 1990.
- NÈVE, Joseph Jean Corneille, *Catonis Disticha*. Liège, H. Vaillant-Carmanne, 1926.
- NOBRE, Cristina, *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso – Contos & Histórias de Provedo & Exemplo*. Leiria, Magno Edições, 1999.

- NORRIS, Pamela, *The story of Eve*. London, Picador, 1988.
- NOVAKOVIĆ, Darko, "Didacus Pyrrhus as lusor amorum: unpublished love-elegies from the manuscript D. a. 29 in the Historical Institute of Croatian Academy of Arts and Sciences in Dubrovnik": *Euphrosyne* 26 (1998) 399-408.
- ORLANDINI, Anna, "Structures syntactico-sémantiques des proverbes et des sententiae en latin. Leur insertion dans l'énoncé": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Proverbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26 Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 75-90.
- ORTOLEVA, Vincenzo (ed.), *Maximus Planudes, Disticha Catonis in graecum translatum*. Roma, Edizioni dell' Ateneo, 1992.
- , "Massimo Planude e i Disticha Catonis": *Silenus* 1-2 (Jan.-Dez. 1989) 105-136.
- , "A proposito di alcuni autografi scaligerani: Giuseppe Scaligero editore e traduttore dei Disticha Catonis": *Siculorum Gymnasium* 43 (1990) 277-285.
- OSÓRIO, Jorge Alves, "Diálogo e citação nos Colóquios de Erasmo": *Humanitas* 37-38 (1985-1986) 191-266.
- , "Damião de Góis e o Livro da Velhice": *Humanitas* 41-42 (1990) 99-119.
- PARÉ, Pascale, "L'énigme du savoir et du pouvoir: la sententia dans l'Oedipe de Sénèque": *Bulletin de l'Association Guillaume Budé* 3 (Octobre 2002) 284-302.
- PASCOAL, Augusto Ascenso, *Aquiles Estaço: humanista e teólogo*. Coimbra, Faculdade de Letras, 2002 (dissertação de doutoramento – reprodução policopiada).
- PEDRIALI, Pier Paolo, "Sulle trace di un umanista portoghese da Evora a Ragusa: Didaco Pirro e il cenacolo letterario estense tra il 1540 e il 1550": *Atti e memorie. Deputazione provinciale ferrarese di storia patria*, ser. 4, 15 (1998) 109-124.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes, *As Orações de Obediência de Aquiles Estaço*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica–Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1991.
- PEREIRA, Isaiás R., "Fuga de cristãos-novos em barcos de pescadores do Tejo": *História e Sociedade* 8-9 (Dez. 1981) 117-118.
- PEREIRA, Virgínia Soares, "Relato hagiográfico e memória clínica: afinidades na organização discursiva de André de Resende e Amato Lusitano": SÁNCHEZ MARÍN, José A. – MUÑOZ MARTÍN, M.^a Nieves (eds.), *Retórica, poética y géneros literarios*. Granada, Universidad de Granada, 2004, 289-312.
- PERETTI, Aurelio, *Teognide nella tradizione gnomologica*. Pisa, Goliardica, 1953.
- PÉREZ Y GÓMEZ, Antonio, "Versiones castellanas del Pseudo Catón. Noticias Bibliograficas": GARCÍA DE SANTA MARIA, Gonzalo (trad.), *El Catón en latin y en romance (1493/94)*. [Valencia, Antonio Pérez y Gómez – Artes Gráficas Soler], 1964 (Incunables poéticos castellanos – IX), 34 p. inum.
- PERNIGOTTI, Carlo, "Osservazioni sul rapporto fra tradizione gnomologica e Menandri Sententiae": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2003, 187-202.
- PERRAUD, Louis A., "A document of humanistic education: Erasmus's commentary on the "Disticha Catonis"": *Journal of the Rocky Mountain Medieval and Renaissance Association* IX (1988) 83-92.
- PERUTELLI, Alessandro, "Il testo come maestro": CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo, GIARDINA, Andrea (direttori), *Lo spazio letterario di Roma antica*. Roma, Salerno, 1993, vol. II, 277-310.

- PICCIONE, Rosa Maria, "Forme di trasmissione della letteratura sentenziosa": FUNGHI, Maria Serena (a cura di), *Aspetti di letteratura gnomica nel mondo antico*. Firenze, Leo S. Olschki, 2004, 403-441.
- PIMENTEL, Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa, "As Sententiae de Publílio Siro: perspectivas para a sua revalorização": *Euphrosyne* 17 (1989) 151-170.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa, "André Eborense e o seu livro de Sentenças e exemplos": *Escritos diversos*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1972, 387-401.
- PINHO, Sebastião Tavares de, *Lopo Serrão e o seu poema Da velhice*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1987.
- PINTO, Maria do Carmo Teixeira, "Manuel Dias, um cristão-novo de Fronteira e as vicissitudes do seu tempo": *Estudos Orientais* 2 (1991) 267-288.
- PITSCH, Karl, "Preliminary notes on two old spanish versions of the Disticha Catonis": *The Decennial Publications of the University of Chicago, First Series*, 7 (1902) 193-232.
- PLANTADE, Emmanuel, "Les formes proverbiales chez Catulle": BIVILLE, Frédérique (ed.), *Proverbes et sentences dans le monde romain. Actes de la table ronde du 26 Novembre 1997*. Lyon, Centre d'Études et de Recherches sur l'Occident Romain, 1999, 105-110.
- PLATÃO, *Íon*. Introdução, tradução e notas de Victor Jabouille. Lisboa, Editorial Inquérito, 3^a 2000.
- POHL, Hans, *Die Portugiesen in Antwerpen: (1567-1648)*. Wiesbaden, Franz Steiner, 1977.
- PORTEAU, Paul, *Montaigne et la vie pédagogique de son temps*. Paris, 1935.
- PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña, *et alii, Do Grego e do Latim ao Português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña, *et alii, Índices de nomes próprios gregos e latinos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- PUIG DE LA BELLACASA, Ramón (ed.), Erasmo de Rotterdam, *Adagios del poder y de la guerra y teoría del adagio*. Edición, traducción y presentación de Ramón Puig de La Bellacasa; revisión y asesoramiento filológicos de Charles Fantazzi; asesoramiento y colaboración de Alexandre Vanautgaerden. Valencia, Pre-Textos, 2000.
- RABIL Jr., Albert (ed.), *Renaissance humanism: foundations, forms, and legacy*. [vol. 1, Humanism in Italy; vol. 2, Humanism beyond Italy; vol. 3, Humanism and the disciplines]. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1988.
- RAMALHO, Américo da Costa, *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969.
- , *Estudos sobre o século XVI*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1980.
- , *Latim renascentista em Portugal* (antologia). Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – I.N.I.C., 1985.
- , *Para a história do Humanismo em Portugal – I*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – I.N.I.C., 1988.
- , "Ditos e Sentenças de Quinhentistas portugueses": *Humanitas* 29-30 (1977-1978) 1-19.

- , "Diogo Pires, Évora e o Algarve": *Humanitas* 31-32 (1979-1980) 235-239.
- , "Diogo Pires sobre a morte de D. João II": *Humanitas* 31-32 (1979-1980) 239-241.
- , "Dois ditos portugueses": *Estudos Portugueses* (Homenagem a Luciana S. Picchio). Lisboa, 1991, 629-632.
- RAMALHO, Américo da Costa – SILVA, Augusta Fernanda Oliveira e, "Cataldo Parísio Sículo, Provérbios": *Ágora* 7 (2005) 165-196.
- RAU, Virgínia, *Estudos sobre história económica e social do antigo regime*. Introdução e organização de José Manuel Garcia. Lisboa, Presença, 1984.
- REDEL, Enrique, *Ambrosio Morales*. Córdoba, Diario, 1908.
- REGGIANI, Anna Maria, *Educazione e scuola*. Roma, Edizioni Quasar, 1990.
- REGO, José Teixeira, *Estudos e Controvérsias* [Língua e Literatura Portuguesa], compilação, posfácio e notas de Pinharanda Gomes. Lisboa, Assírio & Alvim, 1990.
- REKERS, B., *Benito Arias Montano (1527-1598)*. London – Leiden, The Warburg Institute – E. J. Brill, 1972.
- REMÉDIOS, J. Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*. Coimbra, F. França Amado, 1895-1928 [2 vols.].
- RÉVAH, I.-S., *Études portugaises*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian–Centro Cultural Português, 1975.
- , "La famille de Garcia de Orta": *Revista da Universidade de Coimbra* XIX (1960) 407-420.
- , "Les origines de Jerónimo Cardoso, auteur du premier dictionnaire portugais imprimé": *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* XXXVI (1964) 277-279.
- REYNOLDS, Leighton D. (ed.), *Texts and transmission: a survey of the Latin classics*. Oxford, Clarendon Press, 1983.
- REYNOLDS, Leighton D. – WILSON, Nigel G., *Scribes and scholars: a guide to the transmission of Greek and Latin literature*. Oxford, Clarendon Press, 1991.
- RICHARD, Marcel, "Florilèges grecs": *Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique*. Paris, Gabriel Beauchesne, 1964, vol. V, 457-512.
- RICHE, Pierre, *Éducation et culture dans l'Occident médiéval*. Hampshire, Variorum, 1993.
- , *Les écoles et l'enseignement dans l'Occident chrétien de la fin du V.e siècle au milieu du XI.e siècle*. Paris, Aubier Montaigne, 1979.
- RICHLIN, Amy, *The garden of Priapus: sexuality and aggression in Roman humor*. New Haven, Yale University Press, 1983.
- RIGOLOT, François, *Le texte de la Renaissance. Des rhétoriciens à Montaigne*. Genève, Droz, 1982.
- RIOU, Y.-F., "Quelques aspects de la tradition manuscrite des Carmina d'Eugène de Tolède: du Liber Catonianus aux Auctores Octo Morales": *Revue d'Histoire des Textes*, tome deuxième (1972) 11-44.
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da, *Estudos de História da Cultura Clássica*. I volume: Cultura Grega. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, ⁹2003a.
- , *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volume: Cultura Romana. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, ³2002.
- , *Hélade. Antologia da Cultura Grega*. Porto, Edições Asa, ⁸2003b.
- , *Romana. Antologia da Cultura Latina*. Coimbra, Universidade de Coimbra, ⁴2000.
- , "O conceito de poesia na Grécia arcaica": *Humanitas* 13-14 (1961-1962) 336-357.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, "O Livro dos Provérbios na interpretação exegética de D. Jerónimo Osório": *Actas do Congresso Internacional humanismo português na*

- época dos descobrimentos (Coimbra, 9 a 12/10/91)*. Coimbra, Universidade de Coimbra–Faculdade de Letras, 1993, 343-354.
- RODRIGUES, Maria Idalina Resina, *Fray Luis de Granada e la literatura de espiritualidad en Portugal (1554-1632)*. Madrid, Universidad Pontificia de Salamanca, 1988.
- RODRÍGUEZ ADRADOS, Francisco, "Lírica griega": J. A. LÓPEZ FÉREZ (ed.), *Historia de la literatura griega*. Madrid, Catedra, 1988, 106-167.
- RODRÍGUEZ-NORIEGA GUILLÉN, L. (ed.), *Epicarmo de Siracusa. Testimonios y fragmentos*. Edición crítica bilingüe. Oviedo, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Oviedo, 1996.
- ROERSCH, Alphonse, *L'humanisme belge à la époque de la Renaissance*. Bruxelles, Van Oest & Cie, 1910.
- ROIG, Adrien, *António Ferreira: études sur sa vie et son oeuvre (1528-1569)*. Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- ROOS, Paolo, *Sentenza e proverbio nell'antichità e i 'Distici di Catone': il testo latino e i volgarizzamenti italiani: com una scelta e traduzione delle massime e delle frasi proverbiali latine classiche più importanti o ancora vive oggi nel mondo neolatino*. Brescia, Morcelliana, 1984.
- ROSSO, Corrado, *La «Maxime». Saggi di una tipologia critica*. Bologna, Il Mulino, 2001.
- ROTH, Cecil, *A history of the Jews in England*. Oxford, Clarendon Press, 1941.
- , *The House of Nasi: the Duke of Naxos*. New York, Greenwood Press, ²1971.
- , *Doña Gracia Nasi*. Traduit de l'anglais par Claude Bonnafont. Préface de Catherine Clément. Paris, Liana Levi, 1990.
- , "The case of Thomas Fernandes before the Lisbon Inquisition": *Miscellanies of the Jewish Historical Society of Great Britain and Ireland*, II (1935) 32-56.
- , "The Marrano Press at Ferrara": *Modern Language Review* 38 (1943) 307-317.
- SÁ, Artur Moreira de, *De re Erasmi: aspectos do erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 1977.
- SACRÉ, Dirk, "Le poète néo-latin Girolamo Faletti (†1564)": *Humanistica Lovaniensia* 41 (1992) 199-220.
- SALOMON, Herman Prins, *Deux études portugaises. Two portuguese studies*. Braga, Barbosa & Xavier, 1991.
- , "O que tem de judaico a Menina e Moça?": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004) 185-223.
- SALOMON, Herman Prins – LEONI, Aron di Leone, "Mendes, Benveniste, De Luna, Micas, Nasci: the state of the art (1532-1558)": *The Jewish Quarterly Review* 88, n.º 3-4 (January-April 1998) 135-211.
- SÁNCHEZ-ELVIRA, Rosa M.^a Mariño – GARCÍA ROMERO, Fernando, *Menandro, Sentencias*. Introducciones, traducción y notas. Madrid, Gredos, 1999.
- SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio, *et alii* (ed.), *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI*. Cáceres, Universidad de Extremadura, 1996.
- , "Judíos hispanos y el humanismo. El caso de Diego Pires": CONTRERAS, Jaime – GARCÍA GARCÍA, Bernardo J. – PULIDO, Ignacio (eds.), *Familia, religión y negocio. El sefardismo en las relaciones entre el mundo hispánico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. [Actas sobre el III SEMINARIO INTERNACIONAL DE HISTORIA organizado por el Centro de Estudios Carlos de Amberes y el Instituto Internacional de Estudios Sefardíes y Andalusíes]. Madrid, Fundación Carlos Amberes, 2002, 209-236.

- , "Pires y Góis y el humanismo nacionalista lusitano": MELO, António Maria Martins (coord.), *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento – Actas*. Braga, Universidade Católica – Publicações da Faculdade de Filosofia, 2003, 401-417.
- SÁNCHEZ TARRÍO, Ana María, "La temporalidad del exemplum: algunos casos en la poética renacentista": *Euphrosyne* 28 (2000) 271-284.
- SANDYS, John Edwin, *A history of classical scholarship*. New York, Hafner Pub. Co, 1958 [3 vols.].
- SANFORD, Eva Matthews, "The use of classical latin authors in the 'Libri manuales'": *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 55 (1924) 190-248.
- SANTANDER, Teresa, *Escolares médicos en Salamanca: (siglo XVI)*. Salamanca, 1984.
- SANTINI, Carlo, "I personaggi della poesia didascalica dalla letteratura greca a quella latina": ESTEFANÍA, Dulce – POCIÑA, Andrés (eds.), *Géneros literarios romanos. Aproximación a su estudio*. Madrid, 1996, 147-163.
- SCAGLIONE, A., "The humanist as scholar and Politian's conception of the Grammaticus": *Studies in the Renaissance* 8 (1961) 49-70.
- SCHIBLI, H. S., *Hierocles of Alexandria*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- SCHILLINGS, A. (ed.), *Matricule de L'Université de Louvain (Février 1528 – Février 1569)*, vol. IV, 2 tomos. Bruxelles, Academie Royale de Belgique, 1961-1966.
- SCHULER, R. M. – FITCH, J. G., "Theory and context of the didactic poem: some classical mediaeval and later continuities": *Florilegium* 5 (1983) 1-43.
- SCHULVASS, Moses A., *The Jews in the world of the Renaissance*. Leiden, E. J. Brill and Spertus College of Judaica Press, 1973.
- SCHULZE–BUSACKER, Elisabeth, "Des Disticha Catonis en Espagne, Italie et France": GRÉCIANO, Gertrud (ed.), *Europhras 88. Phraséologie contrastive. Actes du Colloque International Klingenthal–Strasbourg (12-16 mai 1988)*. Strasbourg, Université des Sciences Humaines – Département d'Etudes Allemandes, 1989, 421-430.
- SEGRE, Renata, "Nuovi documenti sui Marrani d'Ancona (1555-1559)": *Michael IX* (1985) 131-233.
- , "Contribución documental a la historia de la imprenta Usque y de su edición de la Biblia": HASSÁN, Iacob M. (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, 25-28 de noviembre de 1991)*. Madrid, 1992, 205-226.
- , "La formazione di una comunita marrana: i portoghesi a Ferrara": VIVANTI, Corrado (a cura), *Storia d'Italia. Gli Ebrei in Italia. I. Dall'alto Medioevo all'età dei ghetti*. Annali 11. Torino, Giulio Einaudi, 1996, 781-841.
- SÉNECA, *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J.A Segurado e Campos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SERRA, José Pedro, "Pedagogia e exemplo na historiografia grega": *Euphrosyne* 14 (1986) 53-76.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1200-1550)*. Lisboa, 1962.
- , "O Humanista Diogo de Teive. Novos dados para a sua biografia": *Revista Portuguesa de História* 4 (1952) 5-17.
- SERRÃO, Joel (ed.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 1989 [6 vols.].

- SILVA, José Gentil da, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607*. Lettres marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga. Paris, Librairie Armand Colin, 1956.
- , *Marchandises et finances*. Lettres de Lisbonne 1563-1578. Paris, S.E.V.P.E.N., 1959-1961 [2 vols.].
- , "Les Juifs portugais entre Lisbonne et Venise. Une autre vision de la Méditerranée et de l'économie, XVIe-XVIIIe siècles": *Gli Ebrei e Venezia: secoli XIV-XVIII. Atti del Convegno internazionale organizzato dall'Istituto di storia della società e dello stato veneziano della Fondazione Giorgio Cini (Venezia, Isola di San Giorgio Maggiore, 5-10 giugno 1983)*. Milano, Edizioni Comunità, 1987, 117-142.
- SIMONSOHN, Shlomo, "Marranos in Ancona under papal protection": *Michael IX* (1985) 234-267.
- SKUTSCH, Frank, "Dicta Catonis": PAULY–WISSOWA (eds.), *Realencyclopädie der Classischen Altertums-Wissenschaft*. Stuttgart, Alfred Druckenmüller Verlag, 1903, vol. 5, 358-370.
- SMALL, Jocelyn Penny, *Wax tablets of the mind: cognitive studies of memory and literacy in classical antiquity*. London, Routledge, 1997.
- SNYDER, H. Gregory, *Teachers and texts in the Ancient World: philosophers, jews and Christians*. London, Routledge, 2000.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro, *Diogo de Teive, Tragédia do príncipe João*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1977.
- , *O príncipe ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994a.
- , "Humanismo e história: ars scribendi e valor do paradigma": *Máthesis* 1 (1992) 153-169.
- , "A literatura de sentenças no humanismo português: 'res et uerba'": *Actas do Congresso Internacional humanismo português na época dos descobrimentos (Coimbra, 9 a 12/10/91)*. Coimbra, Universidade de Coimbra–Faculdade de Letras, 1993, 377-410.
- , "A História antiga no Humanismo Renascentista Português": *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 18-20 out. 1990)*. Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos–Instituto de Arqueologia, 1994b, 280-305.
- , "Humanismo e pedagogia": *Humanitas* 47 (1995) 799-844.
- , "O retrato do Príncipe como estratégia política e modelo educativo": PÉREZ JIMÉNEZ, Aurelio, et alii (coord.), *O retrato e a biografia como estratégia de teorização política*. [Coimbra – Málaga], Imprensa da Universidade de Coimbra – Universidade de Málaga, 2004, 181-230.
- SPALLONE, Maddalena, "I percorsi medievali del testo: accesus, commentari, florilegi": CAVALLO, Guglielmo, FEDELI, Paolo, GIARDINA, Andrea (direttori), *Lo spazio letterario di Roma antica*. Roma, Salerno, ²1999, vol. III, 387-481.
- SUBIRATS, Jean, *Jorge Ferreira de Vasconcelos. Visages de son oeuvre et de son temps*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1982 [2 vols.].
- TADIĆ, Jorjo, *Jevreji u Dubrovniku do polovine XVII vijeka*. Sarajevo, 1937.
- , "Didak Pir": *Zbornik Jevrejski Istorijski Muzei* 1 (1971) 239-251.
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982-1984 [2 vols.].
- , *Judaísmo e Inquisição*. Lisboa, Presença, 1987a.
- , "Judeus e conversos castelhanos em Portugal": *Annales de la Universidad de Alicante* 6 (1987b) 341-368.

- , "Cristãos-novos: um "barco com dois lemes" (diáspora judaica no século XVI)": *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa, Sá da Costa, 1988, 239-250.
- , "Judeus e Cristãos-Novos, no distrito de Portalegre": *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre* 3 (Janeiro-Junho 1989) 37-53.
- , "Judeus e Cristãos-Novos de Évora (a propósito de Diogo Pires)": *A Cidade de Évora*, II série, 1 (1994-1995) 245-258.
- TAYLOR, Barry, "Recent acquisitions: a rare work by Jacobus Tevius": *Electronic British Journal Library* (2003), art. 5, 1-9 (<http://www.bl.uk/collections/eblj/2003/article5.html>).
- TERRASA MONTANER, Catalina (ed.), *Michele Verino. Distichorum liber*. Estudi preliminar de [...]. [Palma de Mallorca], Conselleria d'Educació i Cultura del Govern Balear, 1987.
- TEYSSIER, Paul, "Les Adages d'Erasmus dans le dictionnaire latin-portugais de Jerónimo Cardoso": *Miscelânea de estudo em honra do Prof. A. Costa Ramalho*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992, 127-136.
- THESLEFF, Holger, *An introduction to the Pythagorean writings of the Hellenistic period*. Abo, Abo akademi, 1961.
- THIEGEM, P. van, "La littérature latine de la Renaissance: étude d'histoire littéraire européenne": *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 4 (1944) 177-418.
- THOMAS, P. G., "From Alfred to the conquest": *The Cambridge History of English Literature*. Cambridge, University Press, 1974, vol. I, 108-148.
- TOAFF, Ariel, "Nuova luce sui Marrani di Ancona (1556)": TOAFF, Ariel, *et alii* (ed.), *Studi sull'ebraismo italiano in memoria di Cecil Roth*. Roma, Barulli, 1974, 261-280.
- , "L' Universitas Hebraeorum Portugallensium di Ancona nel cinquecento. Interessi economici e ambiguità religiosa": *Mercati, mercanti, denaro nelle Marche (secoli XIV-XIX). Atti del Convegno – Ancona, 28-30 maggio 1982*. Ancona, Presso la Deputazione di Storia Patria per le Marche, 1989, 115-145.
- TOCCO, Valeria (ed.), Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso, *Sentenças*. Edizione critica e studio introduttivo a cura di Valeria Tocco. Viarregio–Lucca, Mauro Baroni editore, 1997.
- , "Osservazioni sul bilinguismo in Portogallo (sec. XV-XVII)": *Il Confronto Letterario* 20 (1983) 319-334.
- TOOHEY, Peter, *Epic lessons: an introduction to ancient didactic poetry*. London, Routledge, 1996.
- , *Reading epic: an introduction to the ancient narratives*. London, Routledge, 1992.
- TORRÃO, João Manuel Nunes, "Autores de referência em Marcial": *Humanitas* 56 (2004) 137-159.
- TOSI, Renzo, *Dizionario delle sentenze latine e greche: 10000 citazioni dall'Antichità al Rinascimento nell'originale e in traduzione con commento storico letterario e filologico*. Milano, Biblioteca Universale Rizzoli, 2000 [tradução portuguesa de Ivone Castilho Benedetti: *Dicionário de sentenças latinas e gregas*. São Paulo, Martins Fontes, 2000].
- TUCKER, George Hugo, "Didacus Pyrrhus Lusitanus (1517-1599), poet of exile": *Humanistica Lovaniensia* 41 (1992) 175-198.
- , "Voix d'exil, voies divergentes chez deux marranes portugais, Diogo Pires (1517-99) et João Rodrigues de Castelo Branco (1511-68)": LESTRINGANT, F. –

- MOUSSA (ed.), S., *Homo Viator. Le voyage de la vie (XVe-XVIe siècles)*, *Revue des Sciences Humaines* 245 (janvier-mars 1997) 33-49.
- , "To Louvain and Antwerp, and beyond: the contrasting itineraries of Diogo Pires (Didacus Pyrrhus Lusitanus, 1517-99) and João Rodrigues de Castelo Branco (Amatus Lusitanus, 1511-68)": DEQUEKER, Luc – VERBEKE, Werner (ed.), *The expulsion of the jews and their emigration to the southern Low Countries (15th-16th C.)*. Leuven, Leuven University Press, 1998, 83-113.
- UNTERSTEINER, Mario, *Problemi di filologia filosofica*. Milano, Cisalpino-Goliardica, 1980.
- VALENTIM, Carlos Manuel, "Tomé Pegado de Paz: espião e servidor do duque de Naxos (1552-1578)": *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004) 283-341.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, "O bilinguismos castelhano-português na época de Camões": *Arquivos do Centro Cultural Português XVI* (1981), 807-827.
- VERDELHO, Telmo, *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.
- VERGER, J., *Gentes del saber en la Europa de finales de la Edad Media*. Trad. T. Garín Sáenz de Bremond. Madrid, Complutense, 1999.
- VOCHT, Henry de, *History of the foundation and the rise of the Collegium Trilingue Lovaniense, 1515-1550*. Louvain, Librairie Universitaire, 1951-1955 [4 vols.].
- VOLK, Katharina, *The poetics of latin didactic: Lucretius, Vergil, Ovid, Manilius*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- WARNIER, R., "Les slaves du Sud – quelques rapports avec le Portugal": (conférence prononcée à l'Instituto de Coimbra le 19 de Mars 1938): *O Instituto* 93 (1938) 257-276.
- WEE, Herman Van der, *The Low Countries in the early modern world*. Aldershot, Variorum, 1993.
- WOLF, Lucien, "Jews in Tudor England": *Essays in Jewish History*. London, The Jewish Historical Society of England, 1934, 73-90.
- WRIGHT, M. R., "Philosopher poets: Parmenides and Empedocles": ATHERTON, Catherine (ed.), *Form and content in didactic poetry*. Bari, 1997, 1-22.
- YERUSHALMI, Yosef Hayim, *The Lisbon massacre of 1506 and the royal image in the Shebet Yehudah*. Cincinnati, 1976.
- , "A jewish classic in the portuguese language": USQUE, Samuel, *Consolação às tribulações de Israel*. Edição de Ferrara, 1553, com estudos introdutórios por Yosef Hayim Yerushalmi e José V. de Pina Martins. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, vol. I, 15-123.
- YNDURÁIN, Domingo, *Humanismo y Renacimiento en España*. Madrid, Cátedra, 1994.
- YOUNG, G. F., *Les Médicis*. Paris, Robert Laffont, 1969 [2 vols.].
- ZAVAN, Gabriela, *Gli ebrei, i marrani e la figura di Salomon Usque*. Treviso, Santi Quaranta, 2004.

Índice Onomástico

- AARÃO – 35; 36.
- ABRAVANEL, família – 97 n.41.
- ABRAVANEL, Samuel – 96; 97.
- ABRAVANEL, Yacob – 97.
- ADRIÁTICO, mar – 88; 114; 120.
- AELFRIC, abade – 207.
- AFFAITADI, família – 54 e n.19; 78.
- AFFAITADI, Gian Carlo – 62; 64; 92-94.
- AFFAITADI, Giovanni – 93.
- AFIA, Daniel Arón – 423 n.143.
- AFONSO HENRIQUES, rei D. – 346; 422 n.141.
- AFONSO I, rei D. – 346.
- AFONSO II, rei D. – 346.
- AFONSO III, rei D. – 346.
- AFONSO IV, rei D. – 346.
- AFONSO V, rei D. – 346.
- AFONSO, príncipe D. (filho de D. João II) – 272-274; 287; 369; 460.
- ÁFRICA – 47; 48.
- AGADIR – 46.
- AGOSTINHO, santo – 242; 286.
- AGRICOLA, Rudolphus – 256; 257; 259.
- ÁJAX – 356.
- ALBERTO, P. F. – 168 n.11.
- ALCÁCER-QUIBIR – 346.
- ALCAÑIZ – 233 e n.22; 234.
- ALCEU – 391.
- ALCIATI, Andrea – 232 n.17.
- ALCOBAÇA – 220.
- ALCUINO – 207.
- ALEXANDRE JÚNIOR, M. – 158 n.35, 37; 168 n.11.
- ALEXANDRE MAGNO – 150; 285; 384; 431.
- ALFONSO II, duque de Ferrara – 97.
- ALGARVE – 213.
- ALMADA, Rui Fernandes de – 60 n.35; 61; 62; 66.
- ALMEIDA, A. A. Marques de – 52 n.9; 53 n.11; 54 n.18, 19.
- ALMEIDA, M. L. – 284 n.29.
- ALPES – 83 e n.2.
- ALVA, D. Julião de – 288.
- ALVAREZ DE TOLEDO, Leonor – 305.
- AMATA – 412.
- ANCONA – 32; 49; 57; 74; 75; 77 e n.98; 78; 83; 84 e n.3, 4, 7; 85; 86 e n.12; 87; 88 e n.18; 90; 93; 96; 100 e n.60; 102; 104; 105 e n.86; 106; 109 e n.99; 110; 112 e n.109; 113-115 e n.117; 116; 117 e n.124; 118; 120-122; 127; 284 n.30; 306; 367; 420; 422; 443 n.195; 491-493.
- ANDRADE, André Rodrigues de Évora de – vd. RODRIGUES Eborense, André
- ANDRADE, Diogo Rodrigues de – 277.
- ANDRADE, Francisco de – 215; 216 n.87; 258 n.64; 288; 289 n.42.
- ANDRADE, Rodrigo de – 277.
- ANDRÉ, C. A. – 31 e n.2, 4, 6; 32; 33 e n.18; 35 n.1; 36 n.2, 4; 41 n.29; 42 n.31, 35, 36, 37; 44 n.42, 44; 45 n.47, 48, 49; 48 n.54; 49 n.55; 68 n.60, 61; 69 n.66; 70 n.72; 74 n.89; 76 n.94; 77 e n.95, 96; 86 n.12, 14; 97 n.44; 98 n.52; 102 n.79; 103 n.81; 114 n.115; 119 n.1; 120 n.2; 121 n.4; 122 e n.5, 6, 7, 10; 123 n.12, 13, 14, 15, 16; 124 n.18; 204 n.36; 253 n.55; 266 n.94; 268 n.100; 269 n.102; 300 n.5; 306 n.14; 308 n.19; 309 n.21; 332 n.10; 337 n.21; 346 n.48, 49; 350 n.59, 60; 358 n.84; 359 n.88; 368 n.4; 401 n.88; 403 n.92; 409 n.108; 419 n.135; 421 n.137; 422 n.141, 142; 427 n.151; 453 n.221; 465 n.8; 481 n.43.
- ANDRELINI, Publio Fausto – 232 e n.17.
- ANDRONICO, Lívio – 149; 467.
- ANFITRIÃO – 463; 471; 473.
- ANÍBAL – 370; 450; 451.
- ANQUISES – 372.
- ANRIQUES, Ana – 90 e n.21; 116; 134.
- ANRIQUES, Duarte (*alias* Abraham Cohen) – 65; 66; 79; 90; 93; 104-106; 109; 116 e n.121; 117; 118; 124; 127; 134; 278.
- ANRIQUES, Manuel (*alias* David Cohen) – 87; 88; 90; 92; 118; 134.
- ANRIQUES, Simão (*alias* Caim Cohen) – 79; 88; 90; 104-108; 116 e n.121; 117 e n.124; 124; 127-128; 131-134; 277; 278 e n.12.
- ANSELMO, A. J. – 231 n.12; 241 n.37; 263 n.80; 264 n.82; 269 n.103; 281 n.21; 283 n.25; 287 n.38; 294 n.57.
- ANSWAARDEN, Robert van – 51 n.1, 2, 3; 55 n.20; 63 n.44, 45; 64 n.46, 47.

- ANTÍMACO – 157.
 ANTIMACO, Marcantonio – 97.
 ANTÓNIO, Julo – 236.
 ANTONIO, Nicolás – 278 n.14.
 ANTUÉRPIA – 32; 37; 40; 42 e n.32; 43; 44 e n.45; 45-49; 51; 52-56; 57 e n.23, 24, 25; 58-60; 61 e n.38; 63 e n.45; 64-77; 78 e n.99; 100; 79; 80; 83; 85 e n.9; 88-91; 93; 96; 97; 104; 105 e n.86; 106; 109; 230 n.9; 256; 267 n.98; 276-278; 305; 309; 311; 312; 350 e n.59; 380; 420; 455; 491-493.
 AÓNIO – 476.
 APIANO, Pedro – 70.
 ÁPIO CLÁUDIO CEGO – 188 e n.71.
 APOLO – 310; 330; 340; 391; 403; 404; 461-465; 467; 471; 472; 474.
 APOLÓNIO DE RODES – 141.
 APPENDINI, F. M. – 119 n.1.
 AQUILES – 174 n.11.
 AQUITÂNIA – 422 n.141.
 ARAGÃO – 36.
 ARAGÃO, Duarte Ximenes de – 276 e n.9.
 ARATO – 139; 141; 142; 144; 145; 147.
 ARCE, Fernando de – 266.
 ARGÉLIA – 94.
 ARIAS MONTANO, Benito – 267 e n.96, 97, 98; 268; 269.
 ARISTÓFANES – 173 n.8; 179; 347.
 ARISTÓFANES DE BIZÂNCIO – 174.
 ARISTÓTELES – 140; 150; 168 e n.11; 244; 282; 285-286; 307; 308; 468.
 ARISTÓXENO DE TARENTO – 176 n.16.
 ARLIER, Antoine – 251 n.50.
 ARLIER, Jean – 251 n.50.
 ARMENTIÈRES – 85 n.9.
 ARPINO – 310-311.
 ARRUDA, V. – 42 n.34.
 ASCRA – 142; 144-145.
 ASENSIO, Eugenio – 102 n.75; 263 n.80; 265 n.85; 266 e n.93.
 ASSIS – 315 n.2.
 ATAÍDE, António de (conde de Castanheira) – 285.
 ATENEU DE NÁUCRATIS – 179.
 ÁTICA – 243.
 ÁTICO – 310; 311.
 ATTIAS, Yomtob – 101 n.69.
 AUGUSTO – 181; 190; 379; 412.
 AULO – 402; 482-483.
 AURÉLIO, Marco – 226.
 AVRELIVS, Dominicus – vd. ZLATARIĆ, Dominko
 AUSÓNIO – 203.
 ÁUSTRIA – 451; 452.
 AVEIRO – 284 n.29.
 AVIANO – 208.
 AVICENA – 110; 111.
 AVIENO – 139.
 AXIOPISTO DE LOCROS – 179.
 AZAMBUJA, Jerónimo de – 130-133.
 AZAMOR – 46 e n.50.
 AZEVEDO, José Lúcio de – 37 n.9, 10; 38 n.12, 13; 39 n.17, 18, 19, 20; 40 n.22, 24; 41 n.28; 60 n.31.
 AZEVEDO, Luís António de – 182 n.41.
 AZZARÀ, S. – 180 n.34.
 BACTRA – 336.
 BAERS, Christiaen – 63 e n.45.
 BAIÃO, António – 104n82.
 BALCÃS – 87.
 BALENVS, Andreas – 65.
 BARATA, Maria do Rosário S. Themudo – 60 n.35; 61 n.36; 62 n.40.
 BARCELONA – 267; 347.
 BARNES, J. W. B. – 177 n.20;
 BARON, S. W. – 53 n.11, 15.
 BARREIRA, João de – 281 n.21; 290.
 BARROS, Jorge de – 61.
 BASILEIA – 69; 83; 209 n.63; 210 n.66; 228; 230 n.9.
 BEJA – 284 n.29.
 BELL, A. F. G. – 267 n.98.
 BENEČIĆ, Simon – 337 e n.21; 338.
 BENVENISTE, Abraham, dito Righetto – vd. NUNES, Henrique

- BENVENISTE, Ana Mendes (*alias* Reina) – 115.
- BENVENISTE, Diogo Mendes – vd. MENDES, Diogo
- BENVENISTE, Francisco Mendes – vd. MENDES, Francisco
- BENVENISTE, Grácia Mendes – vd. NASCI, Grácia
- BERGAMO – 315 n.2.
- BESSAGLI, Viktor – 316; 319; 321; 323-325; 342 n.31; 347 e n.51; 486.
- BETTIOLO, P. – 180 n.34.
- BIAS DE PRIENE – 333 n.12.
- BICHACHO, Manuel Lopes – 111 n.106.
- BÍLBILIS – 340-341; 482 n.44.
- BIRNBAUM, M. – 53 n.13; 54 n.17.
- BIVILLE, F. – 154 n.20; 155 n.24; 165 n.5, 6; 188 n.68.
- BIXORDA, Jorge – 64.
- BIZÂNCIO – vd. CONSTANTINOPLA
- BIZARRI, H. O. – 265 n.88.
- BIZZELLI, Giovanni – 296 n.59.
- BLAIR, A. – 231 n.10.
- BOAS, M. – 204 n.35; 205 e n.38, 39; 207 n.48; 208 n.60; 209 n.63; 212 n.72.
- BODELÓN, S. – 266 n.90; 267 n.96.
- BOÉCIO – 203.
- BOISOT, M. – 61.
- BOLONHA – 110; 111; 358.
- BONAZZOLI, V. – 32 e n.16; 84 e n.3, 4, 5; 85 n.8; 86 n.11, 13; 87 e n.15, 16; 88 n.17, 18; 89 n.20; 109 n.100; 306 n.13.
- BONNER, S. F. – 150 n.10; 151 n.12; 155 n.26, 27; 156 n.28, 30; 158 n.35; 159 n.40, 42; 459 n.1.
- BONVS, Marinus – vd. BUNIC, Marin
- BOOTH, A. D. – 155 n.25.
- BORDÉUS – 216; 243 n.42; 287.
- BÓSFORO – 491.
- BOSIVS, Simeon (*alias* Dubois) – 204.
- BÓSNIA – 342.
- BOSQUE, Dimas – 275 n.6.
- BOSSUAT, R. – 207 n.56.
- BOTSCHUYVER, H. J. – 204 n.35; 205 n.38, 39; 207 n.48; 209 n.63; 212 n.72.
- BOTZHEIM, Johann von – 210 e n.66.
- BOURBON DE VANDOEUVRE, Nicolas – 232 e n.17.
- BOWEN, J. – 150 n.7.
- BRAGA, Isabel M. R. M. D. – 51 n.1; 56 n.21.
- BRAGA, Paulo D. – 56 n.21.
- BRANDÃO, António – 105; 106; 126.
- BRANDÃO, J. L. – 144 n.34.
- BRANDÃO, M. – 287 n.37; 288 e n.41.
- BRÁS, santo – 124; 320; 353; 421 e n.138.
- BRASAVOLA, Antonio Musa – 75; 343.
- BRASETE, M. F. – 411 n.114; 412 n.115.
- BRASIL – 315 n.2.
- BRAUN, Georg – 116.
- BRESCIA – 282.
- BRISTOL – 88; 104; 105; 106 e n.91; 107; 108; 126; 130-133; 278.
- BRITO, A. R. – 275 n.6.
- BRONZINO, Agnolo – 303.
- BROOKS, A. A. – 53 n.13; 54 n.17.
- BRUDO, Ester – 134.
- BRUGES – 51; 58; 70.
- BRULEZ, W. – 93 n.26.
- BRUXELAS – 32; 57; 61; 78; 92.
- BUDÉ, Guillaume – 211 e n.68; 309-311.
- BUDISLAVIĆ, Gregor – 320.
- BUNIC, Andrija Marinov – 316; 319; 321; 323-325; 345.
- BUNIC, Marin – 331.
- BUNIC, Micail – 359.
- BURGOS, André de – 264.
- BURGOS – 346.
- CABO, rota do – 51; 52; 85.
- CADAVAL – 284.
- CADMO – 432; 433; 450.
- CAIANO, Poggio a – 304; 331.
- CALABRO, Quinto – 71.
- CALAHORRA – 141.
- CALBOLI MONTEFUSCO, L. – 168 n.13.
- CALBOLI, G. – 165 n.6.
- CALÍMACO – 142; 157.

- CALIODORO – 485.
 CALIPSO – 419.
 CALVINO, Crisostomo – 359.
 CALVO, Lícínio – 348 n.53.
 CAMENAS – 345; 361.
 CAMERANO, Leone Abrae di – 87.
 CAMERGO, Diego de – 63.
 CAMILA – 412.
 CAMILLI, Camillo – 368.
 CAMINHA, Pero de Andrade – 288; 289.
 CAMÕES, Luís Vaz de – 275 n.6; 359 n.86.
 CAMPÂNIA – 403.
 CAMPELO, João – 129.
 CAMPOS, J. A. S. – 153 n.17; 154 n.21; 169 n.15; 195 n.7; 199 n.22; 238 n.33, 34.
 CANANI, Giovanni Battista – 343.
 CANO, Nuno Fernandes do – 263 e n.79, 80; 264.
 CANTARELLA, E. – 411 n.113.
 CAPELLO, Antonio de' Medici – vd. MEDICI, Antonio de'
 CAPELLO, Bianca – 302; 303; 331.
 CAPITÓLIO – 102; 103; 342.
 CÁPUA – 450.
 CARCOPINO, J. – 160 n.43.
 CARDOSO, Jerónimo – 229; 272; 290 e n.44, 45; 291; 460; 495.
 CARES – 176; 179 e n.31.
 CARLOS V – 58; 59; 61 e n.37; 62 e n.43; 63; 78; 79; 84 e n.6; 91; 94; 103; 319; 322; 332; 361; 451; 452.
 CARRARA, P. – 179 n.25, 29, 31; 203 n.33.
 CARTAGO – 217.
 CARVALHO, Alfredo de – 216 n.88.
 CARVALHO, Augusto da Silva – 37 n.8.
 CARVALHO, Joaquim de – 213 n.77; 275 n.6.
 CARVALHO, Jorge P. S. – 32 e n.13; 36 n.4; 77 n.96; 97 n.44; 100 n.64; 103 n.81; 119 n.1; 122 n.5; 123 n.14, 16; 368 n.4.
 CARVALHO, Rómulo de – 213 n.77.
 CASTELA – 36; 37 n.7.
 CASTELO BRANCO, João Rodrigues – vd. LUSITANO, Amato
 CASTELO BRANCO – 43; 90 n.21; 111 n.107.
 CASTELO DE VIDE – 37.
 CASTRO, A. P. – 292 n.50.
 CATALANO, Abraão – 110; 111 e n.106.
 CATÃO CENSOR – 157 e n.34; 166; 168; 169; 186 e n.64; 187; 188 e n.73; 189 e n.75; 190; 202; 204; 206; 208; 209; 213 n.74, 75; 214-216; 220; 233; 245 n.44; 247; 250; 300; 301; 303; 310; 312; 331; 374; 388; 391; 394; 463; 464; 467; 468; 471; 473; 487.
 CATÃO, Dionísio – 204 e n.34, 35; 217.
 CATARINA DE ARAGÃO, rainha de Inglaterra – 248; 249.
 CATARINA, rainha D. – 62 e n.43.
 CATULO – 152 n.15; 332; 347; 348 n.53; 412.
 CAVALLINA, D. – 100 n.65.
 CEREJEIRA, M. Gonçalves – 252 n.53; 253 n.54; 254 n.56.
 CÉSAR, Júlio – 190; 193; 347; 384; 394; 432; 433.
 CÉVOLA – 311.
 CHADWICK, H. – 183 n.50.
 CHÃO, Alter do – 284 n.30.
 CHERSA, T. – 119 n.1.
 CHINA – 74.
 CHYTRAEVS, Nathan – 361 n.94.
 CÍCERO – 139; 140; 159; 186; 187; 188 n.68; 226; 255; 256; 262; 263; 271; 282; 299; 310; 311; 347; 348 n.53; 361 n.94; 375 n.24; 382; 395; 396; 447 n.202; 458; 468.
 CÍDON – 103.
 CINA – 389; 392; 479.
 CÍNTIA – 470, 472.
 CINZIO, Giambattista Giral di – 97.
 CIRNE, Manuel – 73.
 CIRNO – 175.
 CIRRA – 340.
 CLARK, D. L. – 157 n.33.
 CLARK, M. L. – 157 n.33.
 CLAVDIVS, Ianus – vd. KLAUDIJE, Ivan
 CLAVDIVS, Marinus – vd. KLAUDIJE, Marin
 CLÉMENT, Cathérine – 53 n.13.
 CLEMENTE VII, papa – 40 n.26.
 CLENARDO, Nicolau – 252 n.53; 253 e n.54; 254 e n.56; 255.
 CLEOBULO DE LINDOS – 333 e n.12.

- CLIO – 144.
CLOGAN, P. M. – 208 n.60.
CLOSA FARRÉS, J. – 208 n.59.
CODOÑER, C. – 283 n.26.
COEN – vd. COHEN
COEN, Daniel di Vita – 96.
COHEN, Abraham – vd. ANRIQUES, Duarte
COHEN, Caim – vd. ANRIQUES, Simão
COHEN, David – vd. ANRIQUES, Manuel
COHEN, David – vd. PIRES, Estêvão
COHEN, Isaac – 52 n.10.
COHEN, Moisés – 52 n.10.
COHEN, Yacob – vd. PIRES, Henrique
COHEN, Ysaia – vd. PIRES, Diogo
COIMBRA – 41 n.30; 213; 216; 258 n.64; 275 e n.6; 281 e n.19, 21; 284 n.29; 287; 290; 291; 294; 346; 350 n.59.
COLIE, R. L. – 230 n.8.
COLLART, J. – 169 n.14.
COLÓNIA – 282.
COLUMELA – 138; 142; 144; 146; 147.
COMBET, L. – 266 n.91.
CONDE TÁRRIO, G. – 266 n.91.
CONSTANÇA – 83.
CONSTANTINOPLA (Istambul; Bizâncio) – 54; 101; 109; 114; 115; 119; 120; 122; 491.
CORDEIRO, Manuel – 130-133.
CORDIER, Maturin – 212.
CÓRDOVA – 347.
CORNÉLIO NEPOS – 358.
COSIMO I, grão-duque da Toscana – 302; 303; 305; 306; 358.
COSIMO, príncipe Filippo – 28; 296; 300; 301; 302 e n.6; 303; 305; 306; 308; 331; 368; 369; 457; 465.
COX, A. – 143 n.30; 465 n.7.
CRACÓVIA – 100 n.67; 123 n.13; 359 n.85; 362.
CRASSO – 390.
CREMONA – 54.
CREONTE – 432.
CRESPO, Firmino – 111 n.107.
CRIEVIĆ, Jerolim – 359.
CRISIPO – 178 e n.23; 183.
CROÁCIA – 113.
CUENCA – 347.
CUMAS – 385.
CUNHA, Tristão da – 322; 359 e n.88.
CÚRCIO, Marco – 434.
CURTIUS, E. R. – 219 n.1.
DALZELL, A. – 137 n.1, 6; 138 n.12; 140 n.16; 143 e n.30; 144 n.33; 145 e n.36, 37; 146 n.39; 464 n.6; 465 n.7; 466 n.11.
DANGEL, J. – 152 n.15, 16; 154 n.20; 164 n.2.
DARDANO, Bernardino – 232 n.17.
DÁVILA PÉREZ, A. – 267 n.98.
DÉDALO – 243; 476.
DELATTE, A. – 182 n.44.
DELGADO CRIADO, B. – 205 n.40; 206 n.47.
DELLA CORTE, F. – 188 n.74.
DELUMEAU, J. – 88 n.18.
DEMÉTRIO DE FALERO – 176 n.16.
DEMÓCRITO DE ABDERA – 176 n.16.
DEMÓDOCOS DE LEROS – 174 e n.13.
DEMÓSTENES – 70; 347; 468.
DERRON, P. – 164 n.3; 176 e n.16, 17; 177 n.19; 178 n.23, 24; 180 n.36; 182 n.42, 46, 47; 183 n.48; 184 n.54; 185 n.58; 198 n.16; 436 n.171.
DESBORDES, F. – 166 n.7; 167 n.9; 168 n.10; 170 e n.16; 194 n.2; 196 n.10; 200 n.25; 468 n.13, 14; 469 n.15.
DI CAPUA, F. – 165 n.5.
DIAS, Diogo – 64.
DIAS, Duarte – 128.
DIAS, Frei Filipe – 294.
DIAS, J. S. S. – 216 n.90.
DIAS, João José Alves – 262 n.73.
DIAS, Jorge – 132; 133.
DIAS, Manuel – 56.
DIAS, Manuel Nunes – 51 n.1, 3, 4, 5; 52 n.7, 8; 73 n.85.
DIAZ DE TOLEDO, Pedro – 262; 265 n.87.
DIDO – 412.
DIEHL, E. – 179 n.29.
DINIS, rei D. – 346.

- DIOMEDES – 141.
 DIONÍSIO – 485.
 DIOSCÓRIDES – 344.
 DOURO – 113; 114.
 DRÁCON – 439.
 DUARTE, rei D. – 215 e n.84; 346.
 DUBROVNIK (Ragusa) – 32; 36 e n.4; 74; 83; 87; 88 e n.18; 103 e n.81; 109; 111; 113; 114; 117; 118; 119 e n.1; 120; 121 e n.3; 122 e n.10; 123 e n.13; 124; 301; 306; 320; 337; 339; 340; 342; 345; 347 e n.51; 348; 351 e n.62; 353; 356 n.77; 357; 359; 360 n.90; 362; 363; 367; 368 e n.4; 415; 420; 421; 461; 470 e n.16; 472 e n.18; 476; 477; 491-493.
 DÜRER, Albrecht – 379; 380.
 EARLE, T. F. – 66 e n.55, 56; 67 n.57, 58; 262 n.76; 263 e n.78, 79.
 ÉDEN – 411 e n.112.
 EDUARDO VI, rei de Inglaterra – 430.
 EDWARDS, R. A. – 183 n.50.
 EFFE, Bernd – 145 e n.38.
 EGEU, mar – 478.
 EGÍPTO – 35; 156; 157; 158 n.35; 177 e n.18; 178; 181; 184.
 EGNAZIO, Giovanni Battista – 95.
 EHRENBERG, R. – 61 n.36.
 ELTER, A. – 178 n.23; 183 n.51.
 ELVÍDIO – 484.
 EMPÉDOCLES – 138; 141; 144; 182 n.43; 461; 464; 471; 473.
 EMPÍRICO, Sexto – 178 n.21; 226.
 ENEIAS – 371; 372.
 ÉNIO – 149; 153; 179; 188 e n.72.
 ÉOLO – 334.
 EPICARMO DE SIRACUSA – 179; 188; 468.
 EPICTETO – 176 n.16; 226.
 EPICURO – 176 n.16; 188 n.68; 235; 361 n.94; 405.
 ERASMO DE ROTERDÃO – 60 n.35; 67; 69 e n.66; 70 e n.69; 204 e n.36; 209 e n.65; 210 e n.66; 67; 211 e n.68, 69; 212; 228; 229 e n.6; 230; 231; 247 e n.46; 248; 250; 252; 253 e n.55; 254; 255-257; 258 n.63; 259; 282 e n.24; 283 e n.25; 286; 290; 291; 308-310; 445 n.198; 446; 453 n.222; 455.
 ERCOLE II, duque de Ferrara – 76; 77 e n.97, 98; 78 e n.100; 79 e n.102; 86; 89-91; 93; 94 e n.30; 95 e n.37; 96; 97; 101; 114; 305; 306 e n.13; 420; 421; 492.
 ESCALDA – 47; 48; 51; 54-56; 64; 74; 278.
 ESCOTO – 422; 423.
 ESOPHO – 335; 355 n.75.
 ESPANHA, Fernando de – 63.
 ESPANHA – 36; 37; 38 e n.12, 15; 53; 109; 212; 265; 267 n.98; 268; 269; 311 n.26; 332; 346.
 ÉSQUILO – 375 n.24.
 ÉSQUINES – 172 n.1.
 ESTAÇO, Aquiles – 122 e n.8; 332; 333.
 ESTÊVÃO I, rei da Polónia – 322.
 ESTÊVÃO, santo – 348; 349.
 ESTIENNE, Henri – 231 n.10.
 ESTÍGIO – 393.
 ESTOBEU – 176 e n.16; 178; 180; 183; 184 e n.53; 227; 445 n.198.
 ESTRASBURGO – 211; 228.
 ESTRIMÃO – 414; 415.
 ETNA – 461; 471; 473.
 ETRÚRIA – 300; 301; 303; 304; 307; 319; 321; 348; 349.
 EUFÓRION – 141.
 EURÍDICE – 412.
 EURÍPIDES – 70; 157; 178 n.21; 184; 347; 413.
 EUROPA – 22; 23; 33; 49; 52; 53 n.12; 67; 68; 84; 85 n.9; 87; 88; 98; 104; 215; 229; 274; 275; 491-493.
 EUSÉBIO carmelita, Frei – 311; 312 e n.28; 317; 332; 333.
 EVA – 411 e n.112.
 EVERAERTS, Jan – 331; 332 e n.9.
 ÉVORA – 35; 36; 37 n.11; 56; 106; 241; 275; 276 e n.9, 10; 277; 278; 284 e n.29, 30; 295; 315 n.2; 346; 420; 422 n.141; 476; 491.
 EYB, Albrecht von – 231 n.10.
 FABIANO – 485.
 FÁBIO MÁXIMO, Quinto – 451.

- FABRÍCIO, Jorge – 231 n.10.
FAETONTE – 236; 237.
FALANGONIO, Giovanni Vincenzo – 109; 111.
FALCÃO, A. de Mendonça – 235 n.28.
FALERNO – 345; 357; 403.
FALETTI, Girolammo – 97; 98 e n.47; 99; 357 e n.80; 359.
FAVÓNIO – 354.
FEBO – 144; 396.
PEDRO – 153; 203; 335.
FERNANDES, António – 55 n.20; 63 e n.44; 64; 78.
FERNANDES, Beatriz – 132.
FERNANDES, Gonçalo – 64.
FERNANDES, Henrique – 65.
FERNANDES, Luís – 63.
FERNANDES, Pedro – 65.
FERNANDES, Tomás – 106; 107 e n.93; 108; 130-133; 277.
FERNANDO, rei D. – 346.
FERRARA – 32; 37 n.7; 42; 46; 51; 57 e n.23; 64; 67; 74-76; 77 e n.97; 78; 79; 81; 83 e n.1; 83; 84; 86; 88; 89 e n.19; 90-98; 100 e n.65; 101 e n.70, 73, 75; 102 n.75; 103; 104; 105 e n.86; 106 e n.92; 108 e n.97; 114 n.115; 117; 305; 306; 342; 343; 359 n.87; 367; 421; 442; 491-493.
FERRARI, Gabriele Giolito de – 348.
FERREIRA, António – 288.
FERREIRA, Bartolomeu – 127.
FERREIRA, F. L. – 275 n.6; 288 n.40.
FERREIRA, P. S. – 340 n.28.
FERRINI, Bartolo – 362.
FILIPE II, rei da Macedónia – 431.
FILIPE II, rei de Espanha – 103; 104; 126; 242; 267; 268; 301; 311; 346; 452.
FILÍSTION DE NICEIA – 181.
FILOLAU – 182 n.43.
FLACO – 413.
FLANDRES – 42 n.31; 51; 55-59; 70 n.72; 73; 80; 86; 106; 117; 128.
FLAVIUS EBORENSIS, Iacobus – vd. PIRES, Diogo
FLORENÇA – 28 n.1; 296 n.59; 306; 307 n.15; 308; 331.
FOCÍLIDES DE MILETO – 172; 173; 174 e n.12, 13; 182; 183; 203; 247; 436; 468.
FOGLIETTA, Uberto – 102 e n.79.
FOIX, Gastão de – 422; 423.
FOIX, Jean de la (*alias* Johannes Vuysthinck) – 78; 79 e n.101, 102; 91 e n.23; 92.
FRADE, F. V. – 56 n.21.
FRANÇA – 63; 67; 78; 117; 216; 309.
FRANCESCO I, grão-duque da Toscana – 295; 300-302; 303 e n.9; 304 e n.11; 305; 307; 331; 368; 457.
FRANCISCO I, rei de França – 361.
FRANCOFORTE – 52.
FRATARELLI FISHER, L. – 305 n.12.
FREIRE, Anselmo Braamcamp – 51 n.3; 54 n.19.
FREIRE, J. G. – 284 n.30.
FRIBURGO – 69.
FRIEDRICH, O. – 194 n.1.
FRINA – 416; 478; 482; 483.
FRÍSIO, Gema – 68; 70; 71.
FROBEN, família – 228.
FROBEN, H. – 253.
FRONTEIRA – 56.
FUGGER – 54.
FÚLVIO – 485.
FUMAROLI, M. – 231 n.10.
FUNGHI, M. S. – 180 n.34.
GAILLARD, J. – 145 n.36.
GALA – 389.
GALENO – 75; 100; 275; 343.
GALHARDE, Germão – 212; 213 n.74; 231 n.12; 281.
GÁLIA – 333.
GAMA, Estêvão da – 362 e n.96.
GAMA, Joana da – 264.
GAMA, Vasco da – 362 e n.96.
GANGES – 302; 303; 470, 472.
GARAY, Blasco de – 266 n.90.
GARCÊS, Luís – 58 e n.29; 75.

- GARCÍA DE SANTA MARÍA, Gonzalo – 212; 213 n.74.
- GARCÍA MASEGOSA, A. – 209 n.63.
- GARCÍA PUYAZUELO, Martín – 212.
- GARCÍA ROMERO, F. – 164 n.4; 174 n.13; 176 n.16; 177 n.19; 178 n.24; 179 n.28, 31; 180 n.33, 35; 181 n.39, 40; 184 n.54; 188 n.72.
- GARELLI-FRANÇOIS, M.-H. – 196 n.9.
- GÉLIO, AULO – 189; 197; 198; 247; 248.
- GÉNARD, Pierre – 57 e n.24; 58 n.28; 60 n.34; 61 n.36, 37; 62 n.39, 40, 42; 63 n.44; 84 n.6.
- GÉNOVA – 93.
- GERHARD, G. A. – 179 n.29.
- GERMÂNICO – 139; 141; 146; 147.
- GIANCOTTI, F. – 194 n.2; 198 e n.13; 199 n.20, 21, 23.
- GIANOTTI, G. F. – 149 n.2; 151 n.12; 159 n.41.
- GIBSON, R. K. – 145 n.36.
- GIDE, A. – 244 n.43.
- GIL, Luis – 137 n.1; 144 n.34.
- GILMORE, D. D. – 411 n.111.
- GIOVIO, Benedetto – 232 e n.17.
- GIRALDI, Lilio Gregorio – 97 e n.44; 98 e n.53; 99 e n.59; 359 e n.87; 421; 492.
- GIRALDI, Lucas – 64.
- GLESINGER, L. – 121 n.3.
- GOCLÉNIO, Conrado – 69.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – 44 n.45; 51 n.3, 5, 6; 52 n.8, 9; 53 n.11, 12; 54 n.19; 55 n.20; 85 n.10.
- GODOY DE LOAISA, Martín – 213.
- GÓIS, Damião de – 61; 66 e n.54, 55; 67; 69; 255 e n.57; 256 e n.58; 262 e n.72, 73, 76; 263 e n.77, 80; 264; 271 e n.1.
- GOMES, Duarte (*alias* Salomão Usque) – 279 e n.15; 280 n.16; 306.
- GOMES, Simão – 104; 127.
- GONÇALVES, António – 281 n.20.
- GONÇALVES, Gaspar – 126; 127.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, E. – 70 n.72.
- GONZÁLEZ VÁZQUEZ, J. – 292 n.51.
- GORIS, J. A. – 44 n.45; 57 e n.25; 58 n.28; 60 n.34; 61 n.36, 37; 62 n.39, 40, 42; 63 n.44; 75 n.92; 93 e n.28.
- GÖRLER, W. – 188 n.36.
- GOUVEIA, André de – 216 e n.88.
- GRANADA, Luís de – 239; 241; 242; 272; 278 n.14; 283; 284 e n.28; 292 e n.48, 49, 51; 293; 294; 460; 495.
- GRANADA – 37 n.10; 47; 48; 347.
- GRAPHAEVS, Cornelius – 253.
- GRAPHEVS, Ioannes – 251 n.50.
- GRÁTIO – 144; 146; 147.
- GRATWICK, A. S. – 189 n.76.
- GRÉCIA – 150 e n.5; 333 n.12; 379; 405.
- GREGÓRIO XIII, papa – 421.
- GREGÓRIO XIV, papa – 322; 359; 362.
- GRENDLER, P. F. – 205 n.40; 208 n.61.
- GRILLO, Angelo – 320; 368.
- GRIPO – 154 n.23.
- GRUNEBAUM-BALLIN, P. – 45 n.46; 53 n.11; 54 n.17.
- GRUTER, J. – 231 n.10.
- GRYNAEVVS, S. – 253.
- GUCETIĆ, Petra – 362.
- GUČEVIĆ, Nikola – 35 n.1.
- GUÉ, Santa Cruz do Cabo de – 46 e n.50.
- GUERNER, Cristóvão – 213 n.75.
- GUIA Y MARÍN, J. – 266 n.91.
- GUICCIARDINI – 78; 94.
- GUINÉ – 52 n.8.
- HAMBLENE, P. – 194 n.4.
- HARDIE, P. R. – 137 n.1.
- HARPOCRATES – 387 e n.52.
- HASKELL, Y. – 146 n.41.
- HASSÁN, I. M. – 101 n.75.
- HAZELTON, R. – 207 n.49; 220 e n.6.
- HEITOR – 441.
- HÉLICON – 144; 462; 465; 471; 473.
- HENRIQUE VIII, rei de Inglaterra – 45; 62; 103; 248; 430.
- HENRIQUE, cardeal D. – 346.
- HENRIQUES – vd. ANRIQUES

- HENRIQUES, Nuno (*alias* Senear Benveniste) – 64.
- HENSE, O. – 184 n.52.
- HERBOUITS, Adrien – 61.
- HERCULANO, Alexandre – 37 n.9; 41 n.28; 60 n.31.
- HÉRCULES – 103; 342; 441.
- HERÓDOTO – 347; 355 n.75.
- HERRMANN, L. – 188 n.71.
- HESÍODO – 137; 138; 141-145; 157; 171; 172; 173 e n.8; 174; 347; 411 n.113; 464; 465.
- HIBLA – 391.
- HIÉROCLES DE ALEXANDRIA – 182.
- HIMETO – 243; 476.
- HIPARCO – 139.
- HIPÓCRATES – 176 n.16.
- HIPÓLITO – 418.
- HIPÓNAX – 157.
- HODARA, mercador – 110; 111.
- HOESCHTETTER – 54.
- HOGGENBERG, Franz – 116.
- HOMERO – 137; 138; 140; 141; 150; 156; 157; 171; 173 n.8; 347; 348 e n.53; 393.
- HORÁCIO – 141; 146; 187; 235; 236; 282; 332; 347; 408 e n.105; 419.
- HORST, P. – 182 n.46; 183 n.48.
- HUERGA CRIADO, P. – 276 n.9.
- ÍNDIA – 362 n.96.
- INFANTES, V. – 231 n.10, 11, 12, 13; 266 n.90.
- INGLATERRA – 44; 45; 46 n.50; 62; 88; 104-106; 107 e n.93; 109; 126-128; 130-133; 248.
- IOLY ZORATTINI, P. C. – 33 n.17; 109 n.99; 100; 112 e n.110, 113; 117 n.123; 118 n.126, 127.
- IÓNIO, mar – 454.
- ISABEL, rainha D., esposa de D. Manuel – 38.
- ISÓCRATES – 172; 179; 226; 347.
- ISTAMBUL – vd. CONSTANTINOPLA
- ÍTACA – 479.
- ITÁLIA – 67; 76; 79; 80; 83; 85 n.9; 93; 105; 107; 108; 117; 131; 315 n.1; 362 n.96.
- ITHURRIA, E. – 231 n.14.
- JABOUILLE, V. – 235 n.27.
- JAEGER, W. – 137 n.1; 149 n.1; 150 n.5; 466 n.11.
- JAEKEL, S. – 180 n.33.
- JAIME V, rei da Escócia – 361; 362.
- JAMES, S. L. – 412 n.116.
- JANEIRO, Rio de – 315 n.2.
- JERÓNIMO, santo – 200.
- JOANA de Áustria, arquiduquesa – 28; 296; 300; 301; 302 e n.6; 306.
- JOÃO CRISÓSTOMO, santo – 203.
- JOÃO DAMASCENO, santo – 184.
- JOÃO DE ÁUSTRIA – 361.
- JOÃO I, rei D. – 346.
- JOÃO II, rei D. – 38 e n.12, 14; 272; 346; 369; 460.
- JOÃO III, rei D. – 37 n.9; 40; 41; 44; 46; 53; 55; 57; 61 e n.38; 62 e n.43; 66; 215; 258 n.64; 262; 284 n.30; 285; 319; 323; 346; 350 n.59; 362 e n.96; 369.
- JOÃO VI, rei D. – 315 n.2.
- JOÃO, príncipe D. – 290.
- JORGE, Ricardo – 41 n.30; 43 n.39; 90 n.21.
- JÓVIO, Paulo – 31; 45; 46; 48; 67 e n.59; 76; 309.
- JÚLIO III, papa – 421.
- JULO – 372.
- JÚPITER – 72; 304; 310; 330; 331; 401; 402; 424; 425; 429; 444; 463; 470-473.
- KALBFLEISCH, K. – 181 n.37; 198 e n.14.
- KASTER, R. A. – 143 n.31; 155 n.25.
- KASUMOVIĆ, I. – 306 n.14.
- KEIL, H. – 141 n.25, 27.
- KELLENBENZ, H. – 53 n.13; 93 e n.26, 27; 276 n.9, 10.
- KELLEY, D. R. – 225 n.2.
- KENNEDY, G. A. – 157 n.33.
- KLAUDIJE, Ivan – 316; 319; 320; 323-325; 327; 338-340.
- KLAUDIJE, Marin – 339 e n.26.
- KNAPE, J. – 257 n.61.

- KOLENDIĆ, P. – 45 n.47; 97 n.43, 44; 98 n.48, 49, 53; 99 n.57; 100 n.63; 102 n.77; 422 n.140.
- KÖRBLER, D. – 32 e n.11; 119 n.1; 122 n.5; 307 n.17; 309 n.20; 311 n.27; 316 n.3; 328 n.2; 334 n.15; 339 n.25; 346 n.48, 49; 347 n.51; 348 n.56; 351 n.62; 356 n.77; 359 n.86; 360 n.90, 92; 368 n.4, 5; 427 n.153.
- KRISTELLER, P. O. – 225 n.1; 226 n.3.
- LABARBE, J. – 237 n.32.
- LABEO, Notker – 207.
- LÁCIO – 287; 374.
- LAÉRCIO, Diógenes – 178 n.22.
- LAGUNA, Andrés – 309; 343.
- LAIGNEAU, S. – 412 n.116.
- LAIS – 416; 418; 478; 485.
- LAMPRÍDIO – 392.
- LANDES, D. S. – 38 n.15.
- LANDINI, Cristoforo – 232; 233.
- LANDRY, Pierre – 293.
- LAOMEDONTE – 441.
- LARDINOIS, A. – 169 n.14.
- LAURENS, Pierre – 155 n.24; 201 e n.29, 30; 219 n.1, 3; 222 n.15; 232 n.16; 233 n.20; 237 e n.32; 482 n.44.
- LAVEZZOLI, Nicola – 92.
- LAZZARELLI, Lodovico – 232 n.17.
- LEÃO HEBREU – 423 n.143.
- LEÃO X, papa – 322; 359 e n.88.
- LEÃO, D. F. – 237 n.31; 340 n.28.
- LEIDEN – 204.
- LÉLIO, jurisconsulto de Cremona – 320; 351.
- LEMOS, Maximiano – 41 n.30; 42 n.32; 43 n.39; 70 n.69, 70, 75; 73 e n.82, 83, 84; 74 n.89; 89 n.19; 90 n.21; 100 n.61, 62; 104n84; 105 n.87; 119 n.1; 121 n.3; 275 n.6.
- LENCASTRE, D. Jorge de – 272; 274.
- LEONI, Aron di L. – 32 e n.14; 45 n.46; 53 n.11; 54 n.16; 57 e n.23, 26; 58 e n.28, 29; 59 n.30; 60 n.33, 34; 61 n.36; 62 n.41, 42, 43; 65 n.51, 52; 75 n.92; 77 e n.97, 98; 78 n.99, 100; 79 n.101, 102, 103; 80 n.104, 105; 83 n.1; 84 n.3, 6, 7; 85 n.8; 90 n.21; 91 n.23; 92 n.24; 93 n.25; 95 n.37, 38; 96 e n.39, 40; 97 n.41; 100 n.60; 101 n.68, 69, 71, 72; 102 n.76; 106 n.91, 92; 108 e n.97; 109 n.98, 100; 110 n.103; 111 n.106; 112 n.111; 115 n.117, 119; 116 n.120, 122; 118 n.128; 306 n.13; 442 n.190; 443 n.195.
- LÉPIDA – 413.
- LEVANTE – 80; 84; 85; 88; 96; 105; 115.
- LEVINO, poeta – 320.
- LIÃO, Lopo Luís de – 116 n.121; 117; 208 n.60; 281 e n.21.
- LIÃO – 52; 63; 92; 105 n.86; 117; 213; 230 n.9; 265; 282; 283; 293.
- LIAPIS, V. – 180 n.33.
- LÍBIA – 484.
- LIBVRNIVS, Nicolaus – 231 n.10.
- LICÓRIS – 483.
- LIÈGE – 68 e n.61; 350; 351.
- LIMOGES – 204.
- LINACRE, Thomas – 248.
- LINDO, Manuel – 280 n.16.
- LIPINER, Elias – 38 n.14; 107 n.93; 116 n.121.
- LIPPI, Lorenzo – 232 e n.17.
- LISBOA – 21; 33; 37-39; 42; 44; 47-49; 52 e n.10; 53 e n.12, 13; 56; 57 e n.23; 58 n.27; 62; 66 n.55; 80; 83; 103; 105; 106; 116 n.121; 117; 126; 130-132; 212; 220; 263; 271; 276; 277; 280; 281 e n.21; 282 n.24; 283; 284 n.28, 29; 292; 295; 300; 301; 304; 306; 315 n.2; 317; 329; 342; 346; 365; 368; 370; 428; 429; 457; 466; 474; 495.
- LÍSIS – 182 n.43.
- LÍVIO, Tito – 286; 347; 348 n.53.
- LOLLIO, Alberto – 97.
- LOMBARDIA – 78; 83; 91.
- LONDRES – 45; 46 e n.50; 78; 80; 88; 90; 93; 94; 103; 104; 105 e n.86; 106 e n.91; 107-109; 116; 118; 127; 128; 130; 131; 133; 277; 278 n.12; 430; 491; 492.
- LOPES DE ÉVORA, Rodrigues – 276 n.10.
- LOPES, Agostinho – 43.
- LOPES, Catarina – 276.
- LOPES, Gaspar – 80 e n.105.
- LÓPEZ DE YANGUAS, Hernán – 266 n.90.
- LÓPEZ MUÑOZ, M. – 292 n.49; 293 n.53.
- LÓPEZ NAVIA, S. A. – 266 n.92.

- LOVAINA – 57 n.25; 65-73; 97; 122; 204; 209 n.63; 211; 248; 309; 311; 312; 342; 350; 351; 420; 421; 455; 492; 493.
- LUCÂNIA – 350.
- LUCANO – 347; 348 n.53.
- LUCARINI, C. M. – 194 n.2; 198 n.15, 17.
- LUCCARI, Cipião – 35; 36.
- LUCIANO – 251 n.50.
- LUCÍLIO – 153 n.17; 199; 237; 241; 361 n.94.
- LUCRÉCIO – 138; 141; 144; 145; 226; 235; 461; 464; 471; 473.
- LUÍS, António – 279; 280 n.16.
- LUNA, Beatriz de – vd. NASCI, D. Grácia
- LUNA, Brianda de (*alias* Reina Benveniste) – 54; 305.
- LUQUE MORENO, J. – 482 n.44.
- LVSCINIVS, Ottmar – 232 n.17.
- LUSITÂNIA – 49; 67; 68.
- LUSITANO, Amato (*alias* João Rodrigues de Castelo Branco) – 41 e n.30; 42 e n.31, 32, 34; 43; 60 n.32; 64; 65; 69; 70 e n.69; 71; 72; 73; 74; 75; 89 e n.19; 90 e n.21; 96; 100; 105 e n.87; 106; 109; 110; 111 e n.107; 119 e n.1; 121 e n.3; 277; 279; 306; 309; 322; 343; 362.
- LUZZATO, M. J. – 180 n.34; 423 n.143.
- LYCOSTHENES, Konrad (*alias* Konrad Wolffhart) – 231 e n.14.
- MACEDO, Helder – 101 n.75.
- MACEDO, Jorge Borges – 51 n.2; 262 n.71.
- MACEDÓNIA – 431.
- MACRÓBIO – 198.
- MADEIRA – 94.
- MADRID – 209 n.63; 346.
- MAESTRE MAESTRE, J. M. – 232 n.15; 233 n.21, 22, 23; 234 e n.24, 25; 267 n.95.
- MAGALHÃES, António Teixeira de – 213 n.75.
- MAIANTI, Alfonso – 98; 99 e n.59.
- MAINZ – 282.
- MAL LARA, Juan de – 266 n.90.
- MALINES – 72.
- MALOUX, M. – 164 n.1.
- MALTA – 111; 118; 420.
- MALTOMINI, F. – 174 n.14; 333 n.12.
- MANARDI, Giovanni – 320; 343.
- MANES – 121; 405; 406.
- MANÍLIO – 143-147.
- MANRIQUES, Manuel – 58 n.29; 75.
- MANUEL, rei D. – 37; 38 e n.14; 39 e n.18, 19, 21; 40; 55; 262; 346; 359.
- MANUZIO, Aldo – 228.
- MANUZIO, Aldo (filho de Paolo Manuzio) – 100; 316; 317; 322-324; 326; 357; 358; 363; 481.
- MANUZIO, Paolo – 100 e n.63, 64, 66; 230; 357; 363.
- MARCELA – 183.
- MARCELO – 432.
- MARCIAL – 201; 235; 236; 237 n.31, 32; 332; 340 e n.28; 341; 342 n.31; 343-345; 347; 348 e n.53; 412; 419; 482 e n.44; 485; 486; 496.
- MÁRCIO, Gneu – 188 e n.70.
- MARCO – 378.
- MARCOS, santo – 351.
- MARETTA, Gerolamo – 77 e n.98; 78 e n.99; 79 e n.102; 86; 88; 91 e n.21; 94.
- MARGOLIN, J.-C. – 69 n.64; 247 n.46.
- MARIA DE HUNGRIA – 59; 61; 62; 63; 66; 78; 91.
- MARIA TUDOR, filha de Henrique VIII – 103; 248; 249.
- MARÍN IBÁÑEZ, R. – 341 n.30.
- MÁRIO – 310; 311.
- MARNOTO, R. – 239 n.35.
- MARQUES, A. H. de O. – 66 n.54.
- MARROCOS – 46-48.
- MARROU, H.-I. – 150 e n.5, 7, 8, 9, 10; 151 n.12; 155 n.26, 27; 157 n.33.
- MARSILIO – 322.
- MARTE – 436; 445-447; 453.
- MARTIN, R. – 145 n.36.
- MARTINELLI, M. C. – 180 n.34.
- MARTINS, António – 64.
- MARTINS, Diogo – 64.
- MARTINS, J. V. P. – 37 n.7; 102 n.75; 281 n.18.
- MARTINS, M. P. C. – 154 n.22.

- MARTINS, Mário – 205 n.40; 213 n.77.
- MASSUELOS, Francisco de Sousa Pinto de – 289 n.42.
- MATEUS, S. – 276 n.9.
- MATOS, Luís de – 66 e n.54; 67 n.59; 69 n.65; 70 n.69; 275 e n.7; 276 n.8; 284; 285 e n.32; 286 e n.35; 287 n.37.
- MATTOSO, J. – 220 n.9.
- MAVRVS melitensis, abade – vd. VETRANOVIĆ, Mavro
- MAXIMILIANO I – 380 e n.32.
- MÁXIMO, o confessor – 184.
- MÁXIMO, Valério – 186; 375 n.24.
- MECENAS – 143.
- MEDEIROS, W. S. – 69 n.66; 236 n.29; 253 n.55.
- MEDICI (família) – 28 n.1; 300 n.3; 302; 303; 305; 308; 352; 357; 358.
- MEDICI, Antonio de' – 302; 303 e n.9; 304; 330; 331; 368; 369.
- MEDICI, Cosimo de' – vd. COSIMO I, grão-duque da Toscana
- MEDICI, Fernando de' – 303 n.9.
- MEDICI, Francesco de' – vd. FRANCESCO I, grão-duque da Toscana
- MEDINA DEL CAMPO – 52; 347.
- MEDO, Antun – 319; 352 e n.69; 355; 486.
- MEGERA – 413; 414.
- MELANCHTHON, Philipp – 11; 256; 257 e n.61; 258 n.63; 259.
- MELIBEU – 44.
- MELINO – 403.
- MÉMIO – 143.
- MENANDRO – 156; 157; 166; 176; 179 e n.31; 180 e n.33, 34; 181; 184; 197; 198; 348 n.53.
- MENDES, Diogo – 36; 40; 45; 53 e n.14; 54; 55; 58 e n.29; 59; 60 e n.32, 33, 34; 61 e n.38; 62 e n.41; 63-66; 78; 80; 93; 107; 130.
- MENDES, Fernando – 306.
- MENDES, Francisco – 36; 37; 44; 45; 53 e n.12, 14; 64.
- MENDES, J. P. – 44 n.43.
- MENDES, M. R. – 53 n.13.
- MENDES-LUNA-NASCI-BENVENISTE (família) – 53 e n.11; 54 n.16, 17; 61 e n.36; 79; 276 n.9; 279; 305; 306.
- MENESES, D. Pedro de – 274.
- MENESES, Francisco Sá de – 258.
- MENESES, M. P. de – 69 n.66; 253 n.55.
- MENTOR – 448.
- MESSINA – 315 n.2.
- MEUNIER, M. – 182 n.43, 45.
- MEYER, G. – 193 n.1.
- MICAS, Bernardo – vd. NASCI, Samuel
- MICAS, João – vd. NASCI, Joseph
- MICHEL, P. – 244 n.43.
- MIDAS – 435.
- MIDDELBURG, porto de – 56.
- MILÃO – 78; 91; 93.
- MILLANGES, Simon – 243 n.42.
- MIMNERMO – 174.
- MINA – 52 n.8.
- MINERVA – 352.
- MIOXA, Michaelis – 322.
- MIRABELLI, Domenico Nani – 231 e n.12.
- MIRANDVLA, Octavianus de Florovantis – 231 n.10.
- MÍSON DE CENAS – 333 n.12.
- MNEMÓSINE – 357; 358.
- MODENA – 32; 45 n.47.
- MONALDI, Miho – 322; 362.
- MONDEGO – 449; 478.
- MONDRAGÃO, nau – 56.
- MONFASANI, J. – 227 n.4.
- MONTAGNER, A. C. – 31 e n.10.
- MONTAIGNE, Michel de – 231 e n.14; 243 e n.42; 244 e n.43.
- MONTANVS, Iacobus – 232 n.17.
- MONTEMOR – 106.
- MORALES, Ambrosio de – 268 e n.101; 269 e n.103.
- MORANI, M. – 180 n.34.
- MORE, Thomas – 359.
- MOREL, Jean – 253;
- MOREL, W. – 188 n.70.

- MORGAN, Teresa – 150 n.7; 156 n.30; 157 n.31, 32; 158 n.35; 177 e n.18; 181 n.38; 185 e n.59; 188 n.69.
- MOSA – 350.
- MÓSKUION – 176 n.16.
- MOSSO, Yacob – 115.
- MOST, G. H. – 184 n.53.
- MUELLER, C. F. W. – 187 n.66.
- MUNK OLSEN, B. – 207 n.51, 52; 208 n.60; 220 n.4, 5, 8; 221 n.10, 12, 13, 14.
- MUÑOZ MARTÍN, M. N. – 137 n.1; 139 n.13.
- MUSÓNIO – vd. RUFO, Musónio
- MVSTVS, Augustinus – 320; 351.
- NANNIVS, Petrus (*alias* Pieter Nanninck) – 253.
- NANQUIER, Simon – 232 e n.17.
- NÁPOLES – 111; 118; 315 n.2.
- NASCI, Grácia (*alias* Beatriz de Luna) – 36; 37; 44; 45 n.46; 53 e n.13; 54 e n.17; 55; 60; 65; 79; 101; 107; 110; 115; 120; 130; 305.
- NASCI, Joseph (*alias* João Micas) – 53 n.13; 54 n.17; 65; 79; 110; 111; 115; 120.
- NASCI, Samuel (*alias* Bernardo Micas) – 53 n.13; 65.
- NASSICA – 431.
- NAVE, Cesare della – 110; 111.
- NAVÒ, Curzio Troiano – 315.
- NEAMIAS, Luís – 45; 46.
- NEBRIJA, Elio Antonio de – 212.
- NEGRO, Gabriel de – 58 e n.29; 59; 60; 62; 64; 75.
- NEMESIANO – 142.
- NERO – 285.
- NESTOR – 385.
- NÈVE, J. – 207 n.52; 208 e n.60, 62; 211 n.70.
- NEVIVS, Ioannes – 204; 209; 210; 211.
- NICANDRO, Ambrosio – 140; 141; 144; 357; 359; 368.
- NÍCOCLES – 172.
- NICOLAU, jovem ragusino – 320; 421 n.138.
- NÍCON – 442.
- NOBEL, P. – 220 n.7.
- NOBILI, Roberto de' – 102 e n.77; 421; 422 e n.140.
- NOBRE, C. – 265 n.84.
- NORRIS, P. – 411 n.112.
- NOVAKOVIĆ, Darko – 31 e n.7; 124 n.18.
- NOVOA, J. N. – 423 n.143.
- NUMA POMPÍLIO – 439.
- NUMA – 378.
- NUNES, Duarte – 126.
- NUNES, Heitor – 132.
- NUNES, Henrique (*alias* Abraham Benveniste, dito Righetto) – 64; 116 e n.121; 117 n.123.
- NUNES, Henrique (tio de Tomás Fernandes) – 107; 130; 132.
- NUNES, Luís, de Santarém – 42 e n.34; 43; 277.
- NÚÑEZ DE TOLEDO Y GUSMÁN, Hernán (dito Pinciano) – 42; 266 e n.91, 92.
- OEFF, Yoseph – 102.
- ORA – 124.
- ORLANDINI, A. – 165 n.6; 167 n.9; 168 n.13; 468 n.14.
- ORTA, Garcia de – 37 e n.8; 42; 275 n.6.
- ORTOLEVA, V. – 204 n.34; 208 n.58; 212 n.73.
- OSÓRIO, D. Jerónimo – 217 n.95; 369 n.7.
- OSÓRIO, J. A. – 263 n.80.
- OVÍDIO – 139; 141; 144-147; 282; 283 n.25; 332; 348 n.53; 358 n.84; 412; 419; 482.
- OXFORF – 66 n.55; 248; 249; 263.
- PÁDUA – 66; 67; 315 n.2; 352; 356.
- PAGANVS, Theobaldus – 283.
- PAÍSES-BAIXOS – 51 e n.1, 2; 63; 68; 70; 71; 85; 88; 93; 332; 349.
- PALÁDIO – 463; 471; 473.
- PANDORA – 411.
- PANÉCIO – 113; 114.
- PÂNFILO – 402.
- PANNIZA, Valente – 100 e n.65.
- PARDO – 319; 322.
- PARÉ, P. – 167 n.8; 169 n.14.

- PARIS – 53 n.13; 67 e n.59; 68; 78; 230 n.9; 248; 282; 309; 420; 492.
- PARMÉNIDES – 140; 144.
- PASCOAL, A. A. – 122 n.8.
- PAULO – 485.
- PAULO III, papa – 41.
- PAULO IV, papa – 85; 109 e n.99, 100; 110; 111; 114; 115 e n.116, 118; 120; 420; 492.
- PAULO, santo – 139 n.15.
- PAUSÂNIAS – 333 n.12.
- PAVIA – 80 n.105; 92.
- PAZ, Duarte da – 60 e n.31.
- PEDRIALI, Pier Paolo – 31 e n.8; 48 n.54; 74 n.89; 77 n.96; 97 n.44.
- PEDRO I, rei D. – 213; 346.
- PÉLA – 384.
- PELLIZER, E. – 411 n.114.
- PENA, A. N. – 168 n.11.
- PENÉLOPE – 416.
- PENEU – 462; 471; 473.
- PEREIRA, B. F. – 122 n.8.
- PEREIRA, Isaías R. – 56 n.21.
- PEREIRA, Simão de Sá – 129.
- PERETTI, A. – 174 n.14.
- PÉREZ Y GÓMEZ, Antonio – 212; 213 n.74.
- PERIANDRO DE CORINTO – 333 n.12.
- PERIS, Rodrigo de – 64.
- PERMESSO – 113; 114; 455; 462; 471; 473.
- PERNIGOTTI, C. – 180 n.34; 198 n.12.
- PERNIGOTTI, S. – 180 n.34.
- PEROTTVS, N. – 231 n.10.
- PERRAUD, L. A. – 206 n.42; 209 n.64; 211 e n.69.
- PERSES – 143; 174.
- PERUTELLI, Alessandro – 140 n.19; 141 n.23.
- PESARO – 32; 110 e n.103; 111; 118; 120.
- PETRARCA – 239 n.35; 279 e n.15; 280 n.16.
- PETRIDES, A. K. – 180 n.33.
- PETRÓNIO de Bolonha – 317; 334.
- PETTMENGIN, P. – 220 n.5.
- PIERI, Pier Giovanni – 86.
- PIÉRIDES – 404; 454; 476.
- PIGNA, Giovan Battista – 97.
- PILOS – 385.
- PIMENTEL, M. C. S. – 200 e n.27; 201 n.28.
- PIMPÃO, A. J. C. – 274 e n.5; 276 n.8; 278 e n.14; 283; 284 n.27; 293 n.56.
- PINCUS, Lazar di Yoseph – 96.
- PÍNDARO – 236; 347; 445 n.198.
- PINHEIRO, Pero – 96.
- PINHO, S. T. – 25 n.1.
- PINTO, Eduardo – 96.
- PINTO, família – 94 e n.33; 306 n.13.
- PINTO, M. C. T. – 56 n.22; 58 n.27.
- PINTO, Sebastião Rodrigues – 94 e n.32; 96; 306 e n.13.
- PIRES, D. Guimar (tia do poeta) – 85; 86 e n.12, 13; 87; 88; 134.
- PIRES, Diogo (*alias* Ysaia Cohen) – 21-23; 27; 31-33; 35; 36; 37 e n.11; 40; 41; 42 e n. 31; 43-45; 46 e n.50; 47-49; 52 n.10; 58; 64; 65 e n.50; 67 e n.59; 68; 69 e n.66; 70 e n.73; 71; 73-77; 79; 80; 86 e n.12; 87; 88; 89 e n.20; 90 e n.21; 94; 96; 97 e n.43, 44; 98 e n.47, 51, 52, 53; 99 e 57, 59; 100 e n.65; 101 e n.70; 102 e n.75, 78, 79; 103 e n.81; 104 e n.84; 105 e n.86; 106-108; 112; 113; 114 n.115; 116-118; 119 e n.1; 120; 121; 122 e n.5, 6, 10; 123 e n.13, 15, 16; 124; 127; 230; 237 n.32; 239; 242; 243; 248; 253 e n.55; 266; 267 e n.98; 268; 269; 272; 277-280; 284 n.30; 287; 294; 295; 297; 299; 300; 301; 302 e n.6; 303-307; 308 e n.18; 309; 310; 311 e n.26; 313; 316; 317; 328 n.2; 329; 331; 332 e n.10; 333; 334 e n.15; 337 n.21; 339 n.25, 26; 340; 341; 342 n.31; 343-346; 347 e n.51; 348; 349; 350 n.59; 351 n.62; 352 e n.66, 69; 353 n.72; 355; 357; 358; 359 n.86, 87; 360 e n.92; 361 e n.94; 362 e n.96; 363; 367; 368 e n.4, 5; 380; 407; 412; 415; 419 n.135; 420; 421; 422 e n.141; 423 e n.143; 427 e n.153; 442; 446; 455; 458; 460; 465; 467; 469; 476; 477; 479; 481 e n.43; 486; 487; 489; 491-493; 495; 496.
- PIRES, Diogo (sobrinho do poeta) – 90 n.21; 134.
- PIRES, Diogo (tio do poeta) – 86; 134.
- PIRES, Estêvão (*alias* David Cohen) – 63; 65; 73; 74; 79; 80; 83; 85; 86; 88; 89 e n.20; 90 e n.21; 91; 92; 94-96; 100 n.60; 104; 115; 116; 134; 306; 442; 491; 492.
- PIRES, Estêvão (avô do poeta) – 86; 134.

- PIRES, Henrique (*alias* Yacob Cohen) – 49; 58 e n.29; 59; 62; 64; 65; 73-76; 79; 80; 83; 86-88; 89 e n.20; 90 e n.21; 92-96; 104; 112 e n.110, 111; 115; 117; 118; 120; 122; 134; 151 n.13; 420; 442; 491; 492.
- PIRES, Henrique (sobrinho do poeta) – 90 n.21; 134.
- PIRES, Luís – 58; 60.
- PIRES, Rui – 63.
- PIRES-COHEN (família) – 22; 32; 33; 36; 37; 46 n.50; 49; 52 n.10; 64-66; 79; 83-91; 93; 94 e n.30; 95; 96 e n.40; 100; 104 e n.84; 105 n.86; 108-110; 116; 120; 123; 134; 276 e n.9; 277; 306 n.13; 441-443; 491; 492.
- PISA – 307.
- PITÁGORAS DE SAMOS – 181; 182 e n.43; 183; 203; 247; 392; 463; 464; 467; 468; 487.
- PITHOU, Pierre – 212.
- PÍTICO DE MITILENE – 333 n.12.
- PITSCH, K. – 208 n.57.
- PITTORIO, Luigi Bigi – 232 n.17.
- PLANTADE, E. – 152 n.15; 169 n.14.
- PLANUDES, M. – 208 e n.58; 209.
- PLATÃO – 138; 141; 150; 172; 226; 235 e n.27; 243; 244; 333 n.12; 361 e n.94; 375 n.24; 423 n.143; 468.
- PLAUTO – 186; 282; 347; 375 n.24; 412.
- PLÍNIO-O-ANTIGO – 285; 320.
- PLÍNIO-O-MOÇO – 285; 286; 347.
- PLUTÃO – 394.
- PLUTARCO – 140; 186 n.61; 187; 190; 226; 285; 288; 292; 347.
- PÓ – 83; 114; 339; 340; 449; 478.
- POHL, H. – 276 e n.8, 9, 10, 11.
- POLIDORO – 410.
- POLIZIANO, Angelo – 232; 233.
- PONTANO, Giovanni – 232.
- PORFÍRIO – 183.
- PORTO, Giovanni da – 97.
- PORTO – 127; 283 n.25.
- PORTUGAL – 23; 31; 35; 36; 37 e n.7, 9, 10; 38 e n.12, 14, 15; 39 e n.21; 40; 41; 43; 44; 51; 52 e n.9; 53 e n.11, 12; 55-59; 60 e n.35; 62; 64; 68; 73; 83; 96; 109; 113; 121; 124; 133; 213; 215; 220; 239; 261; 265; 268; 269; 272 e n.2; 275; 281 n.18; 286 n.34; 289; 291; 292; 294; 295; 305; 311 n.26; 315 n.2; 345; 346; 369 n.6; 420; 491; 492.
- PORTUGAL, Francisco de (1.º conde de Vimioso) – 255; 261 e n.71; 263 e n.71, 72, 74, 75; 264; 271.
- PÓSTUMO – 399.
- PRÉ, Jean du – 208 n.60.
- PRÍAMO – 372; 375; 410.
- PROPÉRCIO – 332; 347; 348 n.53; 412; 417; 419; 465; 481.
- PUIG DE LA BELLACASA, R. – 229 n.6; 446 n.201; 453 n.222.
- PYRMILA – 71; 72.
- PYRRHVS LUSITANVS, Didacus – 301.
- QUÍLON DA MACEDONIA – 333 n.12.
- QUINTILIANO – 141; 151; 155 n.26; 156; 157 n.33, 34; 158; 160; 187; 282; 288; 347.
- QUINTO, irmão de Cícero – 310.
- QUIRONTE – 174 e n.11.
- RAGUSA – vd. DUBROVNIK
- RAMALHO, A. C. – 31e n.1; 36 n.4; 42 n.34; 72 n.80; 74 n.89; 77 n.96; 98 n.52; 114 n.115; 121 n.4; 123 n.16; 213 n.77; 216 e n.91, 93; 217 n.94; 272 n.2, 3; 359 n.86.
- RANJINA, Dinko – 316; 321; 323-325; 348; 349.
- RANJINA, Marko – 362.
- RAQUEL – 124.
- RAU, V. – 52 n.9; 53 n.12.
- REBELO, João – 57.
- REDEL, E. – 268 n.101.
- REINEL, Manuel – 280 n.16.
- REISH, Gregorius – 231 n.10.
- REKERS, B. – 267 n.98.
- REMÉDIOS, J. M. – 37 n.9; 261 n.71.
- RENATA DE FRANÇA – 77.
- RENO – 83.
- RÉSCIO, Rogério – 68 e n.62, 63; 69; 70; 310; 421.
- RESENDE, Lúcio André de – 113; 114; 253; 269 n.103; 275; 281 n.18; 359 e n.86.

- RÉVAH, I.-S. – 36 n.6; 37 n.8, 9, 10; 38 n.12, 13; 39 n.17, 18, 19, 20; 40 n.22, 23, 24, 26; 41 n.27, 28; 43 n.41; 290 n.45.
- RHANNIA, Dominicus – vd. RANJINA, Dinko
- RHODIGINVS, Caelius (*alias* Lodovico Ricchieri) – 231 n.10.
- RIALTO – 100; 118.
- RIBBECK, Otto – 193 n.1.
- RIBEIRO, Bernardim – 101 e n.75; 102 n.75.
- RIBEIRO, Jorge Gonçalves – 129.
- RICARD; Robert – 46 n.50.
- RICCARDI, Riccardo – 306; 307 e n.15.
- RICCI, Bartolomeo – 97.
- RICCOBONI, Antonio – 316; 317; 322; 323; 324; 326; 327; 356; 368.
- RICHARD, M. – 184 e n.54, 56.
- RICHLIN, A. – 412 n.116.
- RIOU, Y.-F. – 208 n.60; 219 n.2.
- ROCHA PEREIRA, M. H. – 137 n.1, 6; 142 n.28; 150 n.5; 174 n.9; 175 n.15; 235 n.28; 333 n.12; 378 n.28; 379 n.31; 385 n.46; 444 n.197.
- RODRIGUES DE ÉVORA, Lopo – 276 n.10.
- RODRIGUES DE ÉVORA, Manuel – 133; 276 e n.8; 133; 277.
- RODRIGUES DE ÉVORA, Nicolau – 276 n.10.
- RODRIGUES DE ÉVORA, Simão – 276 n.8, 10.
- RODRIGUES Eborense, André – 228; 229; 231; 239; 240 e n.36; 241; 245 e n.45; 265; 272; 274; 275 e n.7; 276 e n.8, 9, 11; 277; 278 e n.14; 279; 280; 281 n.18, 20, 21; 282; 283 e n.26; 284; 285 e n.33; 286 e n.34; 287; 289-291; 293; 294; 369; 460; 495.
- RODRIGUES, G. A. – 262 n.72.
- RODRIGUES, Jorge – 261 n.71.
- RODRIGUES, Luís – 263; 281 n.18.
- RODRIGUES, M. A. – 217 n.95.
- RODRIGUES, M. I. R. – 284 n.28; 292 n.48; 293 n.56.
- RODRIGUES, Simão – 107; 130; 132.
- RODRÍGUEZ ADRADOS, F. – 174 n.13.
- RODRÍGUEZ-NORIEGA GUILLÉN, L. – 179 n.25, 28.
- ROERSCH, A. – 68 n.63.
- ROIG, A. – 288 n.40.
- ROMA – 32; 58; 59; 64; 102 e n.78, 79; 103; 127; 190; 191; 219; 223; 284 n.30; 307; 308; 315 n.2; 342; 358 n.84; 397 n.77; 422; 434; 439; 450.
- ROOS, P. – 160 n.43; 188 n.70; 189 n.75; 194 n.2; 199 n.23; 203 n.32; 204 n.35, 37; 205 n.39; 207 n.50, 55; 207 n.55; 219 n.3.
- ROSACCIO, G. – 119.
- ROSSI, Francesco de – 98; 100 n.65.
- ROSSO, C. – 164 n.1.
- ROTerdão – 69; 211; 229; 230; 247 e n.46; 291; 446; 455.
- ROTH, Cecil – 45 n.46; 53 n.11, 13; 54 n.17; 106 n.91, 92; 107 n.93.
- RUFO, Musónio – 402.
- SÁ, Artur Moreira de – 69 n.66; 253 n.55; 281 n.19; 282 n.24; 283 n.25.
- SABINVS, Georgius (*alias* George Schuler) – 231 n.10.
- SÁBIO, Estêvão – 66 n.55.
- SACRÉ, Dirk – 97 n.44; 98 n.47; 99 n.57.
- SAFIM – 46 e n.50.
- SAGRIVS, Franciscus – vd. SAGROEVIĆ, Franjo Marija
- SAGROEVIĆ, Franjo Marija – 351 n.61; 353 e n.72; 354.
- SALAMANCA – 41; 42 e n.33, 34; 43 e n.39; 44; 65; 71; 86 n.12; 266; 267; 277; 279; 306; 347; 350 n.59; 420.
- SALMÁCIDE – 452.
- SALOMÃO – 255; 263; 264; 417 n.128.
- SALOMON, H. P. – 40 n.26; 45 n.46; 53 n.11; 54 n.16; 57 n.26; 60 n.33; 61 n.36; 62 n.41, 42, 43; 65 n.51, 52; 79 n.103; 101 n.72; 102 n.75; 106 n.92.
- SALONICA – 58; 59; 110; 111; 121; 122 e n.6; 423 n.143; 491.
- SALÚSTIO – 216; 347; 348 n.53.
- SAMOS – 463; 471; 473; 487.
- SAMÚDIO – 320.
- SAN PEDRO, Diego de – 58.
- SANCHES, Gaspar Fernandes – 103; 104 e n.84; 105; 106; 107; 117 n.124; 126; 129.

- SÁNCHEZ SALOR, E. – 31 e n.9.
SÁNCHEZ TARRÍO, A. M. – 280 n.17.
SÁNCHEZ, Juan – 233; 234 n.24.
SÁNCHEZ–ELVIRA, R. M. M. – 174 n.13;
176 n.16; 177 n.19; 178 n.24; 179 n.28, 31;
180 n.33, 35; 181 n.39, 40; 184 n.54; 188
n.72.
SANCHO I, rei D. – 346.
SANCHO II, rei D. – 346.
SANDYS, J. E. – 207 n.54; 213 n.76.
SANFORD, E. M. – 207 n.51; 220 n.5; 221
n.14; 222 n.18.
SANTANDER RODRIGUEZ, Teresa – 42
n.34; 43 n.38, 40.
SANTARÉM – 105; 106; 126; 272; 346.
SANTILLANA, Íñigo López de Mendoza,
marqués de – 265 e n.87, 88.
SANTINI, C. – 143 n.32.
SÃO MIGUEL, ilha de – 126; 128.
SÃO TOMÉ, ilha de – 94.
SARAGOÇA – 212; 266 n.90; 347.
SARDI, Gasparo – 97; 98.
SATURNO – 142; 341.
SCALIGERO, Giuseppe Giusto – 204 e n.34;
212 e n.73.
SCHETZ, Erasmo – 60 e n.35.
SCHIBLI, H. S. – 182 n.45.
SCHILLINGS, A. – 65 n.48, 49, 50, 51; 66
n.53.
SCHMIDT, P. G. – 222 e n.17.
SCHULZE-BUSACKER, E. – 207 n.52; 220
n.7.
SCHÜRER, Matthias – 228.
SEBASTIÃO, rei D. – 113; 114 e n.115; 258;
275 e n.7; 284; 285; 286 e n.34; 287; 288;
289 e n.42; 290; 322; 346; 362; 369; 453;
460.
SECVNDVS, Ianus/Ioannes – vd.
EVERAERTS, Jan
SEGÓVIA – 347.
SEGRE, R. – 32 e n.15; 77 n.97, 98; 98 n.54;
101 n.68, 70; 103 n.81; 109 n.100; 110 e
n.102, 104; 112 n.108.
SEGURA MORENO, M. – 188 n.72.
SELIM – 35.
SEM TOB de Carrión – 265 e n.86.
SEMÓNIDES DE AMORGOS – 411 e n.113,
114; 412.
SEMPRÓNIO – 484.
SÉNECA RETOR – 157 n.34; 194; 199 e n.22.
SÉNECA – 152; 153 n.17; 166; 169; 194-197;
199; 201; 203; 226; 235; 237; 238 e n.33;
239; 241-243; 247; 248; 262; 265 n.87; 282;
285; 286; 292; 293; 361 n.94; 375 n.24; 496
n.1.
SÉRGIO, monte – 470 n.16, 472 n.18.
SERRANO CUETO, A. – 267 n.95.
SERRANO, Manuel – 58 e n.29; 60; 62; 63;
75.
SERRANO, Tomás – 64.
SERRÃO, J. V. – 42 n.32, 33, 34; 43 n.39; 287
n.37; 350 n.59.
SERRÃO, Manuel – 131; 132.
SERS, O. – 332 n.9.
SÉRVIO – 141; 143 e n.31; 144.
SEVERO, Cássio – 199.
SEVILHA, Luís de – 64.
SEVILHA – 347.
SEVILLA MUÑOZ, J. – 266 n.91.
SEXTO – 183.
SHEPARD, S. – 265 n.87.
SIBILA – 385.
SÍCULO, Cataldo Parísio – 272 e n.2, 3; 273 e
n.4; 274; 287 e n.36; 369; 460.
SÍCULO, Lúcio Marineo – 233.
SIENA – 86.
SÍLIO ITÁLICO – 347.
SILVA, A. F. O. – 272 n.3.
SILVA, D. Miguel da – 102 e n.78; 422.
SILVA, Inocêncio Francisco da – 289 n.42.
SILVA, José Gentil da – 39 n.15; 276 n.8, 10.
SILVINO – 142.
SÍLVIO – 393.
SIMONSOHN, S. – 109 n.100.
SIRO, Publílio – 23; 154 e n.22; 166; 193 e n.1;
194 e n.2, 3, 4; 195-197; 198 e n.17; 199 e
n.22; 200 e n.27; 201 e n.29; 209; 217; 222;
227; 230; 234; 247; 248; 250; 262; 265 n.87;
282; 293; 366; 475; 482; 494.
SKUTSCH, F. – 204 n.37; 205 n.39; 207n52.

- SOARES, António – 68 e n.61; 316; 323-325; 349; 350 e n.59; 351.
- SOARES, Cipriano – 127.
- SOARES, N. C. – 225 n.2; 228 n.5; 231 n.10; 251 n.50; 261 n.70; 262 n.71; 264 n.83; 287 n.37, 38; 288 n.39; 292 n.51; 369 n.7; 379 n.31; 380 n.32; 428 n.154.
- SOBRARIAS, Juan – 232; 233 e n.21, 23; 234 e n.24.
- SÓCRATES – 172 n.2; 235; 355 n.75; 386; 387; 463; 464; 471; 473-475.
- SÓFOCLES – 347.
- SOLIMÃO, o magnífico – 115.
- SÓLON – 174; 333 n.12; 375 e n.24; 439.
- SORIANO VENZAL, A. – 292 n.51.
- SOTO, Domingos de – 42; 347.
- SOUSA, Francisco de – vd. PORTUGAL, Francisco de (1.º conde de Vimioso)
- SOUSA, Luís de – 284 n.29.
- SPALLONE, M. – 220 n.8; 221 n.11, 12, 14; 223 n.19.
- STEPHANIS, Bonifacius de – 362.
- STOCKHAMMER, Sebastião – 291.
- STON – 362.
- STURM, J. – 211.
- SUBIRATS, J. – 265 n.85.
- SUEL, Adam de – 207.
- SUETÓNIO – 190; 347.
- TÁCITO – 201; 267; 347.
- TADIĆ, Jorjo – 32 e n.12; 36 n.4; 119 n.1; 122 e n.5, 10; 123 e n.11, 15, 16; 363 n.100; 368 n.4.
- TALAVERA – 347.
- TALES DE MILETO – 333 n.12.
- TALIA – 461; 462; 471; 473.
- TAMARA – 124.
- TÂNGER – 215.
- TARTESSO – 113; 114.
- TAVARES, M. J. Ferro – 36 n.6; 37 n.10, 11; 39 n.16; 41 n.28; 52 n.10; 56 n.22.
- TAYLOR, B. – 287 n.38.
- TEDESCHI, G. – 411 n.114.
- TEIVE, Diogo de – 228; 258 e n.64; 259 n.65; 272; 287 e n.37, 38; 288; 289 e n.42, 43; 290; 369; 460; 495.
- TEJO – 56; 269; 295; 403; 404; 491.
- TELESINA – 414; 415.
- TEÓCRITO – 141; 347.
- TEOFRASTO – 355 n.75.
- TEÓGNIS DE MÉGARA – 157; 172; 173; 174 e n.14; 175; 247.
- TERÊNCIO – 159; 216; 347; 412.
- TERRASA MONTANER, C. – 233 n.18, 20.
- TEXTOR, Ioannes Ravisius (*alias* Jean de Tixier) – 231 e n.11.
- TEYSSIER, P. – 291 e n.46.
- THESLEFF, H. – 182 n.44.
- THOMAS, P. G. – 207 n.53.
- THORN, J. C. – 182 n.41.
- TIBULO – 332; 347; 348 n.53; 419.
- TÍBUR – 236.
- TICINO – 83.
- TIRÃO – 187 e n.65.
- TIRTEU – 174.
- TOAFF, Ariel – 109 n.100, 101; 112 n.108, 109, 112; 115 n.116, 117, 118.
- TOCCO, V. – 262 n.71, 74, 75; 264 n.83; 286 n.34.
- TOLEDO, Eugénio de – 219; 346.
- TOOHEY, P. – 143 n.30; 145 n.36; 146 e n.40, 41; 147 n.42; 465 n.7.
- TORMES – 42; 72; 266.
- TORQUATO – 479.
- TORRÃO, J. M. N. – 348 n.53.
- TORRES, Afonso – 64.
- TORRES, Diogo de – 64.
- TOSCANA – 295; 300 e n.3; 302; 303; e n.9; 304 e n.11; 306; 428; 457; 465.
- TOSI, R. – 184 n.54, 55, 57; 188 n.68; 197 n.11; 207 n.52; 375 n.24; 445 n.198; 448 n.205.
- TRAJANO – 285.
- TRANCOSO, Gonçalo Fernandes – 265 e n.84.
- TRÉBIA – 415.
- TREBÓNIO – 187 n.65.
- TRENTO – 284 n.30.

- TRÓIA – 372.
TUCÍDIDES – 347.
TUCKER, G. H. – 31 e n.3, 5; 42 n.31; 45 n.48; 48 n.54; 68 n.62; 70 n.72, 73, 74, 76; 71 n.79; 74 e n.88; 77 n.96; 86 n.12; 97 n.44; 98 n.51, 52; 100 n.64, 67; 119 n.1; 123 n.13; 359 n.85; 363 n.99.
TÚLIO – 370; 371.
TURQUIA – 60.
- ULISSES – 418; 479.
UNTERSTEINER, M. – 182 n.44.
USQUE, Abraão – 37 n.7; 67; 101 e n.75; 102 n.75; 106 e n.92; 108.
USQUE, Salomão – vd. GOMES, Duarte
USQUE, Samuel – 37 e n.7; 79; e n.101; 83 n.2; 101 e n.74; 107 e n.93; 108; 279; 286 n.34.
- VALDAURA, família – 341 n.30.
VALDAURA, Margarita – 341 n.30.
VALDAURA, médico – 341 n.30.
VALÊNCIA – 70; 248; 341 n.30; 347; 424 n.143.
VALENTIM, C. M. – 60 n.31.
VALGRISI, Felice – 315.
VALLADOLID – 347.
VALLÉS, Pedro – 266 n.90.
VANAUTGAERDEN, A. – 229 n.6.
VARENNIVS, Ioannes – 68.
VARGAS, Jerónimo – 101 e n.69, 70; 103.
VARRÃO ATACINO – 139.
VARRÃO – 203; 392.
VASCONCELOS, Diogo Mendes de – 284 e n.30.
VASEU, João – 229; 252; 254; 255; 291.
VASTO, marquês de – 78; 79.
VAZ, Diogo (sobrinho de Diogo Pires) – 42; 77 e n.95; 86 n.12; 433.
VAZ, Pero – 126.
VAZ, Sebastião – 86 e n.12; 87; 88.
VÁZQUEZ CUESTA, P. – 286 n.34.
VEGÍCIO – 445 n.198.
VEIGA, Isabel Rodrigues da – 276.
VEIGA, Frei Manuel da – 283; 284 e n.29, 31; 294.
VEIGA, Manuel Rodrigues da – vd. RODRIGUES DE ÉVORA, Manuel
VEIGA, Mestre Rodrigo da – 276.
VEIGA, Rodrigo da – 108; 131; 132; 133; 277; 278 e n.12.
VEIGA, Tomás Rodrigues da – 275 e n.6; 276; 277; 278 n.14; 279; 283; 284; 293.
VELARAEVS, Iodocus – 70.
VENEZA – 21; 32; 33; 57 e n.24; 66 e n.55; 75; 78; 84; 85; 93; 95; 100; 108 n.97; 118; 123 n.13; 228; 230 n.9; 255; 277; 282; 295; 306; 315 n.2; 362 n.96; 423 n.143; 491.
VÉNUS – 371; 414; 415.
VERDELHO, T. – 207 n.52; 213 n.77; 229 n.7; 231 n.10; 264 n.82; 265 n.85, 89; 281 n.19; 290 n.44; 291 n.47.
VEREPT, Simon (*alias* Simon Verrepaeus) – 259 e n.66, 67, 68; 260 e n.69.
VERINO, Michel – 232 e n.17; 233 e n.18, 19, 20; 234; 482.
VERINO, Ugolino – 232; 482.
VERTUMNO – 360.
VERVLANVS, Giovanni Sulpizio da Veroli, dito – 232.
VESPASIANO – 285.
VESSALVS – vd. BESSAGLI, Viktor
VETRANOVIĆ, Mavro – 316; 317; 322-324; 326; 359; 360 e n.92; 361 e n.92, 93, 94; 362.
VETTORI, Pier – 102; 306; 307 e n.16; 368.
VIANA DO CASTELO – 131.
VICENTE, Gil – 216 e n.92.
VILA DO CONDE – 103; 126.
VILHEGAS, Diogo Ortiz de – 215.
VILVORDE – 64.
VIMIOSO – 255; 271.
VINET, Elias – 216.
VIRGÍLIO – 141-145; 147; 156; 216; 237; 238; 282; 347; 348 e n.53; 372; 412; 445 n.198; 465.
VIRIATO – 36.
VISEU – 86 n.12; 215; 281 n.19; 283 n.25.

VIVES, Juan Luis – 70 e n.72; 212 e n.71; 248;
249 e n.47; 250 e n.48, 49; 251 e n.51; 252 e
n.52; 253; 259; 341 n.30; 455.

VIZINHO, Esdra – 96.

VOGHT, H. – 68 n.63.

VOGT-LÜERSSSEN, M. – 28 n.1.

VOLATERRANVS, R. – 231 n.10.

VOLK, K. – 141 n.24; 143 n.30; 465 n.7.

VORNARIVS, Ianus – 232 n.17.

VUYSTHINCK, Johannes – vd. FOIX, Jean de
la

WACHSMUTH, C. – 184 n.52.

WALTHER, H. – 222 e n.16, 17.

WEE, H. V. – 85 n.9.

WILD, R. A. – 183 n.50.

WINCHESTER, Elie de – 207.

WOOLF, Lucien – 106 e n.91; 107 n.93.

WRIGHT, M. R. – 140 n.16.

XENÓFANES – 137; 150.

XENOFONTE – 137; 138; 150; 172 n.2; 226;
244; 347.

YERUSHALMI, Y. H. – 37 n.7; 39 n.19, 20,
21; 40 n.22; 106 n.92; 107 n.93.

YOUNG, D. – 179 n.29.

YOUNG, G. F. – 300 n.3.

ZAGREB – 315 n.2.

ZAVAN, G. – 279 n.15.

ZELÂNDIA – 56.

ZLATARIĆ, Dominko – 318; 352 e n.66; 359.

ZOE, D. – 124.

ZWINGER, Theodor – 231 n.10.